

Este volume contém dez ensaios que cobrem um conjunto vasto de temas, situando as experiências imperiais portuguesas da época moderna numa escala euro-asiática, entendendo-as como parte de um processo histórico contínuo que envolveu, simultaneamente, as histórias de vários espaços (Turquia, Pérsia, Índia, Portugal, Inglaterra, Holanda, entre outros). Ultrapassando de forma definitiva vários etnocentrismos, recorrendo a uma multiplicidade de arquivos e de fontes históricas, e apresentando uma erudição insuperável, Sanjay Subrahmanyam desafia algumas interpretações sobre as experiências imperiais portuguesas no espaço asiático, ao mesmo tempo que interroga leituras igualmente inquestionáveis sobre os impérios com os quais os portugueses interagiram, e sobre as espacialidades nas quais estes se movimentaram. O mundo de *Impérios em Concorrência* que Subrahmanyam nos apresenta é, por conseguinte, um mundo com fronteiras identitárias flexíveis, no qual a circulação de pessoas, de ideias e de artefactos era muito intensa e profundamente conectada, um mundo que obriga a rever muitas das nossas convicções sobre esta época.

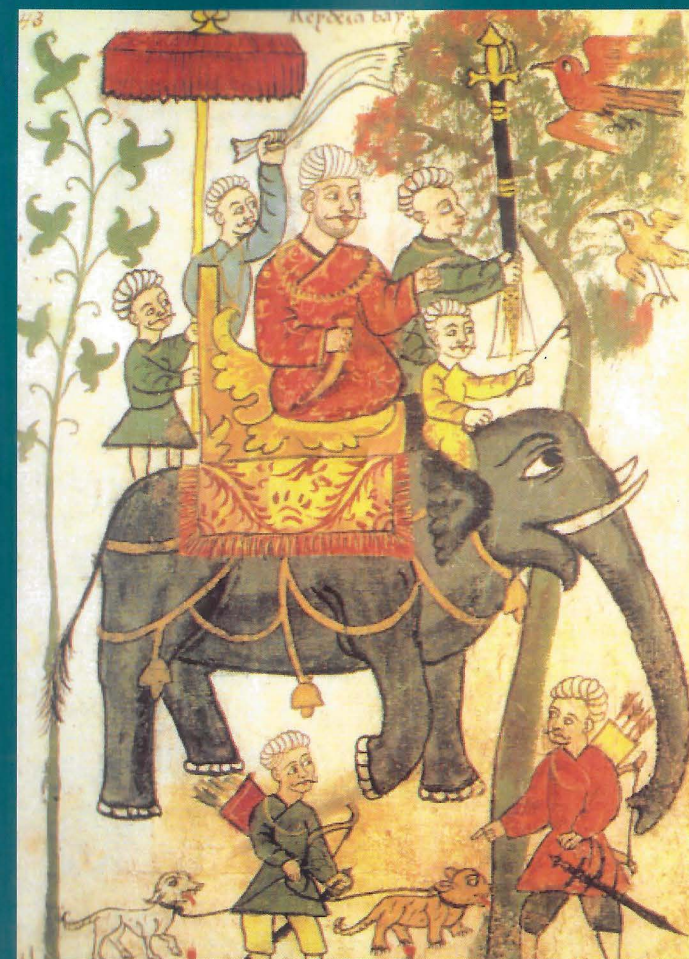
Capa: «Rey de cambaya – este rey de cambaya he ho que pos cerco ha fortaleza de dio he esta tirado pelo natural», Códice Casanatense, Roma

Apoio: **FUNDAÇÃO
ORIENTE**

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

ISBN 978-972-671-300-5



SANJAY SUBRAHMANYAM

IMPÉRIOS EM CONCORRÊNCIA

HISTÓRIAS CONECTADAS NOS SÉCULOS XVI E XVII

ICS

Sanjay Subrahmanyam, historiador de origem indiana, é, desde 2004, professor na Universidade da Califórnia, Los Angeles, onde já dirigiu o Center for India and South Asia. Para além de ser professor convidado em inúmeras universidades do mundo inteiro, a sua carreira académica inclui posições na Universidade de Oxford, na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, e na Universidade de Deli e Delhi School of Economics. Autor e editor de mais de duas dezenas de livros, e um dos mais brilhantes historiadores da sua geração, Sanjay Subrahmanyam é hoje uma das referências incontornáveis para o estudo da história dos impérios europeus e não europeus da época moderna.

Sanjay Subrahmanyam
**Impérios em
Concorrência**
Histórias Conectadas
nos Séculos XVI e XVII



Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
SUBRAHMANYAM, Sanjay, 1961 –
Impérios em concorrência : histórias conectadas nos séculos XVI e XVII/
Sanjay Subrahmanyam . – Lisboa : ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2012
ISBN 978-972-671-300-5
CDU94(5)



Capa: João Segurado
Composição e paginação: Ana Cristina Carvalho
Revisão: Levi Condinho
Tradução: Marta Amaral
Impressão e acabamento: Manuel Barbosa & Filhos, Lda – Lousa
Depósito legal: 350096/12
1.ª edição: Novembro de 2012

Índice

Prefácio	9
Capítulo 1	
A janela que a Índia era	15
Capítulo 2	
Perspectivas indianas sobre a presença portuguesa na Ásia, 1500-1700	33
Capítulo 3	
Os cronistas europeus e os mogóis	65
Capítulo 4	
O milenarismo do século XVI do Tejo ao Ganges	113
Capítulo 5	
O mundo comercial do oceano Índico ocidental, 1546-1565: uma interpretação política	153
Capítulo 6	
Mogóis e francos numa era de conflito contido	177
Capítulo 7	
O Guzerate mogol e o mundo ibérico na transição de 1580-1581	199
Capítulo 8	
Portugueses, mogóis, e a política do Decão, c. 1600	233
Capítulo 9	
Manila, Malaca e Meliapor: uma viagem dominicana pelas Índias, c. 1600	271

Capítulo 10	
A lenda do sultão Bulaqi e o Estado da Índia (1629-1640)	295
Bibliografia	337
Índice remissivo	361

Prefácio

Ao abordar diferentes processos históricos que ocorrem tanto na Península Ibérica como nos confins do oceano Índico, e ao articular as histórias dos vários impérios que, entre os séculos XVI e XVII, se encontraram e disputaram o espaço euro-asiático, o livro *Impérios em Concorrência. Histórias Conectadas dos Séculos XVI e XVII* conduz-nos pelos meandros de geografias muito amplas.

A formulação de *Connected histories*, ou, em português, histórias conectadas, afirma-se como uma alternativa às histórias comparadas. Ao invés, e como propõe o autor, as histórias conectadas permitem olhar simultaneamente, e de uma outra maneira, para processos históricos que, convencionalmente, pertenceriam a campos de estudos distintos.

Fazer histórias conectadas supõe a existência, contudo, de um conhecimento arquivístico muito vasto, um domínio das línguas nas quais muita desta documentação se encontra, e uma grande consistência metodológica. Ou seja, exige um grau de erudição e sofisticação que não é acessível a todos. Mais a mais sabendo que, desde o *cultural turn*, o historiador deixou de poder fazer história sem dominar as rotinas de construção documental e textual, bem como as políticas de arquivo e de memória – convicção potenciada pelo *archival turn* que se está agora a viver. Ler as fontes produzidas em contextos particulares implica conhecer, por conseguinte, e para além de muitos outros, os contextos de produção dessas mesmas fontes, e as mutações do seu estatuto epistemológico ao longo do tempo.

A singularidade do percurso historiográfico de Sanjay Subrahmanyam caracteriza-se, em parte, pelo virtuosismo com que esgrime um conjunto invejável de arquivos e fontes, línguas e historiografias.

Por exemplo, Subrahmanyam trabalha de forma igualmente fácil os arquivos e as fontes portuguesas, e os arquivos e as fontes indo-persas, o que lhe permite, para um mesmo tema, oferecer perspectivas, por vezes, profundamente distintas – e verdadeiramente simétricas como referiu Geoffrey Parker a propósito das virtualidades do *Explorations in Connected Histories* (Oxford, 2004), o livro a partir do qual Sanjay Subrahmanyam propôs a selecção de textos que aqui se apresenta, especialmente vocacionada para os públicos de língua portuguesa. De acordo com Parker, alcançar esta simetria é extremamente raro entre aqueles que procuram entender os encontros entre diferentes culturas, feito alcançado na escrita historiográfica de Subrahmanyam. Ora, Subrahmanyam não domina só os arquivos persas e portugueses, mas também documentação arquivística indiana (em várias línguas), holandesa, francesa, italiana, inglesa. Por outro lado, trabalha a extensa literatura de viagens produzida por europeus e não-europeus, desde diplomatas, a comerciantes mais ou menos insignificantes, sobre as diferentes geografias deste livro. Inscritos num determinado espaço e tempo, os produtores destes textos não possuíam uma visão abrangente do todo, perspectiva que o autor deste livro procura alcançar. A par disso, Sanjay Subrahmanyam tenta sempre colocar as suas teses em relação com os desenvolvimentos mais recentes na historiografia, seja sobre o mundo ibérico e europeu, seja sobre o mundo islâmico e indiano. Essa visão simultaneamente abrangente e minuciosa dos processos políticos, sociais e culturais dos espaços euro-asiáticos durante a época moderna caracteriza, sem dúvida, este livro.

Ao propor uma história verdadeiramente polifónica, Subrahmanyam contribui para democratizar o processo de construção do saber historiográfico. De facto, na sua narrativa dá igual relevo a múltiplas etnografias (às etnografias produzidas pelos europeus sobre os asiáticos, e o seu inverso), a múltiplas vozes (vozes de religiosos, dominicanos ou jesuítas, vozes de oficiais laicos, directamente envolvidos nos processos político-administrativos dos seus impérios, como as de João de Barros ou Abu'l Fazl, ou as do sultão Bulaqi e do vice-rei D. Francisco da Gama), e às múltiplas razões e racionalidades dos vários agentes envolvidos na tessitura dos processos históricos sob análise.

Este carácter inclusivo dos recortes metodológicos do autor facilita o estabelecimento de relações entre processos históricos que, de outra forma, não seriam tão visíveis. Assim, tornam-se evidentes

aspectos como o paralelismo dos processos de aculturação que ocorreram durante a época moderna, desde a persianização da Índia, à ocidentalização dos territórios atlânticos, onde hoje se situam os Estados Unidos e o Brasil. Ou a simultaneidade do milenarismo, que atravessou o espaço euro-asiático no século XVI, bem como de problemáticas em torno da construção da identidade individual (temas abordados nos capítulos 4 e 7). Permitindo, ao mesmo tempo, o questionamento de pré-compreensões (como a de que, e ao contrário do mundo ocidental, na Índia da época moderna não existiria uma consciência histórica plasmada em narrativas históricas consistentes), e de periodizações tradicionais (nomeadamente aquelas relacionadas com a emergência da modernidade). A esse respeito, oiça-se o autor: «para além de repensarmos as nossas noções de periodização», as histórias conectadas convidam a «repensar as nossas noções de fronteiras e circuitos, a redesenhar mapas que emergem das problemáticas que pretendemos estudar, em vez de inventarmos problemáticas que encaixem nas cartografias preexistentes» (p. 19).

Dessa forma, Subrahmanyam consegue conciliar perspectivas micro, oferecendo descrições densas de situações inesperadas, com abordagens macro e as suas problemáticas mais gerais, estabelecendo relações significativas entre estes dois ângulos de análise. É o próprio a afirmá-lo: «um dos pontos metodológicos que procurarei demonstrar é que as tensões e as formas de percepção estruturais apenas podem ser lidas a partir da filigrana dos acontecimentos» (p. 193). Longe de ser um puro ginzburgiano (pelo contrário, a crítica a um enfoque excessivamente micro de muita historiografia europeia é explícita, bem como a sua inclinação para perspectivas macro), o mesmo carácter desafiante e inspirador do autor de *O Queijo e os Vermes* perpassa muitos dos textos que constituem este volume, obrigando, a partir das problemáticas emergentes da análise fina de casos, a repensar leituras tradicionais sobre processos históricos, tanto no mundo ocidental (e sobretudo português), como no mundo asiático.

A importância destes casos analisados em detalhe emerge, porém, quando estes são entendidos nas suas diferentes escalas, *i. e.*, enquanto participantes em processos históricos mais vastos, ou cuja duração não se esgota num só momento, num só lugar. Evitar a tentação de congelar determinados encontros «num memorável momento Kodak», dando-lhes um relevo que lhes atribui significados, os quais, quando lidos diacronicamente, mostram ser mutáveis, torna-se, então,

o problema que o historiador deve confrontar quando estuda a presença europeia no Sul da Ásia nos séculos XVI, XVII e início do XVIII.

Focando a lente no caso português, livros como este convidam a repensar vários aspectos da história do império. Esta torna-se, doravante, simultaneamente mais *local* – no sentido de Geertz – e mais geral, enquanto participante em *processos transnacionais* que envolvem múltiplos actores, desde os portugueses do primeiro século XVI, aos Habsburgos e às suas estratégias de construção imperial, até aos otomanos e mogóis, a outros estados asiáticos (caso de Vijayanagar, Bijapur, Achém, etc.) e às suas populações.

Ou seja, a história do império português e das experiências dos portugueses na Ásia passa a ser lida (e deve ser lida) como fazendo plenamente parte dos processos políticos, culturais, e sociais asiáticos. Como relembra o autor, no capítulo dedicado ao mundo comercial do Índico ocidental de meados do século XVI, «a dinâmica do comércio marítimo foi determinada por muitos factores e não apenas pelos portugueses» (p. 176). Num outro lugar, e muito sugestivamente, propõe-se analisar a conjuntura da União Ibérica, os anos 1580 e 1581, a partir do olhar que dela têm os habitantes do Guzerate, sob domínio mogol, em interacção com os portugueses (ver, a esse propósito, o capítulo 7), explicando que esta conjuntura «ibérica», ao ser analisada a partir de uma perspectiva mais geral desafia as leituras dominantes sobre os impactos que a União Ibérica teria tido (ou não) na presença imperial portuguesa no Índico. Desta forma, consegue-se superar a aproximação ao espaço asiático como algo que se torna visível aos olhos do leitor porque os europeus aí se estabeleceram, subalternizando, ainda que inconscientemente, a autonomia dos processos históricos que aí tiveram lugar, apenas apreciados enquanto (ou porque) parte dos processos de expansão e hegemonização ocidental.

Por outras palavras: a história das experiências imperiais portuguesas na Ásia não pode mais ser feita sem contar, simetricamente, com o que as fontes asiáticas produzidas nos séculos XVI e XVII disseram sobre estas mesmas experiências.

Em contrapartida, ao afirmar a necessidade de fazer uma «pré-história» do orientalismo institucionalizado», Subrahmanyam aponta para a presença incontornável dos portugueses e de outros europeus da época moderna num processo cuja emergência é normalmente identificada na segunda metade do século XVIII, e atribuída a William Jones e ao seu grupo, reclamando esse contributo para a história

posterior da presença europeia (sobretudo britânica) no subcontinente indiano.

Ao tornar visível a co-produção de uma multitude de processos históricos cujos impactos foram diferenciados para os diferentes agentes e espaços neles envolvidos, este olhar múltiplo, a partir de distintos ângulos de análise, conduz, necessariamente, a uma desnacionalização das diferentes historiografias. Desde logo, desnacionaliza a própria história da Índia (e mitos como a sua precoce «identidade hindu» são aqui desafiados, mostrando os veios da sua historicidade), mas também obriga, evidentemente, a desnacionalizar a história de Portugal, já que os «feitos» dos portugueses passam a ser situados numa encruzilhada de escalas e de outros «feitos» igualmente relevantes para quem sobre eles discorreu.

Mas se Subrahmanyam privilegia o espaço euro-asiático, subjacente ao seu trabalho está, ao mesmo tempo, «uma agenda comparativista», proclamando a necessidade de, entre outros, aproximar «os estudos da Ásia e os do Novo Mundo na época moderna», para o que tem contribuído sistematicamente o trabalho do seu colega e amigo Serge Gruzinski.

Enfim, olhar todos estes processos de outra maneira, ao revés, ou, para citar Caetano Veloso, pelo «avesso do avesso», torna-se um percurso metodológico com efeitos historiográficos centrais quer no mundo «ocidental», quer no mundo asiático. Olhar as conexões entre estes impérios, e a maneira como se foram moldando mutuamente, obriga a que, doravante, escrever a história dos impérios signifique fazer, ao mesmo tempo, a história de *vários* impérios em *vários* tempos.

Por todas estas razões, este é um livro profundamente inspirador, e a meu ver incontornável para todo aquele que quiser perceber melhor (e estudar melhor) os processos históricos que ocorreram na época moderna e cujos impactos ainda hoje estamos a viver.

Ângela Barreto Xavier
Lisboa, 29 de Março de 2012

O capítulo 1, «A janela que a Índia era», corresponde ao capítulo «On the window that was India», do volume *From the Tagus to the Ganges de Explorations in Connected Histories*, 1-16.

O capítulo 2, «Perspectivas indianas sobre a presença portuguesa na Ásia, 1500-1700», corresponde ao capítulo «On Indian views of the Portuguese in Asia 1500-1700», do volume *From the Tagus to the Ganges de Explorations in Connected Histories*, 17-44.

O capítulo 3, «Os cronistas europeus e os mogóis», corresponde ao capítulo «European Chroniclers and the Mughals», do volume *From the Tagus to the Ganges de Explorations in Connected Histories*, 138-179.

O capítulo 4, «O milenarismo do século XVI do Tejo ao Ganges», corresponde ao capítulo «Sixteenth-Century Millenarism from the Tagus to the Ganges», do volume *From the Tagus to the Ganges de Explorations in Connected Histories*, 102-137.

O capítulo 5, «O mundo comercial do oceano Índico ocidental, 1546-1565: Uma interpretação política», corresponde ao capítulo «The trading world of the Western Indian Ocean, 1546-1965. A Political Interpretation», do volume *Mughals and Franks de Explorations in Connected Histories*, 21-41.

O capítulo 6, «Mogóis e francos numa era de conflito contido», é a versão em português do capítulo «Mughals and Franks in an Age of contained conflict», publicado no volume *Mughals and Franks de Explorations in Connected Histories*, 1-20.

O capítulo 7 desta colectânea, «O Guzerate mogol e o mundo ibérico na transição de 1580-1581», corresponde ao capítulo «Mughal Gujarat and the Iberian World in the Transition of 1580-1581», do volume *Mughals and Franks de Explorations in Connected Histories*, 42-70.

O capítulo 8, «Portugueses, mogóis, e a política do Decão, c. 1600», corresponde ao capítulo «The Portuguese, the Mughals, and Deccan Politics, c. 1600», do volume *Mughals and Franks de Explorations in Connected Histories*, 71-103.

O capítulo 9, «Manila, Malaca e Meliapor. Uma viagem dominicana pelas Índias c. 1600», corresponde ao capítulo «Manila, Melaka, Mylapore... A Dominican Voyage through the Indies, circa 1600», do volume *From the Tagus to the Ganges de Explorations in Connected Histories*, 180-199.

Finalmente, o capítulo 10, «A Lenda do sultão Bulaqi e o Estado da Índia (1629-1640)», corresponde ao capítulo «The Legend of Sultan Bulaqi and the Estado da Índia, 1628-40», do volume *Mughals and Franks de Explorations in Connected Histories*, 104-142.

Capítulo 1

A janela que a Índia era¹

*Hai Hind bihisht ki nishânî
Har chashma âb-i zindagânî*

A Índia é o sinal do Paraíso,
E cada um dos seus rios é o Elixir da Vida.

Assim escrevia, com veia fortemente patriótica, um poeta do início do século XVIII, Ahmad Sarawi, acrescentando:

Cada cidade e aldeia desta terra,
é como se o Paraíso se tivesse estendido para ali.
Cada jardim tem flores de todas as espécies,
e cada canteiro é como o firmamento.
A terra da Índia (*Hind*) está cheia de amor,
e cada pedrinha parece uma pérola.
Qual é o valor de uma mera pérola?
Cada tijolo aqui é mais precioso que a argila do meu corpo.²

Ao reler estes versos, e pensando na relação entre o estudo da história indiana e o da história em geral, devo confessar que me veio à memória o primeiro astronauta indiano, Rakesh Sharma, que – olhando para a Terra da janela de uma nave soviética – declamou

¹ Lição Inaugural da Cátedra de História e Cultura Indianas na Universidade de Oxford, 20 de Fevereiro de 2003.

² Ahmad Sarawi, *Nal Daman*, ed. Sayyid Muhammad 'Abdullah (Carachi: Anjuman-e Taraqqi-e Urdu, 1987).

ao primeiro-ministro indiano em Abril de 1984: «*Sâre jahân se acchâ Hindûstân hamârâ*» («De todo o mundo, o Hindustão é o melhor»). Quem diz que a distância é a mãe da objectividade?

Assim, e embora este seja o texto da lição inaugural da Cátedra de História e Cultura Indianas na Universidade de Oxford, não posso resistir a notar a subtil ironia inerente à situação a que acabei de aludir. Como qualquer historiador actual Sul da Ásia, e talvez mais do que a maioria, durante muitos anos mantive uma relação ambígua e quase hostil com a noção de «estudos de área» que, nas últimas décadas, tem sido a ideia formadora central para tantos de nós, mesmo que no passado não tenha motivado indianistas oriundos desta universidade, como William Jones e Max Mueller. O meu trabalho já me levou do Hind amado de Ahmad Sarawi ao Sudeste Asiático, ao império otomano e à Transoxânia, a um estudo mais aprofundado da história da Península Ibérica e dos Países Baixos e, mais recentemente, a um namoro com a história do Brasil e da América espanhola. Se existe uma justificação para me ter sido atribuída a cátedra de História Indiana, ela deve residir no facto de alguns dos que me leram concordarem com o aforismo de um historiador de Calcutá que muito admiro, o já desaparecido Ashin Das Gupta: «Sem se sair da Índia, não se pode explicar a Índia.»³ Com isto não queria de forma alguma dizer que todos os historiadores indianos se deviam fazer imediatamente ao mar, como lemingues, ou migrar para as universidades de Cambridge ou Oxford (embora ele próprio se tenha doutorado na primeira, e tenha sido por pouco tempo *fellow* do St. Antony's College). O que Das Gupta pretendia afirmar era que a abertura a outras histórias e às trajectórias de outras sociedades era essencial para compreender o seu próprio contexto. Esta é uma abordagem que, nos anos mais recentes, eu próprio tenho tentado desenvolver, recuperando, em parte, o conceito de história «integrativa», utilizado pelo também já desaparecido Joseph Fletcher da Universidade de Harvard (um grande e subvalorizado historiador da China e da Ásia Central), e ao qual prefiro chamar «histórias conectadas». Regressarei várias vezes a este tema ao longo do texto.⁴

³ Para uma ampla amostra da sua obra, ver Ashin Das Gupta, *The World of the Indian Ocean Merchant, 1500-1800: Collected Essays of Ashin Das Gupta* (Nova Deli, 2001, com uma introdução minha, 1-20).

⁴ Sanjay Subrahmanyam, «Connected Histories: Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia», *Modern Asian Studies*, vol. 31, n.º 3 (1997): 735-762; Joseph F. Fletcher, *Studies on Chinese and Islamic Inner Asia*, ed. Beatrice Forbes Manz (Aldershot, 1995).

Esta deslocalização de uma história estritamente indiana em favor de uma história conectada (em vez da opção pela mais familiar história comparada) não encerra apenas uma mudança de perspectiva, como à partida poderia parecer. Existem barreiras para lá da forma concreta dos Himalaias ou do oceano Índico. Todos temos a dolorosa consciência (que nos foi dada por Samuel Huntington) de que a ideia de «civilizações» como chave-mestra para a nossa abordagem da história ainda não foi enterrada, o que restringe seriamente a nossa capacidade de encarar as questões de espaço com flexibilidade e com uma noção temporalmente dinâmica. Há umas décadas, uma conhecida autoridade do Sul da Ásia concluía um livro escrevendo: «Hoje em dia há um certo anacronismo quando se fala em civilização ocidental ou em civilização indiana. Até muito recentemente as culturas estavam muito distintamente divididas, mas agora, quando a Índia fica a menos de um dia de viagem de Londres, as divisões culturais começam a desaparecer.» Para depois acrescentar, de maneira bastante paradoxal: «a contribuição da Índia para a riqueza cultural do mundo já é muito grande e crescerá à medida que aumentar o seu prestígio e a sua influência».⁵ O que nos é dito é que no passado as culturas e as zonas culturais eram normalmente separadas por golfos vastos e intransponíveis, e que apenas as modernas comunicações do século XX têm conseguido dissolver esta divisão. Ao mesmo tempo afirma-se que a contribuição da Índia para a riqueza cultural do mundo está, aparentemente, destinada a crescer – o que quer que isso signifique – apesar da simultânea declaração de que a própria civilização indiana se dissolve à medida que se escrevem essas mesmas palavras.

A identidade do autor das frases que citei acima não precisa de permanecer um mistério. A maior parte dos leitores já terá reconhecido que o título do meu texto é um jogo de palavras com o título de uma obra que, durante gerações, para o melhor e talvez para o pior, foi muito aclamada nos estudos sobre o Sul da Ásia, *The Wonder that was India*, de Arthur Basham. O livro foi publicado pela primeira vez em 1954 e o seu subtítulo explicava tratar-se de «um estudo da história e da cultura do subcontinente indiano antes da chegada dos muçulmanos». Ao escrever esse livro, Basham, que provavelmente deveria ser visto como um indologista, mais do que

⁵ A. L. Basham, *The Wonder that was India: A survey of the history and culture of the Indian sub-continent before the coming of the Muslims* (Londres, 1954).

como um historiador (embora esta possa ser uma opinião que muitos contestam), desejava salientar a especificidade da Índia. É uma estratégia familiar à maioria de nós, e é a que está subjacente à lógica do que no mundo anglófono passou a ser denominado *area studies* ou, no mundo francófono, *aires culturelles* (mais adiante regressarei à *nuance*).⁶ A minha intenção aqui é apresentar uma concepção bastante diferente de história do Sul da Ásia, em particular para «a época moderna», ou seja, para os três ou quatro séculos que precederam o domínio colonial britânico. Tentarei defender que o meu procedimento é necessário não apenas para fazer justiça à história desse período específico mas também para alterar a base da nossa compreensão sobre a intervenção colonial. Adiantemos então um pouco do argumento: será certamente importante distinguir entre a «modernidade colonial» e a modernidade que existia antes e noutros lugares, mas não podemos assumir que o que existia antes não era, por si só, uma forma de modernidade.⁷

O cerne do argumento gira em torno da expressão «época moderna», não isenta dos seus próprios problemas. Em primeiro lugar estou ciente de que o conceito – usado em relação à Índia ou a outro lugar qualquer – transporta em si uma carga teleológica, mas não vejo como o evitar em qualquer forma de periodização de natureza argumentativa e não simplesmente mecânica. Aqueles de nós que ensinam histórias gerais da Índia confrontam-se constantemente com o problema da velha categoria «medieval»; mas será que podemos continuar a acreditar, como o Congresso de História Indiana, que a «história medieval indiana» dura até cerca de 1757? Um segundo inconveniente é que «época moderna» é uma espécie de categoria universal (e o universalismo está cada vez menos na moda), mas, também aqui, vejo-a como um inconveniente com certas vantagens. E isto porque, e para simplificar, creio que não podemos

⁶ Ver, neste contexto, Denys Lombard, *De la vertu des aires culturelles et de celle des aires culturelles asiatiques en particulier* (Leiden, 1994); e Heather Sutherland, 'Southeast Asian History and the Mediterranean Analogy', *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. 34, n.º 1 (2003): 1-20.

⁷ O meu ponto de vista diverge obviamente e muito consideravelmente de uma conhecida tendência recente de escrita «subalterna», que localiza toda a agência e processos de mudança na Europa e que vê o papel indiano como principalmente reactivo e adaptativo às iniciativas europeias. Este ponto de vista ostensivamente «radical» do colonialismo é assim incapaz de escapar a muitas das mesmas pretensões da velha teoria da modernização e da ainda mais antiga visão colonial e exótica da Índia.

periodizar a história indiana como se a Índia estivesse separada do resto do mundo, seguindo os seus ritmos estritamente internos até ser incorporada no império britânico. A vantagem do conceito de «época moderna» é permitir-nos integrar o Sul da Ásia num conjunto de conjunturas históricas mais amplas, que de facto variam e mudam, e que envolvem, dependendo das alturas, umas ou outras zonas do Sul da Ásia. Por conseguinte, haverá momentos em que fará mais sentido ensinar a história de partes de Bengala ao mesmo tempo que a história da Birmânia costeira e da Tailândia, em vez da história do Guzerate. Ou seja, para além de repensarmos as nossas noções de periodização, somos obrigados a repensar as nossas noções de fronteiras e circuitos, a redesenhar mapas que emergem das problemáticas que pretendemos estudar, em vez de inventarmos problemáticas que encaixem nas cartografias preexistentes.

Nada disto pode ser tratado de forma sensata sem que seja dita alguma coisa, logo de início, acerca da ideia do que é e era a «Índia», e quais os seus possíveis limites. Já defendi que existem duas concepções radicalmente diferentes de Índia que continuam, nesta última década, a dar forma às discussões tanto entre académicos como entre leigos. A tensão entre estas duas concepções é um assunto que merece atenção.⁸ Por um lado temos o ponto de vista minoritário que considera que a «Índia» tal como a conhecemos foi inventada num passado não muito distante, provavelmente pelos britânicos, ou talvez pelos indianos e pelos britânicos agindo em conjunto durante o domínio colonial. Isto é uma manifestação do método construtivista mais geral, de origem académica, mas que se estendeu a outras partes da elite da sociedade indiana. Claro que existe alguma verdade na noção de que a ideia de Índia se alterou significativamente nos séculos XIX e XX, mas é legítimo duvidar de tudo o que tenha sido fabricado por um mero acto de vontade administrativa ou imposição cartográfica. O segundo ponto de vista, radicalmente oposto ao primeiro, e que hoje em dia encontra mais expressão política do que apoio académico, é a ideia de que existe há muito tempo uma noção estável e autárcica de Índia, que remete para o momento em que uma civilização clássica indiana se teria enraizado na planície indo-gangética. Este ponto de vista não se afasta muito da concepção do professor Basham, e normalmente vê

⁸ Sanjay Subrahmanyam, «Inde ouverte ou Inde fermée», in Yves Michaud, ed., *Qu'est-ce que la culture: Université de tous les savoirs*, vol. 6 (Paris, 2001), 69-79.

a sociedade indiana em termos das três fases cronológicas inevitáveis (duas completas e uma incompleta): uma inicial e formativa, que termina *grosso modo* no final do primeiro milénio da era cristã; uma segunda fase de confusão e declínio que termina com o domínio islâmico, e uma terceira – que poderá ainda estar incompleta – de mais dissolução ou de ressurgimento e regresso às origens. Recordemo-nos como o denominado «período muçulmano» foi conceptualizado em obras de referência de há mais de uma geração: aí se afirmava que «a antiga cultura da Índia não pereceu ante a investida muçulmana, como aconteceu com a da Pérsia», e que alguma «influência mútua foi inevitável», mas também que «as invasões muçulmanas e o contacto forçado com novas ideias não tiveram o efeito fertilizador sobre a cultura hindu que seria de esperar». Daqui decorria que «a Índia do século XVIII era mais conservadora do que nos dias das primeiras invasões muçulmanas», o que explicava ter sido através da influência da Europa que o reflorescimento tinha surgido. Não pretendo transformar o Professor Basham no espantalho desta reflexão, mas a verdade é que quando escreveu aquelas frases expressava não apenas as suas ideias mas as de toda uma geração, ou mais, de indologistas. Estas ideias já não são necessariamente partilhadas pelos autores actuais, como uma leitura cuidadosa da obra recente de Romila Thapar *Early India* amplamente demonstra.⁹

Um contraste entre estes pontos de vista e os normalmente defendidos para o Sudeste Asiático, e em especial para o Sudeste Asiático insular, pode ser interessante. O contraste aparece logo ao nível mais imediato, já que raramente – se é que alguma vez – foi defendido o estatuto de «civilização» para essa parte do mundo. Pelo contrário, nas leituras mais optimistas essa região surge como um palimpsesto, e nas mais pessimistas como uma *tabula rasa*, «uma página vazia em que os homens quererão escrever» (para citar as palavras imortais de Rodgers e Hammerstein em *Música no Coração*). A história de Nusantara é vista, nas obras de Vlekke, Burger, Coedès ou Schrieke, como sendo não apenas influenciada mas efectivamente moldada, primeiro, pela civilização indiana, depois, pela civilização islâmica e, mais tarde, a um nível mais limitado, pela civilização ocidental através da experiência singular da Holanda. Estas civilizações são assim antropomorfizadas e é-lhes dado o estatuto de agentes num processo unidireccional; os grandes complexos arquitectónicos como

⁹ Romila Thapar, *Early India, From the Origins to AD 1300* (Londres, 2002).

Prambanan e Borobudur são meros reflexos de modelos indianos preexistentes, por exemplo, embora saibamos com quase toda a certeza que não existiam ainda templos muito grandes no Sul da Índia quando Prambanan foi construído. Contudo, desta condescendência surgiu um vocabulário estranhamente útil para analisar estes processos históricos. Este vocabulário aparece numa enorme, e relativamente desconhecida, obra em três volumes do falecido historiador francês Denys Lombard, intitulada *Le carrefour javanais* (*A encruzilhada javanesa*), que podemos confrontar com o último grande trabalho deixado por Fernand Braudel, o desconcertante *L'identité de la France*, de 1986.¹⁰ Eis duas maneiras muito diferentes de fazer a história da longa duração: na última sublinham-se os contrastes internos da França, mas a possibilidade de a própria França ser o produto de trocas com espaços exteriores às suas fronteiras «hexagonais» é implicitamente negada; na primeira, Lombard celebra o facto de Java estar livre do fardo de ser uma civilização e, por esse motivo, poder ser um cruzamento que transforma, reorganiza e se inspira em correntes vindas da China, de Champa, da Índia, do Iraque e mesmo da Holanda. A ironia não passará despercebida. Braudel – o famoso autor de uma obra sobre o Mediterrâneo que pretendia redefinir radicalmente o que era um espaço legítimo para a investigação histórica – mostra-se incapaz de se libertar das grilhetas nacionalistas ao estudar o problema da «França». Em acentuado contraste, a visão que Lombard tem da história de Java, que explicitamente apresentou como um modelo de história regressiva, começando do presente e recuando para o passado em sucessivas camadas, baseia-se na ideia de que não se pode compreender Java sem pensar nas suas relações com as regiões de Fujian e Guangdong no Sudeste da China, de Benua Keling ou do território tâmil, do Hadramaut ou mesmo de Madagáscar. Será este um luxo a que um historiador francês se pode apenas entregar quando estuda uma terra distante, e não quando abarca a espinhosa história da própria França? O enigma permanece, sobretudo quando se lê uma obra como a mais recente e demasiado famosa *Lieux de mémoire*, ainda mais ensismemada, ainda mais «hexagonal» do que a visão braudeliiana da França. Porque é

¹⁰ Denys Lombard, *Le carrefour javanais: Essai d'histoire globale*, 3 vols. (Paris, 1988); Fernand Braudel, *The identity of France*, trad. Siân Reynolds, 2 vols. (Nova Iorque, 1988-1990). Ver também Sanjay Subrahmanyam, «Writing history 'backwards': Southeast Asian history (and the Annales) at the crossroads», *Studies in History*, (N. S.), vol. x (1) (1994): 131-145.

que é tão fácil ver Java como uma encruzilhada, e não o território da França? Ou, em abono da verdade, da Índia?

Permiti-me esta digressão apenas para insistir que as tentações de um nacionalismo extravagante e de um «presentismo» cru não são um mal exclusivo da historiografia do Sul da Ásia, e que nem sempre temos lições positivas das tradições historiográficas aparentemente mais fortes. No entanto, não pretendo com isto insinuar que a história da «ideia de Índia» (para usar e jocosamente distorcer a intenção da frase de Sunil Khilnani) não seja em si mesma um assunto importante. Na verdade, uma curta reflexão acerca do aparecimento do termo «Índia» poderá ajudar-nos a relembrar a complexidade e multiplicidade de processos de interacção envolvidos na génese de uma definição. A própria palavra deriva, como a maioria de nós saberá, do termo árabe medieval «al-Hind», que por sua vez é uma deformação do muito mais antigo e muito mais limitado termo «Sind». Quando se lêem os enciclopedistas e geógrafos árabes dos tempos medievais depressa se percebe, todavia, que estes são muito ambíguos na delimitação da entidade «al-Hind». Acerca das áreas centrais restam poucas dúvidas: todos incluem a planície indo-gangética desde o Punjab até Bengala. Mas o estatuto das zonas mais a sul da península é já menos claro, e sabemos que nos séculos XV e XVI «Hind» e «Hindustan» por vezes não incluíam o Decão e áreas a sul do rio Narmada. Se, por um lado, existe esta visão minimalista, outros escritores pensavam, na época medieval, que o Sudeste Asiático insular, a Tailândia, o Camboja e (nalguns casos raros) até partes do Sul da Arábia, como o Iémen, pertenciam ao Hind. No total, temos três grandes categorias geográficas que se destacam destas fontes árabes: o «Hind», «Sind» (ou China) e «Ajam» (informalmente a área onde se falava persa). Mas as fronteiras das três eram ambíguas e por vezes até «Ajam» desaparece, como se vê no texto do final do século XII *Akbbâr as-Sîn wa'l Hind*, que diz que:

Os povos do Hind e da China (*abl al-Hind wa'l-Sîn*) concordam que os reinos do mundo são em número de quatro. O que primeiro se conta entre os quatro é o dos árabes (*mulk al-'arab*); é sua opinião unânime, e ninguém duvida, que é o maior de todos os reinos, o mais rico, o mais magnífico, e soberano da grande religião (*al-dîn al-kabîr*) que é inultrapassável. O reino da China (*mulk al-Sîn*) vem depois do

dos árabes; depois o reino de Rum, depois o do Ballaha-Ra'i, o reino dos que furam as orelhas.¹¹

O texto prossegue explicando que este Ballaha-Ra'i é o maior soberano do «Hind» (*ashraf al-Hind*), uma declaração seguida de uma descrição do próprio «Hind», dos seus outros governantes e, mais adiante no texto, de algumas noções rudimentares de estrutura social, como a de que no «Hind» «os escribas e os físicos (*abl al-keitâbat wa'l-tibb*) pertencem a famílias que só elas podem exercer estas profissões».

Em tom semelhante, o texto anónimo persa *Hudûd al-'âlam* (*Os Limites do Mundo*) do final do século X tem uma secção que descreve o Hindustão imediatamente após a descrição do «Chinistão». Ficamos a saber que esta região se encontra a oeste da China e do Tibete e a norte do Grande Mar, e que «possui grandes riquezas, uma população numerosa e muitos reis». O autor ou compilador acrescenta que «em todo o Hindustão o vinho é considerado contra a lei e o adultério lícito», além de notar que «todos os habitantes são idólatras». Os «numerosos ídolos de ouro e prata» são zelados por eremitas e brâmanes (*zâbidân wa brahmanân*); e que em pelo menos uma das cidades, «quando um dos chefes morre, todos os inferiores que vivem sob a sua sombra se matam».¹² Mas mais uma vez os limites do espaço permanecem vagos, e embora compreendam Lahore, Multan, Caxemira e Qannauj, incluem igualmente Kamarup (Assam) e vão até Champa, Khmer e Fansur – ou seja, Barus, na Sumatra. (Por acaso o mesmo texto contém uma referência na sua secção sobre o Oceano Ocidental a um grupo de «doze ilhas chamadas Britanya, das quais umas são cultivadas e as outras desoladas»).

Já aqui se nota uma imagem do «Hind» como entidade à parte ou, melhor dizendo, da existência de imagens estereotipadas e «de marca» do «Hind»; contudo, essas imagens não definem um conjunto de limites geográficos ou culturais assentes em processos de efectiva interacção. Podemos pôr a questão ao contrário, perguntando se as pessoas que viviam neste espaço definido como «Hind» possuíam noções seguras dos limites da sua identidade. Quem estava «dentro» e quem estava «fora», e em que medida estas percepções represen-

¹¹ Jean Sauvaget, ed. e trad., *Abbâr as-Sîn wa'l-Hind: Relation de la Chine et de l'Inde* (Paris, 1948), 11-12.

¹² Vladimir Minorsky, ed., *Hudûd al-'âlam, the regions of the world: a Persian geography*, 327 A. H.-982 A. D. (Carachi, 1980).

tavam um reflexo significativo do dentro e do fora dos limites de uma variedade de processos históricos? Na minha opinião, as ideias dos limites da Índia que encontramos nos séculos XIII, XIV ou XV expressam-se muito mais fortemente como definições externas do que como pretensões internas. Apesar dos interessantes argumentos apresentados por Christopher Bayly e outros acerca da existência, já neste período, de um «velho patriotismo», em geral estas noções continuariam relativamente circunscritas, até porque muitos dos processos políticos do período militavam até contra elas.¹³

Que processos-chave nos permitirão pensar a época moderna no Sul da Ásia? Dada a exiguidade de espaço, gostaria de fazer quatro reflexões breves sobre questões de império, comércio, viagens e aculturação. Pode dizer-se que com o século XV se inicia a grande era dos impérios – algo que a nossa preocupação com os estados-nação, mais recentes, nos tem levado a esquecer. Estas formações imperiais, entre as quais podemos incluir os mogóis, os otomanos, os portugueses e os Habsburgos espanhóis, colidem com a história do Sul da Ásia de formas muitas vezes inesperadas. Como curiosidade, poderia contar que, nas vésperas da conquista mogol de Surrate, a fortaleza estava sob o comando de um antigo súbdito otomano chamado Chengiz Khan e que a guarnição incluía escravos negros e homens libertos da África oriental, bem como malaios e javaneses que para lá tinham ido, provavelmente através de mecanismos de recrutamento de mão-de-obra militar no Estado da Índia português. Ou poderia mencionar um poeta bengali do século XVII na corte birmanesa do Norte de Arakan chamado Sayyid Alaol, que ali chegou depois de ter sido raptado e vendido por mercadores de escravos portugueses, e que viveu o suficiente para ver a invasão mogol da região na década de 1660. Num dos seus poemas, o *Padmâvatî*, Alaol escreve como «de diversas terras, diversos povos, tendo ouvido falar na riqueza de Roshang [Arakan] se vêm pôr à sombra do seu rei: árabes, egípcios, sírios, turcos, abissínios, rumis, khorasanes, usbeques, lahores, multanes, sindhes, caxemires, dakshines, hindis, kamarupes e bengalis».¹⁴ O que interessa não é se todos estes grupos estiveram

realmente na corte, mas sim o facto de Alaol acreditar que o governante de Arakan só podia ter pretensões imperiais se acumulasse esta diversidade de povos sob a sua protecção.

Numa análise recente do império-mundo dos Habsburgos nos tempos da União Ibérica, entre 1580 e 1640, o historiador francês Serge Gruzinski mostrou como as formações imperiais modernas se tornaram arenas privilegiadas para a circulação de ideias políticas, instituições, formas de arte e expressão religiosa.¹⁵ Insistiu na necessidade de tornar inteligíveis estes processos afastando-nos do modelo europeu de «micro-história» e aproximando-nos dos objectos e dos processos em toda a sua complexidade – de que será um bom exemplo o mural pintado por índios numa igreja da cidade mexicana de Puebla no século XVII conter referências a contactos – directos ou mediados – com a Flandres e o Japão. Historiadores da arte no império mogol ou no Irão dos safávidas identificam-se imeditamente com isto; percebemos que os vectores a analisar não são imperiais mas sim interimperiais. O comércio na época moderna passava por alfândegas mas não estava sujeito à ideia de fronteiras políticas no mesmo sentido do comércio de tempos mais recentes. Este comércio e os seus produtos – mesmo estando fora de moda a história económica – podem conduzir-nos a direcções inesperadas. Há uns anos o antropólogo Chris Fuller, ao escrever um livro com uma abordagem antropológica do hinduísmo, escolheu para título *The Camphor Flame (A Chama de Cânfora)*.¹⁶ Mas fê-lo sabendo que uma grande parte da cânfora usada no Sul da Índia nos séculos XVI e XVII (e até antes) vinha do porto de Barus e seus arredores, na Sumatra?¹⁷ Nessa mesma época, uma boa parte do Sudeste Asiático, a península e o arquipélago malaios, usavam tecidos indianos não apenas para ocasiões festivas ou rituais, mas para uso diário, como podemos observar nas ricas colecções do Ashmolean Museum. E a maior parte da prata cunhada em rupias no império mogol vinha da distante Potosí, no vice-reino espanhol do Peru, e do Japão dos Tokugawas. Como é que se pode, então,

¹³ C. A. Bayly, *Origins of Nationality in South Asia: Patriotism and Ethical Government in the Making of Modern India* (Deli, 1998).

¹⁴ Para uma análise destas fontes, ver Sanjay Subrahmanyam, «And a River Runs Through It: The Mrauk-U Kingdom and Its Bay of Bengal Context», in Jos Gommans e Jacques Leider, eds., *The Maritime Frontier of Burma: Exploring Political, Cultural and Commercial Interaction in the Indian Ocean World, 1200-1800* (Leiden, 2002), 107-126.

¹⁵ Serge Gruzinski, «Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories'», *Annales HSS*, vol. 56, n.º 1 (2001): 85-117.

¹⁶ C. J. Fuller, *The camphor flame: Popular Hinduism and society in India* (Princeton, 1992).

¹⁷ Nouha Stéphan, «Le camphre dans les sources arabes et persanes: Production et usages», in Claude Guillot, ed., *Histoire de Barus (Sumatra), La Site de Lobu Tua, I: Études et Documents* (Paris, 1998), 225-241.

separar as trajectórias destas regiões, mesmo do ponto de vista de uma história da vida quotidiana e dos seus objectos?

Apercebemo-nos de algumas destas relações quando olhamos para os relatos de viagens escritos durante este período, não apenas os conhecidos cadernos dos homens europeus e, mais tarde, das *memsahibs*, mas os elaborados por visitantes de Deli vindos dos domínios otomanos ou de Samarcanda ou por viajantes de Patna rumo a Isfahan. Estes relatos de viagens no mundo indo-persa moderno, sobre os quais tenho vindo a trabalhar com Muzaffar Alam, apontam não só para nexos interessantes mas também para ausências curiosas. Para mim, o facto de a China desaparecer dos textos do Sul da Ásia após o século xv, enquanto a Sul da Ásia Central e do Irão aparecem com ainda mais força, tem algum significado. Os viajantes de Isfahan ou de Istambul tratam os domínios mogóis simultaneamente como uma região perfeitamente familiar e como uma terra de maravilhas (*'ajā'ib*) e riquezas sem par. Recordam-nos que o factor imperial explica alguma da dispersão dos grupos, com rajputs e pathans a irem do Norte para o Sul da Índia, e khattris e brâmanes saraswat para Cabul e Ghazna. Mas mostram-nos igualmente que existiam espaços maiores com uma cultura partilhada que transcendia fronteiras imperiais, e que permitia aos escribas, poetas, homens da artilharia, físicos e mesmo artesãos moverem-se através das fronteiras demarcadas pelos recentes «estudos de área». Esta viagem podia ser literal mas também metafórica: seria interessante um estudo das narrativas de sonho dos séculos XVI e XVII e dos espaços geográficos que abarcavam. Por alguma razão o sultão Bahadur do Guzerate se gabava na década de 1530 de que se «queria ir a Portugal e ao Brasil, e a Turquia e a Arábia e a Pérsia»¹⁸ lhe bastava comer um pouco de banguê.

Retomo aqui uma questão que mencionei atrás, a distinção, na noção de área, entre *area studies* e *aire culturelle*. Para os propósitos do historiador do século XVI, qual é a noção apropriada de uma *aire culturelle*? Será que o mundo persa, que se estendia da Ásia Menor até ao Decão, ou nalgumas versões até mesmo à Birmânia e à Tailândia, não preenche os critérios para essa definição? Se recuarmos a uma época anterior, que dizer da cosmópolis sânscrita, sobre a qual Sheldon Pollock e outros escreveram tão sedutoramente

¹⁸ Garcia da Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. I, ed. conde de Ficalho (Lisboa, 1891), 97.

– mesmo que nem sempre persuasivamente – defendendo estender-se até ao Camboja e a Champa? Corremos aqui um risco real, o do imperialismo cultural dos denominados teóricos da «Grande Índia», cuja presença tanto se impôs nos anos 30 e 40 do século xx. Mas se olharmos para a relação entre a Índia e o Irão nos últimos tempos percebemos que os nacionalismos recentes causaram grandes estragos historiográficos num outro sentido. Se, por um lado, a historiografia corrente no Irão recusa liminarmente reconhecer as múltiplas relações e trocas entre os domínios safávidas e mogóis, por outro, os historiadores indianos muitas vezes parecem querer levar à letra a famosa pintura da corte de Jahangir, em que o balofo e imponente imperador mogol, de pé sobre um leão, envolve num abraço um minúsculo Shah 'Abbas, de pé sobre um cordeiro.

Eis uma boa ocasião para «salvar a história da nação» (para usar uma frase muito conhecida), não só realçando o local e o regional, ou gradualmente reduzindo como uma forma de «bifurcação» (no vocabulário de Prasenjit Duara), mas movimentando-nos lateralmente, no sentido adoptado com algumas variações por Joseph Fletcher ou Serge Gruzinski.¹⁹ Este movimento lateral não só engloba como enfatiza uma certa forma de interacção – o que logicamente me leva ao último dos meus temas, a «aculturação». Reafirmo que é um termo problemático e certamente não lhe dou o velho significado de Melville Herskovits, nem pretendo retratá-lo como o encontro de duas culturas fixas, estáveis e preexistentes que produzem uma intermédia. Nathan Wachtel, nos anos 80, retomou o termo de forma plausível e demonstrou a sua utilidade, pelo menos para o caso da América espanhola.²⁰ Os que não gostam do termo podem, se preferirem, usar o francês *métissage* ou o espanhol *mestizaje*, embora resista activamente, por questões de princípio, a todas as aproximações ao termo «hibridismo». Qual será a operacionalidade desta constelação de conceitos para o período estudado e para os problemas que pretendo salientar? Um exemplo concreto poderá ser novamente esclarecedor. Tomemos o caso do estado de Vijayanagar no Sul da Índia entre meados do século xiv e meados do século xvii. Há uma ou duas gerações, sobretudo nos anos 60, a maior parte dos historiadores, como K. A. Nilakantha Sastri, teria

¹⁹ Prasenjit Duara, *Rescuing History from the Nation: Questioning Narratives of Modern China* (Chicago, 1995), cap. 2.

²⁰ Nathan Wachtel «L'acculturation», in Jacques LeGoff e Pierre Nora, *Faire de l'histoire*, vol. I (Paris, 1974), 124-146.

descrito sem hesitação este estado como um centro de cultura política hindu na sua forma mais pura, antiga e militante, que resistia à incorporação física e à influência cultural de Deli, bem como dos sultanatos do Decão. Hoje em dia, contudo, a maior partes dos que trabalham sobre Vijayanagar – desde o desaparecido Burton Stein até Phillip Wagoner – salientam o erro deste ponto de vista.²¹ Em oposição, indicam a abertura a influências externas, quer de Ormuz e do golfo Pérsico, ou do Norte da Índia e do Decão, que se podem observar na arquitectura, nos sistemas de irrigação, na organização fiscal e militar e até mesmo nos títulos dos seus reis. Não era uma cultura virgem, mas uma cultura formada pelo cruzamento de processos de aculturação, definidos por circuitos com limites no subcontinente indiano ou fora dele. O mito de um Vijayanagar hindu, resistindo a opositores muçulmanos era, obviamente, uma produção complexa, em parte encenada pelos ideólogos tardios do império em declínio, em parte devedora da intervenção dos portugueses que, na busca de ajuda contra o domínio «mouro» da Índia peninsular, pensaram que os reis «gentios» de Vijayanagar eram seus amigos naturais. E se é verdade que em meados do século XVI tinham já abandonado esta ilusão, resquícios dela persistiram na opinião de autores posteriores, incluindo holandeses e franceses.

Poderíamos abordar este problema a vários níveis e escalas, desde a história de uma grande formação política como Vijayanagar até à biografia de um indivíduo que encarnasse alguns destes processos de aculturação. Um claro exemplo deste último é uma personagem cujas vida e época têm sido objecto de uma investigação feita por mim e Muzaffar Alam, enquanto outros estudos recentes se dedicam à sua criação literária.²² Refiro-me ao cortesão e escritor khatri do século XVIII Anand Ram Mukhlis, amigo íntimo do conhecido Siraj al-Din 'Ali Khan Arzu e autor de um volumoso conjunto de escritos que vão desde a lexicografia ao romance, passando por crónicas e relatos de viagens. Mukhlis, cuja família era do Punjab mas que viveu

a maior parte da vida na Deli mogol, sabia citar e compor versos em persa e *rekhta*, e demonstrava uma grande familiaridade com o mundo mais alargado do persa desde Mirza Bedil aos mais famosos poetas do Irão. Ao mesmo tempo debruçou-se sobre uma espécie de «folclore vernáculo», que tentou incorporar na panóplia dos seus interesses e formas de conhecimento. Assim, por exemplo, fazia comentários no seu relato de viagem e numa das suas outras obras, o *Mirât al-Istilah*, às crenças populares acerca de pessoas como o famoso Lal Bujhakkar, uma figura lendária do Norte da Índia que, como o igualmente famoso Shaikh Chilli, conseguia resolver todo o tipo de enigmas e problemas. Mukhlis citava de memória versos em *braj bhasha* escritos pelo poeta Devendra, que envolviam a mítica personagem vaishnava de Uddhav, e compôs um verso persa quando se encontrava em Garh Muktesar que reza assim:

Ó Mukhlis, deixei a cidade em direcção à selva,
sofri as agruras da viagem.
No ano de 1158 dou graças centenas de vezes
por poder de novo banhar-me no Ganges.

Não preciso de destacar a justaposição interessante do banho no Ganges e o uso do calendário da Hégira, ou a maneira informal como o verso *braj bhasha* é por ele tecido numa narrativa em prosa persa. Nem talvez necessite de insistir que escritores como Mukhlis e Bedil são de difícil acesso à actual historiografia iraniana, mesmo que escrevam em persa, precisamente porque se localizam num espaço cultural que a historiografia nacional e nacionalista contemporânea tem dificuldade em aceitar. A bifurcação que inicialmente precisamos de realizar (se seguirmos Duara) poderá conduzir-nos a uma topologia mais complexa, em que a comunidade e a sua história não se opõem à história nacional abrangente mas onde a história de certas comunidades ou mesmo de certos indivíduos pode transcender e abranger várias histórias nacionais ou regionais.

Desejava concluir regressando por instantes, mais uma vez, ao problema da «época moderna», e gostaria de insistir que é particularmente apropriado fazê-lo aqui, na Universidade de Oxford. Porque Oxford, pelo menos para mim, não é apenas a sede de uma poderosa corrente de estudos indológicos e residência de muitos historiadores significativos do império britânico na Índia. É também a universidade onde alguns dos mais proeminentes histo-

²¹ Burton Stein, *Vijayanagar (The New Cambridge History of India)*, vol. 1, 2 (Cambridge, 1989); Phillip B. Wagoner, «Sultan among Hindu Kings: Dress, Titles and the Islamicization of Hindu Culture at Vijayanagara», *The Journal of Asian Studies*, vol. 55, n.º 4 (1996): 851-880.

²² Acerca de Anand Ram, ver Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «Discovering the Familiar: Notes on the Travel-Account of Anand Ram Mukhlis», *South Asia Research*, vol. 16, n.º 2 (1996): 131-154; também Shantanu Phukan, «Through throats where many rivers meet: The ecology of Hindi in the world of Persian», *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 38, n.º 1 (2001): 33-58.

riadores do império mogol e da Índia da época moderna fizeram os seus doutoramentos ao longo dos anos, de Sayyid Nurul Hasan a Irfan Habib e Tapan Raychaudhuri. Estes historiadores debruçaram-se sobre vários aspectos da história da Índia entre o século XVI e o século XVIII, desde o sufismo ao comércio da Companhia das Índias Orientais, das relações agrárias à história da tecnologia. As conclusões dos meus trabalhos nem sempre concordaram com estes académicos, mas é indubitável que na ausência dos seus estudos a historiografia indiana para a época moderna seria muito mais pobre. Assim, apesar de muitos desentendimentos, eu — como qualquer estudioso do período — devo reconhecer a grande dívida que tenho para com esta tradição de erudição que emanou de Oxford.

Comecei este texto com a evocação da figura de Ashin Das Gupta. Ao encerrar, gostaria de me referir a outro académico que me tem inspirado, o poeta e crítico literário Velcheru Narayana Rao. Se pintei um quadro a traços muito grosseiros, não o fiz para sugerir que apenas a macro-história tem significado. O historiador do período de que me ocupo tem de escavar bem fundo nos arquivos, mas igualmente ouvir com atenção os textos, sejam em persa, sânscrito ou nas línguas vernáculas indianas. Tem igualmente de estar preparado para derrubar paredes disciplinares, fazendo perguntas que vão da história à literatura e de novo à história, para tornar possível uma nova história cultural da Índia neste período. Nos meus esforços nessa direcção mantive com grande proveito uma colaboração com David Shulman em Jerusalém e, talvez mais particularmente, com Narayana Rao. Este estudioso alterou fundamentalmente a percepção que muitos de nós tínhamos dos séculos XIV a XVIII, abrindo uma janela para o vasto mundo da literatura télugu, mas mostrando-nos também que o télugu nos pode oferecer uma janela para um mundo muito mais vasto de problemas e questões. Narayana Rao ensinou-me que, apesar do investimento político e emocional relativamente recente na história da Índia antiga, esse período e o seu conjunto de sociedades não é, simplesmente, uma realidade para nós da mesma forma como o são os últimos cinco ou seis séculos e, por essa razão, nunca poderá atingir o mesmo estatuto. Além disso, este passado intermédio só é inteligível à luz da noção de encruzilhada, em que não só as regiões e as culturas regionais do Sul da Ásia se influenciaram umas às outras como as coisas iam e vinham de terras muito mais distantes, da Europa, da Ásia central, do Irão e do império otomano, ou do Sudeste Asiático e da África oriental.

De nada nos servirá, como é óbvio, fingir que estes processos de troca não estiveram ligados a violência, mesmo antes do domínio colonial. Foram construídos impérios e foram saqueadas cidades; locais religiosos foram dessacralizados e opositores políticos massacrados. Eram assim as coisas no nosso canto do mundo, tal como eram no Irão medieval, na Alemanha da Guerra dos Trinta Anos, ou no império dos incas. A relação indiana com África, por exemplo, está ligada ao comércio de escravos no oceano Índico, visto que os africanos eram trazidos como escravos para servir nos estados da Índia medieval. Mas, por outro lado, está ligada à história complexa das comunidades mercantis indianas ocidentais, que lucravam com África e com o comércio africano.

Por isso, e apesar do ocasional lapso freudiano que possa ter tido, reafirmo claramente ao leitor que a minha intenção não tem sido a celebração deste passado como uma Idade do Ouro, claramente superior à nossa. A passagem do mundo de interacções que descrevi para o mundo dominado pelo império britânico no século XIX foi, obviamente, muito complexa e não pode ser apenas enunciada como se de uma narrativa trágica se tratasse. Todavia, os elementos de profunda transformação presentes na instalação de uma modernidade colonial não podem ser negados, nem o são na realidade — mesmo por supostos proponentes da «tese de continuidade» como Christopher Bayly ou David Washbrook. Entre o mundo que descrevi e o de 1850, a diferença não estará certamente entre um espaço aberto de circulação e um espaço fechado de fronteiras e limites fixos. No entanto, ocorreram realmente mudanças, como podemos ver em qualquer conjunto de indicadores avulsos e dispersos: o facto de as elites do Irão e do Hindustão terem progressivamente virado as costas uma à outra, o desaparecimento gradual de motivos religiosos indianos das igrejas do Peru e do Brasil, a preocupação obsessiva em medir a Índia e todas as coisas indianas a partir de um padrão europeu que ainda hoje nos acompanha. Um visitante vietnamita da Calcutá do século XIX, Ly Van Phuc (1785-1849) ficou tão surpreendido com este último facto que chegou a acreditar que a Inglaterra se situava bem próximo, talvez logo atrás das montanhas do Norte.²³ Com toda esta desproporção absurda, do seu ponto de vista a Inglaterra tornara-

²³ Claudine Salmon prepara uma tradução do seu texto. Para uma análise mais detalhada, ver C. Salmon, «Bengal as Reflected in Two South-East Travelogues from the Early Nineteenth Century», in Denys Lombard e Om Prakash, eds., *Commerce and Culture in the Bay of Bengal, 1500-1800* (Nova Deli, 1999), 383-402.

-se para a Índia o que a China se tinha tornado para o Vietname. Era apenas uma questão de tempo até a Índia «tradicional» e imutável, com as suas aldeias-repúblicas, o seu sistema *jajmani*, e o mundo feliz do *homo hierarchicus* ser inventada, ou pelo menos se transformar no estereótipo dominante na imaginação sobre o passado indiano. A «modernidade», tal como todas as formas de verdadeira mudança, seria vista como um presente do Ocidente, uma bênção ou uma maldição, como o grande poeta télugu Gurujada Appa Rao escreveria ironicamente sobre o cometa Halley:

Os poetas inventam coisas
Boas, más e indiferentes.
Os eruditos não confiam
Em nenhum dos seus doidos mitos.
Os ingleses sabem.
Vêm o que os olhos não vêem.
Ensinado por eles aprendi
A verdade das coisas tal como elas são.²⁴

²⁴ Velcheru Narayana Rao, ed. e trad., *Hibiscus on the Lake: Twentieth-Century Telugu Poetry from India* (Madison, 2003), 7.

Capítulo 2

Perspectivas indianas sobre a presença portuguesa na Ásia, 1500-1700

É o que dizem persas e fenícios, e não tenho intenção de o julgar verdadeiro ou falso [...]. Porque a maior parte das [cidades] que em tempos foram grandiosas são agora pequenas; e aquelas que foram pequenas eram grandiosas no meu tempo. Sabendo, por isso, que a prosperidade humana não se detém muito tempo no mesmo sítio, concederei a minha atenção a ambas.

Heródoto, *As Histórias*.¹

Introdução

As fontes portuguesas, na opinião da generalidade dos autores, desempenharam um papel significativo na definição da nossa compreensão da história política e económica da Ásia nos séculos XVI e XVII. Dificilmente poderemos conceber a historiografia contemporânea do estado de Vijayanagar, no Sul da Índia, por exemplo, sem recordarmos que esta assenta, em grande medida, nos relatos portugueses de Domingos Paes e Fernão Nunes, publicados pela primeira vez por David Lopes no final do século XIX, e traduzidos para inglês por Robert Sewell na sua obra *A Forgotten Empire – Vijayanagar*. O próprio David Lopes escreveria sobre estes textos que «Não existe em língua nenhuma, que saibamos, cousa que se lhe possa comparar, quer na parte histórica propria-

¹ Heródoto, *The Histories*, trad. Aubrey de Sélincourt, rev. John Marincola (Londres, 1996), 4-5.

mente dita, quer como descrição do país (e em especial da capital), produtos, costumes, etc.»² e Sewell concordava, afirmando que estas fontes eram «realmente de valor incalculável, esclarecendo de forma extraordinária a condição de Vijayanagar bem como vários momentos dúbios da sua história».³ Burton Stein, um historiador mais recente e céptico, que sugeriu (talvez injustificadamente) que «estes mercadores aventureiros portugueses não sabiam línguas indianas o suficiente para corrigir as suas impressões visuais com esclarecimentos obtidos a partir de opiniões verbais ou escritas de indianos», concedeu que estes textos «não eram meras invenções», referindo que o seu conteúdo «fora autenticado por actos em numerosas cortes do Sul da Índia bem como por textos com eles relacionados».⁴ A nossa visão do Japão de finais do século XVI, sob Oda Nobunaga ou Toyotomi Hideyoshi depende ainda do testemunho de autores jesuítas como Luís Fróis ou Alessandro Valignano, que nessa altura lá viveram. As visões contemporâneas dos estados mogol, safávida e otomano carregam, ainda que em menor grau, a marca dos escritos de observadores portugueses e outros europeus, que residiram na Ásia entre 1500 e 1700. Mesmo que tratemos com alguma cautela ou cepticismo (como o acima citado Burton Stein) estes relatos, poucos se atreverão a negar a sua utilidade ou a nossa capacidade para os usar. Contudo, insistir na inocência e omnisciência do olhar europeu, ainda que seja para destruir, ao mesmo tempo, o fantasma saidiano, não se nos afigura exercício particularmente útil ou pertinente.⁵ Em vez disso citemos a posição equilibrada de uma reputada otomanista:

Em certos casos, os estudos construídos quase exclusivamente a partir de provas locais ou baseadas em Istambul podem, de facto, ser

² *Chronica dos Reis de Bisnaga*, publ. por David Lopes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1897), LXXXVI.

³ Robert Sewell, *A Forgotten Empire (Vijayanagar): A Contribution to the History of India*, reimpressão (Nova Deli, 1982), VIII.

⁴ Burton Stein, *Vijayanagara (The New Cambridge History of India, vol. 1, 2 (Cambridge, 1989), 3-4*. Ver também Sanjay Subrahmanyam, «Agreeing to Disagree: Burton Stein on Vijayanagar», *South Asia Research*, XVII, n.º 2 (1997): 127-139.

⁵ Esta é a posição defendida em Joan-Pau Rubiés, *Travel and Ethnology in the Renaissance: South India through European Eyes, 1250-1625* (Cambridge, 2000), 389-391. Apenas podemos contrastar a imodéstia das conclusões da obra com a própria confissão do autor de não ser «especialista em línguas do Sul da Índia [ou outras asiáticas]» (XIII), e por isso a sua obra tratar das «atitudes europeias por um historiador europeu, mais do que de uma reconstrução das realidades históricas do Sul da Índia».

realizados [...]. Mas noutros a informação veiculada por viajantes ou diplomatas venezianos, ingleses ou franceses é tão importante que não a podemos, simplesmente, negligenciar. Afinal, o estado otomano dos séculos XIV a XVI definia-se como um estado à conquista dos infiéis. Isto significa que existiram contactos estreitos com mercadores venezianos, príncipes balcânicos e, ocasionalmente, membros das casas reinantes da Europa ocidental desde os primeiros tempos da história otomana. O uso crítico das fontes europeias constitui assim um grande desafio ao historiador otomanista.⁶

Curioso, e digno de nota, é que esta relação entre os portugueses e a Ásia se tenha mantido fundamentalmente assimétrica. Ou seja, as fontes asiáticas sobre a história dos portugueses no continente entre 1500 e 1700 têm sido, na sua maioria, ignoradas, na premissa de que o que os asiáticos tinham a dizer acerca da presença portuguesa não seria de especial interesse ou relevância. As raízes deste preconceito não são difíceis de encontrar. Há pouco mais de um quarto de século, um dos mais inovadores historiadores contemporâneos, Michel de Certeau, ainda insistia que «a historiografia separa o seu tempo presente de um tempo passado», e que «longe de ser auto-evidente, esta construção é uma característica unicamente ocidental». Sem referir historiadores da Índia mogol (que nos anos 60 e 70 não escasseavam) mas sim o antropólogo estruturalista Louis Dumont, Certeau concordava que na Índia «as novas formas nunca afastam as antigas»; sugeria também que em sociedades tão distantes entre si como as da Índia, Madagáscar e Daomé não se encontrava a capacidade para impor «um corte entre um presente e um passado», o que, por sua vez, significava que aos documentos produzidos fora do «Ocidente» nunca seria permitido mais do que um estatuto epistemológico de curiosidade exótica de valor limitado.⁷ Em vão se procura um reconhecimento de obras como *La vision des vaincus (A Visão dos Vencidos)* de Nathan Wachtel, tanto aqui como nos escritos dos principais historiadores da época moderna.

Nas últimas décadas, porém, os especialistas em história da Ásia raramente adoptaram esta posição, quer em trabalhos sobre o Japão dos Tokugawas ou sobre a China das dinastias Ming e Ch'ing. Historiadores da China como Jacques Gernet têm sido bastante críticos

⁶ Suraiya Faroqi, *Approaching Ottoman History: An Introduction to the Sources* (Cambridge, 1999), 110.

⁷ Michel de Certeau, *The Writing of History*, trad. Tom Conley (Nova Iorque, 1988), 3-5.

acerca do uso de fontes ocidentais, afirmando que se baseiam em mal-entendidos e falsas representações de natureza grave, e que, ao invés, o historiador se deve apoiar em fontes chinesas, de forma a compreender as relações entre a China e a Europa nas épocas Ming e Ch'ing.⁸ Felizmente, outros tiveram posições menos radicais. O trabalho do falecido Jean Aubin, por exemplo, dedicava-se a examinar a situação no Norte de África, na Ásia ocidental e no oceano Índico ocidental no início do século XVI, usando documentos não apenas em português, espanhol e italiano, mas também em árabe e em especial em persa.⁹ É-nos recordado, ao lermos o seu trabalho, que os sucessos e os fracassos dos portugueses em águas asiáticas durante o reinado de D. Manuel dependiam, até certo ponto, de desenvolvimentos políticos e económicos no Egipto, no império otomano e no Irão. Da mesma maneira, *The Great Ship from Amacon* de Charles Boxer reproduz em valioso apêndice documentos japoneses cruciais para a compreensão da expulsão dos portugueses do arquipélago, no final da década de 1630. Mais tarde George Elison (ou Jurgis Elisonas) daria mais um passo nesta análise ao estudar os tratados filosóficos japoneses sobre o cristianismo desse período, numa tentativa de perceber o que é que teria motivado o regime tokugawa nas suas políticas antiportuguesas, e de que forma estes motivos teriam encontrado uma expressão ideológica. Em conjunto com a obra bastante mais geral de Ronald Toby, que analisa a tentativa tokugawa de criar uma ordem no Leste da Ásia centrada no Japão, estes livros demonstraram-nos que a percepção correcta de um dos acontecimentos mais importantes da história dos portugueses na Ásia – a sua expulsão do Japão – reside em grande medida, não na documentação portuguesa, mas na documentação produzida por uma sociedade asiática.¹⁰

⁸ Jacques Gernet, *China and the Christian Impact*, trad. Janet Lloyd (Cambridge, 1985).

⁹ Cf. Jean Aubin, «La crise égyptienne de 1510-1512: Venise, Louis XII et le Sultan», *Moyen Orient et Océan Indien*, vol. VI (1989), 123-150; Aubin, «Le Royaume d'Ormuz au début du XVII^e siècle», *Mare Luso-Indicum*, vol. II (1973).

¹⁰ Charles R. Boxer, *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan trade. 1555-1640* (Lisboa, 1959); George Elison, *Deus destroyed: The image of Christianity in early modern Japan* (Cambridge, Mass., 1973); Ronald Toby, «Reopening the question of 'Sakoku': Diplomacy in the legitimation of the Tokugawa Bakufu», *The Journal of Japan Studies*, vol. III, n.º 2 (1977): 323-363, bem como o seu estudo mais elaborado em *State and diplomacy in early modern Japan: Asia in the development of the Tokugawa Bakufu* (Princeton, 1984).

Para uma tipologia das fontes

Muitos historiadores considerarão pouco excepcional, na teoria, esta última afirmação. Contudo, na prática, não será assim. O conceito de uma historiografia sobre a «expansão europeia» baseia-se, ainda hoje e em grande parte, na ideia de que os testemunhos europeus são suficientes para reconstruir a natureza e a lógica da presença europeia nas diferentes partes do globo. Por essa razão ainda é sugerido que as fontes não-europeias e, portanto, os pontos de vista não-europeus, são maioritariamente irrelevantes para o historiador dos portugueses ou dos holandeses na Ásia.¹¹ Onde residirão as raízes de tal posição? Será este, certamente, o ponto de partida para qualquer análise das fontes asiáticas sobre a presença portuguesa na Ásia.

As raízes deste preconceito estarão, como já vimos com Certeau, na noção de que na Ásia, ao contrário do Ocidente, os modelos de tempo raramente seriam monotónicos e que por essa razão a sucessão e a causalidade históricas, no modelo de Tucídides, quase nunca preocuparam os autores autóctones.¹² Os modelos «atemporais» e «imutáveis» no seio dos quais os autores asiáticos teriam organizado os seus documentos descritivos não seriam especialmente apropriados à análise histórica no sentido em que hoje a entendemos. Mas, por essa ordem de ideias, poder-se-ia argumentar que autores como Jacob van Leur e Louis Dumont, que defendem a noção de uma Ásia relativamente imutável e estruturalmente estável antes da chegada dos portugueses, mais não faziam do que usar as categorias e percepções internas aos sistemas de pensamento asiáticos.¹³

É indiscutível que as noções cíclicas de tempo dominam certas categorias do pensamento clássico na Índia ou na China. Mesmo no caso do mundo malaio, um texto popular da colecção Raffles, anali-

¹¹ Ver, por exemplo, as afirmações extravagantes feitas em Gijs Kruijtzter, «Madanna, Akkanna and the Brahmin Revolution: A study of mentality, group behaviour and personality in seventeenth-century India», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. XLIV, n.º 2 (2002): 232-267.

¹² Ver Narayana Rao e David Shulman, «History, Biography and Poetry at the Tanjavur Nayaka Court», *Social Analysis*, n.º 25 (1989), número especial editado por H. L. Seneviratne sobre *Identity, Consciousness and the Past: The South Asia Scene*: 115-130. Posteriormente já abordámos esta questão com alguma profundidade em Velcheru Narayana Rao, David Shulman e Sanjay Subrahmanyam, *Textures of Time: Writing History in South India, 1600-1800* (Nova Deli, 2001).

¹³ Louis Dumont, *Homo Hierarchicus: The Caste System and its Implications*, trad. Mark Sainsbury (Chicago, 1980); J. C. Van Leur, *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History* (Haia, 1955).

sado por Luís Filipe Thomaz, que descreve a tomada de Malaca pelos portugueses e sua posterior queda, está organizado em termos de um modelo cíclico mais ou menos rígido, de transgressão, controlo e, finalmente, retribuição.¹⁴ Neste texto, composto por um tal Datu Bendahara, os portugueses ganham Malaca através de um estratagem clássico, ou seja, convencendo o sultão a dar-lhes um pedaço de terra «tão grande quanto o couro de um animal» (e que de facto era tão extenso quanto a área medida por uma correia de couro feita da pele do animal). O sultão fugiria ao ser atacado a partir de um forte construído nessa terra, e durante algum tempo os portugueses dominaram. Depois vieram os holandeses, e desejando comerciar em Malaca, foram forçados a apelar à ajuda do sultão (que se refugiara em Johor). Este enviou os seus guerreiros *amok* que resolveram a questão que os holandeses não conseguiram resolver. A honra malaia foi restaurada e holandeses e malaios viveram felizes para sempre! Este é, sem dúvida, um caso clássico da «falibilidade» das fontes asiáticas. Todos os «factos» principais estão errados, desde o nome do sultão até à maneira como os portugueses tomaram Malaca, passando pela duração do domínio português. Para defender este texto como fonte, o historiador é forçado a adoptar uma espécie de relativismo cultural. Afinal de contas, também este texto é um artefacto, e deve ter algum significado para os malaios que o produziram. Pelo menos mostra um ponto de vista, mesmo que não seja empiricamente defensável.

Os historiadores da expansão europeia afastam-se agora com desdém. Mas aos que o fazem deveria ser recordado que os textos europeus do período também contêm material bastante curioso. Uma lenda persistente referente a certas zonas de Kerala e da Costa da Pescaria de Tamilnadu, surgida pela primeira vez em Duarte Barbosa e que acaba por aparecer nos diários dos primeiros capitães da Companhia Inglesa das Índias, relata um ritual suicida através do desmembramento gradual como modo de facilitar a sucessão real.¹⁵

¹⁴ Luís Filipe F. R. Thomaz, «La prise de Malaca par les Portugais vue par les Malais (d'après le manuscrit Raffles 32 de la Royal Asiatic Society)», in *Studies on Cultural Contact and Textual Interpretation* (Leiden, 1986); ver também Thomaz, «Os Frangues na terra de Malaca», in Luís Filipe Barreto e Francisco Contento Domingues, eds. *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimientos Europeus* (Em homenagem a Luís de Albuquerque), 2 vols. (Lisboa, 1987, vol. II): 209-217.

¹⁵ Cf. M. L. Dames, ed. e trad., *The Book of Duarte Barbosa*, 2 vols. (Londres, 1918-1921), e relatos posteriores de William Keeling, John Jourdain, Alexander

Embora dificilmente este mito possa ser levado a sério, também não o podemos descartar totalmente, se desejarmos compreender as mentalidades dos europeus na Ásia. Afinal, o facto de portugueses, holandeses e ingleses acreditarem que determinadas zonas da Ásia nos séculos XVI e XVII eram extraordinariamente violentas terá tido algum efeito no seu comportamento.¹⁶

O texto malaio escolhido para iniciar a nossa análise é um exemplo extremo. Pertence a uma categoria muito diferente, mesmo no mundo malaio, das literaturas *hikayat* e *sejarah*, as mais comuns, provavelmente as mais influenciadas pela tradição cronística islâmica.¹⁷ Esta tradição cronística, que existia na maior parte da Ásia ocidental nessa época, pode também ser encontrada no Norte da Índia e no Decão e, a partir de finais do século XVII, também no Sul da Índia. No caso do estado mogol, quase cada um dos principais reinados produziu um conjunto de crónicas e relatos, alguns de carácter mais «oficial» – como a *Akbar Nâma* (que inclui a *Â'in-i Akbarî*) de Abu'l Fazl 'Allami's – do que outros. As crónicas podem ser subdivididas entre as que foram escritas mais ou menos ao mesmo tempo que os acontecimentos descritos e aquelas (muitas vezes chamadas «apócrifas») que são relatos retrospectivos, de datas muito mais tardias. O historiador da Ásia portuguesa está fami-

Hamilton, e outros. Para uma breve análise deste mito, ver também Gilles Tarabout, «Au 'royaume' des Brahmanes, les guerriers sont rois: Souveraineté, pouvoir et statut au Kerala», in J. Pouchepadass e H. Stern, eds. *De la royauté à l'Etat dans le monde indien* (Collection Purusartha n.º 13, Paris, 1991): 108-109.

¹⁶ Para uma análise preliminar desta questão, ver Sanjay Subrahmanyam, *The political economy of commerce: Southern India. 1500-1650* (Cambridge, 1990), 254-259.

¹⁷ Para uma introdução às fontes malaias do período respeitante a um sultanato, ver Denys Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh au temps d'Iskandar Muda. 1607-1636* (Paris, 1967), 19-22. Lombard ocupa-se essencialmente de três textos: *Bustan us-Salatin* de Nur al-Din; o anónimo *Hikayat Aceh*; e o compêndio intitulado *Adat Aceh*. Thomaz, nos seus estudos citados na nota 14 *supra*, compara o texto que cita com outros que considera terem mais veracidade factual, tais como o *Sejarah Melayu*, de que foram traduzidos dois manuscritos, um por C. C. Brown (Kuala Lumpur, 1970), e o outro por W. G. Shellabear (Kuala Lumpur, 1975). Contudo, pelo menos um autor vindo da área da antropologia afirmou que estes escritos malaios (e por implicação, presume-se, outros escritos asiáticos do período) são na sua maioria «rasos» e não têm qualquer sentido da historicidade, visto que a história é «um género ocidental pós-renascentista»; cf. Shelly Errington, «Some comments on Style in the Meanings of the Past», *The Journal of Asian Studies*, vol. xxxviii, n.º 2 (1979): 231-244, que em parte se baseia numa análise do *Hikayat Hang Tuah*. Evidentemente contestaria esta opinião, como implicitamente fariam muitos outros historiadores da Ásia deste período, como Victor Lieberman, «How reliable is U Kala's Burmese Chronicle? Some new comparisons», *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. xvii, n.º 2 (1986): 236-255.

liarizado com a crónica como fonte. Para o século XVI dispõe de cronistas como João de Barros, Damião de Góis, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto, que em conjunto formam um verdadeiro tesouro. Mas que dizer de Couto comparado com, digamos, Abu'l Fazl, ou de Bocarro com 'Abd al-Hamid Lahori, o autor de *Pādshāh Nāma*, do século XVII, que se ocupa do reinado do Shahjahan?

Isto faz parte da questão que este capítulo pretende tratar. Mais importante é compreendermos que precisamos de questionar de forma sistemática o que as fontes asiáticas nos dizem sobre os portugueses na Ásia que as fontes portuguesas (e mais em geral as europeias) não nos deixam entrever. O que, por sua vez, nos leva a outra questão: que fontes asiáticas? Para facilitar o nosso trabalho, sugiro uma espécie de tipologia das fontes asiáticas:

(1) Crónicas: Encontram-se por quase toda a Ásia ocidental (por exemplo, as crónicas Hadrami das cidades da costa do Sul da Arábia, como al-Shihr, traduzidas por R. B. Serjeant, ou as crónicas otomanas do século XVI), no Norte da Índia e no Decão, na Birmânia e em partes do mundo malaio.¹⁸ Muitas vezes, mas nem sempre, são associadas a influências islâmicas, embora sejam visíveis peculiaridades locais. É interessante notar que estas crónicas formam o fundo factual de que deriva a cronologia política interna para a maioria dos estados asiáticos. Quando lemos histórias gerais do império mogol, ou dos estados do Decão, ou mesmo dos sultanatos malaios, percebemos que têm estas crónicas na sua essência, e que as fontes europeias (como as cartas dos jesuítas da corte de Akbar) são usadas como suplemento menor. Contudo, na história da presença portuguesa ou europeia na Ásia estas fontes raramente são mencionadas.

(2) Cartas e correspondência diplomática: Relativamente poucos exemplares sobreviveram para o período em consideração. Para os séculos XVI e XVII não foram encontradas grandes colecções de correspondência comercial pertencente às comunidades mercantis asiáticas (como a colecção Geniza para períodos anteriores). Os

arquivos portugueses têm algumas cartas (as *Cartas Orientais* da Torre do Tombo, por exemplo), mas em geral os seus destinatários eram portugueses. Mas existe outra correspondência, especialmente nas denominadas colecções persas de *inshā'*, que pode ser altamente instrutiva. O calendário preparado por Riazul Islam sobre as relações indo-persas contém numerosos exemplos interessantes desse género.¹⁹ Além disso, as cartas dirigidas pelos monarcas e magnatas asiáticos aos portugueses servirão para equilibrar e contribuir para uma recentralidade historiográfica. Disto são exemplo as cartas escritas em persa pelo sultão do Guzerate, Bahadur Shah (r. 1526-1537) a D. João III na década de 1530, sobre a concessão de Diu aos portugueses.²⁰ Uma dessas cartas diz:

Comandante do estado (*mubārīz al-daula*) e de alturas e fortunas exaltadas Rey Don João, Rei de Portugal, que Deus fortaleça as fundações do vosso estado e altura e fortuna por muito tempo. Deixai-me apresentar-vos esta carta que transporta caravanas de orações com fragrâncias agradáveis, e pessoas com louvores cor-de-rosa. A intenção desta carta é afirmar o seguinte: Que há uns tempos, após as tréguas com o melhor dos governadores dos cristãos, Nuno da Cunha, capitão-mor e governador, representante de Vossa Majestade, governante de alta-estatura, eu concedi um forte no território (*khitta*) de Baçaim juntamente com os seus pertences e rendimentos; e como entretanto tenho observado as marcas da cimentação da nossa estreita colaboração e sinceros serviços [dos vossos homens], concedo-vos agora, generosamente, grande rei, a aldeia de Hisari do Bab-al-Kot na região (*khitta*) de Diu, bem como o forte no meio da água, e dois outros fortes pertencentes à região de Baçaim que antes não concedera. Deveis agora certificar-vos que as portas da correspondência permanecem abertas e instruir o capitão-mor da Índia (*kaptân-i mûrân-i Hind*) a agir de acordo com o tratado (*shart-nâma*). E deverá igualmente considerar seu dever prestar serviço a esta corte (*dargâh*) de forma a haver ajuda e cooperação. E neste assunto deveremos ser os dois de uma só intenção, e percorrer a estrada da sinceridade. E as regulamentações que estavam em vigor [nos territórios cedidos]

¹⁸ R. B. Serjeant, *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles* (Oxford, 1963); para a Birinânia ver as referências ao *Nidâna Râmâdhipati Kathâ* e *Mahâ-yâzâwin-gyi* no artigo de Victor Lieberman citado na nota 17, bem como no seu «Europeans, trade and the Unification of Burma, c. 1540-1620», *Oriens Extremus*, vol. XXVII, n.º 2 (1980). Para um exemplo anterior de uma crónica do Sul da Índia, ver Veturi Prabhakara Sastri, ed., *Tâñjâvûrî ândhra râjula caritra*, reimpresso em Hyderabad (1984), de que aparecem extractos in William Taylor, ed., *Oriental Historical Manuscripts in the Tamil Language* (Madrasta, 1835).

¹⁹ Riazul Islam, ed., *A calendar of documents on Indo-Persian relations (1500-1700)*, 2 vols. (Carachi-Teerão, 1979-1982). Ver também, para um exemplo de tal correspondência do século XV, Mahmud Gawan, *Riyâz al-Inshâ'*, eds. Shaikh Chand e G. Yazdani (Hyderabad, 1948). Para mais referências, ver Naimur Rehman Farooqi, *Mughal-Ottoman Relations: A study of political and diplomatic relations between Mughal India and the Ottoman Empire, 1556-1748* (Deli, 1989).

²⁰ Para uma análise detalhada destas cartas, ver Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «Letters from a Sinking Sultan», in Luis Filipe F. R. Thomaz, ed., *Aquém e Além da Taprobana: Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard* (Lisboa, 2002), 239-269.

deverão ser seguidas. E o que o vosso governador submeteu de novo com vista à paz e à cooperação ficarão esclarecidas nas cartas dele para vós. 7 Rajab 942 Hijri.

Numa carta posterior ficamos a saber que a irritação do sultão com os portugueses cresceu, e que considerou que tinha sido traído pelo governador de Goa, visto como dúplice e duvidoso. Assim, na segunda carta para o rei português diz:

Comandante do Estado, Governança, Sultanato e Fortuna, Rey Don João, Rei de Portugal, que Deus fortaleça a fundação do vosso estado. Após enviar-lhe desejos fragrantés e orações, etc. Não é segredo para as pessoas de inteligência que a realeza livre de mudanças e transformações pertence apenas ao Todo Poderoso, que possui estatura e ira. E o sultanato das suas criaturas, mesmo que dure bastante tempo, pode mudar, e o declínio inevitavelmente surge [...]. A posição dos reis varia de acordo com o seu poder, controlo, força e esplendor. Além disso, como é que as calamidades e ocorrências desafortunadas do tempo, particularmente as dos países do Hindustão, que é o Guzarate (*mamâlik-i Hindustân siyima Gujarât*), podem ser escondidas de uma pessoa, o navio de cujo poder e força viaja pelo oceano circundante (*daryâ-i muhît*), e dos do Firang e do Hind. Para mais, e para ir direito ao propósito desta carta, as fundações da amizade e da confiança foram estabelecidas entre nós os dois; o governador viera com as forças portuguesas para me ajudar em pessoa nesta calamidade (*hâdisa*), e eu, pelo meu lado, sem coacção, de forma a demonstrar a minha sinceridade, amor e amizade, concedi-lhe a aldeia de Hisari no Bab-al-Kot na região de Diu, e pedira em jeito de condições que um acordo formal (*qaul-nâma*) fosse escrito com todas as cláusulas específicas estabelecidas. Entretanto, tive de me ausentar [do Guzarate]. Nessa altura o governador escreveu o *qaul-nâma* de acordo com os seus desejos, e nele escreveu aquilo que não deveria ter sido escrito e excluiu aquilo que deveria ter sido. Continuo confiante de que a primeira versão deste documento vos foi enviada, a vós, o rei, e que ao lê-lo vos apercebestes de que os benefícios para o governador foram exagerados, e os para mim foram minimizados. Na verdade, mesmo aquelas [poucas] coisas que tinham sido acordadas estão agora a ser recusadas, e que o governador agiu, e está a agir, contra esse documento. O governador transgrediu os limites e continua a fazê-lo neste assunto. Nunca nenhum representante de um rei o pôde fazer sem concordância do seu senhor. E se foi para seguir os desejos do seu senhor que escreveu tal documento, então onde me posso eu dirigir para protestar contra tal grande rei (*bâdsbâh-i buzurg*)? Nada posso dizer sobre o que ele fez, devido à minha própria modéstia. Humayun presta-se a deixar o país apenas se eu estiver disposto a afirmar que aceito a paz, mas decidi não aceitar isso [...]. Temos de nos ouvir uns aos outros pacientemente, mas em todo o caso o meu coração está totalmente confiante que investiga-

reis isto de maneira apropriada, e em resultado reprimendareis, em meu nome, o governador por tudo isto. Quanto ao *qaul-nâma*, o que quer que Sua Excelência escreva sobre o assunto pode ser-me enviado, e eu aceitarei. Este ano pretendo ir à Santa Meca. O *qaul-nâma*, que enviardes será recebido pelos meus funcionários (*muta'lliqân*) na região de Diu, de maneira a que mo possam enviar para o pôr em vigor. Escrito a 25 Shawwal, o mês com a marca da virtude e da fortuna, no ano de 942.

Como tem sido referido, estas cartas, bem como as remetidas pelos governantes e governadores otomanos aos portugueses, ou quaisquer outras desse tempo escritas por dirigentes de menor importância da região do oceano Índico, são particularmente valiosas, pois permitem-nos ouvir a voz e conhecer a perspectiva destes actores políticos.²¹

(3) Papéis administrativos correntes: Mais uma vez, infelizmente, restam hoje muito poucos, excepto para o Extremo Oriente e partes da Ásia ocidental. Na maior parte do Sudeste Asiático continental, bem como no Sul da Ásia, sobreviveram poucos documentos administrativos correntes (e muito menos com alguma relação com os portugueses) para o período anterior a 1700. Mesmo em relação a uma entidade grande e ostensivamente bem organizada como o império mogol, isto é verdade. O estado safávida está ainda mais mal servido, a que não será porventura alheia a prática seguida por cada novo regime de destruição dos documentos do seu predecessor. O mais próximo que temos deste tipo de documentação é, no caso dos safávidas, um texto como o *Tadhkirat al-mulûk*, do início do século XVIII. Com os otomanos temos mais sorte. Sobreviveram muitos documentos sobre uma grande variedade de assuntos, desde a colecta de impostos ao valor das rendas passando por censos de fogos urbanos, listas de feiras sazonais, de ofícios, etc., e todos têm sido analisados pelos historiadores, seguindo as pisadas de Ömer Lüfti Barkan e Halil Inalcik.²²

²¹ Ver ainda Dejanirah Couto, «Trois documents sur une demande de secours ormouzi à la Porte ottomane», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III (2002): 469-493.

²² Ö. L. Barkan, «Essai sur les données statistiques des registres de recensement dans l'empire Ottoman aux xv^e et xvi^e siècles», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. I (1957): 9-36; e, mais geral, Halil Inalcik e Donald Quataert, eds., *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*, 2 vols. (Cambridge, 1994). Ver também a introdução a V. Minorsky, ed., *Tadhkirat al-Muluk, a manual of Safavid administration* (Londres, 1943); e Klaus Michael Röhrborn, *Provinzen und Zentralgewalt Persiens im 16. und 17. Jahrhundert* (Berlim, 1966).

(4) Diários de viagens e memórias: Os diários e relatos de viagens de mercadores asiáticos, literatos, místicos e outros são extremamente úteis e interessantes, mas surpreendentemente são uma fonte muito pouco usada. Os súbditos da Sublime Porta, em particular, produziram uma boa quantidade de literatura de viagens, como o extenso e justamente celebrado relato de Evliya Çelebi, do século XVII.²³ De maior relevância para os portugueses é o *Mirât ul-memâlik* de Seydi 'Ali Reis, um almirante otomano que lutou e perdeu uma batalha naval com os portugueses no golfo Pérsico na década de 1550, e que acabaria por regressar a domínios otomanos através do Guzerate, do Sind e do Norte da Índia.²⁴ Este texto é muito diferente do trabalho de outro almirante otomano, o enciclopédico *Kitâb-i babriyye* de Piri Reis, escrito uns anos antes nesse século, mas que possui igualmente um sabor distinto do *Safîna-i Sulaimânî*, muito estilizado e ornamentado, escrito na década de 1680 por um membro da embaixada iraniana à corte da Tailândia.²⁵ Para o Sul da Ásia sobreviveram alguns relatos de viagens, incluindo os de viajantes da Ásia central (vindos de Samarcanda ou Balkh) que visitaram a zona. Um exemplo bem conhecido é o *Waqâ'î-i Asad Beg*, as memórias do persa Asad Beg Qazwini, funcionário de Akbar e Jahangir.²⁶ Mas pouco trabalho sistemático tem sido feito sobre estas últimas fontes.

²³ Ver, por exemplo, Robert Dankoff e Robert Elsie, trads., *Evliya Çelebi in Albania and adjacent regions (Kosovo, Montenegro, Ohrid): The relevant sections of the 'Seyahatname'* (Leiden, 2000). Para uma excelente análise desta e de outra literatura, de vários géneros, ver Cemal Kafadar, «Self and Others: The diary of a Dervish in Seventeenth-century Istanbul and first-person narratives in Ottoman literature», *Studia Islamica*, vol. LXXIX (1989): 121-150.

²⁴ Seyyidi 'Ali Re'is, *Le miroir des pays: Une anabase ottomane à travers l'Inde et l'Asie centrale*, trad. Jean-Louis Bacqué-Grammont (Paris, 1999). Para o texto original, ver Seydi Ali Reis, *Mir'âtü'l-Memâlik*, ed. Mehmet Kiremit (Ankara, 1999), 120-121.

²⁵ *Kitab-i babriyye; denizcilik kitabı [yazan] Piri Reis*, ed. Yavuz Senemoğlu, 2 vols. (Istanbul, 1973); e mais recentemente, Piri Reis, *Kitab-i babriyye*, ed. Ertuğrul Zekâi Ökte, com Vahit Çabuk, Tülây Duran e Robert Bragner (Ankara, 1988). Ver também Muhammad Rabi' ibn Muhammad Ibrahim, *Safîna-yi Sulaimânî (Safar Nâma-i Sâfir-i Irân ba Siyâm, 1094-1098 H.)*, ed. 'Abbas Faruqi (Teerão, 1977), e a tradução adaptada em John O'Kane, ed. e trad., *The Ship of Sulaiman* (Londres, 1972).

²⁶ Sobre Asad Beg, ver os excertos in H. M. Elliot e J. Dowson, eds., *The History of India as told by its own historians (The Muhammadan Period)*, 8 vols. (Londres, 1867-1877), reimpressão Kitâb Mahal, Allahabad, s. d., vol. VI, 150-154, bem como a extensa análise em Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «Witnessing transition: Views on the end of the Akbari dispensation», in K. N. Panikkar et al., eds.,

(5) Fontes orais registadas em data posterior: Nesta categoria poderíamos colocar o relato malaio de Datu Bendahara atrás citado, bem como muitas tradições a que os historiadores da África oriental recorrem para compreender a natureza da sociedade e das entidades políticas em torno da costa suaíli, no século XVI e início do XVII.²⁷ As canções e tradições orais preservadas entre os mapilas do Malabar, que narram a sua *jibâd* contra os portugueses no século XVI e início do XVII poderão ser aqui incluídas.²⁸ Estas fontes pertencem mais ao domínio do «etno-historiador» do que ao do seu colega mais convencional. Além disso – e as tentativas feitas por Nicholas Dirks e outros para usar este tipo de fontes para a história do Sul da Índia no período pré-colonial demonstram-no –, estes textos são analisados através de fórmulas que muitas vezes não extraem deles mais do que algumas generalidades e oposições binárias estruturais.²⁹ Neste tipo de análise há muito que parece ser arbitrariamente imposto pelo etno-historiador (a escolha dos substantivos abstractos que determinam as oposições, por exemplo) e pouco validado pela fonte oral. Mas, pelo menos potencialmente, estas fontes continuam a ser importantes, como os africanistas Jan Vansina e mais recentemente Joseph Miller admiravelmente provaram, e como Allen Isaacman mostrou para o caso de Moçambique.³⁰

(6) Material literário: Na actualidade não é universalmente aceite que exista diferença entre o material acima listado de (1) a (5) e a produção literária propriamente dita. A influência dos métodos da crítica literária tem sido grande em alguns historiadores, chegando a defender-se que qualquer destas fontes possa ser objecto desse tipo de escrutínio. Embora já tenhamos sublinhado que a crónica

The Making of History. Essays presented to Irfan Habib (Nova Deli, 2002): 104-140. Para outro relato de viagens do tempo de Jahangir, ver Abdul Ghani Mirzoyef, ed., *Khâtirât-i Mutribî Samarqandî* (Carachi: University of Karachi, 1977).

²⁷ Randall L. Pouwels, *Horn and Crescent: Cultural Change and Traditional Islam on the East African Coast. 800-1900* (Cambridge, 1987).

²⁸ Cf. as baladas coligadas em O. K. Nambiar, *Portuguese Pirates and Indian Seamen* (Bombaim, 1955), reeditado como *The Kunjalis, admirals of Calicut* (Londres, 1963).

²⁹ Nicholas B. Dirks, *The Hollow Crown: Ethnohistory of an Indian Kingdom* (Cambridge, 1987). O modo aprovador como Dirks cita a análise de Errington da forma *hikayat* (ver nota 17 acima) é bastante reveladora, à luz do seu próprio estudo, das formas *vancâvali*, *kaifiyat* e *caritra* do Sul da Índia.

³⁰ Allen Isaacman, *Mozambique – The Africanization of a European Institution: The Zambezi Prazos, 1750-1802* (Madison, 1972); também David Birmingham, «Joseph Miller's *Way of Death*: A review article», *Past and Present*, n.º 131 (1991).

ou o relato de viagens sejam uma construção, mais do que a soma completa ou total de tudo quanto o autor captou do seu objecto, deve ser reservada alguma atenção à intenção consciente. Restarão poucas dúvidas de que o autor de um relato de viagens (como Seydi 'Ali Reis) estava conscientemente envolvido num exercício diferente do que a simples repetição das aventuras de Sinbad.

Ao desenvolvermos a nossa tipologia, temos usado um sistema de classificação duplo: primeiro, baseado na intenção e na visão do autor sobre o texto e, segundo, baseado no estatuto objectivo da fonte (escrita na altura ou coligida mais tarde a partir da tradição oral, etc.). Na minha opinião seria um erro fundamental submeter uma crónica como a *Ākbar Nāma* de Abu'l Fazl às mesmas regras de análise que o relato de viagens de Evliya Çelebi. Os autores dos dois documentos perseguiram dois objectivos diferentes e como historiadores deveríamos considerar seriamente as suas intenções, mesmo que os queiramos ver motivados por preconceitos ou por determinada carga ideológica.

Alguns exemplos gerais

Dados os constrangimentos de espaço e a enorme complexidade linguística do material em análise, posso apenas desejar fazer alguma justiça ao seu vasto potencial. Da documentação asiática acima referida, incidirei o meu estudo numa categoria – a crónica, em especial a do Sul da Ásia. Algumas observações preliminares deverão ser efectuadas, contudo, antes de prosseguirmos para os três exemplos concretos. Para qualquer história das «mentalidades» das interacções luso-asiáticas no período considerado, as fontes asiáticas são claramente indispensáveis. Isto não significa que os processos mentais do «Oriental» fossem um livro fechado aos portugueses e que as fontes portuguesas nada possam revelar-nos acerca das motivações da acção dos seus antagonistas ou colaboradores asiáticos. Mas havia instituições sociais, económicas e mesmo religiosas na Ásia que os portugueses (independentemente do lugar que ocupavam na sociedade asiática portuguesa) apenas tenuamente entendiam. Percebemos que por essa razão algumas vezes se geraram enormes confusões, das quais a mais famosa será a história do conceito de «casta».³¹ Mas

³¹ Para comentários preliminares sobre a questão, ver Subrahmanyam, *Political Economy*, 327-329. No entanto, a minha posição acerca do problema difere subs-

será injusto limitar as fontes asiáticas a apenas um papel na escrita da história das mentalidades. É aqui, então, que entram os meus exemplos concretos. O que procurarei descobrir é o que as fontes asiáticas nos podem dizer a um nível factual acerca de episódios particulares da história da Ásia portuguesa que as fontes portuguesas não podem.

Começemos por examinar um texto relativamente conhecido, o *Tuhfat al-Mujāhidīn* (*Presente para os Guerreiros Sagrados*), provavelmente escrito no reino de Bijapur do Decão no final da década de 1570 por um certo Zain al-Din ibn 'Ali ibn Ahmad Ma'bari. O texto, pela primeira vez traduzido para inglês em 1833 por Rowlandson, e editado com uma tradução portuguesa por David Lopes em 1899, foi depois traduzido pelo menos mais uma vez para inglês.³² O *Tuhfat* é realmente um mistério a vários níveis. Acima de tudo, ocupando-se dos *mujāhidīn* mapila de Kerala, a dedicatória ao senhor de Bijapur, 'Ali 'Adil Shah (1557-1579), é um verdadeiro enigma. O texto tem quatro partes desiguais. A primeira fala sobre a *jihād* em geral e os preceitos que a governam. Uma segunda secção, mais curta, apresenta uma visão sinóptica do estabelecimento e da vida dos muçulmanos no Malabar antes da chegada dos portugueses, enquanto a terceira (com um tamanho praticamente igual à segunda) descreve alguns dos costumes dos «pagãos» do Malabar. Ficamos assim a conhecer, por exemplo, a organização política de Kerala.

Os soberanos mais poderosos do Malabar são Tiruare, príncipe de Couião, Comorim, e do território compreendido entre dois pontos; para o oriente d'elle estendem-se numerosos reinos; Colātiri, príncipe de Eli Marabia, Jarpatam, Cananor, Iracol, Darmapatan, etc.; porém mais poderoso do que elles, e de maior fama, hé o Samorim, cujo domínio vae de um a outro reino; é grande soberano graças ao favor do islamismo, e ao seu amor pelos muçulmanos, e ao modo liberal como os trata, sobretudo sendo estrangeiros.³³

tanciahmente da adoptada em Nicholas B. Dirks, *Castes of Mind: Colonialism and the Making of Modern India* (Princeton, 2001).

³² Cf. David Lopes, ed., *História dos Portugueses no Malabar por Zinadim* (Lisboa, 1899); também J. Rowlandson, *Tuhfat ul-Mujahideen* (Londres, 1833), e a posterior tradução para inglês por S. Muhammad Husain Nainar (Madrasta, 1942). Para análises, ver Stephen F. Dale, *Islamic Society on the South Asian Frontier: The Mappillas of Malabar. 1498-1922* (Oxford, 1980); e Geneviève Bouchon, «L'évolution de la piraterie sur la côte Malabare au cours du XVI^e siècle», in Bouchon, *L'Asie du Sud à l'époque des Grandes Découvertes* (Londres, 1987).

³³ Lopes, *História...*, texto, 27; tradução, 25.

A quarta secção é a mais extensa. Encontra-se subdividida em catorze capítulos que tratam da chegada dos portugueses ao Malabar em 1498 e dos seus negócios nessa costa e noutros lugares, terminando na década de 1580 (e em que o relato dos últimos anos parece um acrescento de última hora). O texto é discretamente silencioso acerca da inicial colaboração dos mapilas com os portugueses. O seu tom, no final, é pessimista: os Infiéis estão a vencer e apenas Alá poderá proteger e acudir aos Crentes.

A abordagem de Lopes, que como notámos editou e traduziu o texto no final do século XIX, tem a marca da época. Vê Zain al-Din como faccioso e «injusto» para os portugueses e na sua introdução expressa pelo menos uma vez o receio de que o texto seja usado pelos vizinhos europeus de Portugal (presumivelmente, protestantes) para denegrir a sua história, acusando-a de brutal e sanguinária e criando assim uma espécie de «Lenda Negra» da expansão portuguesa.³⁴ As notas de David Lopes ocupam-se especialmente da comparação do relato de Zain al-Din com o das principais crónicas portuguesas da época, acrescentando frequentemente o comentário editorial «Isto é verdade!» quando as duas narrativas coincidem.

Na introdução, Lopes tece outros comentários que sugerem o cepticismo em relação à possibilidade de as fontes asiáticas adicionarem algo de importância às portuguesas.³⁵ Examinemos rapidamente o *Tuhfat* antes de retirarmos conclusões, para ver se seria mesmo assim. Consideremos a natureza do conflito entre os mapilas e os portugueses. Zain al-Din coloca a questão logo no princípio nos seguintes termos:

É de saber que os infiéis podem dividir-se em duas categorias. A primeira é a d'aquelles que habitam os seus próprios países; neste caso a guerra santa é um preceito de delegação, isto é, basta que os crentes que estão com elles a façam, não sendo a isso obrigados os mais dos muçulmanos, a não ser que elles estejam em peccado [porque então o passam a ser]. A segunda é a d'aquelles que invadem os territórios dos muçulmanos, como é este o caso no Malabar; e então a guerra é indelegavel noutrem, mas é imperativa para todo o muçulmano, quer seja

³⁴ Para um uso bastante problemático das fontes portuguesas neste sentido, ver Pearson, «The Portuguese in India», in *The New Cambridge History of India*, vol. 1, 1 (Cambridge, 1987); e também Pearson, *Port Cities and Intruders: The Swahili Coast, India and Portugal in the Early Modern Era* (Baltimore, 1998), 153-154, *passim*.

³⁵ Lopes, *História...*, Introdução sobre fontes asiáticas, XC-XCI.

escravo, molher, cidadão, ou camponês, ainda que sem auctorização do seu senhor, esposo, credor ou proprietário da terra; tanto para aquelles que estão junto d'elles, como para os que estão afastados.³⁶

Esta passagem, na minha opinião, oferece-nos uma visão muito valiosa das questões subjacentes ao conflito entre os portugueses e os mapilas, muitas vezes analisado apenas em termos de *realpolitik* e do choque de interesses económicos e políticos. O que é sugerido é a possibilidade real de uma coexistência legalmente sancionada entre o Islão e a Cristandade, e uma espécie de divisão de territórios (com a guerra sendo opcional, como era, ou sob o «preceito de delegação»). Assim se deveria entender o *modus vivendi* entre o Egipto e Veneza, e entre os mercadores italianos estabelecidos na costa do Malabar e os muçulmanos pardesi e mapilas. Mas, estranhamente, Zain al-Din afirma pouco depois que a culpa estava, em certa medida, nos mapilas. Sugere que os muçulmanos do Malabar tinham esquecido «o beneficio e, peccaram e revoltaram-se contra Deos. Por isso, pois, Deus mandou-lhes como senhores os Portugueses, franges christãos – queira elle abandoná-los! – que os tyrannizaram, corromperam e praticaram contra elles actos ignóbeis e infames».³⁷ Podemos comparar estas visões com as das crónicas Hadrami da Arábia do Sul que, sendo mais objectivas e nunca procurando uma compreensão teórica do conflito, são ricas em detalhes que as fontes portuguesas omitem (tal como o papel do porto de Bhatkal no comércio da pimenta para o mar Vermelho na década de 1530). Através desta comparação percebemos que mesmo a forma da crónica permite variações substanciais. Tal como as *Lendas* de Correia e a *Ásia* de Barros têm perspectivas subjacentes diferentes, também duas crónicas escritas em árabe no mesmo período podiam ter pontos de vista e níveis de sofisticação teórica diferentes.

Contudo, e ao contrário do que acontece com os dois cronistas portugueses atrás mencionados, normalmente temos muito pouca informação sobre a vida, a perspectiva e as predisposições ideológicas dos seus congéneres asiáticos. Abu'l Fazl e 'Abd al-Qadir al-Badayuni serão das poucas excepções. Pouca ou nenhuma análise temos sobre a produção de cronistas e historiadores dos séculos XVI e XVII da maior parte da Ásia. Não conhecemos o seu mundo mental, as suas razões e as suas opções. Cornell Fleischer, um estudioso do império otomano

³⁶ *Ibid.*, 8-9.

³⁷ *Ibid.*, 44.

no final do século XVI, na obra sobre Mustafa 'Ali (1541-1600), escreve que os autores daqueles tempos, nos *nasihatnâme* (textos de reforma) e outros escritos, eram produto das circunstâncias e muitas vezes retratavam o fim de uma ordem, ou o declínio em importância de um grupo social, como manifestações de um processo mais geral de declínio. Além disso, como Fleischer diz, «Os historiadores actuais que procuram a 'objectividade' têm, evidentemente, alguma dificuldade em pesar e avaliar a informação histórica fornecida pelos historiadores da época moderna, tais como Ali, que apresentam os seus argumentos em termos explicitamente morais e éticos, fazendo juízos que parecem colorir e distorcer a natureza e grau da mudança social e política [...]. O ideal de uma 'Idade do Ouro' e a noção de declínio, que percorre toda essa literatura política, eram dispositivos retóricos que serviam mais para exprimir insatisfação com o presente do que para retratar uma realidade histórica».³⁸

Estas palavras poderiam ser igualmente aplicadas a Zain al-Din, se soubéssemos algo sobre a sua vida e o seu tempo. O desconhecimento acontece noutros casos, em que o testemunho de um contemporâneo dos acontecimentos relatados é apresentado pelos historiadores actuais como uma voz incorpórea: ficamos privados do aparelho necessário à avaliação de um ponto de vista e sua possibilidade de generalização. Acontece quando o observador apresenta opiniões que, da nossa perspectiva, são obviamente falsas ou fantasiosas. Encontram-se testemunhos assim relativos aos portugueses, nas suas primeiras visitas à China. Um dos primeiros relatos desta presença, feito pelo censor Ho Ao, declara: «Os francos são muito cruéis e manhosos [...]. Há alguns anos chegaram de repente à cidade de Cantão e o barulho do seu canhão abalou a terra. Os que ficaram no porto desobedeceram à lei e tiveram contacto com outros. Os que vieram à Capital eram altivos e competiram entre eles para o lugar de chefe. Se lhes permitirmos virem livremente e fazerem o seu comércio, acabaremos inevitavelmente com lutas e derramamento de sangue, e a desventura do Sul da China poderá não conhecer fim.»³⁹

É uma descrição razoavelmente precisa dos acontecimentos que rodearam a infeliz expedição de Simão de Andrade. Mas o mesmo não pode ser dito de outras fontes Ming suas contemporâneas.

³⁸ Cornell H. Fleischer, *Bureaucrat and Intellectual in the Ottoman Empire: The Historian Mustafa Ali (1541-1600)* (Princeton, 1988), 268.

³⁹ K. C. Fok, «Early Ming images of the Portuguese», in R. Ptak, ed., *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History* (Estugarda, 1987): 147.

O *Yueh-shan ts'ung-t'an* adianta por exemplo o seguinte: «Os portugueses secretamente procuraram comprar crianças com mais de 10 anos para comerem. Cada criança foi comprada a 100 dinheiros. Isto fez que os jovens maus de Kwangtung se apressassem a raptar crianças e o número de crianças comidas foi incomensurável. O método era primeiro ferver alguma sopa num grande panelão de ferro e colocar a criança, presa numa gaiola de ferro, dentro do panelão. Depois de começar a suar, a criança era retirada e pelada com uma escova de ferro. A criança, ainda viva, seria então morta, e uma vez tiradas as entranhas, voltava a ir ao lume até poder ser comida.»⁴⁰

Apesar da riqueza e do colorido dos pormenores, esta fonte é evidentemente fantasiosa mas, não obstante, de alguma importância, se desejarmos compreender a atmosfera de enorme suspeição mútua em que o comércio sino-português então se realizava. O historiador não se deveria interessar apenas pelas verdades históricas mas também pelas fantasias que, noutros tempos, eram tidas como verdades. O aspecto fantástico desta relação sino-portuguesa não exige uma atitude demasiado defensiva. O leitor de Fernão Mendes Pinto encontrará histórias de equivalente nível de improbabilidade, que os historiadores de gerações mais antigas repudiaram como meras «mentiras», mas que os historiadores mais recentes se mostram capazes de analisar com algum proveito.⁴¹

Mas isto ainda nos deixa no ponto em que defendemos o interesse das fontes asiáticas para uma história das mentalidades, percepções e motivações, mas para pouco mais. Levarei a análise um pouco mais adiante e considerarei dois casos de interacção luso-asiática no Sul da Ásia, à luz de fontes portuguesas e sul-asiáticas, para percebermos como é que as duas se relacionam. Estes dois incidentes, um da década de 1550 e o outro da década de 1630, foram escolhidos precisamente porque existem sobre eles fontes a partir de mais de uma perspectiva, o que não acontece para muitos outros casos. Foram igualmente seleccionados porque nos mostram

⁴⁰ *Ibid.*, 145. Ver igualmente a documentação chinesa mais tardia em Leonard Blussé, «Brief Encounter at Macao», *Modern Asian Studies*, vol. xxii, n.º 3 (1988): 647-664.

⁴¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. Adolfo Casais Monteiro (Lisboa, 1983); ver também a controversa introdução à tradução *The Travels of Mendes Pinto*, editada e traduzida por Rebecca D. Catz (Chicago, 1989). Para uma interpretação interessante, mas problemática, ver Joan-Pau Rubiés, «The Oriental Voices of Mendes Pinto, or the Traveller as Ethnologist in Portuguese India», *Portuguese Studies*, vol. 10 (1994): 24-43.

um conjunto instrutivo de contrastes, mostrando que as duas perspectivas – a das crónicas persas e a das fontes portuguesas – têm uma inter-relação mais complexa do que alguma vez fora pensado.

1.º Caso: O Sind na década de 1550

O primeiro destes incidentes ocorreu no porto de Thatta no Sind, na foz do rio Indo, que no século XVI eram um dos portos mais importantes no comércio externo do subcontinente indiano. Os portugueses tinham relações comerciais com Thatta desde pelo menos a segunda década do século XVI, e continuavam a comerciar lá (especialmente a partir da base de Ormuz) sempre que as precárias e incertas condições políticas no Sind o permitiam. Estas incertezas políticas resultavam, em especial, de uma luta entre clãs rivais – os arghuns e os tarkhans – pelo controlo do Baixo Sind.

Em meados da década de 1550, as fontes oficiais portuguesas – e em particular o cronista Diogo do Couto na sua *Década Sétima da Ásia* – informam-nos de um ataque português à «cidade de Tantá, principal do Reyno, e das maiores e mais ricas do Oriente, assim pela grossidão de seus mercadores, como pelas louçainhas e subtilidade de suas mecanicas, em que procediam, e faziam vantagem a todos, tirando os Chins».⁴² De acordo com Couto, no final do ano de 1556, o governante do Baixo Sind, Mirza ‘Isa Tarkhan, enviara um embaixador ao governador português Francisco Barreto, em Goa, pedindo ajuda contra o seu rival, o sultão Mahmud, descrito como um «tirano rebelde»; Barreto concordara e enviara uma frota de vinte e oito navios e setecentos homens, sob o comando de um parente seu, um certo Pêro Barreto Rolim.⁴³ Rolim e a sua frota chegaram ao Sind no início de 1557, e entraram na foz do Indo, subindo até Thatta, onde encontraram não Mirza ‘Isa (que partira para sitiar uma fortaleza distante) mas o seu filho menor. Como Couto escreve, apesar dos vários emissários que enviou por terra, Rolim não obteve nenhuma resposta a não ser que teria de esperar até ao regresso de Mirza ‘Isa, e que as suas despesas com mantimentos seriam cobertas, entretanto, pelos agentes dos tarkhans. O capitão-mor começou a impacientar-se com a chegada de Feve-

reiro, e mais ainda quando recebeu notícias de Thatta de que «se quisesse ir o podia fazer». Couto é bastante explícito acerca da natureza da pressão que Rolim enfrentou. «E como os soldados da Índia são muito soltos, e livres, davam de noite grandes matracas ao Capitão mor; e as voltas de muitas palavras desordenadas lhe chamavam fraco, pusillanime, e que e medo não vingava tamanha offensa; e tantas vezes lhe disseram estas e outras cousas, que lhe deo a desconfiança de maneira, que sem tomar conselho a alguém, mandou dizer pellas fustas que fizessem pelouros. Com este recado se alvoroçaram os soldados, e começaram a guarnecer os seus arcabuzes, e alimpar as suas armas; e entre tanto mandou o Capitão mor com muita dissimulação comprar mantimentos à Cidade, de que proveo a Armada bastantemente.»⁴⁴

A versão de Couto é, assim, clara: a frota fora enviada de Goa para ajudar Thatta mas, ao ser aí mal recebida, os soldados pressionaram o capitão-mor a preparar um ataque aos seus aliados ostensivos. Assegurando-se de que os mantimentos eram suficientes, Rolim acabou por decidir infligir o ataque de surpresa, depois de convocar os capitães e de lhes dizer que «era necessário castigar aquella affronta, e destruir por ella a Cidade». Couto exagerará, sem dúvida, a extensão dos danos; nas suas palavras «foram os nossos entrando na Cidade, e mettendo á espada toda a cousa viva que achavam, até os brutos animaes; e como não tiveram em que executar a sua fúria, mandou o Capitão mor que saqueassem a Cidade, como logo fizeram, tomando todos tantas fazendas, que se carregaram os navios». Grandes porções da cidade foram incendiadas, e as mortes são estimadas pelo cronista em oito mil («na sua mor parte gente inútil»)!, com os bens levados e destruídos supostamente no valor de «dous milhões em ouro». Vale a pena notar que Couto se refere à presença fora da cidade de uma «mesquita muito grande, e da feição dos nossos templos, e tinha três portas»; não podia ser a denominada mesquita Shahjahani por razões cronológicas óbvias, e é mais provável que fosse a Dabgar Masjid, que já existia nessa altura. Escreve igualmente que a força portuguesa causou danos consideráveis na estrutura, que em parte ruiu, matando muitas pessoas lá dentro no «mais cruel, e miserável género de morte, que se possa imaginar».⁴⁵

⁴² Diogo do Couto, *Da Ásia, Década Sétima*, reedição, Lisboa (1974), VII/1, 233.

⁴³ Sobre Rolim, ver também Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (a partir daqui AN/TT), Corpo Cronológico (a partir daqui CC), I-105-101, carta datada de 1 Março de 1562, nomeando-o um dos eventuais sucessores do vice-rei, conde do Redondo.

⁴⁴ Couto, *Década Sétima*, parte 1, 275.

⁴⁵ *Ibid.*, 277-280.

O relato de Couto pode ser comparado com duas crónicas locais em persa, que se ocupam do Sind nesse período. A primeira é a *Târîkh-i Tâbirî*, uma história de Thatta que vai desde esses tempos até 1609, e escrita por volta de 1620-1621 por Sayyid Tahir Muhammad Thattawi. O autor desta obra era cliente de Mirza Ghazi Beg Tarkhan, que por sua vez era membro do clã tarkhan que governou o Baixo Sind desde finais da década de 1520 até ao início da de 1590, quando a área foi conquistada pelas forças de Akbar. O relato clarifica directamente a questão das identidades dos principais protagonistas no Sind – um assunto sobre o qual Couto é bastante vago. O cronista português não nos dá o nome de Mirza ‘Isa nem do seu rival, e os termos «arghun» e «tarkhan» não aparecem no seu texto. Mas, curiosamente, a crónica persa também cria certas confusões na sua descrição do ataque dos «firangis» a Thatta: «No ano de 973 Hégira [1565 d. C.], perto do fim da sua vida, Mirza ‘Isa Tarkhan seguiu com o seu filho Muhammad Baqi na direcção de Bhakkar. À medida que se aproximavam da cidade de Durbela, uma dependência de Bhakkar, Mahmud Khan, tendo fortalecido a sua posição, enviou o exército ao seu encontro [...]. Ainda não fora derramado sangue quando, de repente, chegaram notícias de Thatta dizendo que os firangis tinham passado Lahori Bandar e atacado a cidade. Os portões foram fechados, dizia a mensagem; se o exército regressasse sem demoras, o local seria salvo; de outra forma, o inimigo era forte e efectuaria o seu intento. Esta informação fez que o Mirza desistisse da sua disputa. Deixando o país sob o domínio do Khan, rapidamente embarcou e partiu. Antes que pudesse lá chegar, os firangis tinham saqueado a cidade, que cobriram de fogo e matança. Muitos dos habitantes encontraram refúgio na Jami ‘Masjid de Mir Farrukh Arghun, que deixaram, ao ouvirem que o Mirza se aproximava.»⁴⁶

Notemos então os pontos de coincidência e divergência entre este relato e o de Couto. Em primeiro lugar, há alguma convergência na descrição de «fogo e matança», bem como na descrição dos residentes da cidade que se refugiaram numa mesquita. A ausência de Mirza ‘Isa é referida nos dois relatos. Contudo, Tahir Muhammad, um cliente e apologista tarkhan, mantém-se notoriamente calado

⁴⁶ Para o texto, ver Sayyid Tahir Muhammad Nasyani Thattawi, *Târîkh-i Balda-i Thatta al-mâ'rûf bi Târîkh-i Tâbirî*, ed. Nabi Bakhsh Khan Baluch (Hyderabad [Sind], 1964), 111-15; tradução de excertos em H. M. Elliot e J. Dowson, *The History of India as Told by Its Own Historians: The Mohammedan period*, reedição, vol. I (Deli, 1990), 276-278.

sobre a embaixada enviada a Goa por Mirza ‘Isa. Igualmente, o que não surpreende, nada nos conta acerca das pressões internas e dissensões na força portuguesa. Uma secção ligeiramente mais à frente do seu relato informa-nos que «quando os comerciantes firangis tinham chegado aí [a Lahori Bandar], e sabido que o rei do país estava fora numa expedição distante, sentiram que nenhum obstáculo sério se poderia erguer ao seu avanço». Isto é, claro, bastante preciso como resumo do que aconteceu, mas falha em alguns dos pontos mais delicados da questão. Devemos todavia referir que Tahir Muhammad não faz qualquer tentativa para esconder o facto de os portugueses terem «penetrado na cidade e se terem feitos seus senhores», ou de ao retirarem «terem carregado os seus navios com quantos despojos estes conseguiam conter». O êxito do assalto português não é portanto negado, mas a sua perfídia é sublinhada, enquanto os tarkhans são totalmente absolvidos de quaisquer questões anteriores com Goa.

Couto, por outro lado, também não pode ser visto como um simples apologista dos portugueses. A descrição que faz do saque da cidade é, se possível, ainda mais aterradora do que a do texto persa, e mostra claramente a má-fé dos portugueses ao desferrarem o ataque. Mas o relato da embaixada que os tarkhans teriam enviado antes a Goa soa plausível e ajuda a esclarecer a forma bastante estranha como são apresentadas as origens do incidente no *Târîkh-i Tâbirî*. O conflito de Rolim com os seus subordinados é, igualmente, uma ajuda útil para entender a razão do assalto. Até certo ponto a versão de Couto absolve Goa de culpas, colocando-as directamente em Rolim – retratado como fraco de espírito – e nos soldados – que são apresentados como sedentos de pilhagem e de sangue. Este exemplo sugere claramente que a perspectiva adoptada por certos historiadores, de acordo com a qual as fontes portuguesas são, em geral, necessariamente mais favoráveis aos portugueses, precisa de ser redefinida.

Uma contradição algo problemática persiste entre os dois relatos e diz respeito ao ano do ataque. A fonte portuguesa, a crónica de Couto, sugere 1556-1557, e a fonte persa situa o acontecimento em 1565. Existe uma terceira fonte, a *Tarkhân Nâma*, completada em 1654-1655 por um certo Mir Muhammad ibn Sayyid Jamal Thattawi, às ordens de Mirza Muhammad Salih, um descendente da linhagem tarkhan que foi governador (*sûbedâr*) de Thatta nesse período.⁴⁷

⁴⁷ Mir Muhammad Thattawi, *Tarkhân Nâma*, ed. Husamuddin Rashidi (Hyderabad [Sind], 1965); Elliot e Dowson, *History of India*, vol. I, 324.

A crónica volta a registar as mesmas circunstâncias que Couto e Tahir Muhammad: nomeadamente um ataque desferido por Mirza 'Isa Tarkhan sobre Bhakkar, na altura sob o domínio do sultão Mahmud Arghun. Estes acontecimentos situam-se no final de 1554 ou início de 1555, mais próximo das datas de Couto do que das de Tahir Muhammad. «Neste momento [escreve Sayyid Mir Muhammad], chegaram informações de que os firangis, que vinham de Lahori Bandar em auxílio de Mirza 'Isa Tarkhan, encontrando a cidade de Thatta desprotegida, a saquearam, a incendiaram e aprisionaram os seus habitantes. O Mirza aceitou então a proposta do sultão Mahmud, e a paz foi assinada, apressando-se a regressar a Thatta e a prosseguir o seu governo.»

Esta é então uma versão que, sendo mais próxima da de Couto, sugere uma data para meados da década de 1550 (mesmo que não para 1556-1557), e que inequivocamente apoia a hipótese de uma proposta de aliança entre os portugueses e os tarkhans. Assim, em três crónicas, não encontramos dois autores que escreveram em persa unidos contra a versão portuguesa, mas sim um quadro variado. A leitura simultânea das três fontes esclarece a situação interna no Sind, algo que não se conseguiria apenas com as palavras de Couto. Por seu lado, o relato de Couto em confronto com as fontes persas desenha-nos uma imagem bastante mais precisa da força de ataque e dos seus motivos, e também uma descrição bastante mais detalhada da brutalidade do ataque em si.

2.º Caso: Hughli na década de 1630

O segundo caso que me proponho examinar situa-se quase três quartos de século após o ataque a Thatta, e inverte os papéis. Agora são os portugueses a serem atacados e expulsos da sua colónia em Hughli, em Bengala ocidental, pelas forças do imperador mogol Shahjahan. Existem numerosas fontes para este período do lado português, embora nenhuma sob a forma de crónica oficial. As crónicas internas dos agostinhos referem-se ao incidente com algum pormenor, bem como à subsequente prisão em Agra de alguns dos sobreviventes portugueses ao cerco, e vários relatos de viagens também mencionam o assunto.⁴⁸ Mas existem igualmente fontes do lado mogol que são, se possível, ainda mais detalhadas do que as dos

⁴⁸ AN/TT, Manuscritos da Livraria, n.º 1699, fls. 34-54, para uma crónica agostinha. Ver igualmente o extenso, e na verdade algo maçador, relato in *Itinerário de Sebastião Manrique*, ed. Luís Silveira, 2 vols. (Lisboa, 1946), vol. II, 337-354.

portugueses. Todavia, para preservar a continuidade com o nosso primeiro estudo de caso, vou começar pelas fontes portuguesas, a primeira das quais é o *Livro do Estado da Índia Oriental* de António Bocarro, que, sendo mais uma espécie de gazeta do que uma crónica, é, não obstante, obra de um cronista ocasional (e autor da *Década XIII da História da Índia*). Escrevendo cerca de três anos após a queda de Hughli, Bocarro tem isto a dizer: «Neste meo deixo e passo pela grande enseada de Bengala e rio Ganges que, por muitas e grandes bocas, entra neste mar, que foi teatro de muitas grandezas que os portugueses nella possuirão, chegando alguns de bem humilde nascimento a possuírem larguíssimas terras que se podião igualar a grandes reinos. Ouve nellas cidades populozas, com sumptuozas Igrejas, tudo acabou com o pouco medo do governo dos portugueses o que, junto com os vícios e partes conformes a elles, concitou a tirania e cobiça dos reis mouros e gentios para os procurar extinguir, como fiserão particularmente não tendo fortaleza armada nem braço de Sua Magestade que os pudece governar, emparar e defender [...]»⁴⁹

O cronista recorre assim às explicações favoritas da época para compreender porque é que os mogóis expulsaram os portugueses de Hughli: a imoralidade e delitos dos portugueses e a ganância e tirania dos «mouros». Na mesma descrição, um pouco antes, menciona como em Bengala e em Burma (Pegu), «posto que tivemos já grandes povoações de portugueses e muitas terras, erão e são ainda tantos os peccados e insolências que se cometião, que todas acabarão com grandes destruições e asolações». Mais uma vez nos lembramos de Zain al-Din, e paramos para recordar a nós próprios que quem fala é a voz de um cronista português e não de alguém da época que escreve em árabe ou em persa.

O vice-rei do Estado da Índia, o conde de Linhares, apresenta uma explicação nas cartas que envia ao seu soberano, partilhando do mesmo espírito e adicionando mais pormenores. Escreve ele que «a causa deste movimento e resolução dos Mogores se entende que

⁴⁹ Cf. António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 3 vols., ed. Isabel Cid (Lisboa, 1992), vol. II, 250; secções traduzidas em Sanjay Subrahmanyam, *Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal. 1500-1700* (Deli, 1990), 262. Para a crónica de Bocarro, ver *Década XIII da História da Índia*, editada por R. J. de Lima Felner, 2 vols. (1876), e para comentários gerais sobre Bocarro, Charles R. Boxer, «Three historians of Portuguese Asia – Barros, Couto and Bocarro», *Boletim do Instituto Português de Hongkong*, vol. I (1948); e Boxer, «António Bocarro and the 'Livro do Estado da Índia Oriental'», in Boxer, *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia. 1500-1750* (Londres, 1985).

procede dos nossos Portugueses porque sendo este Rei Mogor filho segundo ou terceiro e levantandose co o Reino contra seu Pay haverá sette ou oito annos e posto em campo lhe deu batalha na qual foi desbaratado, e acolhendo se ao Reino de Bengala aonde solicitou o amparo dos Portugueses do Goly lho negarão sendo fieis ao dito Rey seu Pay o deitarão fora, tomarão alguas molheres [suas] de que dizem usarão mal com este sentimento que trazia recosido em seu peito tomou vingança mandando mattar e cattivar todos os que vivião naquelle porto aonde se lhe fez agravo».⁵⁰

Faz-se referência à rebelião de meados da década de 1620 do Shahjahan (na altura príncipe Khurram), durante a qual veio até Bengala, onde procurou a ajuda do capitão de Hughli, Miguel Rodrigues, que lhe recusou. Mas seria esta a principal razão para o ataque a Hughli?

A principal crónica oficial do tempo do Shahjahan é a *Pâdshâh Nâma* de 'Abd al-Hamid Lahori, uma figura bastante obscura que morreu em 1654, uma década antes do próprio Shahjahan. Contudo, visto que o incidente de Hughli ocorreu relativamente cedo no reinado do Shahjahan, é tratado em detalhe por Lahori e também resumido na *Shâhjahân Nâma* de 'Inayat Khan, uma versão adaptada da *Pâdshâh Nâma*. Eis a versão de Lahori: «Sob o governo dos bengalis [*dar 'ahd-i Bangâliyân*, ou seja, antes da conquista mogol], um grupo de mercadores firangis, que são habitantes de Sarandip, vieram comerciar a Satgaon. Um *kos* acima desse local, ocuparam algum terreno na margem do estuário. Sob o pretexto de que era necessário um edifício para as suas transacções de comprar e vender, erigiram várias casas de estilo bengali. Com o correr do tempo, através da ignorância e negligência dos governantes de Bengala, estes europeus aumentaram em número e erigiram grandes e substanciais edificios, que fortificaram com canhões, mosquetes e outros implementos da guerra. Passado tempo havia ali um lugar considerável, conhecido pelo nome de porto de Hughli. De um lado ficava o rio, e dos outros três lados um fosso cheio com a água do rio. Os navios europeus iam até ao porto, e aí se estabeleceu comércio.» Lahori prossegue mostrando os efeitos nefastos desta presença firangi, em duas dimensões – uma económica e a outra moral: «Os mercados de Satgaon declinaram e perderam a sua prosperidade. As aldeias e distritos de Hughli estavam em ambas as margens do rio, e delas se

⁵⁰ AN/TT, *Documentos Remetidos da Índia* n.º 30, fls. 281v-282.

apoderaram os europeus por baixas rendas. Alguns dos habitantes, à força, e outros com a esperança de ganhos, os europeus infectaram com os seus ensinamentos nazarenos, e enviaram-nos em navios para a Europa[...]. Estas práticas odiosas não se confinaram às terras que ocuparam, mas apanharam e levaram todos aqueles a quem conseguiram deitar a mão de ambos os lados do rio. Estes actos vieram ao conhecimento do imperador antes de subir ao trono, o qual resolveu pôr-lhes fim se alguma vez ascendesse ao trono.»⁵¹

Na última metade desta passagem faz-se referência às actividades proselitistas, em particular dos agostinhos em Bengala, e ao cruel comércio de escravos bengalis para outros centros do Estado da Índia, como Goa. Lahori sugere como Shahjahan, na sua viagem a Bengala (a que nos referimos atrás), tivera ocasião de se aperceber disto em primeira mão, e como actuara após a sua ascensão ao trono, nomeando Qasim Khan para o *sûbadârî* de Bengala, «e conferindo-lhe o dever de derrubar estas gentes malévolas».

Estas perspectivas não deixam de ter o seu valor, particularmente tendo em consideração o manancial de lendas que ainda hoje continuam a associar a presença portuguesa em Bengala às pilhagens e ao comércio de escravos. Shahjahan pode muito bem ter visto estes actos como hostis à ordem mogol, bem como contrários ao Islão. Depois há o aspecto de *realpolitik* mencionado por Lahori: o facto de Satgaon estar em declínio e de o porto verdadeiramente próspero estar nas mãos dos portugueses deve ter inflamado Shahjahan, o mais mercantil de todos os imperadores mogóis, que detinha e operava uma frota de navios. A versão de Lahori é por isso mais equilibrada do que a de um cronista mogol posterior, Muhammad Hashim Khan, ou Khafi Khan, que completou a sua conhecida crónica *Muntakhab al-Lubâb Muhammad Shâhî* nos anos de 1730. Khafi Khan era um alto funcionário e diplomata mogol, que serviu imperadores desde Aurangzeb e Farrukhsiyar, até Muhammad Shah, cuja crónica pretende ser largamente baseada na sua experiência pessoal (como vemos pelo uso frequente que faz da primeira pessoa na narrativa). Dos portugueses, refere apenas o tráfico de escravos e o cristianismo agressivo que praticavam como razões para o ataque mogol. Diz: «Os

⁵¹ Lahori in Elliot e Dowson, *History of India*, vol. VII, 31-32. Este relato é substantivamente reproduzido por 'Inayat Khan, cf. *The Shah Jahan Nama of 'Inayat Khan*, trad. A. R. Fuller, eds. W. E. Begley e Z. A. Desai (Deli, 1990), 84-85; e também no dicionário biográfico posterior por Nawwab Samsam-ud-daula Shahnawaz Khan e 'Abdul Hayy, *The Maathir-ul-Umara*, trad. H. Beveridge, revista por Bains Prashad, vol. II (Calcutá, 1952), 498-499, entrada para Qasim Khan.

firangis tinham formado um estabelecimento comercial em Hughli, a vinte *kos* de Rajmahal em Bengala [...]. Com o correr do tempo excederam o sofrimento que tinham obtido. Vexaram os muçulmanos da vizinhança, e assediaram os viajantes, e procuraram sempre fortalecer o seu estabelecimento. De todas as práticas odiosas esta era a pior. Nos portos que ocuparam na costa marítima não feriram propriedades ou pessoas de maometanos ou hindus que viviam sob o seu domínio; mas se um destes habitantes morresse, deixando crianças de tenra idade, ficavam com as crianças e as propriedades a seu cargo, e fossem estas crianças *saiyids* ou *brahmans*, tornavam-nas cristãs e escravas (*mamlûk*).»⁵²

Mas depois disto Khafi Khan prossegue dizendo (não sem algum espanto) que «apesar da notoriedade desta prática tirânica, muçulmanos e hindus de todas as tribos foram para os seus estabelecimentos em busca de ganha-pão e ficaram aí a morar!»! O relato de Khafi Khan inclui uma breve descrição do cerco de Hughli em 1632, que se segue às passagens citadas atrás. Lahori, por seu lado, detém-se no cerco, referindo os generais enviados por Qasim Khan, as estradas que tomaram e a natureza precisa das operações de minagem da muralha da cidade. Escreve: «Por vezes os infiéis lutaram, por vezes deram indícios de querer a paz, fazendo tempo na esperança de receberem socorro das suas gentes.» Toda a operação durou, na sua versão, três meses e meio (de 20 de Junho a 10 de Outubro de 1632), no final da qual os «guerreiros do Islão» provocaram um buraco na muralha da cidade e entraram, levando quatro mil e quatrocentos cristãos prisioneiros e libertando dez mil escravos (não-cristãos?). A mortalidade dentro da cidade durante o cerco é por ele estimada em dez mil, e as embarcações capturadas em sessenta e quatro *dingas* (barcos de rio), cinquenta e seis *ghurâbs*, e quase duzentos *jaliyas* (pequenos navios).

O relato de Lahori encontra poucos paralelos nas fontes asiáticas da altura. A tomada de Ormuz em 1622, por exemplo, é raramente descrita com alguma profundidade nas fontes safávidas, e as fontes cingalesas acerca das campanhas antiportuguesas do rajá Sinha de Kandy são igualmente esparsas.⁵³ Mas a narrativa de Lahori não concorda com as descrições europeias do cerco, tais

⁵² Khafi Khan, *Muntakhab al-Lubâb*, in Elliot e Dowson, *History of India*, vol. VII, 211.

⁵³ Para o caso de Ormuz, ver os comentários de C. R. Boxer in «Anglo-Portuguese rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635», in Edgar Prestage, ed., *Chap-*

como as da carta de Linhares acima citada. De acordo com o vice-rei do Estado da Índia, o cerco de Hughli durou de 25 de Junho de 1632 a 29 de Setembro do mesmo ano, levando à morte de muitos portugueses e ao transporte para Agra de um grande grupo de prisioneiros. As estimativas do número de portugueses em Hughli e do valor da sua riqueza diferem das de Lahori; Linhares sugere que existiam «não [...] mais que duzentos Portuguezes co seus escravos christãos que todos serão oitocentos». O vice-rei tinha, claro, razões para minimizar as perdas, tal como o cronista imperial possuía todas as razões para exagerar os números.⁵⁴ A mesma tendência pode ser observada quando os cronistas portugueses do século XVI descrevem as suas vitórias contra obstáculos de improvável magnitude.

No caso de Hughli na década de 1630, ao contrário do de Thatta na década de 1550, é a fonte asiática que nos dá o detalhe, o relato a par e passo da acção militar, colocando-os em contexto e explicando a motivação. As fontes portuguesas salientam o capricho e a tirania dos mogóis, como se fossem razões suficientes para o ataque, tal como o *Târikh-i Tâbirî* atribui o ataque português a Thatta a não mais que cupidez dos firangis. Nos dois casos que examinámos, portanto, as fontes não só se complementam como se posicionam numa relação inversa. E em ambos os casos, mesmo depois de termos examinado as fontes disponíveis, continuamos forçados a «deixar espaços em branco na nossa escrita», para os factores e motivos que permanecem ocultos.

Conclusão

A comparação entre as fontes asiáticas e europeias (e em especial as portuguesas) para um único acontecimento ou problema tem uma

ters in Anglo-Portuguese Relations (Watford, 1935), 46-129; sobre o Sri Lanka, K. W. Goonewardena, *The Foundations of Dutch Power in Ceylon, 1638-1658* (Amesterdão, 1958). Mas ver igualmente, sobre a queda de Ormuz, o quase coevo *masnavî* de Qadri Shirazi, *Jarûn Nâma*, acerca dos feitos do general safávida Imam Quli Khan. O texto pode ser encontrado na British Library, Londres, Oriental and India Office Collections, Additional Manuscript 1801 (Persian). Ver também Michele Bernardini, «The Conquest of Jarun by the Portuguese (1031/1622) in a *Fathnâme* kept in the Estense Library of Modena», apresentado numa conferência sobre o *Iran and the World in the Safavid Age* (SOAS, Londres, 4-7 de Setembro de 2002).

⁵⁴ Cf. a carta de Linhares citada na nota 50 acima.

história própria. Admiramos a enorme, ainda que imperfeita, tarefa levada a cabo por Elliot e Dowson no século XIX, ou a de David Lopes, cujas notas ao *Tuhfat al-Mujâhidîn* se ocupam essencialmente de tal comparação. Com o tempo, contudo, a percepção do estatuto epistemológico destes conjuntos de fontes em relação uns aos outros também mudou. Já não podemos ter a certeza, como Lopes, de que a fonte europeia é geralmente «verdadeira», e de que a asiática também é «verdadeira» desde que coincida com a europeia.

Mas ver estas fontes apenas como vozes facciosas e apoloéticas, sejam asiáticas ou europeias, revela uma profunda má compreensão. Há muitas mais provas da violência, traição e crueldade dos portugueses nas fontes portuguesas do que em quaisquer outras. Os cronistas e autores de cartas e memórias portuguesas não hesitam em dar-nos detalhes das cidades e vilas que saquearam e das crianças que massacraram, muitas vezes porque viam tais actos como uma parte natural da conduta de guerra. Noutras ocasiões, o cronista é faccioso, mas tomando partido por um grupo em detrimento de outro no seio da sociedade da Ásia portuguesa e usando a pena para denegrir os antagonistas. O mesmo seria verdade para um cronista mogol ou otomano, mas sobre estes não sabemos o suficiente para realizarmos análises mais pormenorizadas. A lógica da crónica como forma de escrita é forte e partilhada por todos, independentemente de barreiras étnicas e políticas, e presume a apresentação da informação de uma certa maneira, mesmo que o conteúdo não seja totalmente determinado.

Seria tentador afirmar, a partir disto, que uma das razões pelas quais os holandeses e os ingleses na Ásia parecem tão diferentes dos portugueses é não terem cronistas. Os historiadores actuais que usaram as fontes holandesas da VOC (Verenigde Oost-Indische Compagnie – Companhia Holandesa das Índias Orientais) suprimiram quase deliberadamente as secções narrativas, aquelas que mais se aproximam da forma da crónica. Se lhes tivesse sido dado tanto peso como aos livros de contabilidade, às listas de encomendas, às guias de remessa e a outros documentos do género, talvez tivéssemos uma visão bastante diferente dos holandeses na Ásia. O estereótipo do calvinista severo, que mede o pulso ao mercado, seria modificado com os relatos de brigas nos bordéis de Masulipatão entre os agentes holandeses e os persas, ou a história bastante curiosa do motim a bordo do *Batavia* na década de 1620, e subsequente tentativa de

uma seita messiânica holandesa fundar um reino junto à costa da Austrália ocidental.

Ao terminar esta análise breve e possivelmente presunçosa não posso oferecer conclusões gerais sobre o modo como devem ser usadas as fontes asiáticas relativas aos portugueses. Limito-me, todavia, a afirmar que estas fontes fornecem simultaneamente informação mundana e uma visão do mundo, que complementam de forma substancial o que as fontes portuguesas (ou holandesas ou inglesas) têm para mostrar. Estas perspectivas adicionais nem sempre são as mais óbvias, e o resultado obtido nem sempre é um contraste a preto e branco. Consideremos uma passagem de Khafi Khan, que no início do século XVIII olhava de forma bastante amável para a presença portuguesa: «Os oficiais do rei de Portugal ocupavam vários portos vizinhos, e tinham erigido fortes em posições-chave e sob a protecção das colinas. Construíram aldeias e em todos os assuntos se portaram muito gentilmente com o povo, e não os molestaram com impostos opressivos. Designaram um bairro separado para os muçulmanos que com eles lidavam, e nomearam um *qâzî* para eles que regulasse impostos e casamentos. Mas a chamada para a oração e a devoção pública não era permitida nos seus estabelecimentos [...]. No mar não são como os ingleses, e não atacam outros navios, excepto os navios que não receberam os seus passes de acordo com as regras, os navios da Arábia e Mascate, com cujos dois países detêm uma longa inimizade, e atacam-se assim que se lhes oferece uma oportunidade.»⁵⁵ Khafi Khan pesa as virtudes dos portugueses contra o que entende como males: o facto de impedirem a prática religiosa islâmica pública e as suas políticas de confisco e conversão (a que já se tinha referido no contexto de Hughli). O quadro que emerge não teria causado grande simpatia a Zain al-Din ou a Ho Ao. Mas para um período de duzentos anos só se pode esperar que a sociedade asiática nos fale não com uma mas com muitas vozes, mesmo num assunto como os portugueses. Assim, ao escrever na segunda metade do século XVIII, quando os portugueses tinham efectivamente perdido a maior parte da sua influência, outro escritor – Shaikh I'tisam al-Din – continuaria a castigá-los pela sua «arrogância e anarquia», o seu hábito, enquanto residentes em Bengala, de acoosarem camponeses e comerciantes pobres, e o facto

⁵⁵ Khafi Khan, *Muntakhab al-Lubâb*, in Elliot e Dowson, *History of India*, vol. VII, 344-345.

de «raptarem rapazes e raparigas e vendê-los como escravos nas ilhas da costa indiana».⁵⁶ Este escritor nota que, na altura do seu relato, os portugueses só podiam sobreviver graças a o «monarca inglês ter estendido a sua protecção ao rei português», e – num toque de originalidade – vai ao ponto de atribuir o famoso terramoto de Lisboa de 1755 à maldição que Deus lhes lançara «pelas suas tendências vis, tirânicas e de pirataria». É particularmente irónico que sejam os portugueses, agora quase impotentes, a receber este tratamento negativo, em comparação com outros «utilizadores de chapéus» europeus que, nas últimas décadas do século XVIII, tinham até o poder suficiente para influenciar a imagem que as fontes persas produziam deles.

⁵⁶ Mirza Sheikh I'tesamuddin, *The Wonders of Vilayet: being the Memoir, originally in Persian, of a visit to France and Britain in 1765*, trad. Kaiser Haq (Leeds, 2001), 23-25.

Capítulo 3

Os cronistas europeus e os mogóis

São estes mogores gente branca, de fermosos rostos e disposições, têm grande opinião de nobreza e muito com que a sostentar por terem por si grandes autoridades de grandes escritores antigos, que afirmam procederem eles de Noé per seu neto Magog, donde querem que procedessem o nome que agora tem.

António Pinto Pereira, *História da Índia* (c. 1575)

Introdução

O século XVI é uma época de grande florescimento historiográfico por uma boa parte do espaço eurasiático. Para o caso da Índia, comparemo-lo com o turbulento século que o precedeu: embora as dinastias afegãs da região central do Norte da Índia (os sayyids e os lodis) e os seus parceiros regionais, como os sharqis de Jaunpur e os bahmanis do Decão, tenham produzido indubitavelmente uma grande quantidade de textos (incluindo alguns que ainda hoje permanecem notoriamente negligenciados), as suas obras não se podem comparar em tamanho, detalhe ou ambição intelectual com os textos do período pós-1550, tais como a *Akbar Nâma* de Abu'l Fazl, a *Muntakhab al-Tawârîkh* de 'Abd al-Qadir Badayuni ou a *Gulshan-i Ibrâhîmî* de Muhammad Qasim Firishhta.¹ Estudos

¹ Para uma análise destes e de outros textos, ver Saiyid Athar Abbas Rizvi, *Religious and Intellectual History of the Muslims in Akbar's Reign, 1556-1605 (with special reference to Abu'l Fazl)* (Nova Deli, 1975); Khaliq Ahmad Nizami, *Of History and Historians of Medieval India* (Nova Deli, 1983), 141-160, 224-244. Para as crónicas

recentes confirmaram a existência de um renascimento historiográfico semelhante na mesma época nos domínios safávidas;² e foi agora demonstrado conclusivamente que, nesse mesmo século, nos domínios otomanos «o reino de Murad III assistiu a uma espécie de explosão historiográfica».³ Curiosamente o mesmo é verdade se olharmos para o extremo ocidental da Eurásia, a Península Ibérica. No século xv, Portugal já tinha muitos cronistas, como o primeiro cronista oficial do reino, Fernão Lopes (c. 1380-c. 1460) ou o seu muito estudado sucessor Gomes Eanes de Zurara (c. 1410-1474), mas ao lado desta produção modesta, a do século xvi representa uma verdadeira alteração em termos de magnitude.⁴ Não é por acaso que num estudo deste corpo de fontes se defendia que «nenhum outro país da Europa, excepto a Itália e a Espanha, produziram tratados históricos comparáveis em número e em originalidade a estes publicados em Portugal durante as duas últimas gerações do século xvi».⁵ Alguns destes escritos eram crónicas dos reis de Portugal, como a famosa *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, que segue os textos anteriores de Garcia de Resende (1470-1536) e de Rui de Pina (c. 1460-c. 1522) sobre o antecessor imediato de D. Manuel, D. João II.⁶ Mas devemos igualmente ter em conta

mais importantes, ver Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, 3 vols., trad. H. Beveridge, reedição (Nova Deli, 1989); John Briggs, trad. *History of the Rise of Mahomedan Power in India*, 4 vols., reedição (Nova Deli, 1989); 'Abd al-Qadir Badayuni, *Muntakhab al-Tawârîkh*, trad. George S. A. Ranking, W. H. Lowe e T. W. Haig, 3 vols. (Calcutá, 1884-1925); reedição (Nova Deli, 1990).

² Ver Sholeh A. Quinn, *Historical writing during the reign of Shah Abbas: Ideology, imitation, and legitimacy in Safavid chronicles* (Salt Lake City, 2000).

³ Cornell H. Fleischer, *Bureaucrat and Intellectual in the Ottoman Empire: The Historian Mustafa Âli* (Princeton, 1986), 242. O mesmo autor acrescenta que «o interesse enorme pela documentação de acontecimentos parece ter sido um fenómeno relativamente generalizado no último quartel do século xvi». Para considerações mais gerais, ver também Suraiya Faroqhi, *Approaching Ottoman History: An introduction to the sources* (Cambridge, 1999), 144-160.

⁴ Uma boa abordagem à obra de Fernão Lopes é Teresa Amado, ed., *Crónica de D. João I de Fernão Lopes: Textos Escolhidos* (Lisboa, 1980), especialmente a extensiva introdução da editora. Para Zurara, ver Léon Bourdon e Robert Ricard, eds., *Chronique de Guinée* (Dacar, 1960). A relação entre estes primeiros autores e os que escrevem sobre a Ásia é analisada em Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento: Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, 2.^a ed. (Lisboa, 1983), caps. 1 e 2, cuja análise é por vezes marcada pela verbosidade e pelo tom apologético.

⁵ Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe: Volume II, A Century of Wonder*, Book 2 (Chicago, 1977), 138.

⁶ Rui de Pina, *Crónica de el-Rei D. João II*, ed. Alberto Martins de Carvalho (Coimbra, 1950); Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa, 1973).

a imensa produção relativa aos portugueses no ultramar, seja no Brasil, em África e, acima de tudo, na Ásia. O uso e a reflexão sistemática sobre as fontes portuguesas para a história da época moderna do Sul da Ásia ainda hoje permanecem confinados a um grupo limitado de historiadores, de interesses, persuasões e perspectivas variadas. Os próprios historiadores portugueses acabam por usar estas fontes quase exclusivamente para estudar uma «expansão portuguesa» rigidamente definida. Mantêm-se assim reféns de um paradigma apresentado na primeira metade do século xx. Ainda que ocasionalmente procurem explicações para termos exóticos no *Glossário Luso-Asiático* de Sebastião Rodolfo Dalgado, apenas uma pequena minoria se apercebeu de que as fontes portuguesas podem ser usadas para esclarecer uma história que é tão asiática quanto portuguesa.⁷ Por outro lado, a atenção algo exagerada prestada à produção historiográfica italiana obscureceu o facto de que muito do que era novo e inovador na Europa nesse período vinha, na verdade, dos ibéricos.⁸ Se compararmos a atenção dedicada a figuras como Francesco Guicciardini (1483-1540) e Paolo Giovio (1483/1486-1552) com a negligência relativa de historiadores como Francisco López de Gómara ou Gonzalo Fernández de Oviedo (fora de um restrito grupo de especialistas), ficamos um pouco surpreendidos.⁹ O mesmo acontece, ainda em maior grau, quando passamos dos cronistas espanhóis para os portugueses.

O uso e a apreciação das fontes narrativas portuguesas não são muito melhores nos outros continentes. Os historiadores da Ásia, por exemplo, têm-se dado por satisfeitos com a utilização de traduções medíocres de fontes jesuítas e seculares portuguesas para observar os mogóis, os Muzaffarids e os Ming, a história da tecnologia ou a expansão das culturas agrícolas do Novo Mundo. Com algumas excepções, como o falecido Jean Aubin – não esqueçamos

⁷ Ver, neste contexto, a útil síntese de C. R. Boxer, «Some Remarks on the Value of Portuguese Sources for Asian History, Sixteenth to Eighteenth Centuries», *Portuguese Studies*, n.º 1 (1985): 193-203.

⁸ Cf. a obra gigantesca de Eric Cochrane, *Historians and Historiography in the Italian Renaissance* (Chicago, 1981), especialmente 319-321, onde são analisados e rapidamente descartados os historiadores ibéricos.

⁹ O único dos primeiros cronistas espanhóis da América que ainda é amplamente citado é o arquiopositor de Oviedo, Bartolomé de las Casas, *Historia de las Indias*, eds. Agustín Millares Carlo e Lewis Hanke, 3 vols. (Cidade do México, 1951). A valiosa introdução de Hanke (vol. 1, xviii-xxxii) clarifica muitas destas questões, bem como os pontos de vista e posições sociais divergentes dos cronistas.

o muito anterior E. Denison Ross e o seu antecessor, no século XIX, David Lopes –, os dois grupos de fontes, asiáticas e portuguesas, não são colocadas frente a frente.¹⁰ Este capítulo é uma contribuição modesta para o processo de construção de uma história equilibrada, em que haja uma abordagem mais equitativa de diferentes fontes e perspectivas da época moderna. O capítulo organiza-se em torno de três eixos. Numa primeira parte ocupa-se das exaustivas crónicas da Ásia produzidas pelos autores portugueses do século XVI. Numa segunda parte estuda crónicas um pouco mais obscuras dedicadas a um acontecimento ou a uma personalidade em particular – neste caso, a um governador do Estado da Índia do final do século XVI. Na terceira e última parte analisam-se as mudanças ocorridas na tradição cronística durante o século XVII, quando a importância relativa dos materiais narrativos portugueses acerca dos mogóis começou a declinar em qualidade e interesse.

Couto e companhia

As primeiras crónicas portuguesas dedicadas à Ásia são dominadas por um tríptico composto por Fernão Lopes de Castanheda (c. 1495-1559), João de Barros (1496-1570), e Gaspar Correia (c. 1496-c.1567). Os dois primeiros eram autores relativamente oficiais tanto em termos de preocupações como de estilo. A crónica de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, foi o primeiro destes textos a aparecer impresso, a partir de 1551, e ditou o padrão, em muitos aspectos, para os autores que se seguiram.¹¹ O êxito da obra medir-se-á não apenas pela sua carreira na impressão em Portugal mas também pelo facto de ter sido traduzida nesse século para francês, espanhol e italiano, e mais tarde para inglês, e de ter sido geralmente considerada como uma fonte de informação sóbria e de confiança. Mesmo que a obra não tenha sido encomendada a Castanheda, o tom escolhido pretendia torná-la respeitavelmente semioficial. Vários estudiosos notaram que o

¹⁰ Para um estudo exemplar, Salih Özbaran, «An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to D. João III Concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice», *Portuguese Studies*, n.º 6 (1990): 24-31, bem como o capítulo 2 acima.

¹¹ Ver Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda: Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?* (Lisboa, 1997).

autor teve sempre o cuidado de referir documentos oficiais, por vezes citados *ipsis verbis*. Embora seja conhecida a sua proximidade a certos altos funcionários, em especial ao governador Nuno da Cunha (1529-1538), Castanheda mostrou cuidado em não ofender ninguém, excepto nas ocasiões em que não lhe restava outra opção senão apoiar um ou outro lado de uma contenda violenta. Escolheu uma estratégia mista para impor a sua autoridade. Por um lado, viajou para a Índia, mesmo que as suas peregrinações na Ásia não tenham sido tão extensas como as de outros escritores. De acordo com Diogo do Couto, «este homem andou na Índia quase dez anos, correndo a mor parte dela, até chegar a Maluco, escrevendo as cousas daquele tempo muito diligentemente, que recopilou em dez livros».¹² Assim, podia utilizar a autoridade pessoal da testemunha e acrescentar-lhe o cuidadoso trabalho do escriba, com acesso semioficial aos documentos de Estado. Em relação ao uso da autoridade da testemunha e do estatuto do «observador-participante», os comentários de Castanheda no Prólogo ao Livro III da sua *História* são relevantes: «O tempo que andei na Índia, e o que vi dela, que se isso não fora bem me poderão enganar como a quem não tenha visto a terra, nem sabia como se podiam ou não podiam fazer as coisas nos lugares em que aconteceram.»¹³

Castanheda seria particularmente assertivo acerca do facto de que «não soube [a sua história] em minha casa; nem a mandei perguntar por escrito aos que a sabiam»; o *pathos* exagerado de alguém que passara por «bravas e terríveis tormentas, com que me vi perto da morte e sem esperança de vida», bem como a pretensão de ter vivido «mil perigos em muito espantosas peleias de bombardadas e espingardas sem conto», enquadra-se mal no tom e conteúdo do texto em si, desagradavelmente descrito por outro autor como «parco de estilo, cor e inteligência».¹⁴

A obra de Castanheda faz a crónica das primeiras décadas da história mogol, mas não nos leva para além de meados do reinado

¹² Para o texto original, ver Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. Maria Augusta Lima Cruz, 2 vols. (Lisboa, 1999), vol. I, 233-234. A passagem é infelizmente mal interpretada em J. B. Harrison, «Five Portuguese Historians», in C. H. Philips, ed., *Historians of India, Pakistan and Ceylon* (Londres, 1961), 163.

¹³ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ed. M. Lopes de Almeida (Porto, 1979), vol. I, 494-495. Ver também Charles R. Boxer, *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia* (Nova Deli, 1981), 120-121.

¹⁴ Harrison, «Five Portuguese Historians...», 162.

de Humayun. Os seus principais objectivos geográficos são dois: o Guzerate, onde os portugueses tinham tido um interesse intermitente desde o tempo do vice-rei D. Francisco de Almeida; e Bengala, onde várias expedições portuguesas semioficiais se tinham deslocado a partir de finais da década de 1510. Destes dois pontos, nos dois extremos da expansão mogol, Castanheda consegue descrever os projectos expansionistas de Humayun, bem como a sua rivalidade com o senhor da guerra afegão Sher Khan, da Índia oriental, que em breve tomaria o poder no Norte da Índia sob o título de Sher Sha Sur. O declínio do sultanato Husain Shahi de Bengala é contado com algum pormenor, tal como a expedição de Humayun contra o sultão Bahadur do Guzerate. É interessante verificar que Castanheda reproduz pelo menos uma carta escrita por Humayun a Nuno da Cunha na década de 1530, talvez o mais antigo texto credível da chancelaria mogol a sobreviver numa versão europeia.¹⁵ Como é que Castanheda via os mogóis? É óbvio que encarava o seu avanço triunfante no início da década de 1530 com alguma trepidação, e que encontrava em Sher Shah («Xercansur») um contrapeso útil às ambições mogóis. Em relação à ameaça colocada pelo Islão e pelas potências muçulmanas, a sua perspectiva não difere muito da de Barros, que nas primeiras três *Décadas da Ásia* tem relativamente pouco a dizer sobre a política do Norte da Índia. Barros, como é sabido, era o grande cronista oficial da primeira fase da expansão ultramarina portuguesa, e usou uma paleta retórica diferente da de Castanheda. Exploremos brevemente o contraste entre os dois antes de nos voltarmos para Correia, o terceiro no nosso tríptico inicial.

Se Castanheda pode ser comparado com o cronista mogol Nizam al-Din Ahmad, autor da *Tabaqât-i Akbarî*, o paralelo óbvio de Barros está em Shaikh Abu'l Fazl.¹⁶ Ambos são mais do que meros cronistas; na realidade são grandes ideólogos, preocupados em fornecer uma linhagem no passado remoto aos seus monarcas, desejosos de desenvolver uma linguagem que possa servir como retó-

rica imperial adequada aos tempos. Mas ao contrário de Abu'l Fazl que levou uma vida bastante activa, e que acabaria por ser morto ao regressar a cavalo ao Norte da Índia, vindo do Decão, Barros terá sido um indivíduo bastante sedentário. Coligiu informação graças à sua função oficial, especialmente entre 1533 e 1567, quando serviu como feitor na Casa da Índia em Lisboa, onde eram aprovisionadas as frotas para a Índia e recebidas as tripulações e cargas que dela regressavam. Barros, embora nunca tenha viajado para a Ásia, terá assim tido acesso a copioso material, em particular ao escrito pelos portugueses de primeira e segunda geração na Índia. Mas o cronista não se deteve aí e acabaria por procurar mais documentos em línguas asiáticas – em especial em árabe, em chinês e talvez mesmo em persa – que usaria, depois de traduzidos, para apoiar a sua narrativa meta-histórica. Tal como Castanheda, e talvez até de forma mais sistemática, Barros não considera que a sua tarefa se limite à enumeração dos «feitos» dos portugueses, mesmo que fosse principalmente para isso que tivesse sido nomeado. Pretende, de uma só vez, trabalhar três registos. A um primeiro nível temos a narrativa central, o arame de aço que percorre toda a sua obra, que é a narrativa dos próprios portugueses, e «a guerra que os Portuguezes fizeram aos infiéis», despida, na medida do possível, de elementos embaraçantes de «odios, invejas, cubiças, e outras cousas de tão máo nome, de que assi os vencedores, como os vencidos podiam perder muita parte de seus meritos» (Barros, *Década II*, Livro 3, capítulo VIII). Mas à medida que vão ocorrendo os encontros dos portugueses com outros povos, obtemos um segundo nível de narrativa, uma descrição de diferenças culturais, uma espécie de «etnografia» básica. Isto conduz-nos, quando possível, para o terceiro nível, ou seja, para as histórias dos diferentes reinos, cidades portuárias e entidades políticas com quem os portugueses entraram em contacto. É portanto exigido a Barros que obtenha cronologias de reis da costa suaíli em árabe, e pode também ter levado Fernão Nunes à elaboração da resumida cronologia dos reis de Vijayanagar na década de 1530. Estas histórias específicas, usadas numa tentativa consciente de reconciliação de diferentes tradições literárias, acabam por ficar subordinadas no interior da história universal que Barros deseja produzir. Contudo, a irrelevância dos mogóis até ao final da década de 1520 significa que não os pode estudar nas primeiras três *Décadas*, publicadas entre 1552 e 1563, e que terminam a sua narrativa no ano de 1525; quanto à quarta *Década*, trata-se de uma obra póstuma do início do sé-

¹⁵ Castanheda, *História do Descobrimento...*, vol. II, 736.

¹⁶ A comparação Barros-Castanheda oferece-nos a possibilidade de explorar um conjunto de tensões diferente do habitual entre os italianos da mesma época Guicciardini e Giovio, o primeiro dado a usar materiais de «arquivo» e o segundo mais a relatórios de «testemunhas». Para uma análise, ver T. C. Price Zimmermann, *Paolo Giovio: The Historian and the Crisis of Sixteenth-Century Italy* (Princeton, 1995), 265-271; e também Mark Phillips, *Francesco Guicciardini: The Historian's Craft* (Toronto, 1977).

culo xvii (publicada em 1625), e muitas vezes parece ficar a dever mais a Castanheda que a João de Barros.

Do grupo inicial de cronistas o terceiro é Gaspar Correia, sem dúvida o mais controverso do trio. A obra de Correia, *Lendas da Índia*, foi somente publicada no século xix, mesmo que a partir de cerca de 1580 tenha circulado em forma manuscrita e tenha sido usada por outros cronistas do século xvii, como Frei Luís de Sousa.¹⁷ Os historiadores recentes têm valorizado muito Correia, vendo nele uma voz «subalterna» que se pode opor radicalmente aos cronistas mais oficiais. O próprio Correia cultivaria esta pose, quando no prefácio ao seu livro declarava que se o cronista oficial (Barros) construía a sua história a partir do que ouvia dizer, ele, ao invés, estivera em todô o lado e vira tudo. A sua erudição é notavelmente descuidada e quando «reproduz» um documento desconfiamos um pouco que o tenha inventado. A perspectiva de Correia é a de um colono na Ásia, um antigo membro da baixa burocracia que gradualmente se tornou parte do grupo emergente dos «casados», ou seja, dos mercadores portugueses que viviam de um comércio peripatético e que chegavam a acumular fortunas substanciais. Correia possuía sensibilidade para o dramático e o pitoresco, mas na sua noção de história esbatiam-se as distinções de género entre a crónica e a narrativa pícara. O seu mundo é povoado de figuras improváveis, que passam por situações bastante inverosímeis. Há um desejo de representação de tudo quanto é exótico, como se a sua imagem de «homem no local» exigisse dele a produção de versões ainda mais luxuriantes das cores autóctones. Além disso, a cronologia, em Correia, é tudo menos escrupulosa e o que menos o preocupa. Será pertinente opor Correia a Castanheda e Barros em termos de sensibilidade. Contudo, não pôdemos assumir que o conhecimento de lugar de Correia é mais fiável, ou menos «imperialista» do que o dos seus colegas oficiais. Pelo contrário, a sua linguagem é providencial, raiando o messiânico, e é marcada a sua nostalgia pela época de Afonso de Albuquerque. Por essa razão parece-nos bastante desadequado defender que Correia «escreveu um relato totalmente secular da actividade portuguesa na Ásia», e ainda mais «sublinhar

o seu cuidado com a precisão, pois quase cada página tem o seu detalhe, observado com simplicidade, tal como os seus esboços de cidades e fortalezas».¹⁸ Correia não era nem ingénuo nem cuidadoso; pretendia produzir um efeito de verosimilhança que pouco tinha que ver com precisão, ou com a disciplina escolástica que Castanheda e Barros imprimiam ao seu objecto. É nestes termos que o devemos ler, como o cronista que talvez esteja mais próximo, em espírito, do famoso Fernão Mendes Pinto, ou – comparativamente – de alguns dos cronistas afegãos que precederam Abu'l Fazl e os seus contemporâneos, e produziram textos como a *Wâqî'at-i Mushtâqî* (completada no início da década de 1570).¹⁹

Correia escreve bastante sobre os mogóis, incluindo o extenso episódio do exílio de Humayun na Pérsia após a sua derrota às mãos de Sher Shah. Contudo, tanto esta como outras passagens (como a versão da rivalidade entre os mogóis e os sultões do Guzerate na década de 1530) basear-se-ão na tradição oral que circulava no mundo da Ásia portuguesa, e são mais significativas pelo que nos contam do mundo mental habitado pelos portugueses do que como reflexão sobre a natureza das relações oficiais entre mogóis e portugueses. Para o que nos interessa, a importância de Correia reside não apenas no que escreveu mas na influência estilística que teve em cronistas oficiais posteriores. Estes, bastante paradoxalmente, abandonariam o alto estilo e a tradição cronística textual de Barros em favor da versão mais vulgar proposta por Correia, com a sua estudada pose de desilusão e afirmação de que «os começos das cousas da Índia foram cousas tam douradas que parecia que não tinham debaixo o ferro que depois descobriram» e o seu desenvolvimento consequente no tema da decadência.

Chegámos assim ao quarto dos nossos grandes cronistas. Será talvez o mais difícil de penetrar, devido às constantes dissimulações e à natureza prolixa da escrita. A principal fonte para a história da Ásia portuguesa na segunda metade do século xvi é a elaborada

¹⁸ Harrison, «Five Portuguese Historians...», 164.

¹⁹ Shaikh Rizqullah Mushtaqi, *Wâqî'at-e-Mushtaqi of Shaikh Rizq Ullah Mushtaqi: A Source of Information on the Life and Conditions in Pre-Mughal India*, trad. Iqtidar Husain Siddiqui, (Nova Deli, 1993), e para o texto, Shaikh Rizqullah Mushtaqi, *Wâqî'ât-i Mushtâqî*, eds. Iqtidar Husain Siddiqui e Waqarul Hasan Siddiqui (Rampur, 2002). Para uma importante consideração geral, ver também Simon Digby, «The Indo-Persian historiography of the Lodi Sultans», in François Grimal, ed., *Les Sources et le Temps (Sources and Time)* (Pondicherry, 2001), 243-264.

¹⁷ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, ed. M. Rodrigues Lapa, 2 vols. (Lisboa, 1951-1954). Este autor, cujo verdadeiro nome era Manuel de Sousa Coutinho (1555-1632) era filho de Lopo de Sousa Coutinho, autor da *História do Primeiro Cerco de Diu*, (Lisboa, 1890), publicado pela primeira vez em meados do século xvi. É provável que o pai tenha conhecido pessoalmente Correia.

crónica *Da Ásia (Décadas IV-XII)* de Diogo do Couto (1542/1543-1616), iniciada em 1589 mas da qual foi apenas esboçado um plano geral por volta de 1595.²⁰ Este projecto destinava-se explicitamente a reviver e continuar o trabalho de Barros, abandonado havia décadas após um acidente vascular cerebral que em 1567 deixou o cronista paralisado. A personalidade de Couto e a sua abordagem da história eram bastante complexas, não por causa de assomos de alto estilo (de que parece ter sido incapaz), mas devido à sua inconstância política e tendência para adoptar vozes e perspectivas diferentes (e por vezes mesmo opostas) no mesmo texto.²¹ Embora tenha começado o seu trabalho com a *Década Décima* (cuja narrativa principia por volta de 1580), a primeira das suas *Décadas* a ser publicada foi a quarta (em 1602), seguida da quinta (1612), da sexta (1614) e da sétima (1616), a última a aparecer antes da sua morte.²² Das restantes *Décadas*, a oitava e a décima são bastante substanciais, mesmo na edição insatisfatória publicada pela Régia Oficina Tipográfica em 1778-1788; os maiores problemas estão nas *Décadas* nona e décima primeira, reconstituições muito modestas feitas para publicação no século XVIII por Nicolau Pagliarini.

Se a crónica de Couto era oficial (recordemos que fora nomeado cronista e arquivista por Filipe II num decreto de Fevereiro de 1595), não foi beber inspiração apenas em João de Barros. Os escritos do cronista de finais do século XVI estão marcados por três características que merecem particular menção. Em primeiro lugar, de todos os cronistas até agora analisados, Couto era o único intimamente ligado a uma única família e à sua fortuna, ou seja, à família de Vasco da Gama e seus descendentes.²³ O leitor da extensa correspondência entre Couto e o seu principal patrono, D. Francisco da Gama, quarto

conde da Vidigueira, detectará um tom de ressentimento por parte do cronista. No entanto, quando se tratava de algo mais «oficial», Couto adaptava sistematicamente a sua história para apresentar os Gama à luz mais favorável; e o curioso trabalho de corte-e-costura do *Tratado dos Gama*, que escreveu por ordem de D. Francisco, é um bom exemplo da sua subserviência literária.²⁴ Uma segunda característica da escrita de Couto é a adopção da voz do *casado*, que aparece em desconfortável contradição com o seu papel de cronista oficial, e na qual vemos a sua relação genealógica com Gaspar Correia e não com João de Barros. Também Couto gosta da pose sorumbática, dizendo baixinho aos seus leitores que a corrupção reina e que nem tudo está bem no Estado da Índia apesar dos valorosos feitos de tantos portugueses. Há uma mistura curiosa de ressentimento pessoal, da pretensão de abraçar tanto a perspectiva da Índia contra a dos «reinois» (portugueses da metrópole), como a perspectiva do reformista, ou arbitrista, que também surge nas duas versões do seu outro livro famoso, o *Soldado Prático*. O ressentimento pessoal entrevê-se na alegada falta de recompensas que Couto recebia, e combina muito bem com o seu indianocentrismo e a sua orientação reformista.

No seu terceiro aspecto, «orientalista», Couto baseia-se mais em Barros do que em Correia ou em Fernão Lopes de Castanheda. É verdade que Correia afirma regularmente ter tido acesso a certos manuscritos misteriosos, tais como uma história do sultão Bahadur do Guzerate, ou um relato em primeira mão, há muito perdido, da viagem de Vasco da Gama de 1497-1499, ou certas histórias manuscritas de Kerala que escolheu envolver em mistério. Mas estes textos, muitas vezes produto da imaginação de Correia, são raramente apresentados como autênticos textos «orientais», no sentido em que Barros escreve quando diz inspirar-se em documentos em árabe, persa ou chinês. Couto, ansioso por sublinhar a sua mistura única de erudição e experiência em primeira mão, tenta fazer-se passar também por uma alta autoridade em crítica textual. Alguns dos documentos que cita, como o relato de Clavijo da sua embaixada a Timur, eram-lhe, sem dúvida, acessíveis. Mas no que se refere aos mogóis, as suas alegações são bastante mais confusas. Por um lado,

²⁰ Diogo do Couto, *Da Ásia, Décadas IV-XII* (Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1974-1975), reimpresso da edição da Régia Oficina Tipográfica, 1778-1788. Maria Augusta Lima Cruz lidera um projecto de reedição destas *Décadas*, especialmente daquelas de que existem versões manuscritas. Cf. o seu *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, vol. I (Lisboa, 1993), bem como a edição da *Década Quarta* citada abaixo.

²¹ Ver Charles R. Boxer, «Diogo do Couto (1543-1616), Controversial Chronicler of Portuguese Asia», in R. O. W. Goertz, ed., *Iberia – Literary and Historical Issues: Studies in Honour of Harold V. Livermore* (Calgary, 1985): 49-66.

²² António Coimbra Martins, «Sobre as *Décadas* que Diogo do Couto deixou inéditas», *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 3 (1971): 272-355; também Coimbra Martins, «Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600): Uma carta inédita», *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 8 (1974): 131-174.

²³ O primeiro trabalho substancial dedicado a um membro da família foi o de Miguel de Castanhoso, *História das cousas que o muy esforçado capitão D. Christovão da Gama fez nos Reynos de Preste João*, Lisboa, 1564 (reimpressão, Lisboa, 1855).

²⁴ Cf. a edição recente de José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e Seus Filhos na Índia* (Lisboa, 1998); e para uma crítica desta publicação repleta de erros, a recensão de Maria Augusta Lima Cruz em *Anais de História de Além-Mar*, vol. II (2001), 469-481.

tal como Correia (e até certo ponto Garcia de Orta) antes dele, Couto alega ter acesso privilegiado a um mundo semi-subterrâneo de renegados e mercenários portugueses e outros europeus, que traziam informação relativa aos sultanatos do Decão e aos mogóis. Está disposto a pintar algumas destas figuras em termos semi-heróicos, pois assim legitimizam a própria crónica. Mas a pretensão de autoridade em crítica textual vem ao de cima quando Couto afirma que por ocasião da visita de embaixadores mogóis a Goa nas décadas de 1580 e 1590 lhe foi dado acesso às crónicas persas dos próprios mogóis; ou quando, em relação ao Decão, diz que coligiu informações de 'Ali bin Yusuf 'Adil Khan, o filho do fundador da dinastia 'Adil Shahi de Bijapur que vivia exilado em Goa.

As fantasias de Couto não aguentam um escrutínio mais metuculoso. Uma comparação das listas de reis da dinastia Bahmani (e dos seus reinados) adiantadas por Couto com as definidas por Firishtha revela grandes discrepâncias. Da mesma maneira, a análise que faz das origens dos mogóis no Norte da Índia pouca semelhança tem com os textos persas que conhecemos.²⁵ Na sua opinião, um dos filhos de Timur, chamado 'Umar Shaikh («Haomarxac»), foi directamente responsável pela presença mogol no Norte da Índia. Couto escreve como, após a morte de seu pai, «Haomarxac, que alguns nomeiam por Balobo, que era moço e ficou sem nada, porque os outros dois irmãos lançaram mão de tudo quanto puderam». Diante destas circunstâncias, deu-se o inevitável exílio: «Este Haomarxac, ou Balobo, vendo-se deserdado, determinou servir a Mafamede e saindo-se dos estados que foram de seu pai em trajos de calandar (que é peregrino), foi caminhando para as partes da Índia e atravessou todo o Hindustão, e foi parar no reino de Deli, donde se deixou ficar.»²⁶ Couto prossegue descrevendo como Balobo se tornou popular entre os outros *calandares* devido à «fama de sua vida e religião, que era espantosa»; transformou os seus seguidores num exército considerável, atacando e matando o rei de Deli, tomando o poder e criando um grande domínio através de várias conquistas. Couto até nos conta que este Balobo «que se intitulou rei dos Magores» foi o fundador

²⁵ Ver os meus breves ensaios «As origens dos Mogores (Mogóis): Confronto da lição de Couto com as fontes em língua persa»; e «O sultanado bahmânida e a formação do sultanado de Bijapur», in Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. M. A. Lima Cruz, vol. II, 111-114, e 146-150.

²⁶ Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. M. Augusta Lima Cruz, 2 vols. (Lisboa, 1999), vol. I, 544-545.

do poder mogol na Índia, e o avô de Babur, que reinaria no século XVI. A manifesta inexactidão do relato de Couto, que confunde a história mogol com a do dirigente afegão Bahlul Lodi (quase de certeza o «Balobo» da sua história) não nos preocupa agora;²⁷ o que é interessante é que o tema era claramente comum e difundido e que Couto o usou na sua crónica a partir da tradição popular, à maneira de Correia ou de Mendes Pinto.

Nem todos os capítulos de Couto que se referem aos mogóis – e há bastantes por toda a sua enorme crónica – podem ser analisados desta forma. Há certamente outros registos em que fala dos mogóis, nomeadamente quando os interesses portugueses estão directamente em causa, e são descritos contactos diplomáticos ou outros entre Goa e Agra (ou Fatehpur Sikri). É perfeitamente provável que tenha utilizado documentos estatais para sustentar a sua narrativa acerca destes contactos, bem como os relatórios dos jesuítas residentes na corte de Akbar. Contudo, com todos estes meios ao seu dispor, é com algum desapontamento que observamos a maneira como trata a história mogol. Talvez por razões óbvias, a história dos sultanatos do Decão – e acima de tudo Ahmadnagar e Bijapur – recebe dele uma atenção mais extensa, e o mesmo poderá ser dito de certas partes do Sudeste Asiático, que trata com cuidado, ainda que socorrendo-se despidoradamente de textos anteriores. As secções sobre a história de longo prazo dos mogóis, ou do Badakhshan, ou da Ásia Central (incluindo uma versão da história de Chinggis Khan), serão no máximo reveladoras de uma ambição em escrever história a uma escala global e sugerem que Couto não abandonara completamente o grandioso projecto intelectual de Barros. Não será simples saber se catalogaríamos Couto ao lado de Barros e Castanheda, que tanto insistiram na erudição e no rigor escolástico, ou se, em oposição, na tradição de Correia, com o ocasional recurso a elementos de «folclore» e à aceitação da voz da «gente miúda». Mesmo assim, e contra a corrente da historiografia recente, diria que há mais de Correia em Couto do que se supõe, não apenas por ambos serem «*anti-establishment*» e críticos do Estado da Índia (uma opinião que poderá ser efectivamente contestada), mas sobretudo porque a posição de Couto sobre a disciplina do historiador está, muitas vezes, desconcertantemente próxima da de Correia.

²⁷ Comparar este relato, todavia, com as histórias sobre «Ballu», como Bahlul Lodi é chamado, no *Waqi'at-e-Mushtaqi*, trad. Siddiqui, 1-15.

Crónicas individuais

A tradição cronística portuguesa herdada do século xv não incluía apenas o texto histórico em larga escala. Ao lado deste, havia outros escritos, normalmente encomendados por um indivíduo ou uma família, com o propósito de glorificar uma personagem ou uma linhagem. Já referimos que o próprio Couto fez isto, ao escrever a história dos Gama e a de um fidalgo do final do século xvi, D. Paulo de Lima Pereira, além da sua crónica sobre a Ásia. Couto seguia uma tradição que na Ásia remontava aos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, da autoria do filho do herói, Brás (Afonso) de Albuquerque, ou à *Crónica de D. João de Castro*, de Leonardo Nunes, já escrita em meados do século xvi.²⁸ Havia outros textos no mesmo estilo, centrados num único acontecimento (ou num conjunto de acontecimentos intimamente ligados entre si), como o primeiro cerco de Diu em 1538, ou os cercos de Malaca nas décadas de 1560 e 1570. Um exemplo relativamente negligenciado deste género é a *História da Índia no tempo em que a governou o visorey D. Luís de Ataíde* de António Pinto Pereira, que cobre o período de 1569 a 1572 e que foi pela primeira vez publicada, muito depois da morte do autor, em Coimbra, em 1617.²⁹ Escrito na primeira metade da década de 1570, este texto estava claramente destinado a melhorar a imagem do vice-rei que regressava a Portugal, e era dedicado ao monarca reinante, D. Sebastião. Pensa-se que o autor do texto nunca terá visitado a Ásia, derivando a crónica essencialmente de fontes orais, com uns pozinhos de material escrito, tal como algumas cartas de 'Ali 'Adil Shah e de um tal Murad Khan (o seu *wazîr*, ou «regedor do reyno») ao vice-rei português. No seu prólogo («ao leitor»), Pereira traça a genealogia do historiador até Homero, «a quem, de comum consentimento se dá o nome de pai das ciências», e depois menciona uma série de autores clássicos incluindo «o grande Tito Lívio, pai da história romana», nenhum dos quais, contudo, isento de críticas – algumas justificadas, mas em geral

²⁸ António Baião, ed., *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito poderoso rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, 2 vols. (Coimbra, 1922-1923). A obra foi pela primeira vez publicada em Lisboa, em 1557, e reimpressa em 1576.

²⁹ António Pinto Pereira, *História da Índia no tempo em que a governou o visorey D. Luís de Ataíde*, introd. Manuel Marques Duarte (Lisboa: Imprensa Nacional, 1987); o texto é reimpresso da primeira edição de Coimbra (1617). Como Maria Augusta Lima Cruz refere, o próprio Couto usa muito liberalmente Pereira, particularmente no que diz respeito à análise da costa de Kanara na *Década Oitava*.

bastante injustas. Isto condu-lo à sua própria situação, que é assim tratada, num esforço de anulação de potenciais críticas: «Lembro porem que tive para escrever a matéria muito larga e o tempo muito estreito, sem poder tomar mais, com incitações de pessoas a que não é lícito desobedecer, mas desejei acertar, e trabalhei por isso quanto me foi possível [...]. Porem, a que sobre todas estimaria, crer-se de mim que desejei muito falar verdade, a qual procurei alcançar pellas mais graves testemunhas de vista, e que mais razam tinham de a saber e mor obrigação de a falar, não aceitando informações senão das mais calificadas pessoas, escrevendo as cousas de Goa per só informação do vice-rei que as governava, e as de Chaul pello capitão-mor D. Francisco de Mascarenhas, e per outros capitães principais acreditados por eles, sem me ser possível passar com a especulação avante donde cheguei.»³⁰

Por outras palavras, qualquer que seja a forma como são tratados os assuntos nesta *captatio benevolentiae*, estamos a lidar com uma história semioficial altamente controlada, em que o cronista se transforma, para todos os efeitos, no porta-voz de um punhado de nobres muito bem colocados e seus agentes. Neste contexto, Pereira constrói um argumento causal em que o que deseja explicar é a razão pela qual vários entrepostos portugueses na Ásia foram simultaneamente atacados no tempo do vice-rei seu herói, além de descrever a valentia singular com que foram defendidos. O ponto de partida para isto é a «liga que alguns reis da Índia fizeram contra os portugueses», que na sua opinião terá ocorrido no rescaldo da derrota de Vijayanagar («Bisnaga» ou «Narsinga») em meados da década de 1560 por uma força conjunta dirigida por 'Ali 'Adil Shah («o Hídalcao Alejdxá»), Husain Nizam Shah («o Nizamaluco el Rey Xaoxem»), e Ibrahim Qutb Shah («o Cotamaluco»). Defende que o Nizam Shah e 'Adil Shah usaram o *momentum* ganho com esta vitória para lançar um projecto ambicioso contra os portugueses, chamando o Samudri Rajá de Calecute³¹ para a aliança. Escreve: «Foi a substância da capitulação da liga ficarem confederados a todo dano e offença dos portugueses, e os reis obrigados a fazer-lhe guerra em pessoa com todas as forças, pellas partes onde a cada um parecesse que podia conseguir maiores efeitos, sem algum deles poder por si fazer paz ou trégua sem acordo dos confederados, e soccedendo lançá-los [aos portugueses] do estado (como tinham por sem duvida) que ao Hídalcao ficasse a

³⁰ Pereira, *História da Índia...*, 130.

³¹ Em Portugal conhecido como o Samorim de Calecute (*N. T.*).

ilha de Goa com os castellos d'aredor della e as fortalezas de Onor e Braçalor, e o Nizamaluco as cidades de Chaul, Damão, Baçaim, e suas terras, e ao Çamorim Mangalor, Cananor, Chale e Cochim. Porém, o que deu ânimo ao Hidalcão e Nizamaluco, pera imaginar tamanhas coisas, e o que os fez determinar nellas, e cuidar que as poderiam acabar, não foi al se não a vitória sobre, o sacco de Bisnaga, onde viram que de se terem unido, e conformado, procedera serem poderosos para destruir o rei de Narsinga, senhor della, príncipe de muito maior poder e autoridade [...].³²

Pereira não hesita em sugerir que o que estava por trás disto era a «fé dos infiéis», uma construção na qual o facto de o Samudri não ser um muçulmano é totalmente ignorada. Estes ataques ao Estado da Índia são considerados traiçoeiros, por os portugueses terem vivido com estes reis «na segurança da paz, sem ter soccedido accidente que a devesse violar». Em todos estes desenvolvimentos os mogóis não desempenham grande papel. Para Pereira a presença mogol não tem realmente interesse particular, pois o seu ponto de vista é estreito em termos cronológicos e geográficos. Assim, a única análise dos mogóis dá-se no capítulo quinto da primeira parte da crónica, intitulada «Dos povos mogores, e de alguns assuntos e acontecimentos relacionados com o reino de Cambaia». O contexto é a vida política durante o sultanato do falecido sultão do Guzerate, e em particular os acontecimentos da década de 1530, após a morte do sultão Bahadur Sha. Na opinião de Pereira, estes «Mogores» são pouco melhores que piratas ou mercenários, aventureiros em busca de possibilidades de expansão política. Escreve como «desta gente [os mogores], da qual andam em Cambaia três mil homens de cavalo soltos em quadrilhas como aventureiros, servindo nas empresas alheias, espreitando azos de se fazerem senhores, lançando sempre mão do que podem sustentar, fora de toda a sujeição e obediência se não de quem eles querem seguir, pella qual razão o seu mesmo rei e senhor natural [ou seja, Humayun], os quizera já mandar conquistar.

³² Pereira, *História da Índia...*, 144. Infelizmente, historiadores modernos como Manuel Marques Duarte na sua introdução (33-34) têm tido a tendência para desvalorizar uma versão muito mais provável dos acontecimentos dada por outro cronista, António de Castilho, no seu *Commentário do cerco de Goa e Chaul no anno de 1570, sendo viso-rey D. Luís de Ataíde* (1573). Castilho sugere que a aliança era apenas entre Bijapur e Ahmadnagar, e que se baseava num desejo de recuperar o controlo da costa de Konkan, bem como na relação colectiva dos sultões com Shah Tahmasp do Irão. A teoria grandiosa de uma vasta conspiração proposta por Pereira, e seguida por Couto, nunca foi apoiada por outras provas.

Andam todos a cavalo porque a sua nação nunca usou pionagem na guerra. São políticos na vida, vãos e aparatosos, e muito atilados em trajos, e tarto de suas pessoas, trazem armas, ricas, e louçans e roupas de seda com guarnições d'ouro e prata [...]. A este retrato acrescenta que «são grandes homens de cavalo, e usam todas as armas ofensivas que costumam em Europa», e elogia-os especialmente pela sua destreza no uso do arco e da flecha. Nota que com a sua força e técnicas militares estes mogores facilmente poderiam conquistar num dia o Guzerate, e menciona a tentativa de Mirza Muhammad Zaman (por ele referido como «Mirão Hamet») de tomar o poder no final da década de 1530. Pereira prossegue desenvolvendo a tese de que os mogores descendiam de Magog, dizendo logo a seguir que, mesmo que isto não fosse verdade, era certo que eram de origem cita, como é também o caso de «aquele monstruoso conquistador, o Grande Tamorlão». É neste contexto que faz uma breve menção ao «grão reino de Dely; com largo senhorio que confinando com o Sofi, e as faldas do Mar Cáspio, correm tanto pela terra dentro, que vem a confinar com Cambaia».³³

A crónica de António Pinto Pereira é interessante por várias razões. Demonstra como um intelectual medíocre do Portugal metropolitano podia, por volta da década de 1570, construir uma narrativa coerente dos acontecimentos na Ásia sem nunca lá ter posto os pés; neste contexto seria interessante uma comparação com Jorge de Lemos e a sua história dos cercos de Malaca, no mesmo período. Além disso, na esteira de Castanheda (e de Leonardo Nunes), mostra como a reprodução de correspondência diplomática se tornara parte do equipamento do cronista. Pereira reproduz algumas cartas de Ali 'Adil Shah a D. Luís de Ataíde, e é notável que descreva a forma das cartas e como lhes teve acesso: «As quais cartas nos pareceu bem irem insertas nesta história na mesma forma em que o Hidalcão as escreveu, porque vimos o próprio original delas em poder do viso-rei, debaixo do final e chapa do Hidalcão, escritas em duas línguas – persa e português: primeiramente na Pérsia, em que escrevem per autoridade, e no mesmo papel, debaixo da mesma chapa e final, a tresladação em português por um Bernardo Rodriguez, cristão-novo de Goa, que andava lá [no Bijapur], pera onde fugiu com uma mulher casada, e per outros delitos mais torpes que entre os mouros se não estranham; e por ser muito hábil, ladino em línguas, principalmente em persa, e eloquente nela e na portuguesa,

³³ Pereira, *História da Índia...*, 168-169.

se serve o Hidalcão dele como secretário nas cousas de fora, e de sua letra vinham tresladadas da escritura persa, que por ser muito compendiosa e compreensível, uma lauda dela ocupava no português mais de seis, por causa dos caracteres, que sendo todos quasi de uma feição, arcados a modos de meias luas, tem a diferença em pontinhos que levam dentro e fora, e também na parte per onde vai o aberto do corpo de cada letra.»³⁴

Esta extensa introdução precede a reprodução *ipsis verbis* de duas cartas traduzidas, a primeira não datada e a segunda datada de 26 de Setembro de 1570. Nestas missivas, que parecem ter acompanhado as embaixadas respectivas de Rodrigo de Moraes e Khwaja Lutfullah, o 'Adil Shah queixa-se amargamente do tratamento aos seus navios e aos seus súbditos dado pelos oficiais portugueses em Ormuz, Diu e Chaul, que os pilharam e «as revolvem todas, e todos os moços e moças que acham levam a terra a fazer Christãos por força, onde entram filhos de mouros honrados, e suas mancebas e mulheres, e seus moços [escravos] abexins e mouros».³⁵ Estes assuntos, declara, e em particular a questão da conversão forçada, causam muito desgaste na sua amizade com o monarca de Portugal, e cabe ao vice-rei português resolver a tensão. Outras questões abordadas nas cartas são o tratamento dos navios mapilas nos portos de Bijapur; o livre trânsito de certos bens cruciais (em particular, ópio) para os territórios 'Adil Shahi; e o tratamento dos escravos cristãos que fogem de Goa para Ponda e Belgão – que o monarca de Bijapur concorda em entregar aos seus senhores. É muito natural que Pereira no seu comentário trate estas cartas como mera «dissimulação» e como «fingidas mostras de amizade», quando de facto o 'Adil Shah planeava uma guerra contra os portugueses. Contudo, a presença destas cartas na sua forma «crua» é de alguma utilidade, pois fornecia aos leitores do século XVI um contra-argumento implícito às pretensões dos cronistas portugueses de que não existiam razões reais para uma guerra entre as duas partes.

Mas façamos uma pausa para reflectir na inclusão desta correspondência diplomática na construção da própria crónica. As missivas são, como já vimos no caso de Castanheda, um sinal crucial da erudição, confiança e comprometimento do cronista com o Estado, e nesse aspecto têm um estatuto bastante diferente das falas colocadas

na boca das diferentes personagens; na crónica de Pereira, a reprodução das cartas é seguida de capítulos em que 'Ali 'Adil Shah fala e exorta um conselho de guerra dos seus «capitães e principais pessoas de mor autoridade no reino», e depois um contra-argumento alegadamente apresentado por um nobre do Bijapur chamado Noricão, «de condição livre, muito inteiro, de grande ser e prudência», que fala contra um ataque aos portugueses. Estes discursos dramáticos nunca são apresentados como tendo o mesmo estatuto que as cartas; o cronista não se preocupa em contar ao leitor como é que lhes teve acesso, e percebe-se que servem para preencher outras funções retóricas, para lá da palavra escrita. Não se trata somente de um caso em que se contrasta o discurso com a carta traduzida de uma língua asiática, pois as cartas em português que cronistas como Castanheda ou Couto reproduziram são abordadas de maneira muito semelhante. Isto dá-nos uma pista sobre o que separa Gaspar Correia do resto dos cronistas: o facto de tratar a carta escrita precisamente como se tivesse sido transmitida oralmente, ignorando a diferença entre as duas formas. Mesmo assim, a carta traduzida de uma língua «oriental» tem um lugar peculiar na crónica portuguesa, pois são feitos esforços óbvios para a preservação do seu carácter exótico. No caso das missivas escritas em persa, isto envolve o recurso a formas de tratamento particulares e exageradas (o vice-rei é uma vez referido como «o mais singular, prudente e esforçado Príncipe nunca à Índia veio, como é notório em todas as partes onde sua fama se estende»); há igualmente uma textura de língua em que marcadores como o uso exagerado da voz passiva e os verbos impessoais e reflexivos são muito postos em evidência, para produzir um discurso algo elevado e arcaico; finalmente, estas cartas são muitas vezes traduzidas num tom quase bíblico, como quando o 'Adil Shah aparece a declarar: «e vejam os seus costumes antigos e vejam a sua lei, se manda tomar o seu a seu dono, quer sejam almas, quer fazendas».

Nos finais do século XVI o texto de Pereira não era único na categoria das crónicas individuais ou dedicadas a um assunto específico. O próprio Couto teve acesso a muitas delas e várias vezes as pilhou sem piedade para prosseguir rapidamente a sua tarefa gigantesca. Assim, para a sua décima primeira *Década*, utilizou seguramente outra fonte suplementar, até muito recentemente por publicar.³⁶

³⁴ Pereira, *História da Índia...*, 333-334.

³⁵ A menção de outro embaixador, «um capitão Persa chamado Coração Cão» (347), é confusa; manifestamente o nome não poderia ser Khorasan Khan.

³⁶ Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, Évora, CXV/1-13, fólhos 231. Uma cópia posterior, de 1749, pode ser encontrada na Biblioteca Nacional de Lisboa

Refiro-me aqui à crónica do início do século XVII *Vida e Acções de Mathias de Albuquerque*, a que durante muito tempo se deu pouquíssima importância, se exceptuarmos um breve estudo feito pelo historiador jesuíta José Wicki e alguns comentários de passagem por um conhecido especialista em Couto, António Coimbra Martins.³⁷ A personagem central deste texto – da provável autoria de um tal Miguel de Lacerda – é o vice-rei Matias de Albuquerque, que desempenhou dois mandatos consecutivos entre 1591 e 1597.³⁸ Podemos fazer uma resenha da sua carreira, reconstituindo-a a partir da *Vida e Acções* e da crónica de Couto. Nascido em Lisboa em 1547, filho de Manuel de Albuquerque e de Dona Camila, entrou para a casa do rei D. Sebastião em 1559, pouco depois de este ter sucedido, como menor, no trono. Em 1566, aos dezanove anos, Albuquerque partiu para a Índia a bordo da *Santa Clara*, na peugada do seu parente distante Afonso de Albuquerque, de cujo nome e reputação nunca perdeu ocasião de beneficiar. Albuquerque passou a primeira parte do serviço na Índia, primeiro no final da década de 1560 na frota da costa do Malabar, e principalmente em acção contra os mapilas. Nesta fase esteve muito associado a D. Diogo de Meneses, mais tarde governador do Estado da Índia, em meados da década de 1570. Entre outras acções Albuquerque participou numa batalha com os reis de Ullal na costa de Kanara em 1568, e depois no cerco à fortaleza de Chaliyam, que – como notámos acima – foi perdida pelos portugueses para o Samudri Rajá de Calecute em Agosto de 1571.

(doravante BNL) Fundo Geral, Códice 482; o título completo desta última cópia é *Vida e Acções de Mathias de Albuquerque Capitão, e Viso Rey do Estado da Índia*. O texto da Biblioteca Nacional foi largamente usado para produzir uma edição recente, para a qual ver Antonella Vignati, «Vida e Acções de Mathias de Albuquerque Capitão, e Viso-Rei do Estado da Índia» (em duas partes), *Mare Liberum*, n.º 15 (1998): 139-245, e n.º 17 (1999): 267-360. Esta edição é problemática em muitos aspectos, identificando incorrectamente bastantes nomes, como, por exemplo, «Triza Muxá» para «Nizamuxá», ou «Vezidio» para «Veridio».

³⁷ José Wicki, «Matias de Albuquerque, 16.º vice-rei da Índia 1591-1597», *Studia*, n.º 48 (1989): 77-100; António Coimbra Martins, «Em busca da Década 11 de Diogo do Couto», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, ed., *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Lisboa, 1985), 749-772.

³⁸ Devemos esta identificação a Manuel Lobato, que nota como Faria e Sousa (*Ásia Portuguesa*, vol. 5, 517) indica que um tal Miguel de Lacerda «escreveu a vida de Matias de Albuquerque, quem abarca muito da história da Índia e que ainda está manuscrita»; cf. Manuel Lobato, «A Carreira da Índia e a variante de Malaca (1507-1641)», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, eds., *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo (1998): 357.

Mais tarde ajudou também Diogo de Meneses a tomar o porto de Sanghameshwar (Sanguicer) no Concão pela força. Como recompensa dos seus serviços militares, em 1572-1573 foi-lhe concedido o direito à capitania de Ormuz, um sinal de honra para alguém que desempenhara ainda tão pouco serviço.

Em 1574, Albuquerque adoeceu gravemente e regressou a Portugal no galeão *São Mateus*, chegando a Lisboa em Maio de 1575. Foi recebido em Almeirim pelo próprio D. Sebastião e no ano seguinte foi de novo enviado à Ásia como capitão-mor do Sul. As suas principais incumbências eram defender Malaca dos sultões de Achém e Johor. Em vez de passar por Goa, Albuquerque foi directo a Malaca desde Moçambique (passando pelo Sri Lanka) na nau *Santa Catarina*; aí lutou contra as forças de Johor no Dia de Ano Novo de 1577. Seguiram-se outras batalhas com forças de Achém; capturou igualmente o rei de Lingga e ordenou um ataque ao porto de Kedah na península malaia.

Albuquerque foi toda a vida inimigo do clã Gama, os descendentes de Vasco da Gama, o primeiro conde da Vidigueira e descobridor do caminho marítimo para a Índia. Isto reflectia um desejo de promover a sua própria família (os Albuquerque no sentido extenso), e retirar crédito aos Gama na fundação do Estado da Índia. Assim, enquanto estava baseado em Malaca em finais da década de 1570, zangou-se com D. João da Gama, neto de Vasco da Gama, e depois capitão de Malaca. Esta rivalidade durou algum tempo; mas a morte em 1580 do soberano de Achém, o sultão Zain al-'Abidin, deu a Albuquerque oportunidade para deixar Malaca e partir para Goa, e apresentar um projecto de conquista do estado do Norte da Samatra. O vice-rei D. Luís de Ataíde – agora no seu segundo mandato, após uma interrupção – considerava mais urgente o cerco de Colombo por forças cingalesas, e Albuquerque foi para lá enviado para tratar do assunto. Nas cerimónias comemorativas da ascensão dos Habsburgos na Ásia portuguesa, em 1581, Albuquerque foi trazido de volta ao comando da frota do Malabar, aí ficando entre 1581 e 1584.

Em 1584, Matias de Albuquerque realizou a antiga ambição de tornar-se capitão de Ormuz, a fortaleza duas vezes capturada pelo «Terrível» Afonso de Albuquerque. Aqui procedeu a várias alterações nas fortificações, no abastecimento de água e noutras infra-estruturas; mas mandou fazer em Goa uma estátua de pedra de Afonso de Albuquerque, que instalou num lugar de honra em Ormuz, numa nova demonstração de pretensões familiares. Ao terminar o seu mandato de três anos em Ormuz, em 1587, Matias

de Albuquerque decidiu retornar a Portugal para dar em primeira mão as suas credenciais aos Habsburgos. Pode ter sentido necessidade de limpar a mácula da sua associação a D. Diogo de Meneses numa fase anterior da carreira, visto que Meneses acabara por ser capturado e executado como um dos principais opositores à anexação de Portugal por Filipe II, em 1580. Em 1588, no regresso à metrópole, Albuquerque casou-se com a sua prima D. Filipa de Vilhena, e em 1589 mostrou ser um verdadeiro lealista habsburgo ao ajudar na defesa de Lisboa contra um ataque do pretendente ao trono, D. António, Prior do Crato, auxiliado na ocasião por uma frota inglesa conduzida por Francis Drake.³⁹

Assegurando a sua fidelidade aos Habsburgos, em 1590 foi nomeado vice-rei do Estado da Índia pelo cardeal D. Alberto, governador de Portugal. Partiu em Abril de 1590, e com grande dificuldade e depois de seguir uma rota complicada, tendo de voltar atrás, antes de chegar a Cochim, e mais uma vez em Mascate, devido aos ventos contrários, chegando a Moçambique a 10 de Janeiro de 1591. Acabaria por atracar em Goa em meados de Maio desse ano, onde brevemente se manteve em tensão com o seu antecessor Manuel de Sousa Coutinho. Albuquerque seria vice-rei por dois mandatos, como atrás escrevemos, e foi afastado em 1597 por um dos membros do clã Gama que tanto desprezava, o próprio conde da Vidigueira da altura, D. Francisco da Gama.⁴⁰

A desgraça perseguiu-o no último regresso, quando perdeu o navio num incêndio em Cochim, supostamente contendo uma fortuna. Quando chegou a Portugal, em 1598, Filipe II morrera e vários membros do novo regime ter-lhe-ão sido hostis. Acusado de corrupção e de outros delitos, Matias de Albuquerque foi mantido sob detenção na sua propriedade em Santo Amaro. Libertou-se de todas as acusações mas sentiu que as atribuições vividas mereciam que se escrevesse uma crónica (provavelmente escrita, como observámos, por um certo Miguel de Lacerda), defendendo o seu próprio desempenho como soldado, capitão e administrador. Esse texto é a *Vida e Acções*. Matias de Albuquerque morreu em Portugal

em 1606, sem nunca limpar o nome por completo.⁴¹ Nem toda a gente concordava com o cronista Manuel de Faria e Sousa, quando escreveu «Entre os varões que este posto da Índia teve mais merecedores de o terem foi um Matias de Albuquerque, tanto em sorte como em valor, tanto em conselho como em justiça, e o que é mais, em limpeza de mãos».⁴²

A *Vida e Acções* divide-se em duas partes, a primeira contendo trinta e um capítulos e ocupando pouco menos de metade do texto, e a segunda trinta e sete capítulos. Os primeiros dezasseis capítulos da primeira parte são dedicados à educação de Matias de Albuquerque e à primeira fase da sua carreira, até ao regresso a Portugal em 1587-1588 (de que trata o capítulo 16). É no décimo sétimo capítulo que começa a história do vice-reinado. O relato confina-se a uma descrição bastante convencional da sua administração (por exemplo, o capítulo 28: «Da singular inteireza com que o visorrei Mathias de Albuquerque procedeu nas matérias da justiça» ou novamente no capítulo 30: «Da vigilância e zelo com que o visorrei Mathias de Albuquerque se houve nas matérias da fazenda»). Contudo, há também menção num capítulo (o 22) à troca de embaixadas na década de 1590 entre o Estado da Índia e o rei de Pegu (ou Baixa Birmânia) Nanda-bayin. Além disso, os assuntos do Ceilão e os conflitos com os reis de Jaffnapatnam, Sitawaka e Kandy são aludidos em pelo menos quatro capítulos. O capítulo 19, por exemplo, tem como título «Das armadas que o visorrei Mathias de Albuquerque mandou no ano de (15)91 de Goa de diversas partes e dos feitos que fizeram, vitórias que alcançaram em espical da que André Furtado de Mendonça alcançou do rei de Japhanapatão, e conquista do seu reino».⁴³

A segunda metade da crónica, em contraste com a cobertura bastante diversificada da primeira, concentra-se num só episódio, que é apresentado como o ponto alto do duplo vice-reinado de Matias de Albuquerque: a defesa feita pelos portugueses do porto

⁴¹ Embora se diga frequentemente que Matias de Albuquerque morreu em 1609, a verdade é que morreu em 4 de Março de 1606; cf. Francis A. Dutra, «Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos», *Studia*, n.º 37, (1973): 280.

⁴² Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, trad. para português de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira et al., 6 vols. (Porto, 1945-1948), vol. 5, 145.

⁴³ Idealmente deveria ser lida com o relato não publicado da British Library, Londres, Additional Manuscript 28 432, fólhos 124r-131r, *Lembrança dos galeões, galés, galeotas, fustas e manchuas que mandey com provimentos e socorros [...]*, por Matias de Albuquerque.

de Chaul, no Decão, contra as forças de Nizam Shah, e a tomada do forte no alto do monte em Korla, sobre Chaul, um forte conhecido nos documentos portugueses da época como o morro de Chaul.⁴⁴ O episódio é brevemente mencionado nas fontes persas da época, tanto as da corte mogol (como a *Akbar Nâma* de Abu'l Fazl) como as próprias crônicas do Decão. O interesse mogol no episódio nascia em parte da sua má relação com Burhan Nizam Shah II, o monarca de Ahmadnagar nesse período. Burhan Nizam Shah era o filho de Husain Nizam Shah, um dos vencedores da batalha de Vijayanagar do início de 1565, a quem é dedicado o texto *masnawî* do poeta Aftabi, intitulado *Târîf-i Husain Shâh Bâdshâh Dakhan*.⁴⁵ Ao morrer Husain em 1565, sucedeu-lhe o seu filho menor Murtaza, que reinou pouco menos de um quarto de século. No início do reinado, como descreve com algum pormenor António Pinto Pereira, Murtaza Nizam Shah entrou numa liga antiportuguesa com 'Ali 'Adil Shah do Bijapur e vários outros monarcas e atacou o estabelecimento português de Chaul (ou Rewadanda) em 1570-1571.⁴⁶ O cerco é descrito com algum detalhe por Couto e por Pereira, e o êxito português é atribuído à sua liderança superior, em particular à de D. Francisco Mascarenhas. O cronista persa Firishta, por seu lado, é menos elogioso, afirmando que os portugueses subornaram oficiais de Nizam Shah com «presentes, particularmente vinho».⁴⁷

A segunda metade do reinado de Murtaza Nizam Shah foi marcada por conflitos agudos com o seu irmão e rival Burhan, que após várias tentativas de deposição do monarca acabaria por se refugiar junto dos mogóis, dando-lhe Akbar um *mansab* e um *jâgîr*. Depois, aproveitando a confusão criada pelo assassinato de Murtaza em 1589 e a rivalidade entre diferentes facções da corte, Burhan regressou em 1590-1591 com o apoio mogol, para extinguir o regime, de inspiração mahdawi, do seu próprio filho Isma'il Nizam Shah colocado no trono por um certo Jamal Khan. É aqui que o texto de *Vida*

e *Ações* começa a segunda parte, com um capítulo introdutório, seguido de outro chamado «de como o novo melique tomou conta do seu reino com a ajuda dos mogores e as razões que havia para ele se rebelar contra o Estado e causar a famosa guerra de Chaul» (fólios 113v.-15v.). Devemos notar que a palavra «rebelde» não é usada com ligeireza; a retórica oficial portuguesa considerava os Nizam Shahs, curiosamente, seus vassallos, devido a uma série de acordos tácitos e explícitos segundo os quais Burhan Nizam Shah I, na opinião dos portugueses, deveria ter pago páreas a D. Manuel. Por seu lado, é evidente que os Nizam Shahs não se consideravam de maneira nenhuma subordinados ao Estado da Índia.

O autor de *Vida e Ações* explica o regresso de Burhan Nizam Shah com a política de facções de Ahmadnagar. O motor por trás desse regresso seria, afirma, um certo Asad Khan, «um velho capitão, da nação persa», que já estivera em contacto com os portugueses na altura do segundo cerco de Diu, em 1546. Este Asad Khan, conta-se, decidiu apadrinhar o regresso de Burhan, e para isso entrou em negociações com o governador do Estado da Índia, Manuel de Sousa Coutinho, com o qual teve duas reuniões secretas – a primeira em Chaul e a segunda em Damão, ambas com a intermediação de um judeu da confiança dos portugueses, chamado Khwaja Ibrahim. Coutinho acabou por ser convencido dos seus argumentos, insensatamente, na opinião do nosso cronista, já que deixar voltar Burhan significava abrir a porta «a um inimigo tão poderoso como é o Mogor». Diz-se que o governador escreveu a 'Ali Barid Shah II de Bidar (c. 1589-1610), solicitando o seu auxílio, e até mesmo a Ibrahim 'Adil Shah II de Bijapur, bem como ao próprio Akbar. Akbar não precisava que o convencessem, sendo «um rei muito altivo e arrogante, que acreditava ser o único rei poderoso no mundo» (fl. 110v). Terá imposto várias condições a Burhan, incluindo que lessem o seu nome na *khutba*, em vez do de Shah 'Abbas do Irão.

O retorno e a retomada de poder de Burhan com a ajuda dos mogóis causaram imediatamente conflitos internos em Ahmadnagar, sempre de acordo com o autor de *Vida e Ações*. A secessão de Berar, com que inicialmente concordara, teve resistência activa do governador dessa região. A questão do nome a ser incluído na *khutba* provocou bastante agitação; quando um *khâtib* tentou inserir o nome de Akbar em lugar do de Shah 'Abbas por ocasião do *'Îd al-Zuha*, terá sido ele (em vez do carneiro ou da cabra tradicionalmente usados) a ser abatido pelos persas presentes, sob o olhar do próprio Burhan Nizam Shah.

⁴⁴ Couto, *Década XI*, 164-173, descreve resumidamente a tomada do *Morro de Chaul*, mas a autoria desta parte do texto é duvidosa.

⁴⁵ Aftabi, *Târîf-i Husain Shâh Bâdshâh Dakhan: Original Text, Translation and Critical Introduction*, eds. G. T. Kulkarni e M. S. Mate (Pune, 1987).

⁴⁶ Cf. R. O. W. Goertz, «Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570-71», in Albuquerque e Guerreiro, eds., *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, 264-287.

⁴⁷ Para o *Gulshan-i Ibrâhîm* ou *Târîkh-i Firishta*, de Muhammad Qasim Hindu Shah, nascido em Astarabad (1552), e falecido em Bijapur (1623), ver *History of the Rise of Mahomedan Power in India*, trad. por John Briggs, 4 vols. (reimpressão, Nova Deli, 1989), vol. III, 154-155.

Se, publicamente, a imagem do sultão era a de alguém cada vez mais sob influência da facção persa da corte, incluindo de Asad Khan, em detrimento dos Habashis e dos Dakhnis, a realidade seria mais complexa. O cronista português sugere que o sultão se tornara cada vez mais dependente de um velho eunuco de Bengala de setenta anos, chamado Fahim Khan, já proeminente sob Murtaza Nizam Shah, e que participara no cerco de Chaul em 1570-1571. Fahim Khan, escreve o cronista, tinha uma grande fortuna pessoal e seria seu desejo deixar Ahmadnagar com essa fortuna intacta, para se estabelecer na Hijaz e aí morrer uma morte santa. Como parte de um plano de longo prazo a crónica relata que Fahim Khan tomou o governo das províncias costeiras do Konkan, de forma que a sua fortuna estivesse disponível em termos líquidos, para poder embarcar de um dos portos. Foi este Fahim Khan que liderou, portanto, o primeiro momento do conflito com os portugueses.

Regressando ao texto de *Vida e Acções* e à sua versão dos acontecimentos, lemos que: «As causas que houve para o novo Melique mover esta guerra de Chaul, cidade marítima do reino do Dação, e todos os lugares circunvizinhos sujeitos à jurisdição de Portugal, foram principalmente duas: a primeira havê-lo assim tratado com o Mogor, em cuja corte residira muitos anos, receoso de seu irmão a quem os capitães abexins, e de Decanins tinham levantado por rei contra a vontade dos persas [...]. A segunda cousa que deu ocasião a esta guerra foi agravar-se o melique de lhe não ser entregue todo o dinheiro e peças que se salvaram de uma nau sua, que vindo com cartas mui rica de Meca para entrar em Chaul lhe deu o tempo tão rijo, que por ser conjunção de lua, águas vivas e vento escasso, e se achar perto da costa, surgiu de frente de um rio pequeno a que chamam Aguaçai, que é de duas léguas da fortaleza de Baçaim, em que há Tanadar com portugueses casados e povoação.»⁴⁸

Os problemas do navio de Nizam Shah ainda não tinham terminado, pois a narrativa continua nos seguintes termos: «E todavia por o tempo ir carregando cada vez mais e a nau fazer muita água, vendo que nem cortar-lhe os mastros foi parte para se remediar, nem a água se podia vencer, o Capitão com alguns oficiais, mercadores e marinheiros se salvaram no batel indo-se à terra, e os mais se afogaram na nau que logo se foi ao fundo, em a qual se afirma que viriam mais de 1500 almas entre oficiais, mercadores, mulheres,

mininos e marinheiros. Os que se salvaram, tanto que a nau se foi ao fundo e estava assentada na vaza, recorreram ao Tanadar pedindo-lhe ajuda para tirar dela o que podessem, o qual mandou logo avisar a D. Manoel Pereira, capitão de Baçaim [...]»

Conta-se que o capitão português chegou ao local com outros oficiais, e visto que a proa ainda estava visível, mandou mergulhadores resgatar os bens que a nau transportaria. Uma parte da carga desapareceu, sem dúvida às mãos dos «casados» locais, como o próprio cronista desarmantemente admite. Burhan Nizam Shah enviou um representante para exigir que o valor dos bens recuperados lhe fosse devolvido e acrescentou a ameaça velada de que certos impostos, incluindo sobre as hortas, que os portugueses de Chaul não lhe pagavam havia anos, seriam adicionados à conta. Matias de Albuquerque recusou-se a entregar os bens, alegando, entre outras coisas, que os proprietários de grande parte da carga se tinham afogado, que outros preferiam tratar directamente com o Estado e que, além de tudo isto, os Nizam Shahs deviam ao mesmo Estado tributos e impostos havia já muito tempo. À espera de uma resolução, o dinheiro foi colocado na Santa Casa da Misericórdia em Chaul.

O mesmo incidente, que provavelmente ocorreu em Setembro ou Outubro de 1592, é referido pelo autor persa Sayyid 'Ali bin 'Azizullah Tabataba'i na sua crónica intitulada *Burhân-i Ma'asir*.⁴⁹ Tabataba'i, recordemos, esteve primeiro ao serviço dos Qutb Shahs e depois dos Nizam Shahs; o seu trabalho continua pela década de 1580 e termina com as negociações entre Chand Sultan (ou Chand Bibi) de Ahmadnagar e os mogóis, concluídas a 27 Rajab 1004 (14 Março 1596), em que o próprio cronista parece ter estado presente. O seu texto foi encomendado por Burhan Nizam Shah II, igualmente patrono do conhecido poeta persa Nur al-Din Muhammad Zuhuri.

O *Burhân-i Ma'asir* apresenta as acções de Burhan Nizam Shah em relação a Chaul como produto de um agravo antigo contra os portugueses e de certas fricções imediatas. O cerco de Chaul por Murtaza em 1570-1571 é mencionado a propósito do primeiro. Afirma-se que as intenções de Murtaza acabariam abortadas pelos

⁴⁸ Vignati, «Vida e Acções», parte II, 271-273.

⁴⁹ Sayyid 'Ali bin 'Azizullah Tabataba'i, *Burhân-i Ma'asir* (Hyderabad, 1936-1937). Usei uma tradução adaptada da terceira *tabaqa* por T. Wolseley Haig, *The History of the Nizam Shahi Kings of Ahmadnagar* (Bombaim, 1923).

«*amîrs* e oficiais do Estado que entraram em correspondência com os portugueses e em acordo com eles e que se recusaram a lutar no dia da batalha». No entanto, diz-se, as ordens de Deus e do Sagrado Profeta exigiram que Burhan desencadeasse «guerras santas contra infiéis e descrentes» como os portugueses, que são particularmente apontados como uma «tribo má e irreligiosa».

Mas outros pormenores significativos são acrescentados, que explicam a eclosão do conflito em termos bastante semelhantes aos mencionados pelos próprios portugueses: «Um dos navios de Burhan Nizam Shah, o *Husaini*, viajava de Meca para o porto de Murtzabad Chaul com um grande número de muçulmanos e muito tesouro e propriedade a bordo e foi sugado por um remoinho e afundou-se nas imediações do porto de Vaisi [Bassein] que está na posse dos portugueses e os portugueses recuperaram a maior parte do tesouro e propriedade através de mergulhadores e assim abriram as portas da guerra nas suas caras. Fahim Khan, que era o governador desse distrito e estava, pelo comando real, encarregue de tentar recuperar a carga do navio, deu conhecimento do ocorrido ao rei e isso acicatóu o velho fervor do rei contra os cristãos [...]»⁵⁰ Fahim Khan foi então chamado à corte e prepararam-se mapas de Rewadanda, Chaul e da colina de Korla (ou Karla); Burhan ordenou que a colina fosse fortificada e guarnecida, e como se erguia sobre o único canal de acesso ao mar para o estabelecimento português, significava que «seria impossível, mesmo para os pássaros, encontrar por aí passagem».

Mais adiante o cronista persa anota que foi enviada uma grande força sob o comando do general Farhad Khan, um *habashî* que havia muito era governador de toda a parte Konkan dos domínios dos Nizam Shahs, assistido por vários outros *âmirs*, incluindo Fahim Khan. Este exército terá partido no mês de Shaban 1002 e mais tarde receberia reforços de artilharia pesada (curiosamente sob o comando do nobre persa Asad Khan), mas Tabataba'i é bastante reservado acerca do que terá acontecido à expedição. Para o sabermos temos de recorrer a outra fonte persa bastante menos elogiosa de Burhan, a crónica de Firishta. Na sua versão, «No ano AH 1001 [1592-1593], Burhan Nizam Shah enviou o seu exército contra os portugueses de Rewadanda; e mandando uma grande força para o porto de Chaul, ordenou que fosse construído um forte para impedir a entrada dos portugueses no porto de Rewadanda». Os portugueses tinham conseguido navegar para longe durante a noite, mas regressaram

com reforços dos outros portos. Burhan Nizam Shah enviou então um exército de uns quatro mil homens, sob o comando de Farhad Khan; bem como outro exército sob o de um general iraniano chamado Bahadur Khan Gilani para bloquear Rewadanda.⁵¹ Em resumo, a acreditar em Firishta, as dificuldades teriam começado em 1592-1593 e o escalar do conflito em meados de 1593 deve ser visto como um segundo momento. O cronista persa continua a descrever como é que as forças de Ahmadnagar quase fizeram capitular os portugueses, mas tendo a «tirania» de Burhan obrigado a que muitos dos seus comandantes hesitassem em levar a cabo a aventura, num desenlace reminiscente da sua versão dos acontecimentos de 1571. Os portugueses, entretanto, tinham chegado com uma frota e conseguiram desembarcar; seguiu-se uma luta sangrenta em que pereceram doze mil homens da força de Ahmadnagar e em que o forte recém-erigido foi destruído. Este acontecimento, de acordo com fontes portuguesas, teve lugar no início de Setembro de 1594, tendo o próprio Burhan morrido pouco depois, em meados de Abril de 1595. A crónica de Firishta – embora não nos conte o que terá levado Burhan a actuar assim, arriscando a humilhação – é um complemento e contrapeso útil às fontes portuguesas.

Mas a *Vida e Acções* contém, de facto, bastantes mais detalhes do que as fontes persas acima citadas. Consideremos, brevemente, cada um dos capítulos contidos na segunda parte do texto:

Segunda Parte: Que trata do famoso cerco de Chaul, tomada do morro com o mais que sucedeu neste tempo.

Capítulo 1: Da razão que houve para se escrever por extenso esta história do cerco, e tomada do morro de Chaul, e da eleição que o visor-rei fez em Cosmo de Lafetá para capitão daquela conquista.

Capítulo 2: De como o novo Melique se apoderou do Reino com ajuda dos Mogores, e das causas que houve para se rebelar contra o Estado, e dar ocasião e princípio à famosa guerra de Chaul.

Capítulo 3: De como o Mogor à instância do Melique tratou de solicitar aos reis da Índia contra os portugueses, e do cuidado e indústria com que o visor-rei acudiu a atalhar estes desenhos.

Capítulo 4: Do socorro que o visor-rei Mathias de Albuquerque mandou a Chaul com Cosme de Lafetá, capitão-mor daquela conquista, e do número e qualidade do exército do Melique.

⁵⁰ Haig, *Nizam Shahi Kings*, 201.

⁵¹ Firishta, em *History of Mahomedan Power*, trad. Briggs, vol. III, 172-173 (os nomes próprios foram modernizados).

Capítulo 5: Do conselho que o capitão-mor teve com os mais sobre se haver de ocupar o morro, e de como resolveram não o fazer por então.

Capítulo 6: Do novo socorro que o visor-rei Mathias de Albuquerque mandou a Chaul e como alguns dos nossos foram ver o sítio do morro, e os inimigos o ocuparam e se fortificaram nele.

Capítulo 7: Do grande concurso de fidalgos, gente de guerra que acudiu a Chaul, e de alguns capítulos notáveis e cartas do visor-rei sobre a tomada do morro, disciplina militar e governo.

Capítulo 8: Do conselho que o capitão-mor teve sobre a tomada do morro, e das cousas que então se ofereceram para se não haver de cometer.

Capítulo 9: Como o Capitão-mor fortificou a cidade, e repartiu as instâncias por os fidalgos e os capitães que com ele residiam.

Capítulo 10: De alguns recontros, que os nossos tiveram com os inimigos em Timbe e Chaul de cima, de que saíram vitoriosos.

Capítulo 11: De como o capitão-mor Cosme de Lafeté tomou e queimou a cidade de Chaul de cima, e assim tomou à força um forte de onde se fazia muito nojo aos nossos.

Capítulo 12: De como o capitão-mor foi continuando com os assaltos, e em um deles meteu a desbarato e em fugida a Faimicão, general dos inimigos.

Capítulo 13: De um recontro notável que os nossos tiveram com os inimigos, que meteram em fogida, roubando-lhe e queimando-lhe seu arraial.

Capítulo 14: Do bom procedimento que os moradores de Chaul tiveram desta guerra, e como o Capitão-mor por ordem do visor-rei aprestou uma armada para ir esperar a nau do Melique, que vinha de Meca, e se continuaram prosperamente os assaltos.

Capítulo 15: Como os nossos meteram em fugida o general dos inimigos Faimicão, matando e cativando muitos dos seus, e lhe tomaram um navio de esporão e um sanguicel, com que infestavam o porto.

Capítulo 16: Como D. Jorge de Castelo Branco deu nos inimigos que estavam sobre Agacim e os disbaratou, e como se defenderam as mais fortalezas da multidão e forças dos inimigos.

Capítulo 17: Como o visor-rei mandou novo socorro a Chaul, com ordem para se eleger capitão-mor do mar e D. Juliam de Noronha foi contra os inimigos que estavam sobre a fortaleza de Alaim e os disbaratou.

Capítulo 18: Como o capitão-mor foi visitar as fortalezas do Norte por mandado do visor-rei, e algumas advertências notáveis das cartas que lhe escreveu, e como foi socorrida a fortaleza de Acerim com grande estrago dos inimigos.

Capítulo 19: Do famoso assalto que o capitão Diogo de Sá deu a um forte dos inimigos, que lho tomou à força das armas, e de uma entrada que o Capitão-mor fez para tentar ver o modo com que os inimigos saíam à sua defesa.

Capítulo 20: De outro famoso assalto com que o Capitão-mor tornou a tomar o forte que os inimigos tinham reedificado, e do perigoso recontro que teve com o general Faretecão e grande parte de seu exército, e como disbaratou Bacilicão, Capitão-mor de Chaul de cima.

Capítulo 21: Como foi tomada a nau do Melique que vinha de Meca, e se continuou com os assaltos prosperamente.

Capítulo 22: Como por parte do Melique começaram a tratar as pazes, e das razões que sobre esta matéria passaram.

Capítulo 23: Do mais que passou sobre o trato das pazes uma carta do visor-rei para o embaixador do Xá, e relação dos capítulos e respostas que sobre esta matéria houve.

Capítulo 24: De como o capitão-mor tornou a reavivar a guerra, e de como dois famosos assaltos três léguas por a terra dentro, e outros muitos em diversas partes, todos com felizes sucessos.

Capítulo 25: Do muito que o visor-rei procurou chegar ao fim desta guerra com a tomada do morro, e boa correspondência do capitão-mor, com o treslado de alguns capítulos das cartas do visor-rei.

Capítulo 26: Como o capitão-mor se resolveu a submeter os arraiais dos inimigos em fortaleza do morro, e do notável segredo e indústria com que se preparou.

Capítulo 27: Como o capitão-mor se descobriu aos do Conselho a detreminação que tinha de someter o morro, e escreveu ao visor-rei as razões em que se fundava para o fazer.

Capítulo 28: Como com a vinda de Álvaro de Abranches se divulgou que o Capitão-mor queria passar ao morro, e da grande preparação, assim espiritual como material, que em todos houve para o conflito.

Capítulo 29: Como o Capitão-mor passou da outra banda do rio, e repartiu a gente, animando os soldados para a empresa que tinham entre mãos.

Capítulo 30: A repartição e sítio do arraial do inimigo, e fortaleza do morro.

Capítulo 31: Como D. Álvaro de Abranches cometeu com a sua gente o arraial de Tagicão, e o entrou por força das armas, e foi seguindo os inimigos até o morro, defronte do qual tiveram os nossos uma perigosa batalha com o general Farretecão.

Capítulo 32: Da perigosa batalha que os nossos tiveram sobre a ponte da fortaleza do morro, que tomaram à força de armas, e do esforço particular dos dous irmãos Jorge de Moura e Luís de Moura.

Capítulo 33: Do grande esforço e perigo com que os nossos sustentaram a primeira fortaleza, e como foi cativo o general dos inimigos Farretecão, e os nossos tentaram escalar a fortaleza do cume do morro, sendo notável neste lugar o esforço de Lourenço Caldeira.

Capítulo 34: Do extremado valor com que os nossos cometeram os baluartes e as fortalezas do cume do morro, e a tomaram, alcançando dos inimigos uma gloriosa vitória, com grandíssimo estrago seu.

Capítulo 35: Como os nossos se ficaram logrando da vitória e os despojos na cidade de Goa, se deram públicas graças a Deus por ela com uma solene procissão, que ficou instituída para sempre em memória desta singular vitória, e das mais dos dois Albuquerque.

Capítulo 36: Do que mais se fez depois de conquistado o morro, com muitas advertências notáveis do visor-rei Mathias de Albuquerque.

Capítulo 37: E último: Como chegou Mathias de Albuquerque ao Reino, foi preso por calúnias de seus inimigos, da ordem que teve em seu livramento, e do mais que fez até se concluir por sentença final.

Nesta versão extensa, portanto, existe um relato a par e passo dos acontecimentos a partir de Maio de 1593, quando Cosmo de Lafetão deixou Goa a caminho de Chaul, até à queda do morro quase dezasseis meses depois, a 2 de Setembro de 1594. Existem pormenores, por exemplo, da captura de um segundo navio do Nizam Shah, em finais de 1593 ou início de 1594, mais uma vez durante o seu regresso a Chaul desde o mar Vermelho. Além disso, o papel do embaixador safávida na corte de Bijapur na tentativa de chegar a uma paz honrosa é tratado com alguma profundidade no capítulo 23; estas negociações ocuparam uma parte de Junho e de Julho de 1594. E, finalmente, a crónica permite-nos ter uma perspectiva ampla do fim do cerco do morro, com a captura de Farhad Khan, escondido junto a um dos baluartes do forte mais baixo e que aparentemente não ofereceu resistência (capítulo 33). Se ele na verdade se converteu

ao cristianismo, como conta Manuel de Faria e Sousa no seu *Ásia Portuguesa* (que muitas vezes está em desacordo com a nossa crónica em questões de detalhe), o autor da *Vida e Acções* não o diz.⁵²

A *Vida e Acções de Mathias de Albuquerque* é, então, uma crónica típica da sua época, com a atenção caracteristicamente dedicada aos feitos dos indivíduos bem-nascidos, dos quais se destacam três na segunda parte: Matias de Albuquerque, Cosmo de Lafetão e D. Álvaro de Abranches. Como vice-rei, Matias de Albuquerque é a luz que guia; mesmo que o seu corpo estivesse em Goa, o seu espírito encontrava-se em Chaul, de acordo com o cronista, e o seu génio é retratado como diplomático (no sentido de impedir que os mogóis e os 'Adil Shah se envolvessem no conflito), bem como estratégico e conceptual.

Cosmo de Lafetão (ou Cosme de Lafetá ou mesmo Lafetar, como por vezes onome é escrito) aparece como o mentor das tácticas no terreno, mesmo que precisasse da mão experiente de Matias para o conduzir em todos os momentos-chave. Podemos construir um esboço da sua carreira a partir de outras fontes. Era neto de um mercador cremonês, Giovanni Francesco Affaitati, que estivera sediado em Lisboa desde o final do século xv, e que participara no financiamento de algumas das primeiras viagens dos portugueses à Ásia. Tornado fidalgo por D. João III, conseguiu entrar para a Ordem de Cristo. O filho ilegítimo de Affaitati, Agostinho, adoptou a forma mais portuguesa de «Lafetá» para o seu apelido, e casou-se com D. Maria de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora, que ia ser nomeado vice-rei do Estado da Índia em 1576, mas que morreu sem assumir o cargo. O seu filho Cosmo de Lafetão, por sua vez, o herói secundário da nossa crónica, pode ser encontrado em 1598 comandando o navio *São Simão* de Lisboa para a Índia, e mais tarde como capitão de Cochim por um breve período.⁵³ Terá morrido em 1612. Cosmo de Lafetão representa assim um caso curioso de uma família de origem italiana que foi capaz, no decurso de duas gerações, de entrar nas fileiras da média nobreza portuguesa e adquirir alguns dos seus valores guerreiros.

⁵² Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. v, 131-132.

⁵³ Ver AN/TT, CC, I-114-53, para uma carta assinada por Cosme de Lafetá a Filipe III, escrita em Cochim a 15 de Janeiro de 1602, em que apresenta a sua própria visão dos avanços mogóis no Decão. Ver também AN/TT, CC, I-114-19, para as instruções reais dadas a Lafetá quando se dirigia para Malaca, datadas de Lisboa, 17 de Março de 1598.

E, finalmente, D. Álvaro de Abranches é o líder heróico que todos salva, e é ele que encarna o ideal do fidalgo tradicional, uma espécie de cruzamento de D'Artagnan com D. Quixote (mas sem o sentido de humor de nenhum deles). Ironicamente o texto não menciona que, para os seus contemporâneos, D. Álvaro não era visto como um herói. O vice-rei conde da Vidigueira numa carta de finais de 1599 escreve: «E D. Álvaro de Abranches do saco da nao do melique pollo qual foi condenado em 10 000 cruzados de reales [15 000 xerafins] e em dois anos de degredo em Ceilão, e posto que lhe perdoey o degredo por não ser justo que fosse degredado hum fidalgo que tinha servido de Capitão moor do Mallavar, e que noutras ocasiões tinha servido muito correctamente.»⁵⁴ Está escrito que a multa lhe será cobrada assim que começar a servir como capitão de Moçambique, cargo que lhe foi doado por Filipe II.

A *Vida e Acções* presta-se, obviamente, a várias leituras. Em parte, como notámos no início, o texto inspira-se em crónicas subimperiaes anteriores centradas numa só figura; mas, na segunda metade, torna-se numa crónica concentrada num único evento, ou num conjunto de acontecimentos muito ligados entre si, como as que foram produzidas acerca dos cercos de Diu, ou como a crónica de Jorge de Lemos sobre os cercos de Malaca no final da década de 1560 e princípio da de 1570.

Do nosso ponto de vista, contudo, não é aqui que reside o seu principal interesse. Podemos vê-la como mais uma perspectiva relevante sobre a política do Decão ocidental, com bastantes mais detalhes do que as crónicas persas da década de 1590. Embora este tema não tenha sido desenvolvido aqui, vamos assistindo ao funcionamento da complexa relação entre os mercadores do Alto Chaul (Rewadanda ou Murtaçabad) e os portugueses da cidade baixa. Os acontecimentos em torno da batalha do morro são exageradamente coloridos pelo cronista, para emprestar um carácter mais marcial e heróico à vice-realeza bastante discreta de Matias de Albuquerque, e para facilitar as suas mais que frequentes comparações com Afonso de Albuquerque. O sucessor de Matias de Albuquerque como vice-rei, o viperino conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, iria considerar que todo o episódio do morro fora causado pela cupidez e incompetência dos portugueses, por não terem devolvido a Burhan

⁵⁴ Carta do conde da Vidigueira a Filipe III, datada de 23 de Dezembro de 1599, BNL, Reservados, Códice 1975, fólio 107r).

Nizam Shah os bens do navio afundado *Husaini*. Ao escrever no final de 1599 a Filipe III, quatro anos depois da morte de Burhan, quando os mogóis já tinham progredido substancialmente para o Decão, D. Francisco da Gama declarou «a principal causa de que resultou o perigoso estado em que se encontram os reinos do Decão, e da qual se temem também outros efeitos piores, é uma acção completamente insensata e conhecida contra o rei melique, de um navio dele que foi capturado, e foi ainda pior não lho restituir.»⁵⁵ A política das facções iria, pois, desempenhar um papel tão importante em Goa como na capital dos Nizam Shahs de Ahmadnagar. Mas nem precisa de ser reiterado que, à luz das fontes que consultámos, os assuntos marítimos – fossem eles a perda de navios ou a ameaça colocada pelas fortalezas costeiras – eram de grande preocupação para os senhores do Decão no século XVI. Nos cálculos políticos e económicos da corte de Burhan Nizam Shah II, os portugueses não eram, obviamente, a única consideração. Mas não eram uma consideração tão menor quanto, em tempos mais recentes, temos sido levados a acreditar.

Cronistas mais tardios

O ocaso do século XVI não marca o fim da tradição cronística europeia sobre os mogóis. A grande tradição portuguesa em relação à própria Ásia não desaparece completamente, embora a *Década XIII da História da Índia* de António Bocarro seja normalmente considerada como uma obra menos significativa do que as crónicas de Barros, Castanheda ou Couto. Além disso, outras histórias derivativas continuaram a ser publicadas e até gozaram de um certo sucesso, como o conhecido texto de Giovanni Pietro Maffei, que usava, em grande medida, material já existente, incluindo a crónica de Jerónimo Osório, ou como a crónica de Fernão Guerreiro sobre a Companhia de Jesus, surgida em Coimbra no princípio do século XVII e depois resumida e traduzida por Pierre du Jarric.⁵⁶ Mas no século XVII o lugar de outros textos europeus de natureza mais

⁵⁵ British Library, Londres, Additional Manuscript 28,432, fólhos 13r-16v, carta do conde da Vidigueira a Filipe III de Espanha, 18 de Dezembro de 1599.

⁵⁶ Pierre du Jarric, *Histoire des choses plus memorable [sic] advenues tant ez Indes Orientales*, 3 vols. (Bordéus, 1608-1614).

numa condição pobre e miserável, só pode ser contrastado com o luxo flagrante em que a elite, particularmente a elite muçulmana, vive. Escreve De Laet, «os nobres vivem em luxo e extravagância indescrevíveis, preocupando-se apenas em se satisfazer enquanto podem, em toda a espécie de prazeres. A sua maior magnificência está na zona das mulheres (ou Mahall), pois casam-se com três ou quatro mulheres ou por vezes mais: cada uma destas mulheres vive separadamente nos seus próprios aposentos com as suas criadas ou escravas, das quais tem muitas vezes um grande número [...]». E naturalmente tudo isto está ligado, por sua vez, a uma ausência de leis para contrabalançar o peso excessivo do poder real. Citando de novo Pelsaert, «das suas leis pouco ou nada é mantido, pois os soberanos são absolutos, mesmo que tenham livros de leis, preservados pelos seus juristas, os cazis [...]. Pois quem é que aconselhará ou exigirá do governador, por que nos julga assim ou assado, quando a nossa lei nos ordena de outra maneira? Tal coisa jamais acontecerá, embora cada cidade tenha o seu tribunal (*ketschari*) ou palácio de justiça onde, em nome do rei, o governador faz reuniões diárias, ou quatro vezes por semana para a resolução de disputas, embora nada seja decidido sem que a ganância oficial desempenhe um papel».

Eram imagens poderosas quando foram impressas, e que seriam pioradas por De Laet, que simplificou e radicalizou as proposições de Pelsaert para tornar ainda maior o contraste entre o Oriente e o Ocidente. Isto será mais marcado em relação à *Remonstrantie* do que à mais obscura *Kroniek*, que é um exemplo curioso de como as tradições históricas orais nos centros urbanos do império mogol encontraram um formato europeu. Pelsaert, recordemos, teve uma carreira multifacetada na Índia, antes de um desastroso período como capitão do navio *Batavia*, que se afundaria em 1620. A maior parte do material para a *Kroniek* terá vindo dos seus tempos na feitoria holandesa de Agra, onde parece ter convivido muito com certos membros da elite mogol. Existe alguma controvérsia em torno do modo de construção da crónica, o que em alguns aspectos encontra paralelo nas análises feitas à crónica de Diogo do Couto. Certas passagens do texto sobressaem: o uso consistente e muito invulgar do calendário da Hégira, o uso de meses dos calendários islâmico e persa para marcar a cronologia, a utilização de medidas indianas de tempo de curta duração, como *gharis* e *pahars*, bem como certas expressões aparentemente traduzidas literalmente do persa. No final do texto Pelsaert faz o seguinte comentário enigmático: «Embora

desejasse dar o ano e as datas correctos dos acontecimentos (não o pude fazer) devido ao descuido do historiador indiano de quem tive de traduzir o que ocorreu antes do meu tempo. Espero que isto não cause nenhuma desinclinação para ler, mas que possa ser apreciado como uma mudança de dieta.»⁶¹ Contudo, é suficientemente claro que Pelsaert na realidade não teve acesso directo às crónicas persas que foram produzidas na corte mogol. A sua própria crónica começa na década de 1530, assim (após uma breve reflexão sobre Timur e seus descendentes): «No ano de Cristo – [para 1538], o rei Humayun conduziu o seu exército de Agra a Bengala com o objectivo de levar esse país para debaixo do seu domínio»; acaba com a morte de Jahangir e a luta pela sucessão que se seguiu, sem ser capaz de informar o leitor sobre qual dos três candidatos rivais (Khurram, Shahryar ou Bulaqi) de facto ascendeu ao trono. Contudo, as primeiras cinco ou seis décadas cobertas na crónica são, no mínimo, recontadas de uma maneira menos consistente com a tradição cronística persa do que com o texto de Couto. Resta-nos então reafirmar o perspicaz juízo dos seus tradutores para inglês: «A história confusa [de Pelsaert] do conflito entre Sher Shah e Humayun e a sua cronologia bastante absurda das andanças de Humayun após o nascimento de Akbar são a prova suficiente de que não podia ter usado uma crónica persa contemporânea para a compilação da sua obra.» Pelo contrário, parece provável que Pelsaert tenha tido acesso a uma versão oral resumida das fontes persas, talvez através de um dos escribas (*munshis*) usados pelos holandeses na sua feitoria de Agra. A complexidade deste processo de transmissão, de um *munshî* que tentava resumir um texto complexo (ou série de textos) para o próprio Pelsaert, que sem dúvida o tentava tornar compreensível a partir de um persa mal falado para um holandês bem escrito, pode muito bem explicar os deslizes encontrados. Em vez de um relativo rigor textual de um Barros ou de um Castanheda, encontramos-nos bem mais próximos de um universo misto em que as distinções entre a palavra escrita e a forma falada estão longe de ser evidentes. Contudo, a outra declaração final de Pelsaert também é interessante, pois é óbvio que se sentia mais confortável quando podia escrever sobre a sua época a partir de uma mistura de testemunhos orais directos, boatos e o que quer que presenciasse, do que quando tinha de tratar do «que ocorreu antes do meu tempo».

⁶¹ Brij Narain e S.R. Sharma, *A Contemporary Dutch Chronicle of Mughal India* (Calcutá, 1957), 97.

Uma leitura de Pelsaert é também instrutiva porque força uma distinção entre dois géneros literários, a «crónica» e o «tratado» (*remonstrantie*). A última forma, por sua vez, estava relacionada com o relato de viagens, embora fosse distinta. O seu objectivo não era apresentar o escritor em primeiro plano, como no relato de viagens, mas disponibilizar uma paisagem que aprofundava a possibilidade de uma certa forma de diagnóstico da sociedade observada. Tais distinções podem ser claramente observadas entre os escritos holandeses na Índia na primeira metade do século XVII, tanto os que surgiram impressos como aqueles que permaneceram enterrados nos arquivos da Companhia Holandesa como anexos de cartas. As primeiras descrições do reino de Golkonda por Anthonij Schorer e Pieter Gilliesz van Ravesteyn cabem nesta categoria do «tratado»; o relato de Pieter van den Broecke, por seu lado, segue um padrão mais próximo do relato de viagens organizado como narrativa cronológica («journal» ou «dag-register»). A *Remonstrantie* de Pelsaert tinha claramente o intuito de desenvolver funções bastante distintas das da sua *Kroniek*: o seu propósito é apresentar informação comercial concreta, e informação institucional sobre as leis, os costumes e os grupos sociais que se poderiam encontrar. É também nesta categoria que cabe o caso do valioso texto de Geleynssen de Jongh, notável pela atenção dedicada aos principais grupos sociais que o empregado da Companhia Holandesa tinha a probabilidade de contactar enquanto estivesse no Ocidente e no Norte da Índia. Deste ponto de vista eminentemente pragmático, a história dos mogóis durante o século XVI foi de muito pouca utilidade.

Então porque terá Pelsaert escrito a sua crónica? A resposta deve estar no facto de um público humanista nos Países Baixos, a quem se dirigia De Laet, não ficar provavelmente satisfeito com uma mera seriação das condições da época na Índia. A abordagem «historicizante» seria levada ao extremo por François Bernier algumas décadas mais tarde, com o seu tratado epistolar sobre a forma de constituição do estado mogol e o diagnóstico das «revoluções» locais. Constituiria um pilar da grande literatura política desde que os *baili* venezianos em Istambul, uma vez regressados, elevaram os seus relatórios a um género literário, usando metáforas biológicas para transformar o corpo político num corpo vivo.⁶² Mas o gosto

⁶² Para o texto francês do seu relato, ver François Bernier, *Voyage dans les États du Grand Mogol*, ed. France Bhattacharya, Paris, 1981; e para uma tradução inglesa

pela história cronológica manteve-se, bem como o argumento de que só uma descrição do desenrolar dos acontecimentos ao longo do tempo permitiria ao leitor esclarecido compreender como funcionava outra entidade política. Pelsaert escreveu assim a sua *Kroniek* para um público distinto do limitado grupo de leitores empregados da Companhia que as suas *Remonstrantie* poderiam ter tido; e apesar de certamente compreender português, escolheu ignorar por completo o corpo das crónicas portuguesas. Concluía enfaticamente a sua crónica apontando a fragilidade da estrutura política mogol que, no seu entender, a luta pela sucessão após a morte de Jahangir apenas voltava a sublinhar. Ao leitor da sua crónica não restariam dúvidas de que o breve período de consolidação sob Akbar era uma anomalia, porque de facto a regra era de constantes rebeliões de príncipes de sangue, escaramuças perpétuas com senhores da guerra desordeiros e uma corte em que as mulheres desempenhavam um papel demasiado importante. Tudo prova muito mais importante do que a afirmação contida nas *Remonstrantie* de que «das leis pouco ou nada é mantido, pois os soberanos são absolutos», ou a declaração sarcástica de que apesar do grandioso título de senhor do mundo (*jahân*), Jahangir era incapaz de controlar mais do que as estradas principais, com o campo e as montanhas nas mãos de *râjas* autónomos.

Os anos intermédios do século XVII são mais uma vez dominados, todavia, pelo tratado e pelo relato de viagens, quer da lavra do próprio Bernier (claramente o escritor mais prestigiado do período), quer de Tavernier, Careri, Abbé Carré ou de muitos outros. Mas a crónica ainda não estava morta, como acontecimentos subsequentes iriam mostrar, e na verdade ganharia um novo fôlego no século seguinte. Isto leva-nos, de forma a concluir a nossa série, à figura notável do veneziano Niccolò Manuzzi, ou Manucci, como é por vezes referido.⁶³ Mencionámos, noutro lugar, os principais elementos da sua carreira, incluindo a sua estadia de mais de sessenta anos na Índia e a sua transformação de aprendiz de artilharia na década de 1650 em

prestável, ver Bernier, *Travels in the Mogul Empire, AD. 1656-1668*, trad. Irving Brock e Archibald Constable, revisão Vincent A. Smith (reimpressão, Deli, 1989).

⁶³ Niccolao Manucci [Niccolò Manuzzi], *Mogul India, or Storia del Mogor*, trad. William Irvine, 4 vols. (Londres, 1907-1908; reimpressão Deli, 1990). Embora a totalidade do texto original de Manuzzi nunca tenha sido publicado, ver a edição parcial (com ilustrações valiosas do *libro nero* e do *libro rosso*) de Piero Falchetta, ed., *Storia del Mogol di Nicolò Manuzzi veneziano*, 2 vols. (Milão, 1986). Consulte também o manuscrito na Staatsbibliothek zu Berlin, Ms. Phillips 1945, 3 vols., numa mistura de português e francês.

Uma leitura de Pelsaert é também instrutiva porque força uma distinção entre dois géneros literários, a «crónica» e o «tratado» (*remonstrantie*). A última forma, por sua vez, estava relacionada com o relato de viagens, embora fosse distinta. O seu objectivo não era apresentar o escritor em primeiro plano, como no relato de viagens, mas disponibilizar uma paisagem que aprofundava a possibilidade de uma certa forma de diagnóstico da sociedade observada. Tais distinções podem ser claramente observadas entre os escritos holandeses na Índia na primeira metade do século XVII, tanto os que surgiram impressos como aqueles que permaneceram enterrados nos arquivos da Companhia Holandesa como anexos de cartas. As primeiras descrições do reino de Golkonda por Anthonij Schorer e Pieter Gilliesz van Ravesteyn cabem nesta categoria do «tratado»; o relato de Pieter van den Broecke, por seu lado, segue um padrão mais próximo do relato de viagens organizado como narrativa cronológica («journaal» ou «dag-register»). A *Remonstrantie* de Pelsaert tinha claramente o intuito de desenvolver funções bastante distintas das da sua *Kroniek*: o seu propósito é apresentar informação comercial concreta, e informação institucional sobre as leis, os costumes e os grupos sociais que se poderiam encontrar. É também nesta categoria que cabe o caso do valioso texto de Geleynssen de Jongh, notável pela atenção dedicada aos principais grupos sociais que o empregado da Companhia Holandesa tinha a probabilidade de contactar enquanto estivesse no Ocidente e no Norte da Índia. Deste ponto de vista eminentemente pragmático, a história dos mogóis durante o século XVI foi de muito pouca utilidade.

Então porque terá Pelsaert escrito a sua crónica? A resposta deve estar no facto de um público humanista nos Países Baixos, a quem se dirigia De Laet, não ficar provavelmente satisfeito com uma mera seriação das condições da época na Índia. A abordagem «historicizante» seria levada ao extremo por François Bernier algumas décadas mais tarde, com o seu tratado epistolar sobre a forma de constituição do estado mogol e o diagnóstico das «revoluções» locais. Constituiria um pilar da grande literatura política desde que os *baili* venezianos em Istambul, uma vez regressados, elevaram os seus relatórios a um género literário, usando metáforas biológicas para transformar o corpo político num corpo vivo.⁶² Mas o gosto

⁶² Para o texto francês do seu relato, ver François Bernier, *Voyage dans les États du Grand Mogol*, ed. France Bhattacharya, Paris, 1981; e para uma tradução inglesa

pela história cronológica manteve-se, bem como o argumento de que só uma descrição do desenrolar dos acontecimentos ao longo do tempo permitiria ao leitor esclarecido compreender como funcionava outra entidade política. Pelsaert escreveu assim a sua *Kroniek* para um público distinto do limitado grupo de leitores empregados da Companhia que as suas *Remonstrantie* poderiam ter tido; e apesar de certamente compreender português, escolheu ignorar por completo o corpo das crónicas portuguesas. Concluía enfaticamente a sua crónica apontando a fragilidade da estrutura política mogol que, no seu entender, a luta pela sucessão após a morte de Jahangir apenas voltava a sublinhar. Ao leitor da sua crónica não restariam dúvidas de que o breve período de consolidação sob Akbar era uma anomalia, porque de facto a regra era de constantes rebeliões de príncipes de sangue, escaramuças perpétuas com senhores da guerra desordeiros e uma corte em que as mulheres desempenhavam um papel demasiado importante. Tudo prova muito mais importante do que a afirmação contida nas *Remonstrantie* de que «das leis pouco ou nada é mantido, pois os soberanos são absolutos», ou a declaração sarcástica de que apesar do grandioso título de senhor do mundo (*jahân*), Jahangir era incapaz de controlar mais do que as estradas principais, com o campo e as montanhas nas mãos de *râjas* autónomos.

Os anos intermédios do século XVII são mais uma vez dominados, todavia, pelo tratado e pelo relato de viagens, quer da lavra do próprio Bernier (claramente o escritor mais prestigiado do período), quer de Tavernier, Careri, Abbé Carré ou de muitos outros. Mas a crónica ainda não estava morta, como acontecimentos subsquentes iriam mostrar, e na verdade ganharia um novo fôlego no século seguinte. Isto leva-nos, de forma a concluir a nossa série, à figura notável do veneziano Niccolò Manuzzi, ou Manucci, como é por vezes referido.⁶³ Mencionámos, noutro lugar, os principais elementos da sua carreira, incluindo a sua estadia de mais de sessenta anos na Índia e a sua transformação de aprendiz de artilharia na década de 1650 em

prestável, ver Bernier, *Travels in the Mogul Empire, AD. 1656-1668*, trad. Irving Brock e Archibald Constable, revisão Vincent A. Smith (reimpressão, Deli, 1989).

⁶³ Niccolao Manucci [Niccolò Manuzzi], *Mogul India, or Storia do Mogor*, trad. William Irvine, 4 vols. (Londres, 1907-1908; reimpressão Deli, 1990). Embora a totalidade do texto original de Manuzzi nunca tenha sido publicado, ver a edição parcial (com ilustrações valiosas do *libro nero* e do *libro rosso*) de Piero Falchetta, ed., *Storia del Mogol di Nicolò Manuzzi veneziano*, 2 vols. (Milão, 1986). Consulte também o manuscrito na Staatsbibliothek zu Berlin, Ms. Phillips 1945, 3 vols., numa mistura de português e francês.

médico amador e a sua colocação nas cidades coloniais incipientes de Madrasta e Pondicherry, no início do século XVIII. Manuzzi alegava uma familiaridade longa com a elite mogol na altura em que escreveu o texto, e fizera parte dos grupos que giravam em torno de mais de um príncipe mogol. Afirmava fluência no persa, embora – a julgar pelas provas dadas – fosse nisso claramente inferior a outros europeus, como o escocês do início do século XVII George Strachan, ou de vários jesuítas que também residiram na corte mogol no início do século XVII.

A história da publicação da *Storia del Mogol* é bastante curiosa. Parece que no início do século XVIII, depois de ter feito um progresso considerável com as primeiras secções do trabalho, Manuzzi decidiu enviar porções do texto escrito em português para França, através da mediação da Companhia Francesa das Índias Orientais, na esperança de o ver aí publicado. Em França caiu nas mãos de um jesuíta chamado François Catrou (1659-1737), essencialmente um polemista que produzia histórias dos anabaptistas, shakers e outras seitas cristãs radicais. Catrou, como veremos adiante, teve alguma dificuldade em digerir o texto de Manuzzi; não é surpreendente, pois a *Storia* é uma obra extremamente ambiciosa e por vezes incoerente, ainda mais complexa pelo facto de alternar entre o italiano e o português (com o embelezamento ou tradução para francês, de tempos a tempos, por causa de Catrou). Tinha pelo menos quatro desígnios diferentes a cumprir. O primeiro era a produção de um relato do passado mogol rico em cronologia, até à luta pela sucessão de meados do século XVII entre os filhos de Shahjahan que tanto atiçara a imaginação dos europeus da altura. O segundo era a inclusão da própria autobiografia de Manuzzi nos acontecimentos dos anos que vão da década de 1650 até ao início do século XVIII; a própria história de vida do veneziano é assim posta de par com a história do reino de Aurangzeb. O terceiro propósito, que até agora despertou relativamente pouca atenção, era produzir uma crítica dos portugueses, bem como uma análise implícita da razão do seu declínio como potência. O grande número de historietas e vinhetas sobre a vida nos estabelecimentos portugueses no Ocidente da Índia servem para mostrar como é que os europeus podiam degenerar tão facilmente na Índia, a não ser que tomassem as necessárias precauções. Aqui estava uma lição para ingleses e franceses, as duas potências de que Manuzzi se sentia mais próximo. Um quarto e último objectivo do texto era produzir uma forma de etnografia, uma descrição dos ritos e práticas dos «gentios» da

Índia, tendo Manuzzi encomendado, por isso, um notável conjunto de pinturas mostrando «cenas típicas» da vida quotidiana na Índia, como a procissão de um templo, as práticas dos ascetas indianos, ou os inevitáveis (e múltiplos) casos de *sati* que afirma ter encontrado.⁶⁴ Ao longo desta etnografia especialmente religiosa, Manuzzi deleitou-se a reproduzir sínteses de textos como o *Râmâyana*, ou outras narrativas da tradição indiana, sempre acompanhadas dos seus comentários sarcásticos.

Em muitos aspectos podemos encarar o veneziano como uma figura de charneira, fazendo a mediação entre a tradição crónica portuguesa – da qual é, num certo sentido, um representante tardio – e o mundo de homens como Robert Orme, que fez a crónicas das aventuras de Robert Clive e outros conquistadores da Companhia Inglesa de meados do século XVIII. Temos muitas vezes a tentação de comparar Manuzzi a Gaspar Correia, devido ao seu fraquinho pelo picaresco; e é óbvio que a primeira versão do seu texto a aparecer impressa, a versão francesa muito alterada pelo jesuíta Catrou, procurou, em parte, controlar de duas formas estes aspectos. Por um lado Catrou assumiu-se como o autor, relegando Manuzzi para a posição de um mero informador, alterando muito a estrutura de autoridade; agora o texto podia ser visto como parte do vasto corpo de conhecimento sobre a Ásia feito pelos jesuítas. Mas ainda mais significativo é o facto de Catrou ter descaracterizado o texto precisamente com a excisão dos aspectos mais queridos a Manuzzi, razão pela qual acabaram por se zangar. O jesuíta desejava normalizar a crónica, enquanto Manuzzi pretendia que o seu texto fosse um desafio a Bernier, precisamente por sentir que tinha um maior conhecimento em primeira mão da Índia, e um domínio superior das línguas indianas. Escrito, dizia, «para benefício de viajantes, mercadores e missionários», o texto de Manuzzi rejeitava explicitamente o tratado como forma, em favor de um modelo histórico cronológico, de um tipo que Bernier escolhera não explorar. A série de oposições subjacentes que o afastam de Bernier são importantes: o veneziano era um autodidacta, enquanto o francês pertencia a círculos intelectuais de elite; o segundo escolhera regressar à Europa, ao passo que o primeiro continuou a residir na Índia; e, não menos importante, Manuzzi aproximava-se bastante da

⁶⁴ Para esta secção da sua obra, ver T. Gasparini Leporace, *Usi e costume dell'India dalla Storia del Mogol di Nicolò Manucci veneziano* (Milão, 1963).

figura do renegado, insinuando frequentemente que provara da sua cultura e da dos seus interlocutores orientais. Mas as pretensões a rigor intelectual que Barros, Castanheda ou mesmo Couto podiam apresentar não eram para ele. Nem os seus métodos são comparáveis aos de escritores como Robert Orme ou Richard Owen Cambridge, que constituíam verdadeiros arquivos na primeira pessoa de relatos europeus de forma a escreverem as suas histórias, com documentação comprovativa à mão.⁶⁵ Se historiadores posteriores, ansiosos por salvar o veneziano do esquecimento, escolherem compará-lo a Samuel Pepys, as semelhanças não serão particularmente óbvias. Pelo contrário, Manuzzi é o exemplo do *raconteur* e não do diarista, que em última análise é mais atraente pela profundidade da sua experiência cultural do que pela sua capacidade de tornar inteligíveis os reinados de Akbar ou Jahandir.

O primeiro volume da obra de Catrou apareceu em 1705, em francês, seguindo-se rapidamente uma tradução em inglês; o segundo volume, sobre o reino de Aurangzeb, foi publicado cerca de dez anos depois.⁶⁶ Mas uma leitura do prefácio do jesuíta só podia ter incomodado Manuzzi, por razões evidentes. Eis como Catrou apresentou a questão: «Uma pessoa de conhecida probidade, que exerceu os cargos mais altos nas nossa colónias da Índia, deu-me um manuscrito em português, o trabalho do Signor Niccolò Manuzio, Veneziano [...]. Lendo-o, vi que o Signor Niccolò Manuzio tinha tido acesso às crónicas do Império do Mogol, que fez traduzir para português, e que tinham sido inseridas no volume que tinha nas mãos.»⁶⁷

Catrou prosseguia insistindo que o trabalho de Manuzzi era manifestamente superior ao que até então tinha circulado na Europa, nomeadamente a obra de de Laet, que escrevera «uma breve história

⁶⁵ Robert Orme, *A History of the Military Transactions of the British Nation in Indostan, from the Year MDCCXLV*, 2 vols. (Londres, 1763-1778); mas ver também Orme, *Historical Fragments of the Mogul Empire, of the Morattoes, and of the English Concerns in Indostan from 1659* (Londres, 1782).

⁶⁶ François Catrou, *Histoire générale de l'empire du Mogol, depuis sa fondation, sur les mémoires portugais de M. Manouchi*, 2 vols. (Paris, 1705-1715); Catrou, *The general history of the Mogul Empire, from its foundation by Tamerlane to the late emperor Orangzeb, extracted from the memoirs of M. Manouchi by F. Catrou* (Londres, 1709).

⁶⁷ Francesco Catrou, *Storia generale dell'Impero del Mogol dopo la sua fondazione [...] scritta secondo le memorie storiche del Signor Niccolò Manuzio Veneziano, tradotta dal Francese* (Veneza, 1731), «Prefazione», I. Usei esta tradução veneziana tanto por ser de acesso mais simples como por ser assim que Manuzzi foi apresentado impresso – ironicamente – ao público leitor da sua cidade natal.

do Mogol». Isto acontecia por razões óbvias; o próprio Manuzzi «não era apenas um mercador europeu [...]. Era um médico que devido à sua profissão servira os imperadores durante um longo período: passara quarenta anos na corte e a sua vocação abria-lhe as portas do serralho, fechadas a todos os outros; é por isso pouco surpreendente que tivesse informações seguras e que o tenham deixado ler e transcrever a verdadeira crónica do Mogol». Todo o tom é interessante – primeiro, porque usa insistentemente o tempo pretérito, como se Manuzzi já não fosse deste mundo quando Catrou escreveu, e, segundo, porque Manuzzi aparece aqui não tanto quanto um autor mas como escriba e tradutor. Isto é mais desenvolvido noutra passagem, em que Catrou declara: «Além disso, tinha toda a certeza que alguém pode ter em tais assuntos, que a minha crónica do mogol em português tem todas as marcas que a distinguem, e que a mostram como verdadeira. O Signor Manuzio tem a certeza de que a traduziu com toda a precisão possível dos originais em persa do Palácio.»

Mas mesmo admitindo isto e estabelecendo a autenticidade e superioridade deste texto, Catrou continua, denegrindo ligeiramente o próprio Manuzzi, afirmando que o seu português é «corrupto» devido à longa estadia na Índia (e daí não totalmente compreensível), e chegando a admitir que ocasionalmente teve de modificar o texto usando outros autores como Tavernier, Thomas Roe e «Monsieur» Bernier, por quem, em particular, demonstra um extraordinário respeito. Aceita que por vezes Manuzzi ultrapasse Bernier, mas isto é simplesmente «porque escreveu depois do francês e teve tempo de verificar, nos próprios locais de acção, certos acontecimentos que Monsieur Bernier apenas relatara de acordo com o que era dito». Mas enquanto todo o fervor do trabalho de Manuzzi está em denegrir e deslegitimar Bernier, Catrou acaba por assumir um compromisso entre os dois, salvando a reputação do seu compatriota e ao mesmo tempo promovendo o seu próprio texto (notemos a reveladora frase «a minha crónica do mogol»).

O efeito geral de tudo isto, como atrás dissemos, é tornar insípido e normalizado o texto de Manuzzi, de forma que o que resta é o primeiro volume de Catrou é uma série de capítulos cronológicos que começam com Timur e prosseguem por Miran Shah, Abu Sa'id e 'Umar Shaikh, até Babur, Humayun e os seus sucessores, até ao fim do reinado de Shahjahan. O reino de Akbar recebe o tratamento mais completo de todos (depois do de Shahjahan) e

o volume conclui com uma «Descrição da Corte», dos «Domínios do Mogol», e do «Governo e Política do Mogol». Quanto ao autor veneziano, acabaria por se queixar amargamente, numa carta às altas autoridades de Veneza, de que o jesuíta o tornara num actor menor, em vez da figura central de pelo menos uma parte significativa da narrativa. Neste sentido, e por ter insistido que o trabalho era, na essência, «a verdadeira crónica do Mogol», Catrou distorceu, sem sombra de dúvida, as intenções de Manuzzi; inadvertidamente, contudo, aproximou-o do tom «objectivista» que seria adoptado por autores posteriores no mesmo século, como Orme ou Alexander Dow (na sua primeira tradução da *Gulshan-i-Ibrâhîmî* de Firishta). Orme, nomeado historiador da Companhia Inglesa das Índias Orientais em 1769 com um salário de 400 libras por ano, cargo onde se manteve até à morte, em 1801, acabaria, de maneira curiosa, por apagar a própria presença de muitos dos acontecimentos que descreve. Não escreveu nenhum prefácio à sua *History* em que apresentasse a sua carreira, e produziu um trabalho notável pela segura e parafrazeamento de relatos de outros (que encomendara e retivera na sua colecção de 231 volumes manuscritos). Elogios extravagantes vindos de contemporâneos elevavam-no ao estatuto de Políbio e Tucídides mas, por outro lado, as suas crónicas representam o empobrecido encerramento de uma série bem mais rica iniciada com Castanheda e Barros.

Conclusão

Este extenso capítulo pretendeu oferecer um panorama da tradição cronística europeia sobre os mogóis, sempre apoiado numa série de questões analíticas. Afirmámos claramente que é possível estabelecer distinções consistentes no seio da família dos cronistas europeus. Os métodos usados não eram os mesmos, nem foram adoptadas as mesmas estratégias de legitimação e autoridade. As questões de escala e de extensão foram igualmente determinantes dos horizontes intelectuais e geográficos dos próprios cronistas. A segunda questão prende-se com o problema da «tradução», um dos mais espinhosos no contexto da cronística transcultural. Como escrevemos, muitos dos nossos cronistas afirmaram ter tido acesso a fontes «indígenas», embora muito poucos se tenham atrevido

a dizer que realizaram uma tradução textual fiel, ou mesmo uma paráfrase próxima, de uma crónica «indígena». ⁶⁸ Não que não existissem algumas noções explícitas de tradução, pois vimos que cartas e correspondência diplomática eram traduzidas, ou mesmo usadas de forma explícita, tanto quanto podemos saber. ⁶⁹ Couto dizia que chegara a tais textos através dos embaixadores mogóis em Goa, o que é dificilmente sustentável, o mesmo se podendo dizer de Pelsaert e de Manuzzi.

Existe outra solução para este problema das pretensões de Pelsaert e de Manuzzi, que é o recurso a ideias como a «tradução cultural». Os documentos persas teriam sido transpostos do seu espaço cultural para o da tradição cronística europeia, através de um «jogo linguístico» não especificado. Este é um argumento seriamente viciado, incapaz de demonstrar o conteúdo de tal processo, em termos filológicos. Os processos a que assistimos são, na verdade, outros. Terá havido elementos presentes na tradição cronística persa que foram desmontados e depois reconstituídos numa outra estrutura narrativa, com outras sequências causais, valências e estruturas de significado. Além disso, a tradição escrita terá sido constantemente mediada por versões orais e retrabalhada, no caso de materiais orais para os quais não existia uma versão escrita. Paradoxalmente, portanto, os cronistas europeus sentiam-se à vontade onde a acção que narravam incluía pelo menos alguns participantes ocidentais, que podiam servir de testemunhas. No entanto, era também nestas sequências que havia mais em jogo, e em que menos eram capazes de assumir um desinteresse distanciado. Aqui, podem ter mentido, por vezes, mesmo pelos seus padrões, porque a verdade era demasiado dolorosa; mas em todos os outros casos não é claro que pudessem, de facto, construir o que se consideraria hoje um «regime de verdade» estável e coerente.

⁶⁸ Uma excepção é, no final do século XVI, o cristão-novo Pedro Teixeira, que produziu uma versão de secções do *Rauzat al-Safâ* de Mir Khwand, para o qual ver William F. Sinclair e Donald Ferguson, trad. e anot., *The travels of Pedro Teixeira, with his «Kings of Harmuz» and extracts from his «Kings of Persia»* (Londres, 1902).

⁶⁹ Para tais traduções, ver por exemplo Francis Gladwin, *The memoirs of Khojeh Abdulkurreem, a Cashmerian of distinction who accompanied Nadir Shah [...]: including the history of Hindostan, from A. D. 1739 to 1749* (Calcutá, 1788). Um exemplo anterior do Irão (mas apropriado para a história mogol) é William Jones, trad., *Histoire de Nader Chah, connu sous le nom de Thabmas Kuli Khan, Empereur de Perse*, 2 vols. (Londres, 1770).

o volume conclui com uma «Descrição da Corte», dos «Domínios do Mogol», e do «Governo e Política do Mogol». Quanto ao autor veneziano, acabaria por se queixar amargamente, numa carta às altas autoridades de Veneza, de que o jesuíta o tornara num actor menor, em vez da figura central de pelo menos uma parte significativa da narrativa. Neste sentido, e por ter insistido que o trabalho era, na essência, «a verdadeira crónica do Mogol», Catrou distorceu, sem sombra de dúvida, as intenções de Manuzzi; inadvertidamente, contudo, aproximou-o do tom «objectivista» que seria adoptado por autores posteriores no mesmo século, como Orme ou Alexander Dow (na sua primeira tradução da *Gulshan-i-Ibrâhîmî* de Firishta). Orme, nomeado historiador da Companhia Inglesa das Índias Orientais em 1769 com um salário de 400 libras por ano, cargo onde se manteve até à morte, em 1801, acabaria, de maneira curiosa, por apagar a própria presença de muitos dos acontecimentos que descreve. Não escreveu nenhum prefácio à sua *History* em que apresentasse a sua carreira, e produziu um trabalho notável pela segura e parafraseamento de relatos de outros (que encomendara e retivera na sua colecção de 231 volumes manuscritos). Elogios extravagantes vindos de contemporâneos elevavam-no ao estatuto de Políbio e Tucídides mas, por outro lado, as suas crónicas representam o empobrecido encerramento de uma série bem mais rica iniciada com Castanheda e Barros.

Conclusão

Este extenso capítulo pretendeu oferecer um panorama da tradição cronística europeia sobre os mogóis, sempre apoiado numa série de questões analíticas. Afirmámos claramente que é possível estabelecer distinções consistentes no seio da família dos cronistas europeus. Os métodos usados não eram os mesmos, nem foram adoptadas as mesmas estratégias de legitimação e autoridade. As questões de escala e de extensão foram igualmente determinantes dos horizontes intelectuais e geográficos dos próprios cronistas. A segunda questão prende-se com o problema da «tradução», um dos mais espinhosos no contexto da cronística transcultural. Como escrevemos, muitos dos nossos cronistas afirmaram ter tido acesso a fontes «indígenas», embora muito poucos se tenham atrevido

a dizer que realizaram uma tradução textual fiel, ou mesmo uma paráfrase próxima, de uma crónica «indígena».⁶⁸ Não que não existissem algumas noções explícitas de tradução, pois vimos que cartas e correspondência diplomática eram traduzidas, ou mesmo usadas de forma explícita, tanto quanto podemos saber.⁶⁹ Couto dizia que chegara a tais textos através dos embaixadores mogóis em Goa, o que é dificilmente sustentável, o mesmo se podendo dizer de Pelsaert e de Manuzzi.

Existe outra solução para este problema das pretensões de Pelsaert e de Manuzzi, que é o recurso a ideias como a «tradução cultural». Os documentos persas teriam sido transpostos do seu espaço cultural para o da tradição cronística europeia, através de um «jogo linguístico» não especificado. Este é um argumento seriamente viciado, incapaz de demonstrar o conteúdo de tal processo, em termos filológicos. Os processos a que assistimos são, na verdade, outros. Terá havido elementos presentes na tradição cronística persa que foram desmontados e depois reconstituídos numa outra estrutura narrativa, com outras sequências causais, valências e estruturas de significado. Além disso, a tradição escrita terá sido constantemente mediada por versões orais e retrabalhada, no caso de materiais orais para os quais não existia uma versão escrita. Paradoxalmente, portanto, os cronistas europeus sentiam-se à vontade onde a acção que narravam incluía pelo menos alguns participantes ocidentais, que podiam servir de testemunhas. No entanto, era também nestas sequências que havia mais em jogo, e em que menos eram capazes de assumir um desinteresse distanciado. Aqui, podem ter mentido, por vezes, mesmo pelos seus padrões, porque a verdade era demasiado dolorosa; mas em todos os outros casos não é claro que pudessem, de facto, construir o que se consideraria hoje um «regime de verdade» estável e coerente.

⁶⁸ Uma excepção é, no final do século XVI, o cristão-novo Pedro Teixeira, que produziu uma versão de secções do *Rauzat al-Safâ'* de Mir Khwand, para o qual ver William F. Sinclair e Donald Ferguson, trad. e anot., *The travels of Pedro Teixeira, with his «Kings of Hormuz» and extracts from his «Kings of Persia»* (Londres, 1902).

⁶⁹ Para tais traduções, ver por exemplo Francis Gladwin, *The memoirs of Kbojeh Abdulkurreem, a Cashmerian of distinction who accompanied Nadir Shah [...]: including the history of Hindostan, from A. D. 1739 to 1749* (Calcutá, 1788). Um exemplo anterior do Irão (mas apropriado para a história mogol) é William Jones, trad., *Histoire de Nader Chah, connu sous le nom de Thabmas Kuli Khan, Empereur de Perse*, 2 vols. (Londres, 1770).

Capítulo 4

O milenarismo do século XVI do Tejo ao Ganges

Serão revoltas as pedras com as letras dereytas & em ordem,
Quando tu occidente vires as riquezas doriente.
Ho Ganges, Indo & ho Tejo será cousa marauilhosa de ver.
Que cada hum trocara com ho outro as suas mercadorias.

Profecia sibilina em Sintra (1499)¹

Introdução

Na historiografia sobre o Sul da Ásia existe um debate antigo e ainda inconclusivo que opõe os que defendem a especificidade da região (definida ou não em termos do conceito de «estudos de área») e os que afirmam que a sua história deve ser vista em termos sobretudo universais. No passado, este debate colocou os proponentes culturalistas da originalidade da Índia contra os historiadores económicos defensores da racionalidade do actor indiano, camponês ou proletário; actualmente a oposição trava-se entre os que gostariam de escrever uma narrativa única e grandiosa do desenvolvimento do capitalismo e os que consideram que tal perspectiva ignoraria as especificidades da experiência colonial da Índia. Como em todos os debates radicais, a subtileza de uma posição intermédia acaba por ser esmagada entre as duas mós dos extremos. Afirma-se muitas vezes

¹ Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ed. M. Lopes de Almeida, 9 livros em 2 vols. (Porto, 1979), vol. I, 71-72.

que o método comparativo histórico pode servir para sustentar essa posição intermédia, mais sensata. Dito por outras palavras, a especificidade indiana, uma vez identificada, pode ser comparada com outras situações distintas, no tempo ou no espaço, através de um processo sequencial. Mas a historiografia também se pode mostrar céptica em relação à verdadeira utilidade deste método comparativo tradicional (weberiano ou não). Uma proposta alternativa – entre tantas outras – avançou a ideia das histórias conectadas (*connected histories*) como maneira de aproximar fenómenos históricos artificialmente separados pela convenção historiográfica.² Este capítulo é precisamente concebido nesse espírito, tratando da reconfiguração da história do Sul da Ásia no contexto de uma paisagem de histórias conectadas da época moderna.

Quais eram os grandes fenómenos que uniam o globo na época moderna, tornando possível a povos que viviam em partes diferentes do mundo imaginar pela primeira vez, ainda que de forma desigual, a existência de processos a uma escala realmente global?³ Ao longo dos anos vários candidatos têm vindo a ser apresentados aos historiadores. Os micróbios, por exemplo, espalharam-se por toda a Eurásia durante e imediatamente após o «Grande Momento Mongol», e conduziram mais tarde a epidemias de peste em ambos os extremos da massa terrestre eurasiática. A prata e os metais preciosos, segundo historiadores que pacientemente seguiram a expansão mundial do produto das minas argentíferas de Potosí, na década de 1570, ou do Japão, mais ou menos no mesmo período, provocaram desastrosos processos de inflação e de inquietação social (e, involuntariamente, levaram à produção de *Dom Quixote*, na opinião de Pierre Vilar⁴). Plantas e animais, a acreditar na tese da «Troca Colombiana», representaram possibilidades de expansão agrícola e pecuária e, ocasional-

mente, dizimaram estilos de vida e populações mais antigos. Houve, todavia, e para além de todas estas teses indubitavelmente válidas, um conjunto de fenómenos que operaram a uma escala global nos séculos XV, XVI e XVII, com repercussões culturais, sociais e políticas muito amplas. Refiro-me ao complexo de movimentos políticos milenaristas conectados que acompanharam o processo de expansão europeia, dando-lhe por vezes impulsos ideológicos cruciais. Muito foi já escrito sobre estes movimentos enquanto focos de rebelião e resistência, e como mecanismos desesperados de defesa de grupos ameaçados, que produziam os seus profetas, como aconteceu em Canudos no final do século XIX.⁵ Estas ideias estão em consonância com Norman Cohn, que num aclamado livro de 1957 procurava demonstrar como «na Europa, repetidamente entre o final do século XI e a primeira parte do século XVI, o desejo de melhoria da vida material dos pobres se cruzou tão bem com fantasias de um novo Paraíso na terra».⁶ Que dizer, então, do milenarismo político como ideologia dominante, como um dos blocos construtores do império e combustível da ambição imperial? A análise que se segue é assim dedicada a este fenómeno bem menos explorado e, não obstante, absolutamente global e típico da época moderna.

Será útil começarmos com uma breve reflexão sobre questões de definição, de modo a distinguir os movimentos milenaristas de outros movimentos simplesmente baseados em visões proféticas mais genéricas ou em ideias de cruzada. Um historiador recente do milenarismo na China, Jonathan Spence, propôs, numa definição que nos parece adequada, que estaríamos a lidar com um «padrão de crença [...] [que] prometia a possibilidade de um mundo final em que existiria ‘cosmos sem caos’, um mundo de ‘de feitos maravilhosos’ sem imperfeições, uma paz eterna para além da história, um reino imutável governado por um deus inigualável». Acrescentando à definição que «mestres e profetas previram que antes de este mundo novo ser alcançado haveria uma batalha apocalíptica entre duas forças, uma batalha em que, após muita agonia, o bem triunfaria e o mal seria escorraçado da Terra».⁷ Spence escreveu sobre o reino

² Ver Sanjay Subrahmanyam, «Connected Histories: Notes towards a re-figuration of Early Modern Eurasia», *Modern Asian Studies*, vol. 31, n.º 3 (1997): 735-762 (reimpresso in Victor Lieberman, ed., *Beyond Binary Histories: Re-imagining Eurasia to c. 1830* (Ann Arbor, 1999), 289-316. O argumento foi mais desenvolvido por Serge Gruzinski, «Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’», *Annales HSS*, vol. 56, n.º 1 (2001): 85-117 (o mesmo número dos *Annales HSS* também incluía uma versão francesa mais antiga deste capítulo).

³ Assim, para dar apenas dois exemplos do pensamento «global», Katib Çelebi, *Cihânnümâ*, de meados do século XVII, para o qual ver M. Norberg, trad., *Gihan Numa, Geographia orientalis*, 2 vols. (Londini Gothorum, 1818); e António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos* (1563), eds. Visconde de Lagoa e Elaine Sanceau, 4.ª ed. (Barcelos, 1987).

⁴ Pierre Vilar, «The age of Don Quixote», in Peter Earle, ed., *Essays in European Economic History 1500-1800* (Oxford, 1974), 100-112.

⁵ Ver a obra clássica de Euclides da Cunha, *Rebellion in the Backlands* (*Os Sertões*), trad. Samuel Putnam (Chicago, 1944).

⁶ Norman Cohn, *The Pursuit of the Millennium: Revolutionary messianism in medieval and Reformation Europe and its bearing on modern totalitarian movements*, 2.ª ed. (Nova Iorque, 1961), XII.

⁷ Jonathan D. Spence, *God's Chinese Son: The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan* (Londres, 1996), XX.

Taiping no século XIX, mas a definição é suficientemente geral e suficientemente específica para se encaixar nas nossas pretensões.

Consideremos, para começar, uma série de incidentes menores ilustrativos dos primeiros anos do século XVI, que nos conduzirão ao cerne do problema. Em 1513, o governador português do Estado da Índia, o famoso Afonso de Albuquerque, entra no mar Vermelho com a sua frota. Ao largo da costa ocidental do Iémen, perto da ilha de Kamaran, Albuquerque diz ter testemunhado um sinal celeste que o confirma nos seus vários projectos: atacar e destruir as cidades santas muçulmanas de Meca e Medina, construir uma aliança com o lendário Preste João, senhor da Etiópia, e afirmar o destino de Portugal na criação de um Império Universal que se estende para o oceano Índico. Numa carta ao seu amigo, o cortesão e intelectual Duarte Galvão (em que toma questões já abordadas noutra carta, ao rei), Albuquerque escreve: «[A nossa frota], estando assi surto nesse mar, nos apareceu um sinal no ceo contra a terra do Preste João, huma grande cruz e muito crara e muito bem feita e muito resprandecente: vi huma nuvem sobre ella e achegando-se partiu ha em partes e nam a cobriu: esteve assim por um bom pedaço no ceo, adorada e vista de muitos, e alguns com devoção lançaram muitas lágrimas, mostrando-nos nosso senhor aquele sinal pera a qual parte do Preste João onde se havia por mais servido de nós; e como homens de pouca fé, nam ousamos de cometer aquelle caminho.»⁸

O último comentário refere-se aos ventos e à inquietação das tripulações, que constrangeram a frota portuguesa e frustraram Albuquerque nas suas ambições, ainda que a temporada no mar Vermelho lhe tenha sido preciosa para recolher informação sobre a Hijaz e a disposição das cidades santas muçulmanas. Numa noite posterior, como nota numa carta ao rei D. Manuel, outro fenómeno celestial prende-lhe a atenção: «E estando asy huma noute, vimos correr polo ceo hum rayo de grande comprimento e largura, nam d'estrela, mas ha maneira de hum rayo de fogo, e sayo da banda da terra de Preste Joham, estemdendo se polo ceo d'espaco, e foy cair sobre a terra de Judá e Meqa.»⁹

Este sinal também não oferecia grandes dúvidas, mesmo que nesta ocasião (ao contrário do que acontecera antes) Albuquerque não

⁸ R. A. de Bulhão Pato, ed., *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. I (Lisboa, 1884), 399-400. Afonso de Albuquerque para Duarte Galvão, s. l., n. d. (fim de 1513).

⁹ Albuquerque para D. Manuel, 4 Dezembro 1513, in *Cartas*, vol. I, 231.

tenha podido «tirar inquiryçam per totalas naaos» nem saibamos se «muita jemte se asemtou em jyolhos e hadorou» como tinha feito no incidente anterior. Não obstante, na sua carta a Duarte Galvão, o governador português prosseguiu falando, com precisão, numa *badîs* (ou tradição do Profeta) em relação ao papel escatológico dos *habashis* (ou abexins) na destruição da Casa de Deus (em Meca) no Fim do Tempo: «Os mouros tem por profecia que elle [Preste João] ha de dar de comer aos alifantes e aos seus cavalos na casa de Meca, e que per meynos d'elle ha de vyr sua destroyção e nossa ajuda, e foi mui grande açoute pera elles a emtrada do Mar Roxo.»¹⁰

Três décadas depois, em 1540, um enviado veneziano, Michele Membré, achou-se no Irão safávida na corte itinerante de Shah Tahmasp, para propor uma aliança entre os safávidas e algumas das potências cristãs do Mediterrâneo contra o inimigo comum, o império otomano. Membré era um astuto observador da corte safávida e, claramente, tinha uma relação bastante próxima com alguns dos irmãos do Shah, que descreve com algum pormenor. No meio desta descrição deixa passar umas frases dignas de menção: «O Rei tem uma irmã em sua casa que não quer casar porque, diz ele, está a guardá-la para ser a mulher do Mahdi. Este Mahdi é descendente de 'Ali e de Maomé; e ele diz que a guarda porque ele é a corte e o verdadeiro lugar de Maomé. E por isso ele tem um cavalo branco, que guarda para o dito Mahdi, que tem um tecido de veludo púrpura e ferraduras de prata; e por vezes de ouro puro. Ninguém monta este cavalo e põem-no sempre à frente dos seus outros cavalos.»¹¹

Shah Tahmasp, como Albuquerque, levava muito a sério as suas expectativas escatológicas, desta vez inseridas num sistema de crenças xiitas e não católicas, em relação ao regresso iminente do imã Mahdi, o há muito esperado, que anunciaria o Fim do Tempo e o Dia do Juízo (*qiyâmat*). Por sua vez, os venezianos, como os portugueses, eram obrigados a levar a sério as suas crenças e as dos seus seguidores (os *qizilbâsh*), nem que fosse para poderem conduzir um importante conjunto de políticas em relação ao Irão da época.

O que nos leva ao nosso terceiro exemplo, o último desta introdução. Durante uma campanha no Afeganistão em meados de 1581 – ou seja, no ano de 989 da Hégira, no calendário seguido pela maior parte dos muçulmanos em todo o mundo – o soberano

¹⁰ *Cartas*, vol. I, 400.

¹¹ Michele Membré, *Mission to the Lord Sophy of Persia (1539-1542)*, trad. A. H. Morton (Londres, 1993), 25-26.

mogol Jalal al-Din Muhammad Akbar começou a interrogar o jesuíta catalão António Monserrate (enviado em missão à sua corte) acerca de assuntos relacionados com o milénio, ou seja, sobre «o Último Julgamento, se Cristo seria o Juiz, e quando ocorreria». O propósito subjacente era complexo e é provável que estivesse no desejo de Akbar destrinçar as diferenças e as semelhanças ideológicas entre a sua heterodoxa corrente do Islão e a versão jesuíta do Cristianismo. Monserrate, também ele um firme crente em portentos, como outros membros influentes da sua ordem, refere no seu *Mongoliceae Legationis Commentarius* que respondeu que o Dia do Juízo era um mistério divino, mas que seria conhecido por alguns sinais, nomeadamente «guerras e rebeliões, a queda de reinos e de nações, a invasão, devastação e conquista de nações por nações e de reinos por reinos: e estas coisas vemos acontecer muito frequentemente no nosso tempo». ¹² A insinuação da última frase era bastante vaga e deve ter encontrado eco numa corte em que os textos e as lendas milenaristas gozavam de ampla circulação. Diz-se que depois Akbar terá perguntado se Maomé era mencionado no Evangelho, ao que Monserrate respondeu que não, por ser um falso profeta. Monserrate escreveu que Akbar divagou alto, de forma algo calculada, «Certamente Maomé não pode ser aquele que deve aparecer no fim do mundo como adversário de toda a humanidade (aquele a quem os muçulmanos chamam Dijal)», referindo-se à ideia do *masih al-dajjal*, o anti-Cristo que aparece em algumas lendas islâmicas montado num burro no Fim do Tempo.

Este capítulo propõe-se explorar uma conjuntura milenarista que operou numa boa parte do Velho Mundo no século XVI e que foi o pano de fundo de muitas das discussões entre Albuquerque e Galvão, ou Akbar e Monserrate. Concentra-se especialmente nos exemplos de Portugal e da Índia, os dois confins de um espaço que formará os limites da nossa análise a ocidente e a oriente. Muito foi escrito recentemente acerca das aspirações milenaristas que ajudaram a impelir Colombo na sua viagem para ocidente, e o paralelo curioso – e irónico – entre esse milenarismo e a visão apocalíptica de alguns dos povos indígenas americanos que os espanhóis encontraram após 1492. Actualmente considera-se que Colombo tenha sido

¹² H. Hosten, ed., «Mongoliceae Legationis Commentarius», in *Memoirs of the Asiatic Society of Bengal*, vol. III (1914): 513-704; S. N. Banerjee e John S. Hoyland, trad. *The Commentary of Father Monserrate S. J. on his Journey to the Court of Akbar* (Londres, 1922), 129-134.

muito influenciado pelo pensamento apocalíptico franciscano sobre a chegada do milénio, de tal forma que pediu para ser enterrado com o hábito dessa ordem religiosa. ¹³ Assim, os descobrimentos para ocidente, durante muito tempo considerados como o início da Modernidade e o princípio de uma verdadeira sensibilidade universal, aparecem agora aos historiadores como tendo sido produto não só de avanços nas técnicas de navegação e conhecimento geográfico, ou do impulso materialista de aquisição de riquezas (como Vitorino Magalhães Godinho defendeu com exagerada ênfase para o caso português), mas igualmente de uma visão do mundo embaraçosamente «medieval», que tanto tinha em comum com Joaquim de Fiore como com Copérnico. ¹⁴

À medida que o século XV do calendário cristão chegava ao fim, o poder de sinais e portentos relacionados com o milénio não diminuiu; estes foram meramente modificados e apareceram sob formas inéditas. No século XVI emergiria um conjunto de condições materiais do qual o milenarismo pôde brotar e propagar-se como corrente abrangente de um grande espaço geográfico e, ao mesmo tempo, como fenómeno com manifestações locais específicas e únicas. A metáfora da circulação monetária, embora inevitavelmente imperfeita, pode ser aqui utilizada, pois o século XVI assistiu também a enormes transformações no fluxo mundial de metais preciosos, à medida que uma rede de prata cada vez mais vasta cobria o globo. Todavia, as consequências deste fenómeno foram diferentes para sociedades diferentes. A inflação e a agitação social registadas na Península Ibérica tiveram apenas um pálido reflexo nos domínios otomanos e a Índia não terá sofrido qualquer inflação. O milenarismo, tal como o dinheiro, permite-nos abordar um problema de dimensões globais mas com manifestações locais bastante diferentes. ¹⁵ Isto por sua vez significa que não possamos esboçar, com segu-

¹³ Abbas Hamdani, «Columbus and the Recovery of Jerusalem», *Journal of the American Oriental Society*, vol. 99, n.º 1 (1979): 39-48; também John L. Phelan, *The Millennial Kingdom of the Franciscans in the New World* (Berkeley, 1970); e Alain Milhou, *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español* (Valhadolid, 1983).

¹⁴ Comparar Vitorino Magalhães Godinho, *Le devisement du monde: De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité, XV^{ème}-XVI^{ème} siècles* (Lisboa, 2000), com Djelal Kadir, *Columbus and the Ends of the Earth: Europe's Prophetic Rhetoric as Conquering Ideology* (Berkeley, 1992).

¹⁵ Ver o útil artigo de Cemal Kafadar, «Les troubles monétaires de la fin du XVI^e siècle et la prise de conscience ottomane du déclin», *Annales ESC*, vol. 46, n.º 2 (Março-Abril, 1991): 381-400.

rança, uma macro-história do problema sem antes nos enterrarmos um pouco nos pântanos da micro-história.

Otomanos e safávidas

A minha perspectiva sobre este assunto foi particularmente influenciada pelos trabalhos do historiador do império otomano Cornell Fleischer, que defendeu que os ritmos históricos da margem norte e da margem sul do Mediterrâneo da época moderna estavam interligados não apenas pelo clima e pela geografia, por forças económicas e por rivalidades políticas (como já defendia Fernand Braudel), mas por certas características culturais comuns, incluindo um sentimento partilhado de expectativa milenarista no século depois de Colombo.¹⁶ Usando fontes dos domínios otomanos e relacionando-as com uma série de documentação milenarista secundária do Mediterrâneo europeu, desde escritos sobre Savonarola de Florença até ao famoso moleiro de Carlo Ginzburg, passando pelas expectativas milenaristas na corte de Filipe II de Espanha identificadas por Richard Kagan e outros, Fleischer sugere habilmente que todo o Mediterrâneo, na era de Carlos V e Filipe II, era o espaço sobre o qual operava uma conjuntura milenarista.¹⁷

Embora isto seja, sem dúvida, válido, poderá ser igualmente proveitoso ver o milenarismo otomano à luz de processos semelhantes mais a oriente (nomeadamente no Irão safávida, na Índia mogol e do Decão), tal como sugiro que, no extremo ocidental da Eurásia, Portugal deva ser incluído para a obtenção de uma compreensão equilibrada e geral do Mediterrâneo. Isto ajudaria a esclarecer os subentendidos ocultos nas conversas de Akbar e Monserrate, embora não tenham tido lugar nas margens do Tejo nem nas do Ganges, mas entre ambas, nas margens do Indo.

Relembremos certos factos essenciais. O ano 1591-1592 da era cristã foi o ano 1000 do calendário da Hégira, e o décimo século para os muçulmanos começou em 1495 (901 ano da Hégira). Estes anos eram por isso esperados no mundo islâmico com um nível de expectativa milenarista que certamente igualava, e possivelmente

¹⁶ Ficámos a saber que *A Mediterranean Apocalypse* de Cornell Fleischer, de que tive a sorte de consultar partes manuscritas, vai ser publicado em breve.

¹⁷ Ver, por exemplo, Richard L. Kagan, *Lucrecia's Dreams: Politics and Prophecy in Sixteenth-Century Spain* (Berkeley, 1990); e, antes, Donald Weinstein, *Savonarola and Florence: Prophecy and Patriotism in the Renaissance* (Princeton, 1970).

ultrapassava, a que esperara o milénio cristão.¹⁸ Certos anos intermédios, como 960, 989 e 990 a. H., detinham também um significado particular, como fora o caso com o calendário cristão. Infelizmente, enquanto os medievalistas europeus têm sido incansáveis na atenção devotada a cada particularidade do milénio, os estudiosos do mundo islâmico têm ficado muito atrás. Efectivamente, a historiografia contemporânea tem muito menos sobre o que construir para o mundo islâmico do que para *l'An Mil*. Mesmo no que diz respeito ao século XVI, o milenarismo na Europa cristã está provavelmente mais analisado do que nas terras do Islão. Existe quase uma indústria em torno de uma só figura europeia, Nostradamus (1503-1566). O êxito inicial de Nostradamus vem dos seus feitos médicos com as vítimas da peste no final da década de 1540, que despertaram a atenção de Catarina de Médicis, permitindo-lhe tornar-se médico de Carlos IX. A sua famosa colecção de previsões, *Centuries astrologiques*, pela primeira vez publicada em 1555 e reescrita em 1558, era dedicada a esse rei e baseava-se numa tradição de temores milenaristas em França e noutros lugares.¹⁹ Na Europa da época moderna as ideologias milenaristas não eram meros contra-sistemas usados para questionar hierarquias sociais estabelecidas (como uma leitura ingénua de Ginzburg poderia sugerir), pois podiam estar intimamente associadas ao Estado, que as acarinharia e encorajaria para os seus próprios fins, nomeadamente o exercício do poder.

Era isto que se passava nas áreas islâmicas para as quais historiograficamente nos encontramos mais bem servidos – o império otomano, o Irão e o Norte de África. No contexto do ano 1000, as expectativas nestas áreas não eram uniformemente apocalípticas. Pelo contrário, muitas giravam de forma optimista em torno da possibilidade de um reordenamento do mundo conhecido, através da mediação de um *mujaddid* (ou «Renovador»); assim, pelo menos um conhecido reformador religioso de finais do século XVI e inícios do século XVII na Índia, Shaikh Ahmad Sirhindi da ordem dos Naqshbandi Sufi, assumiu o título de *mujaddid-i alf-i šânî* («Renovador do

¹⁸ Estes temas são tratados numa importante colecção recente: Mercedes García-Arenal, ed., *Mahdisme et millénarisme en Islam*, número especial da *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée*, n.º 91-94, 2000.

¹⁹ Cf. o excelente artigo de Denis Crouzet, «Circa 1533: Anxieties, Desires and Dreams», *Journal of Early Modern History*, vol. 5, n.º 1 (2001): 24-61. Documentação útil poderá ser também encontrada em Michael Wintroub, «L'ordre du rituel et l'ordre des choses: L'entrée royale d'Henri II à Rouen», *Annales HSS*, vol. 56, n.º 2 (2001): 479-506.

segundo milénio»). A ideia do *mujaddid* andava a par, sem a substituir, de outra ideia com profundas raízes na história islâmica, a noção do Imam Mahdi, o Oculto ou Esperado, que surgiria para reformar o mundo de uma forma radical. Um texto canónico persa de Sayyid 'Izzat 'Ali ibn Sayyid Pir 'Ali Rasulpuri, intitulado *Rauzat al-Â'imma*, descreve assim o Imam Mahdi: seria um descendente do Profeta e por isso membro do clã Quraishi, seria um certo Muhammad Mahdi, e quando ele aparecesse, Cristo ('Isa Masih) também apareceria. Depois de todos os homens serem conduzidos ao Islão pela intervenção do Mahdi, escreve Sayyid 'Izzat 'Ali, começaria o Dia do Juízo Final. Alguns dos xiitas há muito que defendem, pelo contrário, que o Mahdi não precisava de nascer, mas que já existia como Abu'l Qasim, nascido perto de Bagdad em 258 a. H.

Alguns sociólogos comparativos afirmaram que apenas os xiitas acreditam no Mahdi. Isto é incorrecto, ainda que alguns sunitas ortodoxos tenham defendido o mesmo em várias alturas. Podemos considerar o exemplo de Marrocos em meados do século XVI, onde o soberano Muhammad al-Shaikh, segundo da dinastia Sa'di dos Sayyids do Atlas do Sul, se passou a intitular «al-Mahdi». Do irmão mais velho de Al-Mahdi, Ahmad al-A'raj, já fora dito pelos seus admiradores que fora o prometido pelo Profeta e Senhor da Lei (*sâhib al-sharī'a*) como «o que apareceria no fim do tempo».²⁰ É interessante que os seus opositores, os Wattasids, tenham reagido ao desafio acusando-os de serem xiitas, quando parece mais provável que estas ideias milenaristas tenham sido levadas para a corte por muçulmanos andaluzes.

Na verdade, como foi recentemente demonstrado por Barbara Flemming e Cornell Fleischer, o protótipo dos estados sunitas, o império otomano, teve um longo namoro com o mahdismo em meados do século XVI, particularmente durante os reinados de Yavuz Sultan Selim (1512-1520) e seu filho Sultan Süleyman (c. 1520-1566).²¹ Um texto escrito após a conquista da Anatólia oriental, da Síria e do Egipto por Selim, em 1517, usa uma série de epítetos grandiosos para o descrever, desde o «Socorrido por Deus» até ao «Senhor da conjugação» e à «Sombra de Deus» (*zill Allâh*). Um relato retrospectivo, da década de 1550, foi ainda mais longe; nesse texto, de Lüfti Pasha, intitulado *Tawârîkh-i Âl-i Osmân*, Selim é descrito

²⁰ Mercedes García-Arenal, «Sainteté et pouvoir dynastique au Maroc: La résistance de Fès aux Sa'diens», *Annales ESC*, vol. 45, n.º 4 (1990): 1034.

²¹ Suleimão ou Solimão, o *Magnífico*, o português (*N. T.*).

como o *mujaddid* da época e como um Conquistador Mundial. Lüfti Pasha cita com evidente aprovação duas cartas dirigidas a Selim, ostensivamente escritas pelo «ulamâ» sunita da Transoxiânia, que se referem a ele, sem ambiguidade, como *mahdi-yi âkhir-i zamân* («Messias da Última Idade») e como *qudrat-i ilâhî* («Força Divina»). Fleischer defende minuciosamente que a natureza das ambições e a auto-percepção de Süleyman mudaram bastante entre a década de 1520, quando subiu ao trono, e a década de 1560. Na primeira metade do seu reinado, o sultão otomano terá sido fortemente influenciado pela correntes milenaristas herdadas do reinado anterior e passara a designar-se *Sâhib-Qirân*, «Senhor da Conjunção» (um título timúrida), bem como *Mujaddid*.

O que ressalta destes documentos é um curioso efeito de «gемelização» entre Süleyman e Carlos V, que em imagens do período aparecem como opostos encerrados num jogo sem vencedores nem vencidos, como «dois sóis no céu» (para usar uma metáfora popular, que chega a aparecer nas cartas de Erasmo dessa época). Estes dois pólos magnéticos criariam uma espécie de campo de força milenarista no Mediterrâneo nas décadas de 1520 e 1530, no qual outros actores representaram papéis de dimensões menores. Mesmo posteriormente, já no início do século XVII, o cronista português Diogo do Couto insistiria que os destinos de Carlos V e Süleyman estavam indissolúvelmente ligados; escrevendo sobre a morte de Süleyman na Hungria em Setembro de 1566, Couto nota (sem contemplanções para com a precisão cronológica): «Foy valeroso homem e sucedeo no Imperio Otthomano no mesmo dia em que o invencível Carlos V foi coroado por emperador.»²² A natureza complexa dos itinerários individuais neste Mediterrâneo bipolar é analisada por exemplo num estudo recente (de Robert Finlay) acerca da turbulência política no império otomano em 1533-1534, centrada na figura curiosa de Alvise Gritti, filho ilegítimo de um doge veneziano, que por breves momentos surgiu como um actor principal na política da altura. A trajectória de Gritti é bastante especial, mesmo na galeria de patifes da época, pois foi o centro de um movimento de profecias milenaristas, que sugeria que a destruição do império otomano chegaria pela mão «do filho de um príncipe».²³ Como Finlay demonstra,

²² Maria Augusta Lima Cruz, ed., *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia* (Lisboa, 1993), vol. 1, 192.

²³ Robert Finlay, «Prophecy and Politics in Istanbul: Charles V, Sultan Süleyman, and the Habsburg Embassy of 1533-1534», *Journal of Early Modern History*, vol. 2,

esta expectativa coloria o próprio comportamento de Gritti que mais tarde se lançou numa estranha conspiração com o embaixador habsburgo na Porta, Cornelius Schepper, levando ao seu declínio bem como, provavelmente, ao do seu putativo aliado, o grande vizir Ibrahim Pasha. Gritti manteve-se cristão até ao fim da vida e parece que esta identidade cristã foi de facto crucial em alguns aspectos, tanto para as suas ambições como para a natureza da sua queda política (quando foi abandonado pelos otomanos e morto pelos seus inimigos no final de 1534 na Hungria).

Neste contexto tem significado especial uma obra otomana composta por um *qâzî* com filiação na ordem Khalweti Sufi, por coincidência chamado Maulana 'Isa (ou seja, Jesus). Neste texto em verso, o *Jâmi' al-Maknûnât* (*O Compêndio das Coisas Ocultas*), terminado por volta de 1534, é bastante destacada a rivalidade entre Süleyman e o monarca habsburgo Carlos V na disputa pelo estatuto de Soberano Universal. Documentando profusamente as pretensões de Süleyman nesse sentido, o autor sugere que ocorrerão acontecimentos por volta do ano 960 a. H. (ou 1552-1553) que tornarão isto evidente. Não é, portanto, de todo surpreendente que a natureza das pretensões de Süleyman se comece a modificar um pouco na década de 1550. É cada vez menos visto, por si e pelos seus cortesãos, como um conquistador (o que se torna a prerrogativa de Fatih Mehmed e Selim I) e cada vez mais como um preservador da ordem interna (daí o título *Pâdishâh-i 'Âlâmpânâh*, Imperador, e Refúgio do Mundo, e mais tarde *Qânûnî*, o Criador da Lei).²⁴ Além disso, a natureza das ambições externas parece mudar, com Süleyman a passar de uma tendência para sistematicamente desestabilizar o regime safávida usando os membros dissidentes da família real, como o irmão do Shah Tahmasp, Alqas Mirza, para, a partir da

n.º 1 (1998): 1-31. As complementaridades persistentes entre as visões milenaristas dos Habsburgos e dos otomanos aparecem também num curioso texto impresso no México em 1606, cujo autor nota que a destruição dos otomanos (e a vitória dos Habsburgos) é inevitável, «porque é também o que os próprios Turcos dizem, e consideram uma tradição dos seus antepassados; dizem que Mahoma era um Profeta, e que disse que a sua lei duraria mil anos dos quais só restam alguns»; cf. Henrico Martinez, *Reportorio de los tiempos y historia natural de Nueva España*, reimpressão (Cidade do México, 1981), Tratado Cinco, Ca 7, 215.

²⁴ Cornell Fleischer, «The Lawgiver as Messiah: The Making of the Imperial Image in the Reign of Süleymân», in Gilles Veinstein, ed., *Soliman le Magnifique et son temps*, (Paris, 1992): 159-177. Também a análise anterior e fundamental em Barbara Flemming, «Sâhib-kirân und Mahdi: Türkische Endzeiterwartungen im ersten Jahrzehnt der Regierung Süleymâns», in György Kara, ed., *Between the Danube and the Caucasus* (Budapeste, 1987): 43-62.

década de 1550, proceder a uma demarcação de fronteiras e assinatura de tratados, pelo menos com os vizinhos asiáticos. De facto, se na década de 1530 e início da de 1540 os otomanos tinham planeado ganhar pelo menos uma posição no Guzerate, no início da década de 1560 isso parecia já não interessar, quando tentaram chegar a um *modus vivendi* com o Estado da Índia através de uma troca de embaixadas. O aventureirismo otomano em relação a Mascate e ao golfo Pérsico da década de 1550, e depois no início da de 1580, não deve ser confundido com o sonho de um império indiano; foi defendido, com alguma convicção, que assim que tomaram Bassorá, no final de 1546, a principal preocupação dos otomanos foi a sua preservação e a recuperação dos custos de ocupação. Mais do que tudo, no final da década de 1540, estariam ansiosos por promover o comércio com Ormuz e mesmo com Goa.²⁵ Claro que os otomanos não podiam abandonar o estabelecimento tácito de alianças com potentados indianos e sudeste-asiáticos, tendo enviado uma ou outra expedição marítima (por vezes abortada) especialmente a Achém, na década de 1560. Mas isto deve ser visto no contexto de desenvolvimentos de mais longo prazo.

Ao mesmo tempo, o vocabulário especial utilizado nas cortes de Selim e de Süleyman deverá ser analisado no contexto de desenvolvimentos imediatamente a oriente, nomeadamente no da sua longa rivalidade com os safávidas, uma dinastia com declaradas pretensões messiânicas. O fundador da dinastia, Shah Isma'îl, ao assumir o título real em 1501, rapidamente se revelou uma personagem com aura escatológica.²⁶ Várias vezes identificado por si próprio e pelos seus seguidores com as figuras prestigiantes de 'Alí e de Alexandre, e por vezes mesmo com Deus, o aparecimento de Shah Isma'îl na cena política iraniana causou agitação em sítios tão longínquos como

²⁵ Cf. Robert Mantran, «Règlements Fiscaux Ottomans: La Province de Bassorah», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 10, n.º 2-3 (1967); também, a síntese útil de Salih Özbaran, «The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534-1581», *Journal of Asian History*, vol. 6, n.º 1 (1972), baseada em documentos portugueses e otomanos. Para uma síntese geral, ver também Sanjay Subrahmanyam «The trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, eds., *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Angra do Heroísmo, 1998): 207-227. O capítulo 5 deste livro.

²⁶ Para a melhor análise até à data da política iraniana do início do século XVI, ver Jean Aubin, «L'avènement des Safavides reconsideré», *Moyen Orient et Océan Indien*, n.º 5 (1988): 1-130.

Veneza e Lisboa. Rodeado pelos seus seguidores *qizilbâsh* que o viam como um mestre sufi de quem eram discípulos, o Shah Isma'íl elaborou um conjunto de rituais, retirando elementos tanto de práticas de ordens anteriores de sufis como do que foi denominado como costumes «xamanísticos». O viajante Francesco Romano, seu contemporâneo, escreveu, «alguns dizem que ele é Deus, outros que é um profeta. Todos, e em particular os seus soldados, dizem que não morrerá, e que viverá eternamente». Outro viajante e relator italiano, Giovanni Morosini, escreveu aos seus superiores a partir de Damasco, em 1507: «Ele [Shah Isma'íl] é adorado em lugar de um 'Ali, um parente e apóstolo de Maomé. Foram vistos soldados a rezar-lhe a ele no seu pavilhão. O Sufi, com a cabeça velada, estava no centro de uma grande coroa e círculo formado pelos principais persas no seu acampamento. E tal como estes mouros aqui [no império otomano] aclamam Maomé, os que ali estão adoram o Sufi. Não lhe chamam nem rei nem príncipe, mas santo e profeta.» Haverá alguma simplificação inerente a esta descrição, claro. Alguns dos selos de Shah Isma'íl sugerem que tinha uma opinião mais matizada da sua posição, como podemos ver no epíteto «Soberano (*Shahanshâhî*) a quem Deus tem na Sua Graça (*ba lutf*) acompanhado no caminho» usado num deles. Além disso, a poesia que escreveu, embora não seja considerada da mais alta qualidade literária, é significativa pela sua identificação simultânea com Alexandre, Deus e 'Ali, e o uso do cognome (*takballus*) de *Khatâ'i*, ou seja, «O Pecador». Um destes versos diz:

O meu nome é Shah Isma'íl. Sou o mistério de Deus.
Sou o chefe de todos estes *ghâzis*.
A minha mãe é Fátima, o meu pai 'Ali;
E sou o Pir dos Doze Imãs.
Recuperei de Yazid o sangue do meu pai,
Tenhais a certeza de que sou de essência haidariana.
Sou o Khirz vivo e Jesus, filho de Maria,
Sou o Alexandre dos meus contemporâneos.²⁷

²⁷ V. Minorsky, «The Poetry of Shâh Ismâ'îl I», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, vol. 10, 4 (1942): 1042a; ver também Wheeler M. Thackston, «The Diwan of Khata'i: Pictures for the Poetry of Shah Isma'íl I», *Asian Art* (Outono de 1988): 37-63.

Ou então, de uma forma um pouco mais ambígua sobre a questão dos poderes precisos que o Shah Isma'íl deseja atribuir a si próprio:

Sabei com certeza que Khata'i é de natureza divina,
que é parente de Muhammad Mustafa.
Saiu de Safi, é o herdeiro de Junaid e Haidar,
É parente de 'Ali Murtaza.
Pelo amor de Hasan, entrou na arena,
É parente de Husain de Karbala.
É como um pedinte ao portão do Mahdi, Senhor da Idade.
O meu nome é Wali Shah Isma'íl, o meu apelido é Khata'i.

É interessante notar que as pretensões messiânicas de Shah Isma'íl, que sem dúvida terão desempenhado um papel na união dos seguidores em seu redor e na capacidade destes de enfrentarem, por vezes, terríveis disparidades militares, surtiram um efeito dual nos que se encontravam de fora. Os otomanos, de vez em quando, usavam a terminologia em voga no Irão safávida, em certos momentos ironicamente, para explicar a derrota que tinham infligido aos safávidas na batalha de Chaldiran, em 1514. Cornell Fleischer cita uma passagem da crónica de Lüfti Pasha em que Sultan Selim deveria ter-se dirigido aos generais e ministros como seus «discípulos devotos», usando precisamente o mesmo termo, *murîd*, usado por Shah Isma'íl para descrever os seus seguidores *qizilbâsh*. Aqui a rivalidade engendrou imitação, atravessando não apenas fronteiras políticas mas também religiosas. Por seu lado, escritores arménios da época desconstruíram as pretensões messiânicas de Shah Isma'íl, ao comentarem a sua política de terra queimada no decurso de campanhas no Norte e Noroeste dos seus domínios. Um deles escreveu em 1504 que «o anti-Cristo previsto chegou, e chamava-se Sawafi. Atacou a terra dos albaneses e massacrou gente até às margens do mar Cáspio. Daí seguiu para o Irão e tomou Tabriz. Forçou o rei a fugir, colocou o povo sob a sua autoridade e impôs tributos sobre eles». Esta associação de Shah Isma'íl com a chegada do milénio, num sentido negativo, não é uma excentricidade deste autor, pois existe noutros textos arménios, nomeadamente num escrito por Parsam de Akhtamar em 1509, que diz: «Nesta altura, o rei de Tabriz era Shah Isma'íl, precursor do anti-Cristo, que cometeu muita selvajaria na nossa terra. Houve assassínios e pilhagens em todo o lado. Que pena consegue descrever os crimes e a destruição que cometeu na nossa terra?»²⁸

²⁸ Citado em Aubin, «L'avènement des Safavides», 75.

Finalmente, houve alguns observadores europeus (e em especial italianos) que – ainda que dificilmente inclinados a levar a sério as pretensões a profeta do Shah – interpretaram generosamente o seu efeito, visto que os safávidas representavam uma barreira ao que lhes parecia ser a mais grave e directa ameaça, o império otomano sob os sultões Selim e Süleyman. O resumo de um diarista veneziano, Marino Sanuto, tem um tom positivo colado à sua solenidade fúnebre: «Um homem de grande justiça e sem ganância, bem mais liberal que Alexandre, pródigo mesmo, pois assim que recebe dinheiro distribui-o. De forma que parece um Deus na Terra.»²⁹

Aqui, mais uma vez, a antiga auto-imagem safávida contaminou o vocabulário dos observadores externos até às metáforas precisas e às comparações que utilizam para descrever o fundador da dinastia. Isso também é evidente no título usado pelos europeus, ao longo do século XVI, para descrever os safávidas, nomeadamente o Grande Sufi. Em meados do século XVI, quando o imperador Maximiliano sugeriu uma aliança com o Shah Tahmasp contra os otomanos, foi neste termos que se lhe referiu.³⁰ Embora o reinado de Tahmasp permaneça, em muitos aspectos, obscuro, é quase certo que a meio terá começado a abandonar as pretensões messiânicas que alimentavam a fundação da dinastia, ao mesmo tempo que preservava uma crença literalista na chegada iminente do Mahdi, como vimos atrás.³¹ Os laços com os *qizilbâsh* foram sendo gradualmente afrouxados e os velhos seguidores turcomenos sufis de Shah Isma‘il (em particular o grupo conhecido como *sûfiyân-i qadîm-i Lâbejân*) foram mantidos à distância do reino. No interregno contestado e sangrento que sucedeu a este reinado e especialmente no governo de Shah Isma‘il II (1576-1577) e anos seguintes, registou-se um recrudescimento dos rumores e das forças políticas milenaristas.³² Contudo, e isto é significativo, os grupos aderentes às ideologias milenaristas estavam agora posicionados *contra* o Estado, apoiando impostores que preten-

²⁹ Citado em Aubin, «L'avènement des Safavides...», 40. Ver também, para uma consideração mais geral das fontes do período, Aubin, «Chroniques persanes et italiennes: Notes sur les sources narratives du règne de Shâh Esmâ‘il I», *Studia Iranica*, vol. 24, n.º 2 (1995): 247-259.

³⁰ Jean Aubin, «Per viam portugalem: Autour d'un projet diplomatique de Maximilien II», *Mare Luso-Indicum*, n.º 4 (1980): 45-88.

³¹ Morton, «Introduction», in Membré, *Mission to the Lord Sopyh...*, XVII-XVII.

³² Este período no Irão é igualmente muito associado por autores contemporâneos com outro sinal celeste carregado de significado político, o cometa de 1576-1577; por exemplo, ver Shaikh Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, tr. H. Beveridge, vol. III reimpressão (Nova Deli, 1989), 315-318.

diam ser Shah Isma‘il II, miraculosamente regressado dos mortos. O episódio mais importante ocorreu em 1580-1581 (988 a. H.), quando um *qalandar* (ou dervixe) chamado Muzawwar apareceu a desafiar os governadores regionais safávidas, afirmando ser o Shah morto. Este movimento teria, no seu auge, uns vinte mil seguidores e acabaria por ser brutalmente esmagado através da força militar. Nos anos seguintes surgiram movimentos semelhantes, embora com um apoio popular mais limitado.³³

Com a subida ao trono do Irão de Shah ‘Abbas, no final da década de 1580, a atmosfera milenarista sofreu uma completa reviravolta. A primeira década do reinado foi marcada por conflitos entre o Shah e uma ordem ressurgente de sufis heterodoxos, os Nuqtawis. Tal como foi recentemente analisado com alguma profundidade por Kathryn Babayan, o desafio nuqtawi deu frutos precisamente porque os safávidas passaram da sua insistência inicial no *ghulwaww* (ou seja, em crenças heterodoxas de natureza escatológica, no seu caso), para uma forma de imanismo que os aproximou muito mais da *shar‘a*.³⁴ Isto significava o abandono de uma ligação a certas personagens lendárias ou semilendárias da história antiga islâmica, como Abu Muslim ou Muhammad ibn Hanafiyya, que até aí tinham desempenhado um papel significativo na visão safávida do mundo. Por sua vez, na década de 1580, os Nuqtawis passaram a defender que os Shahs tinham perdido legitimidade e que seria um de entre eles que converteria a «monarquia espiritual» (*pâdishâbî-yi ma‘ânawî*) numa forma de real soberania (*saltanat-i sârî*). Um grande número de *qizilbâsh*, que se vinha afastando da dinastia safávida, aderiu à nova ordem, levando a um confronto dramático no início da década de 1590.

Numa primeira tentativa de resolução das tensões com os Nuqtawis, Shah ‘Abbas chegou a declarar-se discípulo do poderoso nuqtawi, Darwish Khusrau. Mas isto não foi o suficiente para pacificar os Nuqtawis, que começaram a afirmar que em Muharram 1002 (1593), um de entre eles surgiria como soberano e deporiam ‘Abbas. Assim que o astrólogo da corte safávida Mawlana Jalal-ud-Din

³³ R. M. Savory, «A Curious Episode in Safavid History», in C. E. Bosworth, ed., *Iran and Islam: In memory of the late Vladimir Minorsky* (Edimburgo, 1971), 461-473.

³⁴ A minha análise baseia-se no importante trabalho de Kathryn Babayan, *The Waning of the Qizilbash: The Temporal and the Spiritual in Seventeenth-Century Iran* (Princeton University, dissertação de doutoramento, 1993).

Muhammad Munajjim al-Yazdi anunciou que a conjugação iminente de Saturno e Júpiter previa a morte do soberano no poder, 'Abbas decidiu resolver o assunto de outra forma.³⁵ Prendeu ou executou a maior parte dos nuqtawis, mas escolheu de entre eles um tal Yusufi Tarkishduz, em favor de quem abdicou nominalmente do trono. Assim, o fantoche Yusufi é que esteve sentado no trono durante a conjugação planetária desfavorável, com uma coroa (*tâj*) e um traje de rei (*chârqab*), enquanto o Shah 'Abbas pretendia apenas ser o guardião das portas do harém (*ishbik aqâsi bâshî*) nesse interregno. Logo que passou a conjugação, depois de um reinado de quatro dias em que foi mantido sob estrita vigilância, Yusufi foi deposto, morto, e o seu corpo pendurado para ser visto pelo público. A profecia era nominalmente cumprida; um sultão, realmente, morreu, mas não foi o Shah 'Abbas.³⁶ Depois disso também Darwish Khusrâu foi julgado por heresia em Qazwin, dado como culpado e sujeito ao castigo exemplar de passar em parada pelas ruas sentado num burro virado para trás, enquanto paus, pedras e terra lhe eram lançados. Depois foi levado ao cadafalso e após a execução o cadáver seria impalado e deixado à vista de todos durante uma semana.

A herança alexandrina

No século XVI, no Mediterrâneo e mais para oriente, o milenarismo era, portanto, uma força a ser levada em consideração e uma estratégia política poderosa, ainda que uma faca de dois gumes. Se por vezes foi usado para construir um estado, como com Shah Isma'îl, ou para consolidar uma fase de rápida expansão geográfica, como com Sultan Selim, noutros momentos foi utilizado para desafiar o Estado de forma significativa. Antes de estendermos a nossa análise à Índia, será útil parar um momento para estabelecer os elementos comuns do milenarismo islâmico à medida que se alargava, no século XVI, do Norte de África e dos Balcãs para o Sul da Ásia. No âmago da questão, como vimos, estava a chegada iminente do milénio.

³⁵ Escrevendo a partir do Decão nesses anos, o poeta mogol Faizi notava que os astrólogos (*munajjimân*) do «Iraque tinham dito ao Shah que estava em especial perigo (*kehatra-ye 'azim*) nesse ano, e que uma força hostil (*taqâtu'*) entrara na sua estrela. Até ela passar, enfrentaria dificuldades. Cf. A. D. Arshad, ed., *Inshâ'-i Faizî* (Lahore, 1973), 124-125.

³⁶ Babayan, *The Waning of the Qizilbash...*, 54-62.

A expectativa de uma figura messiânica aparecia ligada a um reino «universal», que se no caso otomano era talvez interpretado algo literalmente, noutros exemplos tinha um conteúdo mais metafórico (em que universal é interpretado como significando a conquista de um inimigo, que era ao mesmo tempo um elemento «complementar»). Tal demanda de uma conquista universal conduziu quase inevitavelmente a uma reinterpretação da lenda de Alexandre, o Conquistador Mundial por excelência para o mundo islâmico da época.

A recepção oriental da lenda alexandrina, que passou do sírio para o persa e foi elevada a uma forma clássica por Nizami Ganjawi no seu *Sikandar Nâma*, habitualmente considerava Alexandre não apenas um «Conquistador Mundial» mas um Profeta. Certos elementos da lenda eram de natureza basilar. Primeiro, a sua ligação a Dario, o seu opositor aqueménida na história, hoje em dia muitas vezes visto como um meio-irmão de Alexandre. A guerra entre os dois é portanto uma guerra fratricida e é um passo importante na pretensão de Alexandre (Sikandar) a monarca universal e conquistador mundial, unindo os mundos helénico e persa. Dario é derrotado por Alexandre (daí o epíteto do último de *dârâ-shikan*), e em muitas versões dois traidores de entre os seus homens apunhalam-no, esperando ganhar o favor de Alexandre (de facto Dario foi assassinado por um sátrapa em Hecatompylos em 330 a. C.). Alexandre mata os dois traidores e visita Dario moribundo, prometendo reconduzi-lo ao trono; mas é demasiado tarde. Este par aparece não apenas no *Sikandar Nâma*, mas também no *Akhhâr-i Dârâb*, ou *Dârâb Nâma*, um ciclo fantástico de histórias em que se basearam algumas das mais importantes pinturas do período mogol mais antigo (c. 1580).³⁷ O Darab do título é o pai de Dario, o rei do Irão, ou Babilónia, como muitas vezes é chamada, para os fins da lenda.

Um segundo elemento da lenda diz respeito à ciência dos signos, pois Sikandar é mostrado não apenas como conquistador mas como vidente. Há por isso vários tratados de astrologia (*fâl-nâma*) que lhe são atribuídos. A associação de Alexandre com Aristóteles não causou nenhum dano à sua reputação a esse respeito. Em termos de representação pictórica, este aspecto da lenda muitas vezes concentra-se na chamada árvore *waqwâq*, ou árvore da ilha

³⁷ O *Dârâb Nâma* em questão é de Abu Tahir ibn Hasan Musa al-Tarsusi, British Library, Londres, Mss. Or. 4615; duas pinturas representando Shah Ardashir a ser engolido por um dragão, e a ilha de Nigar, estão reproduzidos em Stuart Cary Welch, *Imperial Mughal Painting* (Londres, 1978), 48-51.

rapidamente se tornou local de peregrinação. Os primeiros soberanos safávidas Isma'íl e Tahmasp levaram o culto suficientemente a sério a ponto de atacarem o túmulo repetidas vezes.

No entanto, o culto mahdawi iniciado por Sayyid Muhammad Jaunpuri não se extinguiu. No fim do século XVI, muçulmanos de várias filiações demonstraram curiosidade e mesmo reverência para como ele. A biografia do santo-herético da autoria de Miyan Sayyid Yusuf, intitulada *Maula' al-wilâyat*, foi na verdade encomendada pelo poeta da corte mogol Abu'l Faiz 'Faizi' no final do século XVI, quando esteve em Burhanpur, no Decão.⁴¹ O formidável 'âlim sunita, Mulla 'Abd al-Qadir al-Badayuni, muitas vezes tido como representante da ortodoxia sunita de finais do século XVI na corte mogol, escreveu a seguinte passagem enigmática acerca de Sayyid Muhammad, na sua história universal: «E neste ano [910 a. H.] Mir Sayyid Muhammad de Jaunpur, que Deus santifique o seu lugar de descanso sagrado, que foi um dos chefes dos grandes *walîs* e que chegou a dizer-se o Mahdi, em resposta ao chamamento Dele que tem a verdadeira pretensão sobre todos nós, respondeu *Aqui estou eu*, ao regressar de Meca, a cidade sagrada, ao Hindustão, na cidade de Farah onde foi enterrado. Qazi Husain Zargar de Kandahar, que a misericórdia de Deus esteja com ele, que assim como o próprio Mir tive a honra de visitar, escreveu o seguinte cronograma: Ele disse: 'Vai e pergunta ao Shaikh' (*Guftâ ke birau az Shaikh kun istifsâr*). Shaikh Mubarak também inventou um cronograma nas palavras *Mazâ Mahdi*, o Mahdi partiu.»⁴²

Embora Badayuni não aceite inteiramente as pretensões de Sayyid Muhammad ao título de profeta, é óbvio que não lhe era completamente hostil nem a alguns dos seus principais seguidores. Além disso, é interessante que passe directamente deste relato da morte de Sayyid Muhammad para uma descrição de um tremor de terra violento que abalou a maior parte do Norte da Índia e o Irão pouco tempo depois (em 3 Jafar 911/6 de Julho de 1505), em que «as colinas começaram a tremer, edifícios fortes e bem construídos caíram em mil pedaços, e a terra em alguns sítios se rachou e apareceram fendas, ao mesmo tempo que aldeias e árvores desapareceram». Ao experimentar este terramoto, o maior «desde o tempo de Adão

⁴¹ Para a visita de Faizi à área, ver Arshad, ed., *Inshâ'-i Faizi...*, 102-103, *passim*.

⁴² 'Abd al-Qadir Badayuni, *Muntakhab al-Tawârîkh*, eds. Kabir-ud-Din Ahmad, Maulavi Ahmad 'Ali and W. N. Lees (Calcutá, 1864-1869); reimpresso (Osnabrück, 1983), vol. I, 319-20; trad. G. S. A. Ranking, W. H. Lowe e Wolseley Haig (Calcutá, 1884-1925); reimpresso (Nova Deli, 1990), vol. I, 420-421.

até ao presente», as pessoas pensavam, escreve Badayuni, que «o dia da ressurreição tinha chegado (*qi'yâmat wâqa' shud*)». Isto, por sua vez, levou a uns versos (*rubâ'î*) inevitáveis:

Em novecentos e onze a cidade de Agra,
Tornou-se o alvo de vários tremores de terra sucessivos.
E embora os seus edifícios fossem muito fortes,
Os seus pontos mais altos tornaram-se nos mais baixos.⁴³

Embora o movimento mahdawi tenha, em parte, desaparecido de vista nas décadas seguintes, restam poucas dúvidas de que continuou a angariar numerosos seguidores, particularmente entre alguns dos afegãos residentes no Norte da Índia. A grande manifestação seguinte teria de esperar a chegada de outro marcador significativo no calendário do milénio, o ano de 960 a. H. (1552-1553). Mais uma vez Badayuni é uma preciosa fonte de informação sobre o movimento, que nesta fase se centrava nas figuras de Shaikh 'Abdullah Niyazi (ele próprio um afegão, como sugere o seu nome) e do seu discípulo Shaikh 'Ala'i ibn Hasan Bayanwi (ou Bangali).

O contexto político era o problemático reino no Norte da Índia de Islam Shah Sur (1545-1552), cujo pai Sher Shah expulsara Humayun durante algum tempo. Badayuni escreve que Shaikh 'Ala'i, um homem de conhecimento ortodoxo da escola hanafita, deixou Bengala para fazer a Hajj, e no seu regresso estabeleceu-se em Bayana, perto de Agra. Aqui, entrou para o círculo de influência de Shaikh 'Abdullah, que já pertencera à ordem Chishti dos sufis, mas que subsequentemente fora cativado por Sayyid Muhammad Jaunpuri. É deixado bem claro que a maior parte dos seguidores de Shaikh 'Abdullah eram «trabalhadores, colectores de lenha e de água», que ele intimava a abandonar a idolatria e a adoptar uma vida de pobreza (e possivelmente de castidade) com ardor. Tomado de entusiasmo por este projecto, Shaikh 'Ala'i ter-se-á entregue à aut-mortificação e à humildade, abandonado a terra isenta de impostos (*madad-i ma'âsh*) que lhe fora dada pelo Estado.

O final da década de 1540 acabou por ser palco de uma luta aberta entre Shaikh 'Ala'i e seus seguidores, por um lado, e o sultão e os membros do clero ortodoxo seus aliados, por outro. No primeiro momento do conflito o Shaikh e os seus seguidores armaram-se e

⁴³ É interessante notar que, segundo as memórias de Babur e outras fontes, este terramoto, datado de 6 de Julho de 1505, foi igualmente sentido no Irão e noutros locais e deu origem à composição de cronogramas.

impuseram o que imaginavam ser uma forma pura do Islão nas vilas e nos pequenos centros urbanos da região de Bayana, perigosamente perto de Agra. No momento seguinte Shaikh 'Ala'i foi convidado para ir à corte justificar a sua posição teológica e, diz-se em várias fontes, repreendeu o sultão pelas suas práticas não-islâmicas, aparecendo com os seus seguidores vestidos com uma curiosa mistura de andrajos (a simbolizar a pobreza) e cotas de malha (a simbolizar a militância). Os principais teólogos da corte foram incapazes de lidar com ele e foi-lhe então ordenado que abandonasse o Decão, enquanto o seu antigo mestre Shaikh 'Abdullah Niyazi seria pouco depois brutalmente agredido e forçado a mudar de ideias acerca do milénio que se aproximava.

Finalmente, em 1550, Islam Shah foi pressionado pela sua corte e em particular pelo poderoso Makhdum-al-Mulk, o principal magistrado do reino. Pediram a Shaikh 'Ala'i que declarasse que não tinha pretensões a ser o Messias, e quando se recusou a fazê-lo foi vergastado. Um ataque de peste bubónica, que na altura grassava de forma epidémica no Norte da Índia, dando mais uma vez razão a apreensões milenaristas, enfraquecera o Shaikh, que morreu devido ao castigo; o seu corpo seria ainda espezinhado por elefantes e ser-lhe-ia recusado enterro. Badayuni, cujo relato é, mais uma vez, o mais pormenorizado, escreve que devido às indignidades cometidas sobre o corpo, uma grande tempestade rebentou no acampamento de Sur e muitos temeram — como depois da morte de Sayyid Muhammad Jaunpuri — que o Dia do Juízo Final (*qiyâmat*) tivesse chegado.

Alguns meses após este incidente, a morte do próprio Islam Shah Sur deu crédito aos rumores de que a ira divina o tinha visitado. Na realidade, o falecimento quase simultâneo de dois outros sultões, Burhan Nizam Shah no Decão e Mahmud II do Guzerate, inspirou vários cronogramas que exploravam a noção do fim de um ciclo de tempo e o início de outro. Muitos dos teólogos na, ou em volta da, corte de Sur, como Shaikh Mubarak Nagauri, foram profundamente influenciados pelo rumo dos acontecimentos em cerca de 960 a. H., o que por sua vez marcou a geração seguinte de ideólogos na corte de Akbar. Exemplos desta inquietação aparecem nos cronogramas da altura, como o seguinte, composto por Mir Sayyid Ni'matullah Rasuli:

Num só tempo veio o declínio de três soberanos,
cuja justiça fez do Hindustão a casa da paz.
Um foi Mahmud, sultão do Guzerate,

que, como o seu reino, estava ainda na juventude.

O segundo foi Islam Shah, sultão de Deli,

O amado filho de Sher Kahn.

O terceiro foi Nizam-ul-Mulk Bahri,

Que estava sentado como sultão no trono do Decão.

Se me perguntarem uma data para a morte destes três sultões:

Respondo: *Zawâl-i Khusravân* («O declínio dos soberanos»).⁴⁴

Mas a questão não terminou aqui. Embora o seu reino tenha sido o mais analisado de todos os Grandes Mogóis, continua a haver muito trabalho por fazer sobre o conteúdo ideológico, em mutação, das discussões e formulações da corte de Akbar (1556-1605). Muito esquematicamente e correndo o risco de simplificação, podemos dividir o reinado de meio século de Akbar em quatro fases: uma primeira, sob os ensinamentos do Bairam Khan, de orientação xiita, e do denominado *atka khail*, quando a consolidação do muito recente legado territorial de Humayun era a principal preocupação e uma certa simpatia pelo xiismo era evidente; uma segunda fase entre a última metade da década de 1560 e a década de 1570, quando uma enorme expansão territorial e um grande aperto fiscal foram acompanhados de uma perspectiva político-religiosa relativamente ortodoxa, incluindo a hostilidade no final da década de 1560 em relação às práticas xiitas e mahdawis; uma terceira, que se iniciou no final da década de 1570, marcada pelo famoso *mahzar* (decreto) de 1579, quando as pretensões messiânicas de Akbar se manifestaram de forma bastante explícita e foram acompanhadas por uma alteração na política de alianças internas; e uma quarta e última fase, começada no final da década de 1580, que assistiu ao florescimento da ideologia akbariana mais madura, definida por Abu'l Fazl, o filho de Shaikh Mubarak Nagauri acima mencionado. Nesta última fase foram produzidos os textos canónicos muitas vezes erradamente tomados como definidores da ideologia de Akbar durante todo o seu reinado, especialmente a grande crónica *Akbar Nâma*. A consciência destas mudanças e especialmente a transição da segunda para a terceira fase deve estar presente na análise que se segue.⁴⁵

⁴⁴ Badayuni, *Muntakhab al-Tawârikh...*, vol. I, 415; tradução, vol. I, 533-534. O cronograma dá a data de 961 H.

⁴⁵ Para elementos desta interpretação, ver Iqtidar Alam Khan, «The Nobility under Akbar and the Development of His Religious Policy, 1560-1580», *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* (1968); também Iqtidar Alam Khan, «Akbar's personality traits and world outlook: A critical reappraisal», *Social Scientist*, vol. 20, n.º 9-10 e 232-233 (1992): 16-30.

As alterações na corte de Akbar na década de 1570 não se explicam por uma só circunstância. Antes de mais, as conquistas do Guzerate e de Bengala entre 1572 e 1577 tinham tornado o império mogol numa empresa de muito maior dimensão do que o fora sob Babur ou Humayun. Se antes as referências e as comparações dos mogóis eram os safávidas e a dinastia usbeque Shaibani da Ásia central, na década de 1570 os ideólogos e cortesãos de Akbar começaram a vê-lo à mesma escala que o sultão otomano. A escala, por si só, terá criado certas pretensões universalistas. Depois, houve uma mudança na natureza das alianças políticas dentro da Índia mogol durante o final da década de 1560 e a década de 1570. Nesta altura eclodiram rebeliões que mostraram a Akbar que os cortesãos originários da Ásia central (os turani) eram instáveis, justificando uma base de alianças muito mais ampla, que incluísse não só iranianos e indianos muçulmanos, mas também rajputis e outros elementos não-muçulmanos. Procurou-se então uma ideologia suficientemente ortodoxa para exercer influência em todos estes grupos. O messianismo islâmico não-sectário oferecia esse potencial, especialmente porque na imaginação popular podia ser facilmente estendido a não-muçulmanos.

Finalmente, o próprio calendário exerceu a sua pressão. Os anos entre 960 e 990 são testemunhas de uma acalmia, mas a última década do milénio (e a aproximação de 990) era um período ansiosamente esperado. Badayuni faz um testemunho vivo da atmosfera desses anos, notando que, já em 987 a. H., alguns cortesãos tinham começado a juntar provas de que Akbar era o *sâhib-i zamân* («Senhor da Idade»), que acabaria com as diferenças entre as 72 seitas islâmicas e os hindus. Pouco depois, o emigrante iraniano Sharif Amuli, que pertencia à seita nuqtawî, apresentou provas retiradas dos escritos do fundador da seita, Mahmud Pasikhani, que diziam que em 990 a. H. apareceria alguém para livrar o mundo de mentiras, insinuando que essa missão cabia a Akbar. O próprio Akbar, depois da conquista do Guzerate, terá entrado em contacto directo com alguns dos mahdawis aí residentes (como Miyan Mustafa Bandagi), trazidos à sua corte para participarem em debates na denominada *ibâdat khâna* em Fatehpur Sikri.⁴⁶ Esta tendência seria reforçada quando Khwaja

⁴⁶ Ver Derryl N. MacLean, «Real Men and False Men at the Court of Akbar: The *Majalis* of Shaykh Mustafa Gujarati», in David Gilmartin e Bruce B. Lawrence, eds., *Beyond Turk and Hindu: Rethinking Religious Identities in Islamicate South Asia* (Gainesville, 2000).

Maulana Shirazi mostrou um panfleto atribuído aos xerifes de Meca onde se afirmava que a Terra existiria durante 7000 anos, ao fim dos quais o Mahdi apareceria; o fim do milénio islâmico era, dizia ele, esse mesmo tempo.

Assim, cada ano a partir de 987 trouxe os seus boatos e previsões. Alguns xiitas apresentaram um poema que atribuíram a Nasir-i Khusrau, com o seguinte conteúdo portentoso:

Em 989, de acordo com o decreto do Destino,
As estrelas de todos os lados encontrar-se-ão,
No ano do Leão, no mês do Leão, no dia do Leão,
O Leão de Deus avançará de detrás do véu.

O próprio Badayuni, sempre irónico e céptico em relação às formulações mais extremas, compôs o seguinte verso que cita na sua crónica:

Vejo em 990 duas conjunções (*dû qirân*),
Vejo o signo do Mahdi e o de Dajjal;
A política ou a religião têm de mudar,
Vejo claramente o segredo escondido.⁴⁷

A chave estava, num certo sentido, na terceira linha: *Yâ mulk badal gardad yâ gardad dîn*. Realmente a questão atingiu o auge em 990 (1581), um ano marcado por tumultos políticos e sociais consideráveis, de que Monserrate nos dá um relato excelente. Nesse ano, segundo relata Badayuni, alguns «desgraçados infelizes e desavergonhados» na corte perguntaram a Akbar porque é que não mostrava uma prova definitiva, «como o Shah Isma'íl o Primeiro», do seu carácter divino. Tendo levado a questão tão longe, Akbar hesitou mesmo no último momento. Em vez disso contentou-se em persuadir um conselho de *'ulama* a declarar a sua preeminência em assuntos de disputa religiosa e a partir daí assumiu o papel de *khâtib* para conduzir as orações de sexta-feira, apesar do seu analfabetismo. Esteve também perigosamente perto de se declarar califa dos domínios sunitas orientais, a um nível equivalente ao dos sultões otomanos. A retórica inflamada destes anos é, por exemplo, bem captada no *Târikh-i Akbarî* de Muhammad 'Arif Qandahari, completado mais ou menos nesta altura, que nota que sendo Akbar

⁴⁷ Badayuni, *Muntakhab al-Tawârikh...*, vol. II, 313; trad. vol. II, 323.

da sétima geração desde Timur está destinado a conquistar os sete climas do mundo, excedendo Alexandre nas suas conquistas, e vivendo ainda mais tempo que Noé.⁴⁸

É também nesta altura que Akbar lança um grande projecto de escrita da história nos seus domínios, o *Târîkh-i Alfî* iniciado em 990 a. H., com um colectivo de sete autores. O objectivo do projecto era contar a história das terras islâmicas desde a morte de Maomé (a *riblat*) até ao ano 1000 do calendário. Entre os envolvidos estava Badayun e a crónica deveria ser a obra consensual de muitas mãos. Este formato foi subsequentemente abandonado a favor de um só autor, um certo Mulla Ahmad Thattawi, supostamente um simpatisante xiita. Depois de 1588 foi continuada por Asaf Khan Ja'far Beg e finalmente revista por Badayuni.

Por volta da altura em que o texto se aproximava do fim, ou mesmo antes, em meados da década de 1580, Akbar parece ter perdido o interesse nele. A *Târîkh-i Alfî* (literalmente, *A História de Mil Anos*) era claramente um projecto que fazia sentido num quadro milenarista. Mas à medida que o milénio se aproximava, a corte mogol terá sentido que era uma base demasiado instável para fundar uma ideologia dinástica de longo prazo. Se o objectivo era realmente definir uma base ideológica que pudesse reconciliar as expectativas culturais da Ásia central, do Irão e dos indianos autóctones, podia ser encontrada uma solução melhor numa ideologia oficial que combinasse o simbolismo do fogo (que atraía iranianos e rajputis) com uma relação de mestre-discípulo baseada numa imitação da díade *pîr-murîd* dos primeiros safávidas. Assim, na década de 1590, a marca ideológica akbariana madura passou a centrar-se nos elementos de esplendor divino (*farr-i izadî*) que iluminavam o soberano e lhe concediam um lugar à parte, e no dispositivo institucional *Tauhîd-i Ilâhî*, em que os membros da classe dirigente estavam ligados ao soberano mogol como seus discípulos espirituais.

Assim, o ano 1000 (1591-1592) passou sem grande pompa, e a vitória mogol mais importante – a conquista do Sind – seria citada nas fontes da época como confirmação do triunfo universal iminente dos mogóis. No Decão, no reino de Ahmadnagar, uma coligação Mahdawi liderada por um certo Jamal Khan e seus apoiantes afegãos tomou brevemente o poder em 999 a. H., mas foi esmagado por um

⁴⁸ Muhammad 'Arif Qandahari, *Târîkh-i Akbari*, ed. Haji Mu'înu'd-Din Nadwi, Azhar 'Ali Dihlawi e Imtiyaz 'Ali 'Arshi (Rampur, 1962), 5-6; trad. Tasneem Ahmad (Deli, 1993), 10-12.

príncipe Nizam Shah com o apoio mogol. Os Mahdavis eram aqui retratados como provocadores de sedições e causadores de grandes danos, tal como tinham sido sob Islam Shah Sur. O outro acontecimento importante foi o nascimento de Khurram, neto de Akbar (que mais tarde assumiria o título Shahjahan), que em meados do século XVII faria ocasionalmente uma grande questão do facto de ser filho do milénio. As expectativas populares, todavia, não desapareceram, e estão patentes na carreira do sufi Naqshbandi Shaikh Ahmad Sirhindi. Este reformador ortodoxo, que afirmava ter por missão divina purificar a vida política e civil no segundo milénio, passou a autodenominar-se o «Renovador» (*mujaddid*) e entrou em conflito com os mogóis.

As expectativas milenaristas encontram igualmente expressão na muito significativa história, que aparece num dicionário biográfico mogol de meados do século XVII, o *Zakhîrat al-Khawânîn* de Shaikh Farid Bhakkari. Aí se conta que no ano 1000 o nobre ortodoxo sunita de origem centro-asiática (turani), Qilij Muhammad Khan Andijani estava a supervisionar umas obras perto do seu *jâgîr* em Jaunpur; a localização da história não deixa de ser reveladora, porque é o local de nascimento de Sayyid Muhammad Jaunpuri. O texto diz: «No ano 1000 da Hégira [1591-92], Jaunpur era o *jâgîr* [de Qilij Khan]. Muhammad Sa'id, filho de Miram Qilij, filho de seu irmão, tinha cerca de 600/300 *zat/sawâr*, e era famoso em todo o mundo pelo seu ascetismo, generosidade e honestidade. O autor destas páginas, Shaikh Farid Bhakkari, era o *dîwân* de Bir. Nawwab Safshikan Khan, filho de Sayyid Yusuf Rizavi, era o *thânadâr* desse sítio. Muhammad Sa'id contou esta história estranha e extraordinária: Qilij Muhammad Khan queria construir um grandioso edifício em Jaunpur. Quando se escavou uma grande fundação, a coroa de uma cúpula de pedra foi deixada à vista. Disto foi informado Qilij Khan. Reuniu um grupo de pessoas e esteve no local de manhã à noite durante dez dias na companhia da elite e da nobreza de Jaunpur, até a cúpula estar totalmente exposta. A terra que se acumulara à sua volta foi removida. Uma grande porta de ferro com um imenso cadeado de ferro, pesando um *maund*, foi descoberta. Qilij Muhammad Khan quebrou o cadeado e entrou no edifício da cúpula com todos os grandes da região. Viu um homem de alta estatura com uma barba grisalha e pele cor de trigo, sentado de pernas cruzadas na posição *âsan* como os *jogîs*, com a face voltada para a *qibla* e em profunda meditação. Devido ao barulho

feito pelo abrir da porta e do ajuntamento, estrondo e clamor dos homens, ergueu a cabeça à maneira de alguém despertado do sono e perguntou na língua hindavi se a encarnação (*avatâr*) de Ram Chandra tivera lugar; disseram que sim. Perguntou se Sita, que fora levada para Lanka por Ravan regressara às mãos de Ram Chandra; disseram-lhe que sim. Perguntou se a encarnação de Krishna ocorreria em Mathura; responderam-lhe que sim e que fora há quatro mil anos. Depois perguntou se o Selo da Profecia, o Escolhido, Hazrat Muhammad, que as saudações e a paz de Alá estejam com ele, já aparecera na Arábia; disseram-lhe que tinham passado mil anos desde que Sua Santidade partira deste mundo depois de ter abjurado todas as falsas religiões e promulgado a verdadeira religião do Islão. Perguntou se o Ganges ainda fluía; disseram-lhe que ainda era uma glória do mundo. Pediu-lhes que o levassem para fora. Qilij Muhammad Khan tinha sete tendas armadas umas ao lado das outras desde a porta do edifício da cúpula. Todos os dias o *jogî* ia de uma para outra, até que no oitavo dia saiu e disse as suas orações de acordo com os ritos da justa religião do Profeta. Viveu seis meses. Não falava a ninguém e passava o tempo em orações e devoções. Comia e dormia como qualquer outro ser humano. Após seis meses deixou este mundo. Depois de preparado e coberto por um véu, foi enterrado.»

Farid Bhakkari nota com solenidade que esta história parece algo improvável. Mas diz que lhe foi contada por homens de bom nascimento e impecável credibilidade e por isso não a pode negar. E assim continua: «Mirza Muhammad Sa'îd diz que este acontecimento ocorreu na sua própria presença. Tal acontecimento está [contudo] longe de argumentos racionais. Em primeiro lugar, um ser humano é criado do barro, que na sua formação é composto de terra e água. E de Hazrat Adam, o escolhido (que as saudações e paz de Alá estejam com ele), até este ano de 1060 H [1650 a. C.], um período de oito mil anos passou, enquanto este homem que apareceu no edifício da cúpula floresceu, de acordo com a crença dos hindus, perante a encarnação de Raja Ram Chandra que viveu quarenta lakh anos atrás, quando lá vivia a comunidade de génios que eram criados a partir do fogo. E este homem era de argila no princípio e [todavia] recebeu uma vida de quarenta lakh anos, e viveu todo esse tempo sem comida ou água, num quarto escuro e esquelido sob a terra num edifício de cúpula fechado a cadeado. Não há qualquer dúvida na Criação de Deus. Embora não faça sentido para o argumento racional, considerar a palavra de Mirza Muhammad Sa'îd

como mentira é grande pecado: porque é que um alto dignitário haveria de contar uma mentira, tornar-se pecador e ser-lhe retirada a misericórdia de Deus?»⁴⁹

Notemos o sabor característico da história, com a ligação de Maomé a uma sucessão de *avatâras* hindus anteriores. É possível que esta história fizesse parte de um ciclo dedicado à figura de Khwaja Khizr, o imortal profeta que acompanhara Alexandre, o Grande, na sua busca da imortalidade, mas a descrição especial do homem no edifício sugere que estava ligado ao Mahdi.⁵⁰ De qualquer forma, o relato é particularmente importante porque mostra o potencial destes documentos milenaristas, que por sua vez se podiam abrir a outras tradições muitas vezes bastante mais antigas e incorporá-las, numa posição implicitamente subordinada. Os principais *avatâras* Vaishnava, Rama e Krishna são aqui inscritos numa sucessão que termina com o Selo da Profecia, o próprio Maomé.

Regresso ao Tejo

Este potencial da subordinação epistemológica das tradições mais antigas a uma tradição mais recente parece ser também um dos aspectos mais poderosos das ideologias milenaristas associadas à expansão europeia do século XVI. O milenarismo português desse período partilhava certamente traços e temas comuns com os casos que apresentámos acima, geograficamente situados entre Istambul e a Índia. O Livro de Daniel, a interpretação do sonho de Nabucodonosor e a noção dos quatro impérios (culminando no romano), esperando-se o quinto império milenarista, era um ingrediente típico de determinado grupo de teólogos ibéricos de finais do século XV, especialmente preocupados com a queda de Constantinopla para os otomanos em 1453. Juntamente com as expectativas milenaristas judaicas na Península, acabaram por produzir uma mistura potente e inebriante, de que as obras de um franciscano espa-

⁴⁹ The *Dhakhîrat-ul-Khawânîn*, trad. Ziyauddin A. Desai (Deli, 1992), vol. 1, 126-127. Emendei a tradução em parte. A história também é reproduzida em boa medida no dicionário biográfico de referência, posterior, mogol, o *Ma'asîr-ul-Umara'* de Shahnawaz Khan.

⁵⁰ Comparar o relato do século XVII de um encontro entre um certo Shaikh Muhammad ibn 'Abd-i 'Ali al-Najafi al-Mahawili e o Imam Mahdi, in Bodleian Library, Oxford, Mss. Ouseley, n.º 90, *Risâlah-i Mufîd*, 93-98.

nhol do século XV, Alonso de Espina (ele próprio, diz-se, decerto incorrectamente, um *converso*), serão um exemplo, ao afirmarem que os judeus esperavam nos Cárpatos, entre os palácios de Gog e Magog, o anti-Cristo.⁵¹ Não eram leituras de Ezequiel, 38-39, onde Gog era o soberano do reino de Magog no «extremo norte», mas do Apocalipse, XX, 8, onde Gog e Magog são as nações turbulentas no fim do tempo. A escatologia judaica ibérica, por seu lado, vira a queda de Constantinopla numa perspectiva muito diferente, como um sinal de esperança.⁵²

A casa real de Avis fizera uso do simbolismo milenarista desde o seu início, com a guerra entre portugueses e castelhanos de 1383-1385 que precedeu a ascensão ao trono de D. João I. Este soberano, popularmente conhecido como o Messias de Lisboa, manipulou habilmente uma situação de crise provocada pelas pressões e dificuldades de uma sociedade em recuperação da grande mortalidade da peste negra; os historiadores de arte mostraram, aliás, até que ponto este simbolismo messiânico podia ser levado à letra.⁵³ Tem sido muitas vezes assumido que as correntes messiânicas em Portugal, de D. João I ao mal-afortunado D. Sebastião, no final do século XVI, se confinavam às comunidades judaicas e de cristãos-novos,⁵⁴ ideia que, nas duas últimas décadas, se revelou extremamente enganosa. Simultaneamente, alguns historiadores contemporâneos preferem continuar a defender uma explicação simplista e fortemente materialista – derivativa da obra de Vitorino Magalhães Godinho – que admite que «o binómio Cristandade-Cruzada constituía a espinha dorsal da ideologia do movimento das viagens de descobrimento e do estabelecimento e conquistas ultramarinas», embora veja nela, apenas, uma legitimação superficial de motivos materiais mais profundos.⁵⁵

⁵¹ Ver também Andrew Gow, «Gog and Magog on *Mappaemundi* and Early Printed World Maps: Orientalizing Ethnography in the Apocalyptic Tradition», *Journal of Early Modern History*, vol. 2, n.º 1 (1998): 61-88.

⁵² Jacqueline Genot-Bismuth, «Le Mythe de l'Orient dans l'eschatologie des juifs de l'Espagne à l'époque des conversions forcées et de l'expulsion», *Annales ESC*, vol. 45, n.º 4 (1990): 819-838.

⁵³ Margarida Garcez Ventura, *O Messias de Lisboa: Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)*, (Lisboa, 1992).

⁵⁴ Raymond Cantel, «Le messianisme dans la pensée portugaise du XVI^e siècle à nos jours», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 2 (1970): 433-444.

⁵⁵ Godinho, *Le devèisement...*, 178-179 (N. T. traduzido do original em francês). Este ponto de vista mais antigo é teimosamente defendido por vários dos autores e do próprio editor em Diogo Ramada Curto, ed., *O Tempo de Vasco da Gama* (Lisboa, 1998), sem todavia acrescentarem argumentos novos. Para uma reiteração, ver a recensão bastante tendenciosa ao livro de Sanjay Subrahmanyam *The Career*

Trabalhos mais recentes centrados no reinado de D. Manuel I (c. 1495-1521) ocupam-se em demonstrar como é que as primeiras expedições portuguesas no oceano Índico foram motivadas por uma consciência milenarista. D. Manuel, duque de Beja, e um pretendente assaz distante à sucessão de D. João II, foi catapultado para o trono em meados da década de 1490 por uma série de acidentes, coincidências e conspirações. Convencido de que estes acontecimentos, por vezes trágicos – como o assassinato do irmão de D. Manuel por D. João II – eram um sinal divino de que os dóceis estavam destinados a frustrar os orgulhosos e poderosos, D. Manuel encontrou neles uma metáfora de si e da posição de Portugal no mundo. Educado por franciscanos, com um especial cunho joaquimita, procurou para conselheiros homens como Duarte Galvão e D. Martinho de Castelo Branco, que com ele partilhavam a visão de que o caminho marítimo para o oceano Índico poderia ser um meio decisivo para a reconquista de Jerusalém.

D. Manuel procurou por isso negar as aspirações de uma parte dos grupos mercantis e terratenentes de Lisboa, essencialmente interessados na exploração económica do Atlântico, ao mesmo tempo que resistia à pressão de outro grupo de nobres, liderados pelo duque de Bragança, cujos ideais guerreiros eram grandemente determinados por uma imagem algo idílica do modelo castelhano. O Estado português lançou-se então na sua trajectória para o oceano Índico, ao mesmo tempo que planeava abrir rotas pelo Norte de África. A ideia era desferir um ataque em duas frentes sobre o sultanato mameluco do Egipto, sufocando a economia egípcia com um bloqueio do comércio no mar Vermelho, para tomar Jerusalém e os outros locais santos. Se o conseguisse, D. Manuel acreditava que a visão joaquimita de um Quinto Império seria realizada e declarar-se-ia imperador do Oriente, exigindo o legado de Constantino pela posse de Jerusalém.⁵⁶

and Legend of Vasco da Gama, por A. J. R. Russell-Wood, *Journal of World History*, vol. 10, n.º 2 (1999): 452-457.

⁵⁶ A melhor e mais pormenorizada análise destas questões pode ser encontrada em Luís Filipe F. R. Thomaz, «L'idée impériale manueline», in Jean Aubin, ed., *La Découverte, le Portugal et l'Europe* (Paris, 1990): 35-103; mas ver também Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Lisboa, 1994). As tentativas de alguns autores recentes, nomeadamente os citados nas notas acima, de criticar esta interpretação, parecem mais motivadas por preconceitos nacionalistas do que baseadas na leitura dos documentos disponíveis. Para uma afirmação das suas bases ideológicas, ver por exemplo Maria João Martins, «Vitorino Magalhães Godinho: Ideia de pátria

Este plano espantoso exigia a colaboração de aliados para derrubar a dinastia mameluca reinante no Egípto e o monarca português desde cedo depositou esperanças na existência do lendário reino cristão do Preste João. Todavia, tanto ele como os que se encontravam no seu círculo mais íntimo procuraram alargar o mais possível a sua rede, e ficaram por isso sem dúvida encantados quando, no seu regresso a Lisboa em 1499, Vasco da Gama anunciou que Calecute e a maior parte dos outros reinos indianos eram de facto cristãos. A expedição portuguesa seguinte, conduzida por Pedro Álvares Cabral em 1500, levava uma carta para o Samudri Rajá de Calecute cheia de obscuras referências escatológicas, assumindo que a maior parte das ideias milenaristas de D. Manuel encontrariam aí eco. Um pedaço desse texto, datado de 1 de Março de 1500, diz: «Des na criação do mundo ouve nessas partes e nestas de qua grandes poderes e senhorios de príncipes e reis, e de romãos e outras gentes que posuirão a major parte da tera, dos quaes se lee terem grande vontade e desejos pera fazer esta navegação e trabalharão niso e não aprouve a Deus dar lhe tal possibilidade naquelles tempos em suas mãos, como nos mesmos agora poderamos se de sua mão e vontade o não ouveramos e pois em quanto deus não quis [...] porque bem he de crer que não ordenou deus noso senhor tam maravilhoso feito desta nosa navegação pera somente ser servido nos tratos e proveitos temporaes dantrre vos e nos mas tambem, nos espiituaes das almas e salvação dellas que mais devemos e se elle ha por mais servido por tal que a sua santa fee christã fose antre vos e nos communicada e ajuntada como foi por todo o universo mundo bem seis centos annos despois da vinda de Jesus Cristo até que por pecados dos homens, vierão algumas seitas e eresias contrairias, ditas primeiro de Cristo que avião de vir despois dele pera prova e manifestação dos boons e pera todo enguanno da maldade aquelles que merecião condemnação e perdimento [...] e quaes seitas occuparão antre esas vossas teras e estas nosas muita parte da tera [...]»⁵⁷

Este texto, que na altura não poderia ter grande significado para o Samudri Rajá, foi elaborado pelo maior dos ideólogos manuelinos,

substituída por cotações das bolsas», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, vol. 18, n.º 723, 1-14 (Julho de 1998): 14-16, bem como a análise em Sanjay Subrahmanyam, «Somos el mundo: El discurso de la autarcía en la tierra de los descubrimientos», *Istor*, n.º 8 (2002): 165-181.

⁵⁷ Para mais comentários acerca desta passagem, ver Sanjay Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama* (Cambridge, 1997), 159-163.

Duarte Galvão.⁵⁸ Galvão era igualmente o autor de uma importante obra, a *Crónica de D. Afonso Henriques*, encomendada em 1503, que pretendia ser uma história do rei-fundador de Portugal. Embora nunca tenha sido publicada no século XVI, existem várias cópias luxuosas e referências noutros textos que sugerem que circulava enquanto manuscrito. A crónica é, em grande medida, uma celebração mística de Portugal, visto em termos quase antropomórficos. Assim, Galvão escreve: «Ordenava Deus e queria constituir e estabelecer Portugal reino para muito mistério de seu serviço e exalçamento da Santa Fé.» Mais adiante, no mesmo texto, reflecte na «grande maravilha e mistério do achamento, ou mais com verdade, conquista das Índias, nunca esperado nem crido pellas gentes, até que se viu feito per vosso mandado». Seguem-se então as comparações com os antigos: «Nem aquelle grande rei Alexandre, conquistador do mundo, nem os cartagineses, senhores de África e grande parte da Europa, nem romãos, que todos os outros na extensão do seu império poderiam ter alcançado isto com todolos outros passaram em maior senhorio, poderam alcançar, trabalhandoosse disso como se lee.» Além disso, para Galvão, D. Manuel não era mais que um boneco nas mãos da vontade divina: «Ca o Rei não é Rei per si, nem pera si [...] e pois o coração do Rei é na mão de Deus, e onde Deus quer o inclina, segundo diz a Sagrada Escritura.»

As opiniões de D. Manuel e Duarte Galvão não eram partilhadas por todos quantos participaram nos primórdios da expansão portuguesa na Ásia.⁵⁹ Quem que se entusiasmou com elas, e que delas se tornou parte, foi certamente Afonso de Albuquerque, como vemos pelo seu comportamento nos seis anos em que foi governador e pelas cartas que escreveu a D. Manuel nesses anos (incluindo as que se seguiram à sua expedição ao mar Vermelho, acima citadas). Ele e Galvão também trocaram missivas acerca de vários projectos, o mais espectacular dos quais era o plano de desembarque no mar Vermelho para marchar sobre Meca e destruí-la. Como a maioria dos portugueses na época, tanto Albuquerque como Galvão acreditava que o corpo de Maomé estava enterrado ou preservado em Meca

⁵⁸ Para um estudo detalhado, ver Jean Aubin, «Duarte Galvão», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 9 (1975): 43-85, reproduzido com vários outros textos relevantes do mesmo historiador in Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. 1 (Paris, 1996).

⁵⁹ Isto é discutido em maior detalhe em Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A political and economic history* (Londres, 1993).

(e não em Medina), e que a Ka'aba era o seu túmulo. Como escrevia Galvão a Albuquerque em Março de 1513: «Agora me parece, segundo disse a el-Rei, que na perdição da Cristandade, pela vinda de Mafamede, se ordenou, por mistério de Deus, que o Preste João ficasse la nessas partes, com suas terras e gentes, na fé e verdade de Cristo, por tal que quando se cumprisse esse outro mistério da nossa navegação e ida a essas partes, achássemos lá cristãos e gentes com que mais ligeiramente se pusesse as mãos a Mafamede e a Meca, sua principal sede, a qual verão combatida per cristãos, [até agora] tam fora de se cuidar.»

A isto Galvão acrescenta numa outra passagem da mesma carta, sempre imbuído do espírito do tempo: «Por tal que, assi como por doze apóstolos foi desfeita a idolatria, e esta crescida a fé catholica, assim per portugueses, poucos e sem poder pera isso, seja começado desfazer Mafamede e sua perversa seita.»⁶⁰

Nestes momentos vemo-nos no mundo maniqueísta do século XVI, polarizado entre forças resolvidas à mútua destruição. Contudo, o vocabulário e as metáforas têm muito em comum: o apelo ao legado alexandrino e romano e a tentativa desesperada de agarrar e controlar um mundo cujos contornos se alteravam rapidamente. Na década de 1520, a visão messiânica de D. Manuel seria definitivamente rejeitada pela corte portuguesa, que sob D. João III procurou alcançar um conjunto mais limitado de objectivos, acabando por abandonar um a um os estabelecimentos no Norte de África. Mas o milenarismo popular perdurou, alimentado pela expulsão traumática e pela conversão forçada das comunidades judaicas portuguesas e talvez como um reflexo de um espelho de distorção do milenarismo popular doutros lugares, no Norte de África e no Mediterrâneo oriental. O conhecido caso de David Reubení – que afirmava ser o soberano de uma tribo perdida de judeus – é perfeitamente coerente com esta situação em mutação da década de 1520. O oscilar do pêndulo entre a credulidade e o cepticismo por parte dos monarcas europeus, incluindo D. João III, conta a sua própria história.⁶¹ A Inquisição portuguesa, quando foi criada, foi bastante severa com estes movimentos e ideologias, como vemos no caso famoso de Gonçalo Anes Bandarra, um sapateiro de

Trancoso que na década de 1540 escreveu um conjunto de textos epigramáticos que prediziam acontecimentos vindouros.⁶² Embora tenham acabado por ser censuradas, as *Trovas* de Bandarra celebrizaram-se mais para o fim do século e no século seguinte, quando foram relacionadas com o culto messiânico do rei D. Sebastião, morto em 1578 enquanto encabeçava uma expedição mal preparada ao Norte de África. Esta expedição, talvez a mais famosa da história de Portugal, provocou a extinção de uma fatia substancial da alta nobreza portuguesa e contribuiu para a anexação de Portugal pelos Habsburgos, em 1580-1581. Em boa parte de Portugal havia simplesmente uma recusa em se acreditar que o rei morrera, continuando a correr rumores de que regressaria – conduzindo por sua vez ao surgimento de uma série de impostores.⁶³ D. Sebastião, após a morte, aparece como uma espécie de figura de Mahdi no contexto português, e os epítetos usados de *o Desejado* ou *o Encoberto* são tradições muito próximas da fraseologia mahdawi.

Conclusão

À medida que se inicia o terceiro milénio do calendário cristão e nos aproximamos do que foi portentosa e pomposamente apelidado «fim da história», existe um certo interesse em olhar para os movimentos milenaristas do passado. Ao fazê-lo, o historiador aproxima-se perigosamente do pecado capital da sua profissão, o anacronismo (que também vítima, por vezes, o próprio Norman Cohn). Na minha opinião é inapropriado estabelecer ligações directas e imediatas entre os movimentos do nosso tempo e os processos que analisámos nestas páginas. Quanto a comparações mais indirectas, é difícil salvá-las de outro pecado, o da banalidade. Não serviria de grande coisa mostrar os movimentos milenaristas do passado como defensores dos interesses dos fracos e oprimidos, que usam este dispositivo aparentemente irracional para impedir a marcha irreversível do estado racionalizante. Se os exemplos escolhidos por, digamos, Michael Adas

⁶² Cf. Elias Lipiner, *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal* (Rio de Janeiro, 1993).

⁶³ Lucette Valensi, «Silence, Dénégation, Affabulation: Le souvenir d'une grande défaite dans la culture portugaise», *Annales ESC*, vol. 46, n.º 1 (1991): 3-24; também Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal, Séculos XVI e XVII* (São Paulo, 1998).

⁶⁰ Citado in Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe...*, 36-37.

⁶¹ Cf. Miriam Eliav-Feldon, «Invented Identities: Credulity in the Age of Prophecy and Exploration», *Journal of Early Modern History*, vol. 3, n.º 4 (1999): 203-232.

em *Prophets of Rebellion* sugerem que os movimentos milenaristas eram paradoxalmente «progressistas» e anticoloniais, não se deverá esquecer que noutras circunstâncias o milenarismo foi uma ideologia usada pelos Estados para consolidar as suas próprias posições.⁶⁴

Este capítulo defendeu, juntamente com um crescente volume de obras sobre a época moderna, que o poder do sincronismo era significativo no século XVI. Ao mesmo tempo que Colombo e Cabral viajavam para ocidente, e que Vasco da Gama (e também Cabral) chegavam a Calecute por via marítima, ao mesmo tempo que os otomanos consolidavam o seu poder entre Bassorá e Marrocos e a expedição de Magalhães um quarto de século depois destes acontecimentos abrangia todo o globo, abriam-se as possibilidades de uma nova conjuntura no seio da qual processos culturais e materiais em sociedades diferentes podiam encontrar sinergias. Por coincidência, isto acontecia numa altura em que o mundo islâmico se preparava psicologicamente para um grande momento milenarista, o maior que conhecera até então; se bem que já tivesse havido expectativas messiânicas alimentadas por uma ou outra seita dentro do Islão, os movimentos do século XVI operaram numa escala social e geográfica completamente diferente.

O contexto de lugar e de tempo é essencial no estudo dos movimentos milenaristas da época moderna, e de nada servirá reduzir todo o exercício a um modelo mecânico de desafio e resposta. Estou a pensar na síntese ambiciosa mas estéril proposta há uns anos pelo sociólogo histórico Jack A. Goldstone.⁶⁵ A análise que faz da «ideologia, quadros culturais, lutas revolucionárias e reconstrução do Estado» (o título de um dos capítulos do seu trabalho mais importante) fica encaçada em dois bancos de areia. É um modelo totalmente mecanicista em que o «colapso do Estado», muitas vezes acompanhado de movimentos milenaristas, é o resultado de um desequilíbrio malthusiano entre população e recursos. A pressão populacional conduz a uma crise fiscal, a crise fiscal a conflitos intra-élite, e estes interagem com o descontentamento popular (centrado, inevitavelmente, na escassez de alimentos) para produzir ideologias de «rectificação e transformação».

⁶⁴ Michael Adas, *Prophets of rebellion: Millenarian protest movements against the European colonial order* (Chapel Hill, 1979).

⁶⁵ Cf. Jack A. Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, (Berkeley, 1991), 444-450, *passim*.

Além disso, e o que é mais curioso, o mundo da época moderna de Goldstone está muito bem dividido entre dois subgrupos, as sociedades que trabalham com quadros «escatológicos» e as sociedades que trabalham com quadros «cíclicos». O historiador conclui, então, que apenas o Irão, no mundo islâmico, aderiu «à única corrente escatológica do Islão», o xiismo, e que, de outro modo, «o elemento escatológico era uma inovação da cultura judaico-cristã».⁶⁶ Goldstone não retira grandes conclusões disto para o seu modelo; mas a caracterização é, não obstante, importante em si mesma como forma de analisar os quadros ideológicos da época moderna. E, como não será necessário acrescentar, o que temos pretendido fazer é contestar estas categorias tão estritas: longe de ser prisioneiro da visão cíclica do *Muqaddimâh* de Ibn Khaldun (como Goldstone afirma tão peremptoriamente), a versão otomana do milenarismo seiscentista continha áreas significativas em comum com o Irão, a Índia e o Mediterrâneo cristão.

Concluiria então com um pedido. Como os historiadores, acima de todas as pessoas, deveriam ter consciência, as generalizações são demasiado importantes para serem deixadas aos generalistas. Afinal, o objectivo da história comparativa ou global não deveria ser assumir que o saber feito em cada historiografia (definida num critério de estudos de área) não é problemático, e que bastaria efectuar uma síntese destes saberes feitos. Espera-se que algo do apresentado neste capítulo um pouco esquemático cause desconforto nos especialistas de história indiana ou ibérica, levando-os a rever o que acreditam ser os «factos estabelecidos» nessas duas historiografias.⁶⁷

Um último exemplo pode ajudar a fazer vingar este ponto de vista. Ao relatar o regresso de Nicolau Coelho com o primeiro dos navios da frota de Vasco da Gama a Portugal, em Julho de 1499, mesmo o mais sóbrio dos cronistas portugueses, Fernão Lopes de Castanheda, recorda ao leitor que esta é uma obra «do invictissimo Rey dom Manuel, para quem a diuina prouidencia tinha goardado ho effeyto dele que era a Índia, cujo descobrimento estava profitizado dantes pela Sibila Cumea segundo se conta em hum autentico libro que anda impresso em latim [...]». Ainda mais extraordinário

⁶⁶ Goldstone, *Revolution and Rebellion...*, 448.

⁶⁷ Ver a reacção tipicamente nacionalista e eurocêntrica a estes argumentos de Francisco Bethencourt, «Le millénarisme: Idéologie de l'impérialisme eurasiatique?», bem como a minha resposta, «Ceci n'est pas un débat...», *Annales HSS*, vol. 57, n.º 1 (2002): 189-194, 195-201.

é que Castanheda prosseguia contando como uns dias antes do regresso de Nicolau Coelho tinham sido encontrados três volumes antigos em Portugal, no «Rochedo de Sintra, perto da praia». Dois deles eram ilegíveis mas o terceiro continha a frase *Sibile vaticinium occidius decretum*, seguida de mais quatro, em latim, que citámos como epígrafe deste capítulo. Estas frases são assim traduzidas por Castanheda:

Serão revoltas as pedras com as letras dereytas & em ordem,
Quando tu occidente vires as riquezas doriente.
Ho Ganges, Indo & ho Tejo será cousa marauilhosa de ver.
Que cada hum trocara com ho outro as suas mercadorias.⁶⁸

É emblemático que, de modo a conseguir um fim hierárquico, Castanheda tenha de torcer o texto em latim. A segunda frase da sua inscrição sibilina na verdade diz exactamente o oposto do que nos faz crer: «Quando tu, ó Oriente, vires as riquezas do Ocidente.»⁶⁹ Sugiro então que para compreendermos porque é que lhe foi necessário fazê-lo devamos encarar frontalmente – ainda que em sacrifício de algum conforto – a história complexa do milenarismo político do século XVI, não a uma escala local, mas numa escala muito mais ampla e, talvez mesmo, global.

⁶⁸ Castanheda, *História...*, vol. 1, 71-72.

⁶⁹ Isto é muito astutamente apontado por Ines Zupanov, e estou-lhe devidamente grato. Para uma análise mais extensa, ver Maurice Kriegel e Sanjay Subrahmanyam, «The Unity of Opposites: Abraham Zacut, Vasco da Gama and the chronicler Gaspar Correia», in Anthony Disney e Emily Booth, eds., *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia* (Deli, 2000): 48-71.

Capítulo 5

O mundo comercial do oceano Índico ocidental, 1546-1565: uma interpretação política

O que affirmo a Vossa Alteza he que eu porey tal freo aos do estreito de Mequa e de Ormuz e de Balaguete e assy a quaesquer outras partes per onde ellas [as especiarias] correm e darey tal ordem na venda delas que cada anno asy nestas como nessas partes vam acrecentando o preço e a fazenda de Vossa Alteza. O nobrecimento que se espera de ter a cidade de Goa com esta casa de drogvas e o acrecentamento de suas alfandegvas se cre que seraa tamanho que faraa muyta enveja a potencia de Veneza e Turquia.

Governador Francisco Barreto a D. João III (1557)¹

Introdução

Em finais de Maio de 1546, com a aproximação da monção e a subida da temperatura em Diu (um mês e meio depois da chegada de uma força sitiadora conduzida por Khwaja Safar al-Salmani Khudawand Khan), o isolado e assustado feitor português no porto de Dabhol, no Concão, um tal Francisco Brito Chanoca, escreveu um relatório sobre a situação política no Decão e no Guzerate ao

¹ Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (doravante AN/TT), Lisboa, Corpo Cronológico (a partir daqui CC), I-100-74, carta de Francisco Barreto in Baçaim a D. João III, 11 Janeiro de 1557.

filho do governador, D. Álvaro de Castro. Esta carta breve, mencionada pelo jesuíta Georg Schurhammer no seu conhecido *Quellen* (Q 2219), oferece-nos um panorama interessante da situação à data do segundo cerco de Diu.² A principal intenção da carta era queixar-se da opressão exercida pelo *tanadâr* local, nomeado por Ibrahim 'Adil Shah I de Bijapur (c. 1535-1558) e solicitar ao governador que escrevesse ao monarca do Bijapur a pedir a retirada ou, em alternativa, que desmantelasse a feitoria portuguesa. É também mencionada, com algum pormenor, a situação no porto de Surrate, no Guzerate, que algumas décadas depois surgiria, na Índia mogol, como o principal centro do comércio para o mar Vermelho e o golfo Pérsico. Chanoca possuía um informador de confiança, «Ium Jao cassado» que regressara a Dabhol após uma ausência de dois meses em Surrate. Este malaio, por seu lado, tinha amigos na guarnição de Surrate, particularmente entre os homens da artilharia; tinham-lhe dito que havia aí trinta portugueses prisioneiros, e que a guarnição, nada substancial, contava com uns duzentos homens, incluindo quarenta «rumes» e trinta malaios (a maioria na artilharia). O capitão do forte era um rume e o *tanadâr* local era um abissínio. A fortaleza, subvigiada, possuía apenas quatro fustas para a guardar, pois todos os outros «rumes» tinham ido para Diu, devido às hostilidades aí iminentes.

Chanoca pretendia não só fornecer informação estratégica sobre Surrate mas também relacioná-la com a política no Decão. O mesmo malaio, contava, regressara por terra a Dabhol, via Damão, onde encontrara o famoso do Guzerate Burhan al-Mulk Bambani de Guzerate («ho Bramaluco»), considerado uma ameaça às possessões portuguesas de Baçaim. Contudo, fora-lhe assegurado por homens a soldo de Burhan al-Mulk que até passar a monção nenhuma ameaça haveria a temer dessa frente. Da descrição geral Chanoca passava para assuntos comerciais. «Dyz este Jao que quando chegou a Çurate que foy na entrada deste Abryll partyrão de Reinell duas naos de myll e dozentos candys cada huma dum mercador que se chama Melyque Mamenad as quaes vão caregadas de mercadaryas para Dacheim homde am de caregar de pymenta para dahy se hyrem caminho de Meca he emtão de la tornarem a Çurate omde tambem este Abryll emtrarão duas naos de Tanaçarym muito rycas huma delas era de Coja Çofar he outra deste mesmo Melyque Mamenade.»

² Georg Schurhammer, *Die zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des Hl. Franz Xaver (1538-1552)* (reimpressão, Roma, 1962).

A carta relatava igualmente a partida de Cambaia, nesse ano, de muitos navios grandes, ricamente carregados na direcção dos «Estreitos de Meca», que daí regressariam no início de Agosto. Prosseguia mencionando que Ibrahim 'Adil Shah despachara contingentes militares para diferentes partes do Decão (para auxiliar os Barid Shahis e para Sholapur), e dava conta de rumores de que o próprio 'Adil Shah em breve marcharia contra Jamshid Qutb Shah de Golconda.³

Uma segunda carta de Chanoca (Schurhammer, *Quellen*, Q 2511) datada de seis meses mais tarde (21 de Novembro de 1546) insistia no medo e no desespero em que se vivia e pedia que a feitoria fosse desmantelada tão depressa quanto possível. A notícia da «vytorya grande do Senhor Governador» em Diu dava-lhe, no entanto, algum consolo, e assegurava a D. Álvaro de Castro que o 'Adil Shah e os outros monarcas do Decão tinham ficado muito afectados e impressionados por estes desenvolvimentos, a que inicialmente tinham dado pouco crédito.⁴

Homens como Chanoca (ou como os cronistas Leonardo Nunes e Diogo do Couto) entendiam um facto bastante simples que escapou a muitos historiadores posteriores: a compreensão da política de comércio e das elites na Ásia portuguesa só é possível se não se esquecer a relatividade do nível local, inserido num conjunto de círculos concêntricos que formam o todo maior que é o oceano Índico ocidental.⁵ As políticas de trocas de Dabhol relacionavam-se, por um lado, com as preocupações políticas de 'Adil Shah no Decão (que levaram o sultão Ibrahim a fazer exigências «dessarazoadas» ao feitor português, o fornecimento de cairo e enxofre) e, por outro lado, com a situação no Guzerate e além dele. Ao lermos estas cartas entramos directamente em algumas das questões centrais da altura, como a mediação feita pelo Guzerate entre Achém e o mar Vermelho, o comércio da pimenta, o papel crescente do complexo Surrate-Rander, em comparação com os prestigiados centros mais antigos de Diu e Cambaia, e o complicado desempenho de mercenários e elites militares importadas – «rumes», abissínios e até malaios – nos sultanatos da Índia ocidental no século XVI.

³ AN/TE, Casa Forte n.º 38, Cartas de Dio a D. João de Castro, fls. 41-42v.

⁴ AN/TT, Casa Forte n.º 38, Cartas de Dio a D. João de Castro, fls. 43-44v.

⁵ Cf. Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, ed. J. D. M. Ford (Cambridge [Mass.], 1936), para um relato valioso, com material relacionado com o segundo cerco de Diu, e relações entre os portugueses e notáveis afegãos desconhecidos da corte do Guzerate.

Os anos intermédios do século XVI, anos de «crise» para o Estado da Índia, permanecem obscuros a partir de muitos pontos de vista.⁶ Os historiadores nacionalistas portugueses ter-se-ão deixado vencer pela exaustão assim que terminam a descrição do segundo cerco de Diu, ao qual continuam a referir-se com orgulho como «um dos mais importantes feitos de armas dos portugueses no século XVI».⁷ Contudo, temos consciência de que entre 1546 e 1560 ocorreram vários processos muito relevantes na Ásia portuguesa. A Sociedade de Jesus estabeleceu-se como força importante; a Contra-Reforma e, concomitantemente, a Inquisição definiram novas relações entre a cristandade e as outras religiões, fossem elas o judaísmo, o islão ou o hinduísmo, na Ásia; os portugueses estabeleceram uma posição, primeiro ténue, no Japão dilacerado pela guerra civil, e gradualmente desenvolveram regulares relações comerciais com o Extremo Oriente. São anos importantes, votados a um imerecido desprezo pelos historiadores tradicionais, que vêem o fim dos dias áureos do Estado da Índia nestas décadas e procuram sinais evidentes do princípio da decadência, sem se aperceberem de que essas queixas, essa murmuração, podiam ser encontradas já em 1515 ou 1520.⁸

Do ponto de vista de um espaço mais extenso como o oceano Índico ocidental, todavia, o significado dos processos de meados do século acima esboçados não é tão claro. É verdade que os jesuítas se tornaram numa força em Cochim, em Goa e na Província do Norte; é igualmente verdade que os metais preciosos começaram a chegar do Extremo Oriente; mas a lógica da mudança parece ter estado noutro lado. Neste capítulo proponho uma leitura essencialmente política dos acontecimentos neste espaço marítimo, afirmando que entre a segunda defesa bem-sucedida de Diu pelos portugueses, em 1546, e a tomada definitiva de Damão, também pelos portugueses, no final da década seguinte, uma das chaves para compreender as mudanças é o lento colapso da anterior estrutura do sultanato do Guzerate e a incapacidade dos otomanos em cumprirem a promessa expansionista

⁶ Para uma síntese destas questões, ver Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History* (Londres, 1993).

⁷ José Manuel Garcia e Maria João Quintans, «O segundo cerco de Diu visto por D. João Mascarenhas: Uma carta e o seu contexto historiográfico», *Mare Liberum*, n.º 5 (1993): 139.

⁸ «E portanto, senhor, nam m'espanto aver muitos juyzos e dizeres que a Índia era já perdida, porque a estes taes nam lhe minguariam Reções afiguradas pera isso poder ser...»; carta de Afonso de Albuquerque a Duarte Galvão (1514), em R. A. de Bulhão Pato, ed., *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. 1 (Lisboa, 1884), 395.

que parecia óbvia por volta de 1530. Por outras palavras, as décadas intermédias do século são um período de um «vácuo» curioso na história político-económica do Guzerate marítimo, que acaba por ser resolvido pela consolidação mogol no início da década de 1570.

Isto não deixa de ter importância para outro grande tema que tem preocupado os historiadores: a relação entre as «velhas» e as «novas» rotas que unem a Europa e a Ásia no século XVI e daí em diante. Ou seja, o comércio da Índia e mais além para o mar Vermelho e o golfo Pérsico, por um lado, e o comércio da Carreira da Índia, por outro. Uma perspectiva regional, que considere o oceano Índico ocidental como uma unidade lógica de análise, ajudar-nos-á a afastar certas problemáticas falsas que há muito tempo infestam a bibliografia. Com a chegada da segunda frota portuguesa ao Índico ocidental, em 1500, foi inventado um problema: o da rivalidade entre a rota do mar Vermelho e a do cabo da Boa Esperança (ou a Carreira da Índia). Esta rivalidade ou concorrência tem sido muito mal compreendida. Os historiadores contemporâneos têm-na visto como essencialmente económica, procurando estabelecer qual das duas rotas abasteceria o mercado europeu com pimenta e especiarias asiáticas. Daqui nasceu outra proposição, ainda mais errónea que a primeira: a noção de que das duas rotas apenas uma – a mais «eficiente» – poderia sobreviver. Nada estaria mais longe da verdade. As tentativas portuguesas de bloqueio da Rota do Levante tinham um carácter político, pois pretendiam minar uma parte dos recursos fiscais dos mamelucos, primeiro, e dos otomanos, depois, seus rivais geopolíticos; acreditava-se, em alguns círculos mas apenas secundariamente, que ao fazê-lo o preço de compra da pimenta em Kerala baixaria para os portugueses. Como a história do comércio do mar Vermelho nos mostrará até ao século XVIII, as duas rotas comerciais puderam perfeitamente coexistir, assim que este problema político fora afastado e transformado por um conjunto maior de circunstâncias. A Rota do Levante por volta de, digamos, 1700, fornecia à Europa ocidental produtos asiáticos, enquanto a do mar Vermelho (e do golfo Pérsico) fazia o mesmo para a Ásia ocidental, o Norte de África, uma parte da Europa oriental e a Rússia. Isto fazia todo o sentido em termos geográficos: quem é que sonharia em satisfazer a procura de pimenta ou têxteis asiáticos nos domínios otomanos com o seu transporte, primeiro, para Amesterdão, Lisboa ou Londres?⁹

⁹ Para uma noção da «sobrevivência» do comércio do mar Vermelho para a Índia pelo século XVIII adentro, ver Sanjay Subrahmanyam, «Precious metal flows and

A nossa historiografia transporta o pesado fardo de uma narrativa, desenvolvida por Frederic Lane, Vitorino Magalhães Godinho, Fernand Braudel e Niels Steensgaard: o domínio português nos mercados da pimenta e especiarias da Europa entre 1500 e 1530, o recrudescimento de rotas rivais após 1530, e o desafio aberto a partir de 1570 encabeçado por acheneses e guzerates.¹⁰ Subjacente a esta narrativa existe uma segunda, de uma Idade do Ouro inicial, que deu lugar à decadência na Ásia portuguesa. Esperamos conseguir construir uma história mais matizada e contingente, que substitua a outrora provocadora – mas agora estultícia – narrativa acima resumida, apoiando explicitamente a reinterpretação quantitativa sugerida por C. H. H. Wake já em 1979, a qual ainda é conscientemente ignorada pela maior parte dos nossos colegas.¹¹

A ascensão de Surrate

No início do século XVI, dos numerosos portos que pontilhavam a costa do Guzerate, os centros principais eram, na opinião da maior parte dos historiadores, Khambayat (Cambaia) e Diu. O último, bem como a região em que se inseria, Sorath, eram dominados pela figura de Malik Ayaz, cuja carreira foi estudada com algum cuidado por Jean Aubin; o primeiro porto, por outro lado, parece ter sido a área privilegiada de interesse do mercador-administrador brâmane Gopinath (ou Malik Gopi), que embora nativo de Surrate teria aí centralizado o seu comércio.¹² O próprio

prices in western and southern Asia, 1500-1750: Some comparative and conjunctural aspects», *Studies in History*, (N. S.), vol. VII (1) (1991): 79-105. Ver também a síntese útil de Bruce Masters, *The Origins of Western Economic Dominance in the Middle East: Mercantilism and the Islamic Economy in Aleppo, 1600-1750* (Nova Iorque, 1988).

¹⁰ O texto central é Frederic C. Lane, «The Mediterranean spice trade: Its revival in the sixteenth century», in Lane, *Venice and History* (Baltimore, 1966); mas ver também Vitorino Magalhães Godinho, «O Levante e a Rota do Cabo», in Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII* (Lisboa, 1990), 411-426, onde encontramos a afirmação que entre 1554 e 1565, entre 20 000 e 40 000 quintais de pimenta chegavam ao Mediterrâneo através do mar Vermelho e do golfo Pérsico todos os anos.

¹¹ C. H. H. Wake, «The changing pattern of Europe's pepper and spice imports, ca. 1400-1700», *The Journal of European Economic History*, vol. VIII (2) (1979): 361-403. Não negamos que muitas das conclusões de Wake são suposições, que necessitam de mais investigação em arquivos.

¹² Cf. Jean Aubin, «Albuquerque et les négociations de Cambaye», *Mare Luso-Indicum* t. 1 (1971): 3-63, especialmente 5-12.

porto de Surrate, apesar de inevitavelmente mencionado por escritores como Tomé Pires e Duarte Barbosa, era nestes anos ofuscado pelo seu porto gêmeo, Rander, na outra margem do rio Tapti, uma cidade conhecida pela considerável comunidade de muçulmanos navayat, famosos no Índico ocidental como pilotos e navegadores. Rander terá beneficiado, no final de Quinhentos e início de Seiscentos, do declínio gradual de Cambaia, devido ao assoreamento do golfo de Cambaia; mas esses ganhos foram partilhados com Diu, cuja agressiva expansão comercial foi conduzida por Malik Ayaz. Assim que foi concedido aos portugueses o direito de construir uma fortaleza em Diu, em 1535, pelo atormentado Sultan Bahadur Shah Gujarati, era inevitável que as actividades comerciais dos mercadores asiáticos procurassem outros entrepostos no Guzerate. A figura de Khwaja Safar al-Salmani, que tinha chegado à Índia no fim de 1520 como parte da expedição abortada do antigo auxiliar otomano Salman Re'is, adquiriu proeminência na transformação de Surrate numa alternativa a Diu (agora nas mãos dos portugueses), e a Cambaia (cuja viabilidade estava seriamente em questão).

O papel desempenhado pela corte do sultão do Guzerate, Mahmud Shah (c. 1537-1554), nesta decisão de fortalecimento de Surrate não é claro, bem como a própria situação da corte. Nos primeiros anos do reinado de Mahmud Shah (e durante a sua menoridade), a corte seria dominada por figuras como Darya Khan e 'Alam Khan Lodi, nenhum dos quais indiferente aos assuntos marítimos. Contudo, historiadores do Guzerate, como M. N. Pearson, sugeriram a partir da leitura de documentos da época que a decisão de fortificação de Surrate por volta de 1539 tinha sido apenas de Khwaja Safar, em cumprimento das suas próprias ambições político-mercantis.¹³ De qualquer das formas é provável que esta decisão tenha sido tomada depois do fracasso do cerco otomano-guzerate a Diu em 1538, quando a frota otomana de Hadim Süleyman Pasha regressou ao mar Vermelho sem que tivesse conseguido nada, ou quase nada, na Índia. As crónicas indo-persas insistem que a defesa da fortaleza de Surrate foi em larga medida assegurada por um canhão retirado à frota do Pasha, e que a construção da fortaleza foi um feito pessoal de Khudawand Khan (com o título de Khwaja Safar). Assim, escreve 'Abd al-Qadir al-Badayuni, no fim do século XVI: «Dizem que a razão para Khuda-

¹³ Michael N. Pearson, *Merchants and Rulers in Gujarat: The response to the Portuguese in the sixteenth century* (Berkeley, 1976).

wand Khan construir este forte foi que os portugueses costumavam exercer todo o tipo de animosidade e hostilidade contra o povo do Islão, e costumavam ocupar-se a devastar o país e a atormentar os piedosos. Na altura do princípio da construção do edifício, não pararam de lançar os trabalhadores na confusão, disparando continuamente sobre eles desde os seus navios, mas não os conseguiam impedir [...]. Nos bastiões virados para o mar fizeram uma galeria, que na opinião dos europeus é uma especialidade de Portugal e uma invenção dos seus. Os europeus opunham-se muito à construção do edifício desse *chawkandi* e esforçaram-se por o impedir pela força das armas. Mas finalmente recorreram a medidas pacíficas e concordaram em pagar uma boa maquia em dinheiro, se deixassem de construir esse *chawkandi*. Mas Khudawand Khan, através do seu amor e zelo pelo Islão, deu asas ao seu elevado espírito e não consentiu e, apesar dos cristãos, em breve levou a cabo o seu propósito de completar esse edifício.»¹⁴

A construção desta fortaleza, um dos poucos redutos marítimos principais na costa ocidental indiana que no século XVI não estavam na mão dos portugueses, não terá recebido a atenção que merece. No entanto, o que é facto é que mesmo depois da morte de Khwaja Safar, durante o segundo cerco de Diu, Surrate continuou a crescer e a resistir ao controlo dos portugueses. O controlo do porto e da fortaleza passou depois de 1546 para o sucessor de Khwaja Safar no título de Khudawand Khan Rumi e no final da década de 1550 foi tomado por Chengiz Khan (filho do notável 'Imad al-Mulk Aslan al-Turki), depois de matar Khudawand Khan. Após a morte violenta de Chengiz Khan em 1567, a fortaleza foi tomada pelos mirzas timúridas (os primos da Ásia central da dinastia mogol, que desempenharam um papel de desestabilização na política do período), antes de ser cercada e capturada por Akbar, durante a campanha do Guzerate de 1573. Não devemos contudo esquecer que durante todo este tempo Surrate cresceu e prosperou. Os mogóis podem ter contribuído para o seu florescimento após a década de 1570, unindo Surrate directamente ao rico sertão do *do-âb* gangético, mas a verdade é que tomaram conta de um porto que estava já numa posição formidável em relação aos seus rivais. Assim, será útil distinguir três fases na vida do porto de Surrate: uma primeira,

no final do século XV, quando Rander e em menor medida Surrate beneficiaram do lento declínio de Cambaia; uma segunda, quando Surrate se fortificou e surgiu como a principal alternativa não só a Cambaia como também a Diu, que após 1546 era considerada como estando definitivamente nas mãos dos portugueses; e uma terceira, relativamente conhecida, que começa após a conquista mogol.

Para se perceber em que ponto estava a questão no final da segunda fase, a seguinte descrição da *Década Oitava* de Couto pode ser útil. Em 1568, nota ele, o vice-rei D. Antão de Noronha enviou D. Luís de Almeida com seis navios para Damão, «para em Agosto ir a Surrate defender as naus que saem para Achém sem cartazes, e as que haviam de vir de Meca para aquele rio, que sempre vem carregadas de prata e fazendas ricas». Diz-se que a frota avistou «huma fermosa nao», que conseguiu escapar-lhes e descarregar à pressa os seus produtos e duas outras de Jiddah, cujo carregamento facilmente excederia os 100 000 *cruzados*, «afora outro tanto ou mais que se roubou», presumivelmente pelos soldados e capitães portugueses envolvidos na acção.¹⁵ Ou seja, antes da sua captura pelos mogóis, Surrate já ascendera a uma posição de grande importância para o comércio marítimo do Guzerate, função em que era ajudada pelas actividades político-comerciais de Khwaja Safar e seus sucessores, Khudawand Khan (segundo), 'Imad al-mulk e Chengiz Khan.

A «ameaça» otomana

As décadas intermédias do século XVI são uma fase particularmente interessante e negligenciada na história da Índia ocidental. O sultanato do Guzerate, olhado até à década de 1520 como um verdadeiro rival de Deli pelo domínio geral da região indo-gangética, no princípio da década de 1540 lutava pela sobrevivência. No entanto, o *coup de grâce* não podia ser desferido pelos afegãos que controlavam o Norte da Índia na década de 1540 e início da de 1550, permitindo que uma situação política de fluidez curiosa e notável nascesse. Entre as elites, começaram a aparecer facções políticas apoiadas, em parte, em linhagens étnicas e, em parte, em bases ainda mais frágeis. Os «rumes» desempenharam nisto um importante

¹⁴ 'Abd al-Qadir al-Badayuni, *Muntakhab al-Tawârikh*, vol. II, trad. G. S. A. Ranking, reimpressão (Nova Deli, 1990), 149-150. Comparar com Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, trad. H. Beveridge (reimpressão, Deli, 1989), 39-41.

¹⁵ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, 2 vols. (Lisboa, 1993-94), vol. I, 365-368.

papel. Tinham chegado ao Guzerate em vagas sucessivas: alguns descendentes (ou sobreviventes) do tempo de Mahmud Begadh, outros (um grupo proeminente) que tinham acompanhado Salman Re'is e Mustafa Bairam e ainda outros do final da década de 1530 e início da de 1540.¹⁶ Estes «rumes» formavam uma parte do grupo de migrantes asiáticos ocidentais a que os portugueses chamavam «estrangeiros», traduzindo da noção local de *âfâqî*.

As lutas entre as elites que atormentaram o sultanato do Guzerate nesse período estão bem reflectidas nos destinos dos próprios sultões. Depois da morte (natural) de Sultan Muzaffar Shah em 1526, o seu filho Bahadur sucedeu-lhe apenas depois de uma longa guerra contra os irmãos, dos quais um, Sikandar Shah, chegou a sentar-se brevemente no trono; e, como é bem sabido, o próprio Bahadur teve um fim violento e molhado em Fevereiro de 1537 (produzindo o famoso dito e cronograma: *Sultân al-bar shahîd al-bahr*, «sultão em terra, Mártir no mar»). O sucessor de Bahadur, Mahmud Shah, que ascendeu ao trono com onze anos em 1537, morreu uns dezassete anos mais tarde, também assassinado, por um certo Burhan. Por sua vez o seu irinão Ahmad Shah, que lhe sucedeu em 1554, foi também assassinado sete anos mais tarde, pelo notável I'timad Khan. Muzaffar Shah, que subiu ao trono depois dele, foi derrotado pelos mogóis em 1573, e conduziu uma inútil acção de retaguarda que culminou no seu suicídio no início da década de 1590. Por trás desta acção cada vez mais sanguinária que ocupa o centro do palco, está um grupo formidável de notáveis, que dos bastidores manobravam o poder, em que se destacam 'Imad al-mulk e I'timad Khan, depois o filho de 'Imad al-mulk, Chengiz Khan, e mais tarde os afegãos fuladi e os mirzas timúridas.

Há que considerar igualmente um contexto externo bastante complexo. No final do século xv e no reinado de Mahmud Begadh é evidente que os sultões do Guzerate não reconheciam a superioridade dos sultões de Deli; o irmão mais velho e rival de Sikandar

¹⁶ Uma fonte importante para estes anos é uma crónica portuguesa anónima, muitas vezes atribuída a Diogo de Mesquita, mas para a qual não existe edição satisfatória; AN/TT, Colecção São Vicente, vol. XI, 91-111, «Capítulo das cousas que passarão no Reyno de Guzarate depois da morte de sultão Modafar». Edições de excertos por Ethel Pope, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vols. 21 e 24 (1934), e por Francisco A. Mendonça, S. J., *Chrónica Geral dos Sucessos do Reyno de Gusarate a Qm. Chamão Cambaya: General Chronicle of the events in the Kingdom of Gujarat which is called Cambay*, eds. S. C. Misra e K. S. Mathew (Baroda, 1981).

Shah Lodi recebeu deles refúgio no Guzerate, na esperança de que viessem dias melhores. Ao mesmo tempo, há indícios que apontam para que pelo menos ritualisticamente os sultões do Guzerate reconhecessem a superioridade sobre eles próprios dos mamelucos e dos califas residentes no Cairo. Assim, em Dezembro de 1512, chegou ao Cairo um embaixador de Muzaffar Shah (que acabara de ser entronizado no Guzerate), pedindo uma confirmação de investidura por parte do califa.¹⁷ Penso que depois da tomada do Egipto e da Síria pelos otomanos, esta relação de subordinação foi transferida para os últimos. Isto permite uma interpretação ligeiramente diferente das negociações entre Bahadur Shah e o Pasha otomano do Egipto em meados da década de 1530 em que o primeiro envia ao segundo um «presente» substancial para solicitar a intervenção otomana no Guzerate contra os portugueses.

Como é que estas negociações entre Champaner e a Sublime Porta se desenrolaram? Muito provavelmente os notáveis «rumes» no Guzerate terão tido um papel a desempenhar, tanto durante os dois cercos de Diu como depois. Ainda não é possível elaborar uma prosopografia decente, mas notemos que, para além de Khwaja Safar e Mustafa Bairam (aliás, Rumi Khan), Mustafa Qaramani teria também um papel proeminente pois detinha o título de 'Adil Khan sob o sultão Ahmad Shah (c. 1554-1561) e exercia um controlo parcial da região de Broach nessa época. Pertencia à facção política liderada por 'Imad al-Mulk Asalan al-Turki, o mesmo que é repetidamente mencionado nos documentos portugueses da década de 1550 como «Madre Maluquo» (mas que não deve ser confundido com membros da dinastia 'Imad Shah de Berar). Em 1559, quando 'Imad al-mulk foi morto na fortaleza de Surrate pelo seu cunhado Khudawand Khan Rumi (a não confundir com Khwaja Safar!), seguiu-se uma desordem que também vitimou Mustafa Qaramani.

Outra personagem importante de origem «rume» era Qasa Hasan (conhecido como Jahangir Khan, durante o reinado do Sultan Mahmud [1537-1554]) e um íntimo associado de Khwaja Safar durante o segundo cerco de Diu. Ao contrário do seu patrono sobreviveu ao acontecimento e foi mais tarde o *wazîr* de Chengiz Khan (filho de 'Imad al-Mulk), bem como um informador de Diogo

¹⁷ Gaston Wiet, trad., *Journal d'un bourgeois du Caire, Chronique d'Ibn Iyâs*, Paris, 1955, vol. I, 268-269, entrada para o dia 30 Ramazan 918 A. H.

do Couto acerca da política de corte do Guzerate.¹⁸ Estes homens e outros – sobreviventes, por exemplo, da falhada expedição de Seyyidi ‘Ali Re’is, em meados da década de 1550 – provavelmente representavam o núcleo mais importante da penetração «rume» na política dos estados indo-islâmicos no século XVI. Podemos encontrar alguns «rumes» mais a sul, em Ahmadnagar e Bijapur, mas ficamos com a impressão de que nos últimos estados se orientavam especialmente para uma relação externa (igualmente não sem certos elementos de subordinação ritualística) com o Irão dos Shah Tahmasp Safavi.¹⁹

Mantém-se a questão acerca do verdadeiro interesse dos otomanos pelos assuntos indianos depois de 1546. Sem dúvida que o Estado da Índia via neles, periodicamente, uma ameaça directa, tanto no tempo do Sultan Süleyman como dos seus sucessores imediatos; da mesma forma acreditava-se que o poderoso «lobby judeu» na Sublime Porta desempenhava nisto o seu papel. Mas a seriedade das intenções militares otomanas na Índia (e não no Iraque ou no golfo Pérsico) continua em aberto, pois mesmo em 1538, quando foram empregados alguns recursos militares, estes ficaram nas mãos do velho Hadim Süleyman Pasha, que não mostrou grande entusiasmo pela tarefa de que o incumbiam.²⁰

O que é que os otomanos realmente queriam nos anos intermédios do século XVI, em relação ao oceano Índico? Os estudos elaborados por especialistas dos arquivos otomanos, em particular Cengiz Orhonlu e Salih Özbaran, deixam-nos um conjunto doloro-

samente grande de mistérios a nível conceptual.²¹ Para além da série de expedições preparadas por Piri Re’is, Seyyidi ‘Ali Re’is, Sefer Re’is e Mir ‘Ali Bey, o que essencialmente vemos são acções direccionadas para o policiamento do golfo Pérsico; e a prolongada corte feita aos sultões de Achém parece ter envolvido o empenho de poucos recursos sérios por parte dos otomanos.²² Um artigo frequentemente citado acerca desta questão, vindo da pena do falecido Luís de Albuquerque, parece-me confundir ainda mais a questão. Começa com a premissa de que «o desastre que para os turcos representou o desfecho do primeiro cerco de Diu... podia tê-los desenganado, pelo menos por algum tempo, da possibilidade de reconquistar o domínio do comércio do oceano Índico, de que haviam sido desapossados no início do século XVI»; isto baseia-se num mal-entendido de alguma dimensão, visto que os «turcos» nunca controlaram o comércio do oceano Índico no início do século XVI e, além do mais, assenta na suposição de uma perfeita congruência entre mamelucos e otomanos.²³ De facto, os otomanos nem sequer tiveram acesso directo àquele oceano até 1517. Albuquerque prossegue argumentando que a desastrosa expedição ao mar Vermelho em 1541 de D. Estêvão da Gama estava «na origem da investida em força com que os turcos alguns anos depois pressionaram de modo alarmante o império português do Índico».²⁴ Sou da opinião, pelo contrário, de que a Sublime Porta nunca teve ambições claras para além do golfo Pérsico, e que assim que as ambições de conquista do mundo de Süleyman desapareceram, no começo da década de 1550, foram a diáspora «rume» e outros agentes externos que tentaram, em vão, agitar uma relutante Porta a entrar em acção numa esfera mais alargada. Os otomanos, que tinham começado por enviar batedores para estabelecer um *modus vivendi* com os portugueses, reavivaram periodicamente esse projecto, não por hipocrisia mas por pragma-

¹⁸ Estas informações podem ser obtidas através de ‘Abdullah Muhammad al-Makki Hajji al-Dabir, *Zafar al Wālih bi Muzaḥḥar wa Alihi*, 2 vols., trad. M. F. Lokhandwala (Baroda, 1970-1974); e Shaikh Sikandar ibn Muhammad urf Manjhu, *The Mirāt-i-Sikandarī*, eds. S. C. Misra e M. L. Rahman (Baroda, 1961).

¹⁹ Cf. M. A. Nayeem, *External Relations of the Bijapur Kingdom (1489-1687)*, Hyderabad, 1974, bem como Riazul Islam, *A Calendar of Documents on Indo-Persian Relations (1500-1750)*, 2 vols. (Carachi/Teerão, 1978-1982).

²⁰ Uma prova muito importante é AN/TT, CC, III-14-44, carta de Hadim Süleyman Pasha para o *wazīr* Ulugh Khan, ou «Olucão Gozil» (o original perdido está datado de 10-12-1538, e a tradução portuguesa de 7-5-1539) (Schurhammer, *Quellen*, Q 345). Nesta carta, escrita em Adem e datada de 18 Rajab 945, Süleyman Pasha relata a sua expedição à Índia, e as suas reticências consideráveis acerca dos guzerates. Para uma análise desta expedição, ver também Muhammad Yaqub Mughul, «The Expedition of Suleyman Pasha al-Khadim to India (1538)», *Journal of the Regional Cultural Institute* (Teerão), vol. II (1969): 146-151. Para o contexto, ver Palmira Brummett, *Ottoman Seapower and Levantine Diplomacy in the Age of Discovery*, Albany, 1994, e a revisão deste livro por Rhoads Murphey, *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, vol. LVIII (3) (1995): 561-563.

²¹ Para o grosso da obra de Özbaran, ver Salih Özbaran, *The Ottoman Response to European Expansion: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century* (Istambul, 1994).

²² Existem, contudo, raras referências aos ataques otomanos a navios portugueses em Sind (Thatta and Lahori Bandar); cf. AN/TT, CC, I-100-28, carta de Francisco Pereira de Miranda em Chaul a D. João III (fl. 2v).

²³ Cf. neste contexto, Jean Aubin, «La politique orientale de Salim Ier», in *Res Orientales VI. Itinéraires d’Orient, Hommages à Claude Cahen* (1994, 197-216).

²⁴ Luís de Albuquerque, «Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI», *Biblos*, t. LIII (1977).

tismo. A principal fronteira que os otomanos desejavam deixar em aberto para acções futuras era a costa suaíli, onde as suas intenções claras eram guardar o flanco sul da província de Habesh. Foi durante essa acção que o próprio Sefer Re'is morreu na costa de Adem em 1565, à cabeça de uma frota de dez galés.²⁵

Existem muitas lacunas no nosso conhecimento acerca das negociações político-comerciais entre os monarcas otomanos e portugueses durante os reinados de D. João III e D. Sebastião. Pelo menos dois momentos, quando um quase-acordo foi alcançado, aparecem na literatura: o primeiro foi no início da década de 1540 e o segundo no fim da de 1550 e princípio da de 1560. Mas podemos supor que existiram relações mais ou menos contínuas de uma espécie ou de outra, tanto antes como depois, para além das redes de espionagem e comércio terrestre que continuaram a fluir como um rio persistente durante todo o período. Além de Duarte Catanho, cuja carreira tem sido estudada e que serviu como intermediário nestas relações, outra figura cujas acções merecem atenção é o italiano Nicolau Pietro Cuccino, em quem reparamos pela primeira vez no final da década de 1550.²⁶ Cuccino acabaria por ter uma bem-sucedida carreira como provedor da Casa da Índia, e depois vedor da Fazenda em Cochim, sob os Habsburgos.²⁷ Um documento anónimo («Memorial sobre as pazes») de cerca de 1564, do tempo em que D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, era ainda vice-rei do Estado da Índia (o seu triénio durou de 1561 a 1564), dá-nos uma visão global do assunto. De facto, começa por lamentar implicitamente a ausência de uma paz entre os portugueses e os otomanos. «Os annos passados se tratou de pazes amtre o Turco e el Rey que Deus tem [D. João III] por Duarte Catanho, Dioguo da Mizquita e Gaspar Palha que Sua

²⁵ AN/TT, CC, I-107-101, carta de Matias Bicudo Furtado no Cairo a D. Fernando de Meneses, 18 de Janeiro de 1566; ver também a carta anterior de Tomás de Cornoça a D. Fernando de Meneses, datada de 12 de Março de 1565, AN/TT, CC, I-107-64.

²⁶ Cf. António da Silva Rego, «Duarte Catanho, espião e embaixador (1538-1542)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. IV (1953), 119-140.

²⁷ AN/TT, Chancelarias D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Livro 43, fl. 41, carta nomeando Cuccino provedor da Casa da Índia, datada de 3 de Julho de 1578; AN/TT, Chancelaria D. Filipe I, Livro 6, fls. 37-38, carta nomeando-o vedor da Fazenda em Cochim, datada de 1 de Abril de 1582. Cuccino, nascido por volta de 1527, ainda era vivo e provedor da Casa da Índia, em 1602; cf. Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da história da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII*, Lisboa, 1952, 48-49.

Alteza a iso emvyou. E posto que segumdo se emtemdeo a vomtade do Turco e de seus Baxaas era aceptaremse as dittas pazes foy Deus servido que se nam comcluissem. Em tempo que Lourenço Pyrez de Tavora residia por embaixador de Sua Alteza em Roma se lhe ofereçeo hum Italiano que aqui amda que se chama Cochyno a servyr Sua Alteza nesta materia de paz com o Turco damdo-lhe Sua Alteza credito para niso poder falar...»²⁸

Cuccino foi assim enviado a Istambul, com cartas para Süleyman e o seu primeiro vizir (*wazîr-i âzam*) e genro (*dâmâd*), Rüstem Pasha. Entretanto chegaram cartas do conde de Redondo relatando que 'Ali Pasha, o *beylerbey* otomano em Bassorá, se lhe tinha dirigido para fazer a paz, enviando o seu emissário Khwaja Nasrullah Basri a Goa, via Ormuz, em Novembro de 1562. Um casado e morador de Ormuz, um tal António Teixeira de Azevedo, foi assim enviado a Istambul via Bassorá em 1563, e, ao chegar à corte em Novembro desse ano, encontrou lá Cuccino. No início, a presença dos dois enviados criou alguma confusão (especialmente porque Azevedo não levava consigo qualquer acreditação), mas o assunto acabaria por ser resolvido quando Süleyman enviou cartas para Portugal através de Cuccino, e para Goa através de Azevedo. Sabemos que estas negociações não resultaram numa longa *entente*, e uma análise bastante elaborada do texto completo (e recentemente editado) da *Década Oitava* de Couto dá-nos a sensação do protelamento dos portugueses nesta questão.²⁹ Por outro lado parece provável que tanto Rüstem Pasha como a sua sogra, a famosa Hurrem Sultan (ou Roxelane), não fossem avessos a um acordo com os portugueses. Até a crónica de Diogo do Couto reflecte isto, na opinião bastante favorável que o português faz da favorita do harém, Roxelane. Foi provavelmente no rescaldo do fracasso destas embaixadas do final da década de 1550 e início da de 1560 e depois da morte de Süleyman (1566), que a célebre petição do sultão de Achém, 'Ala al-Din Ri'ayat Syah al-Kahhar (c. 1539-1571) foi recebida na Porta, como um pedido de auxílio contra os portugueses, muito embora os contactos entre Achém e Istambul já existissem desde um período anterior.

Em síntese, a existência objectiva de uma ameaça otomana persistente e estável à Índia ocidental, que iria de 1517 a finais do século XVI, não pode ser demonstrada. Pelo contrário, como defendi

²⁸ AN/TT, Coleção São Vicente, vol. III, fl. 306.

²⁹ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.^a*, vol. I, 123-128, 199-217.

noutra obra, as ambições otomanas atingiram o seu auge no tempo de Ibrahim Pasha (m. 1536) e na década que se seguiu à sua morte.³⁰ A conquista de Bassorá no final de 1546 marca assim o fim de uma época e daí em diante as acções dos otomanos são especialmente dirigidas para as duas margens do golfo Pérsico (Bahrein, mas também Musqat, na região). Qualquer envolvimento para lá dessa área, fosse na Índia ocidental ou em Achém, era, por um lado, episódico e produto de pressões externas (petições, pedidos de súbditos otomanos na diáspora) e, por outro lado, baseado num compromisso mínimo em termos de recursos militares. Não deveríamos confundir a existência de «rumes» na diáspora, incluindo desertores descontentes da frota de Sefer Re'is, com uma política de expansão otomana coerente.

A Índia ocidental e a rota do mar Vermelho

Isto conduz-nos ao terceiro degrau da nossa construção, a relação político-comercial entre o mar Vermelho (em mãos otomanas) e a Índia ocidental, e a relação entre as «velhas» e «novas» rotas entre a Ásia e a Europa. Consideremos as cartas bastante conhecidas de Gaspar e João Ribeiro, escritas a partir de Veneza na década de 1560. Numa delas, datada de 27 de Agosto de 1564 e dirigida à coroa portuguesa, contam: «Emtemdemos por cartas de 6 de Junho pasado como ao Cairo herão aribadas mais de 18 000 quintais de pimenta e trez mil quintais doutras drogas as quais vierão ao porto de Juda [Jiddah] em navios do Dacheim e asi navios de Batequalla que forão vinte e trez navios que trouxerão esta espeseria e estes Dachens são os que mais frequentão este comercio e navegação hos quais mandarão presentes ao Turquo por terem seus embaxadores na corte e se sabe deles per via de Hebreos que aqui vem...»³¹

Contudo, é observado, os dachéns pouco tiravam da corte otomana: seis homens de artilharia e seis outros especialistas militares. A sua intenção era receberem especialistas de fundição de canhões,

³⁰ Para uma análise mais profunda, ver o capítulo 7, *infra*.

³¹ AN/TT, CC, I-107-9 (1 fólho), carta datada de 27 de Agosto de 1564. Uma transliteração parcial pode ser encontrada em Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, tese da licenciatura (Universidade de Lisboa, 1964), vol. II.

mas os poucos homens que conseguiriam foi em troca de um presente bastante generoso, incluindo uma fiada de pérolas e muitos diamantes e rubis. No final, a carta acrescenta um aparte sobre este assunto. Os otomanos não estão interessados no oceano Índico, escrevem os Ribeiro, porque ainda têm esperança numa paz com os portugueses. Nisto tinham sido encorajados pelo conhecido magnata judeu José Nassi (ou João Micas), que ao mesmo tempo avisaria os portugueses que tal paz não lhes serviria de nada, visto «que os Trucos [*sic*] saberão todos os cantos da India e asi a poderão melhor ganhar e dis o mostrarão muitas esperanças!»³²

Os Ribeiro regressam a uma discussão do comércio de especiarias, notando a partida de Veneza para Tripoli, na Síria, de três grandes (mas pouco carregadas) galés, bem como de três outras para Alexandria (a última levando 275 000 ducados, para além de sedas e outros têxteis). Poucas ou nenhuma especiarias chegaram a Tripoli pelo mar Vermelho, dizem, mas a situação no Cairo era muito melhor, com o preço da pimenta a descer para 24-30 cruzados o quintal. Contudo, os autores da missiva deixavam perfeitamente claro que isto era um fenómeno reactivo, o resultado de pouca carga em pimenta e especiarias dos navios portugueses nesses anos. Escrevem: «O ano pasado forão sesenta mil cruzados descontado [para Alexandria] e muitos genoeses são vindos a esta çidade [Veneza] e pasão nestas gualles con muita cantidade de dinheiro por terem avizo de hum Antonio Calvo que rezide em Lixboa como a nao Tigre não trouxera ao Reigno mais que quinhentos quintais de pimenta...»

Ou seja, o fenómeno descrito é precisamente o que foi adiantado por C. H. H. Wake no seu importante (e normalmente ignorado) artigo de há quase duas décadas. Os navios do porto de Bhatkal em Kanara, e outros, em geral de Achém – mas sem dúvida também navios de Rander e Surrate no Guzerate do tipo descrito por Chanoca em 1546 – trouxeram certa quantidade de pimenta e especiarias para o mar Vermelho. Contudo, o interesse veneziano e genovês nestas especiarias era somente uma função das chegadas a Lisboa. Nos anos em que Lisboa era bem abastecida não fazia qualquer sentido comprarem as especiarias que chegavam via Jiddah.

³² Para uma reconsideração recente das relações de Nassi e outros com Portugal e o Estado da Índia, ver José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Os Judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o século XVI: O exemplo de Isaac do Cairo: Espião, 'língua' e 'judeu de Cochim de Cima'», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 33 (1994): 137-260, especialmente 164-167, *passim*.

Em anos como 1563-1564, quando se sentia que a situação não era a mesma, notava-se grande procura nas chegadas do mar Vermelho.

Dois anos antes, em 1562, temos já indicações precisas de como funcionavam estes circuitos de informação e especulação comercial. Numa carta de Veneza, datada de 22 de Agosto de 1562, Tomás de Cornoça, o cônsul português, mencionava a chegada à cidade de boatos vindos da Flandres em relação à frota da Índia, que transportava o vice-rei regressado, D. Constantino de Bragança. Aparentemente seis naus tinham deixado a Índia no final de 1561, das quais três não teriam conseguido dobrar o Cabo, vendo-se forçadas a permanecer na costa leste de África à espera de ventos favoráveis. O próprio D. Constantino estava nos Açores com duas naus, parcamente abastecidas; uma transportava 1400 quintais de pimenta e uns 100 quintais de canela, enquanto a outra trazia uns 3500 quintais de pimenta. Do sexto navio nada se dizia. Quando estas notícias chegaram a Veneza, diz ele, o preço da pimenta e das outras especiarias subira imediatamente.³³

Cornoça vira-se então, de forma perfeitamente natural, para a outra rota. Entretanto, notícias provenientes de Alexandria dão conta de que «los navjos moros de la India» tinham começado a chegar ao mar Vermelho. Mas também estes poucas especiarias traziam, fosse pimenta, cravinho ou canela. Na verdade, um navio de Achém («Asi») que transportava 7000 quintais de pimenta fora afundado por frotas portuguesas, tendo desaparecido todos os vestígios de outro, e um terceiro conseguira atingir Adem. Entretanto, em Alepo, alguns carregamentos de especiarias trazidas por camelos (na sua maioria, canela) tinham chegado via Ormuz e Bassorá. A carta conclui notando o receio em Veneza de que os esquadrões portugueses interceptem os navios para o mar Vermelho com maior frequência; mas, conclui significativamente, «la felicidad seria que juntamente con esto no faltassem de venir por el ordinario las nuestras naos».³⁴

Neste caso, mais uma vez, a natureza precisa da inter-relação é óbvia. Veneza e a Flandres esperavam notícias da Carreira da Índia;

³³ Alguns dos documentos deste período são discutidos e sintetizados em Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Memória de D. Sebastião: Elementos para uma História Estrutural*, 2 vols. (Lisboa, 1992), vol. II, 189-203, *passim*. Contudo, esta análise é muitas vezes confusa e plena de erros básicos (a autora assume, por exemplo, que Surrate era uma fortaleza portuguesa).

³⁴ AN/TT, CC, I-106-8. Há extensa correspondência acerca de Cornoça deste período.

e muitas vezes, estas notícias eram menos do que positivas, porque os navios não conseguiam completar a viagem, porque o número de navios caía abaixo do esperado ou porque faltava capital para as cargas de pimenta e especiarias. Nesse caso, recorria-se à rota terrestre, principalmente através do mar Vermelho, mas também, em certa medida, através de Ormuz, Bassorá e Alepo. Se a Carreira falhava, em determinado ano, e os navios chegavam ao mar Vermelho, os fundos eram enviados à pressa para Alexandria. Mas se, ao mesmo tempo, devido à vigilância efectuada pelas frotas portuguesas (ou por qualquer outra razão), as chegadas ao mar Vermelho também caíam abaixo das expectativas, o mercado registava uma grande inflação. Contudo, tratava-se de flutuações anuais, em vez de uma divisão precisa do mercado. Nos anos em que os navios da Carreira correspondiam às expectativas (isto é, 25 000 a 30 000 quintais de pimenta, alguns milhares de quintais de várias outras especiarias), Veneza e Génova não viam razão para investir fundos preciosos no comércio terrestre de especiarias.

Uma adenda à carta de Cornoça dá-nos mais detalhes acerca das chegadas efectivas e potenciais ao mar Vermelho e em especial a Jiddah («Alcide»). Incluíam um navio de Cambaia, dois de Surrate, dois de Dabhol, dois de Bhatkal, bem como os três navios de Achém que tinham tido sorte tão distinta. Em 1565, as chegadas a Jiddah incluíam oito navios de Bhatkal e três de Calecute; no ano seguinte, havia três navios de Bhatkal e cinco de Achém.³⁵ Tenho a sensação, todavia, de que a burocracia portuguesa na Índia tendia a confundir causa e efeito nesta questão, o que por sua vez baralhou a análise dos historiadores actuais. O vice-rei D. Antão de Noronha, numa carta à Coroa datada de Dezembro de 1566, insistia que o problema estava do lado da oferta: que os rivais dos portugueses tinham fácil acesso a fontes de pimenta que o Estado não tinha. A sua solução foi mudar parcialmente o centro de aquisição da pimenta de Kerala para Kanara e assim inaugurar uma política que durou até ao século XVII.³⁶

³⁵ Para uma análise, ver Sanjay Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce: Southern India, 1500-1650* (Cambridge, 1990), 129-33. Para a importância de Bhatkal na década de 1560, ver AN/TT, CC, I-106-50, carta de Manuel Travassos em Cochim à rainha, 20 de Janeiro de 1563, onde se mencionam «onze ou doze naos que [se] carregavão no Reino de Batecala e outros rios da costa de pimenta e hiam pera Meca todolos anos».

³⁶ AN/TT, CC, I-108-15, carta datada de Goa, 17 de Dezembro de 1566, em A. da Silva Rego, ed., *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente: Índia*, vol. X, 158-159.

Esta mudança acabou por ajudar a justificar a captura portuguesa de Honawar, Basrur e Mangalore em 1568-1569 e a destruição do potencial comercial de Bhatkal. Mas o raciocínio usado era, não obstante, erróneo. O vice-rei afirmava que enquanto 20 000 a 25 000 quintais de pimenta entravam anualmente no mar Vermelho (um exagero, de qualquer forma), apenas 10 000 a 12 000 quintais eram guardados nos porões dos navios da Carreira da Índia. Queria com isso dizer que se as cargas portuguesas eram inferiores às do mar Vermelho, isso acontecia porque a pimenta era escoada por outros canais e afastada das feitorias portuguesas. Muitos historiadores contemporâneos têm aceiteado esta perspectiva. Mas na minha opinião a verdadeira fonte do problema estava noutro lado. A procura europeia de pimenta e especiarias via Alepo, Tripoli e Alexandria era, como vimos, formulada em reacção às cargas esperadas em Lisboa e não ao contrário. De qualquer maneira, a quantidade total de 37 000 quintais (proposta por D. Antão) não esgotava a produção de Kanara e do Malabar nessa época, longe disso. O problema estava no facto de a parte da Coroa da Carreira da Índia ser muitas vezes subcapitalizada, e nos feitores portugueses em Cochim e noutros lugares se tentar manter os preços de aquisição demasiado baixos.

Estes aspectos são esclarecidos por um certo António Mendes de Castro, de regresso a Portugal em 1563 numa carta escrita à rainha a partir dos Açores, em Agosto desse ano. Castro era capitão a bordo do *São Vicente*, que deixara Cochim em finais de Janeiro, juntamente com os navios *Rainha* e *Frol de la Mar*. Este último quebrara o leme ao largo do Cabo e seguira para São Tomé; de qualquer forma transportava pouca ou nenhuma pimenta. Os dois outros navios teriam 7700 quintais de pimenta a bordo, enquanto o do capitão-mor e o *Esperança* (que partira apenas em meados de Fevereiro), teriam uns 6000 ou 7000 quintais. Finalmente, há notícia de dois outros navios da frota que regressava nesse ano, o *Tigre* (mencionado na carta dos Ribeiro) com um carregamento muito pequeno de pimenta e o *Cedro*, sem pimenta. Uma frota total de sete navios teria então uma carga de pimenta de menos de 15 000 quintais.³⁷

Que razões se poderão avançar para isto? De acordo com o próprio Castro, o problema era que «os Reis do Malavar» não tinham entregue o que tinham prometido. Na verdade, o conde de Redondo

em pessoa fora de Goa para Cochim em Novembro de 1562 numa frota de umas cinquenta velas, «por ter nova que a pimenta não coria». Pelo caminho, em Quilandi («Coulete») encontrara e fizera a paz com o Samudri Rajá de Calecute, Manavikrama (c. 1562-1574) com esse objectivo. Mas o problema não fora resolvido, pois imediatamente após a partida do vice-rei de Cochim tinham sido desencadeadas hostilidades contra o «regedor» do rajá, um certo Rama, no contexto das quais cerca de vinte ou trinta portugueses e cristãos locais tinham sido mortos. Esta atmosfera tensa, além disso provocada por uma tentativa falhada dos portugueses de assassinio de Rama, em nada ajudava a questão da aquisição de pimenta.

A atitude oficial portuguesa de aquisição de pimenta em Kerala fora, desde o início, muito curiosa. Insistiam em tratar a questão como se fosse política e não comercial e recusavam-se, na maior parte das vezes, a pagar os preços do mercado (baseados na aplicação da sua noção de «monopólio» da pimenta). Visto que os feitores portugueses esperavam receber a pimenta abaixo dos preços do mercado, não é de espantar que estivessem constantemente mal abastecidos, enquanto a pimenta viajava por terra através dos Ghats, em navios privados portugueses para Bengala e outros lugares e também para o mar Vermelho e o golfo Pérsico. Diante desta situação, o Estado português tinha duas soluções: uma, comercial, de subir os preços de aquisição; outra, político-militar, de extorquir a pimenta aos governantes locais através de uma mistura de subornos e ameaças. O Estado escolheu constantemente a última solução, conduzindo a uma escassez crónica de pimenta nas suas feitorias, pois a primeira solução requeria um desembolso maior de capitais do que a Coroa julgava poder suportar, além de constituir um golpe contra o prestígio português. Uma terceira solução, mais próxima em espírito, talvez, dos holandeses, teria sido a aplicação num grau bastante mais elevado da força coerciva, mas aqui o Estado da Índia não conseguia estar à altura das suas ambições. A força coerciva foi aplicada mas essencialmente de forma extensiva, e não intensiva, para tentar interceptar os navios de rivais (mercadores asiáticos ou «contrabandistas» portugueses) no oceano Índico, e esta estratégia tinha um sucesso limitado. Por volta da década de 1560 havia muitos que sentiam que o Estado voltara costas a Cochim, deixando-a transformar-se num mero centro de comércio de piratas; o antigo capitão de Chaliyam e vedor da Fazenda em Cochim, D. Jorge de Castro, que tinha jeito com as palavras, até citava as Escrituras (as Lamentações) em relação

³⁷ AN/TT, CC, I-106-80, António Mendes de Castro a bordo do *São Vicente* à rainha, 1 de Agosto de 1563.

à sua cidade de residência: «Feyta e caye veuva he tributary a que hera Senhora das gentes.»³⁸

Conclusão

Num certo sentido, os otomanos eram apenas um pretexto, uma falsa ameaça nos anos intermédios do século XVI. Quando a Porta lhe ofereceu várias vezes a paz, a Coroa portuguesa recusou a oferta, confundindo o fluxo de pimenta para o mar Vermelho com uma rivalidade política.³⁹ De facto, a pimenta e as especiarias que entravam no mar Vermelho serviram, a um tempo, dois propósitos. Uma parte abastecia os mercados da Ásia ocidental, do Norte de África e da Europa oriental e como tal não era ameaça à viabilidade comercial da Casa da Índia. A outra parte, que prosseguia para Veneza e Génova, só o fazia na medida em que os portugueses não conseguiam satisfazer a procura da Europa ocidental através da Carreira da Índia. Isto era resultado, como vimos, da natureza das pretensões de monopólio dos portugueses e das suas peculiares políticas de aquisição de pimenta e especiarias.

No início do século XVI, a Carreira da Índia servira, entre outras coisas, para dotar a Coroa portuguesa de um meio de flanquear os mamelucos e bloquear o comércio para o mar Vermelho. Mesmo depois de a campanha contra o Egipto (e o desejo de recapturar a Terra Santa) ter sido abandonada, a política portuguesa em relação ao mar Vermelho não conseguiu «modernizar-se», a não ser nos derradeiros anos do século XVI, quando uma política regular e pragmática de concessão de cartazes aos navios da costa ocidental indiana foi finalmente adoptada. O mar Vermelho, como «a casa» do Islão para os portugueses (e não é coincidência terem persistido no uso da expressão «Estreito de Meca»), continuou a ser encarado com alarme e suspeição durante as décadas de 1550 e 1560. No fim de 1556, D. João da Costa, escrevendo a D. João III, para o convencer da importância de Damão, fez questão de notar que, se os portugueses não tomassem a cidade, o «Turco» tomá-la-ia, «por ser a

³⁸ AN/TT, CC, I-106-52, D. Jorge de Castro ao cardeal D. Henrique, Cochim 24 de Janeiro de 1563.

³⁹ Ver, neste contexto, a carta bastante significativa de D. Pedro de Sousa, capitão de Ormuz, à Coroa, AN/TT, CC, I-106-135, 25 de Maio de 1564.

primisipal gedelha domde ele pode meter pe para ficar tão vezinho».⁴⁰ A sua voz não estava isolada. D. Diogo de Noronha, escrevendo no final de 1557 a Pêro de Alcáçova Carneiro, insistia igualmente que a verdadeira justificação para tomar Damão a 'Imad al-Mulk éra impedir que fossem os otomanos a fazê-lo. Escrevia: «Este porto de Damão que ora dão ha Suallteza he hum porto dos ymportantes de Canbaia e propiedade mais apropiada e neççaria a este Estado e que a podemos conservar e soster que outra allguma destes comornos e de que fiquamos senhores de toda a madeira de Cambaya e lha tiramos a elles e fica esta fortalleza tamto na gargamta daquella enseada que a fiquamos senhoreamdo e podemdo tomaar estreyta conta a todollos navios que emtrarem e sairem della e outros mill bens e proveitos que avia mister muyta escritura para os declarar. Allem de tudo isto he este hum soo porto em Cambaia que se os Turquos vierem a estas partes podem ocupar e fforteffiquaar com lhes fiquar toda a madeira para suas armadas.»⁴¹

Este trecho bastante tortuoso esconde dois pontos cruciais. Primeiro, a tomada de Damão era uma ambição portuguesa pelo menos desde a década de 1530, quando lhes fora mais ou menos cedida pelo «monarca» timúrida de curta duração do Guzerate, Muhammad Zaman Mirza.⁴² Segundo, o controlo da enseada em questão reflecte um reconhecimento dos portugueses do papel crucial de Surrate, de onde o próprio 'Imad al-mulk enviava os seus navios mercantes.⁴³ A razão ostensiva dada – a ameaça otomana – pode ou não ter parecido genuína ao autor da carta; mas nós não

⁴⁰ AN/TT, CC, I-100-31, D. João da Costa a D. João III, 20 de Dezembro de 1556 (1 fl.).

⁴¹ AN/TT, CC, I-102-47, carta datada de Goa, 17 de Dezembro de 1557. Esta carta contém uma descrição valiosa das negociações com 'Imad al-Mulk através do emissário Diogo Pereira.

⁴² Cf. AN/TT, CC, I-58-73, um tratado de Março de 1537 entre o governador Nuno da Cunha e Mirza Muhammad Zaman, reproduzido com alguns erros em Luciano Ribeiro, «Em torno do primeiro cerco de Diu», *Studia*, n.º 13-14 (1964): 52-54.

⁴³ Um navio ricamente carregado que regressava a Surrate vindo do mar Vermelho, com um cartaz do governador Francisco Barreto, é referido numa carta de Chaul de 1556; cf. AN/TT, CC, I-100-28, carta de Francisco Pereira de Miranda para D. João III, 18 de Dezembro de 1556. Em 1557, é mencionado que cartas do agente português no Médio Oriente, João de Lisboa, foram trazidas para Goa através dos navios que regressaram a Surrate desde o mar Vermelho; cf. AN/TT, CC, I-102-47, carta de D. Diogo de Noronha de Dezembro de 1557. Ver também AN/TT, CC, I-99-135, para uma carta de João de Lisboa no Cairo para D. Afonso de Lencastre em Roma, datada de 26 de Outubro de 1556.

temos qualquer razão para lhe atribuir mais do que um peso negligenciável.⁴⁴

Num perspicaz artigo, como lhe é característico, publicado em meados dos anos 80, o historiador indiano Ashin Das Gupta apontava para a natureza crucial da relação (de contrários) entre Dabhol e Surrate na história do comércio do oceano Índico ocidental no princípio do século XVII. Das Gupta defendia que Dabhol, relativamente bem identificada com o Estado português, sofreu com a transição do início do século XVII, enquanto Surrate emergiu numa posição de ainda maior vigor: na década de 1620, escreve, «Dabhol foi destruída e Surrate tornou-se na base mais importante para a navegação indiana».⁴⁵ Este capítulo tentou, entre todos os objectivos a que se propunha, esclarecer a «pré-história» das relações estudadas por Das Gupta. Vimos que o papel de Surrate se foi desenvolvendo ao longo de vários estádios no decurso do século XVI e foi consequência de uma série de acções e oposições, algumas reais e outras imaginadas pelos protagonistas. Nem será preciso sublinhar, em jeito de conclusão, que mais uma vez vemos que mesmo no século XVI e mesmo numa área como a Índia ocidental (onde o Estado da Índia concentrava tantos dos seus recursos), a dinâmica do comércio marítimo foi determinada por muitos factores e não apenas pelos portugueses. Este facto seria ainda mais acentuado depois de 1573, quando o estado mogol entrou em cena no oceano Índico ocidental. Os historiadores da presença portuguesa na Índia precisam assim de assegurar que também na sua versão dos acontecimentos os portugueses não aparecem a agir no vazio, numa *tabula rasa* histórica.

⁴⁴ Para outra perspectiva da situação política no oceano Índico neste período, ver F. R. Thomaz, «A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», *Mare Liberum*, n.º 9 (1995): 481-519.

⁴⁵ Ashin Das Gupta, «Indian Merchants and the Western Indian Ocean: The Early Seventeenth Century», *Modern Asian Studies*, vol. XIX (3) (1985): 481-499.

Capítulo 6

Mogóis e francos numa era de conflito contido

[Holden] Furber vê os séculos [XVI a XVIII] como um período integrado de cooperação euro-asiática – um mundo antes do estabelecimento de impérios. Ninguém poderá negar a cooperação ou a integridade do período. Mas há mais. O europeu usa a força para ganhar privilégios e excluir a concorrência, sempre que pode. O nativo responde com chicana não-violenta.

Ashin Das Gupta (1979)¹

Era o final do ano 1605. O imperador Wanli (1573-1620) estava a mais de metade do seu reinado na China, enquanto Shah 'Abbas (1587-1629) se encontrava no auge do seu poder no Irão. Na Índia, um dos monarcas mais poderosos e carismáticos do mundo da época moderna estava a morrer, e como era frequente nesses anos – na Etiópia ou em Pequim –, os ubíquos jesuítas não se encontravam longe da sua corte, fazendo um relato quase em directo dos acontecimentos. O monarca mortalmente doente era o imperador mogol Jalal-ud-Din Muhammad Akbar e alguns do seu círculo mais íntimo acreditavam que a enfermidade era resultado de um ataque apopléctico sofrido durante a desastrosa luta entre o seu elefante, *Chanchal*, e *Girambar*, o elefante do filho mais velho, Salim, com quem estava

¹ Ashin Das Gupta, recensão de Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient, 1600-1800* (Minneapolis, 1976), *The Journal of Asian Studies*, vol. XXXVIII, n.º 2 (1979): 316.

de relações cortadas (e que em breve tomaria o título de Jahangir). A luta correrá mal a *Chanchal* mas pior que isso fora a disputa que romperá entre os seguidores de Salim e os do filho deste, o príncipe Khusrau, também um pretendente ao trono.² Os jesuítas, com a sua visão político-religiosa, não entendiam assim o assunto. Consideremos um documento mais ou menos contemporâneo relativo à morte de Akbar e à sua sucessão, a carta escrita pelo jesuíta Jerónimo Xavier ao provincial dos Jesuítas em Goa, a partir de Lahore, em 25 de Setembro de 1606, quase um ano após a morte de Akbar.³

Xavier estava presente em Agra nos últimos meses de vida de Akbar e primeiros do reinado do seu filho e começa por referir que «pouco depois que escrevi a Vossa Reverência o ano passado se revolveu aqá o mundo com a morte do rei Acbar». Diz que o acontecimento fora previsto por vários observadores; um «mouro astrólogo deo escrito ao príncipe [Salim] em Agra que [den]tro a três meses avia de ser rey porque avia de morrer seu pai», e outro muçulmano com uma reputação de santo («tido por sancto delles») residente em Lahore fizera saber o mesmo. Além disso, vários astrólogos gentios também o tinham predito. Akbar ficou doente no início de Outubro de 1605, o que a princípio não foi considerado grave. Nessa altura mandou chamar os jesuítas e discutiu com eles assuntos cristãos. Na ocasião, escreve Xavier, «ninhuma mostra dava de doente». Uns dias mais tarde circulava o rumor de que estaria acometido de desinteria, e os jesuítas começaram a pensar que era altura de sugerir mais uma vez que aceitasse «a ley do Santo Evangelho». Mais uma vez, quando Xavier e o seu companheiro, António Machado, foram chamados para uma visita a altas horas da noite («teriam sido umas dez horas da noite»), ao interior do pavilhão real, ficaram espantados por o soberano parecer de boa saúde. Akbar recebeu-os com Salim e Khusrau presentes, e pediu a Xavier que traduzisse uma carta em português que acabara de chegar. Depois mandou embora o filho e o neto e os jesuítas permaneceram. Xavier continua: «A cabo de pedaço se alevantou para ir ao mahal, lugar das molheres, e hia [...] como são e ainda com menos mostra

² Para uma análise detalhada dos documentos, ver Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «Witnessing Transition: Views on the End of the Akbari Dispensation», in K. N. Panikkar, Terence J. Byres e Utsa Patnaik, eds., *The Making of History: Essays presented to Irfan Habib* (Nova Deli, 2000): 104-140.

³ British Library, Londres, Additional Manuscript 9854, «Jesuit Missions in India, 1582-1693», fls. 38-52, in A. da Silva Rego, ed., *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. III (Lisboa, 1963), 62-91.

de fraquesa, e quando [...] foi meia-noite, torna a passar por ali pera ir para o sítio onde rezava. Vimo lo vir sem encosto de nenguem, e praticando [...] risonho como sempre, que tudo notavamos. Enfim nos resolvemos o outro padre e eu que não era tempo de lhe falar, pois ninhua mostra dava de doente, recolhendo se pois a rezar. A meia noite nos viemos nos persuadidos de que estava são. A outro dia pela manhã sayo... janela ao povo com muito bom semblante. Isso que digo foi sábado a noite, o domingo esteve bem; a 2.^a feira começo se dizer... el rey morre.»⁴

Os jesuítas reiteram então o boato que eles (e outros) já tinham anotado alguns anos antes, nomeadamente o de que começara «a lavorar peçonha que lhe tinham dado». Xavier e o seu companheiro foram, nessa manhã, ao *jharoka* («ao lugar da janela»), mas Akbar não apareceu; em vez disso, foi confirmado que não estava bem. Os jesuítas tentaram ir ao interior do palácio, afirmando que tinham uma mezinha para a doença, mas nem a eles nem a nenhum dos rapazes que tentaram lá mandar em seu nome foi permitido entrar. Prossegue o relato: «Neste tempo o príncipe [Salim] não vinha ver a seu pay. Huns disserão que o pay [Akbar] sospeitando delle lhe dera peçonha não queria que o visse. Outros dizião que elle mesmo [Salim] não queria vir por se não meter antre portas, porque hum capitão gentio, cunhado do príncipe, do qual estava agravado por se aver morto a si mesma com peçonha a irmaa delle que era molher do príncipe por queixumes de seu marido, e este capitão estava apoderado del Rey, e pretendia fazer rey a seu sobrinho filho maior do príncipe, e excluir a seu pay, e tihã de sua banda hum outro grande capitão mouro cuja filha era casada com este mesmo filho do príncipe. Outros Gentios e Mouros erão deste mesmo parecer, e o mismo rey se tinha inclinado a isso assi que [Salim] temia d'entrar na fortaleza a ver a seu pay não sabendo se o deixarião sair daly.»⁵

As duas figuras mencionadas aqui são Raja Man Singh, cunhado de Salim e tio materno do seu filho Khusrau, e Mirza 'Aziz Koka,

⁴ Comparar com o relato-padrão em Pierre du Jarric, *Akbar and the Jesuits: An account of the Jesuit Missions to the Court of Akbar*, trad. C. H. Payne (Londres, 1926), 203-204. Du Jarric's *Histoire*, em 3 volumes, completada em 1614, derivava em grande medida, para o que conta dos mogóis e Akbar, de Fernão Guerreiro, *Relação Annual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas Partes da Índia Oriental*, 5 vol.. (Coimbra/Lisboa, 1603-1611).

⁵ Para a versão de Jahangir da morte de sua mulher, que «engoliu ópio e se matou», ver *The Jahangirnama: Memoirs of Jahangir, Emperor of India*, traduzido, editado e anotado por Wheeler M. Thackston (Oxford, 1999), 50-51.

intitulado Khan-i A'zam. Voltaremos a encontrar estas personagens, mas é interessante notar, por agora, que os jesuítas, com a sua assídua compilação de coscuvilhice de bazar, não estavam muito longe da verdade na descrição das tensões e relações do tempo. Xavier continua dizendo que «o rei começou a deteriorar-se». Salim, afirma, começou a pensar que a situação estava a fugir-lhe de controlo, «esteve quasi fugido huma noite tão bem parado via o seu negocio». Embora em minoria e sem controlo sobre os portões do forte, parecia ter a opinião popular («o vulgo») com ele. O jesuíta afirma que isto se devia ao facto dele ser considerado «liberal [e] justo», e assim, pouco a pouco, conseguiu ganhar a confiança dos principais *amîrs*. Continua: «ate os principais mouros que querião dar o reyno ao neto tomarão o seu conselho, *et omnibus pensatis* acharão que lhes convinha da lo a cujo era, e assi hum dos principais delles foi como mandado por elles a ver com elle [Salim] e prometer lhe o reyno jurando elle de guardar a ley dos mouros e de não fazer mal ao filho e aos mais, etc. Tudo jurou. Logo aquella tarde veo [um] gentio neto del rey, e sogro delle lhe truxerão o filho e lhe fizeram tomar os peis, e elles fizeram o mesmo. Logo mandou o prencipe despejar a a fortaleza, e as portas della e pondo gente sua nella foi a outro dia a fortaleza com boa gente ver a el rey».

O relato menciona que Akbar, nessa altura, já não conseguia falar, mas que ainda estava consciente. Diz-se que ordenou que fosse entregue a Salim a regalia e fez sinal para que lhe dessem a espada que tinha junto à cama, para que a empunhasse. Salim terá feito a *siĵda* («a *jezda*», nas palavras de Xavier) e depois disseram-lhe que saísse. Na opinião de Xavier, o rei morreu mais ou menos só, e apenas «alguns pouco o acompahavão, alguns lhe lembravão a Maffamede. Nunca lhes respondeo, somente tomava o nome de Deos aguas vezes, nem morreo ao costume dos gentios. Como nunca se soubera em que ley vivia, tão pouco se soube em que ley morreo, porque agasalhando todas as leys ninhua tinha na verda[de] posto que o ordinário era adorar a Deos e ao Sol».

Xavier prossegue esta narração com um obituário longo e muito laudatório de Akbar, dando-nos uma imagem do monarca na sua morte que é francamente positiva, muito mais do que, por exemplo, as opiniões dos vice-reis e governadores da Índia portuguesa. Uma breve passagem da sua carta bastará para o demonstrar: «elle [Akbar] morreo hua quinta feira aos [dezasseis] de Outubro do ano de 1605. Morreo hum homem rey que verdadeiramente era rey que se

fazia obedecer e sabia governar, [e era] homem muito ama[do em] todo o mundo, temido pelos grandes, amado dos piquenos, igual a todos, naturais estrangeiros piquenos ou grandes, mouros e cristãos e gentios, todos quidavão que tinhão a sua parte. Pera com Déos era tam pio que infalivelmente fazia qua[tro] vezes oração cada dia – a saber – ao sair do sol e ao por se, e ao meio dia e a meia noite sem nunca por negocios gravíssimos que [fossem] deixar de a fazer a esses tempos».⁶

A isto Xavier acrescenta que nenhum pormenor era demasiado pequeno que lhe escapasse, e que «não sabia ler, nem escrever, mas tudo sabia». Este retrato de um governante humanista contrasta fortemente com as imagens dos mogóis que seriam produzidas meio século depois na Europa, numa altura em que a ideia do Déspota Oriental ganhara uma posição firme na imaginação europeia. O que também nos interessa aqui é a descrição que o jesuíta faz da transição política, que precede a longa narrativa na carta acerca da supressão da rebelião desencadeada pelo príncipe Khusrau em Abril e Maio de 1606.

«Aqabou-se o Aqbar – idem – o Rey Grande. Começa o novo rey a negociar se. Hya e vinha a fortaleza a ver e consolar suas irmãs que estavam mais desconsoladas que elle mas tornava se a sua casa. A cabo de oito dias foi ao paço a tomar posse do reyno. Manda armar riquamente o terreiro, sae de dentro, assentas se no trono gritão lhe *padja çalamat* – idem – *salve rex*, [e] trazem lhe seus presentes, recolhe se e fiqa se na fortaleza como rey. Com a mudança do rey se mudou a corte, caem os alevantados, alevantão se os caydos. Muito esperavão do novo rey porque se prometia muito, mas aquietando se as cousas esqueizerão as promessas dezenganarão as esperanças.»

Entre os enganados e desapontados estavam os próprios jesuítas, pois teriam pensado que «houvesse uma grande conversão porque elle [Jahangir] ate antão quasi se dava ao descoberto por christão, e os seus nos dizião que era». Afirmavam que a razão desta mudança residia na política da corte. Na opinião de Xavier, na altura da sua subida ao trono, a principal preocupação de Jahangir era Man Singh («capitão Gentio cabeça de todos os gentios»), e de modo a contrabalançar isso tivera de se unir aos muçulmanos ortodoxos. «[...] os mouros o fizeram rey e lhes jurou de zelar a ley de Maffamede, quis

⁶ Carta de Xavier de 25 de Setembro de 1606, em *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. III, 65-66.

ganhar e conservar aos mouros fazendo se da banda delles, e assi o fez no principio do seu reinado. Lançou fama de mandar alimpar e despejar as mesquitas. Começão os ramaços e oraçoens de mouros no paço».

Para Xavier, bem como para os seus companheiros jesuítas estabelecidos em Agra ou em Lahore, a principal preocupação nisto tudo era a ascensão do que entendiam ser um Islão oficial, que poderia ter repercussões nas suas próprias missões, e mais em geral no tratamento dos cristãos no Norte da Índia. Uma leitura das suas últimas cartas demonstra que julgaram estas perturbações de relativa curta duração e que o sistema político regressou a um estado de equilíbrio. Na verdade, alguns subiram e outros caíram entre os grandes da corte, mas isto não era um fenómeno particularmente exótico.

A historiografia da época moderna parece ter um fascínio ilimitado pelo momento do encontro face a face entre o Europeu e o Outro, e a sua *mise en scène*. A questão foi ensaiada vezes sem conta, com Vasco da Gama e o Samudri Rajá em Kerala, Hernán Cortés e Moctezuma no México, Pizarro e o inca Atahualpa nos Andes, ou o capitão Cook e os seus interlocutores nos mares do Sul; podemos muito bem acrescentar Akbar e Xavier a esta lista. A evolução da moda pode alterar de uma ou de outra forma as valências, mas o *topos* em si mantém-se dominante, congelando processos bastante complexos num memorável momento *Kodak*, e extraindo tanto sumo quanto possível destas dramáticas oposições estruturais. Contudo, muito se perde, obviamente, aqui. Cada um destes alegados «encontros» representava, de facto, uma cronologia e uma série de acontecimentos e não um único momento. Se os mal-entendidos existiram, eles não se mantiveram estáveis, e o grau de estabilidade era ainda menor quando as duas (ou mais) partes lidavam uma com a outra ao longo de um extenso período de décadas, senão de séculos. É precisamente este o problema que o historiador deve confrontar quando estuda a presença europeia no Sul da Ásia nos séculos XVI, XVII e início do XVIII.

Que a dinastia mogol e uma série de potências europeias gozaram de estreitas relações nos dois séculos que precederam a conquista de Bengala pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, na década de 1750, é um facto bem conhecido. Foram, no entanto, longos anos de duelos desconfortáveis, de disputas de posição, em que nenhuma das partes ganhou declaradamente, criando uma era de «conflito contido» cujo desenlace não poderia ter sido previsto pelos parti-

cipantes em 1600 ou mesmo 1700.⁷ Mas será que a proximidade engendrou mera paranóia ou uma percepção mais clara do Outro? Uns anos depois de a região ocidental do Sind ter caído nas mãos dos mogóis (em 1542), a administração portuguesa de Goa começou a ficar nervosa com as consequências desta expansão dos domínios de um vizinho já demasiado poderoso. Os mogóis tinham tomado o Guzerate no início da década de 1570, e Bengala no fim dessa década; as suas intenções imperialistas em relação ao Decão eram também bastante claras no início da década de 1590. O vice-rei português D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, expressava a sua percepção de uma parte da ameaça numa carta à Coroa de Habsburgo, datada de Dezembro de 1598. «Em 9 de Setembro me avisou Jerónimo Xavier, religioso da Companhia de Jesus que reside na corte de Equebar, que em huns rios que entrão muito pelas terras dentro mandava aprestar grande quantidade de fustas e três naos grandes, que se [i]maginava ser o seu intento ir sobre a fortaleza de Ormuz ou a de Diu, e posto que a juizo dos que bem entendem esta materia, haja nella muitas dificuldades para o Mogor poder effectuar este intento, facilitei as todas para me prevenir como se entendera que estava o enemigo prestes, avisando o capitão de Ormuz do que lhe convinha e provendo o do necessario, e ao de Diu da mesma maneira.»⁸

O provedor da Fazenda da Província do Norte, um certo Luís Álvares Camelo, foi assim enviado com pólvora e outros mantimentos para tomar conta das fortalezas no Guzerate e no golfo Pérsico e Vidigueira também activou a sua rede de espões nas cortes vizinhas. Todavia, ouviu dos jesuítas que as preparações mogóis tinham perdido uma certa dinâmica, já que a sua prioridade era agora a guerra iminente com os usbeques. Estes rumores coleccionados pelo vice-rei português tinham um curioso paralelo nos rumores anteriores que circulavam entre os mogóis (em 1592-1593), que os «soldados Firangi de Hurmuz» planeavam um ataque ao Sind em apoio do antigo monarca, Mirza Jani Beg.⁹ Nenhum

⁷ Ideias já analisadas em Sanjay Subrahmanyam, *The political economy of commerce: Southern India, 1500-1650* (Cambridge, 1990), cap. 5, «Europeans and Asians in an age of contained conflict».

⁸ Carta do conde da Vidigueira a Filipe III, BNL, Fundo Geral, Códice 1976, fl. 94v.

⁹ Abu'l Fazl, *Akbar Nāma*, vol. III, trad. H. Beveridge, reimpressão (Delhi, 1989), 972-73.

dos rumores parecia ter fundamento, e o historiador é obrigado a concluir que, pelo menos nestes exemplos, os vizinhos e rivais eram dominados por um espírito de paranóia, em vez de uma capacidade pragmática para avaliar o outro. Vimos noutra carta escrita pelo mesmo vice-rei português, em finais de Dezembro de 1599: «O rei Equebar tem pouco menos de sessenta annos de idade, estando na sua corte de Laor se retirou com dissimulacao por se recear de el rey da percia que se hia chegando muyto perto pelo reino dos Uzebeques, em que tinha entrado, e agora estava em Agraa, he grande capitão sagax e artifficioso: Anda desconfiado do filho mais velho, por quem teme que o matem com peçonha. E chamou outro mais moço, que tinha acomodado na parte dos seus reinos que comfina com Bemgalla, he insaciável o desejo que tem de se avisinhar e esta ilha [Goa], mas do inverno [monção] para quã esta suspensa a guerra que fazia ao reino do Mellique[...].»¹⁰

Mas o amplo sentido de ameaça mútua seria assim tão infundado? Será que os mogóis, como potência continental imensa, se limitaram a considerar o que quer que os «Francos» da distante Europa pudessem fazer como insignificante? As opiniões dos historiadores contemporâneos divergem bastante consideravelmente nesta questão. Há um quarto de século, um conhecido historiador definiu uma posição radical, ao afirmar com base num estudo do Guzerate do século XVI que «o controlo do comércio marítimo não era [...] um recurso político essencial à operação do sistema político do Guzerate». Isto significava que nem os sultões do Guzerate nem os mogóis após 1573 se sentiam realmente motivados para dar muita atenção à presença europeia, visto que «a glória não era ganha no mar» mas através de «cavalos galopando pela pradaria». ¹¹ Na década de 1980 esta perspectiva tornara-se suficientemente canónica para que o mesmo autor pudesse afirmar que «o contacto entre os dois lados foi mínimo, com a atitude mogol a ser de especial negligência e indiferença», e que «uma demonstração deste [facto] são as pouquíssimas referências (e as que existem bastante casuais) aos portugueses nas extensíssimas crónicas mogóis». ¹² Desde então outros questionaram esta visão, no início com hesitação e mais recentemente com

maior convicção e insistência. Podemos admitir, claro, que os mogóis tinham provavelmente um maior significado político para os portugueses do que o contrário, mas continua a ser interessante verificar que desde a década de 1530 quase todos os monarcas do Norte da Índia tiveram o cuidado de manter relações diplomáticas com Goa. É este o caso de Humayun, mas é também manifestamente verdade para a dinastia Sur afegã, que governou algum tempo na década de 1540 e no início da de 1550. ¹³

Mantém-se em aberto uma grande questão – qual a perspectiva xenológica dos mogóis quando nos afastamos das «extensíssimas crónicas mogóis»? Poderemos assumir que esta visão se centrava apenas nos vizinhos do Norte e do Ocidente, os otomanos, os safávidas e os shaibanids? Alguns autores defenderam que antes do fim do século XVIII, «a atitude prevalecte entre as classe letradas do império mogol terá sido uma falta de curiosidade pelos assuntos geográficos exteriores ao seu alcance de vista mais imediato» e que circulavam, por isso, as histórias mais absurdas acerca do mundo «para além do oceano». ¹⁴ Embora se possam acumular exemplos a favor desta ideia, haverá também provas de que os letrados da corte mogol tinham uma visão do mundo exterior empiricamente flexível e dinâmica. Poderíamos considerar textos como o atlas do mundo preparado na década de 1640 por Sadiq Isfahani, que embora contivesse figuras inevitáveis como Gog e Magog, constitui, não obstante, reflexo de uma nítida evolução, desde 1500, na concepção do mundo. ¹⁵ Podemos olhar igualmente para o trabalho anterior de Tahir Muhammad Sabzwari, o *Rauzat al-Tâhvirin*, dos primeiros anos do reinado de Jahangir, que inclui uma análise das circunstâncias que conduziram à desastrosa expedição ao Norte de África do rei D. Sebastião, a sua morte e a crise consequente em Portugal. ¹⁶ Tahir Muhammad tinha visitado Goa integrado numa missão mogol ao

¹³ Ver a troca de cartas entre D. João de Castro e Islam Shah Sur a partir de 1546, in Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, ed. J. D. M. Ford (Cambridge [Mass.], 1936), 59-65, 72-74.

¹⁴ Simon Digby, «Beyond the ocean: Perceptions of overseas in Indo-Persian sources of the Mughal period», *Studies in History* (N. S.), vol. xv, n.º 2 (1999): 249.

¹⁵ Irfan Habib, «Cartography in Mughal India», *The Indian Archives*, vol. xxviii (1980): 88-105.

¹⁶ Cf. «Rauzatu-t Tahirin of Tahir Muhammad», in H. M. Elliot e J. Dowson, *The History of India as told by its own historians: The Muhammadan Period*, vol. vi (Londres, 1875): 195-200. Esta é uma síntese que poderá, de certa maneira, induzir em erro, e agradeço a Muzaffar Alam uma leitura mais cuidada do conteúdo do Livro 5, do manuscrito na Bodleian Library, Oxford.

¹⁰ Carta do conde da Vidigueira a Filipe III, datada de 23 de Dezembro de 1599, BNL, Fundo Geral, Códice 1976, fl. 141v-142r.

¹¹ M. N. Pearson, *Merchants and Rulers in Gujarat: The response to the Portuguese in the sixteenth century* (Berkeley, 1976), 89-91.

¹² M. N. Pearson, *The Portuguese in India* (Cambridge, 1987), 53.

Estado da Índia, e é claro que utilizou o seu tempo para recolher informação acerca dos portugueses na Ásia e da política na Europa.

De pouco servirá, portanto, contrastar as fontes mogóis sobre os europeus – na melhor das hipóteses, escassas, na pior, fantasiosas – com as existentes nos arquivos europeus da época – com exageradas pretensões de transparência e segurança empírica. O estudo deste segundo conjunto de documentação requer que encaremos os preconceitos acumulados ao longo de várias gerações sobre o estatuto empírico do autor europeu que escreveu sobre a Índia da época moderna. Há alguns anos ainda era possível, e mesmo desejável, fazer uma leitura diagonal dos documentos europeus dos séculos XVI e XVII relativos ao Sul da Ásia, procurando neles «factos» como preços, salários, temperaturas, o número de dias que uma caravana demorava desde Surrate até Burhanpur ou como funcionava a *hundî* (letra de câmbio) no império mogol. Foi nesta tradição que, confesso, fui treinado, como um aprendiz de historiador económico, tentando domesticar os vastos e (na verdade indomesticáveis) documentos que os arquivos de Goa, Paris, Veneza, Lisboa, Simancas, Madrid e Haia disponibilizavam. Era uma tradição em que, citando Ashin Das Gupta, «O mundo do oceano Índico [era] finalmente reconhecido e, nele, a história do comércio [era] mais importante do que a história da política».¹⁷ A certa altura, através de alguma alquimia que retrospectivamente é difícil reconstruir, todas as regras do jogo tinham de repente mudado. Em vez de «arquivos», os colegas falavam de «textos» ou «do arquivo». Em vez de ambiciosas visões macroscópicas, leituras cuidadas de certas obras tinham-se tornado a regra. Em vez de se assumir que nos arquivos europeus residia a verdade sobre os antigos assuntos que os documentos nas línguas do Sul da Ásia se recusavam obstinadamente a revelar, a própria construção da documentação europeia passou a ser desconstruída. Havia um gozo inicial neste exercício, visto que muitos que trabalhavam, por exemplo, no Algemeen Rijksarchief (Arquivos Gerais do Estado – hoje em dia o Arquivo Nacional) em Haia sempre tinham suspeitado que o «discurso» dos feitores da VOC era inerentemente problemático na forma como retratava as comunidades mercantis, as entidades políticas e as sociedades asiáticas. Certas hegemonias e tiranias conhecidas estavam a ser, aparentemente, derrubadas. À medida que o tempo passou, e sob muitos aspectos, a distância entre

estas análises de texto, altamente subtis, e os escavadores diligentes de arquivos, alargou-se.¹⁸ Estes últimos têm-se recusado a pegar no manto abandonado, sabendo perfeitamente que, em geral, não podem responder para que audiência é que Jean-Baptiste Tavernier escrevia, quais eram as suas influências intelectuais ou mesmo quais as coordenadas adequadas à leitura inter-textual das suas viagens.

No entanto, do outro lado continuaram também por resolver muitas questões importantes. Consideremos uma obra publicada há alguns anos por Kate Teltscher, que analisa o que europeus e britânicos escreveram sobre a Índia entre 1600 e 1800, bastante bem recebida na Grã-Bretanha e no Sul da Ásia.¹⁹ Começando com a pergunta «Quem tinha autoridade para falar pelo subcontinente?», a autora analisa uma série de textos publicados em língua inglesa dos séculos XVII e XVIII, mas procura simultaneamente manter uma distância saudável entre a sua análise e a de Edward Said em *Orientalism* (1978). É sugerido que «os textos sobre a Índia são mais complexos e contraditórios do que a perspectiva de Said sobre tais escritos concede», e que em vez de necessariamente reforçarem as noções europeias de superioridade, as imagens trazidas da Índia e apresentadas a uma audiência europeia continham «elementos problemáticos e ambíguos». Os jesuítas e os luteranos viam as questões de forma diferente; mesmo os empregados da Companhia Inglesa das Índias Orientais tinham opiniões diferentes na altura, por exemplo, do *impeachment* de Warren Hastings. Mas este período de complexidade, senão mesmo cacofonia, é transformado com a derrota de Tipu sultão de Mysore em 1799. Agora, «os britânicos começam a falar pelo seu império indiano», ou, como se diz no último capítulo, «a pena imperial reescreve a Índia com mais segurança e a mão mais firme».

Como alguns trabalhos recentes que criticam a abordagem saidiana, usando textos de viagens europeus e outros documentos relacionados dos séculos XVII e XVIII – como a monografia de Lisa Lowe sobre o orientalismo britânico e francês, de Lady Mary Montagu a Roland Barthes – a obra de Teltscher ainda deixa

¹⁸ Para uma corajosa tentativa de definir um meio-termo, ver Stuart Schwartz, ed., *Implicit Understandings: Observing, Reporting, and Reflecting on the Encounters between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era* (Nova Iorque, 1994).

¹⁹ Kate Teltscher, *India Inscribed: European and British Writings on India, 1600-1800* (Deli, 1995).

¹⁷ Recensão de Das Gupta a Furber, *Rival Empires...*, 315.

alguns historiadores profundamente incomodados.²⁰ O propósito declarado de tal trabalho, para usar a melíflua prosa de Lowe, é «desafiar e resistir à lógica binária do Outro com a historicização da estratégia crítica de identificação do Outro como, ela própria, um modo de produção discursivo». Como é que os europeus podiam «falar pela Índia» se os luteranos e os jesuítas discordavam no século XVIII do estatuto dos «ídolos»? A palavra-chave em muito deste tipo de análise, «historicizar», na verdade significa, para todos os efeitos, «relativizar». Assim, com mais um passo de retórica, o único interesse que estes textos sobre a Índia possuem é em termos de uma análise das sociedades europeias e suas auto-representações. Assim sendo, torna-se possível usar procedimentos hermenêuticos explícitos sem que haja, por parte dos autores das análises, um conhecimento significativamente mais alargado ao Sul da Ásia.

Consideremos o que será um dos mais fortes representantes deste género, o longo ensaio, imensamente erudito e brilhante da falecida Sylvia Murr acerca da leitura que François Bernier fez da concepção da construção política no império mogol.²¹ A abrir, Murr escreve que «devemos sempre partir do princípio de que a informação sobre os mogóis [no texto de Bernier]... não é confiável e não tem qualquer interesse a não ser quando confirma um corpo de informação suficientemente grande que derive de fontes independentes e heterogêneas. Por outras palavras, nunca podemos ter a certeza de que o que Bernier diz acerca da Índia mogol, que pretende ter visto entre 1658 e 1666, é verdade [...]». Esta parece ser uma afirmação pouco excepcional, mas perguntamo-nos porque é que o Dr. Bernier está a ser individualizado para este tratamento. Deveríamos ler o trabalho de Abu'l Fazl, *Â'in-i-Akbari*, ou o de Seyyidi 'Ali Re'is, *Mir'at ul-memâlik*, quando escrevem sobre os mogóis? O facto de Abu'l Fazl ter nascido numa família 'âlim indiana tornará a sua informação «fiable par elle-même»?²² Podemos simpatizar com o espanto de Murr quando menciona, em nota de rodapé, que «mesmo os historiadores indianos que têm acesso a fontes que claramente julgam mais fiáveis (em persa ou em línguas vernáculas) – como Jadunnath [sic] Sarkar, que usa os anais e arquivos oficiais, os *Alamgirnamah*,

e outras memórias e histórias daquele tempo [...] – todavia citam Bernier frequentemente para apoiarem o que dizem». Trata-se certamente de um exemplo do prestígio que um texto europeu continua aos olhos de Sir Jadunath, mostrando-nos como funcionava no fim do período colonial um ramo da historiografia medieval indiana, mas dele não podemos retirar profundas conclusões gerais sobre o estatuto epistemológico relativo de, digamos, o *'Âlamgîr Nâma* ou o relato de Bernier.

Tenho procurado responder a estas questões, ao mesmo tempo que procuro esboçar o funcionamento da complexa relação dialéctica entre a sociedade da época moderna no Sul da Ásia e os seus observadores europeus, numa série de amplas reflexões cronológicas acerca da produção de um conjunto de acções e percepções, textos e arquivos. Para uma perspectiva de longo prazo, poderíamos começar no final do século xv, quando os portugueses chegaram ao oceano Índico e a partir da primeira década do século seguinte começaram o processo de criação de um império marítimo a que só mais tarde dariam o nome de Estado da Índia. Este império, fundado sob os governos de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque, com bases principais em Goa e Cochim, não tinha contactos substanciais com o Norte da Índia, pelo menos nas primeiras décadas da sua história. Os portugueses cobiçavam periodicamente o porto de Diu, no Guzerate, mas foi só no final da década de 1520 que realizaram movimentações sérias nessa direcção.

Os mogóis, dinastia descendente dos timúridas e dos chinggisides, por seu lado, começaram o processo de construção de império no Sul da Ásia um quarto de século após a chegada de Vasco da Gama a Calecute, e os portugueses foram por isso testemunhas privilegiadas das suas actividades, desde os tempos de Zahir al-Din Muhammad Babur (d. 1530). Os mogóis eram assim, a um mesmo tempo, um objecto etnográfico para os portugueses, como um dos três grandes impérios do oceano Índico ocidental (com os safávidas e os otomanos), e adversários potenciais, cujos movimentos tinham de ser observados e enfrentados. O conhecimento português – e, mais tarde, europeu – dos mogóis foi sendo criado ao mesmo tempo que os portugueses/europeus desenvolviam as suas concepções políticas, por vezes maquiavélicas, sobre os mogóis e outras entidades políticas da região.

Como consequência, ocorreu um curioso processo de contaminação conceptual. A teoria do poder político que homens como Albuquerque e D. João de Castro abraçavam baseava-se numa

²⁰ Lisa Lowe, *Critical Terrains: British and French Orientalism* (Ithaca, Nova Iorque, 1991).

²¹ Sylvia Murr, «Le politique 'au Mogol' selon Bernier: Appareil conceptuel, rhétorique stratégique, philosophie morale», *Purusârtha*, n.º 13 (1990), 239-311.

²² «Fiável por si mesma», em francês no original (*N. T.*).

concepção de semelhança implícita, em que vários actores singulares se deviam ligar num sistema de alianças e oposições para atingirem um equilíbrio. A constituição interna de diferentes entidades políticas pouco espaço teórico tinha nesta construção da questão. Contudo, todo o exercício etnográfico, para o qual contribuíram missionários e leigos, baseava-se na noção de identificação, enumeração e posterior teorização sobre a diferença, e prosseguia na assumida implícita superioridade do observador sobre o observado em termos de constituição interna social e política. Como é que estas duas concepções coexistiam e como se influenciavam mutuamente? Os historiadores do pensamento político na Europa desenvolveram muitos esforços no sentido de demonstrar como é que, apesar da «reputação cada vez mais sinistra» que Maquiavel tinha, as suas ideias se espalharam e criaram uma situação tal, que outros pensadores dos séculos XVI e XVII também se tornaram «habitantes do universo moral de Maquiavel». ²³ A ideia de que o «engano proveitoso» podia ser praticado, se os interesses da comunidade ficassem assim protegidos, terá certamente despertado reacções, em especial quando aqueles sobre quem tal engano ia ser praticado não eram cristãos.

Podemos então considerar um momento maquiavélico singular: o afogamento em Fevereiro de 1537 do sultão do Guzerate, Bahadur Shah, durante conversações com o governador português Nuno da Cunha (1529-1538). É um acontecimento cujas ramificações se mantêm envoltas em mistério, pois embora os portugueses tivessem os meios e o motivo, nunca admitiram nos seus escritos terem morto o sultão. Esta morte foi o culminar de um processo (e em parte o resultado da pressão mogol sobre o Guzerate), bem como o início de outro (o desmembramento do sultanato do Guzerate). Mesmo que as fontes portuguesas se mantenham ambíguas acerca do que terá exactamente acontecido e porquê, os cronistas do mundo islâmico da época foram muito claros. Temos assim a percepção de um autor do Sul da Arábia, que escreve: «Neste ano [943 H.] na segunda-feira, 3.º dia do mês do Ramadão, ou no 4.º do Ramadão, o sultão Bahadur Shah, senhor do Guzerate, foi morto, sendo assassinado pelo Franco. Aconteceu desta forma – que uma frota (*tajhîz*) do Franco chegou a Diu do Sul (*fî sâfil*), e quando chegaram ao porto de Diu, o sultão Bahadur embarcou, expondo a sua própria pessoa ao perigo no

bote de Khwaja Safar Salman, para os encontrar, acompanhado por uns dez dos seus ministros e pelo Khwaja Safar Salman. Quando lá chegou deram as boas-vindas e mostraram muita simpatia (*ikerâm wa hismah*) para com ele, e de apoio contra os seus inimigos os mogóis que tinham tomado o país dele – como foi relatado para o ano de [93]7. [Contudo] repreenderam-no por ter enviado os navios a Jiddah como já foi mencionado, [e] que tudo quanto pretendia era incitar os turcos (*arwâm*) contra eles. Absolveu-se dizendo: «A minha intenção era apenas ir em peregrinação até eles, mas ninguém, para além do *wazîr* e alguns da minha família, concordou em ir na peregrinação’. Mas não acreditavam nele e quando se foi embora enviaram dois botes no encalço dele mas enfrentou-os com bravura até que ele e os ministros que o acompanhavam foram mortos, todos excepto o Khwaja Safar, porque foi poupado.» ²⁴

Daqui se podia retirar que, na perspectiva deste autor, a condução da política e da diplomacia entre os francos era de tal ordem que deles se podia esperar qualquer tipo de chicana. Podemos assim partir para a análise dos acontecimentos que terminaram na conquista mogol do Guzerate, em 1573, numa sequência lógica relativa. Os dois famosos cercos de Diu (em 1538 e 1546) ocupam uma parte deste espaço intermédio e são momentos que produzem considerável volume de textos em português, imbuídos de uma construção implícita da natureza da política asiática islâmica. Alguns destes textos, como a *História do Primeiro Cerco de Diu*, de Lopo de Sousa Coutinho, e a *Crónica de D. João de Castro*, de Leonardo Nunes, mereceriam um estudo mais aprofundado, bem como os materiais visuais apensos a alguns dos textos, como o de Jerónimo Corte-Real. ²⁵

Na minha opinião, a imagem de uma espécie de Despotismo Oriental *avant la lettre* foi assim criada e aplicada por estes observadores portugueses aos sultanatos indianos como Guzerate, Bijapur e Ahmadnagar e, mais tarde, aos mogóis. Começando no grande intelectual e cronista do Renascimento João de Barros, é necessário ouvir as várias vozes que existiam no discurso etno-político português, nomeadamente os autores de obras em muitos

²⁴ R. B. Serjeant, *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles* (Oxford, 1963), 75-76.

²⁵ Lopo de Sousa Coutinho, *História do Primeiro Cerco de Diu*, Lisboa, 1890; Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, ed. J. D. M. Ford (Cambridge [Mass.], 1936); Jerónimo Corte-Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, ed. Martim de Albuquerque (Lisboa, 1991).

²³ Quentin Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought: volume One, The Renaissance* (Cambridge, 1978), 248-249.

volumes, como Gaspar Correia e Diogo do Couto, e igualmente vozes relativamente «menores» como António Pinto Pereira e António Bocarro.²⁶ Esta tradição de escrita continuou e foi desenvolvida no século XVII por autores holandeses como Johannes de Laet (*De Imperio Magni Mogolis*), Wollebrant Geleynssen de Jongh e Francisco Pelsaert (*Kroniek en Remonstrantie*), mas seria elevada a verdadeira arte pelo veneziano Niccolò Manuzzi na enorme *Storia del Mogol* em cinco partes.²⁷ Concentrar-me-ei em algumas destas figuras, ao mesmo tempo que analiso o corpo como um todo; o cronista Diogo do Couto (1542-1616) é, claro, um lugar ideal para este tipo de exercício.²⁸ E entre os principais actores políticos parece interessante escolher um dos mecenas de Couto, o vice-rei do Estado da Índia, D. Francisco da Gama (1565-1632), que nos legou um conjunto considerável de cartas e papéis.²⁹

O pano de fundo das formulações que analisarei compreende o desenvolvimento das relações entre os mogóis, os sultanatos regionais, e os portugueses, os holandeses, os ingleses e os franceses no oceano Índico ocidental (Sind e Guzerate) e na baía de Bengala. É necessário contextualizar estas relações políticas e comerciais olhando para outros importantes processos culturais autónomos, nomeadamente a persianização das entidades políticas do subcontinente indiano e a criação de mecanismos defensivos («mercantilistas») que mediavam contactos comerciais transculturais. Ao mesmo tempo, torna-se necessário explorar o reverso da medalha, ou seja, a imagem dos europeus (e em especial dos ibéricos) na literatura indo-persa dos séculos XVI e XVII. Será que a hierarquização de culturas, parte do processo de persianização, pode ser comparada

²⁶ Para uma análise de alguns destes autores e suas observações de um único objecto, um complexo de templos no Sul da Índia, Sanjay Subrahmanyam, «An Eastern *El-Dorado*: The Tirumala-Tirupati Temple-Complex in Early European Views and Ambitions, 1540-1660», in David Shulman, ed., *Syllables of Sky: Studies in South Indian Civilization in Honour of Velcheru Narayana Rao* (Deli, 1995): 338-390.

²⁷ Willem Caland, ed., *De Remonstrantie van W. Geleynssen de Jongh*, Haia, 1929; D. H. A. Kolff e H. W. van Santen, eds., *De Geschriften van Francisco Pelsaert over Mughal Indië, 1627: Kroniek en Remonstrantie* (Haia, 1979). Nenhum destes textos foi publicado no século XVII, mas ver, para o contraste, Joannes de Laet, *De Imperio Magni Mogolis, sive India vera, Commentarius ex variis auctoribus congestus* (Leiden: Elzevirs, 1631).

²⁸ Cf. António Coimbra Martins, *Em torno de Diogo do Couto* (Coimbra, 1985).

²⁹ Para mais pormenores, ver capítulos 3 e 4, *supra*.

com o discurso etno-político da documentação europeia? Em que medida lidamos com uma relação assimétrica?³⁰

Um «laboratório» possível onde se juntam muitos destes temas é a relação difícil e atormentada entre os europeus e o poder mogol sob Akbar (c. 1556-1605) e seus sucessores. Se habitualmente a atenção é centrada na compreensão jesuíta de Akbar (através de António Monserrate e de Jerónimo Xavier), poderíamos perfeitamente desviá-la, com a ajuda de documentação de arquivo, para a relação «secular» e política, bem como para a construção europeia do distante passado mogol, em especial nas crónicas de Diogo do Couto e de Niccolò Manuzzi. As consequências da expansão mogol no Decão, nas duas últimas décadas do século XVI, tiveram um impacto crucial na relação dos mogóis com os portugueses; na verdade, a documentação portuguesa devia ser contraposta tanto às grandes crónicas indo-persas (*Akbar Nâma* de Abu'l Fazl, *Muntakhab al-Tawârikh* de Badayuni, e *Gulshan-i Ibrâhîmî* de Ferishta) como a textos menos conhecidos do período, como os relatórios sobre o Decão do início da década de 1590 feitos por Shaikh Faizi nas suas cartas a Akbar.

Em jeito de síntese, o que pretendo defender é que a história dos «acontecimentos» não deveria ser negligenciada no exercício mais alargado da história das «mentalidades»; um dos pontos metodológicos que procurarei demonstrar é que as tensões e as formas de percepção estruturais apenas podem ser lidas a partir da filigrana dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, este trabalho possui uma agenda comparativista implícita. Durante anos, cavou-se um grande e estranho fosso entre os estudos da Ásia e os do Novo Mundo na época moderna. Enquanto os autores de estudos sobre a América Latina têm cabalmente demonstrado como é que o discurso político dos espanhóis no Novo Mundo e a construção etnográfica de sociedades pré-coloniais e coloniais estavam intimamente ligados, os historiadores da Ásia não têm conseguido (com muito poucas excepções) explicar a ligação entre a política e a prática de etnografia nos séculos XVI e XVII.³¹ Para a maior parte dos académicos é apenas no final do século XVIII, com a criação do império britânico na Índia,

³⁰ Para uma primeira abordagem destes problemas, ver Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «From an Ocean of Wonders: Mahmûd bin Amîr Walî Balkhî and his Indian travels, 1625-1631», in Claudine Salmon, ed., *Récits de voyage des Asiatiques: Genres, mentalités, conception de l'espace* (Paris, 1996), 161-189.

³¹ Cf. Serge Gruzinski, *La colonisation de l'imaginaire: Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol, XVII^e-XVIII^e siècles* (Paris, 1988); Anthony

que estas conexões começam a fazer-se. As formulações que até agora surgiram são por isso fortemente influenciadas pela agenda e pela metodologia estabelecidas pela posição poderosa mas tendenciosa de Edward Said em *Orientalism*, mesmo no caso dos que procuram qualificá-la ou refutá-la, tal como Teltscher e Lowe. É evidente que a comparação entre o Sul da Ásia e a América espanhola tem os seus limites, especialmente porque, no primeiro caso, persistiram estruturas políticas e culturais poderosas e independentes para lá do século XVI, ao contrário do que aconteceu no segundo caso. É precisamente por isso que precisamos de contrabalançar a documentação europeia sobre o Sul da Ásia não com *La Vision des Vaincus* («a visão dos vencidos», como a obra clássica de Nathan Wachtel de há um quarto de século a descrevia), mas com uma perspectiva bem mais complexa e, frequentemente, autoconfiante.

O meu propósito é então sugerir, num esboço muito preliminar, uma «pré-história» do orientalismo institucionalizado, contribuir para o debate acerca do início da noção de Despotismo Oriental aplicada à Índia e relacionar isto com a concepção emergente de *Realpolitik*, tanto a concebida e teorizada na Europa como a praticada na Ásia. Ainda que privilegie a documentação textual, não poderei negligenciar, de todo, a discussão de materiais visuais. Os portugueses eram muitas vezes retratados nas miniaturas mogóis e também aparecem nas principais crónicas mogóis como os «utilizadores de chapéu» por excelência (*kulah-poshân*). Por seu lado, muitos textos europeus da época contêm ilustrações elaboradas e existem várias representações pictóricas avulsas, de cenas do Sul da Ásia destinadas ao público europeu.

Neste contexto, deve ser concedido particular destaque à já referida obra de Niccolò Manuzzi (1638-1717), o volumoso *Storia del Mogol*, convencionalmente usada pelos historiadores indianos como uma das principais «fontes» para a história dos finais do império mogol.³² Deixando Veneza em Novembro de 1651 e passando por Ragusa, Esmirna, Erzurum, Tabriz e muitos outros centros

Pagden, *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism* (Londres, 1993).

³² Niccolao Manucci [Niccolò Manuzzi], *Mogul India, or Storia do Mogor*, tr. William Irvine, 4 vols. (Londres, 1907-1908) (reimpressão, Delhi: Low Price Publications, 1990). Infelizmente, o texto original completo de Manuzzi nunca foi publicado, apenas as suas primeiras secções. Para estas secções (que não incluem os vols. III e IV da tradução), ver Piero Falchetta, ed., *Storia del Mogol di Nicolò Manuzzi veneziano*, 2 vols. (Milão, 1986).

do Médio Oriente, Manuzzi chegou ao porto de Surrate na Índia ocidental em Janeiro de 1654. No início da estadia indiana esteve ao serviço do príncipe mogol Dara Shikoh, o irmão mais velho e rival mal-sucedido de Aurangzeb. Depois da morte violenta de Dara, Manuzzi passou um longo período de quase um quarto de século em busca de protector e de emprego estáveis. Um dos seus mecenas na época foi o príncipe mogol Shah Alam, para quem trabalhou como físico, apesar da sua parca formação nessa área. A partir de 1686 as suas três últimas décadas de vida foram passadas no Sul da Índia, no território inglês de Madrastra, e na possessão francesa de Pondicherry.

Manuzzi escreveu o seu texto «para benefício de viajantes, mercadores e missionários» (*per beneficio dy caminanty, mercanty y missionary*), e justifica-o da seguinte maneira: «Embora outros autores [...] tenham produzido alguns relatos do império do Mugole, mas como é sabido que não estavam bem informados, e além disso não tiveram o tempo necessário para conhecer a grandeza, riqueza, domínio, poder, política e o resto – como pode ser visto pela minha descrição que enviei e continuarei a enviar – todas estas razões me obrigaram a enviar esta minha curiosidade [trabalho] para França.» A crítica implícita é, acima de todos, ao influente viajante e escritor francês François Bernier. Contudo, paradoxalmente, uma primeira e muito distorcida versão de algumas partes da obra foi publicada em francês pelo jesuíta François Catrou em 1705, e apenas recentemente foram editados e publicados, por Piero Falchetta, os primeiros volumes do texto original de Manuzzi, com as valiosas ilustrações encomendadas pelo veneziano. Algumas são bastante mal executadas mas mesmo assim constituem interessantes cópias de miniaturas mogóis; outras são exemplos originais impressionantes de representação «etnográfica», provavelmente pintadas por artistas indianos na região de Madrastra.

A abordagem que Manuzzi faz da política, da religião e das percepções «indígenas» destas e de outras questões, o uso gratuito de citações persas para provar o conhecimento autêntico do país (lembrando uma versão barata do viajante italiano seu precursor, Pietro della Valle) e a sua posição marginal tanto no que diz respeito ao império mogol como aos impérios comerciais europeus que se estabeleciam na altura, mereceriam um estudo de larga escala.³³ Mas

³³ Sobre Della Valle, ver por exemplo John D. Gurney, «Pietro Della Valle: The Limits of Perception», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*,

algumas pistas aqui ficam, sugerindo que o texto de Manuzzi é um híbrido, produto de uma série múltipla de mestiçagens, através de culturas europeias, entre elementos indianos e europeus, e entre tradições textuais e representacionais persas e vernáculas. Até os historiadores de arte têm tido dificuldade em saber como classificar muitas das imagens que acompanham estes volumes – como pintura «mogol», como pintura «do Sul da Índia» ou como pintura «dos princípios da Companhia».

Afirmarei então que Manuzzi é o contraponto, em alguns aspectos, do cavaleiro indiano ocidentalizado de educação persianizada que escreveu textos xenológicos no século XVIII, o período em que aparecem os primeiros relatos de viagens pela Europa feitos por indo-persas. Embora estes textos tenham recebido muito mais atenção do que outros relatos em persa de viagens pelo interior da Ásia, em parte porque os «xenologistas» indianos permanecem preocupados com o problema da identidade indiana definida sob o olhar europeu, há muito trabalho que continua por fazer.³⁴ Como sabemos, os autores britânicos do início do período colonial estavam particularmente interessados no modo como eles próprios e as suas civilizações eram vistos pelos indianos, facto que deve explicar a precoce notoriedade de, por exemplo, *Mas̄r-i Tālibī fī bilād-i afranjī* (*As Viagens de Talib na Terra dos Francos*) de Mirza Abu Talib Khan Isfahani, traduzidas para inglês por Charles Stewart em 1810.³⁵ O autor, que viajou entre 1799 e 1803, tinha uma visão nem sempre lisonjeira para com os ingleses mas suficientemente agradável, pois contrastava o vigor da Albion com a decadência indiana. Também bem conhecido é o *Shigraḡ-nāma-i wilāyat* (*Livro das Maravilhas de Inglaterra*) de Mirza Shaikh I'tisam al-Din, escrito em 1785, contando as viagens do autor duas décadas antes, nos meses de Janeiro de 1766 a Outubro-Novembro de 1769.³⁶ É interessante

notar que neste caso o texto persa nunca foi publicado mas traduções em urdu, e em inglês gozaram de ampla circulação. Ainda mais recentemente, Simon Digby chamou a nossa atenção para um manuscrito não publicado em seu poder, a *Tārīkh-i jadīd* (ou *Nova História*) de Munshi Isma'īl, que relata a viagem do autor a Inglaterra no início da década de 1770³⁷. Da mesma década Digby assinala a existência de outro texto indo-persa (igualmente por publicar), o *Risāla-i ahrwāl-i mulk-i Firang-o-Hindustān* de Mir Muhammad Husain bin 'Abd al-Husaini, que narra viagens a Lisboa e Londres desde Calcutá, por volta de 1774.

O grosso destes relatos foi escrito por autores que acompanharam ingleses de regresso à pátria, numa ou noutra função, como *munshīs*, como escritvães, mas também (no caso de Abu Talib) como cavaleiros a gozar o seu lazer. Pode-se imaginar que a produção destes textos teria sido em parte indirectamente encorajada pelos britânicos, pois serviam para sublinhar as «maravilhas» de *Wilāyat*, e a superioridade da tecnologia ocidental, ainda que contivessem comentários depreciativos em relação à comida, às maneiras, ao funcionamento social ou mesmo ao clima. Contudo, os textos têm de ser separados de outros relatos, fontes de informação secreta política e económica para os britânicos, também da autoria de indianos no final do século XVIII e início do XIX. Nestes últimos o objectivo era mais premente e funcional, e estavam organizados como um questionário implícito, forçando os seus autores a observar determinadas questões requeridas pelo aparelho de recolha de informação colonial. Nesta categoria cabem muitos textos sobre as rotas de comércio que ligavam o Norte da Índia à Ásia central, tanto a vertente ocidental para o Afeganistão e o Irão, como a oriental, para a Yarkand; existem igualmente relatos de rotas de comércio na própria Índia, que fazem o paralelo com relatos de viagens de escritores coloniais, como Francis Buchanan.³⁸ É destes relatos que derivam as primeiras

vol. XLIX, 1 (1986): 103-116; também Ettore Rossi, «Versi turchi e altri scritti inediti di Pietro della Valle», *Rivista degli Studi Orientali*, vol. XXII (1947): 92-98.

³⁴ Cf. Tapan Raychaudhuri, «Europe in India's Xenology: The Nineteenth-Century Record», *Past and Present*, n.º 137 (1992): 156-82.

³⁵ Mirza Abu Talib Khan Isfahani, *Mas̄r-i Tālibī fī bilād-i afranjī*, eds. Mirza Husain 'Ali e Mir Qudrat 'Ali (Calcutá, 1812); também Charles Stewart, trad., *The Travels of Mirza Abu Talib Khan in Asia, Africa and Europe during the Years 1799-1803*, 2 vols. (Londres, 1810).

³⁶ J. E. Alexander, *Shigraḡ namah-i-velaēt: Or excellent intelligence concerning Europe; being the travels of Mirza Itesa Modeen, translated from the original Persian manuscripts into Hindostanee, with an English version and notes* (Londres, 1827); para uma tradução mais recente do persa para o inglês (via Bengali), ver Mirza

Sheikh I'tesamuddin, *The Wonders of Vilayet: being the Memoir, originally in Persian, of a visit to France and Britain in 1765*, trad. Kaiser Haq (Leeds, 2001).

³⁷ Munshi Isma'īl, *Tārīkh-i jadīd*, Mss, Simon Digby Collection (completado em Novembro de 1773); para uma análise, ver Simon Digby, «An eighteenth century narrative of a journey from Bengal to England: Munshi Ismā'il's *New History*», in Christopher Shackle, ed., *Urdu and Muslim South Asia: Studies in Honour of Ralph Russell* (Deli, 1991): 49-65.

³⁸ Cf. a título de exemplo, D. Henderson, trad., *Travels in Central Asia by Meer Izzut Oollah, 1812-1813* (Calcutá, 1872); Mohan Lal, *Journal of a Tour through the Panjab, Afghanistan, Turkistan, Khorasan and Part of Persia, in Company with Lieut.*

tentativas da Companhia de mapeamento da geografia económica do Sul da Ásia, bem como dos centros de várias dimensões de onde se poderia esperar resistência militar. Paradoxalmente, estes textos, produto das exigências do início do poder colonial, acabam por se assemelhar – pelo menos num sentido formal – a certos relatos de viagens chineses, escritos no estilo de gazetas por letrados oficiais do período Ch'ing e mesmo anteriores.³⁹

Tentei defender que temos à nossa disposição várias estratégias de interpretação, que nos permitem evitar tanto as armadilhas das técnicas de leitura diagonal caricaturadas no início como a análise textual exclusivamente concentrada no autor, em vez de no seu objecto declarado. Alguns destes comentários correrão o risco de soar prosaicos a alguns dos meus leitores, praticantes do que eu, autocomplacentemente, estive aqui a pregar. E certos documentos por mim analisados poderão parecer demasiado familiares aos historiadores do império mogol ou da presença europeia no fim da era pré-colonial na Índia. Esforcei-me por misturar a leitura de textos publicados com material de arquivo e por usar fontes de proveniência tão diversa quanto possível, não ignorando a análise destes materiais feita por académicos literários, do mundo ibérico e da Inglaterra dos Tudor e dos Stuart. Mas escolhi deliberadamente um ângulo diferente de ataque, mais adaptado às capacidades e predilecções do historiador que usa os arquivos. A história das interacções europeias com o Sul da Ásia na época moderna está longe de se esgotar olhando para Camões, Shakespeare ou Dryden; pelo contrário, estaremos provavelmente muito mais bem servidos se procurarmos em Abu'l Fazl, Khafi Khan, Diogo do Couto ou Francisco Pelsaert o que estava realmente em questão quando mogóis e francos se confrontaram ao longo de vários séculos.

Burnes and Dr. Gerard (Calcutá, 1834); Ahmad Shah Naqshbandi, «Narrative of the Travels of Khwajah Ahmud Shah Nukshbunde Syud», *Journal of the Asiatic Society of Bengal*, vol. xxv, 4 (1856); e *Idem*, «Route from Kashmir, via Ladakh to Yarkand by Ahmad Shah Nakshahbandi», *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, vol. xii (1850). Para uma análise recente, ver também Maria Szuppe, «En quête de chevaux turkmènes: Le journal de voyage de Mir 'Izzatullâh de Deli à Boukhara en 1812-1813», *Inde-Asie Centrale. Routes du commerce et des idées*, Cahiers d'Asie Centrale n.ºs 1-2 (1996): 91-111.

³⁹ Cf. por exemplo, Claudine Salmon, «Wang Dahai et sa vision des 'Contrées insulaires' (1791)», *Études chinoises*, vol. xiii, n.ºs 1-2 (1994): 221-257.

Capítulo 7

O Guzerate mogol e o mundo ibérico na transição de 1580-1581

Não sei se já alguma vez reparou, mas a verdade é que nunca houve uma oposição que não tenha mudado de rumo quando tomou conta do leme. E, sabe, não é como se pensa, algo que é assim mesmo. Pelo contrário, é muito importante. A verdade é que isso é a causa daquilo a que chamo o núcleo duro, a coisa com que podemos contar, o *continuum*, na política!

Robert Musil, *O Homem Sem Qualidades* (1930)¹

Introdução

Depois de um longo período de desdém, de inspiração estruturalista, pela *histoire événementielle*, os historiadores da época moderna, mais recentemente, voltaram a considerar o significado dos acontecimentos e da confluência de processos interligados. Em consequência, o habitual recurso, na história da interacção euro-asiática, às noções interdependentes de «crises» e «pontos de viragem», conceitos-chave que explicam a passagem de um «complexo estrutural» para outro, tem sido mais questionado do que há duas décadas. Este capítulo debruça-se sobre um momento de transição potencialmente «dramá-

¹ Robert Musil, *Der Mann ohne Eigenschaften*, traduzido para o inglês como *The Man Without Qualities, Two: The Like of It Now Happens (II)*, trad. Eithne Wilkins e Ernst Kaiser (Londres, 1979), 415. As palavras são ditas por uma personagem, o conde Leinsdorf. (N. T.: tradução para português feita a partir da tradução inglesa).

«tico» no mundo ibérico – a passagem de Portugal e do seu império para a Coroa dos Habsburgos em 1580-1581 – visto a partir da perspectiva de uma região periférica ao mundo ibérico – a Índia ocidental sob os mogóis. Pretendemos ultrapassar a metodologia que escolhe apenas momentos no tempo e no espaço que refractam complexos institucionais inteiros, e que retiram do emaranhado da história noções absolutas, mas muitas vezes quiméricas, sobre «revoluções» e «crises estruturais».

A conquista da região do Guzerate, na Índia ocidental, pelos mogóis em 1572 contribuiu indubitavelmente para um aprofundamento das relações entre esse estado e o Estado da Índia português, que aí estabelecera uma presença na primeira metade do século XVI. Um contacto mais estreito não significava necessariamente relações mais cordiais, e a história das relações luso-mogóis até ao final do século XVII pode ser considerada, na melhor das hipóteses, mista.² Os momentos de ostensiva hostilidade foram poucos, mas podiam ser dramáticos: se a guerra intermitente entre Jahangir e o Estado da Índia, de 1613 a 1615, é um exemplo menor, a captura de Hughli em 1632 pelo general do Shahjahan Qasim Khan já é mais impressionante, e foi um tema que inspirou os pintores mogóis da época. Por outro lado, nessa «Era de conflito contido», houve também uma certa pressão mútua para a colaboração das duas entidades, quanto mais não fosse porque o preço da hostilidade declarada era simplesmente demasiado alto em termos materiais para as duas partes, e os benefícios nada evidentes.

Não obstante, temos de compreender que a natureza da relação tornava inevitável a procura de fraquezas mútuas e a tendência para cada uma das partes tirar vantagem de quaisquer alterações numa conjuntura mais alargada. Não estava apenas em causa, do ponto de vista português, a rede de trocas de Chaul, Surrate, Cambaia (Khambayat) e Diu e as receitas da terra e os impostos aduaneiros de Diu, Damão e Baçaim, cuja importância é testemunhada pelos orçamentos de 1574, 1581 e 1588; havia também a questão da prosperidade de Surrate, do ponto de vista mogol, o problema espinhoso da *hajj*, e a procura de prestígio em relação a terceiros, especialmente os safávidas e os otomanos, e, em menor grau, os usbeques. Além disso existia uma tensão ideológica muito efectiva entre as pretensões do

² Ver, por exemplo, Sanjay Subrahmanyam, «The Estado da Índia and the Merchants of Surat, c. 1700», *The Indian Ocean Newsletter*, vol. VIII (1986).

cristianismo da Contra-Reforma e o sunismo heterodoxo abraçado pelos mogóis no final do século XVI, que propagandistas actuais bem intencionados do *Dîn-i Ilâhî* (*sic*: para *Tauhîd-i Ilâhî*) têm sido incapazes de escamotear. É neste contexto mais amplo que examinarei o impacto da transição decorrente da anexação de Portugal pelos Habsburgos, em 1580-1581, sobre a relação entre os mogóis e os portugueses, com atenção especial às suas implicações no Guzerate, e um olhar mais apressado pelo contexto da Província do Norte.

O contexto da transição

A 31 de Janeiro de 1580, a primeira missão jesuíta à corte do monarca mogol Jalal al-Din Muhammad Akbar testemunhou um eclipse lunar por volta das 11 da noite, a meio caminho entre Surrate e Mandu. O acontecimento, de outra forma sem grande importância mesmo no século de Nostradamus, obcecado com sinais e portentos apocalípticos, acabaria por ser investido de grande significado por um dos jesuítas, António Monserrate, que determinou que nesse mesmo momento o cardeal-rei D. Henrique exalara o seu último suspiro em Lisboa. «Este eclipse», escreveu, «pode-se considerar que anunciou as tribulações e mágoas que se abateram sobre Portugal depois da morte do Rei Henrique.»³ Um dito popular da altura, em Portugal, desejava má sorte ao piedoso rei na vida no Além: «Viva El-Rei D. Henrique / no inferno muitos anos / Pois deixou em testamento / Portugal aos Castelhanos.»⁴ Akbar, ao invés, em conversas com os jesuítas na corte, em finais de 1581, deixava claro que muito o estimara; na verdade, escreve Monserrate, «desejava louvar e respeitar a santidade, força moral e constância do Rei Henrique, como se fora um segundo São Sebastião.»⁵ O nascimento de D. Henrique

³ S. N. Banerjee e John S. Hoyland, trads. *The Commentary of Father Monserrate S. J. on his Journey to the Court of Akbar* (Londres, 1922), 14. Para uma análise de outros sinais celestes investidos de significado político, nomeadamente o cometa de 1576-1577, ver Shaikh Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, trad. H. Beveridge, vol. III, reimpressão (Nova Deli, 1989), 315-318. Abu'l Fazl relaciona o cometa com desastre político no Irão, onde é associado às mortes de Shah Tahmasp, Sultan Haidar e Shah Isma'îl II.

⁴ Citado em J. Augusto Ferreira, «O Prior do Crato em o norte do País, onde teve uma vitória efémera, e a sua fuga para França...», in *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, parte I (1940): 105-116.

⁵ *The Commentary of Monserrate*, eds. Hoyland e Banerjee, 129.

fora marcado por um sinal invulgar, a queda de neve em Lisboa, e a sua morte não deixava também de ser notada nos céus, e até numa corte distante.

A transição de 1580-1581 é muito conhecida e muito debatida na história portuguesa: para alguns é o início dos sessenta anos de «Cativo» espanhol, para outros nada mais é que a inauguração de outra dinastia em Portugal, a dos Habsburgos.⁶ Se víssemos a questão apenas na perspectiva da lógica de uma teoria de «domínio» das relações internacionais, não desdenharíamos o potencial significado desta transição. Afinal, em 1578, quando D. Sebastião embarcou na sua malfadada expedição ao Norte de África, Portugal e a Espanha estavam implicados num conjunto intrincado de alianças internacionais, envolvendo a França, Veneza, os otomanos e os safávidas, entre outros actores. A amálgama dos dois num só, a nível da política internacional, terá tido um efeito de desestabilização e realinhamento importante no sistema de alianças. Os nacionalistas portugueses, por exemplo, têm muitas vezes alegado que foi o casamento de Portugal com Espanha que detonou os ataques holandeses e ingleses aos navios portugueses no Atlântico, na década de 1580 e que acabaria por levar estas potências do Atlântico Norte, após 1590, a violar o monopólio português da Rota do Cabo. Esta opinião, apoiada por alguns dos historiadores contemporâneos mais esquemáticos de impérios, baseia-se na expectativa algo ingénua de que se Portugal tivesse mantido a independência, os holandeses e os ingleses teriam aceite a lógica do Tratado de Tordesilhas (1494), apesar das suas compulsões económicas prementes e do seu desprezo pelo papado. Na nossa perspectiva parece que, pelo contrário, para os holandeses e os ingleses a ligação de Portugal aos Habsburgos era um *casus belli* conveniente, mas dificilmente muito mais que isso.

Será útil distinguir esta interpretação «política» ingénua da transição de 1580-1581 da perspectiva bem mais sofisticada de Fernand

⁶ Para uma síntese algo mediocre, ver Ronald Cueto, «1580 and All That...: Philip II and the Politics of the Portuguese Succession», *Portuguese Studies*, vol. VIII (1992): 150-169. Comparar também Queiroz Velloso, «A perda de independência: Factores internos e externos, que para ela contribuíram», *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, parte I (1940): 9-40. Ainda não temos um estudo global desta fase, ou mesmo um compêndio de ensaios do género dos dedicados recentemente à «Glorious Revolution» inglesa de 1688 em Jonathan I. Israel, ed., *The Anglo-Dutch Moment: Essays on the Glorious Revolution and its World Impact* (Cambridge, 1991). Mas ver, entretanto, Geoffrey Parker, «David or Goliath? Philip II and his world in the 1580s», in Richard L. Kagan e Geoffrey Parker, eds., *Spain, Europe and the Atlantic World: Essays in Honour of John H. Elliott* (Cambridge, 1995): 245-266.

Braudel, na obra clássica sobre o Mediterrâneo na época de Filipe II, ainda que, com característico exagero, o autor francês considere a transição de 1580-1581 (e, em geral, os anos 1578-1583), do ponto de vista do Mediterrâneo, o «ponto de viragem do século».⁷ Embora a lógica da política internacional desempenhe um papel na explicação braudeliiana da mudança do Mediterrâneo para o Atlântico por volta de 1580, a sua interpretação sustenta-se no enorme *momentum* de inércia nas mudanças de longo prazo no equilíbrio económico da Europa, que provocou a ascensão dos Países Baixos e da Inglaterra. As placas tectónicas do lento substrato de forças manifestam-se, na sua opinião, a nível dos acontecimentos num clímax político dramático, que é ao mesmo tempo uma «crise» e um «momento de viragem».

Regressando à dimensão política, é evidente para qualquer estudante da época que a fraqueza de vários dos outros actores ajudou a Coroa espanhola a consolidar a sua posição. Um exemplo óbvio é a França, que sob Henrique III (que por seu turno funcionava sob o olhar atento de Catarina de Médicis) se mostrou incapaz, devido às guerras religiosas internas, de oferecer mais do que um apoio pouco convicto ao pretendente D. António, Prior do Crato, auto-proclamado rei de Portugal em 19/20 de Junho de 1580. Expulso pela armada espanhola do duque de Alba após uma derrota a 25 de Agosto em Alcântara, D. António fugiu para os Açores, depois para França e, após duas mal-sucedidas expedições apoiadas pelos franceses contra os espanhóis, para Inglaterra.⁸ Nem sequer o facto de D. António ter oferecido aos franceses o território do Brasil como isco aliviou a falta de coragem do monarca Valois, como vemos pela história infeliz do florentino Filippo di Pietro Strozzi (1541-1582), enviado pelos franceses aos Açores em Junho de 1582 em apoio a D. António, e depois descartado como corsário.⁹

A oposição interna ao domínio espanhol em Portugal, pelos vistos, não constituiu um obstáculo formidável aos desígnios de Filipe II. A oposição militar mais séria era constituída por D. Diogo

⁷ Fernand Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, 2 vols., trad. Siân Reynolds (Nova Iorque, 1972), vol. II, 1176-77.

⁸ Sobre D. António em Inglaterra, e suas negociações atribuladas com mercadores de Exeter e do Devon, ver John W. Blake, «English Trade with the Portuguese Empire in West Africa, 1581-1629», *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, parte I (1940): 313-335.

⁹ Cf. Hermann Taffin Sieur de Torsay, *La vie, mort et tombeau de haut et puissant seigneur Philippe de Strozzi...* (Paris: G. Le Noir, 1608).

de Meneses, um antigo governador do Estado da Índia (1576-1578), executado depois de uma defesa do forte de Cascais. O embaixador veneziano Gioan Francesco Morosini descreveu-o na sua correspondência para o Senado como «o melhor guerreiro de todo o Portugal (*il miglior uomo da guerra di tutto Portogallo*)», e criticou fortemente a sua morte, dizendo que «uma pessoa de sangue nobre e posição importante não merece morte tão ignóbil por ter servido a sua pátria e o seu senhor contra um rei para com quem não tinha ainda qualquer obrigação».¹⁰ Havia outra reputada figura militar, de quem se dizia que se tivesse acompanhado D. Sebastião teria evitado o desastre de Alcácer Quibir, e que detinha carisma suficiente para juntar elementos de uma oposição: D. Luís de Ataíde (1517-1581), conde de Atouguia, na altura vice-rei do Estado em Goa. A oposição concertada vinda do clero ou da nobreza tinha sido resolvida pelos agentes de Filipe II, como Don Juan de Silva, conde de Portalegre e Cristóvão de Moura, que começaram a actuar no final de 1578, numa altura em que o resgate dos cativos no Norte de África tinha ainda de ser tratado. Famílias como os Gama, os Távora, os Mascarenhas e até os Castro eram demasiado inseguras, política e talvez financeiramente, em 1580, para resistir aos Habsburgos, e os poucos que resistiram, como D. Francisco de Portugal, putativo conde de Vimioso, em breve partiam para o exílio com o Prior do Crato.

Mesmo assim a anexação de Portugal exigiu um esforço às reservas militares dos Habsburgos, na penúria na maior parte da Europa ocidental. Em termos tácticos era necessário abrandar a pressão em pelo menos algumas frentes, através da diplomacia. Isto explica a sua vontade de apressar a confirmação por tratado da série de tréguas acordadas com os otomanos em Março de 1577, Fevereiro de 1578 e Março de 1580.¹¹ Por outro lado, o embaixador francês à Sublime Porta, Jacques de Germigny, tornou completamente claro aos otomanos que a ocupação dos Habsburgos de Portugal era,

¹⁰ «Relazione di Gioan Francesco Morosini, 1581», in Eugenio Alberi, ed., *Le Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, série I, vol. V (Florença, 1861), 281-338, especialmente 308.

¹¹ Cf. S. A. Skitter, «The Hispano-Ottoman Armistice of 1581», in C. E. Bosworth, ed., *Islam and Iran: In Memory of V. Minorsky* (Edimburgo, 1971), 491-515. O acordo de 1581, gizado do lado espanhol por Giovanni Margliani, foi assinado em finais de Janeiro desse ano. Para uma análise mais extensa das relações otomano-espanholas no Norte de África, ver também Andrew C. Hess, *The Forgotten Frontier: A History of the Sixteenth Century Ibero-African Frontier* (Chicago, 1978).

acima de tudo, uma ameaça para eles. Numa carta de 17 de Maio de 1580 de Istambul, dizia: «Discuti com eles acerca dos desígnios expansionistas do Rei de Espanha, que foram ao ponto de ocupar o reino de Portugal e os países do Levante que dele dependem, ou seja, Ormuz e outros que fazem fronteira com este Senhor [e] que não se deteria depois, tendo-se expandido desta maneira, de fazer a guerra a este império e maquirar a sua ruína...»¹²

Mas é interessante notar que a corte otomana, com a excepção de uns poucos como Lala Mustafa Pasha (que conduziu a expedição vitoriosa contra Chipre em 1571), não se mostrou entusiasmada. O poder otomano sofria dos efeitos políticos do assassinio do Grande Vizir Sokollu Mehmed Pasha em Outubro de 1579. Um sérvio bósnio de origem cristã, Mehmed Pasha, que fora recrutado através do sistema *devshirme* otomano, dominara efectivamente a corte a partir de 1565, último ano do reinado de Süleyman, e durante o reinado de Selim II (1566-1574). Continuou a determinar, em larga medida, a decisão política nos primeiros anos de Murad III, razão pela qual o poder otomano se encontrava bastante dividido perante a nova conjuntura. A relevância da influência de Mehmed Pasha notava-se, por exemplo, no papel que teve no encorajamento do comércio inglês nos domínios otomanos, o qual facilitou a posterior formação da Companhia do Levante em 1581. Mesmo que não aceitemos o senso comum de que «assim que Sokollu morreu apareceram os primeiros sinais de decadência», não podemos ignorar o facto de que o seu desaparecimento provocou alguma turbulência no poder otomano.¹³

Além disso, como Braudel mostrou, os cálculos otomanos não se reduziam à Europa e ao Norte de África. Desde o tempo de Selim I que se ocupavam da gestão da frente oriental, com os safávidas. O peso das duas potências era muitíssimo desigual, mas a verdade

¹² E. Charrière, ed., *Négociations de la France dans le Levant, ou Correspondance, Mémoires et Actes Diplomatiques*, vol. III (Paris, 1853): 908-910.

¹³ Jean-Louis Bacqué-Grammont, «L'apogée de l'Empire Ottoman: Les événements (1512-1606)», in Robert Mantran, ed., *Histoire de l'Empire Ottoman* (Paris, 1989): 157. O leitor com sensibilidade historiográfica poderá recuar um século e meio até aos estudos clássicos de Leopold von Ranke, *Die Osmanen und die spanische Monarchie im 16. und 17. Jahrhundert*, 2 vols. (Sämtliche Werke, vols. xxxv e xxxvi) (Leipzig, 1874, publicado pela primeira vez por volta de 1830); e Joseph von Hammer-Purgstall, *Histoire de l'Empire Ottoman depuis son origine jusqu'à nos jours*, tr. J.-J. Hellert, 18 vols. (Paris, 1835-1843), especialmente o vol. VII (traduzido da sua *Geschichte des osmanischen Reiches*, 10 vols., Budapeste, 1827-1835).

é que, apesar da sua vitória em Chaldiran em 1514, os otomanos foram incapazes de derrotar totalmente os safávidas (como tinham feito aos mamelucos no Egípto, em 1517), e Shah Tahmasp (c. 1524-1576) manteve-se durante todo o seu longo reinado uma figura problemática para Süleyman e seus sucessores. De acordo com o trabalho de Jean Aubin e outros, em meados da década de 1560 os Habsburgos e Maximiliano II tinham tentado construir uma aliança antiotomana com Tahmasb. Nessa altura o problema fora a falta de cooperação dos portugueses, já que os emissários tinham de atravessar o Estado da Índia a caminho do Irão.¹⁴ Foi nestes anos, lembremos, que os otomanos encetaram negociações independentes com os portugueses, o que aconteceria pela primeira vez desde o início da década de 1540, quando D. João III quis discutir, infrutiferamente, a possibilidade de trocar quantidades limitadas de pimenta por trigo proveniente dos domínios otomanos. Ao contrário do que acontecera na década de 1540, a iniciativa na década de 1560 partiu dos otomanos; em 1562 um embaixador chegara de Bassorá a Ormuz e em 1563 os portugueses enviaram um emissário em resposta, António Teixeira de Azevedo, a Istambul, além de outro emissário de Lisboa, o misterioso Nicolau Pietro Cuccino, que mais tarde seria o vedor da Fazenda responsável pelos carregamentos de pimenta em Cochim. Recebido por Süleyman a 14 de Novembro de 1563, Azevedo foi para Portugal em 1565, onde propôs à corte a possibilidade de um *modus vivendi*, em que os otomanos teriam permissão para comerciar livremente no oceano Índico, com estabelecimentos em Sind, Guzerate, Dabhol e Calecute, e os portugueses, por seu turno, poderiam comerciar em Bassorá, no Cairo, em Alexandria e no mar Vermelho.¹⁵ A sugestão acabaria por ser rejeitada pela corte de D. Sebastião, mas mesmo assim podemos

perceber a distância entre as perspectivas espanhola e portuguesa em meados da década de 1560.

Com a vantagem temporal de que dispomos, arriscamos afirmar que as razões que levaram a corte portuguesa a rejeitar a abertura otomana se baseavam numa percepção anacrónica, da qual muitos historiadores contemporâneos são ainda vítimas. Pensando ainda em termos de Diu, defendida a tanto custo contra otomanos, «rumes» localmente implantados e guzerates, os portugueses, em 1563, viam Süleyman como um «Conquistador Mundial» omnívoro e que a concessão aos otomanos de um centímetro de espaço se afiguraria um erro fatal. Mas como Cornell Fleischer demonstrou recentemente, a natureza das ambições e da autopercepção de Süleyman tinha mudado consideravelmente entre a década de 1540 e a de 1560. Se até 1550 Süleyman se mostrara inclinado a designar-se *Sâhib-Qirân*, «Senhor da Conjunção» e mesmo *Mujaddid*, ou «Renovador (da Era)», a partir daí é cada vez mais visto por si próprio e pelos seus cortesãos não como um conquistador (agora prerrogativa de Fatih Mehmed e Selim I) mas como um conservador da ordem interna (daí o título *Pâdshâh-i Âlampanah*, Imperador, e Refúgio do Mundo, e mais tarde *Qânûnî*, o Dador de Leis.)¹⁶ De uma primeira tendência para sistematicamente desestabilizar o regime safávida usando membros dissidentes da família real como o irmão de Tahmasp, Alqas Mirza, o Süleyman pós-1550 tentou cada vez mais demarcar fronteiras e assinar tratados, pelo menos, com os seus vizinhos asiáticos. Se os otomanos tinham planeado na década de 1530 e no início da de 1540 ganhar pelo menos uma posição no Guzerate, na altura da embaixada de Azevedo isso já parecia ter sido esquecido. O seu aventureirismo em relação a Mascate e ao golfo Pérsico na década de 1550, e novamente no início da de 1580, não deve ser confundido com sonhos de um império indiano; tem sido defendido, com alguma convicção, que assim que tomaram Bassorá, em finais de 1546, a principal preocupação dos otomanos foi a sua preservação e a recuperação dos custos da ocupação. Parecem, no mínimo, ter tido vontade de, no final da década de 1540, promover

¹⁴ Jean Aubin, «Per viam portugalem: Autour d'un projet diplomatique de Maximilien II», *Mare Luso-Indicum*, t. IV (1980): 45-88.

¹⁵ *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, ed. Maria Augusta Lima Cruz, vol. I (Lisboa, 1993), 123-128, 199-217. De particular relevância entre os documentos citados pelo editor nas notas a esse texto está uma carta de Süleyman a D. Sebastião, Istambul, 14 de Novembro de 1563, em A. da Silva Rego, ed., *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV (Lisboa, 1964), 464-465. Cartas posteriores, de Novembro de 1564 e Agosto de 1565, com um tom bastante mais hostil, podem ser encontradas em turco otomano nos *Basvekalet Arsivi*, Istambul, Diwan-i Humaym, Mühimme Defterleri, vol. 6, fl. 166, e vol. 5, 70 (n.º 161) respectivamente. Para mais detalhes, ver Naimur Rahman Farooqi, *Mughal-Ottoman Relations: A Study of Political and Diplomatic Relations between Mughal India and the Ottoman Empire, 1556-1748* (Delhi, 1989), 144, 156-157, 162, 170.

¹⁶ Cornell Fleischer, «The Lawgiver as Messiah: The Making of the Imperial Image in the Reign of Süleyman», in Gilles Veinstein, ed., *Soliman le Magnifique et son temps* (Paris, 1992): 159-177. Também a análise anterior em Barbara Flemming, «Sahib-kiran und Mahdi: Türkische Endzeiterwartungen im ersten Jahrzehnt der Regierung Süleymans», in Gyorgy Kara, ed., *Between the Danube and the Caucasus* (Budapeste, 1987), 43-62.

o comércio com Ormuz e mesmo Goa.¹⁷ É claro que os otomanos não podiam abandonar a construção tácita de alianças com os potentes indianos e do Sudeste Asiático, e chegaram a mandar uma ou outra (e normalmente abortada) expedição marítima na década de 1560, em especial a Achém, mas também isto tem de ser visto no contexto de desenvolvimentos de mais longo prazo.

Assim, podemos concluir que a importância excessiva e dramática dada a Lepanto e suas consequências, tanto por autores da época como por autores posteriores, obscurece o facto de no decurso dos finais da década de 1570 ter ficado definida uma fronteira europeia relativamente estável entre os Habsburgos espanhóis e os otomanos, que durou todo o último quartel do século XVI. Num certo sentido, por volta de 1580-1581, o medo generalizado de uma ameaça otomana à Europa era coisa do passado; os verdadeiros inimigos dos Habsburgos espanhóis passariam a vir do interior da cristandade – os ingleses e, acima de todos, os holandeses. Outra espécie de guerra – ora quente, ora fria – continuou para o outro ramo dos Habsburgos na Europa central; sob Rudolfo II os otomanos foram derrotados em Szigetvár, em 1573, enquanto mais tarde Mehmed III conquistou a fortaleza estratégica de Erlau, em 1596. Esta fase culminou no Tratado de Zsitvatorok, de Novembro de 1606, em que os otomanos fizeram significativas concessões reais e simbólicas aos seus adversários, reconhecendo-os finalmente como iguais, em vez de subordinados. Quer isto dizer que a ideia de «declínio» otomano correspondeu, na verdade, à lenta cristalização do recuo da ameaça otomana; para isso contribuiu uma nova estrutura de alianças, uma espécie de casamento de conveniência implícito entre os Habsburgos espanhóis e os otomanos, que pode até ter ajudado a finalizar o controlo habsburgo sobre Portugal e seus territórios ultramarinos.¹⁸ As escaramuças posteriores em torno de Mombaça,

¹⁷ Ver Dejanirah Potache, «The commercial relations between Basrah and Goa in the sixteenth century», *Studia*, n.º 48 (1989): 145-162. De óbvia importância entre os documentos aqui citados está a colecção de 1547-1548, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Codex 51-VII-19, «Pareceres de Baçora», fls. 194-331. Ver também o regulamento da alfândega de Bassorá sob os otomanos, in Robert Mantran, «Règlements Fiscaux Ottomans: La Province de Bassorah», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. x, n.ºs 2-3 (1967). E finalmente, ver a útil síntese em Salih Özbaran, «The Ottoman Türks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534-1581», *Journal of Asian History*, vol. vi, n.º 1 (1972), baseada em documentação portuguesa e otomana.

¹⁸ Neste contexto é instrutivo ler os relatórios do início do século XVII do representante veneziano em Constantinopla, em Nicolò Barozzi e Guglielmo Berchet,

no final da década de 1580 e início da de 1590, devem ser vistas como manobras locais e não como parte de um grande esquema; Braudel, aparentemente dependendo demasiado do relato de Joseph von Hammer de meados do século XIX, exagera quando assevera que o *momentum* de 1580-1581 «atirou a Turquia [sic] para a Pérsia e as profundezas da Ásia, o Cáucaso, o Cáspio, a Arménia e, mais tarde, o próprio oceano Índico».¹⁹ Quanto à crença portuguesa de que os otomanos, na década de 1590, ainda estariam a fomentar problemas em lugares tão distantes quanto Burma e a Tailândia, pouco há nos arquivos da Sublime Porta que a possa corroborar.²⁰

Na medida em que os Habsburgos entendiam esta alteração na política otomana, significava que o Irão safávida tinha um papel menor nos cálculos de Filipe II, quando comparados com os de D. Sebastião ou, mais tarde, com os de Filipe III – cujo caso é bastante especial, por ter sido procurado e cortejado pelo Shah 'Abbas I. Mas havia igualmente uma discrepância entre as percepções dos Habsburgos e as realidades otomanas, que ajudam a explicar a preocupação de Filipe II em encorajar o Irão na sua luta contra os otomanos na década de 1580 e o seu interesse esporádico e anacrónico no Preste João da Etiópia.²¹ A agitação que se seguiu à morte do Shah Tahmasp em 1576 precipitou um conflito novo e largamente improvisado entre otomanos e safávidas. O sucessor de Tahmasp (após o breve reinado de interregno de Haidar), Isma'íl II, lançou-se numa política que – se tivesse dado frutos – poderia ter

eds., *Le Relazioni degli Stati Europei lette al Senato dagli Ambasciatori Veneziani nel secolo decimosettimo: Turchia*, 2 vols. (Veneza, 1871-1872). Particularmente notável é o relato de Ottavio Bon, «Massime essenziali dell'Impero Ottomano notate del bailo Bon», vol. I, 116-124. Para uma análise destes relatórios, ver Lucette Valensi, *Venise et la Sublime Porte: La naissance du despote* (Paris, 1987); e para uma síntese muito útil, Cemal Kafadar, «The Ottomans and Europe», in Thomas A. Brady Jr., Heiko A. Oberman e James D. Tracy, eds., *Handbook of European History, 1400-1600: Late Middle Ages, Renaissance and Reformation*, vol. I (Leiden, 1994): 589-635.

¹⁹ Braudel, *The Mediterranean...*, vol. II, 1165 (sublinhado meu). Mais uma vez, Braudel exagera a importância, de um ponto de vista otomano, das actividades de Mir 'Ali Bey na costa suafli (*ibid*, 1175-1176), apoiando-se em parte, pelos vistos, em W. E. D. Allen, *Problems of Turkish Power in the Sixteenth Century* (Londres, 1963).

²⁰ Para um exemplo desta crença, ver Manuel de Abreu Mousinho, *Breve Discurso em que se Conta a Conquista do Reino do Pegu*, ed. M. Lopes de Almeida (Bancelos, 1936), 17-18.

²¹ Cf. a útil síntese sobre a política de Filipe II em relação ao Irão, os otomanos e a Etiópia in João Paulo Oliveira e Costa e Víctor Luís Gaspar Rodrigues, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan* (Madrid, 199), 321-326. Contudo, há algumas divergências menores entre a minha interpretação da política do período e a dos autores desta obra.

afectado profundamente o curso da política regional. Rejeitou o xiismo dos Doze Imãs dos seus antepassados e abraçou o sunismo com algum vigor, tentando chegar a um entendimento com o governador islâmico ortodoxo de Cabul, Mirza Muhammad Hakim, rival e meio-irmão do monarca mogol Akbar. Mas Isma'íl calculara mal a dimensão da oposição ao seu novo regime, e a sua morte precoce (e provavelmente de causas não naturais), em 1577, abriu o Irão à agitação externa, com ataques dos otomanos de um lado e dos usbeques do outro. Isto, por sua vez, fez que os satélites nominais do Irão no subcontinente indiano, os sultanatos do Decão que reconheciam a suserania ritual dos safávidas, fossem, em larga medida, deixados à deriva. A morte, no início de 1580, do sultão do Bijapur, 'Ali 'Adil Shah, contribuiu para uma das mais dramáticas transformações da época. Sob 'Ali 'Adil, Bijapur fora um estado beligerante, xiita, que cercara Goa em pelo menos uma ocasião; com o seu sucessor, Ibrahim 'Adil Shah (c. 1580-1627), passou a ser um estado sunita heterodoxo, que pouco interesse demonstrou em atacar o Estado da Índia. Na década de 1580 tanto Ibrahim como Goa estavam, aparentemente, mais preocupados com uma nova ameaça – a sombra mogol que se alongava sobre o Decão.

A perspectiva mogol

Entre 1572-1573, quando o próprio Akbar assegurou a incorporação do Guzerate nos seus domínios e realizou uma breve e celebrada viagem marítima, no fim dessa década, a perspectiva mogol sobre o mundo mudou de forma substancial. Como vimos num capítulo anterior, o reinado de meio século de Akbar pode ser esquematicamente dividido em quatro fases: uma primeira fase, em que há uma aprendizagem de Bairam Khan e o *atka khail*, quando a consolidação do legado de Humayun era a principal preocupação; uma segunda fase, ocupando a segunda metade da década de 1560 e a década de 1570, quando uma imensa expansão territorial e uma maior severidade fiscal se fizeram acompanhar de uma visão, em termos político-religiosos, relativamente ortodoxa, que incluiu a hostilidade no final da década de 1560 a práticas não-sunitas; uma terceira fase, que começou no final da década de 1570 e que foi marcada pelo famoso *mahzar* (decreto) de 1579, em que emergiram as pretensões

universais pessoais de Akbar ao lado de uma alteração na prática das alianças políticas internas; e uma fase final, iniciada no fim da década de 1580, com o florescimento da ideologia akbariana madura, definida pelo grande ideólogo Abu'l Fazl.²² Estas mudanças e especialmente a transição da segunda para a terceira fase, enquadram a análise que se segue.

Em meados da década de 1570 chegara-se a um acordo vago para gerir os assuntos externos de um Guzerate ainda muito turbulento; o comércio de Surrate era tratado pelo *hâkim*, ou governador local, que nestes anos era Qilij Muhammad Khan Andijani, e a colecta de receitas na, e em volta da, cidade portuária era feita através da mediação das elites locais, a quem era dada a posição de rendeiros (*mustâjirân*).²³ Neste sistema, os comerciantes privados portugueses em Surrate e Khambayat podiam desenvolver o seu comércio com Goa e Cochim; o Estado da Índia continuava a fazer a colecta tributária dos navios que eram obrigados a atracar em Diu; os mogóis, por seu lado, foram aplacados com a concessão de cartazes para os navios destinados ao mar Vermelho que transportassem peregrinos.

Sob esta superfície tranquila, certas mudanças importantes estavam a ocorrer. A década de 1570 assistiu à extensão do centralismo fiscal no estado mogol, causando bulício em grandes sectores da nobreza que viram os seus privilégios ameaçados; entre os que se sentiram altamente perturbados estavam os nobres da Ásia central (ou turani), liderados por Mirza 'Aziz Koka, filho de Shams al-Din Atka Khan e nomeado governador do Guzerate quase imediatamente após a conquista mogol. Ao mesmo tempo, foi feita uma derradeira tentativa para mudar a base ideológica do governo de Akbar, redefinindo a sua imagem de acordo com as expectativas messiânicas do tempo.²⁴ No início de Setembro de 1579 um grupo

²²Esta interpretação inspira-se, embora diferindo em muitos aspectos, na de Iqtidar Alam Khan, «Akbar's personality traits and world outlook: A critical reappraisal», *Social Scientist*, vol. xx, n.ºs 9-10 e 232-233 (1992), 16-30. Ver também, para uma análise anterior, Iqtidar Alam Khan, «The Nobility under Akbar and the Development of His Religious Policy, 1560-1580», *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland* (1968), n.ºs 1-2: 29-36.

²³Farhat Hasan, «Surat in the reign of Akbar», comunicação apresentada num seminário sobre *Akbar e a sua época*, Aligarh, 9-11 de Outubro de 1992.

²⁴É possível que esta mudança tenha sido influenciada pelos contactos de Akbar com os seguidores mahdawis de Sayyid Muhammad Jaunpuri no Guzerate na década de 1570; cf. John F. Richards, *The Mughal Empire*, The New Cambridge History of India, I.5 (Cambridge, 1993), 38. Ver também S. A. A. Rizvi, *Muslim Revivalist Movements in Northern India in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*

de teólogos, incluindo o *Shaiikh ul-Islâm*, foi pressionado a assinar um decreto que conferia a Akbar o estatuto especial de *Pâdshâh-i Islâm*, ainda maior do que o de *Sultân-i Âdil*. Dos escritos de Abu'l Fazl, compreendemos que um dos epítetos por ele usado é agora *Mujtabâd*, bem como *Imâm-i Âdil*, o último incrivelmente próximo da utilização que a certa altura lhe foi dada por Süleyman.²⁵ O desafio era realmente dirigido, em grande medida, aos otomanos, os quais tinham reclamado o estatuto superior de *Khalîfa* do Oriente, com a sua conquista do Egipto. Mas outros monarcas sunitas relativamente ortodoxos, de Mirza Hakim em Cabul a 'Abdullah Khan Uzbek não podiam ignorar o que tais proclamações implicavam. E as relações de Akbar com os portugueses tinham de ser, neste novo contexto, redefinidas.

A questão crucial nestes anos de relações luso-mogóis foi a *hajj*. Antes de definir a sua nova posição ideológica, que acima esboçámos, Akbar enviara alguns membros da sua família – incluindo a sua tia Gulbadan Begam que quase de certeza se teria oposto a esta mudança – numa peregrinação às Cidades Santas. Nesta altura, as tensões inerentes às relações com o Estado da Índia agravaram-se. Uma coisa era enviar Haji Habibullah Kashi a Goa em 1575 para procurar «artesãos capazes», outra era testar se, na realidade, «os governantes dos portos europeus se tinham tornado abanadores da cadeia de duplicação» após a conquista mogol do Guzerate.²⁶ O grupo de Gulbadan passou tempos difíceis, embarcando em Surrate em Outubro de 1576, depois de uma estadia de quase um ano no Guzerate. Monserrate, no seu relato, sugere que Gulbadan entregara o território de Bulsar, perto de Damão, aos portugueses, de maneira a que lhe assegurassem uma passagem segura para o mar Vermelho. O facto de tal oferta ter tido de ser feita foi recebido com rancor entre os mogóis: deve ter parecido à corte mogol que as inflamadas pretensões acerca do estatuto de Akbar no mundo islâmico viam a sua veracidade directamente testada por este compro-

(Agra, 1965). Os textos principais deste período são *Târîkh-i Alfî* por vários autores, e *Târîkh-i Akbarî* de Muhammad 'Arif Qandahari (c. 1580-1581) (para o qual ver nota 47, *infra*).

²⁵ Mulla 'Abd al-Qadir al-Badayuni chega a sugerir que Akbar foi chamado *Insân-i Kâmil* por sugestão de Shaikh Taj al-Din de Ajodhan, bem como *Sâhib-i Zamân*; cf. o seu *Muntakhab ut-Tawârîkh*, vol. II, trad. George S. A. Ranking (reimpressão, Nova Deli, 1990), 265-266, 278-280, 295. Ver também Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, 390-393.

²⁶ Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, 207.

misso flagrante com os firangis. Elementos sunitas ortodoxos como Mulla 'Abdullah Sultanpuri, intitulado Makhdum ul-Mulk, rapidamente agarraram a oportunidade para criticar Akbar pela aceitação do acordo.²⁷

Em 1579 Akbar e os seus conselheiros foram apanhados numa situação bicuda. A sua estratégia de promoção de um debate religioso heterodoxo – no Islão e fora dele – levou-os a encorajar a primeira missão de jesuítas a Fatehpur Sikri, vindos de Goa. Esta janela para a Europa também pretendia, cremos, ultrapassar os otomanos, e em certa medida era por isso uma precursora da estratégia europeia do Shah 'Abbas do início do século XVII. No caso do Shah 'Abbas havia um propósito militar e comercial concreto que conferia urgência às suas negociações com a Espanha, mesmo que estas não tenham dado frutos; com Akbar o jogo desenrolava-se mais a nível do simbólico e do prestígio. Contudo, o Estado da Índia era por sua vez visto com grandes reticências, tanto pelo seu cristianismo como pelo facto de deter a chave para as rotas marítimas da *hajj*. Akbar podia perfeitamente estar a resvalar para um Islão heterodoxo de sabores messiânicos, mas no final da década de 1570 e início da de 1580 continuava preocupado com o significado da *hajj* e a importância das Cidades Santas. A peregrinação de Gulbadan sublinhava assim o problema central: se os otomanos eram hostis ao seu grupo, os portugueses eram, no mínimo, um obstáculo.

O dilema de Akbar nestes anos é muito bem expresso numa carta que envia, em 1586, a 'Abdullah Khan Uzbek, o poderoso soberano da Transoxiânia e que é entregue por Hakim Humam. Em 1577, recordemos, Abdullah Khan enviara um embaixador a Akbar sugerindo uma expedição conjunta contra os safávidas.²⁸ Akbar mostrara a sua falta de interesse na aventura, levando 'Abdullah Khan a gravitar primeiro na direcção de uma possível aliança com Mirza Hakim, nos anos 1579-1581 e ainda mais tarde com os otomanos. Mesmo assim, em 1586 Akbar achou que tinha de se justificar perante o soberano turani e, em particular, explicar a sua política em relação aos portugueses. Perante o que acontecera em 1579 e depois, Abdullah Khan acusara-o de já não ser um bom muçulmano. A isto, Akbar (e o seu amanuense Abu'l Fazl) respondeu afirmando abertamente que

²⁷ Badayuni, *Muntakhab ut-Tawârîkh*, vol. II, 205-206.

²⁸ Mansura Haider, «Relations of Abdullah Khan Uzbek with Akbar», *Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, vol. XXIII (3-4) (1982): 313-331, nas 317-320. Haider sugere que a proposta era uma armadilha, mais do que uma expedição séria.

o monarca mogol era um conquistador islâmico: «Sítios que desde a ascensão do sol do Islão até ao dia de hoje nunca tinham sido pisados pelas ferraduras dos príncipes conquistadores do mundo e onde as suas espadas nunca tinham flamejado, tornaram-se os locais de negócio e os lares dos fiéis. As igrejas e os templos dos infiéis e heréticos transformaram-se em mesquitas e altares sagrados para os mestres da ortodoxia. Deus seja louvado! O que desejávamos foi realizado, e foram feitas as coisas de acordo com os nossos desejos. Todos os dirigentes e gente importante dos hindus e outros colocaram os brincos da obediência nas orelhas e foram incorporados nos exércitos vitoriosos.»²⁹

Os exércitos mogóis são assim mostrados não só a lançar as fundações para a justiça e a irrigar «o jardim das esperanças e paz dos homens», como a «trazer ao Livro» cristãos e hindus, reestabelecendo uma ordem não simplesmente baseada numa qualquer forma de Islão mas na dos *sunnat-o-jamã'at* (aderentes aos primeiros quatro califas). Neste quadro idílico, os portugueses eram uma poeira. Por isso, a carta continua: «Sempre mantive a ideia de que assim que estivesse liberto destas [outras] tarefas, deveria, sob a orientação do favor de Deus, levar a cabo a destruição dos infiéis firangis que vieram para as ilhas [*sic*] do oceano e levantaram a cabeça da turbulência e esticaram a mão da opressão sobre os peregrinos aos lugares santos. Que Deus aumente a sua glória! Eles [os firangis] tornaram-se num grande número e empecilho aos peregrinos e mercadores. Pensámos em lá ir pessoalmente e limpar essa estrada de espinhos e ervas daninhas.»

Mas assuntos mais prementes terão interrompido estas intenções. O monarca safávida Muhammad Khudabanda enfrentava rebeliões dos governadores provinciais (a referência é provavelmente à tentativa de 'Ali Quli Khan Shamlu, governador de Khurasan, de fazer 'Abbas Mirza subir ao trono em 1581), e o soberano mogol sentiu-se obrigado a ir em seu auxílio, tanto mais que os otomanos já os atormentavam. Foi assim que os acontecimentos de 1572-1573 até 1586 foram apresentados retrospectivamente para a edificação de

²⁹ Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, III, 757. Para correspondência anterior e posterior entre Akbar e 'Abdullah Khan, ver Riazul Islam, *A Calendar of Documents on Indo-Persian Relations (1500-1750)*, 2 vols. (Carachi/Teerão, 1978-82), vol. II. Os principais temas da carta de 1586 são já ensaiados em cartas do final da década de 1570. Esta carta é brevemente mencionada mas tratada como retórica vazia em M. N. Pearson, «The Estado da Índia and the Hajj», *Indica*, vol. XXVI, n.ºs 1-2 (1989): 118.

'Abdullah Khan. Naturalmente Akbar não falou das rebeliões que se tinham alastrado nos seus próprios territórios (em Bihar e em Bengala) em 1579-1580, ou na elaborada expedição em 1581 para atacar o seu irmão Mirza Hakim em Cabul. Estes testes ao poder mogol já tinham sido ultrapassados na altura da carta, e o infeliz Mirza Hakim caíra no «remoinho da destruição», em 1585. Os portugueses eram assim colocados no seu contexto apropriado, o dos assuntos internacionais, juntamente com os safávidas, os otomanos e – também – os próprios usbeques.

O Estado da Índia, 1580-1581

Dito isto, podemos então regressar ao início de 1580, quando Monserrate e os seus companheiros viajavam para a corte mogol. É curioso que a *Akbar Nâma* registe o envio de Qutb al-Din Muhammad Khan quase precisamente ao mesmo tempo (18 Bahman 987) «para capturar os portos europeus» e também «para afastar os firangis que eram um impecilho aos peregrinos à Hijaz».³⁰ Notemos que os motivos avançados eram quase exactamente os mesmos que os apresentados na carta posterior a 'Abdullah Khan Uzbek. É notemos também que Qutb al-Din Muhammad Khan não era um nobre qualquer, mas um membro do *atka khail* ou «batalhão dos irmãos de adopção», assim chamado devido à relação especial de parentesco fictício entre o seu irmão Shams al-Din Muhammad Atka Khan e Humayun, cuja vida salvara uma vez. Um alto *mansabdâr* com 5000 homens, o *jâgîr* de Broach de Qutb al-Din Khan, estava localizado a pouca distância de Damão. Mas antes de se juntar à batalha tinham de ser resolvidos outros assuntos.

O problema mais imediato era o grupo de Gulbadan, que se mantinha na Hijaz, mas cujo regresso se esperava iminente. Akbar dera instruções ao *Mîr Hajj*, Khwaja Yahya Naqshbandi, para pedir ao grupo que regressasse rapidamente, depois de ter estado nas Cidades Santas mais de três anos e criado uma série de situações embaraçosas, com as suas «estranhas actividades», consideradas «contrárias à Shariat» pelas autoridades locais. De facto, o sultão otomano, Murad III, tinha emitido repetidos avisos ao *beylerbey* do Egipto e ao xerife

³⁰ Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, 409-410.

de Meca, a exigir que o grupo de Gulbadan partisse. O primeiro, datado de Outubro de 1578, notava que a presença do grupo levava a uma sobrelotação na Ka'ba Sharif e a uma escassez de mantimentos. A sua expulsão era assim ordenada, não chegando a ser executada, provavelmente para evitar um incidente diplomático. O *farmân* teve então de ser reiterado, em Fevereiro e em Março de 1580 e depois novamente em Agosto desse ano.³¹ O grupo finalmente embarcou em dois navios, provavelmente de Jiddah, nesse ano, mas naufragou ao largo de Adem, onde teve de sofrer o assédio do governador local durante uma estadia de sete meses.³² Foi apenas em 1581, numa data que não pode ser precisada, que regressaram a Surrate, acabando por voltar a Fatehpur Sikri em Abril de 1582.

Passou um ano entre o momento em que foram emitidas as instruções, no início de 1580, a Qutb al-Din Khan, e a limpeza do terreno para as hostilidades que se seguiram. Este foi, afinal, o mesmo ano fatídico em que o Prior do Crato foi proclamado rei e depois expulso, e em que Filipe II foi, por sua vez, proclamado rei de Portugal. O mesmo ano também em que 'Ali 'Adil Shah teve um triste fim às mãos de um escravo do palácio, assim como o ano em que Ibrahim Qutb Shah de Golconda morreu a 5 de Junho, de um violento surto de febre tifóide. Mais a oriente, foi o ano em que o sultão Zain al-'Abidin, de curta vida, o terceiro sucessor no breve espaço de um ano de 'Ali Ri'ayat Syah de Achém, faleceu. Os reis, parecia, morriam como moscas, mas nem sempre com as mesmas consequências. A transição em Golconda para Muhammad Quli Qutb Shah decorreu sem problemas, mas a de Bijapur foi bastante mais contestada, ceifando várias vidas pelo caminho, incluindo a do velho diplomata de origem iraniana Mustafa Khan Ardistani.

³¹ Os *farmâns* relevantes dos *Başvekâlet Arşivi*, Istambul, Mühimme Defterleri, estão traduzidos em N. R. Faroqi, «Six Ottoman Documents on Mughal-Ottoman relations during the reign of Akbar», comunicação apresentada a um seminário sobre *Akbar e a Sua Época*, Nova Deli, 15-17 de Outubro de 1992. Para análises anteriores, ver Faroqi, *Mughal-Ottoman Relations*, 113-114; e Suraiya Faroqi, *Pilgrims and Sultans: The Hajj under the Ottomans, 1517-1683* (Londres, 1994), 129-133.

³² Sobre Gulbadan em Adem, ver Bayazid Bayat, *Tazkira-i-Humâyûn wa Akbar*, ed. M. Hidayat Hosain (Calcutá, 1941), 355-356. Para uma análise, ver também Annette S. Beveridge, «Introduction», in *The History of Humâyûn (Humâyûn-Nâma) by Gul-Badan Begam* (reimpressão, Nova Deli, 1989), 74-75. Finalmente, para uma síntese geral (embora medíocre) das relações dos mogóis com a Hijaz, ver M. N. Pearson, «The Mughals and the Hajj», *Journal of the Oriental Society of Australia*, vols. XVIII-XIX (1986-1987): 164-179.

E como é que o Estado da Índia sobreviveu à transição que se seguiu à mudança de regime em 1580? O historiador que procura resposta a esta pergunta tem tendência para se dirigir à grande crónica de Diogo do Couto, cuja *Década Décima* começa precisamente com esse momento.³³ Não é coincidência, pois sabemos que a intenção original de Couto era iniciar a obra com a proclamação de Filipe II no Estado da Índia, e foi apenas depois que decidiu começá-la muito mais cedo, na continuação de Barros.³⁴ A parte puramente administrativa desta transição foi feita com muito menos dificuldades do que se poderia imaginar. Os Habsburgos e os seus agentes suspeitavam que D. Luís de Ataíde fosse um apoiante do Prior do Crato, e estavam preparados para lhe oferecer um título superior, talvez o de marquês de Santarém, pela sua lealdade. A sua posição nos boatos era análoga à anteriormente detida por D. Constantino de Bragança; após a morte de D. João III, em 1558, acreditava-se que o Estado da Índia e o seu vice-rei poderiam separar-se de Portugal.³⁵ Foi assim decidido, em finais de 1580, enviar um sucessor escolhido a dedo, com o prestígio pessoal capaz de conferir legitimidade aos Habsburgos e de lealdade inquestionável: o eleito seria D. Francisco Mascarenhas, nomeado conde de Vila da Horta.

A escolha de Mascarenhas era politicamente muito astuta. Como defensor de Chaul contra as forças do Nizam Shahs, em 1570-1571, tinha uma reputação militar inquestionável; além disso acompanhara D. Sebastião ao Norte de África e aconselhara-o sensatamente a manter a sua posição, em vez de avançar, em vésperas da batalha de Alcácer Quibir. Capturado, foi resgatado como «plebeu» e não como nobre; quando a questão da sucessão se levantou, pôs-se completamente do lado dos Habsburgos, recebendo títulos (conde de Vila da Horta, e depois, em 1593, conde de Santa Cruz), capitánias-donatárias nas ilhas atlânticas (Flores, Corvo e Santo Antão, em 1596) e a nomeação para governador de Portugal em 1593, em lugar do arquiduque Alberto. A 8 de Abril de 1581, quando embarcou com a sua frota de Lisboa, fê-lo com amplos poderes de negociação

³³ Diogo do Couto, *Da Ásia, Décadas IV-XII*, reimpressão (Lisboa, 1974-1975) da edição da Régia Oficina Tipografica, 1778-1788.

³⁴ Cf. António Coimbra Martins, «Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600): Uma carta inédita», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII (1974): 131-174.

³⁵ Aubin, «Per viam portugallensem...», 49, citando uma carta de Lourenço Pires de Távora em Roma para D. Sebastião, datada de 19-7-1561, in *Corpo Diplomático Portuguez*, vol. IX, 306-307.

(segundo Couto, transportaria «alvarás assinados e em branco», bem como nomeações para distribuir generosamente para as Ordens Militares), no caso de haver resistência à sucessão dos Habsburgos no Estado da Índia; tinha também umas reformas na manga, em especial em relação às alfândegas de Chaul e de Cochim.³⁶

A situação com que se deparou à chegada era anticlimática. A 10 de Março de 1581 o vice-rei D. Luís de Ataíde morreu, sem que tivesse recebido notícias da sucessão. No seu lugar, como governador, ficara Fernão Teles de Meneses, supostamente um dos simpatizantes do Prior do Crato. Devendo regressar de Malaca no final desse ano ou no início do próximo, no termo do seu mandato como capitão, estava o ambicioso e pouco escrupuloso D. João da Gama, neto de Vasco da Gama. A sua solidariedade com Meneses era pouco clara, bem como a do seu irmão D. Miguel da Gama, ele próprio regressado da viagem China-Japão. Aguardando desenvolvimentos estava o capitão de Diu, D. Pedro de Meneses, que esperara ser nomeado governador com a morte de D. Luís de Ataíde, e que não queria apoiar Fernão Teles, em nenhum aventureirismo político. A posição de outros nobres poderosos, como Matias de Albuquerque, que também retornara recentemente de Malaca onde servira como capitão-mor do Sul e que estava desejoso de ir para Ormuz, onde seria capitão, era igualmente obscura. A estreita associação de Albuquerque com D. Diogo de Meneses, num momento anterior da sua carreira, posicionava-o contra os Habsburgos; por outro lado, a sua má relação com D. Luís de Ataíde (bem como, possivelmente, com o próprio Fernão Teles), e o seu flagrante oportunismo carreirista, poderiam conduzi-lo na direcção inversa.³⁷ Perante este cenário, Teles de Meneses decidiu optar pela solução mais segura. Quando finalmente lhe chegaram cartas, informando-o da sucessão, jurou a lealdade do Estado da Índia a Filipe II, a 3 de Setembro de 1581.

Há algumas indicações de que pode ter sido sua intenção, desde Março, esperar o desfecho dos acontecimentos em Portugal e aceitar o que quer que fosse então decidido. O relatório do embaixador veneziano Morosini, escrito em finais de 1581, sugere-o: «Acredita-se que nas Índias Orientais Sua Majestade não encontrará nenhuma oposição, porque o capitão da frota que acabou de regressar foi

³⁶ Sanjay Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce: Southern India, 1500-1650* (Cambridge, 1990), 218-220, baseado em boa medida em Couto, *Década Décima*, parte I, 472-480.

³⁷ Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, Évora, Codex cxv/1-13, «Vida de Mathias de Albuquerque», parte I, caps. 3, 4 e 11, fls. 9v.-17v., 41v.-45.

de sua livre vontade apresentar-se a Sua Majestade, dizendo que tinha ordens do Governador dessas Índias para obedecer a quem quer que fosse declarado Rei pelos governadores do reino...»³⁸ Será que Fernão Teles de Meneses tinha outras razões que o levariam a suprimir as suas preferências pessoais? Embora não tenhamos maneira de ter a certeza, uma colecção de documentos do período de transição ajuda-nos a clarificar, em certa medida, o assunto. Estes documentos incluem o *Auto de Entrega* através do qual Fernão Teles entregou o governo a D. Francisco Mascarenhas a 28 de Setembro de 1581, bem como várias cartas e certificados datados de Novembro e Dezembro de 1581, endereçados na sua maioria a Filipe II, os quais devem ser enviados para Portugal com os navios do Inverno de 1581-1582.³⁹ Vários destes papéis estavam assinados pelo vedor da Fazenda e provedor-mor dos Contos, Simão do Rego Fialho, que é também autor do orçamento de 1581, publicado há duas décadas por Artur Teodoro de Matos.⁴⁰

Mas comecemos com o próprio Fernão Teles e a avaliação que fez da situação no Estado da Índia, local a local, no *Auto de Entrega*. Goa, declara ele, está em paz excepto para alguma tensão residual com os 'Adil Shahs, que ainda tinham de honrar umas cláusulas num tratado assinado por eles;⁴¹ havia igualmente alguma agitação em Salsete, por consequência. Baçaim, por outro lado, estava bastante inquieta

³⁸ «Nelle Indie orientali non si crede che S. M. abbia ad avere alcun contrario, poiche il capitano della flota ultimamente venuta s'è volontariamente andato a presentar a S. M., dicendo d'aver ordine dal governador di esse Indie di ubbidire a chi sara stato dichiarato re dai governatori del regno, siccome egli ancora voleva fare; di modo che, superata la difficoltà delle Terzere, restera S. M. pacifico possessore di tutto il regno di Portogallo...»; cf. Alberi, ed., *Relazioni degli ambasciatori...*, vol. v, 310.

³⁹ Bibliothèque Nationale de France, Paris (a partir daqui BN), Fonds Portugais, n.º 23, fls. 115-16v., «Treslado do auto da entrega da governança da Índia que fez o Senhor Governador Fernão Telez de Meneses ao Senhor Viso Rey D. Francisco Mascarenhas conde de Viladorta».

⁴⁰ O documento dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (a partir daqui AN/TT), Fundo Antigo, n.º 845, é integralmente publicado em Artur Teodoro de Matos, *O Estado da Índia nos Anos de 1581-1588: Estrutura Administrativa e Económica, Alguns Elementos para o Seu Estudo* (Ponta Delgada, 1982), 1-191. Matos contudo não usou os documentos de Paris de 1581 citados neste capítulo, embora sejam esporadicamente citados in Vitorino Magalhães Godinho, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)* (Paris, 1982).

⁴¹ Ver também BN, Paris, Fonds. Ports. n.º 23, «Treslado do asemto que se tomou sobre as pazes deste estado com o Idalxá», fls. 473-474, cópia feita por Manuel Botelho Cabral, 4-10-1581. Também relevante é uma carta nos fls. 399-99v., de Yusuf Khan para Filipe II, datada de 3-12-1581, propondo que Ibrahim 'Adil Shah II seja deposto.

devido às dificuldades com um chefe vizinho (Rey dos Coles), e o mesmo era verdade para Asserim e Manora. Damão também estava cheio de agitação. Além disso, «por cartas dos Padres que estão na Corte ho Equebar se entendeo que tem mandado fazer gente pera vir tomar a dita fortaleza por cerco». A situação em Colombo, pelo contrário, melhorava; o Raju fora derrotado em Fevereiro de 1581, mas construíra agora uma grande e forte cidade a quatro léguas de Colombo, de forma que eram possíveis novos problemas. Ormuz estava em paz, mas havia conflitos com o soberano de Lar, que tomara Kamaran (Gombroon), provocando uma interrupção no comércio caravanheiro em direcção a Ormuz. Notemos, de passagem, que Fernão Teles não parecia ter sido alertado para as actividades de quatro galés comandadas pelo «corsário» Mir 'Ali Bey (enviado por Cighalazade Sinan Pasha para saquear Mascate em Setembro desse ano).⁴² Diu, Chaul e Karanja não registavam incidentes. Os mapas estariam activos perto de Nagapattinam, de onde o Nayaka de Tanjavur expulsara recentemente os «casados» portugueses residentes; de Malaca, Ambon e Tidore não havia notícias recentes. Teles de Meneses conclui este *tour d'horizon* rápido notando: «As quais fortalezas todas estão muy desprovidas de moniçõis e outras cousas neçessarias a sua deffenssão e todos os capitães pedem com muyta instancia o provimento delas que se lhe a de mandar.»⁴³ A conclusão é que o governador teria algumas dúvidas acerca da força militar do Estado da Índia, uma boa razão para optar por uma estratégia conservadora.

Podemos aferir o estado financeiro através do orçamento de 1581, bem como de outros documentos do Tesouro. Uma certidão do vedor da Fazenda, Diogo Corvo, sugere a seguinte posição de *cash-flow*:

As Finanças do Estado da Índia, 1581 (em pardaos)⁴⁴
Balanço contabilístico em 10/3/1581: 61 500 – 4 – 40
Receitas adicionais em 28/9/1581: 196 803 – 0 – 27
Despesas desde 10/3 até 28/9: 128 562 – 4 – 33
Balanço contabilístico em 28/9/1581: 129,741 – 0 – 34.

⁴² Para pormenores deste ataque, ver Couto, *Década Décima*, parte 1, 84-99. Também R. B. Serjeant, ed. e trad., *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles* (Oxford, 1963), 111.

⁴³ BN, Paris, Fonds. Ports. n.º 23, «Treslado do auto da entregua...», fl. 116.

⁴⁴ BN, Paris, Fonds. Ports. n.º 23, fls. 465-65v., Certidão de Diogo Corvo, vedor da Fazenda, 22-11-1581.

Havia, claro, cálculos mais complicados para fazer: uma soma de 21 898 pardaos da alfândega de Goa que foi alocada directamente à despesa, sem entrar no Tesouro; das receitas anuais de Salsete e Bardez, uma soma de mais de 50 000 pardaos que foi alocada ao pagamento de velhos empréstimos e dívidas estatais; ou seja, havia várias transacções que alocavam receitas à despesa sem entrarem nas finanças gerais.

A visão de Simão do Rego Fialho sugere um quadro bem mais pessimista. Tendo notado que além das despesas que entravam para os cálculos habituais existia uma grande categoria de «despesas extraordinárias», destinadas a sustentar viúvas, órfãs, cavaleiros pobres e fidalgos à espera de uma mercê, conclui que «constará a Vossa Magestade que despense o Estado mais de que rende vinte nove contos de reis ordinaryamente huns anos por outros afora os sucessos em que não pode aver conta certa». E não só: na sua opinião, a maior parte dos fidalgos em início de carreira, antes de receberem uma mercê, incorriam habitualmente em dívidas substanciais. «Cada hum delles tem oyto nove mil pardaos quinze vinte mil pardaos de dividas que fizerão o tempo que servirão the entrarem nas ditas merçes e senão forem muyto favoreçidos nem se poderão desendividar nem remediar.»⁴⁵

Isto sugere uma situação precária tanto para a nobreza como para a Coroa, o que é intrigante; parece que todos perdiam dinheiro com o empreendimento! Havia, claro está, os retornos directos sobre o comércio, tanto para os «casados» como para os nobres e os oficiais da coroa, enquanto privados. Mas o que Fialho quer dizer pode ser interpretado de maneira mais substancial: a carreira do fidalgo baseava-se numa espécie de ciclo não só de mero serviço (e a apresentação periódica de cartas de serviço e consultas de partes em diferentes fases da carreira), mas também financeiro, em que a primeira parte da carreira supunha incorrer em dívidas, para apoiar clientes ou para garantir o que eram normalmente despesas do Estado da Índia, as quais, depois, seriam deduzidas. Esta lógica, baseada numa relação de dependência entre o Estado e as suas partes constituintes, por um lado, e a Coroa, por outro, não podia ser questionada pelos seus participantes; desta perspectiva, um Estado da Índia autónomo não era sequer discutido. Mas havia ainda a possibilidade de alguma iniciativa autónoma dentro do sistema tal como existia, como vemos

⁴⁵ BN, Paris, Fonds. Ports. n.º 23, fls. 414-414v., Simão do Rego Fialho ao rei, 23-11-1581.

nos numerosos casos de «armadas de aventureiros» enviadas nesses anos e que incluíam uma ao Guzerate em 1581. Com esta frota encerra-se com chave de ouro a ideia que temos vindo a desenvolver, emergindo à luz do dia as engrenagens internas do Estado da Índia e dos mogóis.

A contenda comercial do Guzerate de 1581-1583

No seu conhecido livro de meados da década de 1970, *Merchants and Rulers in Gujarat*, M. N. Pearson dedica uma atenção considerável ao conflito luso-mogol no, e em volta do, importante porto de Surrate nos anos 1581-1585. Para Pearson, que se baseia muito na crónica de Diogo do Couto, o conflito foi causado pelas especiais idiossincrasias do «capitão do forte de Surrate», Qilij Khan Andijani, que era «um homem orgulhoso, um muçulmano sunita rigoroso, um turco da tribo Jani Qurbani e um confidente do imperador»; e que não podia tolerar o sistema português dos cartazes. Por isso se diz que decidiu enviar um navio ao mar Vermelho sem um cartaz, imediatamente entrando em conflito com o Estado da Índia, que mandou uma frota para o deter. Seguiram-se escaramuças em terra, em que as forças mogóis foram comandadas pelo irmão de Qilij Khan. Então, para quebrar o impasse, Qilij Khan, «sem nada dizer a Akbar... pediu ao capitão de Broach que conduzisse um ataque de diversão a Damão». O capitão de Broach, parece, apenas conseguiu que a frota portuguesa levantasse o bloqueio a Surrate, para permitir a navegação ao navio de Qilij Khan. Infelizmente, os mercadores de Surrate não mostraram qualquer desejo de apoiar Qilij Khan e recusaram-se a enviar bens no seu navio; para piorar as coisas, «Akbar ficou furioso com ele por combinar o ataque a Damão sem a sua autorização».⁴⁶

O relato de Couto prossegue no mesmo estilo, falando em ataques de retaliação, por uma frota portuguesa, a outros navios que regressavam do mar Vermelho em 1582. A um navio de Akbar foi permitido passar, mas outro navio de Surrate foi parcialmente

⁴⁶ M. N. Pearson, *Merchants and Rulers in Gujarat: The Response to the Portuguese in the Sixteenth Century* (Berkeley-Los Angeles, 1976), 57-60; o relato provém de Couto, *Década Décima*, parte I. É digno de nota o facto de Pearson não usar o relato de Monserrate nem de Bayazid Bayat, nem mesmo o documento citado na nota 50, no seu livro.

pilhado. O último episódio desta série é de 1585 e o «vilão» é ainda o capitão de Surrate. Nessa ocasião, escreve Couto, Qilij Khan enviaria um navio bem armado a Jiddah sem um cartaz, mais uma vez desafiando os portugueses. No seu regresso, todavia, o navio encalhou perto de Surrate, sendo destruído por uma frota portuguesa. Qilij Khan terá então perdido o seu navio e a sua «fama».

Todo o quadro é típico de Couto, com a sua tendência para reduzir tudo ao dramatismo de um choque de personalidades. De um lado, temos Qilij Khan, um turco cortês e audacioso, sempre de mão na bainha, para assegurar que a sua espada era o melhor cartaz e que – sozinho, desafiando o estado mogol tanto quanto o Estado da Índia – seria ultrapassado pela lógica da arrogância. De forma a fazê-lo, mobilizaria a família (o irmão, em 1581) e amigos (o capitão de Broach). Couto, no seu estilo tipicamente boateiro, descreve com algum detalhe a família de Qilij Khan, explicando que este fora companheiro de infância de Akbar, e chegando ao ponto de fazer estimativas sobre a sua fortuna pessoal. Akbar é visto, por sua vez, como inocente das acções dos seus capitães e incapaz de os controlar. Mas será que as nossas outras fontes, mogóis e portuguesas, condizem com este retrato?

Começemos por recordar que, de acordo com a *Akbar Nâma*, Qutb al-Din Muhammad Khan (o «Capitão de Baroche») já fora mandado por Akbar, no início de 1580, atacar Damão. Além disso, as informações de Fernão Teles de Meneses acima citadas sugerem que em Setembro de 1581 os portugueses de Goa acolheram tal ameaça como emanando não de uma iniciativa local, mas da corte mogol de Akbar. Em terceiro lugar, a história de Qilij Khan não bate completamente certo, pois não era nenhum novato em termos de negociações. Como *hâkim* de Surrate, é provável que tenha negociado com os portugueses, em 1576, a concessão de cartazes aos navios da *hajj*: nas palavras de Abd al-Qadir al-Badayuni, ele foi «com Kalyan Rai Baqqal, um habitante de Cambaia, ao porto de Surrate obter um acordo dos europeus, para que libertassem os navios de Sultan Khwajah [o *Mîr Hajj*], que por necessidade de tal acordo permanecia imóvel».⁴⁷ O leitor das crónicas mogóis descobre

⁴⁷ Badayuni, *Muntakhab ut-Tawârikh*, vol. II, 249, onde estes acontecimentos são situados em 1576 (ou seja, Rajab 984 A. H.), sugerindo que o grupo da *hajj* era o de Gulbadan. É estranho que outro relato sugira que 'Abd al-Azim Sultan Khwaja era *Mîr Hajj* em 1577 (985 A. H.); ver Muhammad 'Arif Qandahari, *Târîkh-i Akbarî*, trad. Tasneem Ahmad (Deli, 1993), 278-280.

outra pequena anomalia: durante a maior parte de 1581, Qilij Khan estava com Akbar no Punjab e mais tarde em Cabul, a participar na campanha contra Mirza Hakim. Além disso, após a execução de Shah Mansur Shirazi, foi brevemente nomeado *wazīr*, antes de regressar ao Guzerate, possivelmente apenas no início de 1582. Será provável que, ao mesmo tempo, se lançasse numa aventura tão arriscada contra os portugueses por sua própria iniciativa?

Uma narrativa bastante valiosa datada de 1580 ajuda a dar outra perspectiva aos acontecimentos de 1581-1583. Trata-se das memórias do veterano oficial mogol Bayazid Bayat, que embarcou nesse ano de Surrate com destino a Jiddah, no navio *Muhammadî*, pertencente a Qilij Khan e a Qutb al-Din Muhammad Khan. Acompanhava-o Khwaja Yahya Naqshbandi, que já antes encontrámos. Bayazid teve muita dificuldade em conseguir permissão da corte para partir e só a conseguiu depois de os seus bens serem inspeccionados. Acontece que lhe foram encontrados 100 000 Rs, mas Akbar afastou a ideia de que seriam provenientes de algum suborno e deixou-o embarcar com os três filhos para a *hajj*. Tal como Bayazid descreve, o navio levantou âncora de Surrate e deteve-se depois em Damão, para pagar a portagem de Diu (*'ushûr-i Dîv*) aos rendeiros firangis (*ijâradârân*) que aí se encontravam. Os armadores de Surrate consideravam esta paragem mais conveniente do que na própria Diu. Uma vez em Damão, seguiu-se uma complicada negociação; os rendeiros não queriam subir a bordo para avaliar a carga, a não ser que fosse enviado para terra um refém. Um dos filhos de Bayazid foi finalmente enviado para esse fim, chegando-se a um acordo após avaliação, e como os outros passageiros não tinham liquidez, Bayazid avançou a soma de 10 000 *mahmûdis* em nome de todos, com a intenção de a recuperar em Jiddah. Nestas negociações é mencionado um oficial de Surrate chamado Hasan Chunu, intitulado *nâkhubdâ-yi jahâzât-i Sûrat*, que transportou de volta um documento por conta de Bayazid a Tehpal, o *chaudhuri* do porto. Assim que o assunto foi dado por encerrado, a viagem decorreu rapidamente e sem história; o navio deixou Damão a 1 Safar 988 a. H. e avistou as montanhas de Adem catorze dias depois.⁴⁸ Bayazid permaneceu na Hijaz três anos e os firangis não são mencionados muito mais vezes no seu relato. Mesmo assim as suas memórias dão-nos uma visão escorregada das

⁴⁸ Bayazid Bayat, *Tazkira-i-Humâyûn wa Akbar*, ed. M. Hidayat Hosain, 355-356. Agradeço ao Professor Sharif Husain Qasemi do Departamento de Persa, University of Deli, por ler comigo esta secção do texto.

inconveniências e negociações inerentes à realização de qualquer viagem entre Surrate e o mar Vermelho na época.

Uma leitura cuidadosa do relato do jesuíta Monserrate permite-nos também uma saudável correcção ao retrato muito colorido pintado por Couto. A partir da sua posição na corte mogol o jesuíta considerou que o conflito de 1581-1582 teria três causas. Em primeiro lugar menciona o episódio da *hajj* de Gulbadan e o consequente conflito sobre Bulsar; outras fontes jesuítas, incluindo uma carta de 1582 abaixo citada, confirmam que Gulbadan estava muito zangada com os portugueses e acusam-na de espalhar rumores falsos acerca de uma frota otomana no seu regresso da *hajj*. Em segundo lugar Monserrate, como outros observadores, menciona a aborrecida questão dos cartazes, que criou um mal-estar entre os funcionários portugueses e os mogóis. Em terceiro lugar surge o *casus belli* que nessa ocasião, a fazer fé no seu relato, foi um ataque não provocado dos mogóis aos soldados da frota portuguesa comandada por Diogo Lopes Coutinho. Monserrate coloca esta última questão essencialmente em termos religiosos; nove dos soldados – incluindo um certo Duarte Pereira de Lacerda – foram, diz ele, arrastados para Surrate e solicitados a que se convertessem ao Islão, com a promessa de que lhes seriam oferecidas «riquezas, honras e belas mulheres». Quando se recusaram a fazê-lo, foram executados. A isto seguiu-se um ataque de Qutb al-Din Khan e seu filho a Damão, que por sua vez foi defendida por Martim Afonso de Melo, capitão de Damão, com a ajuda de Fernando de Castro, capitão de Chaul, Manuel de Saldanha, capitão de Baçaim e Fernão de Miranda, que comandou uma frota enviada de Goa. Após uma encarnecida luta, o ataque mogol foi neutralizado.⁴⁹

Monserrate prossegue abordando a cumplicidade de Akbar, ou falta dela, no assunto e chega a uma conclusão radicalmente diferente da de Couto. No início, diz, Akbar «jurou que a guerra tinha sido começada sem o seu conhecimento» e que Qutb al-Din Khan e Shihab al-Din Ahmad Khan (*sûbadâr* do Guzerate a partir de 1577) tinham lançado a campanha por sua iniciativa, por serem anticristãos. Uma carta jesuíta anónima de 1582 chega a afirmar que Akbar enviou uma mensagem a Goa, dizendo que o Estado da Índia era livre de atacar o Guzerate e que ficaria satisfeito se Qilij Khan e Qutb al-Din Khan recebessem o que mereciam («e que el-rei

⁴⁹ *The Commentary of Monserrate*, eds. Hoyland e Banerjee, 166-169.

mesmo avisava o Estado que fizesse todo o mal que pudesse a estes Capitães».⁵⁰ Mas em breve os jesuítas na corte mogol começaram a duvidar desta versão (que na essência é a que se pode encontrar em Couto). Monserrate afirma que os mogóis andavam a planear em segredo um ataque a Diu em 1582, que seria frustrado pelo capitão da cidade, D. Pedro de Meneses. A sua conclusão é que Akbar sabia perfeitamente das actividades antiportuguesas no Guzerate, preferindo, na altura, escondê-lo.

A visita de Monserrate a Surrate, em 1582, vindo da corte mogol a caminho de Goa, confirmou a sua opinião. Por toda a viagem presenciou os sentimentos antiportugueses; dizendo que «o mero nome de cristão ou de franco é horrível e odioso».⁵¹ Monserrate era acompanhado na viagem, a primeira etapa de uma embaixada abortiva de Akbar a Filipe II, por Sayyid Muzaffar, um nobre turani com uma ligação estreita a Qutb al-Din Muhammad Khan e de quem o jesuíta desconfiava profundamente.⁵² No entanto, Monserrate passou por Surrate com a permissão (ainda que relutante) de Qilij Khan, chegou a ser festejado com alguma cerimónia e subiu a bordo da frota bloqueante de Fernão de Miranda na foz do rio Tapti. Persuadiu Miranda a soltar um grande número dos cativos que trazia no navio, regressado do mar Vermelho, a fim de aliviar as tensões no porto.

As impressões de Monserrate durante a sua estadia em Fatehpur Sikri e depois em Surrate vão ao encontro das de outras fontes, em particular a *Akbar Nâma*. Lendo ambos os relatos em paralelo, consegue-se obter uma impressão das intrincadas manobras que estavam por trás do conflito luso-mogol nesses anos e que Couto parece não ter conseguido apreender. É claro, da leitura de Abu'l Fazl e de Badayuni, que havia realmente diferenças entre Akbar e poderosos nobres turani no Guzerate, como Shihab al-Din Khan, Qutb al-Din Khan e Qilij Khan; e isto pode ter tido origem na

⁵⁰ AN/TT, Livro 28 de Jesuítas, fls. 162-171v, reproduzido em A. da Silva Rego, ed., *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. XII (1572-1582) (Lisboa, 1958), 779-782, para uma versão bastante próxima da de Couto.

⁵¹ *The Commentary of Monserrate*, eds. Hoyland e Banerjee, 185-191, especialmente 186.

⁵² Há muita bibliografia sobre esta embaixada. Podemos contentar-nos apenas mencionando a carta que a acompanhava, redigida por Abu'l Fazl, e datada de Março-Abril de 1582, traduzida por E. Rehatsck, «A letter from the Emperor Akbar asking for Christian Scriptures», *The Indian Antiquary* (Abril de 1877): 135-139; para o contexto geral, M. S. Renick, «Akbar's First Embassy to Goa: Its Diplomatic and Religious Aspects», *Indica*, vol. VII (1970): 32-47.

oposição destes homens (um dos quais, Qutb al-Din Muhammad Khan, era tio de 'Aziz Koka) à nova política e formação ideológica que ganhava força na corte. Não será portanto inconcebível que Akbar jogasse um jogo duplo: por um lado, desejava mostrar aos ortodoxos dentro da corte (incluindo a tia, Gulbadan), aos usbeques e até aos otomanos que se opunha firmemente aos firangis; por outro lado, estava disposto a usar os portugueses contra aqueles seus nobres que se mostrassem politicamente suspeitos. Pensemos nas famosas cartas de Abu'l Fazl para Mirza 'Aziz Koka no início da década de 1590 (depois de o último ter abandonado os domínios mogóis em 1593, cheio de rancor, para a Hijaz), em que ameaçava voltar os otomanos e o Estado contra ele.⁵³ Uma ameaça vazia, na verdade, mas que mostra a natureza complexa dos cálculos da política mogol das décadas de 1580 e de 1590.

Outras provas circunstanciais fazem duvidar de que as acções portuguesas fossem apenas uma reacção ao comportamento excêntrico e intempestivo de Qilij Khan. Podemos incluir nelas o relato que Diogo Corvo fez das frotas enviadas por Fernão Teles de Meneses durante os seis meses em que foi governador, detalhando, por exemplo, as circunstâncias da partida de Goa da frota de Diogo Lopes Coutinho, tão destacada na narrativa de Monserrate.⁵⁴ Fernão Teles, lembremos, adoptou uma estratégia particular em relação ao envio de frotas de patrulha, matando dois coelhos de uma cajadada. Pressionado para fazer descer as despesas do tesouro e ao mesmo tempo ansioso por ir ao encontro do clamor dos fidalgos (posição tão bem evocada por Simão do Rego Fialho), o governador terá encorajado a prática do que se denominava «armadas de aventureiros», frotas privadas comandadas por fidalgos enviadas com a intenção clara de caçar prémios e realizar assaltos. Uma armada destas, comandada por Gonçalo Vaz de Camões, partiu logo a seguir à monção, para atacar navios de Achém e Burma no porto

⁵³ A carta pode ser encontrada na segunda *daftar* da *Inshâ-yi Abi'l Fazl*, ou *Mukâtabât-i Allâmi* (litografia, Lucknow, 1863-64), uma colecção analisada em Saiyid Athar Abbas Rizvi, *Religious and Intellectual History of the Muslims in Akbar's Reign, 1556-1605 (with special reference to Abu'l Fazl)* (Nova Deli, 1975): 318-320.

⁵⁴ BN, Paris, Fonds. Ports, n.º 23, fls. 477-77v. «Das Armadas que deitou fora e como nenhuma era saída quando chegou». Sobre as armadas de aventureiros, ver também a carta a Filipe II de D. Jerónimo Mascarenhas, Goa, 2-12-1581, BN, Paris, Fonds. Ports, n.º 23, fls. 423-23v.: «[...] tenho busquado novos modos de o servir como foi Navios avintureiros que emventei em que andei dous anos que foi meio mui conhecido de por o Malavar no estado em que esta[...]».

de Masulipatnam em Golconda.⁵⁵ Outra, de oito «navios ligeiros», foi preparada para partir para o Norte, sob o comando de D. Simão da Silveira; quando este último adoeceu e morreu, a partida da frota foi atrasada, tendo finalmente deixado Goa a 14 de Novembro de 1581, comandada por Diogo Lopes Coutinho. Foi esta frota que forneceu, como já vimos, o *casus belli*; a sua intenção explícita e por isso provocadora era «andar às presas». As dificuldades encontradas por Coutinho e a situação agravada de Damão acabariam por exigir o envio de reforços, que Couto descreve com algum pormenor.

Nem os mogóis nem os portugueses saem daí cobertos de glória: mas as acções de Qilij Khan também não são simplesmente uma idiosincrasia de alguém que era «um pouco lento para perceber o sistema» devido ao facto de ser «um devoto muçulmano sunita» e por isso «menos inclinado a submeter-se aos portugueses do que um muçulmano que levasse a sua religião de maneira mais ligeira».⁵⁶ O contexto mogol é aqui importante: enquanto durassem as pretensões de Akbar a ser o *Imâm-i Âdil* e o *Insân-i Kâmil*, o que parece ter acontecido, até ao final da década de 1580 (na verdade bastante próximo do milénio islâmico em 1591-1592), teriam de aparecer as contradições na sua imagem. Alguns dos jesuítas continuaram a vê-lo, até à sua morte em 1605, como um cripto (ou talvez proto) cristão, um candidato a Preste João; por seu lado, o Estado da Índia via nele um «inimigo encuberto», como Matias de Albuquerque e D. Francisco da Gama insistiram na década de 1590. No contexto da transição de 1580-1581, esta imagem internamente inconsistente contribuiu para a confusão no Estado, cujas relações externas eram já tumultuosas devido ao grande realinhamento que ocorria na Europa. Ainda tementes de uma «ameaça turca» que, na verdade, a leste de Mascate era uma quimera, muito mal informados sobre as alterações na política do Decão da altura, nem Couto nem, com toda a probabilidade, Fernão Teles de Meneses dominavam a lógica emaranhada do comércio e das peregrinações nos domínios mogóis. Como aconteceria mais tarde nesse século com Shah 'Abbas, a resposta portuguesa a Akbar terá sido uma mistura de admiração e de ódio, e a verdade é que nenhuma destas emoções ajuda na condução de uma boa política.

⁵⁵ Cf. Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce...*, 155; o relato baseia-se em Couto, *Década Décima*, parte I, 74-83, e AN/IT; Manuscritos da Livraria, n.º 1104, fl. 105.

⁵⁶ Pearson, *Merchants and Rulers...*, 84-85.

Conclusão

Na historiografia recente existem duas opiniões substancialmente opostas sobre os efeitos da mudança de regime em Portugal em 1580-1581. A maior parte dos historiadores institucionalistas ou legalistas, incluindo os de tendência explicitamente marxista, têm afirmado que Portugal e o seu império preservaram, graças ao sistema habsburgo de governos conciliares, um grande nível de autonomia na primeira metade do domínio filipino. De acordo com esta interpretação, muito no espírito do conde Leinsdorf, personagem de Robert Musil, é apenas a meio do reinado de Filipe III e depois em particular no de Filipe IV (e no período de predominância do conde-duque de Olivares), que o centralismo habsburgo começa a fazer sentir o seu impacto, acabando por provocar uma resposta «conservadora» sob a forma da Restauração Portuguesa.⁵⁷ Ainda de acordo com esta corrente, as mudanças dos anos de 1580 a 1610 são em geral resultado de forças grandes, impessoais e principalmente económicas: a ascensão do Brasil, o declínio do Mediterrâneo em relação ao Atlântico, a inflação importada e consequentes alterações em riqueza e distribuição de rendimento em Portugal, etc.⁵⁸ Do ponto de vista destes historiadores, em consequência, a transição de 1580-1581 nada significa para o Estado da Índia excepto talvez indirectamente, como um marcador no processo de mais longo prazo da «viragem atlântica».

Uma interpretação mais orientada para o acontecimento, e puramente política, a que já nos referimos, equacionaria directamente os

⁵⁷ Isto representa uma leitura esquemática do argumento complexo do livro de Fernando Bouza Alvarez, *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*, tese de doutoramento, Universidade Complutense, Madrid, 1987, que também forna a base de uma boa parte de António Manuel Hespanha, «O governo dos Áustria e a 'modernização' da constituição política portuguesa», *Penélope*, n.º 2 (1989, 49-74). Ver também, para um quadro anterior mas em termos semelhantes, Patrick Lincoln Williams, «The Court and Councils of Philip III of Spain», tese de doutoramento, University of London, 1973; e, mais recentemente, as obras de Antonio Feros, *Kingship and favoritism in the Spain of Philip III, 1598-1621* (Cambridge, 2000), e Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au temps du comte-duc Olivares (1621-1640): Le conflit de juridictions comme exercice de la politique* (Madrid, 2001).

⁵⁸ Aqui, os principais pontos de referência são Frédéric Mauro e Vitorino Magalhães Godinho, especialmente o artigo deste último «1580 e a Restauração», in *Ensaio*, vol. II, Lisboa (1968), 255-292. Mas ver igualmente Braudel, *The Mediterranean*, vol. II, 1181-1185.

custos políticos de 1580 para os portugueses, defendendo que não terá sido coincidência terem ocorrido depois de 1580 as primeiras expedições inglesas no oceano Índico através da Rota do Cabo, bem como o início dos sistemáticos ataques holandeses à Carreira da Índia. Além disso, para os defensores dessa perspectiva, nos anos 1580-1581 assiste-se a um enfraquecimento fundamental da posição militar e fiscal dos portugueses na Ásia, que acaba por conduzir à sua deslegitimação aos olhos dos mogóis (em benefício dos ingleses e, em menor grau, dos holandeses).

O modelo de Fernand Braudel do «ponto de viragem do século» combina elementos destas duas perspectivas, embora inclinándose especialmente para o primeiro. Contudo, introduz na análise o que parece ser um fio ligeiramente irrelevante, o suposto impulso otomano para a continuação da «guerra pelo controlo do oceano Índico» como consequência da transição de 1580-1581. Na sua opinião, a energia até aí centrada no Mediterrâneo tinha de ser transferida – usando uma espécie de lei das forças paralelogrâmica (ou o que denomina a «física das relações internacionais») – para duas zonas externas: o Atlântico e o Índico.⁵⁹ Na realidade, a pressão para oriente dos otomanos acabou por ter poucas consequências de longo prazo, mesmo nas suas fronteiras terrestres: os ganhos na Geórgia, no Irão ocidental e no Azerbaijão não podiam, pura e simplesmente, ser sustentados. Quanto ao oceano Índico, que o próprio Braudel, candidamente, admitia ser para si uma «quantidade desconhecida», esforçamo-nos por mostrar, entre outras coisas, que não faz muito sentido ver as alterações aí ocorridas nesse período como principal – ou significativa – consequência de uma luta luso-otomana.

A abordagem seguida neste capítulo tentou uma tática diferente das atrás delineadas: a exploração da interacção entre alterações políticas e ideológicas internas em várias potências, e o sistema mais alargado de alianças políticas internacionais, concentrando-nos nos portugueses e nos mogóis. Isto levou-nos a considerar 1580-1581 como um momento não apenas na história ibérica mas em termos mais gerais. Uma das principais motivações para esta reconsideração, como adiantámos logo no início, decorre da insatisfação persistente com a abordagem neo-weberiana estrutural-funcional, que na década de 1970 entrou na moda para o estudo do Estado da Índia e do comércio no oceano Índico em geral, com o desfilar assertivo de

⁵⁹ Braudel, *The Mediterranean...*, vol. II, 1166, 1174-1176.

categorias imutáveis como «os portugueses», «os holandeses», «os otomanos», «os mogóis», «mercadores», «soberanos», «empresas redistributivas», etc. Os motivos de todos os agentes e actores neste mundo de comércio e política têm de ser examinados, não só para retrospectivamente os encaixarmos em esquemas funcionais e desenvolvimentistas binários (pedintes *versus* príncipes, mercadores *versus* soberanos, empresas redistributivas *versus* produtivas, a marcha inexorável de um actor principal dinâmico e «racional» sobre o seu lento Outro), mas também para reconstituirmos os contextos materiais e ideológicos das acções. Visto nestes termos, os anos 1580-1581 representam um conjunto de tensões não resolvidas na Índia mogol, na Ásia portuguesa e na sua interacção. É precisamente por isso que poderão ser importantes.

Capítulo 8

Portugueses, mogóis, e a política do Decão, c. 1600

La razón de Estado común, se puede definir que es una doctrina especial, que por medio de varias reglas hace diestro a un príncipe o para mantener en su propia persona los Estados que posee, o para conservar en los mismos en la forma, y grandeza original que tiene, o para con nuevos aumentos ilustrar la antigua massa que ellos se forman.

Pedro Barbosa Homem, *Discursos* (c. 1627).¹

Introdução

Apesar de a biografia da «gente miúda» da Ásia dos portugueses, nos séculos XVI e XVII, ter conhecido algum êxito nos últimos anos, já as «grandes personagens» da época não foram particularmente bem tratadas. Existem biografias medíocres para homens como D. João de Castro, um pouco melhores sobre Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida, Tristão da Cunha, Diogo Lopes de Sequeira ou António de Saldanha, e nada que mereça sequer menção sobre, por exemplo, Nuno da Cunha ou D. Luís de Ataíde. Quer isto dizer que estamos longe de poder olhar com sobrançeria, e

¹ Citação retirada de Pedro Barbosa Homem, *Discursos sobre la verdadera y jurídica razón de Estado* (Coimbra, c. 1627), in Javier Peña Echeverría, ed., *La razón de Estado en España, Siglos XVI-XVII* (Madrid, 1998), 181.

declarar a morte da biografia, já que o género foi aqui praticamente inexplorado, pois o que aconteceu com a biografia na Ásia portuguesa pouco mais foi do que um exercício de hagiografia secular.² É evidente que há excepções a esta leitura esquemática, aí se destacando os estudos desenvolvidos por nomes incontornáveis da historiografia luso-asiática, caso de C. R. Boxer (sobre André Furtado de Mendonça), Jean Aubin (que escreveu importantes estudos sobre Duarte Galvão, Duarte Pacheco Pereira, e Francisco de Albuquerque), Panduronga Pissurlencar, Luís de Albuquerque, assim como (ainda que com algumas limitações enquanto historiador) Georg Schurhammer S. J. com a sua biografia de Francisco Xavier. De modo a que possamos avançar para uma história social (e até mesmo cultural e política) com algum significado, o reviver da «biografia social» como um género para a Ásia portuguesa continua a ser, por conseguinte, um desiderato.³

Estas considerações servem, em parte, para justificar as páginas que se seguem.

Iniciei recentemente uma investigação sobre a vida e a época de um fidalgo português, D. Francisco da Gama (1565-1632), quarto conde da Vidigueira, e por duas vezes vice-rei da Índia, de 1597 a 1600, e a segunda vez de 1622 a 1628. Esse trabalho assemelha-se a dois outros projectos, um meu, e o outro de Anthony Disney. O meu outro projecto, bastante envolvente, foi o estudo – publicado em 1997 – do fundador da casa da Vidigueira, o próprio Vasco da Gama.⁴ Disney, por seu turno, tem publicado um conjunto de estudos que fazem parte da biografia de um outro vice-rei português, D. Miguel de Noronha, conde de Linhares (em Goa de 1629 a 1635).⁵ A obra de Disney tem sido substancialmente auxiliada pela

² No início da década de 1990, Kenneth McPherson e eu próprio co-dirigimos um projecto intitulado «From Biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia, 1500-1800», o qual foi publicado, de forma truncada, e sem a introdução correspondente, na revista *Mare Liberum*, n.º 5 (1993). A mesma ideia foi repetida num volume dos *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIX (2000), intitulado «Biografias», com um evidente desconhecimento do primeiro projecto.

³ Isto para não mencionar o trabalho paralelo no domínio negligenciado da prosopografia; um exemplo útil é Santiago de Luxán Meléndez, «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», *Cuadernos de Investigación Histórica*, n.º 12 (1989), 197-228.

⁴ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama* (Cambridge, 1997).

⁵ Cf. Anthony Disney, «The viceroy Count of Linhares at Goa, 1629- 1635», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, eds., *II Seminário Internacional de História*

existência de vasta documentação em Goa, nos dois arquivos principais de Lisboa, e no de Simancas, para além do diário de Linhares, que sobreviveu em fragmentos. Quanto a Vidigueira, estamos relativamente bem servidos em relação ao seu segundo vice-reinado na década de 1620, constituindo o triénio de 1597 a 1600 um problema muito maior.⁶ As séries vulgares não nos fornecem as suas cartas ou documentos desses anos. Contudo, com base na pesquisa feita anteriormente sobre a correspondência diplomática entre os monarcas asiáticos e Goa, nos finais do século XVI, tornou-se possível reconstituir parte do contexto político da Ásia em que se desenvolveram as actividades do conde da Vidigueira durante o seu primeiro mandato como vice-rei.⁷

O conde da Vidigueira pertencia a uma importante família nobre portuguesa dos séculos XVI e XVII, e era bisneto do célebre Vasco da Gama, o descobridor do caminho marítimo para a Ásia, via cabo da Boa Esperança, em 1498. Outros membros da família também desempenharam papéis de relevo na história dos portugueses na Ásia, incluindo os filhos de Vasco da Gama, Estêvão da Gama e Cristóvão da Gama, tendo sido, o primeiro, governador do Estado

Indo-Portuguesa. Actas (Lisboa, 1985), 301-315; «The Viceroy as Entrepreneur: The Count of Linhares at Goa in the 1630s», in Roderich Ptak e Dietmar Rothermund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750* (Estugarda, 1991): 427-444; «On attempting to write an early modern biography: My encounter with the life of Dom Miguel de Noronha, Fourth Count of Linhares (1588-1656)», *Indica*, vol. XXIX, n.º 2 (1992): 89-106.

⁶ António da Silva Rego, «O início do segundo governo do vice-rei da Índia D. Francisco da Gama, 1622-1623», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, t. XIX (1978): 323-345, especialmente 323-328. Já anteriormente me ocupei, de passagem, da carreira do conde da Vidigueira no meu ensaio «An Augsburg in Asia Portuguesa: Further Light on the Commercial World of Ferdinand Cron, 1587-1624», in Ptak e Rothermund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs*, 401-425, e na minha obra *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History* (Londres, 1993), 234-236.

⁷ Curiosamente, a vida do contemporâneo e rival político de Vidigueira, o frade agostinho, governador e homem da Igreja D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1617), está mais bem documentada, a partir de registos eclesiásticos. Veja-se, por exemplo, padre Avelino de Jesus da Costa, «Acção missionária e patriótica de D. Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente», *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, parte I, Lisboa (1940): 209-247; e um número de artigos de Carlos Alonso O. S. A., nomeadamente «Documentación inédita para una biografía de Fr. Alejo de Meneses, O. S. A., Arzobispo de Goa (1595-1612)», *Analecta Augustiniana*, vol. XXVII (1964): 263-333. Mais uma vez, contudo, sente-se o deslize imperceptível da biografia para a hagiografia. Veja-se, ainda, Sanjay Subrahmanyam, «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du christianisme en Inde», *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n.º 103 (1998): 21-42.

da Índia durante um curto período, nos primeiros anos da década de 1540, e o segundo, chefe de uma fracassada expedição à Etiópia, em 1541.⁸ O terceiro conde da Vidigueira, neto de Vasco da Gama, foi D. Vasco Luís da Gama, que para além do seu posto hereditário de almirante das Índias, esteve também estreitamente associado à Casa Real, sucedendo-se como estribeiro-mor nos reinados de D. João III e de D. Sebastião. Pelo casamento, entrou para uma família politicamente poderosa, a família dos condes de Castanheira, sendo sua esposa, D. Ana de Ataíde, filha do primeiro conde, António de Ataíde, o mais próximo confidente de D. João III. Quer isto dizer que o tio materno de D. Francisco da Gama era o potente bispo de Viseu, D. Jorge de Ataíde (1539-1611), que, a partir de 1579, sob o domínio dos Habsburgos, desempenhou uma série de cargos de grande importância política em Portugal e em Espanha, incluindo o de presidente do Conselho de Portugal. Esta relação foi de grande utilidade para D. Francisco em muitos aspectos, sobretudo quando as suas perspectivas de carreira pareciam seriamente ensombradas.⁹

Um acontecimento crucial e mesmo determinante na vida de D. Francisco da Gama foi a sua participação na malfadada campanha do Norte de África de D. Sebastião, em 1578. Com o rei, nessa expedição, estava a nata da nobreza portuguesa, incluindo os duques de Bragança e de Barcelos, o conde da Vidigueira e o seu filho, de treze anos, D. Francisco da Gama, D. Duarte de Meneses (futuro vice-rei, entre 1584 e 1588), Cristóvão e Álvaro Pires de Távora, irmãos de Rui Lourenço de Távora (igualmente vice-rei entre 1608 e 1612). Muita desta nobreza foi morta ou capturada na célebre batalha de Alcácer Quibir, no dia 4 de Agosto de 1578. O conde da Vidigueira encontrava-se entre os que morreram, e o seu filho foi feito prisioneiro, com mais de trezentos e setenta fidalgos, desde D. Duarte de Meneses até ao filho do conde do Vimioso,

⁸ Em 1626, durante o seu segundo vice-reinado, o conde da Vidigueira conseguiu recuperar, com algum esforço, os restos mortais de seu tio-avô Cristóvão da Gama, que estavam na Etiópia, mostrando uma vez mais o valor que dava à reputação da sua família; cf. *The «Itinerário» of Jerónimo Lobo*, trad. D. M. Lockhart, ed. M.G. da Costa, anotações de C. F. Beckingham (Londres, 1984), 208-217.

⁹ Sobre D. Jorge de Ataíde, veja-se British Library (daqui em diante BL), Manuscritos Adicionais, Addn. 28 428, lis 156r-174v, *Memorial de la vida y muerte del lmo y Rmo Señor Don Jorge de Atayde...*; e sobre os primórdios da sua carreira, BL, Mss. Adn. 20 957, *Livro terceiro do Senhor Bispo Dom Jorge de Ataíde*. AN/TT, Convento da Graça, t. III [cx. 2], 7.

D. Francisco de Portugal.¹⁰ Oitenta desses fidalgos capturados vieram a ser resgatados do monarca Sa'di pela soma de 400 000 cruzados, e D. Francisco da Gama estava entre eles. O homem que negociou o resgate, D. Duarte de Meneses (1537-1588), tivera o posto de mestre-de-campo general na campanha de 1578, e era um dos cativos. Foi com a sua filha, D. Maria de Vilhena, que D. Francisco da Gama veio a casar entre 1583 e 1584, mostrando mais uma vez até que ponto a «Geração de Alcácer», como grupo, teve um profundo impacto na administração dos Habsburgos na Ásia portuguesa.¹¹

Depois de voltar do Norte de África para Portugal, D. Francisco viu confirmada a sua posição como conde da Vidigueira e almirante das Índias por Filipe II de Espanha, que se tornara rei de Portugal em 1580. Uma carta datada de 10 de Janeiro de 1581, que lhe foi enviada de Elvas por Filipe II, convoca-o para estar presente nas Cortes (em que Filipe ia ser aclamado rei de Portugal), ou a enviar um procurador com poderes para jurar lealdade, em seu nome, a Filipe de Espanha.¹² Outras cartas do rei, enviadas entre os anos 80 e o princípio dos anos 90, confirmam que o conde da Vidigueira pertencia ao número daqueles que estavam encarregados de executar certas tarefas menores relacionadas com a governação dos Habsburgos, e que o elo que unia o monarca e o seu súbdito era fortalecido pelo facto de este ser membro da Ordem de Cristo, da qual Filipe era o Mestre.

Herdeiro de grandes propriedades, D. Francisco manteve-se em Portugal na década de 1580 e princípios da década seguinte, ao contrário do que aconteceu com alguns dos seus irmãos, que tiveram de procurar emprego no ultramar. O seu irmão, D. Jorge da Gama, por exemplo, foi morto no Oriente por essa altura, «honradamente, em serviço del Rey meu Senhor», como se indica numa carta de pêsames de Setembro de 1587, dirigida ao conde da Vidigueira.¹³

¹⁰ BL, Mss. Adn. 20846, fls. 17r-23v, *Rol dos fidalgos que cativarão em Africa o ano de 1578 aos quatro dias de agosto*[...]

¹¹ Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa (daqui em diante AN/TT, Convento da Graça, t. III (cx. 2), 1, carta do cardeal D. Alberto ao conde da Vidigueira, 27 de Fevereiro de 1585, que se refere a «o Viso Rey dom Duarte, vosso Sogro».

¹² AN/TT, Convento da Graça, t. III (cx. 2), 7.

¹³ Sobre as condolências pela morte de D. Jorge da Gama, ver a carta do cardeal D. Alberto para o conde, AN/TT, Convento da Graça, t. III (cx. 2), 3. A presença de D. Jorge na Ásia já é apontada por Diogo do Couto na sua *Década Décima*, parte I, 425, onde D. Jorge é mencionado como um dos capitães da frota de patrulha do Mascate daquele ano. A sua morte perto de Mascate, enquanto combatia as forças de «Nequilús», em 1585, é relatada na *Década Décima*, parte II, 253-255.

Outros dois dos seus irmãos ingressaram na carreira eclesiástica: um deles, D. António, tornou-se frade capucho, e o outro, D. João da Gama, ascendeu ao cargo de bispo de Miranda. Ainda um outro irmão, D. Luís da Gama (ou D. Vasco Luís da Gama, tal como aparece nas genealogias da família), serviu durante muito tempo na Ásia, nos anos 90, e, daí em diante, esteve implicado, por exemplo, na perda do forte de Kamaran (ou Gombroon), em Setembro de 1614, a favor do Shah 'Abbas do Irão.¹⁴

Foi então, em 1595, com a idade de trinta anos e sem serviço notável em qualquer cargo administrativo, que o conde da Vidigueira foi nomeado vice-rei da Ásia portuguesa. A sua designação não foi longamente ponderada. Em 1593, quando se discutiu a questão no Conselho de Portugal, a propósito da substituição de Matias de Albuquerque (que tinha sido vice-rei desde Maio de 1591), os candidatos mais fortes pareciam ser Fernão Teles de Meneses (que tinha desempenhado o cargo de governador interino em Goa durante sete meses, em 1581), Fernão da Silva (governador do Algarve), e o conde de Linhares.¹⁵ Este último chegou a ser escolhido, mas recusou-se a aceitar, razão pela qual foi dada a Matias de Albuquerque uma segunda comissão de três anos, até 1597. Em Agosto de 1595, o conde da Vidigueira foi escolhido por Filipe II para lhe suceder, contra o parecer dos governadores de Portugal, ficando decidido que embarcaria na Primavera de 1596, para tomar conta do governo no fim desse ano.¹⁶

É difícil encontrar entre os vice-reis da Ásia portuguesa dois tipos mais diametralmente opostos do que Matias de Albuquerque e Francisco da Gama. Este último ascendeu ao cargo de vice-rei

¹⁴ Para pormenores sobre a família, ver Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, t. xv (Braga, 1939), 75-76; igualmente o estudo de A. C. Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira: Estudo Histórico* (Lisboa, 1898). Sobre D. Luís da Gama em Ormuz e Kamaran, ver AN/TT, Convento da Graça, t. II-E (cx. 6), 161-173.

¹⁵ BL, Mss. Adn. 20 929, carta de D. Juan de Silva, conde de Portalegre, a Filipe II, Agosto de 1593, fls. 49r-49v; sobre a recusa do conde de Linhares, ver a carta do conde de Portalegre a D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, fls. 74v-77r, Novembro de 1594.

¹⁶ AN/TT, Colecção São Vicente, vol. XII, 119-120, carta dos governadores de Portugal para Filipe II, datada de Lisboa, 8 de Agosto de 1595. Ver também o *Memorial de Pero Roiz Soares*, ed. M. Lopes de Almeida, vol. 1 (Coimbra, 1953), 319; Soares, um diarista contemporâneo, descreve a nomeação da seguinte maneira: «Em abril de 1596 mandou elRey por viso Rey a India o conde da vidigueira almirante genro do Vizo Rey dom duarte de menezes que antão era veuvo e mancebo de muitas e boas partes dado que não tinha experiensia nem ido a India...»

quase apenas por um direito definido pelo seu nascimento e pelas suas ligações familiares, tendo atrás de si o prestígio não só do seu bisavô, mas também do seu defunto sogro. As razões de uma nomeação como a dele podem encontrar-se numa carta do conde de Portalegre para o marquês de Castelo Rodrigo, Cristóvão de Moura, escrita em Novembro de 1594, por ocasião da recusa do conde de Linhares em ir para a Índia como vice-rei, nos termos que lhe eram propostos. Escrevia ele nessa carta: «Tiene tambien la India extrema necesidad de todo lo necessario a conservarse, diniero, gente, municiones, cabeças, authoridad, brio, y esperanza de premio por las armas. La cosa destas mas necessaria y de que tiene maior falta es de caballeros y personas particulares», e acrescenta que «a há dicho que sacara ei conde [de Linhares] mas cavalieros que otro hombre de Portugal y a esto será menester ayudarle valentemente.» A conclusão, portanto, era a de que se o conde de Linhares não quisesse ir, deveria ser enviado um fidalgo da mesma categoria, igualmente capaz de levar consigo um séquito que causasse impacto na Ásia portuguesa.¹⁷

Contrastando radicalmente com o conde da Vidigueira, Matias de Albuquerque era um fidalgo relativamente pouco importante, cuja principal virtude foi ter desempenhado o posto de capitão na Ásia por várias vezes entre 1570 e 1590, para além de ter comandado várias armadas, antes de ser nomeado vice-rei. Nos finais da década de 1570, por exemplo, comandou a armada nas águas do Sudeste Asiático, combatendo contra os achéns; depois, no princípio da década de 1580, dirigiu a armada que patrulhou a costa do Malabar durante várias estações, antes de ascender à capitania de Ormuz. Os pontos altos da sua carreira encontram-se sumariados na crónica anónima e não publicada, intitulada *Vida e Acções de Mathias de Albuquerque*, da qual existem pelo menos duas cópias.¹⁸ O texto é uma

¹⁷ Carta do conde de Portalegre a D. Cristóvão de Moura, BL, Mss. Adn. 20 929, fls. 75r-76r, Novembro 1594. Compare-se esta discussão sobre a escolha de um vice-rei, em 1603, in BL, Mss. Adn. 28 432, fls. 66r-81r, com as opiniões de Francisco Nogueira, de Henrique de Sousa Godinho, do conde de Vila Nova, do vice-rei de Portugal, D. Pedro de Castilho, e de D. Jorge de Ataíde. A referência é ao terceiro conde de Linhares, D. Afonso de Noronha.

¹⁸ Uma análise deste texto encontra-se no capítulo 3 deste livro. Em 1603, Matias de Albuquerque foi rejeitado para o posto de vice-rei, porque, na opinião de D. Jorge de Ataíde, «alem de estar por livrar de muitas culpas que se lhe acharão nas devassas que se tirarão deile à tão pouco que dexou de ser visorey que estarão mui vivos os odios e afeições que em aqueilas partes teve, de que forçadamente se ão de seguir muitos inconvenientes naquele estado»; cf. BL, Mss. Adn. 28 432, fl. 80r. Alguns documentos relevantes para discutir esta questão (incluindo uma carta

defesa da folha de serviços de Albuquerque na Ásia, face aos ataques feitos à sua reputação depois do seu regresso a Portugal. Essa foi uma prática frequente durante os sessenta anos de domínio espanhol em Portugal (1580-1640): mais do que um vice-rei ou governador teve de enfrentar acusações de corrupção ou de cobardia ao voltar para a Europa, e foram vários os que encomendaram pequenas crónicas em defesa da sua conduta.¹⁹

É provável que o conde da Vidigueira não tenha tido de recorrer a esse expediente depois do seu primeiro vice-reinado (embora ele tenha terminado em circunstâncias um tanto ou quanto infelizes), por as suas relações com o cronista oficial, Diogo do Couto, serem já suficientemente íntimas para poder esperar deste um relato favorável nas *Décadas da Ásia*.²⁰ D. Francisco da Gama tinha razão, muito embora o relato relativamente hagiográfico de Diogo do Couto viesse mais tarde a ser contrariado pela visão bem mais azeda acerca do conde da Vidigueira, na *Ásia Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa.²¹ Por outro lado, como a única edição publicada da décima segunda *Década* de Diogo do Couto é um esboço resumido, o cronista não pôde fazer completa justiça aos acontecimentos desse período (enquanto distintos da personalidade do vice-rei, a qual recebe um tratamento exaustivo). Deste modo, não temos mais do que uns vislumbres do «contexto» asiático do vice-reinado do conde da Vidigueira.

de Matias de Albuquerque defendendo o seu governo) podem ser encontrados na James Ford Bell Library da Universidade do Minnesota.

¹⁹ Ver, por exemplo, Luís Marinho de Azevedo, *Apologeticos discursos, ofrecidos a Majestade del Rey Dom Joam 5. quarto do nome entre os de Portugal, em defesa da fama e bona memória de Fernão de Albuquerque...* (Manoel da Sylva: Lisboa, 1641). O texto foi escrito como polémica dirigida a um cronista castelhano, Gonzalo de Céspedes y Meneses, *Primeira Parte de la Historia de D. Felipe el IIII, rey de las Españas* (Pedro Craesbeeck: Lisboa, 1631).

²⁰ Ver Charles R. Boxer, «Diogo do Couto (1543-1616), Controversial Chronicler of Portuguese Asia», in R. O. W. Goertz, ed., *Iberia – Literary and Historical Issues: Studies in Honour of Harold V. Livermore* (Calgary, 1985); também António Coimbra Martins, «Pelos Vidigueira e Dom Francisco», in idem, *Em torno de Diogo do Couto...*, 69-95, e Coimbra Martins, «Diogo do Couto et la famille Da Gama: Un traité inédit», *Revue des Littératures Comparées* (1979): 279-292.

²¹ Manuel de Faria e Sousa, *The Portuguese Asia: Or, the History of the Discovery and Conquest of Asia by the Portuguese*, trad. Capt. John Stevens, vol. III (Londres, 1695), 93-124.; também os comentários in Silva Rego, «O início do segundo governo...». Para outra avaliação particularmente gravosa feita por um contemporâneo do conde da Vidigueira, ver *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del Rey de España Dom Felipe III hizo al Rey Xá Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz, 2 vols. (Madrid, 1903-1905), vol. II, 587-603.

As outras fontes clássicas também não ajudam muito neste aspecto. Todas elas descrevem um ou outro acontecimento principal, e passam em silêncio a maior parte dos restantes, como podemos ver, por exemplo, no resumo contido no *Tratado de todos os Visoréis e Governadores* de Pedro Barreto de Resende (escrito em 1635), onde se refere que o conde da Vidigueira partiu de Lisboa com seis naus no dia 10 de Abril do ano de 1596, passou o Inverno em Mombaça e chegou a Goa no dia 22 de Maio de 1597, onde governou durante três anos e sete meses, e depois partiu para Portugal. Entre os acontecimentos do seu vice-reinado que aí são mencionados, estão o facto de ele ter mandado Lourenço de Brito com uma armada para sul, onde os javaneses lhe capturaram três galeras, de ter enviado o seu irmão D. Luís da Gama, contra o «Cunhalle» (ou seja Muhammad Kunjali Marikkar, o chefe mapila de Kerala), com mais de quatrocentos portugueses, que também regressaram derrotados, e de finalmente, no ano de 1599, ter enviado outra vez, com o mesmo objectivo, André Furtado de Mendonça. Este foi mais bem-sucedido do que D. Luís e trouxe «Cunhalle» numa galera para Goa, onde foi decapitado e esquartejado pelas autoridades portuguesas.²² Fica assim realçado o único verdadeiro sucesso desse vice-reinado, sob o ponto de vista dos portugueses: nomeadamente, o ataque vitorioso montado à posição do chefe mapila, com a conivência dos rajás Samudri de Calecute. A crescente presença dos holandeses no Sudeste Asiático é resolvida com um comentário relativamente breve, e quanto ao resto da Índia, o interior de Goa, ou o Guzerate, isto é, as áreas onde os portugueses entravam em contacto com os mogóis, há pouca menção delas.

Mogóis e portugueses na Índia ocidental

Muito tem sido escrito sobre as relações entre os mogóis e os portugueses depois da conquista do Guzerate pelos mogóis em 1573. Há três explicações distintas na historiografia, embora muitas vezes elas apareçam interligadas. Desde logo, há quem faça notar que os portos mogóis do Guzerate, e os portos controlados pelos

²² Bibliothèque Nationale, Paris (daqui em diante BN), Fonds Portugais, 36, *Primeira parte deste livro do Estado da Índia...*, fls. 71v.-72r, com um retrato do conde da Vidigueira na fl. 71v.

portugueses, tais como Goa e Ormuz, tinham importantes relações comerciais no último quartel do século XVI, pelo que, para que as «cáfilas» ao longo da costa ocidental ou as frotas anuais para o golfo Pérsico pudessem efectuar regularmente as suas carreiras, uma conciliação de interesses era necessária. Ambas as partes tinham interesse na matéria, os mogóis porque Surrate era assim abastecido de «reales» de prata e outras mercadorias, o Estado da Índia porque recebia as receitas da alfândega, e porque os têxteis do Guzerate, trazidos para Goa, podiam ser transportados para a Europa. Também os comerciantes particulares portugueses sediados em Surrate, Rander, Cambaia e outros centros formavam uma espécie de grupo de pressão que actuava sobre a administração de Goa.

A par disso, o tráfego do *hajj*, no qual o estado mogol estava interessado, é também convocado como fazendo parte desse feixe de relações. Aqui, os portugueses, as autoridades que concediam «cartaz» (*i. e.*, licença de navegação), e os mogóis, cujos barcos recebiam os salvo-condutos, tinham de entrar em negociações semelhantes às que eram feitas entre os portugueses e os reis do Decão para o mesmo efeito. Claro que essas negociações eram uma fonte de conflito, porque os mogóis, evidentemente, não aceitavam os «cartazes» de bom grado, e as autoridades portuguesas, por seu turno, não perdiam qualquer oportunidade para extorquir benefícios desse acordo. Ao mesmo tempo, era necessário um alinhamento com as realidades dos equilíbrios do poder marítimo, caso se quisesse manter o *hajj* de Surrate e de outros portos.

Um terceiro aspecto, talvez o mais conhecido, do qual se podem encontrar vestígios nos finais da década de 1570, é a presença de jesuítas na corte de Akbar, a que já nos referimos no princípio deste trabalho, a qual conferia uma dimensão religiosa às negociações. Os padres esperavam, em vão, converter o monarca, ou pelo menos alguns dos seus nobres mais importantes. Mas também serviam de ligação entre as autoridades de Goa e a corte mogol, sendo assim uma presença útil, uma vez que o Estado da Índia e os mogóis não mantinham missões diplomáticas permanentes nos seus respectivos domínios.

Mesmo a partir do simples resumo acima apresentado, torna-se evidente que as relações entre os mogóis e os portugueses tinham, potencialmente, tanto de conflito como de colaboração, porque os seus interesses básicos não eram, de modo algum, coincidentes. Basta consultar a obra de Monserrate, para termos a confirmação disso,

já que o seu relato menciona em pormenor as dificuldades entre os mogóis e os portugueses no Guzerate e ao largo da costa do Concão, em 1581-1582.²³ A crónica oficial de Abu'l Fazl's, *Akbar Nâma*, é igualmente explícita no que respeita a esta questão.²⁴

A equação mogol-portuguesa era, portanto, ambígua, mesmo que só consideremos o Guzerate. A expansão mogol noutras direcções também não era muito bem recebida pelos portugueses, como se pode ver no relato feito por Diogo do Couto da expedição do rajá Man Singh para leste, na década de 1590. O que é verdadeiramente decepcionante é que o capítulo da sua crónica que chegou até nós diga tão pouco sobre a principal expansão mogol de 1597 a 1600: a incorporação de vastas regiões do Decão, e em particular do sultanato de Ahmadnagar,²⁵ o que contrasta claramente com a atenção pormenorizada que Diogo do Couto presta aos assuntos do Nizam Shahi, em partes anteriores da sua *Ásia*. A luta pela sucessão por morte de Burhan Nizam Shah (1508-1554), o cerco de Chaul em 1570-1571, as antigas ameaças mogóis a Ahmadnagar na década de 1580, as relações entre os portugueses e Nizam Shahi no vice-reinado de Matias de Albuquerque, todos esses factos recebem a devida atenção.

A redescoberta de algumas cartas do conde da Vidigueira para Filipe III, datadas de 1599, preservadas em duas cópias, na Colecção

²³ H. Hosten, ed., «Mongoliecae Legationis Commentarius», in *Memoirs of the Asiatic Society of Bengal*, vol. III (1914): 513-704; S. N. Banerjee e John S. Hoyland, trad. *The Commentary of Father Monserrate S. J. on his Journey to the Court of Akbar*, Londres, 1922. Para uma discussão do contexto em 1580-1581, veja-se o capítulo 7 deste livro.

²⁴ Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, trad. H. Beveridge (reimpressão, Deli, 1989), 409-410. A postura antiportuguesa de Akbar neste período também encontra eco na carta para 'Abdullah Khan Uzbek. Para mais detalhes, ver Mansura Haider, «Relations of Abdullah Khan Uzbek with Akbar», *Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, Paris, vol. XXII, n.ºs 3-4 (1982): 313-331. Uma carta mais tardia para 'Abdullah Khan, de 1586, na qual se sublinha, mais uma vez, o desejo de expulsar os portugueses, pode ser encontrada no *Akbar Nâma*, vol. III, 754-760. É curioso que a relação entre a partida de Gulbadan Begam para o *hajj* e a atitude de Akbar em relação aos portugueses seja ignorada por M. N. Pearson, «The Estado da Índia and the Hajj», *Indica*, vol. XXVI (1/2) (1989): 103-118, e 117-118.

²⁵ A *Década Duodécima* está dividida em cinco livros, num total de sessenta e três capítulos, que tratam todos do vice-reinado do conde da Vidigueira. Destes, os assuntos do Malabar são, de longe, os dominantes, mas quatro capítulos estão relacionados com os mogóis. Dois destes (24-39) são dedicados aos assuntos de Man Singh («Manacinga»), e outros dois à conversão ao cristianismo, pelos agostinhos, do príncipe de Badakhshan («Abadaxam»), filho de Mirza Shahruk, em Ormuz (483-505).

Altamira (que faz parte dos Manuscritos Adicionais) do Museu Britânico e na Biblioteca Nacional de Lisboa, permitiu traçar, assim, algumas hipóteses. Na parte que se segue, concentrar-me-ei largamente numa carta escrita pelo conde nos finais de 1599, que trata em grande medida da política do Decão e do papel nela desempenhado pelos mogóis.²⁶ A carta revela o que parece ser uma influência, até agora insuspeitada, dos portugueses nos acontecimentos da época, mas também expõe as preocupações geoestratégicas da coroa portuguesa nos anos imediatamente anteriores à chegada à Índia dos holandeses e dos ingleses.

A expansão mogol e o Decão

Vista em retrospectiva, a expansão mogol na Índia era inevitável, mas os contemporâneos não compartilhavam inteiramente esta percepção, a não ser a partir de finais do século XVI. Na nossa perspectiva, a história do estado mogol a partir do momento da sua criação no Norte da Índia na década de 1520, até aos princípios do século XVIII, é uma história de expansão a partir do seu cerne no *doâb* do Ganges com o Jamuna, em todas as direcções, mas especialmente para sul. A seguir ao início da década de 1590, tendo capturado o Sind e sufocado até ao último suspiro a resistência organizada por Muzaffar Shah III no Guzerate, o Ocidente ficou relativamente estável; por outro lado, as campanhas expansionistas para oriente só pararam na década de 1660, com a queda de Chittagong. Quanto ao Norte e ao Noroeste, continuaram a mostrar potencial para a expansão no reino de Shahjahan (tal como demonstra a campanha do Balkh).

Mas foi no Sul, primeiro no Decão, depois no Karnataka, que os mogóis fizeram uma verdadeira guerra de desgaste, expandindo-se passo a passo desde os finais do século XVI até aos princípios do século XVIII, quando os limites mais a sul foram definidos, sob Zulfiqar Khan Nasrat Jang e Dawúd Khan Panni. Foi aí que a expansão mogol pareceu mais incerta, quando uma hoste de contestatários, desde Malik 'Ambar, no início do século XVII, a Shivaji

²⁶ BL, Addn. 28 432, fls. 13r-16v; BNL, Códice 1976, fls. 117r-121v. O último volume contém um conjunto de várias outras cartas com interesse para as relações luso-mogóis.

Bhonsle, lá mais para diante, ainda no mesmo século, se ergueu para travar o avanço da onda. Os portugueses, que tinham chegado à Índia um quarto de século antes de Babur virar a sua atenção para o Hindustão, observavam com inquietação, a partir dos seus enclaves costeiros, a expansão mogol, e nesse processo inventaram o mito colectivo do omnívoro triunvirato de gigantes do Sul e do Sudoeste da Ásia, o Grão Turco, o Grão Sufi, e o Grão Mogor.²⁷

No primeiro quartel do século XVI, quando os portugueses se estabeleceram inicialmente em Cochim e em Goa, o estado de Vijayanagar, na Índia meridional peninsular, tinha-lhes causado muito menos ansiedade, embora as relações entre Goa e Vijayanagar não fossem sempre amigáveis. Na era de Vasco da Gama e de Afonso de Albuquerque, o rei de Portugal, ainda D. Manuel, tinha sonhado com uma aliança matrimonial entre as casas reais de Portugal e de Vijayanagar. Contudo, as coisas começaram a azedar-se nas décadas que se seguiram. A ideia de usar Vijayanagar como contrapeso para manter em xeque os monarcas 'Adilshahi de Bijapur, e assim proteger a fronteira interna de Goa, era o foco principal da concepção geopolítica que o próprio Afonso de Albuquerque tinha do Decão, mas outras considerações viriam a alterar essa ideia. Primeiro, entre 1520 e 1560 não houve tentativas sérias dos sultões de Bijapur para retomar Goa, o que limitou a extensão do seu conflito. Depois, a política oficial portuguesa entrou em conflito com os postos comerciais da costa de Canará, que eram controlados (ou, pelo menos, protegidos) por Vijayanagar. Os portos de Bhatkal, Basur e Honawar, bem como Mangalore, eram considerados aliados dos mapilas, adversários dos portugueses, os quais aproveitavam, por isso mesmo, todas as oportunidades para lhes dificultar a navegação. Por fim, a relativa tolerância demonstrada no tempo de D. Manuel para com Vijayanagar – que para eles era afinal um reino «gentio», isto é, hindu – não sobreviveu às décadas que se seguiram, quando o espírito da Contra-Reforma prevaleceu na corte de D. João III, induzindo-o, entre outras coisas, a permitir que o governador Martim Afonso de Sousa ensaiasse um ataque ao templo de Tirupati, por volta de 1540.²⁸ O ataque não se efectuou, mas o facto de se

²⁷ No que respeita aos otomanos e aos safávidas, já se podem encontrar elementos desta descrição in João de Barros, *Da Ásia. Década I-IV* (reedição, Lisboa, 1973-1974). Para uma das primeiras vezes que Couto usa o termo «Grão Mogor», ver *Década Oitava*, p. 39, no contexto um ataque mogol a Damão.

²⁸ Para um relato mais pormenorizado, ver Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida (reedição, Porto, 1975), vol. IV, 299-305 e 324-325; também

ter encarado essa hipótese – com a consciência de que os reis de Vijayanagar eram os maiores patronos desse templo – sugere que o Estado da Índia se preocupava pouco em ferir os sentimentos da corte do interior do país.

O ressurgimento de Vijayanagar como potência militar sob Aravidu Rama Raya, na década de 1550 e nos princípios da década seguinte, pode ter obrigado os portugueses a parar. Mas não demoraram a aproveitar a oportunidade, quando Rama Raya foi derrotado e morto pelos sultões do Decão em 1565. A sua parte dos despojos foram os portos de Mangalore, Basrur e Honawar, que conquistaram numa série de ataques, de 1568 a 1569, assegurando assim o fornecimento de arroz a Goa e dando-lhe também fácil acesso à pimenta de Canará.²⁹ Por volta de 1580, coube ao italiano Filippo Sassetti mostrar em que medida o declínio de Vijayanagar fora prejudicial para os portugueses em Goa. Não há muitas provas de que muitos portugueses dessa época pensassem do mesmo modo, com a discutível excepção de Diogo do Couto.³⁰

O argumento de Sassetti, tal como mais tarde o de Diogo do Couto, era de carácter económico, já que considerava que o comércio de Goa dependia, em boa medida, do mercado de importação de Vijayanagar. Podiam acrescentar-se, a este, argumentos de natureza mais política e militar. O facto de, nos finais da década de 1560 e princípios da década de 1570, as colónias portuguesas do Decão e mesmo de Goa terem sido atacadas pelos sultões de Ahmadnagar e de Bijapur não terá sido uma coincidência. Aliviados da pressão imposta por Vijayanagar, estes monarcas podiam agora voltar a sua

o anónimo «Verdadeira enfformaçam das coisas da India (1544)», in A. da Silva Rego, ed., *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. III (Lisboa, 1963), 199-234. O caso de Tirupati também é referido, o que é bastante estranho, por Henrique de Sousa Godinho, em 1603, num comentário às nomeações para o vice-reinado; cf. BL, Mss. Adn. 28 432, fl. 72r.

²⁹ As relações portuguesas com a costa do Canará foram amplamente discutidas por Sanjay Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce: Southern India, 1500-1650* (Cambridge, 1990), especialmente 120-135, 260-265.

³⁰ Diogo do Couto, *Década Oitava*, 93-94; Vanni Bramanti, ed., *Lettere da Vari Paesi, 1570-1588, di Filippo Sassetti* (Milão, 1970). Sobre a indiferença geral do Estado português perante o destino de Vijayanagar, ver José Wicki, «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos 1568 e 1569», *Studia*, n.º 8 (1961): 133-220; também a carta anterior do vice-rei D. Antão de Noronha ao rei, de 17 de Dezembro de 1566, A. da Silva Rego, ed., *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. x (Lisboa, 1935), especialmente 161.

atenção para a costa, e aproveitar o momento favorável, e a boa vontade da sua antiga aliança anti-Vijayanagar, para atacar o inimigo firangi. Na verdade, em caso de cerco por terra, e enquanto as frotas portadoras de arroz vindas do Canará pudessem entrar, a sobrevivência de Goa estava assegurada, mas, fazendo um balanço, as mudanças geopolíticas da década de 1560 parecem ter sido desfavoráveis ao Estado da Índia.

Contudo, é difícil ligar estes acontecimentos directamente à expansão mogol para o Decão, a qual, embora possa ter sido encarada já em 1577, só começou, de facto, na década de 1590. Os relatos convencionais ligam a decisão de Akbar de conquistar Ahmadnagar, com as querelas entre o monarca Murtaza Nizam Shah (1565-1588) e o seu irmão Burhan, que levaram este último, depois de uma breve estadia em Bijapur, a refugiar-se junto dos mogóis, os quais em 1584 o incorporaram na hierarquia da sua própria nobreza, fazendo-o *mansabdâr-jâgîrdâr* («senhor de terras»). Parece provável, contudo, que, mais cedo ou mais tarde, os mogóis dirigissem a sua atenção para o Decão, sobretudo depois de terem assegurado as conquistas de Bengala e do Guzerate, e consolidado a sua fronteira a norte e a noroeste. Além disso, é conveniente notar que a luta pela sucessão que teve lugar em Ahmadnagar, a seguir ao assassinato de Murtaza, em 1588, não mais do que selou um processo de fragmentação que tinha raízes mais profundas. O esforço do elemento *habashî* – abexim – do estado para afirmar a sua autonomia, o recurso de outros – especialmente personalidades notáveis do Decão – a uma espécie de milenarismo, com vista à aproximação do ano 1000 da Hégira, tudo isto aponta para uma situação política de alta tensão.³¹ Para o leitor das duas maiores crónicas da época, a *Burhân-i Ma'âsir* de Sayyid 'Ali bin 'Azizulah Tabatabai, e a *Gulshan-i Ibrâhîmî* de Muhammad Qasim Hindushah Astarabadi (mais conhecido pelo seu *nom de plume*, Ferishta), não

³¹ Convencionou-se atribuir os movimentos mahdawi naquela região a Sayyid Muhammad Jaunpuri (1443-1505), que nasceu no Sultanato Sharqi de Jaunpur, e depois de efectuar o *hajj* em 1495-1496, fixou-se na Índia ocidental, onde atraiu a si inúmeros seguidores e simpatizantes no Guzerate, e em Ahmadnagar, incluindo – segundo consta – o sultão Mahmud Begarha do Guzerate e Ahmad Nizam Shah. Contudo, foi expulso da área pelo sultão Malamud, e morreu (ou foi morto) no Afeganistão. Para os pormenores, ver S. A. A. Rizvi, «The Mahdavi movement in India», *Medieval India Quarterly*, vol. 1, n.º 1 (1950): 10-25; M. M. Saeed, *The Sharqi Sultanate of Jaunpur: A political and cultural history* (Carachi, 1927), 284-292.

resta qualquer dúvida sobre isso.³² Ambos os escritores foram testemunhas da situação nos finais da década de 1580, e Ferishta deixou Ahmadnagar e foi para Bijapur logo a seguir à morte de Murtaza Nizam Shah, temendo obviamente os mahdawis e as implicações que isso traria para a ascensão dos Shi'as, como era o seu caso.³³

Burhan voltou para Ahmadnagar com o título de Burhan Nizam Shah II, em 1591. Fê-lo com a bênção de Akbar, mas uma vez em Ahmadnagar, para reforçar a sua própria legitimidade, aceitou mais a ajuda do Raja 'Ali Khan Faruqi, monarca de Khandesh, do que dos próprios mogóis. Ao regressar, tirou do trono e mandou prender o seu próprio filho Isma'il, que tinha governado durante dois anos com o apoio do chefe mahdawi, Jamal Khan. Contudo, as expectativas dos mogóis de que ele, depois de ascender ao poder, seria mais do que um mero traidor, em breve ficaram frustradas. No *Akbar Nâma*, Abu'l Fazl exprime grande desaprovação por Burhan, nos quatro anos do seu reinado, tal como mostra a seguinte passagem: «Quando Burhan-al-Mulk governou em Ahmadnagar, devia ter aumentado a sua devoção e gratidão, e sido um exemplo de obediência para outros chefes daquela região. O sucesso subiu-lhe à cabeça e ele esqueceu os vários favores que tinha recebido do Shahinshah. Na sua má fortuna, *ele* começou a oprimir os fracos, e considerava que o seu proveito era o prejuízo dos outros.»³⁴

Para o forçar a voltar a uma atitude mais submissa, o irmão de Abu'l Fazl, Abu'l Faiz 'Faizi', foi enviado em missão ao Decão, de 1591 a 1593, mas pouco mais conseguiu do que exprimir o seu

³² Ver T. Wolsley Haig, trad. *The History of the Nizam Shahi Kings of Ahmadnagar* (Bombaim, 1923), 201-203, uma tradução resumida do terceiro «tabaqa» da crónica de Sayyid 'Ali bin 'Azizullah Tabatabai de Simnan, *Burbân-i Ma'asir* (a edição persa é de Hyderabad, 1936-1937). Tabatabai esteve primeiro ao serviço de Qutb Shahi, e depois, de Nizam Shahi; a sua obra continua até às negociações entre Chand Sultana e os mogóis, que terminaram a 27 Rajab 1004 (14 de Março de 1596), provavelmente estando o autor presente. Para o *Gulshan-i Ibrâhîmî* ou *Târîkh-i Ferishta*, de Muhammad Qasim Hindu Shah, nascido em Astarabad (1552) e falecido em Bijapur (1623), ver John Briggs, trad. *History of the Rise of Mahomedan Power in India*, 4 vols. (reedição, Nova Deli, 1989; edições anteriores, Londres, 1829, e Calcutá, 1908-1910), onde o vol. III trata de cinco sultanatos pós-bamânidas no Decão. Uma terceira crónica, ainda não publicada, é a *Tazkirat al-Mulûk de Rafi' al-Din Ibrahim Shirazi* (1540/1541-1620?), escrita entre 1608 e 1612; para um comentário desta obra ver Iqtidar Alam Khan, «The Tazkirat ul-Muluk de Rafi'uddin Ibrahim Shirazi: As a source on the History of Akbar's Reign», *Studies in History*, vol. II, n.º 1 (1980): 41-55.

³³ Ferishta, in Briggs, *History of the Rise of Mahomedan Power...*, vol. III, 168-171.

³⁴ Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, trad. Beveridge, vol. III, 909.

desprezo pela cidade de Ahmadnagar, «barulhenta e perversa (*shor wa sharr*)...», onde abundam os dissolutos e os libertinos» (*fitnasâzân wa aubâshân*).³⁵ No entanto nas suas cartas de 1591 a 1593, Faizi exprime os designios dos mogóis com bastante clareza, referindo-se aos Nizam Shahs, o 'Adil Shahs e os Qutb Shahs, como sendo meros *hâkims* e *jâgîrdârs* dos mogóis, e salientando que Burhan tinha sido «levantado do chão (*az khâk bardâshâ*)» por generosidade de Akbar. Mas, por razões que aguardam uma análise pormenorizada, os mogóis ainda se abstiveram militarmente, mas não esconderam o seu gozo perante os fracassos militares de Burhan — não só em relação a Bijapur, mas também com os portugueses. Uma possível razão para a reticência dos mogóis podem ter sido as dificuldades que enfrentaram no princípio da década no 1590 no Guzerate, onde Muzaffar Shah, uma vez mais, liderou uma insurreição de chefes locais, incluindo os de Jamnagar, Junagadh, Sorath e Kacch. O irmão de leite de Akbar, 'Aziz Koka, pouco antes nomeado *sûbadâr* do Guzerate, tratou de esmagar este movimento numa acção militar que se estendeu desde 1591 até meados de 1592.

No ano seguinte, 1593, Mirza Koka começou a ameaçar os postos portugueses no Guzerate, em particular o posto de Diu. A partir daí, claramente descontente com a falta de reconhecimento mostrada pela corte mogol, apesar do seu sucesso militar, revelou tendências rebeldes, acabando por embarcar num navio de peregrinos mogóis, para o *haji*, tendo regressado apenas em 1594.³⁶ Foi nesse mesmo ano que Burhan Nizam Shah II entrou em conflito aberto com os portugueses por causa de uma fortaleza que mandara construir numa península sobranceira ao posto português de Chaul, no Decão. É aqui que a carta do conde da Vidigueira, datada de 1599, começa a sua análise dos acontecimentos.

³⁵ H. K. Sherwani, *History of the Qutb Shâhî Dynasty* (Nova Deli, 1974), 352-253. Ver também *Inshâ'-i Faizî*, ed. A. D. Arshad (Lahore, 1973), 95, 101-103. Uma extensa discussão deste texto pode ser encontrada em Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «A Place in the Sun: Travels with Faizî in the Deccan, 1591-1593», in François Grimal, ed., *Les sources et le temps/Sources and Time: A colloquium*, Pondicherry (2001): 265-307.

³⁶ Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, trad. Beveridge, vol. III, 979-982, 1006; 'Abd al-Qadir al-Badayuni, *Muntakhab-al-Tawârîkh*, trad. George S. A. Ranking, W. H. Lowe e

O Morro e as suas consequências

Em vez de considerarmos o relato do vice-rei, comecemos com o cronista persa Muhammad Qasim Ferishta e a sua visão dos acontecimentos:

No ano A. H. 1001 [A. D. 1592-1953], Burhan Nizam Shah avançou o seu exército contra os portugueses de Rewadanda; e tendo enviado uma grande força para o porto marítimo de Chaul, ordenou que fosse construído um forte para impedir a entrada dos portugueses no porto de Rewadanda e a este forte pôs o nome de Corla. Os portugueses escaparam-se, navegando durante a noite, mas voltaram com reforços vindos de muitos outros portos que também tinham caído nas mãos deles... Então Burhan Nizam Xá enviou uma expedição de cerca de quatro mil homens, comandados por Farhad Khan, para reforçar Corla; e como se esperavam outras tropas vindas de Damão e de Baçaim, nomeou governador de Corla um certo Bahadur Khan Gilani, que estava à frente de todas as tropas estrangeiras, para bloquear Rewadanda.³⁷

O cronista continua a contar como as forças de Ahmadnagar estiveram quase a fazer capitular os portugueses, mas a «tirania» de Burhan levava muitos dos seus comandantes a desistirem de levar a empresa até ao fim. Entretanto, os portugueses chegaram com uma armada, desembarcaram, e depois de uma luta prolongada, na qual foram mortos 12 000 homens das forças de Ahmadnagar, «reduziram o forte a cinzas». De acordo com fontes portuguesas, este acontecimento teve lugar no princípio de Setembro de 1594; o próprio Burhan morreria a 18 de Abril de 1595 (13 Shaban 1003 A. H). Isto é o que relata Ferishta, o qual – mantendo a sua desaprovação por aquele monarca – não nos diz o que levou Burhan a actuar de tal modo, transgredindo assim o acordo a que o seu irmão Murtaza tinha chegado com os portugueses, depois do primeiro cerco de Chaul na década de 1570. Ora Diogo do Couto, cuja crónica contém uma descrição muito pormenorizada destes acontecimentos, não nos ajuda muito mais do que Ferishta na explicação do que levou o «Melique» (isto é, Malik, o título

T. W. Haig, 3 vols. (Calcutá, 1884-1925; reedição Nova Deli, 1990), vol. II, 400-401, 412.

³⁷ Ferishta, in Briggs, *History of the Rise of Mahomedan Power...*, vol. III, 172-173 (os nomes próprios foram modernizados). Para as reacções dos mogóis à derrota de Burhan, ver Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, 1023-1025.

pelo qual ele se refere a Burhan e aos Nizam Shahs em geral), a construir a fortaleza do «Morro» (topo da colina – aqui, referindo-se a Corla).³⁸ O conde da Vidigueira, por outro lado, tem uma visão clara e amarga destes assuntos:

[A] príncipal [causa] domde Resultou o trabalhoso estado em que ficão os Reynos do decão, e outros mores dannos que se Receão, procedeo de huma sem Rezão tamanha e tão notoria como a que fez ao Rey Melique na Nao que lhe tomou sendo ainda maior não lha mandar Restituir pedindo lha este Rey com muita Instancia e Requerendolhe que mandasse detreminar em Relação pelos dezembargadores de Vossa Majestade a Justiça que nisso tinha, por que queria estar pelo que se sentenceasse, e por se lhe não difirir a nenhuma destas couzas obrigado da desesperação se Resolveo en fazer guerra a Chaul e fortificar o Moro dependendosse nisto o modo que quando teve novas de se lhe aver tomado Moreo de paixão...³⁹

A mensagem é suficientemente clara: por trás dos actos de Burhan está uma maléfica mão portuguesa, a do predecessor do conde da Vidigueira, Matias de Albuquerque, que tinha permitido a pilhagem de um dos navios de Burhan, chamado *Husaini*, que naufragara ao largo da costa ocidental, no seu regresso a Chaul, vindo do mar Vermelho. Isto, para o espírito do conde da Vidigueira, era apenas uma parte da errada concepção geoestratégica de Albuquerque, e da sua incapacidade de distinguir os amigos dos inimigos. A sua carta acusa ainda o antigo vice-rei, o capitão de Diu, Pero d'Anhaya, o contador-mor Francisco Paes, e o capitão-mor da armada que patrulhava a costa do Guzarate, Fradique Carneiro d'Aragão, de perderem uma grande oportunidade para futuras negociações com os mogóis, não fazendo sua «Preza» 'Aziz Koka, quando ele embarcou para o *haji*. Para o conde da Vidigueira, os mogóis não tinham um estatuto ambíguo: eles eram um «inimigo encuberto» e tinham de ser tratados como tal. Assim, na perspectiva do conde da Vidigueira, a morte de

³⁸ Couto, *Década XI*, 164-173; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Códice CXV/1-13, parte II, que é inteiramente dedicada à tomada do «Morro de Chaul».

³⁹ Carta do conde da Vidigueira ao rei, 18 de Dezembro de 1599, BL, Mss, Adn. 28 432, fl. 13r; outra cópia da mesma carta, datada de 24 de Dezembro de 1599, pode-se encontrar na BNL, Códice 1976, fls. 117r-121v. Sobre a captura deste navio, ver também BL, Mss. Adn. 28 432, fls. 124r-131r, *Lembrança dos galeões, galés, galeotas, fustas e manchuas que mandey com provimentos e socorros...*, de Matias de Albuquerque.

Burhan Nizam Shah abrira as comportas à expansão mogol, o que estava a ser previsto pelos portugueses havia uma década ou mais. Depois de relatar como Burhan morrera de fúria, continua:

[E] como o Rey que lhe sucedeu era menino e entregue a huma mulher que se emserrou con ele en huma fortaleza (Receozza de algus vassallos seus se apoderarem dele e o tiranizarem como entre esta gente se costuma) succedeo no Reynno tal divizão que aproveitandosse o Equebar desta comodidade ten sujeitado a moor parte dele que não ouvera de acontecer nem o Mogor Imtentar se o Rey Melique fora vivo, por sima da açuão que pretendia ter a estes Remos, e sendo ela tão sabida e devendosse continuamente velar quem governa este estado dos imtentos de hum inimiguo tão poderoso e bem afortunado he muito pera sentir que por nossa parte se lhe desse a occasião que tanto desejava...⁴⁰

A referência é ao menor Bahadur Nizam Shah, colocado no trono sob o controlo de Chand Bibi (ou Chand Sultan), irmã de Burhan e viúva de 'Ali 'Adil Shah de Bijapur. Bahadur sucedeu a seu pai Ibrahim, que morrera em combate contra forças de Bijapur, uns escassos quatro meses depois de ter subido ao trono, e foi inicialmente encerrado no forte de Chawund. Mais tarde Chand Bibi mudou-o para o forte de Ahmadnagar, e foi nesta fase que o conde da Vidigueira se correspondeu com ela. Algumas das suas cartas para Goa, que sobreviveram nos arquivos, sugerem que ela desejava que os portugueses a ajudassem principalmente contra o elemento *habashî* de Ahmadnagar, em especial um certo Abhang Khan Zangi (por vezes também chamado Farhang Khan), que apoiava a candidatura de Miran 'Ali, considerado filho de Burhan Nizam Shah 1, contra Bahadur. Abhang Khan conseguira reunir à sua volta uma força considerável; Malik Ambar, que viria a ser célebre mais tarde, no seu regresso a Ahmadnagar, depois de uma estadia em Golconda e Bijapur, por exemplo, esteve ao seu serviço, no posto de comandante de Cavalaria, tomando parte no seu vitorioso ataque aos mogóis em

⁴⁰ BI, Mss. Adn. 28 432, fls. 13r-13v. Não me é possível determinar com precisão quando é que os portugueses começaram a designar por «Melique» os Nizam Shahs, que antes tinham designado por «Nizamaluco» (Nizam-ul-mulk), «Nizamoxá», ou «Lzamaluco». A minha suposição inicial de que foi depois da ascensão de Malik (daí «Melique») Ambar, não se confirma aqui. Couto não usa o termo «Melique» senão quando a sua crónica chega aos finais da década de 1580 (i. e., in *Década Décima*).

Bir, em 1599.⁴¹ Uma dessas cartas, escrita ao conde da Vidigueira em Agosto de 1598, diz assim:

Ao muito esclarecido, e poderoso, temido e obedecido de todos cheio de muita justiça, e prudencia escolhido da ley do Mexias Almirante Dom Francisco da Gama Visorrey da India, depois de minhas muitas salemas, e saudações sabera Vossa Senhoria em como ao presente alguns dos escravos, e servos desta Real Caza se tornarão Reveis, e desobedientes a ella, e todos os imigos que são desta caza os ajuntou a sy Abancão fazendosse alevantados contra o serviço do seu Rey, Mandando gente sobre o conquão para se fazer Senhor delle pello qual respeito peço a Vossa Illustrissima Senhoria que ponhe os olbos na amizade antiga, e escreva ao Muito Magnifico Capitão de Chaul que todo o favor de gente, e ajuda que puder dar a Faem mocão Governador do concão lho dee para com isso os alevantados não darem mau tratamento as ditas terras e sejam lançados fora deles com castigo. O mais Agisinay, que he homem de confiança dira a Vossa Senhoria de palavra, e leva huns apontamentos que apresentara feito a 5 da Lua dagosto de 98.⁴²

A esta carta seguiu-se uma outra, escrita apenas uma semana mais tarde, confirmando a recepção de uma resposta do conde da Vidigueira, e assegurando-lhe que, agora que o Todo-Poderoso o tinha trazido para o Estado da Índia, ela tinha a certeza de que a amizade entre as duas partes iria aumentar rapidamente. Contudo, o conde tinha os seus próprios planos, que não constavam só de negociações com Chand Bibi. Entre os seus outros correspondentes havia os mercadores de Rewadanda (Chaul de Cima, para os portugueses), e o seu livro de cartas desse período preserva pelo menos uma carta de um certo Sa'dullah, que se intitula *malik ut-tujjâr* daquele porto.⁴³ A carta contém referências ao capitão português de Chaul, António de Sousa, com quem o autor da carta se declara, de um modo geral, muito satisfeito. Desde que chegara àquele porto, António de Sousa tinha trabalhado para conservar a amizade entre os mercadores locais e os portugueses, e tinha também enviado garantias aos mercadores que estavam noutros portos, convidados a estabelecerem-se em Chaul. No entanto, havia pouco tempo tinham surgido algumas dificuldades, desde que o governador local (*tanadar*) nomeado por

⁴¹ Sherwani, *History of the Qutb Shahi Dynasty...*, 274-277.

⁴² AN/TT, Convento da Graça, t. III (cx. 2), 295.

⁴³ AN/TT, Convento da Graça, t. III (cx. 2), 237, *Treslado de huma carta que escreveo Sadola Malique toyar e os mais mercadores de Chaul de cima a V. S.*

Ahmadnagar, um tal Khwaja Haidar, fora substituído por Khwaja Fath al-Din que, conforme era voz corrente, não suportava os mercadores e era muito dissimulado. O novo *tanadar* tinha-se queixado de António de Sousa ao conde da Vidigueira, alegando que ele se deixava subornar e que tinha tomado muitas aldeias da vizinhança aos Nizam Shabs. António de Sousa, para se vingar ao estilo da época, resolveu tomar um navio que voltava do mar Vermelho para Chaul e que, em teoria, pertencia ao «Melique» e aos mercadores. Sa'dullah requereu então a libertação da nave, para poder subir o rio e ir descarregar, e para ser preparada para fazer a viagem de regresso ao mar Vermelho.

É evidente que nessa altura os portugueses tinham os seus próprios problemas para resolver a nível local, no Concão, para além de ajudar a manter a paz para Chand Bibi. Além disso, o conde da Vidigueira não estava nada interessado em alinhar nos planos da regente em relação a Abhang Khan, que ele encarava mais como um aliado útil do que como um rebelde contra a legitimidade. Numa carta posterior, de 1599, explicava a sua estratégia a Filipe III do seguinte modo:

A Chande Bibi que com o Rey menino estaa enserrada na fortaleza de madaneguer tenho escrito muitas vezes animandoa e perssuadindoa a mostrar confiança de seus vassalos pera com isso os obrigar a se unirem e tratarem de sua defemção fazendolhe muitos oferecimentos e prometendolhe ajudala en tudo que deste estado lhe cumprir, e continuãodo con ela nesta forma desde que governo este estado não tèn montado nenhiã couza, e per ser molher he tão varia e Inconstante que fazendo por vezes demonstrações de se deixar perssuadjr logo se muda principalmente por aver concebido tão grande ódio contra alguns capitães seu vassalos que soo per se satisfazer deles se emtende que deseja e procura entregarsse con o Rey e tudo o mais aos mogores, os quais não tem de prezemte naquele Reyno outra Resistencia mais que a que lhes faz Abancão capitão esforçado e valeroso que agora teve alguns boões sucessos contra eles, procuro animalo e trago pera este efeito junto a ele Belchior Diaz Armenio em forma de homem de negoceo pelo achar zeloso e con talento e abilidade pera estas couzas, tenho aviso seu como Abamcão coRe bem con ele e folgua de o ouvir, queira deos ajudalo, posto que como he soo e o Reyno anda diviso e Chande bibi desconfiada dele, não podera fazer quanto cumpre e eu deixo de lhe escrever e se o animar mais en descuberto por que Chandebibi se não acabe de desconfiar e faça algum desatino que se não possa Remedear.⁴⁴

⁴⁴ BL, Mss. Adn. 28 432, fl. 14r. Comparar com a carta de Vidigueira ao rei, de Abril de 1599 (BNL, Códice 1976, fls. 99r-99v).

O factor Bijapur

Havia um outro factor através do qual o vice-rei português podia operar, para tentar alterar o equilíbrio de poderes no Decão. Era o sultanato de Bijapur, outrora inimigo mortal dos portugueses, cujos chefes (Idalxá ou Idalcão, na versão lusitana), tinham desempenhado o papel de «espantalhos» para os portugueses do século XVI, até que esse «manto» passou para os ombros dos sultões do Achém e dos Kunjali Marikkar. O nível das relações tinha descido a um ponto muito baixo no princípio da década de 1570, quando o sultão de Bijapur atacou Goa, como parte de uma ampla aliança antiportuguesa. Ao mesmo tempo os Nizam Shabs tinham atacado Chaul, o Samudri rajá de Calecute, o forte português de Chaliyam, e os sultões de Achém, Malaca.⁴⁵ O ataque do 'Adil Shah não pode ser considerado um grande sucesso, e, na sequência dele, encetaram-se negociações entre o sultão 'Ali Adil Shah e o Estado da Índia. A trégua preliminar foi assinada em Goa, em Janeiro de 1575, com o vice-rei D. Antão de Noronha, e depois disso – num acto sem precedentes – o embaixador de Bijapur, Zahir Beg, foi enviado a Lisboa, para se encontrar com o rei D. Sebastião. Partiu de Goa a 23 de Janeiro de 1575, na nau *Santa Bárbara*, chegou a Lisboa a 13 de Agosto, ficando retido em Cacilhas, durante quatro meses, acabando por ter audiência, em Sintra, no dia 10 de Outubro.⁴⁶ Depois, nesse mesmo Inverno, partiu na frota de regresso, assinando a versão final do tratado em Goa, em Outubro de 1576. O tratado confirmava a presença permanente de um feitor português em Dabhol, e os 'Adil

⁴⁵ Há poucos bons estudos conjunturais sobre a aliança de 1568-1571; ver, contudo, Luís Filipe F. R. Thomaz, «A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», *Mare Liberum*, n.º 9 (1995): 481-519; P. M. Joshi, «The Portuguese on the Deccan (Konkan) coast: Sixteenth to seventeenth centuries», *Journal of Indian History*, vol. LXI (1), 1968: 65-88 para o 'Adil Shahi e os ataques de Nizam Shahi; e Pierre-Yves Manguin, «Of Fortresses and Galleys: The 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird's-Eye View», *Modern Asian Studies*, vol. XXII (3) (1988), para o Sudeste Asiático.

⁴⁶ Para uma descrição da audiência em Sintra, ver a carta de Fernão Guerreiro S. J., reproduzida in Wicki, ed., *Documenta Indica X (1575-1577)*, 1057-1061. Outra versão do encontro, menos provável, afirma que o rei português recebeu outro embaixador deitado na cama, para não se ver que era muito novo! Sobre isto, ver Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, 2.ª ed. (Lisboa, 1978): 366-367.

Shas asseguravam um determinado número de cartazes para os seus navios, para o mar Vermelho e o golfo Pérsico.⁴⁷

Este acordo, embora possa ter constituído a base para a mudança das relações entre Bijapur e Goa nas últimas duas décadas do século XVI e princípios do século XVII, só pôde ser implementado a partir de 1579. As hostilidades recomeçaram na segunda metade da década de 1570, depois de ter havido em Dabhol alguns problemas com o tanadar 'Adil Shahi e os soldados portugueses. Em retaliação, uma expedição punitiva, sob o comando de D. Pedro de Meneses, capturou dois navios de Dabhol, no seu regresso do mar Vermelho.⁴⁸ Numa outra versão dos mesmos acontecimentos, afirma-se que D. Sebastião tinha dado instruções claras ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, que voltou com Zahir Beg para a Ásia em 1576, mas como o vice-rei morreu *en route*, os seus sucessores não cuidaram devidamente da paz, daí resultando a guerra.⁴⁹ Foi só com a chegada de D. Luís de Ataíde, em 1578, que se pôde concluir uma paz efectiva. O tratado veio a ser finalizado em Agosto de 1579, com o envio de Fernão Gomes de Cordovil à corte de 'Adil Shah, sendo a parte deste representada não só por Zahir Beg, mas também pelo veterano Mustafa Khan Ardistani.⁵⁰

Assim, por volta de 1580, os chefes de Bijapur já não eram considerados uma grande ameaça para Goa, sendo o longo reinado de Ibrahim 'Adil Shah II (1580-1627) particularmente notável pelo seu baixo nível de hostilidade. Ibrahim emergiu como chefe depois do assassinato do seu tio, em 1580, em circunstâncias particularmente escandalosas. Como ainda era menor, o poder foi controlado por uma série de regentes, em disputa com a esposa do falecido 'Ali Adil Shah, a princesa de Ahmnadagar, Chand Bibi.⁵¹ Os regentes

⁴⁷ Para o texto deste acordo, entre o embaixador 'Adil Shahi Zahir Beg e o governador António Moniz Barreto, datado de 22 de Outubro de 1576, ver Cunha Rivara, *Arquivo Português-Oriental*, fasc. v (2), 921-930.

⁴⁸ M. A. Naayem, *External Relations of the Bijapur Kingdom (1489-1686 AD): A study in diplomatic history* (Hyderabad, 1974), 226-227.

⁴⁹ BN, Fonds Portugais, n.º 23, fl. 397r, Simão Vaz Telo para o rei, Cochim, 1 de Janeiro de 1582.

⁵⁰ Este era o nobre iraniano Mustafa Khan Ardistani que serviu Ibrahim Qutb Shah até 1566, e depois passou para o serviço do 'Adil Shahi. Foi assassinado pouco tempo depois no Decão, em 1580, às ordens de uma facção rival da corte Bijapur.

⁵¹ Sobre a morte de 'Ali 'Adil Shah, ver Diogo do Couto, *Década Décima*, parte 1, 8-9; Abu'l Fazl, *Akbar Nāma*, vol. III, trad. Beveridge, 440-441. É interessante notar que Abu'l Fazl atribuiu ao Shah Fathullah Shirazi, que estava na altura em Bijapur, a subida de Ibrahim ao trono.

foram, sucessivamente, Kamil Khan Dakhni, Kishwar Khan, Ikhlas Khan e, finalmente, depois de 1583, Dilahar Khan Habashi. Ao mesmo tempo, o irmão de Ibrahim, Isma'il foi mantido preso no forte de Belgaum, apenas vindo a ser libertado na década de 1590, chefiando, logo a seguir, uma rebelião contra Ibrahim, a qual viria a ser esmagada.⁵²

Por volta de 1583, quando Dilawar Khan surgira como figura central da regência, os que se lhe opunham tentaram encontrar um candidato rival para Ibrahim. Ora, os familiares de «Mealecão», descendente de Yusuf 'Adil Shah, residiam em Goa desde 1540, esperando pelo dia em que regressariam ao trono de Bijapur, como vassallos da coroa de Portugal.⁵³ Com a morte de Meale, por volta de 1567, o manto foi colocado nos ombros do seu único filho legítimo, Yusuf Khan, que escreveu a Filipe II, em Dezembro de 1581, pedindo-lhe que o ajudasse numa demanda contra Ibrahim, então com dez anos de idade, e afirmando que tinha apoios em Ahmnadagar e Golconda.⁵⁴ Além disso, parecia que uma facção da nobreza de Bijapur, como por exemplo 'Ain ul-mulk, também se batia pela candidatura. O projecto não foi apoiado; a tinta da assinatura do tratado ainda estava demasiado fresca para se poder encarar um tal lance. É claro que, nessa época, Ibrahim não tinha uma posição muito segura, mas essa insegurança pode ter sido considerada pelos portugueses como algo mais positivo do que negativo. O facto de Ibrahim apoiar uma forma mais mitigada de islamismo, de tendência sunita, ao contrário de 'Ali Adil Shah (que era um xiita assumido) pode ter suavizado a sua atitude em relação aos portugueses.⁵⁵ Além disso, por essa altura Bijapur tinha-se tornado num centro do comércio privado português, substituindo a cidade de Vijayanagar (então

⁵² Cf. Ferishta in Briggs, *History of the Rise of Mahomedan Power...*, vol. III, 107-112.

⁵³ BN, Fonds Portugais, n.º 23, fls. 399v, carta de Isufucão a Filipe II.

⁵⁴ Mais tarde, Dilawar Khan, temendo que Yusuf Khan viesse a ser uma ameaça, tê-lo-á atraído a Bijapur, cegou-o e meteu-o na prisão, onde morreu em 1584; o papel principal nisto tudo foi desempenhado por um mercenário português a soldo de Bijapur, chamado Diogo Lopes Baião. Para pormenores, ver Couto, *Década Décima*, parte 1, 11-13, 454-457. Couto também afirma (461) que outros dois nobres de Bijapur, Sayyid 'Ali e Bibi «Acilá», em 1583-1584, tentaram persuadir D. Francisco Mascarenhas a ajudá-los a colocar no trono o filho bastardo do Meale, Muhammad Lhan, mas ele recusou. Estes nobres vieram a passar-se para o lado de Akbar, depois de uma estadia em Goa.

⁵⁵ Richard M. Eaton, *Sufis of Bijapur, 1300-1700: Social roles of Sufis in Medieval India* (Princeton, 1978), 67-75.

em declínio), e esses comerciantes privados podiam facilmente ser tomados como reféns, caso houvesse qualquer atitude precipitada da parte de Goa. Tais eram, portanto, as novas circunstâncias no princípio da década de 1580.

Entre as cortes dos sultões de Bijapur, foi a de Ibrahim que atraiu o maior número de europeus, desde comerciantes de jóias até diletantes, e pintores, como Cornelius Claeszoon de Heda.⁵⁶ Apesar disso, não se pode dizer que os relatos europeus sobre Bijapur durante o reinado de Ibrahim 'Adil Shah tenham despertado o tipo de atenção que os eruditos têm devotado à crônica de Asad Beg Qazwini, o emissário mogol à corte de Ibrahim, no princípio do século XVII.⁵⁷ E entre as descrições de Ibrahim feitas em português e em espanhol, a mais notável é o relato em espanhol do joalheiro flamengo de Bruges, Jacques de Coutre, o qual diz ter privado com o sultão («con mucha familiaridad») entre 1604 e 1616, sendo mordazmente sarcástico em relação ao mesmo, a quem descreve como tirano, covarde, arbitrário, e obcecado com o seu harém de mais de novecentas concubinas.⁵⁸ Na verdade, aos olhos de Coutre, a maior virtude de Ibrahim era o facto de pagar pontualmente as suas dívidas («era pontual en lo que comprava»), assim como os soldados e servidores da sua casa, para além de ser duro na hora de punir os bandidos. A percepção de Coutre distancia-se daquela

⁵⁶ Cf. as cartas, interessantes e pouco exploradas, de e acerca de Heda, in *Algemeen Rijksarchief, Haia Overgekomen Brieven en Papieren*, VOC. 1055 e VOC. 1056. A primeira vez que é mencionado é numa carta de Jan van Wesick e Antonij Schorer, de Masulipatnam, para Jacques l'Hermitte de Jonge, datada de Novembro de 1610, e refere como Heda era protegido em Bijapur por Ibrahim 'Adil Shah, e que desejava enviar dinheiro para a Holanda, para sua mãe (cf. VOC. 1055, um volume de folhas soltas, não numeradas). Há também uma carta posterior, do próprio Heda, de Nauraspur, dirigida a Wemmer van Berchem, em Masulipatnam, datada de 30 de Novembro de 1613, VOC. 1056, fls. 237r-238r. Finalmente, ver uma breve referência in Mark Zebrowski, *Deccani Paintings* (Berkeley, 1983), 95-96.

⁵⁷ Cf. P. M. Joshi, «Asad Beg's mission to Bijapur, 1603-1604», in S. N. Sen, ed., *Mahamabopadhyaya Prof. D. V. Potdar Sixty-First Birthday Commemoration Volume* (Poona, 1950), 184-196; também Joshi, «Asad Beg's return from Bijapur and his second mission to the Deccan, 1604-1606», in V. D. Rao, ed., *Studies in Indian History: Dr. A. G. Pawar Felicitation Volume* (Bombaim, 1968), 136-155. Curiosamente, não existe nem uma tradução, nem sequer uma edição completa, do relato de Asad Beg, o «Waqâ'i-i Asad Beg». Podem encontrar-se excertos in H. M. Elliot e J. Dowson, eds., *The History of India as told by its own historians: The Muhammadan Period*, 8 vols. (reedição, Deli, 1990), vol. vi, 150-174.

⁵⁸ Jacques de Coutre, *Andanzas Asiáticas*, ed. Eddy Stols, B. Teensma e J. Verberckmoes (Madrid, 1991), 174-198, 287-298. A citação é da p. 297.

que é oferecida pela historiografia indiana, que apresenta Ibrahim como um rei-esteta, o compositor do *Kitâb-i Nauras* e o patrono do poeta Zuhuri.⁵⁹

O que particularmente incomodava Coutre era a alegada cobardia de Ibrahim, especialmente a respeito dos mogóis, a quem, segundo consta, teria dado presentes, e pago tributos. O joalheiro flamengo conta que o «Adil Shah tinha justificado isto perante os seus próprios vassallos, dizendo que em vez de gastar dinheiro e vidas a fazer a guerra, o que sempre comportava o perigo de uma derrota, preferia enviar o dinheiro ao mogol sob a forma de tributo, fazendo-o feliz e seu amigo», preferindo «quedarme en mi casa com mi quietud y sosiego».⁶⁰ O relato de Coutre foi escrito muito tempo depois dos acontecimentos de que nos ocupamos, e Ibrahim é sempre referido no passado, do que se deduz que já teria morrido nessa altura. Mas há elementos desta descrição que coincidem com a correspondência do conde da Vidigueira, o que sugere que Coutre partilhava sobre Ibrahim a mesma opinião que boa parte dos portugueses estabelecidos na Índia. Considere-se, agora, a avaliação de Ibrahim feita pelo conde da Vidigueira:

Achando as couzas nestes termos quando tomei posse deste governo e sendome este particular tão prezente como Requetre a Importancia dele, tratei loguo de perssuadir o Idalcão ao muito que lhe convinha socorrer os Reynnos do melique antes que lhe fosse necessário defender o seu depois de ter os enemigos en caza, escrevilhe sobre isto muitas cartas, mas não montarão mais que pêra me agradecer com outras suas os bons conselhos que lhe dava, pelo que me Resolvly em lhe mandar neste Inverno hum embaixador de que encarreguej Antonio dazevedo que foi en tempo de mathias dalboquerque per saber os modos e procedimento daquela gemte e ser conhecido de la e ter ainda que muito velho talento pêra fazer bem este officio, ele me avisou como este Rey alem de outros vícios que dantes tinha dera agora en outro maior e mais perjudicial que todos que he não admitir conselho de ninguem em nenhuma

⁵⁹ Cf. Eaton, *Sufis of Bijapur...*, 98-100; ver Nazir Ahmad, ed., *Kitab-i-Nauras by Ibrahim Adil Shah II* (Bharatiya Kala Kendra, Nova Deli, 1956); e ainda o texto *hindavi* de 'Abdul Dihlawi, *Ibrâhîmnâmâ*, ed. D. V. Chauhan (Bombaim, 1973).

⁶⁰ Coutre, *Andanzas*, 296-297; sobre as relações de Ibrahim com os mogóis no princípio da década de 1610, ver Khursheed Nurul Hasan e Mansura Haider, «Letters of Aziz Koka to Ibrahim Adil Shah II», *Proceedings of the Indian History Congress*, 27.^a sessão (1965), 161-167, que contém uma lista cronológica de alguns documentos diplomáticos in 'Abd al-Wahhab Bin Muhammad Ma'muri al-Husayni, *Gulshan-i Balâghat*, cujo manuscrito pode ver-se na Asiatic Society of Bengal, Calcutá, Curzon Collection, II, 312, (lvC 131).

matéria e governasse em todas por seu parecer soamente dando pêra isso algumas Reções desprepositadas e sem fundamento, emtendosse que a que mais obriga he a grande desconfiança que tem de seus vassalos em tamto extremo que duvida podelo dissuadir deste Imtento, pelo que eu lhe tenho escrito com muito encarecimento que faça neste particular todos os boôs officios que puder, mas com este Rey sabe pouco e se aplica menos, ao que lhe convem e o equebar he solícito e artificioso e não perde occasião (tendo de prezemte embaixador na corte do mesmo dalcão pelo qual lhe faz grandes promessas e oferecimentos que he o meo e dissimulação com que costuma entrar com todos) Receo o que deos não permita que por mais advertências que Amtonio dazevedo ten a cargo fazerlhe nesta parte não bastem ao encaminhar comoo cumpre.⁶¹

Claro que Ibrahim já uma vez, havia pouco tempo, tinha intervindo nos assuntos Ahmndagar, a convite de Chand Bibi. Isso passou-se depois do tratado de Março de 1596, assinado entre Ahmadnagar e os mogóis, depois de um longo cerco, quando os exércitos destes se retiraram da região, após lhes terem cedido Berar. Contudo, em breve retomaram a refrega contra um exército de Ahmadnagar que era apoiado por um contingente de Golconda sob o comando de Sultan Mahdi Quli, e uma força de Bijapur, sob o comando de Suhail Khan Habashi. Na batalha que se travou em Sonapat, em fins de Janeiro de 1597, o general de Bijapur ficou isolado, sofreu pesadas perdas e só com grande dificuldade conseguiu regressar aos territórios de Ibrahim. Esta experiência pode ter dissuadido Ibrahim de qualquer intervenção, e levou-o antes a encetar negociações com os mogóis. A visão de uma frente unida do Decão contra os mogóis era pois, para o conde da Vidigueira, uma visão inatingível no início de 1599.

«A solução final»

Restava uma outra possibilidade. Sabia-se que os mogóis estavam divididos entre si. Em 1594, Akbar tinha encarregado da expansão para o Decão o seu segundo filho, o Shah Murad (nascido em 1570), que tinha fama de ser um general altamente competente, apesar da sua jovem idade; contudo, os poderes de Murad eram restringidos pela presença do cortesão e general veterano 'Abd ur-Rahim, inti-

⁶¹ BL., Mss. Adn. 28 432, fls. 13v-14r. Ver ainda BNL, Códice 1976, fl. 147v, uma outra carta de 23 de Dezembro de 1599 de Vidigueira para o rei.

tulado Khan-i Khanan, que tinha completado com sucesso, havia pouco tempo, a conquista do Sind aos Tar Khans. A partir dos finais de 1594, logo no princípio do *Akbar Nâma*, Abu'l Fazl tende, em grande medida, a atribuir as culpas da discórdia ao Khan-i-Khanan, embora fale ao mesmo tempo da altivez de Murad, da sua falta de experiência e dos seus «maus» conselheiros. Os relatos convencionais acentuam o papel desempenhado nestas dissensões pelo tutor (*ataliq*) de Murad, Sadiq Muhammad Khan Herati, cuja morte em 1597, contudo, não contribuiu para a melhoria das relações entre Murad e 'Abd ur-Rahim. Pelo contrário, chegamos à conclusão de que, depois da vitória sobre Suhail Khan, no princípio de 1597 (na qual 'Abd ur-Rahim comandava as forças mogóis), as coisas se deterioraram ainda mais; o Khan-i Khanan pediu para ser retirado, enquanto Murad escrevia cartas a Akbar, queixando-se dele. Por fim, parece que, ao chegar a Agra, 'Abd ur-Rahim justificou a sua própria conduta, levando Akbar a enviar Abu'l Fazl ao Decão, para persuadir Murad a voltar, deixando os assuntos naquela região nas mãos do príncipe tímida Mirza Shah Rukh. Abu'l Fazl partiu no início de 1599 para Shahpur, onde Murad assentara arraiais. Deste modo, nos meados de 1599, as coisas tinham atingido um equilíbrio precário.

Estas discórdias e problemas tinham chegado aos ouvidos do conde da Vidigueira, embora não saibamos precisamente quais as suas fontes de informação. Por outro lado, essas dissensões eram do domínio público, sendo referidas com detalhe por Ferishta, ainda que a sua cronologia seja, por vezes, um pouco confusa. O caso teve, no entanto, uma viragem decisiva quando Abu'l Fazl avançou para se encontrar com Murad no seu acampamento. Não desejando encontrar-se com ele, o príncipe mudou-se para outro lugar e avançou para o interior do Decão. O que se seguiu está resumido por Abu'l Fazl que, embora não fosse testemunha ocular, chegou ao campamento de Murad após os acontecimentos que descreve:

«Devido à maldade de alguns homens egoístas e vaidosos, surgiram algumas contrariedades, e alguns comandantes do exército começaram a impedir os trabalhos. Ele [Murad] voltou vencido de Ahmadnagar e caiu em profundo desgosto. Quando o seu filho [Rustam] morreu, a jóia da sabedoria começou a perder o seu brilho e ele entregou-se à bebida na companhia de libertinos. A bebida em excesso trouxe-lhe a epilepsia, e ele não fez nada para melhorar. Escondia o seu sofrimento e não digería os alimentos. Quando soube da chegada do Shahin-sha a Agra, e que tinha sido

chamado à corte, entrou em grande depressão, porque, com vergonha do seu alcoolismo, não se resolvia a rebaixar-se. Os seus oficiais sugeriram outra solução, e quando chegou a notícia da aproximação do autor do livro da fortuna, ele avançou em direcção a Ahmadnagar, no dia 9 de Insfandarmaz. A sua única ideia era fazer desta expedição uma razão para não ir [a Agra]. A festa do Ano Novo celebrou-a ele nesse ano em Tamurni. No dia 16 da Ardibihisht começou a ter violentos ataques perto de Dihari nas margens do Purna, a 20 cos de Daulatabad, e no dia 22 morreu, quando estava inconsciente.»⁶²

Abu'l Fazl, que já recebera a notícia da gravidade do seu estado por intermédio de Mirza Yusuf Khan Rezavi, o novo tutor de Murad, quando se encontrou a 300 quilómetros do acampamento, já não chegou a tempo de ver o príncipe ainda com vida. Coube-lhe a tarefa de enviar o corpo para Shahpur e de estabelecer a ordem no Exército e na Administração. A notícia veio a ser dada a Akbar através de Miriam Makani.

Nas memórias de Jahangir aparece logo no princípio do texto um breve relato acerca de Murad, que é, em resumo, um relato semelhante ao de Abu'l Fazl. Aí se afirma que Murad tinha «começado a beber em excesso na companhia de pessoas indignas, vindo a morrer com trinta anos de idade, nos arredores de Jalnapur, na província de Berar». E o mais importante é que Jahangir faz a seguir a isto uma descrição pormenorizada da morte, nos princípios de 1606, do seu irmão mais novo, Daniyal, o qual, diz ele, também «caiu em maus hábitos, tal como o seu irmão Murad».⁶³ É claro que o papel de moralista não assenta muito bem a Jahangir, tal como acontece com a atribuição póstuma, a estes dois príncipes, dos títulos de *Shâhzâda maghfûr* e *Shâhzâda marhûm* (o «príncipe perdoado» e o «príncipe admitido à clemência»)!

A versão do mesmo assunto dada pelo conde da Vidigueira é bastante diferente, espantosamente diferente. A passagem mais relevante é a que se expõe a seguir, após a qual discutiremos o seu significado. Fazemos notar, uma vez mais, que esta carta foi escrita a 18 de Dezembro de 1599, cerca de sete meses e meio depois da morte de Murad.

[O] exercito [do Mogor] deste Inverno pera qua estaa suspensso per morer nela apressado o Iffante Xamorad seu filho que o governava,

⁶² Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. II, trad. Beveridge, 1125-1126.

⁶³ *The Tuzuk-i Jahangiri, or Memoirs of Jahmagir*, trad. A. Rogers, ed. H. Beveridge (reedição, Deli, 1989), vol. 1, 34-35.

e posto que se pratica foi ocasionada esta morte pelo príncipe Xêcogi seu Irmão, eu tive pera a efectuar muitas inteligências gastãodo nisso hum pedaço, mas por tão ocultos modos que se não poderaa nunca Imputar a este estado ainda que há alg~uas opiniões de peçoas a que parece que conviera mais a este estado não ser morto xãmorad, porque pela maa vontade que se tinham ele e este seu Irmão mais velho ouverão de teer tantas guerras entre sy e darsse tanto en que entender hun a outro depois da morte do pay que lhe s não ficara lugar pera Imquietarem este estado que he a principal pretensão desta gemte, e que este mesmo Respeito havia Jaa sido occasião de não estar mais avante comquista dos Reynos do Melique por Imteligencias secretas que o príncipe tinha com Canacam general da gemte da guerra do Xaa morad que per ordem de seu pay assistia com ele nesta empreza, mas a estes respetos que me não forão ocultos achei sempre conforme ao estado das couzas alguns Inconvenientes de major Importancia, por que avendosse de esperar pola morte do equebar pera estes dous Irmãos se declararem en suas desavenças e atalharsse o mal que ameaçava de mais próximo a este estado que fazer en tal tempo conssideração das guerras que depois do pay morto podião ter com que se divertissem de nos Imquietar principalmente tendo o equebar chamado assim Canacan por Respeito dos tratos que tinha com o príncipe com cuja auzencia não ficou couza que impidise a comcluzão desta conquista com hũ exercito poderoso contra gente desordenada e Impocibilitada pera se defender, e a experiencia ten mostrado o muito que Importou a morte de Xaa morad por que falecendo en principio de mayo e fazendo o equebar grandes demonstrações de vir com grande poder dar fim a esta empreza, não soo deixou de o fazer, mas de então pera qua se lhe ten diminuído a moor parte do exercito...⁶⁴

O relato do conde da Vidigueira é o mais objectivo possível: foi realmente ele que causou a morte, mas por meios tão «ocultos», que a culpa jamais seria atribuída a ele ou a Portugal. Neste último aspecto ele teve realmente razão, porque nunca ninguém atribuiu a culpa deste caso aos portugueses! As razões estratégicas que o obrigaram a agir também foram delineadas com clareza maquiavélica: para os observadores de Goa, 'Abd ur-Rahim era um agente do príncipe Salim, cujo objectivo principal era impedir Murad de atingir um sucesso militar demasiadamente notável; ora o seu regresso ao Decão dava mão livre a Murad, sob o ponto de vista militar. O conde da

⁶⁴ BL, Mss. And. 28 432, fls. 14r-14v. Comparar com a perspectiva da política do Decão numa carta datada de 9 de Dezembro de 1597, escrita pelo arcebispo de Goa, D. Frei Aleixo de Meneses, a Filipe II, publicada (infelizmente com muitos erros) por Arthur Beylerian, «Cinq lettres inédites de D. Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII (1974), 580-586.

Vidigueira continua depois a alargar-se sobre outras consequências das suas acções, nomeadamente a derrota de algumas forças mogóis por Abhang Khan Zangi:

Abancão en fin de Setembro deu nesta gemte e matou mil e quinhentos de cavalo e hum grande capitão, e captivou outros com pouca perda dos seus, com o que comessou a tomar Brio e tenho aviso que há aguora esperança de se fazerem amizades entre e Chandebibi, que eu procuro muito de preposito, por que com isso se poderaa ter confiança da Restauração daqueles Reynnos neste tempo en que o Mogor anda muito atormentado com Receio do Xaa.⁶⁵

Aqui, uma vez mais, entraram em acção os ambiciosos cálculos geopolíticos do conde da Vidigueira, mostrando que ele estava bem consciente da instabilidade que se vivia, nessa altura, na fronteira mogol-safávida. A propósito das frotas comerciais («cáfilas») de Ormuz para Goa, escreve, mais adiante, na mesma carta:

[No] meu tempo se dezercaminhou huma [cáfila] porque vindo com ela hum embaixador do Xaa pera o Mogor en companhia de outra que lhe tinham mandado que trazião consigo passante de simquo mil peçoas e pretendendo que lhe desse don Antonio de Lima embarcação na fortaleza de Ormuz fez sobre isso comsselho em que assentou que querendo eles com suas peçoas e gemte de serviço (por não aver comodidade per mais) embarcar sse ali o podião fazer, mas que de outro modo não entrassem e eu lhe aprovei esta Resolução, por que segundo as traças desta gente não era maa ocasião pera as efectuarem, e com esta Resposta que não aceitarão tomarão o caminho per terra passando per partes muito fraguosas per se temerem de Abdulcão Rey dos Usebeques que a não falecer no mesmo tempo nenhum lhe escapara por grandes desavenças que havia entre ele e o Equebar pera quen foi grande ventura a sua morte, por que lhe dava muito em que emtender. O Xaa que se tem senhoreado da moor parte dos seus Reunos chegandosse pera aquela parte tanto ao Equebar que o fez Retirarsse de Laôr, e não são oje tão Amiguos como dantes por que estão encontrados nesta pretenção.⁶⁶

⁶⁵ BL, Mss. Adn. 28 432, fl. 14r.

⁶⁶ BL, Mss. Adn. 28 432, fls. 16r-16v. Sobre esta embaixada iraniana, ver também a carta anterior do conde da Vidigueira, datada de Abril de 1598, in BNL, Códice 1976, fl. 92r. Materiais persas sobre a relação entre portugueses e safávidas no golfo Pérsico encontram-se em Jahangir Qa'im Maqami, *Asnâd-i fârsî 'arabî wa turkî dar ârshîv-i millî-yi purtughâl, darbâr-i hurmûz wa khalîj-i fârs*, vol. 1, Teerão, 1354 Khurshidi (1975).

A referência é, provavelmente, à embaixada safávida aos mogóis, conduzida por Mirza 'Ali Beg Qurchi, que chegou a Agra nos princípios de 1599 para verificar as intenções do Akbar a respeito dos territórios outrora pertencentes a 'Abdullah Khan. Nos finais de 1594, tinha-se procedido a uma série de trocas de embaixadores, quando o representante safávida, o sultão Yadgar Rumlu, foi autorizado a voltar para o Irão. Juntamente com ele, Akbar enviou ao Irão, como seu embaixador, Mirza Ziya al-Din (acompanhado por Khwaja Abu Nasir), na ideia de irem de Lahore para Lahori Bandar, e a seguir, para Ormuz. Depois, em 1598, um certo Minuchihi Beg foi enviado por 'Abbas como seu embaixador, com ricos presentes, e finalmente, em 1599, uma outra embaixada da qual também fazia parte Mirza 'Ali Beg Qurchi (Karamilu).⁶⁷ Os portugueses, claro, seguiram de perto estas trocas, em particular porque elas passavam frequentemente por Ormuz. O cálculo do conde da Vidigueira era, evidentemente, de que a frente safávida causasse preocupação a Akbar, e isso – juntamente com a morte de Murad – seria o suficiente para aliviar a pressão sobre o Decão.

Havia ainda outro factor: a fraca opinião que ele tinha dos outros filhos de Akbar. Isso torna-se evidente através da mesma carta, numa passagem imediatamente a seguir ao comentário à morte de Murad:

Alem do Iffante xaamorad tem o Equebar outro filho mais moço per nome Danniell ao qual tinha acomodado na parte dos seus Reynos que confina com benguala e tanto que soube da morte de xâmorad Receandosse do príncipe que intemtou dar lhe pessonha mandou chamar estoutro filho e o tem agora consigo, e com este pode teer o príncipe mores dezavenças que as que esperava ouvesse entre ele e Xaamorad, principalmente por o trazer o pay junto a si e fazer dele moor confiança, quanto mais que este príncipe não estaa tido por homem de guerra nen de talento para cauzar novidades entendendosse que averaa per morte do equebar muitas entre os capitães de moor importância que lhe darão muito en que emtender.⁶⁸

É claro que poucos destes prognósticos vieram a confirmar-se. Em vez de manter Daniyal junto de si, Akbar enviou-o para o Decão,

⁶⁷ Ver Riazul Islam, *A calendar of Documents on Indo-Persian Relations (1500-1750)*, 2 vols. (Carachi/Teerão, 1978-1982), vol. 1, 123-133. Entre estes documentos e o *Akbar Nâma* há diferenças nos nomes exacto dos embaixadores, e de um modo geral prefere a versão dos primeiros.

⁶⁸ BL, Mss. Adn. 28 432, fls. 14v-15r. Cf. a carta de Vidigueira a Filipe III, datada de Abril de 1600, BNL, Códice 1976, fl. 100v.

com 'Abd ur-Rahim – agora seu sogro – para lhe fazer companhia. Depois, o próprio Akbar foi para o Sul, e não começou precipitadamente a campanha. Como a pressão dos mogóis aumentasse, Abhang Khan Zangi fugiu da região por volta de Abril de 1600; Chand Bibi foi morta por rebeldes, em Ahmadnagar, alguns meses mais tarde; o forte de Ahmadnagar veio a cair em Agosto de 1600 e Asirgarh em Janeiro do ano seguinte. A resistência ficou a cargo de um certo Miyan Raju Dakhni, e, o que é talvez ainda mais importante, ao chefe habashi (abexim), Malik 'Ambar (1548-1626), que – como bem sabem os estudiosos do Decão – continuou a sustentar a onda de expansão mogol durante quase outro quarto de século.⁶⁹

Dúvidas e questões que se mantêm

O conde da Vidigueira voltou a Portugal nos fins de Maio de 1601, depois de, no dia 9 de Dezembro de 1600, passar o posto de vice-rei a um governador de transição, o arcebispo D. Frei Aleixo de Meneses. Embarcou em Goa no dia 26 de Dezembro no navio *São Francisco*, deixando para trás muito descontentamento – visível e oculto.⁷⁰ A história do vice-reinado do conde da Vidigueira em relação aos seus súbditos do Estado da Índia não é o tema deste estudo; podemos deixar isso para outra discussão. As suas relações com os vizinhos são outra coisa, e podemos ver a maneira como ele próprio avaliou a sua folha de serviços numa carta sem data, escrita em Cascais pouco depois do seu regresso a Portugal.

Entreguei o [governo] a 9 de Dezembro estando em Universal paz e quietação com os Reis Vezinhos, e livre do antiguo descrédito e notáveis

⁶⁹ Os relatos clássicos são Radhe Shyam, *The Kingdom of Ahmadnagar* (Nova Deli, 1966); e também, do mesmo autor, *Life and times of Malik Ambar* (Deli, 1978), os quais utilizam um pequeno número de fontes portuguesas dispersas, só podendo ser consultados com extrema precaução. O facto de supor, por exemplo, que o termo «Melique» significa sempre Malik 'Ambar tira o sentido a grande parte do assunto do seu capítulo 7, 153-176. De notar também a interessante observação feita in B. Saksena, «A few unnoticed facts about the early life of Malik Ambar», *Proceedings (Transaction) of the Indian History Congress* (1941): 601-603, segundo a qual em 1599-1600 Malik 'Ambar quis entrar para o serviço dos mogóis mas não foi aceite por Abu'l Fazl; isto baseia-se no relato de viagens acima citado.

⁷⁰ Ver comentário de Subrahmanyam, «An Augsburg in Asia Portuguesa», 412. Para a transição de Vidigueira para Aires de Saldanha, ver a troca de correspondência entre os dois, de Outubro a Dezembro de 1600 in BNL, Códice 1976, fls. 531r-538v.

danos que recebia de Cunhale cuja tomada e destruição avizei a Sua Majestade por terra, e delle mandei despois fazer publicamente justiça em Goa, e tendo eu feitas e despedidas as armadas do malavar e norte, e mandada em Setembro a Malaca hum a de duas galles e cinco galeotas de cuberta contra os olandeses, que continuão nauellas partes, e juradas as capitulações das pazes do samorin, que mandou seu subrinho a Goa com bastantes poderes para este effeito, e feitas pazes com o El Rey de Travancor, que as mandou pedir por seu enbaixador tanto que soube da destruição do Cunhale...⁷¹

A condução dos negócios estrangeiros ficou aqui reduzida a um programa de ponto único: o sucesso contra o chefe dos mapilas, cujo crédito, por acaso, foi objecto de grande disputa entre o conde da Vidigueira e André Furtado de Mendonça, que foi quem realmente conduziu a expedição.⁷² De facto, os ataques vitoriosos à fortaleza dos mapilas realizados a partir de 1599, e concluídos a 7 de Março de 1600, deram ao conde um triunfo de que ele muito precisava, uma vez que o seu próprio irmão, D. Luís da Gama, tinha anteriormente comandado um ataque desastroso ao mesmo alvo. À sombra desta vitória, o conde da Vidigueira esqueceu-se de mencionar a sua política mogol, porque a queda de Ahmadnagar na mão dos mogóis tornara absurda a sua carta de finais de 1599.

Continuam, contudo, a pairar algumas dúvidas. Os historiadores mogóis são obrigados a aceitar com relutância a ideia de que o príncipe Murad foi eliminado por uma «mão estrangeira» dirigida pelos portugueses. A objecção de que essa mão não se detecta pela leitura das fontes mais usadas, que são as crónicas persas, é, para mim, inadmissível; os escritores das crónicas persas, incluindo Abu'l Fazl, que não estava muito longe da cena, possivelmente não tiveram, pura e simplesmente, consciência do facto (e mesmo que lhes tivesse chegado alguma alusão velada relativamente ao assunto, não era natural que a reproduzissem). É uma pena que o relato de Mulla 'Abd al-Qadir al-Badayuni, decididamente boateiro, não nos leve até 1599, porque ele, mais do que qualquer outro, é que podia ter espalhado tal rumor ou suspeita. De qualquer modo, é quase

⁷¹ Cópia de uma carta de Vidigueira para o marquês de Castelo Rodrigo, enviada de Cascais, BL, Mss. Adn. 28 432, fls. 17r-18r.

⁷² Ver C. R. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça (1558-1610)* (reedição, Macau, 1989, 1.ª ed., 1955), com o relato do próprio Mendonça reproduzido a 97-104. Para a versão de Vidigueira, ver BNL, Códice 1976, fls. 100b-103r, carta a Filipe III datada de Abril de 1600.

superstição insistir em que só os «factos da história mogol relatados em língua persa são verdadeiros e que todos os outros são falsos!».

Mas poderia o conde da Vidigueira confessar um «Crime Que Não Cometeu»? Há certamente duas possibilidades a ter em consideração. A primeira é a de que, como tinha a «intenção» de mandar assassinar Murad, o conde não se apercebeu de que o responsável pela sua morte foi a natureza, e não um assassino português. A segunda possibilidade é que o conde, de uma forma simples e oportunista, tenha chamado a si o crédito de um acontecimento com o qual nada teve a ver (nem na realidade, nem na intencionalidade). A última hipótese não parece provável, porque tal reivindicação não podia ser feita de ânimo leve, tendo em vista a ambiguidade da sua natureza moral. Além disso, pelo que sabemos da carreira posterior do conde da Vidigueira em Portugal, e novamente na Índia, o conde não era uma pessoa dada a invenções desse tipo. Por outro lado, o assassinato foi uma tática que ele usou pelo menos mais do que uma vez, na década de 1620, durante o seu segundo mandato como vice-rei: nessa altura, o alvo foi um português renegado, contratado por Ibrahim 'Adils Shah, para fazer canhões em Bijapur.⁷³ Ou seja, no entendimento do conde da Vidigueira, o assassinato era uma arma de uso comum na política da época.

É claro que nunca se poderá provar sem qualquer sombra de dúvida que foram os portugueses a planear a morte de Murad. Nem sequer se vê o «fumo» de que fala o ditado. O importante é terem pensado nisso, e um vice-rei – um fidalgo inexperiente, ambicioso e muito conflituoso – afirmar tê-lo feito realmente. Basta esta reivindicação para dar um tom diferente à nossa maneira de entender as relações entre os portugueses e os mogóis, na última parte do reinado de Akbar.

E quanto às implicações mais alargadas deste facto para a história mogol? Estamos conscientes de que a sucessão do príncipe Salim ao trono, nos finais de 1605, como Nur al-Din Muhammad Jahangir, foi consideravelmente facilitada pela morte dos seus irmãos Murad e Daniyal (este último a 11 de Março de 1605, apenas uns sete meses antes de Akbar). O único rival que constituía uma alter-

nativa a Salim era o seu próprio filho Khusrau, cuja rebelião foi esmagada no rescaldo da morte de Akbar. Não é minha intenção especular sobre o que teria acontecido se Murad não tivesse morrido; isso é assunto mais para videntes de bola de cristal do que para historiadores. No entanto, vale a pena recordar que se estava numa época em que os indivíduos (especialmente os membros das «elites») eram encarados como fontes importantes de protagonismo histórico, e por consequência a tentação do assassinato estava naturalmente presente.⁷⁴ Abu'l Fazl relata que, nos princípios da década de 1580, alguns membros do séquito de Akbar sugeriram a eliminação do seu incómodo meio-irmão Mirza Muhammad Hakim, cujas pretensões ao estatuto real eram reconhecidas pelos safávidas, tal como possivelmente também pelos usbeques.⁷⁵ A morte fortuita (sob o ponto de vista de Akbar) de Mirza Hakim em 1585, pôs de parte, neste caso particular, essa necessidade, mas não necessariamente a ideia. 'Abd al-Qadir al-Badayuni conta que o próprio Akbar, por exemplo, suspeitou, pelo menos uma vez, que Salim tentara envenená-lo.⁷⁶ Se o príncipe Murad foi realmente vítima da acção dos portugueses, naquele mundo, isso seria pouco surpreendente. Porque, pondo de parte os sentimentos piedosos, havia sempre a pressão da *realpolitik*, que homens como o conde da Vidigueira tinham aprendido na dura escola do Norte de África. Mas isto, por sua vez, significava que o comunicado conjunto que

⁷⁴ Para uma reflexão paralela sobre um evento bem mais conhecido, veja-se Ronald Mousnier, *The Assassination of Henry IV: The Tyrannicide Problem and the Consolidation of the French Absolute Monarchy in the Early Seventeenth Century*, trad. Joan Spencer (Nova Iorque, 1973).

⁷⁵ Sobre a proposta para assassinar Mirza Hakim, ver Abu'l Fazl, *A'in-I Akbari*, vol. III, trad. H. S. Jarret, ver Jadunath Sarkar (reedição, Deli, 1989), 428-429; Abu'l Fazl, *Akbar Nâma*, vol. III, trad. Beverige, 541-42. Sobre as atitudes dos safávidas e dos usbeques para com ele, ver, respectivamente, 'Abd al-Husain Nawa'i, *Shâh Tahmâsh Safawî; Majmû'a-i asnâd wa makâtâbât târikhî hamrâ ba yaddâshihâ-yi tafsilî* (Teerão, 1989), 503-505; e Tanish ibn Mir Muhammad Bukhari, *Sharaf-Nâma-ii Schakhi: Kniga Shakhskoi Slavy*, ed. e trad. M. A. Salakhedinova, 2 vols. (Moscovo, 1983).

⁷⁶ Badayuni, *Muntakhabu-t-Tawârikh*, vol. II, 390. Este incidente teve lugar em A. H. 999 (A. D. 1591), e Akbar acusou não só Salim mas também o médico Hakim Human. Isto também deu ocasião a que as tensões entre Salim e Murad aumentassem. Algumas cartas de Jerónimo Xavier, S. J. sugerem que Akbar continuou a manter tais suspeitas mesmo passado tempo; cf. o relato da morte de Akbar, na sua carta de Lahore de 25 de Setembro de 1606, in Silva Rego, ed., *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. III, 62-65. A mesma suspeita é até mencionada em cartas de 1601 e 1604 de Filipe III ao vice-rei Aires de Saldanha, citadas in Tamaskar, *Life and Work of Malik Ambar*, 29-30.

⁷³ Ver Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia...*, 255. Sobre outros renegados portugueses do Decão, ao serviço de Malik 'Ambar (e na sua corte), ver W. Ph. Coolhaas, ed. Pieter van den Broecke in *Azie*, 2 vols. (Haia, 1962-1963), vol. I, 140-151. Os incidentes descritos tiveram lugar em Novembro de 1617, quando Malik 'Ambar estava em Khade (Kirkee), perto de Daulatabad.

saiu em Maio de 1599 não augurava nada de bom para as futuras relações entre os mogóis e os portugueses; os futuros beneficiários iriam ser as Companhias das Índias Orientais inglesa e holandesa. Mesmo que os mogóis não tenham tido sucesso na tentativa de expulsar os portugueses de Goa, Damão e Diu, a hostilidade velada mas profundamente enraizada entre ambos na época de Akbar pode ser ignorada pelo historiador, mas apenas para seu próprio perigo.

Capítulo 9

Manila, Malaca e Meliapor: uma viagem dominicana pelas Índias, c. 1600

É de loucos. Não há um fim para o acto de ler. Alguns lêem com método. Outros esquecem-se de viver de modo a redigir anotações eruditas que não fazem ideia como utilizar, acumulando-as, e depois esquecendo-as. Outros ainda vivem na ficção. Todos nós fazemos parte deste imaginário, e que estranha procissão é esta [...].

Blaise Cendrars, *Bowlinguer* (1947).

Introdução

Este capítulo analisa a história da presença portuguesa na Ásia a partir de um documento impresso, mas pouco conhecido, uma narrativa escrita por um padre dominicano, viajante na Ásia do início do século xvii. Na sua versão original, foi concebido como um tributo póstumo a Denys Lombard, historiador francês especialista em história do Sudeste Asiático da época moderna. Para além de ser um especialista na história desta região (particularmente nos séculos xvi e xvii), Denys Lombard era um aficionado da literatura de viagens. Viajante inveterado, talvez isso explique o seu interesse por personagens como Frederick de Houtman, ou, mais recentemente, Augustin de Beaulieu.¹ Isso também serve de contexto a este capítulo, o

¹ Augustin de Beaulieu, *Mémoires d'un voyage aux Indes Orientales 1619-1622: Un marchand normand à Sumatra*, introdução, notas e bibliografia por Denys Lombard (Paris, 1996).

qual poderá entrar no âmbito da série que Lombard inaugurou nos últimos anos da sua vida, intitulada «Pérégrinations asiatiques». Esta série tinha como objectivo «disponibilizar ao leitor interessado, ou disponibilizar novamente, alguns textos-chave que lhe permitirão seguir a evolução do discurso ocidental sobre a Eurásia entre os séculos XVI e XX», apesar de a série considerar, de forma explícita, a possibilidade de publicar «à maneira de contraponto, e de modo a melhor entender e analisar o problema das percepções mútuas, traduções de viajantes asiáticos». Das viagens que partilhei com Denys Lombard, na década de 1990, recordo duas lembranças singulares, as quais servem de ilustração anedótica de algumas destas ideias. Numa ocasião, tendo uma ou duas horas para passar no aeroporto Indira Gandhi, em Nova Deli, Lombard começou a testar a sua memória do sânscrito (que tinha estudado de forma sucinta) a partir da leitura dos letreiros do aeroporto que estavam em hindi. Curiosamente, a partir do seu semiesquecido sânscrito e do seu conhecimento de malaio, consegui entender grande parte dos letreiros, uma reflexão de umas inesperadas histórias conectadas. Noutra ocasião, no porto de Fremantle, na Austrália, encontrámos um marinheiro da Nova Zelândia, o qual reivindicava ser meio-maori, começando a expor demoradamente a suas teorias milenaristas. Um outro intelectual teria ficado exasperado, mas Lombard não, tendo-o escutado durante quase meia hora a misturar referências do Velho Testamento com outras ideias, que assumi assentarem em recursos culturais no mínimo originais, com grande interesse e prazer.

À semelhança dos incidentes acima referidos, também este capítulo se situa na encruzilhada de diferentes culturas, privilegiando uma narrativa de viagens escrita por um contemporâneo de Houtman, que era uma geração mais velho que Beaulieu. Pode ser lido enquanto parte da presença portuguesa na Ásia marítima, numa época em que Portugal estava sob o domínio dos Habsburgos no período conhecido como União Ibérica (ou, se se preferir, «cativeiro espanhol»). A vida do seu autor, o frade dominicano Frei Gabriel Quiroga de San Antonio, será brevemente descrita mais à frente, mas antes disso afigura-se útil começar com alguns comentários contextuais, sublinhando, ao mesmo tempo, que esta abordagem é mais histórica do que literária.²

² Para uma reflexão colectiva sobre enfoques possíveis relativamente às narrativas de viagens, veja-se Zweder von Martels, ed., *Travel Fact and Travel Fiction: Studies on Fiction, Literary Tradition, Scholarly Discovery and Observation in Travel Writing* (Leiden, 1994).

O Estado da Índia de finais do século XVI oferece, como é sabido, uma paisagem vasta e variada, que se estende desde o mar do Sul da China, a leste, até ao vale do Zambeze, a oeste. Esta vastíssima extensão não era controlada em termos efectivos pela Coroa portuguesa, constituindo antes a tela sobre a qual os portugueses pintavam as suas concepções e idealizavam os seus projectos de dominação imperial, muitos dos quais, evidentemente, nunca chegaram a concretizar-se. Ao longo desta extensão de milhares de quilómetros, certas áreas eram controladas mais intensivamente, como foi o caso das conquistas na costa ocidental da Índia, ou dos territórios depois conquistados no Ceilão. Outras eram postos avançados de menor importância, dominados por comerciantes «casados», ou feudos de capitães pertencentes às grandes famílias da nobreza, como sucedeu com frequência em Malaca.

Por outro lado, a partir da década de 1570, tinham-se aberto novas perspectivas e horizontes. O comércio com o Japão, cujos primeiros passos tinham sido dados na década de 1540 e princípios da década de 1550, torna-se uma realidade significativa, propiciando um mercado suplementar relevante, assim como um aprovisionamento importante de metais preciosos. Além disso, o estabelecimento dos espanhóis nas Filipinas na década de 1560 contribuiu para que as possibilidades de exploração das ligações através do oceano Pacífico fossem cada vez mais aliciantes, apesar da existência de proibições oficiais que contrariavam este projecto. Tanto os governadores como os altos funcionários da América espanhola (México e Peru) e respectivas contrapartes na Ásia procuraram formas destinadas a facilitar o escoamento de prata de Potosí para a China e de produtos chineses para a América. Eram muitos os que pensavam que o célebre galeão de Manila, que transportava *reales de ocho* de Acapulco para as Filipinas, era um instrumento insuficiente para um procura tão elevada.³ Enquanto mercadores particulares chineses de Fujian e Guangdong, tirando partido do afrouxamento da administração provincial nos finais do período Ming, criaram importantes ligações com Manila, estabelecendo aí, inclusivamente, uma colónia populosa (a despeito das periódicas explosões de violência dirigidas contra eles), o famoso triângulo comercial Manila-Macau-Nagasaki

³ Para uma abordagem clássica, veja-se William L. Schurz, *The Manila Galleon* (Nova Iorque, 1959), 1.^a ed. em 1939. Materiais úteis encontram-se, também, em Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques, 16^e-17^e-18^e siècles*, 2 vols. (Paris, 1960-1966).

competiu em importância com o comércio tradicional do Sul da China para Malaca. Os finais do século XVI e princípios do século XVII constituem, por conseguinte, não apenas um período durante o qual a presença marítima dos portugueses reveste uma nova forma, mas também um período extremamente importante para a formação de novas redes ultramarinas chinesas no Sudeste Asiático, além de ser uma fase em que mercenários japoneses (incluindo os *ronin*, ou samurais, desocupados depois de terminada a guerra civil) se espalharam até às Molucas, Tailândia e Birmânia. As grandes cidades portuárias do Sudeste Asiático frequentadas pelos holandeses após 1595, tais como Banten, Jacarta e Achém, caracterizam-se por uma população cosmopolita, de que os portugueses e os luso-asiáticos eram apenas um dos elementos.⁴ Fontes holandesas, para além de relatos de viagens franceses, como o de Augustin de Beaulieu, na década de 1610 e princípios de 1620, dão-nos, por conseguinte, um panorama inestimável de uma presença portuguesa complexa que transcende o âmbito quer do Estado quer do Padroado. Este período representa também o apogeu do aventureiro político português, que começara a fazer sentir a sua presença já desde a década de 1520 em alguns pontos da Ásia. É este tipo de universo que associamos a Fernão Mendes Pinto, e que se havia generalizado no último quartel do século XVI. No golfo de Bengala, e também no continente e nas ilhas do Sudeste Asiático, os portos comerciais mais importantes, começando por Paleacate (Pulicat) e São Tomé (de Meliapor), reúnem colónias de portugueses e de luso-asiáticos, alguns dos quais estabeleceram contactos com os reinos e os sultanatos onde esses portos estavam situados. Vamos encontrar, aproximadamente na mesma época, alguns homens ao serviço dos reis de Kandy e de Kotte, no Sri Lanka, ou na Birmânia na fase derradeira da dinastia Toungoo, ou em regiões como o Laos ou a Tailândia. As estimativas são incertas, mas tudo leva a crer que o seu número rondava os vários milhares, para cima de um milhar a leste do golfo de Bengala, no Arracão (Arakan) e na Birmânia, em centros como Martabão, Degun (Dagon), Mrauk-U, Chatigão (Chittagong), Dianga e Sundiva (Sandwip). O texto de um autor anónimo, *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, escrito em finais da década de 1570

⁴ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History* (London, 1993). Para Achém, ver também Denys Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh au temps d'Iskandar Muda (1607-1636)* (Paris, 1967), e para Banten, Claude Guillot, «Les Portugais et Banten, 1511-1682», *Revista de Cultura* (Macau), n.º 13/14 (1991): 80-95.

e publicado meio século mais tarde sob a égide da Ordem de Santo Agostinho, insiste na importância destes homens, bem como na urgência premente em os trazer de volta para o redil do Estado da Índia, devido à incerteza da sua situação moral e política. Se, por um lado, eles constituíam um exemplo suspeito para os soldados que se mantinham ao serviço do Estado, por outro representavam formas de síntese transcultural que não mereciam a aprovação da burocracia e das autoridades religiosas portuguesas.⁵ Vestindo-se com frequência segundo os hábitos locais, praticando uma cozinha que se afastava da tradição ibérica, esses indivíduos eram encarados como uma ameaça cultural, que se agravava mais ainda sempre que se convertiam ao Islão.

Neste contexto, convém ter em mente três aspectos fundamentais quando nos debruçamos sobre a história da Ásia portuguesa em finais do século XVI e princípios do século XVII. Em primeiro lugar, e de forma mais óbvia, a circunstância de nos encontrarmos no período da união das Coroas, do governo dos Habsburgos em Portugal e do império ultramarino português, com todas as expectativas, problemas e ambiguidades daí resultantes. Um segundo aspecto a ter presente é a emergência de uma nova conjuntura político-económica na própria Ásia, que tem a ver com o ressurgimento dos safávidas após o reinado longo e relativamente tranquilo do Xá Tahmasp (1524-1576), a consolidação do império mogol na Ásia meridional, e as transformações em sentido idêntico no Japão, com Hideyoshi e os primeiros Tokugawas. Um terceiro ponto a considerar como peça fundamental para uma contextualização prende-se com a emergência, a partir da década de 1580, e mais especificamente da de 1590, de um desafio concertado contra o monopólio português (ou ibérico) sobre o comércio da Rota do Cabo, lançado pelos ingleses e pelos holandeses, mas também, em menor grau, pelos franceses e pelos dinamarqueses. Quando os ingleses se estabelecem no Guzerate, e, em seguida, em Sumatra e Java, e os holandeses conseguem bases de apoio na costa do Coromandel, em Masulipitão (Masulipatnam) e Paleacate (Pulicat), e também na Indonésia oriental, o espaço de manobra de que os portugueses dispunham começa a restringir-se progressivamente. O que leva, a médio prazo, ao declínio do comerciante «casado», e

⁵ Anónimo, *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* (Lisboa: Jorge Rodrigues, 1630).

à emergência, em finais do período dos Habsburgos (em 1640), de um novo tipo de comerciante, a funcionar de modo independente, por vezes designado por «solteiro» nos documentos da época.

No meio desta actividade complexa surge, evidentemente, uma enorme diversidade de protagonistas ibéricos com uma multiplicidade de posições sociais, de motivações e mentalidades. Seria possível reconstituir este universo de finais do século XVI através, por exemplo, do livro de contabilidade, ou *livro de razão*, de um comerciante «casado», se não fosse a circunstância de estes serem, na realidade, muito difíceis de encontrar.⁶ Hoje em dia, o único de que dispomos relativo a esse período data de 1610 e 1620 e pertence a um tal Francisco da Gama, estreitamente relacionado com alguns importantes mercadores e figuras públicas da época, sendo ele próprio, no entanto, uma figura obscura.⁷

Gama era próximo de alguns cidadãos importantes de Goa e de Cochim do seu tempo, tais como Valentim Garcia e Ferdinand Cron, e negociava com eles (ou em seu nome) tanto na Rota do Cabo como na Ásia. Os fragmentos de contas que deixou revelam um protagonista intimamente relacionado com redes de cristãos-novos, contando entre os seus associados pessoais e comerciais homens como Garcia de Melo de Torres que, em princípios do século XVII, era vedor da Fazenda em Cochim. Garcia de Melo tinha também inimigos poderosos, entre os quais o arcebispo de Goa, pertencente à Ordem de Santo Agostinho, e governador do Estado da Índia, D. Frei Aleixo de Meneses.⁸ Estes seus inimigos foram responsáveis pela queda temporária do vedor da Fazenda e pelo confisco dos seus bens e objectos pessoais. A par do registo contabilístico de Francisco da Gama, as listas de bens confiscados também nos revelam a extensão e a diversidade dos interesses políticos e comerciais por parte dos portugueses de Goa e de Cochim. Se Francisco da Gama transaccionava em ouro, têxteis e especiarias em Manila, Malaca, Chaul, Cochim, Moçambique e Goa, Garcia de Melo possuía uma colecção de colchas e têxteis de seda, de caixas e

⁶ Para uma análise útil, assente, sobretudo, em documentação da Inquisição, veja-se James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640* (Baltimore, 1993).

⁷ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal, 1500-1700* (Deli, 1990), 171-174.

⁸ Para detalhes relativos à sua carreira, veja-se Sanjay Subrahmanyam, «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du christianisme en Inde», *Archives de Sciences Sociales des Religions* (1998).

peças de mobiliário de madeira e marfim esculpido, além de escravos oriundos de diversas partes da Ásia.

Podemos aceder ao universo habitado por estes indivíduos a partir de outras fontes para além destas, caso dos relatos de viagens. Nos últimos anos, o relato redigido em espanhol por Jacques de Coutre, um negociante de jóias flamengo, oriundo de Bruges, tem merecido uma atenção particular.⁹ Coutre chegou à Ásia no princípio da década de 1590, aí permanecendo até meados de 1620, com algumas interrupções aquando de breves estadas na Europa. Na primeira fase da sua carreira negociava sobretudo no Sudeste Asiático, operando a partir de Malaca, e mantendo algumas relações com alguns portos, como os de Patane, Pahang e Odiá (Ayuthia). Mais tarde, a sua actividade levou-o a concentrar-se cada vez mais na Índia peninsular, explorando as minas de diamantes no interior, assim como diversas cortes internas, desde o Decão até aos domínios mogóis. Coutre, como muitos dos seus contemporâneos, também tinha opiniões firmes sobre o modo como o regime administrativo e comercial do Estado da Índia devia ser «reformado» para fazer face aos ataques de holandeses e ingleses. Foi nesse contexto que escreveu o tratado intitulado *Como Remediar o Estado da Índia*. Neste aspecto, pode ser comparado com Diogo do Couto e com Francisco Rodrigues da Silveira, ambos com ideias precisas sobre como impedir o «declínio» do Estado da Índia.¹⁰

É evidente que cada um destes escritores e protagonistas revelava uma inclinação especial por uma ou outra parte da Ásia, não possuindo um olhar abrangente do todo. Os que conheciam bem o Sudeste Asiático ou o Decão, como Coutre, não estavam necessariamente bem informados sobre a África oriental ou o Japão, enquanto homens como Ferdinand Cron, agente temporário das casas bancárias do Sul da Alemanha, pareciam conhecer bem a Ásia ocidental. Cron chegou a colaborar, inclusive, na organização de um serviço de correio por via terrestre para os Habsburgos, usando os seus agentes e correspondentes no Irão e no império otomano.¹¹ Os seus escritos sugerem, porém, um conhecimento muito mais limitado do Sudeste

⁹ Cf. Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, ed. Eddy Stols, B. Teensma e J. Verberckmoes (Madrid, 1991).

¹⁰ Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da Milícia do Governo do Estado da Índia Oriental*, ed. B. N. Teensma, introdução e notas de Luís Filipe Barreto, G. D. Winius e B. N. Teensma (Lisboa, 1996).

¹¹ Cf. Sanjay Subrahmanyam, «An Augsburgur in Asia Portuguesa: Further light on the commercial world of Ferdinand Cron, 1587-1624», in R. Ptak e D. Rother

Asiático e da Índia oriental. Áreas como o grande porto de Ugulim, no golfo de Bengala, que nas décadas de 1580 e 1590 era um dos principais centros de transacções comerciais dos negociantes privados portugueses, não são praticamente mencionadas, nem sequer nas grandes crónicas panorâmicas da época, como as *Décadas* de Diogo do Couto. Em suma, a compilação de uma visão enciclopédica da Ásia portuguesa, visitando mentalmente, por assim dizer, todos os pontos principais onde os portugueses tinham uma presença, não era uma tarefa fácil nas últimas décadas do século XVI. É evidente que o modelo existia, sob a forma das primeiras obras do século XVI de Duarte Barbosa e de Tomé Pires, mas as crescentes complexidades da situação dificultavam as coisas. O que é que, legitimamente, se devia incluir e excluir? Poder-se-ia incluir uma dada parte do Japão, onde a Coroa portuguesa possuía uma presença oficial apenas através do navio enviado anualmente de Macau, mas onde era exercida uma influência considerável graças à Sociedade de Jesus? O *Itinerário* do holandês Jan Huyghen van Linschoten, compilado a partir de informações colhidas na Goa portuguesa, propõe um conjunto de soluções para o problema da selecção, apresentando a Ásia dos portugueses como uma vasta série de rotas comerciais, apoiada numa sociedade corrupta e lasciva de mestiços, susceptível de ser facilmente arrasada através de uma intervenção vigorosa e conivente dos holandeses. A obra anónima *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, escrita por volta de 1582, provavelmente por um oficial superior do Estado da Índia, destinada a informar Filipe II sobre a natureza e dimensão das suas possessões civis e militares e sobre os direitos comerciais na Ásia, oferece uma outra visão. Nesta obra, além de Goa, «cabeça e assento principal do estado que nas partes do Oriente tem a Coroa de Portugal», encontramos descrições de Diu, Damão e Ormuz, de Moçambique, da Província do Norte, dos portos de Canará (Kanara) e do Malabar, de Ceilão, e ainda de outros centros mais obscuros como Negapatão e São Tomé, na costa do Coromandel, ou de Malaca e Macau, todos eles descritos com algum pormenor. Alguns núcleos de actividade privada portuguesa, tais como o *porto grande* e o *porto pequeno* de Bengala, são analisados de forma mais sumária no âmbito das viagens levadas a cabo pela Coroa portuguesa ou pelos seus concessionários.

mund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade*, c. 1400-1750 (Estugarda, 1991), 401-425.

A justificação do texto é dada pelo próprio autor anónimo, num prefácio dedicado a Filipe II:

Vendo eu a pouca informação que neste Reyno avia de importância da mor parte dos ditos cargos [da Índia], e que disso resultavão alguns inconvenientes, me despus a fazer de todos este breve compendio, tratando juntamente de cada huma das cidade e fortalezas que Vossa Magestade tem naquelles estados do Oriente, para que viesse em verdadeira noticia da grandeza delles sem o trabalho de ver largas escripturas, e se lhe accrecentasse mais o gosto que com razão deve ter do amor e promptidão como que vierão a seu serviço estando tam longe delle. Segui nesta materia o que esta escripto daquellas partes, e procurey enformações dos homens mais práticos de cada huma dellas.¹²

O *Livro das Plantas* de António Bocarro, escrito meio século mais tarde (em colaboração com Pedro Barreto Resende) parece seguir a fórmula do *Livro das Cidades e Fortalezas*, embora integrando muitos mais pormenores de natureza orçamental e reformulando a discussão das viagens comerciais. A outra obra de Bocarro, aproximadamente da mesma altura, a *Década 13 da História da Índia*, é igualmente interessante devido à importância relativamente grande que atribui às actividades dos portugueses no Ceilão e a leste do cabo Comorim. Dando continuidade à tradição cronista oficial de Barros e de Couto, esta obra leva a cabo uma análise da Ásia portuguesa durante o vice-reinado de D. Jerónimo de Azevedo, dedicando um grande número de capítulos a episódios como a construção de uma fortaleza em Sirião (Syriam), no Sul da Brimânia, por Filipe de Brito e Nicote, e a sua subsequente destruição pelo governante birmanês, Anauk-hpet-lun. Os portugueses do Leste de Bengala também são referidos neste livro, cujo autor – importa assinalar – era um cristão-novo que permanecera bastante tempo em Cochim, e provavelmente reunira informações, em parte junto da comunidade de comerciantes portugueses aí existente. Bocarro manifesta uma desaprovação convencional face aos colonos portugueses de São Tomé, na costa do Coromandel, que considera obcecados pela mera satisfação dos seus próprios interesses, e por facções rivais, sanguinárias e sem qualquer interesse. Isto constitui, para ele, um verdadeiro problema no Estado da Índia nos princípios do século XVII: ameaçados do

¹² Francisco Paulo Mendes Luz, «Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal Tem nas Partes da India, e das Capitánias, e mais cargos que Nellas Há, e da Importância Delles», in *Studia*, n.º 6 (1960): fls. 3-3v.

exterior por soberanos asiáticos hostis e por adversários europeus, os portugueses nas suas colónias mercantis eram incapazes de desenvolver um sentimento colectivo de solidariedade, ficando assim mais ou menos condenados à perda do seu domínio comercial, alcançado com tantas dificuldades e labuta desde os tempos do infante D. Henrique. Como escreve no prólogo, tendo em conta o prodigioso declínio verificado por volta década de 1630, parece que em breve nada mais restaria do que a vocação religiosa.

Podemos mui bem chamar a esta conquista, que temos há tantos annos n'este Oriente, dilatação e exaltação da fé catholica, pois assi como foi esta a primeira tenção do sereníssimo infante D. Henrique, que lhe deu principio, se foi a mesma continuando em os reis catholicos que até agora a sustentaram e sustentam; senão que d'antes pode ser que não fosse tão pura, pelos grandes interessess que d'antes tiravam do commercio, e agora, este para nos já quasi de todo extincto, se não tem respeito mais que esta christandade, e levar o nome de Christo nosso senhor e seu Êvangelho sancto e nações remotas que o conheçam e confessem.¹³

Uma outra questão tem a ver com o facto de as redes comerciais portuguesas terem sobrevivido em séculos posteriores, em parte devido à colaboração com outros povos europeus com quem estabeleceram a paz (como foi o caso dos ingleses, depois de 1635), e em parte graças à integração em redes asiáticas (por exemplo, os parsis e os arménios).¹⁴ Aliás, no século XVIII seria explorada uma outra opção, que revestiria a forma do que Anthony Disney designou por uma abordagem ao império mais *land-bound* (orientada para a terra), visível quer na expansão para as Novas Conquistas, na Índia ocidental, quer na expansão para novos territórios da África oriental.¹⁵

¹³ António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, ed. de R. J. de Lima Felner, vol. 1 (Lisboa, 1876), 3.

¹⁴ Cf. Kenneth McPherson, «Enemies or Friends? The Portuguese, the British, and the Survival of Portuguese Commerce in the Bay of Bengal and Southeast Asia from the late Seventeenth to the Late Nineteenth Century», in Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos, eds., *The Portuguese and the Pacific* (Santa Barbara, 1995): 211-237.

¹⁵ Anthony Disney, «The Portuguese Empire in India, c. 1550-1650», in John Correia-Afonso, ed., *Indo-Portuguese History: Sources and Problems* (Bombaim, 1981): 148-162. Para o caso de Goa no século XVIII, ver Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)* (Lisboa, 1996).

Uma narrativa breve, mas credível

No contexto da Ásia portuguesa, tal como se apresentava por volta de 1600, uma obra interessante e relativamente negligenciada é a do frade dominicano Gabriel Quiroga de San Antonio, publicada pela primeira vez, em Valhadolid, em 1602, com o título ligeiramente equívoco de *Breve y Verdadera Relación de los Sucesos del Reyno de Camboxa*.¹⁶ Apesar de o título sugerir um tratado exclusivamente relacionado com o reino khmer do Camboja, estamos perante um relato de viagens de natureza muito mais panorâmica, contendo informações não apenas sobre o Camboja (em relação ao qual tanto portugueses quanto espanhóis acalentavam planos de conquista na década de 1590), mas sobre diversos outros centros da Ásia portuguesa.¹⁷

Sabemos muito pouco sobre a vida de Frei Gabriel para além do que ele próprio nos conta. Pensa-se que terá nascido por volta de 1570 e sabemos que serviu como pregador no convento dominicano de Guadalajara, sob a protecção de Frei Sebastián Bravo, antes de embarcar de Sevilha para o México, em Julho de 1594, como o grupo de padre Frei Alonso Delgado, que se dirigia para as Filipinas. Chega, pois, em 2 de Outubro desse ano, ao porto de San Juan de Ulúa, no Novo Mundo, tendo permanecido no México durante três meses, pregando em mais de uma ocasião na nova catedral, na altura em construção na cidade do México. Finalmente, em Março de 1595, embarca de Acapulco para Manila num mais tarde famoso galeão, na viagem empreendida por Don António de Morga, que viria a escrever, em 1609, o célebre *Sucesos de las Islas Filipinas*.¹⁸ A travessia do Pacífico prolonga-se por cerca de dois meses e meio e, à chegada às Filipinas, Frei Gabriel parece ter ficado afecto à

¹⁶ Gabriel Quiroga de San Antonio, *Breve y Verdadera Relacion de los Sucesos del Reyno de Camboxa y el Japón*, ed. de Roberto Ferrando (Madrid, 1988). Ver também Antoine Cabaton, *Brève et véridique relation des événements du Cambodge par Gabriel Quiroga de San Antonio [...]: Nouvelle édition du texte espagnol avec une traduction et des notes* (Paris, 1914).

¹⁷ Os melhores estudos sobre esta matéria são de Antoine Cabaton, «Une intervention européenne au Cambodge à la fin du XVI^e siècle», *Revue Indochinoise*, vol. XI (1909): 1171-1188; Lawrence Briggs, «Spanish Intervention in Cambodia, 1593-1603», *Toung-Pao*, vol. XXXIX (1949): 132-160; e Charles R. Boxer, «Spanish and Portuguese Projects for the Conquest of Southeast Asia», *Journal of Asian History*, vol. III, n.º 2 (1969): 118-136.

¹⁸ Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, ed. de Patricio Hidalgo Nuchera, e W. E. Retana (Madrid, 1997).

catedral de Manila durante algum tempo. A despeito das especulações em contrário, julga-se que não terá participado nas expedições espanholas ao Camboja, permanecendo em Manila durante dois anos e meio, pregando aos castelhanos que lá se encontravam, e estando intimamente ligado ao círculo do governador e à administração dos dominicanos. Em Fevereiro de 1598 parte para Malaca, de onde tinha a intenção de regressar à Europa via Rota do Cabo, seguindo as instruções do governador de Manila, Francisco Tello de Guzmán, e do próprio patrono de Frei Gabriel, Don António de Morga. Contudo, vê-se forçado a permanecer em Malaca cerca de dois anos, período durante o qual parece ter tido divergências com várias pessoas, como veremos adiante com mais pormenor. Partindo de Malaca, vamos encontrar Frei Gabriel, em 1600, primeiro no Ceilão, depois em São Tomé, na costa do Coromandel (onde visitou o celebrado túmulo de São Tomé), tendo depois atravessado por estrada a extremidade sul da península, chegando a Cochim após alguns incidentes infelizes na região de Madurai. De Cochim, parece ter continuado para Goa, onde acabou por tomar um barco da carreira da Índia, em 1603, chegando a Lisboa após uma viagem de cinco meses e meio, passando pela ilhas Comores, Madagáscar, Ascensão e Terceira, nos Açores. Já na Europa, terá partido rapidamente de Lisboa para Espanha, numa tentativa de influenciar o poderoso conde de Lemos (conselheiro de Filipe II) sobre a questão relativa ao projecto de Camboja, no contexto do que surge, sem dúvida, a publicação do seu texto em 1604, cuja redacção se iniciara em Manila, prosseguindo em Malaca. Embora tivesse a intenção de regressar às Filipinas, é provável que não o tenha conseguido; na verdade, a partir de 1604, a sua vida torna-se obscura ao olhar do historiador. Recorde-se, porém, que fez parte daqueles que circum-navegaram o mundo no século a seguir a Magalhães, feito que viria a banalizar-se posteriormente, mas que certamente não era vulgar em 1603.

A *Breve y Verdadera Relación* está dividida em três partes, precedida de uma breve exortação dirigida a Filipe III, contendo a terceira parte um epílogo em quatro pequenas secções, justificando e defendendo a conquista do Camboja. O próprio autor apresenta o texto nos seguintes termos:

El orden, distinción, y claridad, realzan la verdad de la historia, y porque se vea y entienda mejor la que en esta Relación se tratan la dividi en tres partes; las partes en capítulos y los capítulos en parágrafos com

sus próprios títulos. En la primera, contaré el viaje del general Gallinato; en la segunda que hixo a Camboxa don Luis Perez de las Mariñas; y en la tercera, el que yo hice por todo el mundo, desde que salí de España hasta que volvi a ella.¹⁹

A história cambojana de Frei Gabriel começa em 1570, no momento em que a cidade de Angkor acabava de ser redescoberta, segundo ele, depois de ter sido invadida pela selva durante vários séculos. Angkor é descrita como «una ciudad nunca antes vista ni conocida de los naturales», mas também «de maravillosa hechura». ²⁰ Nesse mesmo ano, um novo rei teria chegado ao poder no Camboja, um certo Apram Langara, que corresponde de facto a Paramaraja IV (1576-1594), que governou durante algum tempo antes de ser obrigado a renunciar ao trono pelo soberano do Sião, devido a uma disputa sobre o elefante branco, símbolo da soberania.²¹

Poco antes que ela [Apram] naciere, nació en este reino un elefante blanco, cosa rara, delicada y nunca acaecida en estas provincias. Pidió el rey de Siam al rey de Camboxa, Apram Langara, le diese este elefante junto con un ejército de trescientos mil hombres, y tres mil elefantes de guerra, y aunque el de Camboxa se defendió con otro tan poderoso ejército, el de Siam venció y se llevó el elefante [...].²²

Enquanto Apram se encontrava no exílio no Laos, consta que seu primo («primo Hermano»), de nome Huncar Pravancul, (o Ram I das crónicas cambojanas), se apoderara do trono e governara tiranicamente. Fica-se a saber que já havia uma presença dominicana no Camboja, nessa altura, devido às relações existentes entre os seus soberanos e Malaca.²³ Alguns sacerdotes, como Frei Silvério, Frei Luís da Fonseca e Frei António Orta, faziam parte do círculo do rei, além de outros frades agostinhos (presumivelmente

¹⁹ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 42.

²⁰ Cf. também, neste contexto, B. Groslier e C. R. Boxer, *Angkor et le Cambodge au XVI^e siècle d'après les sources portugaises et espagnoles* (Paris, 1958).

²¹ O relato de Frei Gabriel é, evidentemente, muito pouco fiável em termos de datas e de anos de reinados. Para uma síntese baseada em fontes indígenas e ibéricas, veja-se Mark Phoeun, *Histoire du Cambodge de la Fin du XVI^e Siècle au Début du XVIII^e* (Paris, 1995): 47-89.

²² Gabriel de San Antonio, *Relaciones*, 48.

²³ Sobre a presença portuguesa na região, ver Jacques Népoté, «The Portuguese, Cambodia and the Mekong Valley: The Logic of a Discovery», in Dutra e Santos, eds., *The Portuguese and the Pacific*, 113-128, mas também, e de forma geral, Pierre-Yves Manguin, *Les Portugais sur les côtes du Viêt-nam et du Campā* (Paris, 1972).

nas Filipinas, mas também ao seu governador, Francisco Tello de Guzmán. É então enviada uma segunda frota, desta vez comandada por Don Luis Pérez das Mariñas, que fora governador interino. Porém, tal como da primeira vez, a frota é vítima de uma tremenda tempestade no mar do Sul da China e o próprio comandante ordena o desembarque na costa chinesa. Uma terceira frota é enviada daí, comandada por Luis Ortiz del Castillo e Luis de Villafane, tendo conseguido atingir rapidamente o delta do Mekong. Mas, uma vez chegada, suceder-se-ia uma série de conflitos desastrosos entre os castelhanos, por um lado, e o notável malaio de Johor, por outro, sendo este ajudado por um grupo de mercenários japoneses residentes no Camboja. Foram os castelhanos os mais lesados, inclusive no relato de Frei Gabriel.

Eran pocos y estaban descuidados, los enemigos muchos. Prevenidos se comenzó una guerra, la más cruel que se puede pensar. No fueron menos esforzados y valerosos los castillas que los del primer viage. Pero fueron más desgraciados. Pelearon como leones. Vengaron muy bien sus muertos y entre todos parecían rayos del cielo. El capitán Luis de Villafane se echó a la mar para avisar al rey Apram y a los capitanes Diego Belloso y Blas Ruiz, y los demás quedaron peleando. Tomaron luego los navios, y allí murieron los castillas, y los tres religiosos dominicanos, abrazados y non vencidos.²⁷

Veloso y Ruiz tentaram então intervir, chegando ao local com a aprovação do rei. Mas também eles seriam rapidamente mortos: «[...] todos juntos acometieron a los capitanes Diego Belloso y Blas Ruiz, y a la gente que venía con ellos, y a todos los acabaron en un punto». Outra nau enviada pouco depois de Manila, sob o comando de Juan de Mendoza, teria um destino igualmente infeliz: incapaz de subir o rio Mekong devido aos ventos e às correntes contrários, o barco aportaria em Odiá (Ayuthia), onde o piloto seria morto numa rixa e o capitão mortalmente ferido. Este episódio explica que a segunda parte do relato de Frei Gabriel termine com uma nota de tristeza, em que invectiva «sucesos tan desgraciados y miserables como estos», antes de partir para a sua própria viagem.

A campanha cambojana permite-nos discernir algumas das principais tensões e contingências em finais do século XVI, na

²⁷ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 76. Estes eventos devem ter ocorrido em meados de 1599.

Ásia portuguesa.²⁸ Se Goa e Malaca eram os principais centros oficiais, a partir dos quais era conduzida a política do Estado da Índia, Manila tinha igualmente um protagonismo grande desde a década de 1570, designadamente no tocante ao Sudeste Asiático e ao Extremo Oriente. Se os portugueses, em especial os cristãos-novos, controlavam uma boa parte do comércio da Nueva España (assim como o contrabando no rio da Prata), os espanhóis do Peru e do México usavam Manila como um ponto a partir do qual pretendiam entrar em zonas de certa ambiguidade, como era o caso do Camboja e do Japão. O livro contabilístico de Francisco da Gama, atrás mencionado, contém referências a transacções de metais preciosos entre Malaca e comerciantes instalados em Manila, e certamente não estava sozinho nesta actividade. Todavia, a integração destes dois mundos não podia ser forçada para lá de um certo ponto, e os espanhóis arriscavam-se a deparar com um acolhimento frio quando transpunham os principais centros oficiais da Ásia portuguesa, como o embaixador do Irão, D. Garcia de Silva y Figueroa, teve em Goa na década de 1610.²⁹ Mesmo no Camboja, as relações entre portugueses e espanhóis não eram totalmente isentas de tensões, já que, enquanto dominicanos como Frei Gabriel procuravam colocar as questões como se o Camboja fizesse parte natural da esfera de influência de Manila, muitos outros em Malaca – tanto religiosos como «casados» – não viam o problema na mesma óptica. O sacerdote franciscano Frei António da Piedade, ao escrever em 1598, insistia, por exemplo, a propósito do soberano cambojano Apram (ou Prauncar, como lhe chamava): «El-rei não está bem com os castelhanos nem lhe satisfaz o seu modo de proceder. Por agora não tem outro remédio senão dissimular com eles.» Mais adiante, Frei António vai ainda mais longe, dizendo que «no presente temos um cisma, pois alguns seguem a Igreja castelhana e outros a portuguesa».³⁰

²⁸ Para uma vista panorâmica, ver Geoffrey Parker, «David or Goliath? Philip II and his world in the 1580s», in Richard L. Kagan e Geoffrey Parker, eds., *Spain, Europe and the Atlantic World: Essays in Honour of John H. Elliott* (Cambridge, 1995): 245-266, no qual, contudo, se atribui pouco relevo à tensão entre portugueses e espanhóis.

²⁹ Cf. *Comentarios de D. Garcia de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del Rey de España Don Felipe III hizo al Rey Xá Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz, 2 vols. (Madrid, 1903-1905).

³⁰ Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Lisboa, Manuscritos da Livraria, n.º 1109, fls. 3-8, relação de Frei António da Piedade, datada de 2 de Janeiro de 1599.

O relato posterior que Frei Gabriel Quiroga faz das suas viagens sugere, de quando em quando, estas tensões. Deixando Manila em Fevereiro de 1598, passa pelo Bornéu e pelo estreito de Bintang, antes de chegar à fortaleza de Malaca, «que es una de las mejores que V. M. tiene», onde encontra o capitão Martim Afonso de Melo. Não tarda que Frei Gabriel se veja envolvido nas políticas capciosas da cidade, devido à chegada de um ouvidor de Goa, o licenciado António Marques Ribeiro, enviado pelo vice-rei conde da Vidigueira, para investigar certos conflitos anteriormente ocorridos na cidade, caso de uma efígie de palha do bispo D. João Ribeiro Gaio que havia sido objecto de chacota em público.³¹ Segundo Frei Gabriel, alguns dos «casados» da cidade tentaram primeiro apaziguar o ouvidor por meio de suborno, mas, achando-o difícil de corromper, tramaram falsas acusações contra ele. Também isto não surtiu efeito, e as coisas agravaram-se bastante. Nas palavras de Frei Gabriel: «Alborotóse la ciudad. Toda ella ardia en bandos y enemistades; toda era parcialidades e conventículos. Y ni de noche ni de día se podia andar con seguridad por ella; ni aun en sus propias casas estaban seguros los hombres. Y si por ventura se atrevian a ir a algunas de las iglesias, iban tan cargados de armas, que parecian los templos, ejércitos o fronteras.»³²

O ouvidor Ribeiro, sentindo-se alvo de graves ameaças, decide procurar refúgio junto dos dominicanos, e em consequência disso Frei Gabriel tem de enfrentar a ira dos «casados»: [...] toda la ciudad junta volvió sus quejas contra mi, y me culpaban, diciendo que había venido a su tierra a favorecer a un hombre que merecia mil muertes».

É então que os problemas relacionados com o facto de se tratar de um castelhano na Ásia portuguesa ressaltam em toda a força, já que acrescenta: «Bastante principio es este para entender cuántos trabajos pasé en este tiempo, pues era solo y extranjero [...]».

Frei Gabriel acabou por não conseguir salvar a vida do ouvidor, que foi morto pelos «casados» quando visitava os navios vindos de Goa com cartas para ele: «[...] mataron al oidor a puñaladas, com tanto ruido y alboroto de toda la ciudad, que parecia se acababa el mundo». Dado o capitão Martim Afonso de Melo ter tomado o

Vejam-se os documentos citados em Sanjay Subrahmanyam, *Comércio e Conflito no Golfo de Bengala, 1500-1700* (Lisboa, 1994), 151-173.

³¹ Sobre Malaca nestes anos, ver Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaios: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*, Lisbon, 1997, 191-206.

³² Gabriel de San Antonio, *Relaciones*, 93.

partido dos assassinos, Frei Gabriel sentiu-se na obrigação de pregar no púlpito contra eles, o que contribuiu para reduzir ainda mais a sua popularidade. Este facto, aliado à sua intercessão pública junto da Inquisição contra dois ingleses, supostamente «heréticos» que viviam em Malaca, os quais eram colaboradores de um frade franciscano de Solor, chamado Frei Bernardo de Lemos, acabou por exacerbar o ódio recíproco ao ponto de ser administrado veneno a seis religiosos, entre os quais se encontrava Frei Gabriel e um jesuíta castelhano, Cristóbal de Vega. Quatro deles morreram imediatamente, e Vega, no espaço de quinze dias. Embora gravemente afectado, apenas Frei Gabriel sobreviveu: «Y yo solo de estos seis estoy vivo, mas tan enfermo, que muero viviendo y vivo muriendo.»³³

Finalmente, confrontado com toda essa oposição, Frei Gabriel parte de Malaca para Goa em Fevereiro de 1600, no navio de um certo Rui Lopes Salgado, um «casado» de Chaul, que negociara antes em Manila. A sua intenção era ir para Goa, «para dar cuenta de las desgracias referidas», mas, por qualquer razão, decide fazer uma pequena paragem no Ceilão, de onde, depois de algum tempo em Jaffna, se dirige para Manar, em seguida para Vaippad, na costa da Pescaria, e depois, através de Negapatão, para São Tomé. Aqui reencontra Rui Lopes Salgado, que rumara intencionalmente para a costa do Coromandel por os ventos não lhe permitirem dirigir-se a Goa, e fica hospedado em sua casa durante nove dias. Frei Gabriel faz a inevitável menção ao apóstolo São Tomé, acrescentando uma curiosa legenda da sua autoria às já existentes:

[La ciudad de Santo Tomé] es muy rica, y de muchas haciendas, principalmente de ropuas, aunque la maior riqueza es el cuerpo del glorioso Apóstol que está en ella. Está todo entero, y tan fresco como si acabara de morir, y no le falta más que la cabeza, que está en Roma, y los dedos primeros de la manos derecha, que está en Goa.»³⁴

Apesar do fascínio que sentia pelo Apóstolo, Frei Gabriel decide não permanecer ali muito tempo, e resolve empreender uma viagem por terra até Cochim, acompanhado por dois importantes «casados» daquela cidade, Rui Garcia de Meneses e Guilherme Jorge (este último de origem escocesa), e por um espanhol chamado Pedro Díaz de la Peña, nativo de Sanlúcar. A viagem foi feita em palanquins, atravessando o que restava do reino de Vijayanagar e do «Nayque de

³³ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 99.

³⁴ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 103.

Madure», com um grande séquito, na sua maioria constituído pelos servidores de Pedro Díaz.

Esta viagem vai permitir a Frei Gabriel escrever uma série de capítulos sobre a vida dos «naturales» da região, abordando um conjunto de *topoi* que conhecemos bem de outros relatos da época. Estes incluem as «mujeres públicas» nos templos, o modo com os nativos «en ciertos días sacab a los ídolos o pagodes en procesión, en unos carros de madeira muy grandes y muy labrados», os suicídios colectivos e os sacrifícios humanos por motivos religiosos, a vida dos «jogues» («que son como nuestros peregrinos») e por aí fora. Casamentos, a vida comercial, a filosofia dos «bragmanes... la gente más principal de todos», tudo isso é rapidamente passado em revista, do mesmo modo que na corte do Nayak de Madurai, «agora que es un potentado como entre nosotros el duque de Florencia». Em Madurai, Frei Gabriel desfruta da hospitalidade do padre jesuíta Gonçalo Fernandes Trancoso, o grande rival de Roberto de Nobili, e é também Fernandes que ajuda a salvá-lo quando a sua vida corre perigo, uns anos mais tarde.³⁵ De acordo com a descrição de Frei Gabriel, quando ele e os seus companheiros se encontravam certo dia, de viagem a Madurai, sentiu-se mal na estrada para Cochim, devido às sequelas do veneno que lhe fora administrado em Malaca. Na precipitação de ser ver forçado a repousar, ele e os seus companheiros confundem uma mesquita com um templo e entram nela. Nas suas palavras: «Iba deprisa, desconoció el pagot de los gentiles, donde yo me solía aposentar, y fuese a la mesquita de los moros.» Dada a circunstância de André Furtado de Mendonça ter sido bem-sucedido no ataque dirigido contra os Kunjali Marikkars pouco tempo antes, tanto Frei Gabriel como os seus companheiros seriam maltratados:³⁶

Trataron muy mal a mis compañeros y a los criados, y a mí en particular, me dieron muchos bofetones, muchas coces, y muchos palos. Ficiéronme derramar mucha sangre por la boca, y fue Dios servido, que quedé con esto más de tres meses bueno, sin tener todo este tiempo ningún accidente de la ponzoña. Apartaron a mis compañeros, el un del otro, y a mí de todos, desnudáronme, echáronme unos grillos a

³⁵ Sobre a rivalidade entre Fernandes e Nobili, ver Ines G. Županov, «Le repli du religieux: Les missionnaires jésuites du 17^e siècle entre la théologie chrétienne et une éthique païenne», *Annales HSS*, Novembro-Dezembro (1996): 1201-1023.

³⁶ Para detalhes, ver C. R. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça (1558-1610)* (reimpressão, Lisboa, 1989), 1.^a ed. de 1955.

los pies, y una cadena que me ceñía por el cuerpo, y sólo podía menear el izquierdo.³⁷

Depois de permanecer neste estado durante cinco dias (em que a única ajuda de Frei Gabriel foi uma mulher muçulmana que, segundo conta, lhes trouxe secretamente um cobertor e um pouco de carne uma vez por outra), são finalmente libertados, graças à intercessão do padre Gonçalo Fernandes junto da corte de Nayaka. Isto permitiu que prosseguissem viagem através do Kerala, atravessando territórios onde viviam na altura as principais comunidades sírio-cristãs. Mas também aqui o ambiente estava longe de ser propício, já que em meados de 1600 o arcebispo de Goa, D. Frei Aleixo de Meneses, tinha intervindo no sentido de trazer esses cristãos para o seio da Igreja Católica, através do famoso sínodo de Diamper. Frei Gabriel, que atravessou esta região alguns meses depois do sínodo, deixa explícitas as suas simpatias no que a esta questão dizia respeito. Segundo as suas palavras, o arcebispo, «después de muchos trabajos y dificultades...que el demonio les puso, trajo al gremio y aprisco de la Iglesia a estas ovejas de Cristo, que tanto tiempo habían andado perdidas y expuestas a la rabia de tantos lobos carniceros».³⁸

Frei Gabriel pretende ter ajudado neste processo, ao intervir junto dos «nazarenos» de um sítio chamado «Protho», a quem, graças à sua pregação, convenceu do erro da sua conduta. Afirma que lhe mostraram «las sepulturas y cuerpos de Nestorio y de Teodósio, discípulo suyo», tendo mandado chamar outros sacerdotes católicos «y io com ellos los desenterramos y quemamos», acrescentando porém que «no se pudo averiguar si este Nestorio y Teodosio eran los primeros heresiarcas o algunos discípulos suyos, que tuvieron el mismo nombre».³⁹

Frei Gabriel chega a Cochim em Dezembro de 1600, precisamente na mesma altura em que o novo vice-rei, Aires de Saldanha, partia desse porto rumo a Goa. Pode assim acompanhar o vice-rei até à capital do Estado em princípios de 1601, onde lhe foi concedida residência no Colégio de São Tomé. Durante a sua permanência de cerca de dois anos em Goa, sobre a qual passa rapidamente no seu texto, Frei Gabriel diz ter feito um relato circunstanciado de tudo

³⁷ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 112.

³⁸ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 115.

³⁹ Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 117.

o que lhe havia acontecido em Malaca e, em especial, relativamente ao seu inimigo íntimo, Frei Bernardo de Lemos. Todavia, em lugar de partir para Espanha para impulsionar o projecto do Camboja, continua à espera do seu companheiro, Frei Diego de Aduarte, cuja chegada de Malaca é retardada dado o seu barco ter naufragado nas Maldivas, em Março-Abril de 1601. Este chega finalmente a Goa, onde permanece durante quase todo o ano de 1602, antes de partir de Cochim para a Europa em Janeiro de 1603. Frei Gabriel abandona Goa nesse mesmo ano e, uma vez em Espanha, põe-se em contacto com outros espanhóis, como Pablo Garrucho e Pedro Sevil, que advogam a causa de uma nova expedição visando a conquista do Camboja a partir de Manila.⁴⁰ Segundo parece, o conde de Lemos acabou por concordar em mandar uma força de quatrocentos homens para Manila, embora continuasse pendente a autorização real para prosseguirem com a operação. É, pois, neste contexto, que o texto de Frei Gabriel é concluído e em seguida publicado em Valhadolid.

O texto acaba como começa, com o Camboja e a necessidade de conquista. Para tal invoca razões de ordem moral, como o comportamento dos reis de lugares como a Cochinchina, Sião e Champa, e a conversão de almas resgatadas aos holandeses,⁴¹ e de ordem material, como os benefícios em «oro, prata, pedraria, plomo, estaño, cobre, seda, algodón, incienso, etc.». A isto acresce um último ponto:

El tercero es poder ocupar, y dar de comer a toda la gente perdida, baldía, y ociosa, de Mexico, y del Perú, y de Filipinas, que sola esta basta y sobra, sin llevar otra gente de España. El daño que esta gente hace, a donde quiera que vive, y los males que se debe temer que hagan, es bastante razón para hacer esta jornada, pues alias es justa; y es cierto que la nueva de este viaje, y la esperanza que tienen de hacerle, es que ahora sustenta y conserva en paz, a estos hombres.⁴²

No contexto da união das Coroas, Frei Gabriel manteve-se, pois, espanhol, preferindo ver Manila como o verdadeiro centro

⁴⁰ Antoine Cabaton, «Le Mémorial de Pedro Sevil à Philippe III sur la conquête de l'Indochine (1603)», *Bulletin de la Commission archéologique de l'Indochine* (1914-1916): 1-102.

⁴¹ Neste contexto, veja-se, ainda, o projecto paralelo de conquista de Achém, in Jorge M. dos Santos Alves e Pierre-Yves Manguin, *O «Roteiro das Cousas do Achém» de D. João Ribeiro Gaio: Um Olhar Português sobre o Norte de Samatra em Finais do Século XVI* (Lisboa, 1997).

⁴² Gabriel de San Antonio, *Relaciones...*, 127; comparar Cabaton, «Le Mémorial de Pedro Sevil», 17-18.

da expansão ulterior, e manifestando, por outro lado, uma certa desconfiança e desprezo por Malaca. Contudo, ao abordar algumas questões candentes desse *fin de siècle*, desde o comércio privado aos projectos de conquista, da guerra com os mapilas à «reconquista espiritual» dos sírio-cristãos, o seu texto situa-se no cerne das questões que abordamos no início do presente ensaio. Se Jacques de Coutre apresenta o universo do «casado» e o florentino Filippo Sasseti o do humanista renascentista, Frei Gabriel de Quiroga de San Antonio propõe-nos uma visão diferente de um viajante no universo da Ásia portuguesa, em finais do século XVI. Ao contrário de tantos dos seus companheiros mais flexíveis, que regressaram à Europa com fortunas acumuladas, tudo o que o nosso austero autor dominicano trouxe consigo na sua viagem de regresso à Europa foi o «veneno» do Oriente.

Capítulo 10

A lenda do sultão Bulaqi e o Estado da Índia (1629-1640)¹

Um destes homens é um Génio para o outro;
E quanto a estes: qual é o homem natural,
E qual o espírito? Quem os decifra?

Shakespeare, *Comédia de Enganos*, Acto V, Cena 1.

Introdução

A historiografia da época moderna das últimas décadas tem privilegiado o tema da emergência de noções de identidade pessoal, em relação directa com as teorias sobre as trajectórias da ideia de «indivíduo» em culturas diversas. Importa dizer que alguns aspectos desta questão foram já discutidos em reflexões sobre o autoconhecimento da época medieval (ou até anteriores), permitindo argumentar, inclusive, que a descoberta do indivíduo tinha sido um dos desenvolvimentos culturais mais importantes da Europa ocidental entre os anos 1050 e 1200.² Este tema também foi abordado a partir de uma perspectiva bastante diferente, o da singularidade do indivíduo, o que conduziu, por sua vez, ao tema do «impostor» ou do «duplo», do qual um magnífico exemplo pode ser encontrado no filme *Kagemusha*,

¹ Este capítulo foi redigido em co-autoria com Jorge Flores, a quem agradeço a permissão de o utilizar aqui.

² Colin Morris, *The Discovery of the Individual, 1050-1200* (Toronto, 1972), 158; também, mais recentemente, a reflexão em Aaron Gurevich, *The origins of European individualism*, tradução de Katherine Judelson (Oxford, 1995).

realizado por Akira Kurosawa na década de 1980.³ O filme situa-se no período dos estados guerreiros do Japão do século XVI, contando a história de um ladrão condenado que foi salvo da execução por ter concordado em servir de duplo do poderoso senhor da guerra Takeda Shingen (1521-1573) de Kai. Neste caso, os elementos centrais são de reter: o «duplo» é autorizado pelo original a substituí-lo, e as tensões desenvolvem-se em torno da diferença de estatuto social de ambos. Mas uma série de outras questões emerge deste tipo de material. Pode alguém, de alguma maneira, «tornar-se» outro? Podemos pensar em culturas históricas nas quais a personalidade individual estava subordinada à identidade social, e, por extensão da mesma lógica, à função social? Pode uma pessoa ser produzida como actor social, no mesmo sentido em que alguns já argumentaram que os próprios autores são produzidos?⁴ Que noções de prova de identidade são requeridas pelas diferentes culturas? Podemos assumir que nos movemos de culturas mais crédulas para outras onde noções de prova cada vez mais rigorosas são desenvolvidas por um aparelho de estado intrusivo?

Também a Índia teve a sua quota-parte de Tichborne Claimants e de Martin Guerres que se deram a este tipo de reflexão, sendo um dos episódios mais conhecidos, entre os casos modernos, o do chamado Kumar de Bhawal, em Bengala, recentemente estudado com considerável detalhe por Partha Chatterjee.⁵ Ainda que o caso Bhawal, que foi julgado nas décadas de 1920-1930, seja pouco comum, dado ter gerado uma quantidade assinalável de material forense, Chatterjee e outros sublinharam que o mesmo se inscreve numa longa tradição indiana. Um exemplo anterior notável é o chamado «falso Pratapchand», o qual se refere a um candidato a uma das propriedades de zamindares em Bengala do início do século XIX.⁶ Contudo, se recuarmos até aos séculos XVI e XVII, já encontramos

³ Cf. David Desser, *The Samurai Films of Akira Kurosawa* (Ann Arbor, 1983).

⁴ Michel Foucault, «What Is an Author?», in Vassilis Lambropoulos e David Neal Miller, eds., *Twentieth-Century Literary Theory* (Albany, Nova Iorque, 1987): 124-142; para discussões anteriores, ver Anthony Grafton, *Forgers and Critics: Creativity and Duplicity in Western Scholarship* (Princeton, 1990); e Roger Chartier, *The Order of Books: Readers, authors, and libraries in Europe between the fourteenth and eighteenth centuries*, trad. Lydia Cochrane (Stanford, 1994), 25-60.

⁵ Partha Chatterjee, *A Princely Impostor? The Kumari of Bhawal and the Secret History of Indian Nationalism* (Nova Deli, 2002).

⁶ Veja-se John E. McLane, *Land and Local Kingship in Eighteenth-Century Bengal* (Cambridge, 1993).

casos semelhantes. Um exemplo bem conhecido é o de Shah Shuja', o filho do imperador mogol Shahjahan que, tudo indica, foi morto no reino de Arracão nos anos de 1660, aparecendo periodicamente, depois disso, em diferentes partes do império.

O objectivo que Chatterjee persegue no seu ensaio é complexo, mas uma das suas intenções é juxtapor as «discussões filosóficas do Ocidente moderno sobre identidade», com aquilo que define como «noções filosóficas indianas sobre identidade e reconhecimento», argumentando que estas tinham produzido noções distintas de pessoa e de prova.⁷

Uma análise da situação no século XVII parece mostrar que esta oposição não terá sido tão radical, sobretudo quando nos movemos dos terrenos da reflexão filosófica para os métodos utilizados pelos estados para distinguir as ovelhas dos bodes.

A questão do «impostor» pode surgir, evidentemente, em diferentes níveis da sociedade: o mercador longamente ausente, o renunciante que regressa depois de um longo intervalo, etc. E o assunto adquire um relevo particular se a personagem em questão, como o Kumar de Bhawal, tinha a função de garantir a ordem social em virtude da sua associação com o poder real.

Apesar de se encontrar mais presente em certas culturas do que noutras, o tema do «duplo real» é um tema forte, encerrando a capacidade de ultrapassar divisões culturais. A ideia central é bastante simples. Uma figura real – que tanto pode ser o monarca reinante como um monarca anterior, ou alguém próximo do trono – possui um duplo idêntico, que a ele (ou a ela) se assemelha na perfeição, e que ou é um total estranho, ou, alternativamente, um gémeo. Numa outra variante, o «duplo» é um impostor, um falso pretendente que, ou acaba desmascarado por aquilo que é, ou, pelo contrário, logra impor com sucesso a sua falsa reivindicação perante uma população crédula.

A primeira destas correntes deu origem a temas literários populares, como o do gémeo de Luís XIV, desenvolvido por Alexandre Dumas (ou pelos seus *nègres*) em *O Homem da Máscara de Ferro*. Uma versão literária mais recente, apesar de se não debruçar sobre um duplo real, é o livro intitulado *O Homem Duplicado* do escritor premiado com o Prémio Nobel José Saramago, o qual, ao fazer do seu «herói» um professor de História, acrescenta ainda mais uma possibi-

⁷ Ver a discussão, in Chatterjee, *A Princely Impostor...*, 115-137.

lidade.⁸ No vasto domínio da subliteratura pós-Dumas, temos o livro de Anthony Hope, *O Prisioneiro de Zenda*, de finais do século XIX, ao qual Saramago vagamente alude. A segunda corrente é, do ponto de vista histórico, bem mais fértil. Sabemos por exemplo que desde o século XVI existiu um vasto número de candidatos pretendendo ser este ou aquele príncipe na Rússia dos czares, numa longa tradição que se prolongou mesmo depois da Revolução Russa, com várias pessoas reclamando ser Alexei ou Anastasia, ou até outros membros da família dos czares que teriam sobrevivido à execução em massa perpetrada pelos bolcheviques.⁹ Também na Inglaterra dos finais do século XV, a emergente dinastia Tudor teve de enfrentar idêntico desafio, sob a forma de vários pretendentes que afirmavam descender dos reis da casa de York. Um destes homens, Lambert Simnel, foi neutralizado com relativa facilidade por Henrique VII. Mas Perkin Warbeck representou uma ameaça bem mais séria, acabando por ser enforcado por crime de traição, em 1499, após ter conduzido vários ataques e revoltas mais ou menos inconsequentes com o auxílio de monarcas europeus que reconheciam os seus direitos.¹⁰ O que torna o caso de Warbeck particularmente interessante para nós é a sua ligação a Portugal. Ainda que nascido na Flandres, viveu algum tempo em Portugal, sendo um dos seus principais apoiantes um aventureiro judeu de origem portuguesa, Duarte Brandão (ou Edward Brampton).¹¹

Mais próximo do caso que nos interessa há a registar o curioso episódio que envolveu um *qalandar* chamado Muzawwar. Em 1580, reclamava ser o falecido Shah Isma'íl II (r. 1576-1577), no Irão de finais do século XVI tendo conseguido arregimentar vinte mil seguidores e desafiar os governadores regionais safávidas, até se confrontar com uma violenta repressão do seu movimento.¹² Um caso menos divulgado, assente num conjunto de outras fontes, e igualmente relevante para o objecto deste artigo, é narrado pelo cronista Diogo do Couto no relato que compôs acerca do sultanato do Guzerate no

⁸ José Saramago, *O Homem Duplicado* (Lisboa, 2002).

⁹ Gyula Szvák, *False tsars*, trad. Peter Daniel (Boulder, 2000).

¹⁰ Ian Arthurson, *The Perkin Warbeck conspiracy, 1491-1499* (Stroud, 1994).

¹¹ Jean Aubin, «D. João II et Henry VII, in Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II: *Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales* (Paris, 2000), 83-92.

¹² Ver Roger M. Savory, «A curious episode in Safavid history», in C. E. Bosworth, ed., *Iran and Islam: In Memory of the Late Vladimir Minorsky* (Edimburgo, 1971), 461-473.

século XVI. Neste contexto, a vida do sultão Bahadur (r. 1526-1537) segue um padrão familiar. Escreve Couto:

[O sultão] Modafar [...] teve muitos filhos, e o primogenito se chamou, soltan Bador, e não Badur, como as historias da India lhe chamão. Este sendo ainda moço, ou por dizerem a seu pay os astrologos, que em poder do filho mais velho se perderia aquele reino, ou (o que parece mais certo) que por desejar de o dar ao outro filho mais moço, a que estava afeiçoado, parece que mostrava ma vontade ao Bador, que ou porque fosse avisado d'isto, ou porque entendesse no pay que lhe desejava a morte, furtoulhe o corpo, e foisse por esse Industão açima em trajos de peregrino, a que elles chamão calandar, e assi andou muitos annos, aprendendo diferentes lingoas, vendo, e notando novos ritos, e costumes, e cousas muito novas e peregrinas.¹³

Temos, assim, o tópicos do exilado real que renuncia (em persa, *qalandar*) e que deambula incógnito. Couto desenvolve a logicamente necessária segunda parte deste tema do seguinte modo:

Em quanto elle assi andou faleceo o pay, e soçedeo no reino o irmão a que o pay desejava de o dar, que durou pouco, e deixou o reino ao outro irmão mais moço, a que não soubemos os nomes. Correndo as novas por esse Industão da morte de Modofar, chegarão ao Bador, que logo voltou pera vir requerer o seu reino, e assi em trajos de calandar, dizem, que entrou na corte de Amadaba, onde estava inda sua mãe viva, e o rey seu filho, que era ainda manço, e sem se dar a conhecer a pessoa alguma, entrou com a mãy, e se lhe descobrio, pedindolhe que quisesse ordenar com que ouvesse o seu reino. A rainha (pode muito bem ser, que não fosse sua mãy, senão sua madrastra, e que os Guzarates que isto contão se embarassem) lhe disse, que se fosse, porque se seu irmão soubesse d'elle, que o mandaria matar, do que nos inferimos que ella seria mãy do rey, e não do Bador. Elle vendo seu desengano, foisse para o rei de Mandou, e se lhe descobrio pedindolhe ajuda e favor pera cobrar seu reino. E como os grandes do mundo, nenhuma cousa mais os move, que miserias de hum principe desterrado, prometeolhe todo favor, ate ir em pessoa ajudallo: e pera isso solicitou alguns reys vizinhos, que se ajuntarão com elle com grande poder.

O sultão Bahadur recupera então o seu trono, ou com a ajuda do soberano de Mandu, ou (numa variante que Couto também regista) através do auxílio da rainha de Chitor. Todavia, uma vez no trono,

¹³ Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. M. Augusta Lima Cruz (Lisboa, 1999), 55.

«como era mau, cruel, e fraco», não perde tempo em atacar aqueles que antes o haviam ajudado. As origens de uma parte desta narrativa, na qual Bahadur vagueia em exílio, podem já ser encontradas num texto anónimo português dos meados da década de 1530, que descreve o modo como «o dito Bador se fez calandar amdamdo descalço e vestido de peles».¹⁴

Couto, a quem este tema agradava manifestamente, usa-o subsequentemente de forma mais ou menos indiscriminada na sua crónica.

Fá-lo, por exemplo, a propósito de um antepassado dos mogóis, que ele próprio parece ter inventado. Na sua perspectiva, um dos filhos de Timur, chamado 'Umar Shaikh («Haomarxac»), também tivera uma carreira similar. Couto nota como «Haomarxac, que alguns nomeão por Balobo, que era moço [...] ficou sem nada, porque os outros dous irmãos lançarão mão de tudo o que poderão». Perante estas circunstâncias, o inevitável aconteceu:

Este Haomarxac, ou Balobo, vendose desherdado, determinou servir a Mafamede, e saindose dos estados que forão de seu pay em trajos de calandar (que he peregrino) foi caminhando pera as partes da Índia, e atravessou todo o Industan, e foi parar no reino de Deli, donde se deixou ficar.¹⁵

Couto descreve de seguida o modo como ele se tornou popular entre os outros «calandares», graças à «fama de sua vida e religião, que era espantosa». Depois, transformou estes seguidores num exército não despidendo e acabou por atacar e matar o rei de Deli, tomando ele próprio o poder, formando um reino considerável, graças a uma série de conquistas. Couto acrescenta que este Balobo, «que se intitulou rey dos Magores», fundara o poderio mogol na Índia e era avô de Babur, que viria a reinar no século XVI.

Mas a manifesta inexactidão do relato de Couto, que confunde a história mogol com a do soberano afegão Bahlul Lodi (seguramente o «Balobo» do seu relato) não constitui propriamente o nosso objecto. O que interessa reter é que o referido tema era comum e bem difundido à época, tendo Couto dele feito uso de forma a

¹⁴ Sanjay Subrahmanyam, «A Crónica dos Reis de Bisnaga e a Crónica do Guzerate: Dois Textos Indo-Portugueses do século XVI», in Jorge Manuel Flores, coord., *Os Construtores do Oriente Português* (catálogo da exposição, Porto) (Lisboa, 1998): 131-154.

¹⁵ Couto, *Década Quarta...*, 544-545.

conferir à sua crónica um toque popular, «folclórico».¹⁶ É bem claro que no século XVI já existia uma tradição no Norte da Índia de príncipes que vagueavam no exílio, em situação de reclamar direitos a um dado trono, contanto que se apresentassem ostensivamente como «calandares». Se estes homens eram verdadeiros ou falsos, esse não é um problema que preocupe Couto, dado que o cronista assume genericamente que eram autênticos. É o que sucede tanto no caso do sultão Bahadur como no episódio de Balobo. Mas, relativamente ao caso que analisaremos em seguida, o panorama é bem mais complexo e conduz-nos a uma variante diversa, aquela onde pretendentes «falsos» e «verdadeiros» se movimentam na mesma arena política.

A tradição mogol e o caso de Bulaqi

A sucessão mogol foi muito contestada na primeira fase da dinastia que se estabeleceu na Índia nos anos 1520. Depois da morte do primeiro imperador, Zahir-ud-Din Muhammad Babur (r. 1526-1530), os seus filhos lutaram anos a fio pela sucessão, obrigando o herdeiro designado, Humayun, a um permanente conflito com os seus irmãos Hindal, 'Askari, e especialmente Kamran, cuja base de operações era Cabul. Por fim, Humayun logrou pôr termo a esta ameaça cegando Kamran. Mas, se recuarmos ao momento exacto do desaparecimento de Babur, constatamos que o facto foi mantido em segredo durante algum tempo de modo a evitar a agitação social própria desses momentos críticos. Uma passagem muito interessante do *Humâyûn Nâma*, de Gul-Badan Begam, revela que nem sequer se admitiu publicamente a morte do imperador. Ao invés, disse-se ao povo que Babur se tornara dervixe e, decidindo renunciar e partir, nomeara Humayun para lhe suceder.¹⁷ Aquando da morte de Humayun em 1556, o panorama não foi muito diferente. O herdeiro designado era Jalal-ud-Din Muhammad Akbar (r. 1556-1605), mas

¹⁶ Comparar este documento com o relato de «Ballu», o nome dado a Bahlul Lodi, na narrativa quincentista de Shaikh Rizqullah Mushtaqi, *Waqi'at-e-Mushtaqi of Shaikh Rizq Ullah Mushtaqi: A Source of Information on the Life and Conditions in Pre-Mughal India*, trad. Iqtidar Husain Siddiqi (Nova Deli, 1993), 1-15; para a versão original, ver Shaikh Rizqullah Mushtaqi, *Wâqî'ât-i Mushtâqî*, eds. Iqtidar Husain Siddiqi e Waqarul Hasan Siddiqi (Rampur, 2002), 3-16.

¹⁷ Gul-Badan Begam, *Humâyûn-Nâma*, ed. e trad. Annette S. Beveridge, reimpr. (Lahore, 1974), 109 (texto, 25).

também ele tinha um meio-irmão, Mirza Muhammad Hakim, que, apesar de ser ainda uma criança nessa altura, contava já com os seus próprios seguidores. O almirante otomano Seyyidi 'Ali Reis, que se encontrava em Deli na altura da morte de Humayun (Janeiro de 1556), afirma que teve de se lançar mão de um estratagema para ocultar a morte do imperador durante algum tempo, até que Akbar regressasse à capital. Escreve ele:

Entre os familiares do imperador [Humayuni, contava-se um personagem chamado Munaa Bi-Kesi que tinha uma certa aparência física com ele, ainda que fosse mais baixo. Finalmente, na terça-feira, instalaram-no no trono que havia sido colocado num arco dominando o rio. Cobriram-no com as roupas do imperador e ocultaram-lhe a face e os olhos com um pano. Khushhal Beg manteve-se próximo dele e Mir Munshi em frente. Todos os sultões, os mirzas, os súbditos e o comum do povo chegaram, viram o imperador a partir da margem do rio e oraram por ele. Foi tocada uma música alegre, ofereceu-se um manto de honra ao médico, sendo-lhe assegurado que o imperador se encontrava de boa saúde.¹⁸

Com o regresso de Akbar a Deli, esta impostura podia ser desfeita e a morte do imperador ser finalmente anunciada. A morte de Akbar, meio século volvido, foi objecto de menos subterfúgios. O seu sucessor, Nur-ud-Din Muhammad Jahangir (r. 1605-1627), assistiu à morte sucessiva dos seus irmãos e potenciais rivais, Daniyal e Murad, sendo que o seu único sério rival era o seu próprio filho, Khusrau, cuja rebelião foi suprimida desde o início, em 1605, por uma forte aliança. Acontece que a entronização de Jahangir não resolveu, de modo algum, os seus problemas com Khusrau. O príncipe revoltou-se em 1606 e cercou Lahore; exércitos imperiais foram enviados para o Punjab para reprimir o movimento, o qual terá tido, aparentemente, um grande apoio popular. Khusrau foi capturado, e outros em torno dele sofreram punições exemplares. Um ano mais tarde, uma nova «conspiração», com o alegado objectivo de assassinar Jahangir e de o substituir pelo seu filho, seria desmantelada, e os conspiradores severamente punidos. Desta vez, cegariam parcialmente Khusrau, colocando-o sob uma guarda estrita. Foi então, nos finais de Abril de 1610, que mais um estranho incidente ocorreu. Um

¹⁸ Seyyidi 'Ali Reis, *Le miroir des pays: Une anabase ottomane à travers l'Inde et l'Asie centrale*, trad. Jean-Louis Bacqué-Grammont (Paris, 1999), 90-91. Para o texto original, veja-se Seydi Ali Reis, *Mir'atü'l-Memâlik*, ed. Mehmet Kiremit (Ankara, 1999), 120-121.

homem – mais tarde identificado como Qutb de Uchh – apareceu na província de Bihar sob a aparência de *faqîr*, conseguindo alcançar um bom apoio na região de Ujjainiya depois de proclamar ser Khusrau escapado da prisão.¹⁹ O governador provincial, Afzal Khan, não estava no seu posto, e quando o exército rebelde, apoiado por alguns *zamîndârs*, se aproximou da capital provincial de Patna, os outros oficiais pegaram em si e fugiram sem oferecer grande resistência. O «falso Khusrau» e os seus apoiantes saquearam o tesouro da cidade, ganhando um apoio popular ainda maior. Cinco dias mais tarde, Afzal Khan regressaria, seguindo-se uma batalha, na qual as forças rebeldes seriam vencidas e o impostor executado pelo governador. A corte imperial, por seu turno, ficaria muito desagradada, não apenas por causa do comportamento dos seus oficiais, os quais teriam sido demasiado crédulos face a rumores sobre príncipes rebeldes, daí retirando as suas conclusões. Alguns destes oficiais seriam humilhados publicamente, com as suas «cabeças e barbas rapadas [...], cobertos com roupa de mulher, sentados em burros, e parodiados pela cidade e pelo mercado para servir de aviso aos demais».²⁰ O próprio Afzal Khan dificilmente escaparia a uma punição, não fora a intervenção de amigos.

Mas ainda que o resto da sua vida tenha sido passada na obscuridade, a figura de Khusrau não perderia a sua aura.

O problema voltou a colocar-se de novo um quarto de século mais tarde, em 1627, ano em que morreu Jahangir. No dia 28 de Outubro desse ano, quando o imperador expirou em Rajauri, nos arredores da cidade de Lahore, existiam já vários pretendentes ao trono. Ainda que a robustez das instituições políticas do império mogol já permitisse evitar crises profundas em momentos como o da morte de um imperador,²¹ não restam dúvidas de que estes

¹⁹ Para um relato detalhado, ver Mirza Nathan, *Babaristan-i-Ghaybi: A history of the Mughal wars in Assam, Cooch Behar, Bengal, Bihar and Orissa during the reigns of Jahangir and Shahjahan*, trad. M. I. Borah, 2 vols. (Gauhati, 1936), vol. 1, 89-91; e também Khwaja Kamgar Husaini, *M'asir-i Jahangiri: A contemporary account of Jahangir*, ed. Azra Alavi (Bombaim, 1978), 129-131, secção intitulada «O levantamento do pó de sedição na cidade de Patna, e o seu apagamento pela irrigação da fortuna imperial».

²⁰ *The Jahangirnama: Memoirs of Jahangir, Emperor of India*, trad. Wheeler M. Thackston (Nova Iorque, 1999), 112-13; para o texto em persa, ver *Toozuk-i Jahangeeree*, ed. Syud Ahmud (Aligarh, 1864), 83-84.

²¹ Cf. Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam, «Witnessing transition: Views on the end of the Akbari dispensation», in K. N. Panikkar et al., eds., *The Making of History. Essays presented to Irfan Habib* (Nova Deli, 2002): 104-140.

períodos de transição continuavam a revelar-se como algo conturbados. A ascensão ao trono de Shahjahan, o «Rei do Mundo» (r. 1628-1658), não constituiu excepção. Um observador holandês então em Surrate, o comissário Dirck van der Lee, recebera notícias pouco tranquilizadoras de Agra: alguns dos notáveis tinham abandonado a cidade levando consigo as suas riquezas, enquanto outros reforçariam a vigilância das suas casas. As estradas tinham-se tornado inseguras e os mantimentos muitíssimo caros.²²

De facto, a morte de Jahangir encetava um curto período de três meses dominado pela instabilidade política com raízes directas na crise da sucessão, período que tem atraído a atenção dos historiadores. O príncipe Parwiz, filho mais velho de Jahangir e principal candidato ao trono, morrera um ano antes. O príncipe Khusrau, que disputara o poder a seu pai aquando do desaparecimento de Akbar, morrera, entretanto, na prisão. Assim, a contenda decidir-se-ia entre o príncipe Shahryar, filho mais novo de Jahangir, casado com uma filha da imperatriz Nur Jahan, e o príncipe Khurram, que se havia rebelado contra seu pai, em 1622, e sobre quem impendiam suspeitas quanto à morte de dois dos seus irmãos.

No processo de sucessão, o papel central coube a Asaf Khan, irmão de Nur Jahan e *wazîr* do império. Enquanto Nur Jahan preferia Shahryar, Asaf Khan bater-se-ia por Khurram. Dado que este, como governador do Decão, se encontrava muito longe de Lahore e entretanto era necessário neutralizar Shahryar, Asaf Khan engendrou uma solução alternativa que lhe permitiria ganhar algum tempo. Com o apoio de uma parcela considerável da nobreza mogol, fez imperador Dawar Bakhsh, o filho de Khusrau, que entretanto tinha sido feito prisioneiro. Segundo o cronista Muhammad Hadi,

Asaf Khan, leal apoiante de Shahjahan, conspirou com Iradat Khan no sentido de libertar Dawar Bakhsh, filho de Khusrau, da prisão e de lhe dar a boa nova relativa ao seu governo-fantasma. No entanto, ele não acreditou até que eles aceitassem jurar solenemente que era realmente assim. Então, Asaf Khan e Iradat Khan colocaram Dawar Bakhsh em cima de um cavalo, ergueram o sombreiro real e seguiram para a paragem seguinte. Apesar das muitas mensagens que Nurjahan Begam enviou

com o propósito de intimar o seu irmão, Asaf Khan desculpou-se e não foi nunca ao seu encontro.²³

Deste modo, Shahryar, que já se proclamara imperador e se apropriara do tesouro imperial em Lahore, era obrigado a reagir e a combater o usurpador. O embate ocorreu nos arredores desta cidade e Asaf Khan logrou capturar Shahryar vivo, obrigando-o a submeter-se formalmente a Dawar Bakhsh. Este, também conhecido por sultão Bulaqi,²⁴ capitalizava o carisma do pai, e vinha igualmente ganhando o favor de Jahangir nos últimos anos do reinado.²⁵ Assim, em 1623, tinha sido nomeado governador do Gujarat, e no mesmo ano havia recebido o *mansab*, elevado, de 8000/3000.²⁶ Mas na estratégia do *wazîr*, Bulaqi era uma figura tão crucial quanto decorativa, descrita pelos cronistas mogóis como nada mais do que um «carneiro de sacrifício» (*gosfand-i qurbâni*).²⁷

Pouco mais de vinte dias volvidos sobre o desaparecimento de Jahangir, o príncipe Khurram recebia no Decão a notícia da morte do pai. Dirigiu-se de imediato a Agra, não sem antes enviar um *farmân* ordenando a Asaf Khan que eliminasse Shahryar, Dawar Bakhsh e outros possíveis e legítimos candidatos ao trono. A 19 de Janeiro de 1628, Bulaqi seria feito prisioneiro, ao mesmo tempo que as orações de sexta-feira passariam a ser lidas em nome de Khurram, proclamado imperador com o título de Shahjahan. Dois dias depois dá-se a execução de Shahryar, de Dawar Bakhsh e do irmão Gurshasp,

²³ *The Jahangirnama...*, 456-457.

²⁴ Bulaqi, escrito por vezes nos textos safávidas como «Bulaghi», parece ser um nome turco e não de origem persa. A etimologia que tenta relacionar este nome com Bulaq, pequena vila perto do Cairo, parece falsa.

²⁵ Cf. John F. Richards, *The Mughal Empire (The New Cambridge History of India, vol. 1.5, Cambridge, 1993)*, 103, onde o autor nota que «Khusrau universally was seen as a tragic and popular figure both by the populace a large and by the royal harem women who resented Nur Jahan's power».

²⁶ *Jahangirnama...*, 397. Os números indicados (*zat/sawâr*) correspondem aos graus numéricos do sistema mogol de *mansabdâri*.

²⁷ *Toozuk-i Jahangeeree*, ed. Syud Ahmud, 422 «Apêndice» de Muhammad Hadi); Kamgar Husaini, *Ma'asir-i Jahangiri*, 484; e também a referência em Shah Nawaz Khian, *Ma'asir-ul-Umara, being biographies of the Muhammadan and Hindu officers of the Timurid sovereigns of India from 1500 to about 1780 A. D.*, trad. H. Beveridge, 3 vols. (Calcutá, 1911-1952), vol. I, 290. Para o texto em persa, ver Nawwab Samsam al-Daula Shah Nawaz Khan, *Ma'asir al-Umara*, eds. Maulavi 'Abdur Rahim e Maulavi Mirza Ashraf 'Ali, vols. I e II (Calcutá, 1888-1890), vol. I, 154. Veja-se igualmente Khwaja Kamgar Husaini, *Ma'asir-i Jahangiri: A contemporary account of Jahangir*, ed. Azra Alavi (Bombaim, 1978).

²² Om Prakash sumariou em inglês o diário deste comissário in «Archival source material in the Netherlands on the history of Gujarat in the early modern period», in Ernestina Carreira, ed., *Sources européennes sur le Gujarat (Moyen Orient & Océan Indien, 10)* (Paris, 1998), 141-151 [145].

e ainda de dois filhos do príncipe Daniyal (Tahmurs e Hushang), irmão de Jahangir.²⁸

Em todo o caso, mesmo a tradição oficial mogol atribui um certo sangue-frio e humor negro ao infeliz Bulaqi. Segundo parece, Khurram enviara um certo Riza Bahadur a Lahore, com ordens de que «este deveria limpar o mundo da contaminação causada pela existência de príncipes rebeldes que eram a fonte de distúrbios». O relato continua da seguinte maneira:

Dizem que o sultão Dawar Bakhsh conhecido como sultão Bulaqi – a quem Asaf Khan colocara no trono por alguns dias por razões políticas – estava a jogar xadrez (*shatranj mi bākht*) com o seu irmão sultão Gurshasp. Quando ouviu o barulho que Riza Bahadur fez ao chegar, colocou a sua peça e disse ao irmão: «A Virtude (*Rizā*) não chegou, é o teu e o meu Destino (*Qazā*) a aproximar-se.» Yamin-ud-Daula [Asaf Khan], de acordo com a ordem, prendeu o cego sultão Shahryar, o sultão Bulaqi e Tahmuras e Hushang, os filhos do sultão Daniyal [a Riza Bahadur]. Em 25 Jumada I 1037 H. [22 de Janeiro de 1628], foram todos mortos num só dia.²⁹

Shahjahan aguarda nos arredores de Agra o momento ideal para fazer a sua aparição. A 3 de Fevereiro (7 Jumada II), seguindo escrupulosamente as indicações dos astrólogos quanto ao dia e à hora para entrar na cidade, era coroado imperador em Agra.³⁰ Uma vez no trono, Shahjahan enfrenta enormes desafios na fronteira meridional do seu império. Em Outubro de 1629, Khan Jahan Lodi, homem de Jahangir e um dos mais importantes nobres afegãos ao serviço do império (que tinha apoiado a candidatura de Dawar Bakhsh), abandona Agra e refugia-se no Decão. Antigo governador da província, é acolhido de imediato por Murtaza Nizam Shah II, sultão de Ahmadnagar. Shahjahan, que teme um levantamento da nobreza afegã ao seu serviço, reage duramente. Dirige-se para sul e instala a sua corte em Burhanpur, em Março de 1630, no antigo reino de Khandesh. Aí se manterá até Março de 1632 e é daí que lança

²⁸ *Jahangirnama...*, 460.

²⁹ Shah Nawaz Khan, *Mā'asir-ul-Umara* (tradução inglesa), vol. I, 811-812; texto persa in vol. I, 713-714.

³⁰ Para um resumo dos acontecimentos, ver Banarsi Prasad Saksena, *History of Shahjahan of Dilli*, reimpr. (Allahabad, 1968), 56-65; John E. Richards, *The Mughal Empire...*, vol. 1.5, 116-118.

ataques sucessivos contra Khan Jahan Lodi ao longo de todo o ano de 1630. Este acaba por ser capturado e morto em Janeiro de 1632.³¹

A presença da corte no Decão é um claro sinal de que o imperador pretendia acompanhar directamente o governador da província, Mahabat Khan, no processo de submissão dos sultanatos da região. Uma primeira campanha contra Ahmadnagar, que acolhera Khan Jahan, desenrola-se até 1633, culminando no cerco ao forte de Daulatabad. Em 1635-1636, e para além da extinção formal da dinastia Nizam Shahi de Ahmadnagar, Shahjahan logra «domesticar» os sultanatos de Bijapur e Golconda. Ambos reconhecem desde então a hegemonia mogol, expressa no pagamento de um tributo e na leitura da *khutba* em nome de Shahjahan, ao mesmo tempo que excluem qualquer menção aos imãs xiitas.

Todavia, os primeiros anos do reinado de Shahjahan estiveram longe de ser tão simples e lineares quanto esta breve súmula pode fazer crer. Para além de muitos outros escolhos, entre os quais avulta a terrível fome de 1630-1631, o imperador teve de enfrentar desde o início uma espécie de fantasma. Na verdade, e logo após a morte dos cinco príncipes em Janeiro de 1628, difundiu-se o rumor de que o sultão Bulaqi teria sido poupado e de que, como legítimo herdeiro de Jahangir, preparava um exército revoltoso para disputar o poder ao usurpador Shahjahan. A sua fuga teria contado com a conivência de Asaf Khan, que sacrificara uma outra pessoa no lugar do príncipe. A colaboração de Mahabat Khan, um importante nobre de origem persa que havia sido muito próximo de Khusrau, fora igualmente decisiva.

Na mesma ocasião, propagou-se o boato de que Baisunghar – um outro filho do príncipe Daniyal que tomara o partido de Shahryar aquando da controversa sucessão de Jahangir – teria sobrevivido depois da derrota infligida em Lahore por Asaf Khan. De facto, este primo de Bulaqi logrou escapar para o Badakhshan, onde acabaria por morrer. No entanto, alguém fazendo-se passar pelo príncipe viajou até Balkh, e daí para a Pérsia, acabando por se instalar em Istambul. Pretendia desapossar Shahjahan do trono mogol com o apoio do sultão Murad IV (r. 1634-1640), reclamando ter o apoio de Shaibanids, e apoios em Cabul, cidade que esperava um sinal seu para se

³¹ Sobre Khan Jahan Lodi, ver Afzal Husain, *The Nobility under Akbar and Jahangir: A study of family groups* (Deli, 1999), 149-150; e M. A. Rahim, *History of the Afghans in India, A. D. 1545-1631* (Carachi, 1961).

revoltar. Todavia, a triste figura que fez na corte otomana levou-o a ser identificado como impostor. Enviado para a Índia a pedido de Shahjahan, seria executado em 1636.³² O incidente é narrado numa versão variante num texto mughal do século XVIII.

No nono ano [1636], ele [Daulat Khan Mayi, governador de Sind] prendeu o falso Baisunqar levando-o até à corte. Aquele impostor era um personagem obscuro que se apresentou como Baisunqar que na batalha de Shahryar fora o líder do último exército (*sardār-i lashkar*), e quem, depois de fugir para o forte de Kaulas em Telingana morreu de morte natural. O suposto Baisunqar foi até Balkh. Nazr Muhammad Khan, o governador (*wālī*) quis casá-lo lá, mas como as suas pretensões não foram provadas, a aliança não chegou a acontecer. Passou então para o Irão, e apesar de Shah Safi não o ter admitido à sua presença, deu-lhe alguma protecção. Daí foi para Bagdad e Rum. Depois de muito tempo, por fortuna e infortúnio, a mão da morte apanhou-o e levou-o até Thatta. Daulat Khan prendeu-o e enviou-o até à corte onde foi condenado à morte (*ba qatl rasīd*).³³

Os observadores ocidentais, excepção feita aos portugueses por razões que adiante se explicitarão, não deram grande relevo ao episódio de Baisunghar. Contudo, foram muito sensíveis à lenda de Bulaqi e dela fizeram amplo eco nos seus escritos. Para além de breves referências a Bulaqi nos textos de Johannes De Laet³⁴ e Peter Mundy³⁵, há a registar um punhado de interessantes versões sobre este episódio. O alemão Mandelslo, notando que Shahjahan usurpara o trono ao sobrinho, diz que encontrou o príncipe «Polago»

³² Naimur Rahman Farooqi, *Mughal-Ottoman Relations (A study of political & diplomatic reactions between Mughal India and the Ottoman Empire, 1556-1748)* (Deli, 1989), 6, 26, 46-48. Farooqi apoia-se na crónica de Mustafa Na'ima (1655-1716), *Tārīkh-i Na'ima*, ou *Rauzat ai-Husayn fi Khulāsāt Akhbār al-Khāfiqain*. Para uma tradução parcial deste texto, veja-se Charles Fraser, *Annals of the Turkish Empire, from 1591 to 1659* (Londres, 1832); e também a edição moderna, *Na'imā Tārīkhī*, ed. Zuhuri Danishman (Istambul, 1967-1969), 6 vols., vol. III. 1260-1264, *passim*.

³³ Shahnawaz Khan, *Ma'asir al-Umara* (tradução) vol. I, 468; texto persa em vol. II, 26. Para uma outra versão, com poucos detalhes adicionais, ver W. E. Begley e Z. A. Desai, eds., *The Shah Jahan Nama of Inayat Khan: An abridged history of the Mughal Emperor Shah Jahan, compiled by his royal librarian*, trad. A. R. Fuller (Deli, 1990), 191.

³⁴ *De Imperio Magni Mogolis* (1631), trad. e ed. J. S. Hoyland e S. N. Banerjee, *The Empire of the Great Mogol. De Laet's Description of India and Fragment of India History*, reimp. (Nova Deli, 1974), 238.

³⁵ *The Travels of Peter Mundy, in Europa and Asia, 1608-1667*, ed. Richard C. Temple, vol. II (*Travels in Asia, 1628-1634*) (Londres, 1914), 105, 107, 206.

em Qazwin, na Pérsia.³⁶ Já Thomas Herbert é mais prolixo. Explica que Jahangir chegou a nomear Bulaqi seu sucessor, mas que este, muito novo e sem experiência, se viu desde logo condicionado por Nur Jahan e também por Asaf Khan, que ordenou a um tal *Radgy Bandor* (*i. e.*, Riza Bahadur) que o matasse em Deli. E remata a história do «pobre príncipe» que reinou apenas três meses, sublinhando que não tardaram a aparecer dois falsos Bulaqis, cada um suficientemente carismático para arregimentar seguidores.³⁷ Outros escritores apresentam variações menores. Na narrativa escrita em 1638 por um italiano anónimo, natural do Piemonte, atribui-se, mais uma vez, um papel central a Asaf Khan. Aí se escreve: «O rei morto fê-lo [a Asaf Khan] jurar que faria de um certo sultão Bolaschi rei, já que o que agora era rei [Shahjahan] tinha feito guerra ao pai [Khusrau] cerca de vinte e cinco anos antes, mas este não cumpriria a promessa, pondo-o na prisão, sob a sua guarda, e quando o actual rei foi coroado, ordenou que os outros [príncipes] fossem mortos, entre os quais dois eram cristãos, e Bolaschi fugiria para a Pérsia onde ainda está.»³⁸

O excuro de Jean-Baptiste Tavernier sobre Bulaqi, cuja fuga para a Pérsia também dá como certa, é igualmente muito interessante. Este viajante francês refere-se ao sultão a propósito da guerra de sucessão (1657-1658), estabelecendo uma curiosa associação entre crime e castigo. Para Tavernier, a prisão de Shahjahan pelo próprio filho, Aurangzeb, não era mais do que o pagamento da injustiça que o próprio havia cometido três décadas antes, ao mandar matar o sobrinho Bulaqi.³⁹ Encontra-se a mesma ideia no texto do viajante italiano Gemelli Careri, que conta a história do seguinte modo: «Se olharmos para a vida de Sciah-Gehan, verificamos que foi punido pela mão de Deus tal como merecia, pelo mal que fez a seu sobrinho Bulaqi, usurpando-lhe a Coroa.» E narra a luta pela sucessão depois da morte de Jahangir, terminando com o episódio da fuga de Bulaqi

³⁶ *Relation du voyage d'Adam Olearius en Moscovie, Tartarie, et Perse, augmentée en cette nouvelle édition de plus d'un tiers, particulièrement d'une seconde voyage de Mandelslo aux Indes Orientales*. 2.^a ed. 2 vols. (Paris, 1679), vol. 2, 179.

³⁷ Thomas Herbert, *Relation du Voyage de Perse et des Indes Orientales* (Paris, 1663), 175-179. A edição de William Foster não inclui a parte relativa ao império mogol (*Travels in Persia, 1627-1629*. Nova Iorque, 1929).

³⁸ Bibliothèque Nationale de France, Paris, Collection Dupuy 587, «Partenza del Re Gran Mogor della città d'Agra per la città di Laor» (1638), fls. 300-312, citação nos fls. 310v-11.

³⁹ *Travels in India by Jean-Baptiste Tavernier*, cd». V. Ball e William Crooke, reimp., vol. I (Deli, 1995), Livro II, cap. III, 267 e segs.

com a ajuda de Asaf Khan, que teria jurado ao imperador, antes de este morrer, «que nunca consentiria que Bulaqi fosse morto; o que acabou por cumprir fielmente, mas sem o colocar no trono». Careri finaliza a sua versão dizendo:

Ao receber estas tristes notícias [da sucessão de Shahjahan] no caminho, Bulaqi ficou consternado e percebeu que só estaria em segurança fugindo, o que era fácil de fazer dado que os seus inimigos não acharam apropriado perseguir-lo. Deambulou pela Índia durante muito tempo, tornando-se um *Fachir*. Cansado, por fim, dessa penosa ocupação, retirou-se para a Pérsia, onde foi nobremente recebido e acolhido por Scia Sofi.⁴⁰

Regressamos aqui à ideia do príncipe transformado em *qalandar* ou em *faqir*, tema tão presente na crónica de Couto. Mais tarde, nos finais do século XVII, Niccolò Manuzzi, enredando-se em detalhes mais ou menos fantasiosos e confundindo em absoluto os parentescos dos protagonistas, dá conta da entrada triunfal de Shahjahan em Agra e da queda de Bulaqi a quem, desde então, nada mais restava senão viver fugindo.⁴¹ O texto de Manuzzi vai acompanhado de um retrato (em estilo mogol) de Bulaqi, com o título seguinte:

É este o retrato do infeliz príncipe sultão Bulaqi, filho mais velho de Jahangir; por ter querido viver entre divertimentos como o seu pai, permitiu que o seu irmão usurpasse o trono, razão pela qual nas crónicas nunca tem o título de rei; para se salvar fugiu para junto do rei da Pérsia, onde ficou até à sua morte.⁴²

Como adiante se verá, a existência de uma pessoa na corte safávida que todos tomam pelo verdadeiro Bulaqi tem pleno acolhimento na generalidade dos textos escritos por viajantes europeus, mas também nas fontes portuguesas. Em todo o caso, desconhecemos, em detalhe, o modo como o recorrente boato da «ressurreição» de Bulaqi, conjugado com a oposição movida pelo falso Baisunghar, incomodou Shahjahan. Era necessário saber até que ponto estes

⁴⁰ Surendranath Sen, *Indian Travels of Thevenot and Careri* (Nova Deli, 1949), 232-233.

⁴¹ Nicolau Manucci [Niccolò Manuzzi], *Mogul India, or Storia do Mogor*, trad. William Irvine, 4 vols., vol 1, reimpr. (Nova Deli, 1981), 172-175.

⁴² *Storia del Mogol di Nicolao Manuzzi veneziano*, ed. Piero Falchetta, vol. 1 (Milão, 1986), 98.

episódios condicionaram a sua acção, tanto a nível da autoridade interna como no plano externo, nomeadamente no que se refere às sempre delicadas relações com a Pérsia. De momento, não dispomos de informação suficiente para estabelecer um paralelo, por exemplo, com a enérgica e bem documentada reacção do imperador chinês Yongzheng (r. 1723-1735) a um rumor de revolta, contra si e contra o domínio manchu da China, que grassou em 1728.⁴³

A perspectiva de Goa

A lenda de Bulaqi alcançou alguma notoriedade na documentação portuguesa da época. Ao contrário do que se verifica com os restantes registos ocidentais, não são os viajantes, nem sequer os missionários, a falar do assunto. Neste caso, as informações devem colher-se na documentação oficial, tanto na correspondência trocada entre Goa e Lisboa, como nas reflexões do vice-rei de então e nas actas das reuniões formais que promoveu na capital do Estado da Índia para a discussão do problema.

A extraordinária dimensão do império mogol, e o seu claro ascendente sobre a política do Decão, poderiam ter um impacto tão imediato quanto devastador sobre as posições portuguesas no subcontinente. Recebendo detalhadas notícias por intermédio dos jesuítas que viviam na corte, sem prejuízo de informações recolhidas por outros canais, os vice-reis em Goa habituaram-se a observar e a avaliar todos os movimentos dos mogóis, incluindo o devir da sua política externa. Seguiam com particular cuidado as revoltas e as deslocções de exércitos, mesmo as que ocorriam na remota fronteira da Ásia central. Assim, não é de estranhar que os portugueses tivessem dedicado considerável atenção aos processos de transição régia. Em situações críticas, defrontados com um imperador demasiado adverso aos interesses de Goa, as lutas fratricidas pelo poder e a agitação em Agra, Deli ou Lahore eram fenómenos acarinhados pelos portugueses, tendo em vista a salvaguarda do Estado da Índia.

⁴³ Um tal Zhang Xi, mensageiro de um professor do Hunan chamado Zeng Jing, procurara aliciar para essa causa o governador-geral das províncias de Shaanxi e Sichuan, o general Yue Zhongqi. Este informou de imediato Pequim do sucedido, dando origem a um processo verdadeiramente kafkiano de investigação promovido pelo próprio imperador e que foi recentemente estudado de forma admirável por Jonathan D. Spence (*Treason by the Book*, Nova Iorque, 2002).

Dois exemplos torná-lo-ão claro. Dada a debilidade de Akbar, conjugada com a revolta do príncipe Salim, o assunto da previsível sucessão imperial era amplamente discutido entre Goa e o reino nos primeiros anos do século XVII. Em Março de 1604, Filipe III antecipava um quadro muito favorável aos interesses portugueses: «O estado em que me dizeis que esta o Equebar com seu filho mais velho he o que mais convem a esse Estado conforme aos intentos deste Rei quererá Deus que emquanto viver contynue esta divisão entre elles que por sua morte bem se entende que a vea em todos os seus Reynos.»⁴⁴ Um ano e meio depois, a morte de Akbar e a ascensão de Jahangir foi acompanhada com enorme atenção pelos jesuítas que viviam na corte.⁴⁵

Considere-se agora, já na segunda metade do século, a reacção portuguesa à ascensão de Aurangzeb (r. 1658-1707). O sucessor de Shahjahan suscitou, entre os portugueses, os temores mais fundos e as imagens mais críticas. Mas, uma vez mais, o espectro das guerras intestinas e da «implosão» política do império constituía um cenário favorável ao Estado da Índia. Escrevia o vice-rei para Lisboa em 1666: «Os irmãos filhos do Mogor andão em [...] guerras, e o mais velho se foi para a parte da Perçia, e não se sabe com certeza d'elle, por haver cido desbaratado; os mais irmãos tem tido varios encontros o que se intitula Rey Aurangzeb e esta de posse do reino dizem ser tirano e cruel e não muito afeiçoado aos christãos.»⁴⁶ O perfil de Aurangzeb levava, pois, a que se apoiasse uma solução alternativa. É esse o sentido das instruções dadas a Gregório Pereira Fidalgo aquando a sua embaixada à Pérsia em 1696-1697. Dada a idade avançada de Aurangzeb, o embaixador deveria promover um contacto com o príncipe Akbar, então refugiado na corte safávida: «Para o levares a este fim lhe mostrareis as grandes utilidades que se lhe seguirão da nossa amizade para as pretensões que elle tiver no Indústão como filho do Mogor, achando-se este tão velho, he força tenha pouca duração a sua vida.»⁴⁷

⁴⁴ Rei ao vice-rei, Valhadolid, 23 de Março de 1604; Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, cod. 282, fls. 206-207v. [207].

⁴⁵ Cf. Alam e Subrahmanyam, «Witnessing Transition...», 108-112.

⁴⁶ Vice-rei ao rei, Goa, 22 de Março de 1666; Goa, Historical Archives of Goa [doravante HAG], *Monções do Reino*, n.º 36, fl. 535.

⁴⁷ Jean Aubin, *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la cour de Châh Soltân-Hosseyn, 1696-1697* (Lisboa, 1971), 99-128 [115]. Ver ainda Pissurlencar, «Prince Akbar and the Portuguese», in *Bengal Past and Present*, xxxv (1928): 163-169.

A reacção portuguesa à subida ao trono de Khurram e às movimentações de Bulaqi inscreve-se neste modelo de actuação. Como se pode imaginar, a emergência da figura de Shahjahan foi seguida em Goa, e também em Lisboa, com particular preocupação. Os primeiros passos do «Rei do Mundo» prenunciavam uma difícil relação com os portugueses e com o cristianismo. De facto, o eclectismo religioso de Akbar e de Jahangir, origem de sonhos e desilusões quanto a uma possível conversão da corte mogol, era substituído por uma cultura política islâmica de carácter mais ortodoxo, prosseguida e intensificada por Aurangzeb. Os preceitos da *shari'a* implicavam o encerramento parcial de templos de outras religiões e as perseguições a missionários não tardaram.⁴⁸ Os jesuítas mantiveram a missão do «Mogor», mas longe do fulgor de finais do século XVI. A este revés, religioso mas também político, juntava-se um outro escolho, político mas também económico. Falamos da destruição do estabelecimento português de Hugli em 1632 que, independentemente da hierarquia dos motivos em presença, põe a claro o pendor mercantil da estratégia imperial de Shahjahan.⁴⁹ Por tudo isto, não admira que a imagem de Shahjahan nos textos portugueses da época seja claramente negativa, bem pior do que a do seu pai ou a do seu avô. De acordo com os jesuítas que vivem em Agra, o imperador tem «aos padres e aos frangis todos naturalmente asco».⁵⁰ «Tirano» e «cruel» são alguns dos adjectivos mais comuns entre os portugueses para caracterizar aquele que continuam a designar, em tom pejorativo, como o «sultão Corromo».

A ascensão de Shahjahan e os primeiros passos da sua política enquanto imperador coincidiram, *grosso modo*, com o início do mandato do 3.º conde de Linhares como vice-rei da Índia (1629-

⁴⁸ Veja-se a interessante discussão que se encontra em François Bernier, *Travels in the Mogul Empire, AD. 1656-1668*, trad. Irving Brock e Archibald Constable, ed. Vincent A. Smith (Londres, 1934), 286-288.

⁴⁹ Cf. Sanjay Subrahmanyam, «Through the looking glass: some comments on Asian views of the Portuguese in Asia, 1500-1700», in A. Teodoro de Matos e L. F. Thomaz, eds., *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (Macau-Lisboa, 1993), 396-401; Jorge M. Flores, «Relic or Springboard? A Note on the 'Rebirth' of Portuguese Hughli, ca. 1632-1820», in *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 39, n.º 4 (2002): 381-395.

⁵⁰ «Relação d'algumas cousas que passarão na Missão do Mogol, des do fins do anno 627 te ao dia presente 13 de Junho de anno 1628»; Londres, British Library, Add. Ms. 9854, fls. 116-30, publ. in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1963, 187-198 [188].

-1635).⁵¹ D. Miguel de Noronha começa a governar em Outubro de 1629, justamente no momento em que Khan Jahan Lodi abandona Agra em direcção ao Decão. A investida de Shahjahan sobre o Decão, bem como a deserção do nobre afegão e a morte de Bulaqi, são assuntos com considerável projecção na documentação portuguesa da época. Para mais, o governo do conde de Linhares encontra-se particularmente bem documentado, dado que, seguindo instruções régias, D. Miguel de Noronha preparou um diário do seu governo.⁵² E é esse admirável texto, conjugado com a informação veiculada nos «livros das monções» e com os assentos do Conselho de Estado, que permite reconstituir o modo como os portugueses lidaram com a lenda do «sultão Bolaquim».

A primeira notícia sobre Bulaqi registada nas fontes portuguesas data de um documento dos *Reis Vizinhos*, de finais de 1629. Aqui encontramos referências aos distúrbios causados pela morte de Jahangir, e pelo facto de o trono pertencer ao seu «neto morgado chamado sultão Bulaqi, mais ou menos com vinte e três anos». Nesta versão, Jahangir entrega o seu neto aos cuidados de Asaf Khan, mas este último, logo que o imperador foi declarado morto, foi ter com Khurram, à corte, dizendo-lhe que tinha Bulaqi «seguro nas suas mãos». «Khurram ascendera ao trono, e Bulaqi fugira na direcção dos territórios do Shah, dizendo-se, então, que estava morto, ou que fora morto, e nos últimos dois meses dizia-se que estava vivo, e que o Shah lhe prometera uma das suas filhas legítimas e grande socorro, dizendo-se que regressava ao Reino de Deli.»⁵³

A referência seguinte nas fontes portuguesas é de 15 de Março de 1630. Informado por um espião seu, colocado no «campo do

⁵¹ Sobre esta personalidade, ver Anthony Disney, «On attempting to write an early modern biography: My encounter with the life of Dom Miguel de Noronha, Fourth Count of Linhares (1588-1656)», *Índica*, vol. 29, n.º 2 (1992): 89-106; ver também Disney, «The Fiscal Reforms of Viceroy Linhares at Goa», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III (2002): 259-275.

⁵² Todavia, o diário de Linhares não se encontra completo e dele existem actualmente três partes distintas. A primeira, conservada na Biblioteca da Ajuda [BA], Lisboa (cód. 51-VII-12), abarca o período que vai de 3 de Março de 1630 a 6 de Fevereiro de 1631. A segunda, também inédita, guarda-se na Biblioteca Nacional, Lisboa (cód. 939), e cobre praticamente todo o ano de 1631 (9 de Fevereiro a 20 de Dezembro). A última, a única em letra de forma (*Diário do 3.º conde de Linhares. vice-rei da Índia*, 2 vols., Lisboa, 1937), abarca o período de Fevereiro de 1634 a Janeiro de 1635.

⁵³ HAG, *Monções do Reino*, liv. 13 (AN 15), publicado in Pissurlencar, «A Índia em 1629: Relação dos Reis Visinhos do que por ora passa e contão», *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 7 (1930): 52-61, especialmente 52 e 54.

Mogor», o vice-rei regista no seu diário o avanço de Shahjahan em direcção ao Decão e nota que o imperador deixara Agra, «que he çidade aberta e sem defesa», por temer a reacção de Bulaqi, mais do que para conquistar o sultanato de Ahmadnagar. Descreve de seguida a sangrenta tomada do poder por Shahjahan e defende a legitimidade do filho de Khusrau ao trono. Segundo a versão que chegara a Goa, tinha sido a mulher de Mahabat Khan a salvar Bulaqi, «pondo em seu lugar outro morto». O verdadeiro Bulaqi fugira para Deli e, sob a protecção de Mahabat Khan, acabara por casar com uma filha deste. Linhares exulta ainda com uma possível aliança entre Khan Jahan e o sultão de Ahmadnagar e remata notando que, se Bulaqi chegasse ao poder, os holandeses seriam expulsos de Surrate.⁵⁴

Dois meses volvidos, mais notícias sobre Bulaqi. A 12 de Maio, Linhares dá conta da chegada a Goa de cartas de Bengala, provavelmente escritas e/ou enviadas por Gaspar Pacheco de Mesquita, fonte de informação privilegiada do vice-rei sobre os assuntos daquela região. Dizem-lhe «que o bolaquim hé vivo, e que esta muy amado e querido de todos, e que o segue muita gente e vay ajuntando muito grosso exerssito, e que o nababo de Bengala com hum genrro seu se metera em quatro naos, e fogira cõ medo para Massulapatão e que esta aquilo por aquela parte muito bem posto».⁵⁵ A 28 de Agosto, o vice-rei recebe cartas de Diogo Saraiva, seu informador na corte de Ahmadnagar. Corria em Daulatabad «que he vivo o bulaquim rei do Mogor, de que atras faço menssão que se tinha por morto, e que esta fazendo hum exercito de vinte mil homens para vir sobre o Idalcão».⁵⁶ Após o cruzamento de informações algo confusas, Linhares passa o resto da monção em Goa sem outros detalhes acerca das estranhas movimentações de Bulaqi. Mas em Outubro, o vice-rei recebe uma avalanche de notícias que o levam a actuar. Podemos seguir a cronologia dos eventos.

A 11 de Outubro, chega ao seu conhecimento um agradável boato. Shahjahan teria morrido, já que os baneanes afirmavam insistentemente «que he acabada a sua hera grande».⁵⁷ A esta notícia, que

⁵⁴ BA, cód. 51-VII-12, fls. 13v-14. Para uma perspectiva holandesa dos acontecimentos deste período, ver o diário do comissário Dirck van der Lee, cit. *supra*, nota 22. O feitor holandês nota que a morte de Bulaqi tinha causado «um certo ressentimento, tanto entre os grandes como entre os pequenos».

⁵⁵ BA, cód. 51-VII-12, fl. 36v.

⁵⁶ *Ibid.*, fl. 87.

⁵⁷ *Ibid.*, fl. 97. Shahjahan, nascido no ano 1000 da Hégira (1591-1592), possuía uma aura de tipo milenarista. Todavia, esta profecia parece ser de origem vaishnava ou jainista.

o vice-rei recebe com entusiasmo mas também com cautela, soma-se uma outra, chegada de Bijapur no dia 14: «Recebi cartas de Vizapor do primeiro deste mes em que me dizem que Bulaquim rey mogor que andava auzente e se tinha por morto estava ja em companhia do Meilique posto que tinha somente coatro mil cavalos e tinha ja seus embaxadores 40 legoas de Vizapor, e he o que os baneanes dizião que se lhe acabara a sua hera grande porque esteoutro vem para tomar posse do reino ainda que dizem se trata com grande aperto a paz entre o Mogor e o Mellique, mas para o estado sera de muito effeito que o Bulaquim tome posse do reino.»⁵⁸

Entretanto, também Diogo Saraiva lhe escrevera de Daulatabad por cinco vezes durante o mês de Outubro, dando conta, entre outros assuntos, das andanças de Bulaqi. De posse dessas informações, o vice-rei envia para o reino uma primeira reflexão sobre esta delicada questão. Fá-lo em duas cartas, a primeira datada de 4 de Novembro 1630⁵⁹ e a segunda escrita a 6 de Dezembro.⁶⁰ Neste preciso momento, Linhares passa do simples registo de possíveis boatos e da recolha de informações esparsas à necessidade de se informar sistematicamente, de maneira a poder formular uma política consistente em articulação com Lisboa. Daí o sentido da sua resposta a Diogo Saraiva, redigida a 6 de Novembro:

Com o que me dizeis sobre o sultam Bulaquim me não ey por satisfeito, e convem que vos alargueis em fazer hua rellação larga do tempo em que escapou da morte e como e para onde se foi e esteve escondido, e como se manifestou e em que tempo, e porque cauza e de quem se valleo e o ajuda, e onde esta e con que gente e o que determina fazer, e se vem ahi valersse e ajudarsse delrrey Mellique e de Canajão, e do que se entende farão con sua vinda os capitães do mogor xaajahan, e se o dezeyão e aclamarão por seu Rey verdadeiro como he, e tambem do que seu embaxador vos disse do dezejo que trazia em tratar comigo muitas couzas declarandoas se as puderes alcanssar, e esta relação me manday mui bem feita por menos com todas as declarações necessarias e ma enviay para eu a enviar a Sua Magestade.⁶¹

Na verdade, era necessário avaliar o rigor das informações entretanto recebidas e esboçar uma linha coerente de actuação. Em

⁵⁸ *Ibid.*, fl. 98.

⁵⁹ HAG, *Monções do Reino*, liv. 14, n.º 16, fl. 175.

⁶⁰ *Ibid.*, fl. 178-178v; pub. in Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, vol. 1 (Goa-Bastorá, 1953), 523-525.

⁶¹ BA, cód. 51-VII-12, fl. 107.

menos de um ano, a presença de Bulaqi tinha sido assinalada em Deli, em Bengala e em vários locais do Decão, sendo-lhe atribuídos os mais díspares projectos de aliança. Para aumentar o desnorte, Linhares recebe notícias de Bijapur a 16 de Novembro, de cuja veracidade duvida claramente, segundo as quais Bulaqi preparava uma aliança com Abdullah Qutb Shah, sultão de Golconda (r. 1626-1672).⁶²

O projecto de Linhares passava pelo estabelecimento de uma liga anti-Shahjahan formada pelo sultão de Ahmadnagar, Khan Jahan Lodi, e Bulaqi. O Estado da Índia daria um apoio discreto a este movimento, facilitando a utilização dos portos do subcontinente sob o seu domínio. Daí que Linhares escreva a Bulaqi no dia 2 de Dezembro, «dizendo-lhe que escolhesse a parte aonde queria vir ou para o norte, ou para o sul que ahy o mandaria buscar cõ armadas em que elle viesse seguro, e que me avizasse com toda pressa».⁶³ Era necessário, antes de mais, fazer entrar o sultão nas terras de Ahmadnagar.⁶⁴

As vantagens desta aliança eram óbvias para Goa, tanto do ponto de vista político como no plano económico. Por um lado, o Estado da Índia arredava do poder um imperador manifestamente hostil aos portugueses, tomando o partido do consensual neto de Jahangir. Ao longo de todo este processo, Linhares não se cansa de realçar a sua legitimidade. Trata-o por «verdadeiro Rei Mogor», vinca a empatia do povo com o sultão e, tão ou mais importante, nota a adesão da mais influente nobreza mogol à causa de Bulaqi. Num outro plano, e em caso de vitória, era certo que «as terras e alfandega de Surrate, Cambaja, e Baroche» passariam para a tutela de Goa. Aparentemente, os embaixadores de Khan Jahan já se tinham entendido com Bulaqi a este propósito.⁶⁵

⁶² *Ibid.*, fl. 110v.

⁶³ *Ibid.*, fl. 121v; HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fls. 178-178v. O portador da carta do vice-rei é um «brãmane inteligente», que Pissurlencar identifica com Ramogi Sinai Kothari [cf. *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses)*, Bastorá-Goa 1952, 30].

⁶⁴ BA, cód. 51-VII-12, fls. 120v, 121. Também aqui se pode estabelecer um paralelo com a projectada aliança do Estado da Índia com o príncipe Akbar em finais do século. O vice-rei faz notar a Gregório Pereira Fidalgo que o filho de Aurangzeb deve ser instado a tomar o trono servindo-se dos portos controlados pelos portugueses, «que temos tantas portas para elle, quantas são de Dio até Goa» (Aubin, *L'ambassade de Gregório Pereira Fidalgo...*, 115).

⁶⁵ BA, cód. 51-VII-12, fl. 119.

O mês de Dezembro de 1630 seria absolutamente decisivo. A 6 desse mês, o vice-rei recebe cartas de Chaul que seriam determinantes para o desfecho do caso Bulaqi. Para além do capitão da fortaleza portuguesa, escreve-lhe Manuel de Azevedo, dando conta do facto de Bulaqi se encontrar em Chaul de Cima (Rewadanda). Viajara desde Goga de forma discreta, numa embarcação pequena e acompanhado de um número restrito de criados. Azevedo enviara-lhe alguns banes da sua confiança com dinheiro e presentes, homens que o conheciam bem e que garantiam tratar-se do verdadeiro Bulaqi. O capitão da fortaleza de Chaul também tinha oferecido assistência ao herdeiro de Jahangir, nomeadamente para que este abandonasse Chaul de Cima em segurança.⁶⁶ O problema, de facto, é que o governador («sarssamata», *i. e.*, *sar-samat*) de Chaul isolara Bulaqi do exterior e submetia-o a uma verdadeira campanha anti-portuguesa. Instalara-o numa fortaleza que distava algumas léguas da cidade, procurando convencê-lo de que os portugueses eram seus inimigos e que planeavam matá-lo.⁶⁷

A importância das notícias vindas de Chaul levam o vice-rei a reunir o Conselho de Estado logo no dia seguinte para debater o assunto.⁶⁸ Ficou decidido solicitar de imediato ao jesuíta Francisco Leão que partisse de Goa para Chaul a fim de identificar Bulaqi. É que o padre Leão havia sido o superior da missão entre 1627 e 1628. Na corte, acompanhara a transição de Jahangir para Shahjahan e conhecia bem Bulaqi.⁶⁹

O sonho da aliança do Estado da Índia com o presumível herdeiro do trono mogol esfumar-se-ia ainda antes da entrada do ano de 1631. A 27 de Dezembro, o vice-rei recebia uma carta do padre Francisco Leão, anunciando a sua chegada a Chaul. O jesuíta apurara já que Bulaqi se carteara com Khan Jahan Lodi e contava encetar no dia seguinte a viagem até à fortaleza onde o neto de Jahangir se encontrava retido.⁷⁰ Dois dias volvidos, nova missiva. O homem que acabara de visitar não era o mesmo que conhecera anos antes

⁶⁶ *Ibid.*, fl. 122v.

⁶⁷ *Ibid.*, fls. 122v., 123v., 126.

⁶⁸ *Ibid.*, fl. 122v.; «Conselho sobre Soltão Bolaquim que veyo a Chaul de Cima», Goa, 7.XII.1630, in *Assentos do Conselho do Estado*, vol. 1, doc. 111, 331-333.

⁶⁹ O padre Leão foi destituído dessa função em 1628, por se ter deixado imprudentemente envolver num conflito com três venezianos que viviam na corte mogol, incompatibilizando-se em simultâneo com o poderoso Asaf Khan.

⁷⁰ BA, cód. 51-VII-12, fl.129.

na corte mogol. Assevera o missionário ao vice-rei que o Bulaqi de Chaul de Cima não passava de um impostor.⁷¹ O conceito de prova da identidade a que se recorreu neste caso era simples e directo: o depoimento de uma testemunha credível, neste caso um jesuíta, era visto como suficiente para descredibilizar as alegações de um homem que se denominava ele próprio Bulaqi. Nem sempre as coisas foram assim tão simples nos diferentes casos de impostura ocorridos nos séculos XVI e XVII.⁷²

Poucos dias depois, a 12 de Janeiro de 1631, o vice-rei relata a Filipe IV o sucedido: «Em vinte de Novembro do anno passado chegou por mar a Chaul hum homẽ embussado, com voz que era o dito Bolaquim, e persuadio a todos os Mouros, e ainda christãos que aly assistem que era verdadeiro Rey do Mogor, e posto que o Morro de Chaul aonde elle em desembarcando se foi com adorações, e venerarão, e segurarão em hua fortaleza que está naquela serra a que chamão o Drugo me avizarão com toda diligẽcia para que eu o mandasse parar na fortaleza de Chaul, e como eu sou considerado em crer materias semelhantes tão depressa me pareço mandar primeiro a hum padre da Companhia a que chamão Francisco de Leão que assistio muitos annos em doutrinar este Príncipe, fez Francisco de Leão esta diligẽcia muy bem feita posto que com risco de sua pessoa entrou na fortaleza do Drugo e em carta de 24 de Dezembro me escreve que não hé aquelle o Bolaquim.»⁷³

O conde de Linhares desinteressa-se imediatamente do assunto. Nos anos que se seguem, o vice-rei aposta numa delicada estratégia de concertação entre Bijapur, Ahmadnagar e Golconda com o escopo de suster o avanço de Shahjahan no Decão e, desse modo, salvar Goa e as fortalezas do Norte. De facto, é com dificuldade que se segue a lógica das alianças e dos conflitos entre o Estado da Índia, Shahjahan e os sultanatos do Decão durante o restante período do consulado de Linhares. Um relato escrito em Goa, em 1632, por um italiano anónimo, resume o caso de Bulaqi desta forma, e remete para Janeiro desse ano uma inflexão na atitude oficial dos portugueses sobre essa questão: «O Bolachino legítimo, o verdadeiro

⁷¹ *Ibid.*, fl. 129v; HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fl. 202v.

⁷² Cf. Miriam Eliav-Feldon, «Invented Identities: Credulity in the Age of Prophecy and Exploration», *Journal of Early Modern History*, vol. 3, n.º 3 (1999): 203-232.

⁷³ Vice-rei ao rei, Goa, 12.1.1631; HAG, *Monções do Reino*, n.º 16, fl. 202v. Erradamente, a carta está datada de 12 de Dezembro de 1630.

rei do Império do Mogor, perseguido por Corumbre [Khurram] que agora reina, fugiu para tão longe como Carapatan, a 18 léguas de Goa, dizendo-se que vinha até aqui, indo, ao invés, para a Pérsia, o que foi bom para ele e um favor para nós, já que para além do facto de não se poder ter a certeza de que era ele, seria uma causa [para um conflito] para o Mogor que acabou de se tornar nosso vizinho.»⁷⁴

Na mesma lógica de actuação que se reconhece no caso de Bulaqi, D. Miguel de Noronha passa a dar algum crédito ao «duplo» de Baisunghar, e a miragem de uma aliança do Estado da Índia com um legítimo herdeiro do trono deslocava-se agora da fronteira meridional do império para a fronteira setentrional. Sucede que Baisunghar era um dos três filhos de Daniyal que haviam sido baptizados pelos jesuítas em Agra no ano de 1610, episódio que teve enorme ressonância na época. Nessa altura, a conversão de D. Carlos (Baisunghar), D. Filipe e D. Henrique, foi vista como um prenúncio da conversão do próprio imperador Jahangir e do seu reino.⁷⁵

No Conselho de Estado reunido a 6 de Novembro de 1632 deliberou-se, pois, dar apoio à luta do apóstata;

neste meo tempo que era o em que o exercito do Mogor estaua destroindo o Reino do Idalcão se levantou no Reino de Cabul que he do Mogor hum primo seu que ja foy baptizado pellos Pes da Companhia e se chamou Dom Carlos, e depois tornou a retroceder a fee, e se apoderou do ditto Reino, trazendo em seu favor a gente dos vsbeques, que ha a mais temida e valente de todas estas terras porque casou o dito Dom Carlos com hua filha daquelle Rey com que o Mogor se achou necessitado a acudir a Cabul, porque daquella parte lhe vem todos os cauallos com que forma seus exercitos, allem de que temeo que Dom Carlos se apoderasse facilmente do Reino de Laor que auisinha com o de Cabul e entendese que o fará cõ facilidade porque o ditto Mogor he tirano e malquisto [...] e Dom Carlos valente e liberal.⁷⁶

⁷⁴ Biblioteca Casanatense, Roma, Ms. 2681, «Relatione di alcune cose che succederono in India nell'anno 1632», fls. 142-159, citação no fl. 142v.

⁷⁵ Para uma simples reconstituição dos acontecimentos, ver Arnulf Camps, *Jerome Xavier S. J. and the Muslims of the Mogul Empire: Controversial works and missionary activity* (Schöneck-Beckenried, 1957), 8-10; e Angel Santos Hernandez, *Jeronimo Javier S. J. Apostolo del Gran Mogol y Arzobispo electo de Cranganor, en la India, 1549-1617* (Pamplona, 1958), 226-232.

⁷⁶ «Sobre a guerra do Mogor suas detreminações e retirada entra aqui a carta sobre as cousas do Melique e tambem a retirada do Turco de Babilonias», Goa, 6.XII. 1632; in Pisurlencar, ed. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. 1, 556-557 [557].

Ao mesmo tempo, as referências a Bulaqi nas fontes portuguesas passam a rarear. É certo que os anos 1632-1633 estão menos documentados, dado que não chegaram até nós os diários do vice-rei relativos a esse período. Mas não restam dúvidas de que o assunto perde acuidade em Goa. Para Linhares, o projecto de aliança com Bulaqi esfumava-se ao mesmo tempo que se diluía a ideia de tirar partido da revolta de Khan Jahan Lodi contra Shahjahan. O nobre afegão fora capturado em Janeiro de 1631 e a sua cabeça levada ao imperador, então em Burhanpur, um episódio que os artistas que ilustraram o *Pâdshâhnâma* que se guarda na Royal Library Windsor Castle, não deixaram de registar.⁷⁷ Para mais, a destruição da colónia portuguesa de Hugli em 1632 colocara ao vice-rei desafios quase tão importantes quanto os que enfrentava no Decão, obrigando-o a equacionar de outro modo os interesses portugueses no lado oriental do império mogol.

Foi só numa carta datada de 28 de Fevereiro de 1632, que o rei reagiu às informações redigidas em Goa nos meses de Novembro-Dezembro de 1630. A resposta de Lisboa é, claro está, anacrónica, porquanto não leva em linha de conta os desenvolvimentos de Chaul. Ainda assim, há um pormenor curioso a ressaltar. O rei aconselha prudência e que o «Estado ande sempre em paz com o Mogor», dado o seu enorme poderio. Assim, qualquer negociação com Bulaqi deveria ser o mais discreta possível, por forma a que Shahjahan nunca suspeitasse e viesse a fazer guerra ao Estado da Índia. Como quer que fosse, a prudência recomendada ao conde de Linhares para que evitasse um conflito com Shahjahan é idêntica àquela que o conde de Vila Verde manifesta meio século depois, ao mandar Gregório Pereira Fidalgo para estabelecer uma aliança com o príncipe Akbar, filho rebelde do imperador Aurangzeb.⁷⁸

A atitude pragmática do monarca habsburgo no que respeita a uma possível aliança com Bulaqi deve ser sublinhada. Parece que

⁷⁷ Pintado por Abid, ca. 1633; *The Padshahnama. King of the World*, Milo Cleveland Beach e Ebba Koch, eds. (Londres, 1997), n.º 16, 50-51.

⁷⁸ «Em todas estas negociações que tocarem ao Principe Acabar vos haveis com duas cautellas [...], a segunda em procurar saber se o pae o Grão Mogol tem na côrte alguns parciaes, que lhe sirvão de espias para observar o trato de seu filho, vos prevemreis muito destas, antes conhecendo-as lhe mostrareis a fidelidade que usamos com o Mogor, porque se não escandalise este, que como he tão vizinho nosso, e o seu poder abraça as nossas terras, poderá escandalisado romper comnosco em grande damno do Estado, que não está em tempo de resisitir a tão grande inimigo», Aubin, *L'ambassade de Gregório Pereira Fidalgo*, 116.

Filipe IV estava disposto a considerar uma aliança com um falso Bulaqi, isto é, com um «homé que debaxo de seu nome pretende o reino do Mogor». Um «bom» impostor era tão útil como um verdadeiro candidato.⁷⁹ Uma posição semelhante fora proposta, um século antes, pelo governador Nuno da Cunha (1529-1538), desta vez em relação ao sultão Bahadur do Guzerate e seus rivais. Um observador contemporâneo – o conhecido Krishna, brâmane de Goa – dizia que o governador procurara promover a candidatura de um dos irmãos de Bahadur «trazendo de Dabul hum negro que dizia ser irmão do Rey de Canbaya, a quem fez muitas honras e muitos favores».⁸⁰

Na resposta a Filipe IV, redigida no final de 1632, D. Miguel de Noronha informa o rei acerca da sua decisão de não mais favorecer Bulaqi, um Bulaqi que o padre Francisco Leão lhe asseverara haver-se refugiado na Pérsia. De facto, após este «momento» português, o «fantasma» de Bulaqi viajou para norte, passando a alimentar sonhos de aliança na corte safávida. Segundo as fontes portuguesas, o rei safávida Shah Safi (r. 1629-1642) cobri-lo-ia de mercês, confiando-lhe o comando de um exército e o próprio governo de Qandahar, a província que os safávidas haviam conquistado aos mogóis em 1622. Ainda que não arrisque um novo envolvimento directo, Linhares não deixa de se regozijar com esta notícia: «se isto he assy nehua couza nos pode ter mais cōveniente».⁸¹

Na corte de Isfahan

É inquestionável que um certo «Bulaqi» se exilou na Pérsia e, com o apoio de Shah Safi, procurou organizar um movimento

⁷⁹ AN/TT, *Livros das Monções*, liv. 30, fl. 7. Ver também a versão in HAG, *Monções do Reino*, liv. 16 A (AN 18), fl. 3.

⁸⁰ Sumário da carta de Krishna para D. João III, («Sumario das cartas que vieram este anno de 1534 na armada da India...»), in A. da Silva Rego, ed., *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. x (Lisboa, 1974), 193-194. Sobre o sultão Bahadur e seus irmãos, ver a nota em Sanjay Subrahmanyam, «Irmão de Bahādur (Badur) que viveu em Goa», in Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. M. Augusta Lima Cruz, vol. II, 88-89. Sobre Krishna, ver Pissurlencar, ed., *Agentes da diplomacia...*, 1-16.

⁸¹ AN/TT, *Livros das Monções*, liv. 30, fl. 7. Filipe IV haveria de tomar conhecimento deste novo facto em Novembro do ano seguinte, concordando com a estratégia seguida por Linhares. Não percebeu o rei, todavia, que Shah Safi teria atribuído a administração de Kandahar a Bulaqi. Interpretou, antes, que lhe confiara o mesmo exército com que Shah 'Abbas 1 (r. 1587-1622) havia conquistado Kandahar em 1622 (Lisboa, 12.XI.1633, *ibid.*, liv. 31, II. 65). A versão que se colhe nas fontes persas é bem diversa da versão portuguesa, como se verá adiante.

de tomada do poder a Shahjahan. Um inglês, William Pitt, afirma mesmo ter emprestado dinheiro ao «irmão do Mogull que fugiu para a Pérsia», temendo por isso uma reacção violenta de Shahjahan.⁸² As fontes persas dos safávidas articulam-se até um certo ponto com as europeias neste particular, mas também há divergências significativas a registar. O cronista oficial de Shah 'Abbas, Iskandar Beg Munshi, apresenta-nos uma primeira versão dos acontecimentos ocorridos na corte mogol, que é a seguinte. Depois da morte de Jahangir – escreve ele – «os principais dignitários do estado mogol, aparentemente cumprindo uma disposição testamentária lavrada por Jahangir no momento da sua morte, nomearam como seu sucessor Dawar Bakhsh, o filho do cego sultão Khusrau que era conhecido como sultão Bolaghi, cunhando moeda e mandando ler a *khutba* no seu nome». Parece que os outros príncipes teriam concordado com esta solução, excepção feita a Shahryar que se encontrava em Lahore. O conflito entre Bulaqi e Shahryar é então descrito, terminando com a derrota e a cegueira de Shahryar. Iskandar Beg enreda-se seguidamente na discussão do destino do sultão Khurram e das suas fluctuantes relações com Jahangir. Chega mesmo a sugerir que, algures na década de 1620, desgastado pela sua miserável condição, Khurram «tentou passar ao Irão e procurar o auxílio de Shah 'Abbas». À data da morte de seu pai, a sua posição é, pois, apresentada como sendo bastante fraca, exceptuando-se o facto de ter conseguido recolher o apoio de Mahabat Khan, que, como aí se vinca, não tinha boas relações com Asaf Khan, o principal apoiante de Bulaqi. E foi com a ajuda deste poderoso nobre e, bem assim, com a dos «príncipes do Decão», que Shahjahan marchou em direcção ao Norte, logrando concitar pelo caminho o apoio de «chagatais, mogóis, afegãos e rajputes». Esta inesperada vaga de apoio acabou por conduzir a uma súbita fragilização da situação de Bulaqi. Assim, escreve Iskandar Beg:

A fortuna do sultão Bolaghi começou a declinar, e os dignitários do estado que o seguiam, bem como as mais sagazes cabeças entre os seus comandantes militares, não viam futuro algum para um neto, agora que um ambicioso filho natural do falecido imperador estava na corrida ao trono. A sua lealdade ao sultão Bolaghi diluiu-se e eles começaram a abandonar Lahore e a dirigir-se para Agra a fim de se juntarem a

⁸² Carta a William Methwold (em Surrate); Dabul, 19. V. 1636; in William Foster, ed., *The English Factories in India, 1634-1636* (Oxford, 1911), 259.

Shahjahan, competindo uns com os outros para provarem a sua lealdade e serviços.⁸³

Abandonado pelos seus nobres e pelas suas tropas, Bulaqi acabou traído também pelo seu principal apoiante, Asaf Khan, que é retratado nesta crónica, não como o mentor da operação que haveria de colocar Shahjahan no trono, mas antes como um cúmplice pouco convicto.⁸⁴ Foi apenas para se colocarem nas boas graças de Shahjahan que Asaf Khan e os seus homens mataram os cinco príncipes. Um dos que foram mortos é denominado por Iskandar Beg como «Dawar Bakhsh ibn Sultan Khusrau, conhecido como sultão Bolaghi e intitulado Sher Shah». Esta última informação, relativa ao título que Bulaqi alegadamente assumiu ao ascender ao trono, encontra-se em apenas mais uma fonte mogol, mas não nas moedas cunhadas na época.⁸⁵

Não obstante, a informação fornecida por Iskandar Beg na sua crónica é contraditada por uma outra fonte persa, paradoxalmente um texto que constitui a continuação da mesma crónica do mesmo Iskandar Beg, escrita em parceria com um tal Muhammad Yusuf, intitulada *Zail-i Târikh-i Âlamârâ-yi Abbâsi*.⁸⁶ A *Zail*, no relato que faz dos acontecimentos relativos ao ano 1041-1042 H. (1632), contém uma minuciosa descrição do caso do «sultão Bulaghi», que

vale a pena parafrasear aqui com um certo detalhe, dado que lança alguma luz sobre um conjunto de questões. A secção relevante da crónica começa por notar que, entre os afegãos Tarin (na fronteira entre os domínios safávidas e os mogóis), vivia um rapaz de quinze anos, que havia sido trazido clandestinamente (*duzdâda wa poshîda*) à presença do seu líder, Sher Khan Tarin. Este, por sua vez, decidiu admiti-lo ao seu serviço. O rapaz era tido como filho do príncipe mogol, o falecido sultão Khusrau, que por sua vez era filho de Shah Salim, filho de Jalal-ud-Din Muhammad Akbar, outrora soberano do Hindustão. Aparentemente, o nome do rapaz era Nabdi Mirza, e é afirmado que Sher Khan o tinha em grande segredo, tanto que muito poucas pessoas sabiam da sua existência até o rapaz ser capturado por 'Ali Mardan Khan, o governador safávida (*beglerbegî*) de Kandahar, durante uma escaramuça com os Tarins. 'Ali Mardan Khan enviou-o então ao rei safávida, com detalhes relativos à sua história e às suas origens reais mogóis. Por seu lado, o Shah colocou-o sob custódia do *wazîr* de Isfahan, pedindo-lhe para o manter na fortaleza de Tabrak, com todas as honras e dignidades próprias de um príncipe da sua condição, até que a verdade sobre ele se apurasse.

Entretanto, um outro rapaz, este na casa dos vinte anos, chegara ao Sul da região iraniana de Fars via porto de Surrate. Reivindicava nada mais nada menos do que ser o próprio Dawar Bakhsh Mirza, o filho de Khusrau, dizendo ter sido coroadado a caminho de Kashmir (*dar râh-i Kashmîr*), com a ajuda de alguns nobres, como sucessor do sultão Salim depois da morte deste. Este príncipe, sublinha-se, era comumente conhecido, não pelo seu nome formal, mas antes por sultão Bulaghi (não «Bulaqi»). Os autores da *Zail* vincam o facto de Dawar Bakhsh ter sido já mencionado na *Târikh-i Âlamârâ-yi Abbâsi* no âmbito do relato dos últimos anos de Jahangir. E resumem a história do seguinte modo: aquando da morte de Jahangir (ou Salim), Bulaghi – tirando partido do facto de o príncipe Khurram não estar de boas relações com o falecido imperador, mas também por se encontrar muito longe nessa altura (no Decão) – dirigiu-se para Lahore e fez-se coroar imperador. Mas quando os seus apoiantes ouviram falar da chegada iminente de um grande exército sob o comando de Khurram, abandonaram-no, fugindo todos. Assim, Khurram tomou Agra, a capital mogol, estabelecendo-se firmemente como novo imperador com o nome de Shahjahan. Asaf Khan – que é apresentado como o principal apoiante de Khurram (em contraste com o que diz a outra crónica

⁸³ Eskandar Beg Monshi, *History of Shah Abbas the Great (Târikh-i Alamara-ye Abbâsi)*, trad. Roger M. Savory, Boulder, 3 vols., 1978-1986, vol. II, 1290-1293. Para a tradição cronística dos safávidas neste período, ver Sholeh A. Quinn, *Historical writing during the reign of Shah Abbas: Ideology, imitation, and legitimacy in Safavid chronicles* (Salt Lake City, 2000).

⁸⁴ Para mais uma versão sobre a sucessão, na qual Asaf Khan é retratado como tendo agido no melhor interesse do império, e Dawar Bakhsh é menos vitimizado do que habitualmente, ver Muhammad Salih Kamboh, *Amâl-i Sâlih*, eds. Ghulam Yazdani e Wahid Quraishi, 3 vols. (Lahore, 1967-1972), vol. I, 169-182.

⁸⁵ Compare-se a titulação usada nas moedas de Bulaqi, para o que vimos a rupia de prata de Dawar Bakhsh: Ashmolean Museum, Oxford, Heberden Coin Room (ex-Thorburn Collection, adquirida 1965-1966). A moeda é cunhada em Lahore em 1037 H. e tem a seguinte legenda: «Abu'l Muzaffar Dâwar Bakhsh Bâdshâh». Agradecemos a Shailendra Bhandare do Ashmolean Museum pela sua ajuda nesta matéria. Para outras discussões, ver H. Nelson Wright, «Dawar Bakhsh», *Journal and Proceedings of the Asiatic Society of Bengal*, 2.^a série, vol. I (1905): 127-128; e J. G. Delmerick, «On a silver coin of Dawar Bakhsh», *Proceedings of the Asiatic Society of Bengal* (1884), 60. O título «Sher Shah» aparece num *farmân* que foi preservado em Bikaner.

⁸⁶ Iskandar Beg Munshi e Muhammad Yusuf, *Zail-i Târikh-i Âlamârâ-yi Abbâsi*, ed. Suhaili Khwansari (Teerão, 1938); 120-126. Estamos profundamente gratos a Muzaffar Alam pela sua generosa ajuda no que respeita à leitura e interpretação deste texto.

safávida, anterior) – e outros nobres pensaram ser melhor fazer a paz com Bulaghi, assim como com outros príncipes rivais. Asaf Khan persuadiu então Bulaghi a submeter-se ao novo imperador, explicou a sua posição a Shahjahan e tentou que este lhe perdoasse. Mas o imperador não cedeu e ordenou a morte de Bulaghi, juntamente com a de vários outros príncipes. Consequentemente, Bulaghi foi executado (*badarjâ-i shahâdat*), assim como cinco outros desafortunados príncipes. Dado que esta versão corria no Irão em 1630, quando o homem que reclamava ser Dawar Bakhsh entrou na província de Fars, o governador local, Imam Quli Khan, enviou um relatório sobre ele ao Shah. Este, prudentemente, ordenou que o mesmo fosse recebido de forma consentânea com a dignidade real e enviado para a corte se, após uma investigação, a sua versão provasse ser verdadeira. Continua o cronista:

A história que ele contou de si próprio em Bandar [‘Abbas] e que eu ouvi é a seguinte: «Quando Shahjahan ascendeu ao trono, ele ordenou a minha execução. Fui informado por alguns dos meus amigos acerca dessa conspiração, e também me revelaram em que noite é que era suposto eu ser preso. Eu tinha um escravo quase da minha idade. Disse-lhe que dormisse na minha cama no meu lugar. Ele hesitou de início, mas eu assegurei-lhe que nenhum mal lhe sucederia, uma vez que era eu, e não ele, o alvo do imperador. Nessa mesma noite, fugi na escuridão em direcção à selva, sobrevivi comendo ervas durante catorze dias enquanto vagueava pelo sertão e me escondia das pessoas. Então, disfarçado de dervixe, juntei-me a um grupo de faquires e, finalmente, cheguei a Surrate. Aí conheci o governador (*hâkim*) do porto e dei-lhe conta da minha difícil situação. Ele foi muito gentil e ajudou-me bastante. Guardou segredo, colocou homens e dinheiro à minha disposição e aconselhou-me a partir para o Irão, de forma a evitar que algum mal me acontecesse a mim, mas também a ele. Com a ajuda de Deus, parti para a corte régia [Ispahan].

Quando cheguei ao porto de Fars [Bandar Abbas], muitos pensaram que eu era um impostor e um mentiroso. Alguns, no entanto, reconheceram em mim sinais de nobreza e acreditaram no que eu disse. Fiquei em suspenso entre a verdade e a mentira, entre o medo e a esperança (*khâuf-o-rajâ, sidq-o-kizb*) durante algum tempo após ter entrado na província de Fars, até que encontrei algumas pessoas que me haviam visto enquanto sultão a caminho de Caxemira. Reconheceram-me e difundiram entre os outros as novas sobre mim. Vi-me então rodeado de numerosos servidores (*khidmatgârân*). Gente da Índia e mercadores hindus vieram ao meu encontro, dando-me toda a ajuda que podiam, quer em dinheiro quer em géneros (*naqd-o-jins*).

Num primeiro momento, Imam Quli Khan acreditou no meu testemunho e demonstrou o respeito adequado. Mas, mais tarde, dada

a negação (*inkâr*) da minha identidade por alguns mercadores, começou a suspeitar de mim e, conseqüentemente, desci na sua estima. Enviou então um relatório sobre mim ao Shah, apresentando as suas próprias dúvidas. Por consequência, fui convocado para ir a Isfahan e aí, de novo, fiquei suspenso entre a esperança e o medo. O Shah, no entanto, foi muito cordial, fez que eu fosse tratado com respeito, e assegurou-me que o meu conforto estava garantido e que os meus pedidos seriam tomados em conta, de acordo com as regras da hospitalidade.

Este longo relato, escrito na primeira pessoa, dando voz ao homem que reclamava ser o sultão Bulaghi, constitui uma contribuição particularmente valiosa para o nosso entendimento daquilo que então era conhecido no Irão sobre este assunto. Integra vários elementos já revelados, incluindo o que se refere ao período passado por Bulaghi como dervixe. Em simultâneo, introduz também um novo tema de cariz conspirativo, ou seja, o tópico da substituição (neste caso, do príncipe pelo escravo).⁸⁷ Verificamos, assim, que tal como Linhares enviara um seu representante jesuíta a fim de confirmar a identidade do pretendente, também no Irão as reivindicações deste «Bulaghi» foram encaradas com cepticismo e postas à prova. A *Zail* termina o seu relato notando que Bulaghi viveu durante algum tempo como convidado de um importante funcionário, o *nâzir-i buyûtât*. A certa altura, e na presença deste último, dois indianos visitaram Bulaghi e comprovaram as suas pretensões. Sabendo da sua existência, muitos mercadores de Multan (*tabaqa-i multâmiyân*), que então viviam em grande número em Isfahan, reuniram-se na residência do príncipe para lhe apresentarem os seus respetos (*kûrnish*). Dois meses volvidos, o Shah expressou finalmente o desejo de o conhecer. Durante a sua audiência com o Shah, Bulaghi foi distinguido com a oferta de um cavalo especial, e o Shah terá sublinhado: «Realmente, tanto a linhagem como a grandeza são evidentes no seu semblante. A julgar também pela sua elocução, parece grave e sensato. Não usa palavras vãs (*bi-mahâsal*)».

⁸⁷ É possível relacionar as origens da ideia de substituição e do resgate clandestino de um príncipe do interior de um palácio durante um cerco, com um conjunto de textos que remontam ao período de Vijayanagar no Sul da Índia. Não é este o lugar para se explorar o tema, pelo que remetemos para o estudo de Velcheru Narayana Rao, David Shulman e Sanjay Subrahmanyam, *Textures of Time: Writing History in South India, 1600-1800* (Nova Deli, 2001). Ver ainda Robert Sewell, *A Forgotten Empire: Vijayanagar* (Londres, 1900), 222-231.

O Shah determinou então que Bulaghi e Nabdi Mirza, o rapaz que chegara via Kandahar (e que alegadamente também era filho do sultão Khusrau), se conhecessem. Talvez isto constituísse também um teste, já que neste caso estava em questão, não uma, mas duas pretensões. Quando os dois se encontraram, não se reconheceram. No entanto, passaram uma noite juntos e aludiram a nomes de várias mulheres pertencentes aos haréns de Khusrau, Shahjahan e de outros príncipes, fazendo considerações sobre as suas qualidades e defeitos de forma a testarem mutuamente as respectivas reivindicações e, também, para aferirem do grau de familiaridade de um e de outro relativamente às pessoas mencionadas. Tornou-se então claro para o sultão Bulaghi que este Nabdi era de facto seu irmão, tendo-o abraçado de modo afectuoso (*âghosh-i mihrbâni*). O Shah ordenou, por consequência, que os dois irmãos deveriam viver juntos doravante.

Mais tarde, regista a crónica, quem quer que viesse da Índia confirmava que também no Hindustão o assunto da fuga de Bulaghi era muito discutido, ainda que – escrevem os autores da *Zail* – a história de Bulaghi fosse verdadeiramente incrível. Era realmente uma das «maravilhas da época» que ele tivesse logrado escapar ao seu destino, apesar de sujeitos – ele e os restantes príncipes que se opunham a Shahjahan – a uma vigilância apertadíssima por parte dos apoiantes do imperador. O que ainda tornava a história mais estranha era o facto de Bulaghi ter alimentado a ambição de vir a ser ele próprio imperador, e de ter sido emitida uma ordem régia para pôr termo à sua vida. Assim, escrevem as crónicas iranianas, é possível que alguns dos guardas tivessem afrouxado a vigilância, ou até que estes o tenham ajudado a fugir, matando de seguida o escravo de forma a apaziguar a cólera do rei. Só Deus podia saber a verdade acerca de tudo isto.

Mas a crónica não termina com este relato dos príncipes mogóis em fuga, passando a tratar do caso de um outro príncipe sobre o qual já aqui se escreveu, Mirza Baisunghar, filho do príncipe mogol Daniyal. É referido na *Zail* que, depois da morte do sultão Salim, Baisunghar juntou-se aos apoiantes de Shahryar quando este último lutou contra o sultão Bulaghi nos arredores de Lahore. Shahryar foi derrotado e o seu exército desmantelado, enquanto Baisunghar lograva fugir para Cabul graças à ajuda de alguns dos soldados de Shahryar. No caminho, tomou conhecimento da situação de Bulaghi e da tomada do poder por Shahjahan. Achou, então, que era imprudente dirigir-se para Cabul, viajando, alternativamente, para Balkh,

onde viveu durante algum tempo entre os usbeques e o seu soberano, Muhammad Khan. Mas como era desprovido de bom senso, e sendo um simples fugitivo, acabou por não ser de grande utilidade para os usbeques. Para mais, tinha um temperamento algo difícil, pelo que os usbeques se tornaram indiferentes e frios para com ele. Assim, com o objectivo de partir para a corte safávida, Baisunghar viajou para Kandahar, onde conheceu 'Ali Mardan Khan, e aí ficou como seu convidado durante algum tempo antes de partir para a corte do Shah na companhia de alguns dos homens do governador. Shah Safi, regista a crónica, enviou um número considerável de homens para o receber com aparato. Todos estes acontecimentos ocorreram antes da chegada ao Irão do homem que reclamava ser «Bulaghi». Na verdade, quando este último aí chegou, Baisunghar recusou aceitar a sua reivindicação e, como gozava da estima do Shah, não tardou a afrontar Bulaghi. Os dois homens, ambos afirmando serem príncipes mogóis, trocaram então palavras inconvenientes. Numa ocasião, em plena assembleia organizada para que se encontrassem e na qual, excepcionalmente, era esperado o próprio Shah, Baisunghar ter-se-á dirigido a Bulaghi usando termos injustos e impróprios, gritando-lhe com raiva e chamando-lhe fraude. Mas Bulaghi manteve-se calmo, ignorou as invectivas e, atribuindo tudo aquilo que acabara de ouvir à iliteracia e à loucura (*jahl wa junûn*) de Baisunghar, deixou a assembleia.

Sabendo destes acontecimentos, o Shah também declinou estar presente na assembleia. Mais tarde, aquando da marcha do Shah contra os Tahmurs Gurji, que haviam sido instigados a revoltar-se contra o soberano safávida pelo irmão do Imam Quli Khan e outros, Baisunghar solicitou ao Shah autorização para abandonar os seus domínios. O Shah não hesitou em autorizá-lo a voltar à Índia. Nesta ocasião, Baisunghar afirmou que pretendia regressar na esperança de colher o apoio dos sultões do Decão. Mais não recebeu do que uma centena de *tomâns* que o Shah lhe tinha enviado antes para as suas despesas no Irão. A *Zail* nota que Baisunghar era um jovem capaz, mas demasiado orgulhoso, tanto da sua bravura como da sua posição real. Enquanto esteve no Irão, adoptou uma postura arrogante, com um comportamento inadequado. Revelou pouca sensatez e sagacidade, para além de ser intolerante e de ter vistas curtas.

O extenso e precioso relato da *Zail* deixa, ainda assim, um número crucial de questões em aberto. Em primeiro lugar, não resolve inteiramente todas as dúvidas acerca da autenticidade do

homem que reclamava ser Bulaqi ou Bulaghi, como a própria crónica admite. Mantém-se em aberto, nomeadamente, o problema do relacionamento entre Bulaqi e Baisunghar, isto é, o facto de o último apelidar o primeiro de embuste ou fraude, quando outras fontes (como acima notámos, da sua carreira posterior junto dos otomanos) sugerem que Baisunghar é que era realmente uma fraude. Se assim é, porque é que o Bulaqi que se encontrava na corte safávida (se acaso era o genuíno) não o desmascarou? Uma outra série de problemas reporta-se ao relacionamento entre o homem que o padre Leão encontrou em Chaul de Cima e o homem que chegou a Bandar 'Abbas a partir de Surrate. Trata-se de uma e a mesma pessoa? No caso do pretendente que se encontrava no Irão, como é que podemos conciliar o facto de um número considerável de pessoas que conheceram Bulaqi na corte mogol não hesitar em identificá-lo como tal? Em qualquer caso, parece que, após os problemas iniciais, este pretendente foi aceite pelos safávidas como genuíno, passando a ser mencionado periodicamente nas crónicas da época, tanto nas secções mais tardias da *Zail* como noutras fontes.⁸⁸

Para além das narrativas das crónicas, há que considerar a correspondência trocada entre os monarcas Shah Safi e Shah 'Abbas II (r. 1642-1666), e o sultão Bulaqi. O primeiro conjunto de cartas chegou até nós com data de acerca de 1632, pouco depois, portanto, da chegada do pretendente ao Irão. Aqui, Shah Safi assegura ao homem que afirmava ser o príncipe mogol que ele garantiria o seu bem-estar, anunciando que enviaria um tal Zu'lfiqar Beg Qurchi Baiburdlu para o assistir. A carta é endereçada a «Bulaghi» enquanto genuíno príncipe mogol, enunciando títulos como *shâhzâda* and *farâzinda-i sarîr-i saltanat*.⁸⁹ Possuímos também uma outra carta do mesmo período, escrita por Bulaqi/Bulaghi a Shah Safi, ainda que não seja claro se esta missiva precede a outra acima referida ou se é uma resposta à mesma, O autor desta outra carta intitula-se Bulaghi *pâdshâhzâda-i Hindustân* («descendente do imperador do Hindustão») e refere-se aos seus próprios antepassados ilustres, de Timur a Humayun (que procurou refúgio junto de Shah Tahmasp no século XVI). Uma característica interessante desta carta consiste na referência que faz aos locais sagrados do xiismo no Irão, como

⁸⁸ Ver, por exemplo, *Zail*, 230-240, *passim*.

⁸⁹ Cf. Riazul Islam, *A Calendar of Documents on Indo-Persian Relations (1500-1750)*, vol. I (Teerão, 1979), doc. sh. 113, 243-244.

sejam Karbala, Ardabil ou Najaf, aos quais o autor da missiva revela ter uma especial ligação. Humilde no tom, o objectivo da carta é claramente acarinhar as pretensões safávidas e sugerir que o autor não está longe de ser, também ele, um xiita. E afirma esperar pôr termo à opressão do povo por Shahjahan com o apoio de Shah Safi.⁹⁰ As fontes portuguesas, como adiante veremos, sugerem que nos anos seguintes os safávidas atribuíram a este Bulaghi alguns rendimentos, permitindo-lhe até que causasse distúrbios na fronteira mogol-safávida. Mas o essencial da actividade militar parece só ter durado até meados dos anos de 1630, já que, depois disso, o príncipe (verdadeiro ou falso) ter-se-á retirado para Qazwin a fim de gozar as rendas que os safávidas lhe haviam atribuído.

O apoio safávida a este príncipe iria prolongar-se. Ainda no tempo de Shah Safi, regista-se outra troca de correspondência. Uma carta, datada de Novembro de 1640, refere-se aos presentes enviados pelo sultão Bulaghi ao Shah, incluindo um escudo e uma espada. As cartas deste período sugerem uma certa familiaridade, intimidade até, entre o «príncipe» mogol e o soberano safávida, e é sabido que, por essa altura, este Bulaghi acompanhou Shah Safi numa visita a Ashraf, na região de Mazandaran.⁹¹

No mesmo ano de 1640, fontes agostinhas produzidas no Irão também nos informam sobre o conflito entre membros dessa ordem e o «secretario do Bolaquin, filho ou sobrinho do Grão Mogor, sucessor daquele reino», a propósito de algumas questões de conversão em Isfahan. Aqui, o príncipe mogol e a sua corte são apresentados como muçulmanos convictos; «os mogores», diz o escritor agostinho, «professam ser grandes observadores da sua seita»⁹²

Quando o Shah morreu, sucedendo-lhe Shah 'Abbas II, Bulaghi contava-se entre os que escreveram uma carta de condolências e de felicitações ao novo monarca, o que originou a troca de mais correspondência amigável entre ambos, assim como mútuas ofertas de presentes.⁹³ Numa destas cartas, uma *ruq'a* alinhavada por Mirza Muhammad Riza, o destinatário Bulaghi é distinguido com títulos

⁹⁰ *Id.*, *ibid.*, doc. sh. 113.1, 245-246.

⁹¹ *Id.*, *ibid.*, docs. sh. 130 e 131, 276-277. Ver também o relato da visita a Ashraf, in *Zail*, 237-238.

⁹² Veja-se o relato de Pietro dei Santi reproduzido in Carlos Alonso Vañez, OSA, «Stato delle missioni agostiniane nelle Indie orientali secondo una relazione inedita del 1640», *Analecta Augustiniana*, vol. 25 (1962): 291-325, citação em 319.

⁹³ Riazul Islam, *Calendar*, docs. sh. 134, 135, 136 e 136.1, 281-284.

particularmente elevados, como *Nizâm al-saltanat wa'l-ekbilâfat*, o que sugere que, por esta altura, quaisquer dúvidas residuais acerca da sua identidade já estariam resolvidas. Estas cartas devem ter sido escritas no tempo em que Bulaghi vivia em Qazwin, encontrando-se com vários visitantes europeus, como já referido. Sabemos igualmente que Shah 'Abbas II terá levado consigo este Bulaqi aquando da reconquista de Qandahar aos mogóis em 1648. E quando as falsas notícias da morte de Shahjahan chegaram à Pérsia em 1658, Bulaqi solicitou de imediato (ainda que sem sucesso) apoio ao monarca safávida para o colocar no trono mogol, e apressou-se a viajar de Qazwin para Isfahan.⁹⁴ Este parece constituir o último traço de «Bulaghi» nos documentos safávidas, ainda que encontremos alguma correspondência relativa à concessão de rendas a seu filho, o sultão Khusrau.⁹⁵

A continuidade da tradição

Quanto aos portugueses, o seu profundo interesse por Bulaqi não logrou sobreviver ao desapontamento que se seguiu ao encontro com o padre Leão em Dezembro de 1630. Todavia, Bulaqi voltaria a cruzar-se uma última vez com o conde de Linhares. A 18 de Julho de 1634, o vice-rei recebe notícias de Surrate, por intermédio do jesuíta Paulo Reimão. É então informado de «que o Rei Mogor estava em Laor para responder ao Perssa sobre as couzas do Bulaquim, a quem avião passado muitos fidalgos mogores como o fizera Mirzamadafar que com capa de se hir para meca se embarcara com muita riqueza nua nao em Surrate e tanto que se vio no mar lanssou os Romeiros de meca em hús bateis e os que ficarão lanssouy ao mar, e se foi na volta da Perssia ajuntar com o bulaquim».⁹⁶

Uma semana depois, no dia 25, volta a ter notícias de Surrate pela pena do padre Reimão. Shahjahan estava em Lahore a caminho

⁹⁴ Muhammad Tahir Wahid Qazwini, *Abbâs Nâma yâ Sharh-i Zindagâni-yi 22-sâla-yi Shâh Abbâs-i sânî (1052-1073)*, ed. Ibrahim Dihgan (Arak, 1951), 234-235, secção intitulada «Sharh âmadan-i Sultân Bulaghî ba Dâr al-Saltanat Isfahân». Estes movimentos parecem estar relacionado com o projecto safávida de apoio ao príncipe Murad Bakhsh em 1657-1658; cf. Mohammad Quamruddin, *Life and Times of Prince Murad Bakhsh (1624-1661)* (Calcutá, 1974), 117.

⁹⁵ Riazul Islam, *Calendar*, docs. sh. 229 e 229.1, 424-425.

⁹⁶ *Diário do 3.º Conde de Linhares. Vice-Rei da Índia*, vol. II (Lisboa, 1937), 146-147.

de Caxemira, onde esperava defrontar Bulaqi. Desta vez, o filho de Khusrau resolvera desafiar claramente o tio, enviando-lhe uma embaixada, «e de presente húa espada e hum catre de ouro, e dizia a embaixada escolhesse qual fosse de mais seu gosto ou o catre para descansar entregandolhe o reino, ou a espada com a qual o podia esperar, o Mogor sentio muito isto e quizera matar os embaixadores, mas desprezouos, e sem reposta se aparelhava para a guerra porque tem o Perssa dado grande poder e ajuda ao Bulaqui».⁹⁷

A 19 de Janeiro de 1635, registamos o último eco da lenda de Bulaqi nas fontes portuguesas. Nessa tarde, o vice-rei leu atentamente uma carta que lhe havia chegado de Bijapur, entre dois correspondentes anónimos (o receptor é um oficial português bem posicionado, talvez um secretário de Estado).⁹⁸ Entre outras questões, refere o esquema de uma possível aliança entre Bulaqi e o Estado da Índia:

Pede soltão Bulaquim a sua ex³ seguro real, e em nome de S. Magestade para poder estar seguramente em goa para dahy se consertar cõ os capitães do reino do Mogor, e escreuer outro sy a seu Irmão que tambem escapou,⁹⁹ e esta com o Rey da Perssia, e depois disto consertado darlhe o sör vizoRey passagem por hum dos portos que elle apontar, e que para isso fará todo o conserto e partidos que o sör vizzorey quizer fazendo logo esta diligencia despida vm este patamar porque assim o tenho assentado cõ o soltão Bulaquim, e não escrevo a Sua Ex.³ por não saber se lanssra mão deste negocio, e me encomendou muito que por via de vm o desse saber ao sör vizorrey, e querendo fazer isto avizasse logo com resposta do sör Vizorrey para escreuer em forma; vm. com breuidade faça este neg.¹⁰⁰

Mas as circunstâncias não eram mais as do final do ano de 1630. Nessa altura, o conde de Linhares acreditara na possibilidade de uma aliança e, conjugando várias informações de diferentes proveniências, preocupara-se em avaliar a veracidade do personagem e, bem

⁹⁷ *Ibid.*, 149-150.

⁹⁸ Esta carta pode ter sido escrita por um grande número de agentes portugueses na corte de Bijapur, caso de Vicente Ribeiro, Fernão Lopes, Frei João da Rocha, ou um tal Jorge da Costa, recém-chegado a Bijapur como enviado de Linhares nos finais de Dezembro de 1634.

⁹⁹ Será esta uma referência ao misterioso Mirza Nabdi, que encontramos na *Zail?* De acordo com as crónicas mogóis, Bulaqi tinha apenas dois irmãos, Gurshasp (morto em Janeiro de 1628), e Buland Akhtar, o qual morreu novo; o último parecia mais próximo de Nabdi, mas esta associação ainda não foi comprovada.

¹⁰⁰ *Diário do 3.º Conde de Linhares*, 265.

assim, a exequibilidade de uma manobra conducente à destituição de Shahjahan. Agora, no início de 1635, Linhares estava absolutamente descrente. O seu governo estava na fase final e o vice-rei limitava-se a registar um último pensamento sobre o assunto, dois dias antes de terminar o diário relativo a esse ano e de o enviar para o reino: «Tenho isto por fabula e parece hé este Bolaquim cõ os mogores, outro Rey Sebastião cã os Portuguezes.»

Era a segunda vez que a história do *Encoberto* se cruzava com a história dos imperadores mogóis. A crer nos jesuítas que viviam na corte de Akbar, ao avô de Shahjahan impressionara vivamente a figura de D. Sebastião: «e do caso d'el-rey Dom Sebastião tem muito sentimento, e quando falla daquelle caso louva o animo esforçado d'el-rey Dom Sebastião».¹⁰¹ Meio século volvido, temos esta interessante comparação de D. Miguel de Noronha. Na verdade, há pontos de contacto entre os vários Bulaqi e os vários (e falsos) D. Sebastião do ocaso do século XVI, do Rei de Penamacor e do Rei da Ericeira ao pasteleiro do Madrigal e ao Calabrês.¹⁰² A omnipresença da lenda é o lugar central do rumor, alimentado pela errante presença física de um embuçado. A componente trágica de ambas as histórias e de ambos os personagens comove o observador estrangeiro, tanto quanto os portugueses se comoveram com o infortúnio de Bulaqi ou Akbar com o drama de D. Sebastião. Num e noutro caso, a mesma legitimidade para governar, a mesma adesão popular, a mesma inquietação de quem usurpara o poder e o exercia em sobressalto.

O caso do sultão Bulaqi não foi certamente o último do género na Índia mogol. Encontramos outros exemplos, como o do irmão de Aurangzeb, Shah Shuja', nos anos 1660-1670, que já citámos. No início do século XVIII, os casos de pessoas que pretendiam ser príncipes mogóis continuaram a proliferar, talvez por existir, de facto, e nesta altura, um grande número de príncipes de sangue real. Assim, deparamos em 1717 com o caso de um homem, cujo

¹⁰¹ Excerto de uma carta dos padres R. Acquaviva, A. Monserrate e H. Henriques ao capitão de Damão, Fatpur Sikri, Março-Abril 1580: pub. in *Documenta Indica*, ed. 3. Wicki, vol. XII (Roma, 1972), doc. 3, 23.

¹⁰² Ver, sobre este assunto, António Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto*, reed., Lisboa, 1982, especialmente 59-64; Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal, Séculos XVI e XVII* (São Paulo, 1998), e o clássico de Miguel Dantas, *Les faux Don Sébastien. Étude sur l'histoire de Portugal* (Paris, 1866).

verdadeiro nome parece ter sido 'Aqibat Mahmud, que apareceu no Decão reclamando ser o príncipe mogol Muhammad Akbar e que acabou por ser feito prisioneiro pelo governador mogol de Arcot.¹⁰³ Cronistas mogóis mencionam outros incidentes relacionados com o mesmo príncipe: no início do século XVIII, o maratha Raja Shahu é referido como tendo gerado «comoção» e uma forte reacção por ter recebido um certo Mu'in-ud-Din que proclamava ser o filho do príncipe Akbar; alguns anos mais tarde, durante os conflitos que opuseram o imperador Farrukhsiyar e os irmãos Sayyid, Husain 'Ali Khan desafiaria o imperador ao regressar à corte vindo do Decão, ao mesmo tempo que proclamava ter um filho de Muhammad Akbar consigo. As mesmas fontes informam-nos que, nessa ocasião, ao saber das pretensões do rival, «o imperador teve, pelo receio, um aperto na bexiga».¹⁰⁴ Mais tarde ainda, já depois da queda da dinastia safávida, homens alegando ser príncipes daquela casa real apareceram periodicamente na Índia, sendo que, em algumas ocasiões, as suas reivindicações eram tidas por verdadeiras, caso de Abu'l Fath Sultan Muhammad Mirza Safavi nos finais do século XVIII.¹⁰⁵ Mais uma vez, na década de 1790, o itinerante príncipe mogol Mirza 'Ali Bakht 'Azfari' ficou desconcertado ao chegar à cidade de Murshidabad, no Leste da Índia, pois aí encontrou, para sua tristeza, um impostor que proclamava ser nem mais nem menos que o próprio Mirza Azfari.¹⁰⁶ Será que estes homens tiveram conhecimento da história do sultão Bulaqi, passada quase dois séculos antes? Ou, de outro modo, o episódio entrou na memória popular como um tema mais genérico, tanto mais que a própria lenda de Bulaqi assenta no mesmo *corpus* de crenças e lendas relativas a duplos de reis, ou a «calandares», que poderiam revelar-se eles próprios como soberanos?

Os episódios que discutimos nas páginas anteriores podem ser entendidos, como já sugerimos, como parte de uma história mais

¹⁰³ Sobre este caso, veja-se Sanjay Subrahmanyam, *Penumbral Visions: Making Politics in Early Modern South India* (Nova Deli, 2001), 128-129.

¹⁰⁴ Estes incidentes encontram-se em Muhammad Hadi Kamwar Khan, *Tazkirat-us-Salâtin Chaghtâ*, ed. Muzaffar Alam (Bombaim, 1980), 228 e 254.

¹⁰⁵ Giorgio Rota, «Un Sofi tra i Nababi: L'ultimo Safavide a Lucknow», in Daniela Bredi e Gianroberto Scarcia, eds., *Ex libris Franco Coslovi*, Veneza, 1996, 337-380; e também Rota, «The Man who would not be King: Abu'l Fath Sultan Muhammad Mirza Safavi in India», in *Iranian Studies*, 32, n.º 4 (1999): 513-535.

¹⁰⁶ Mirza 'Ali Bakht, *Wâqî'ât-i Azfari*, eds. T. Chandrasekharan e Syed Hamza Hussain Omari (Madrasta, 1957), 102-103; e, para tradução em urdu, Muhammad Husain Mahvi Siddiqi, *Wâqî'ât-i-Azfari* (Madrasta, 1937).

vasta de «duplos reais» na época moderna, ou – como um autor recente propôs – como parte de um outro problema: a relação que se pode estabelecer entre «identidade» e «credulidade» nessa que tem sido designada como «a idade do ouro para impostores e pretendentes».¹⁰⁷ Nestes casos, e como pudemos ver, a credulidade era temperada por alguma sensatez, que levava a que se testassem essas pretensões, apesar de os critérios de aferição da verdade variarem de um contexto para outro. Se o método do vice-rei português era simples, envolvendo o envio de testemunhos de vista, os safávidas recorriam a meios mais sofisticados, que remetiam para a civilidade e a mestria da etiqueta apropriada a um príncipe, incluindo a noção de «alto nascimento e grandeza [que eram] evidentes no seu comportamento». Com algum cinismo, o problema podia encontrar outro tipo de resolução: percebemos que para Filipe IV um bom impostor era tão útil quanto um pretendente genuíno. No que respeita os safávidas, temos algumas dúvidas de que estes acreditassem que o homem que afirmava ser o sultão Bulaghi o era realmente, já que preferiram não o manter na corte de Isfahan (onde poderia encontrar dignatários mogóis em visita), mas sim em Qazwin. A diferença entre o tratamento de «Bulaghi» deste período, e do príncipe Muhammad Akbar no período posterior é, pois, grande. Ainda assim, desde que um elemento de dúvida persistisse, um pretendente, verdadeiro ou falso, podia desempenhar um papel no xadrez da política inter-estadual deste período. Bulaghi, que passou os anos 1630, 1640 e 1650 numa confortável residência safávida, pode não ter ascendido ao trono mogol; mas se foi, efectivamente, um impostor, teve grande sucesso. Esse sucesso não se deve apenas à credulidade ou à ausência de espírito empírico, mas sobretudo ao facto de a ambiguidade, o *bluff* e a dúvida, fazerem parte da cultura política da época.

Bibliografia

- Adas, Michael. 1979. *Prophets of rebellion: Millenarian protest movements against the European colonial order*. Chapel Hill.
- Aftabi. 1987. *Târîf-i Husain Shâh Bâdshâh Dakhân: Original Text, Translation and Critical Introduction*, ed. G. T. Kulkarni e M. S. Mate. Pune.
- Ahmad, Nazir, ed. 1956. *Kitab-i-Nauras by Ibrahim Adil Shah II*. Nova Deli: Bharatiya Kala Kendra.
- Alam, Muzaffar, e Sanjay Subrahmanyam. 1996. «Discovering the Familiar: Notes on the Travel-Account of Anand Ram Mukhlis». *South Asia Research*, vol. 16, n.º 2.
- Alam, Muzaffar, e Sanjay Subrahmanyam. 1996. «From an Ocean of Wonders: Mahmûd bin Amîr Walî Balkhî and his Indian travels, 1625-1631», in *Récits de voyage des Asiatiques: Genres, mentalités, conception de l'espace*. ed. Claudine Salmon. Paris.
- Alam, Muzaffar, e Sanjay Subrahmanyam. 2001. «A Place in the Sun: Travels with Faizî in the Deccan, 1591-1593», in *Les sources et le temps/Sources and Time: A colloquium*, ed. François Grimal. Pondicherry.
- Alam, Muzaffar, e Sanjay Subrahmanyam. 2002. «Letters from a Sinking Sultan», in *Aquém e Além da Taprobana: Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, ed. Luís Filipe F. R. Thomaz. Lisboa.
- Alam, Muzaffar, e Sanjay Subrahmanyam. 2002. «Witnessing transition: Views on the end of the Akbari dispensation», in *The Making of History. Essays presented to Ifsan Habib*. ed. K. N. Panikkar et al. Nova Deli.
- Alberi, Eugenio, ed. 1861. *Le Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, série 1, vol. 5. Florença.
- Albuquerque, Luís de. 1977. «Alguns aspectos de ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI», *Biblos*, LIII.
- Al-Dabir. 1974 [1970]. 'Abdullah Muhammad al-Makki Hajji, *Zafar al Wâlih bi Muzaffar wa Alibi*. 2 vols., trad. M. F. Lokhandwala. Baroda.
- Alexander, J. E. 1827. *Shigurf namah-i-velaët: Or excellent intelligence concerning Europe; being the travels of Mirza Itesa Modeen, translated from the original Persian manuscripts into Hindostanee, with an English version and notes*. Londres.
- 'Ali Reis, Seydi. 1999. *Le miroir des pays: Une anabase ottomane à travers l'Inde et l'Asie centrale*, trad. Jean-Louis Bacqué-Grammont. Paris.
- 'Ali Reis, Seydi. 1999. *Mir'âtü'l-Memâlik*, ed. Mehmet Kiremit. Ancara.
- Allen, W. E. D. 1963. *Problems of Turkish Power in the Sixteenth Century*. Londres.

¹⁰⁷ Eliav-Feldon, «Invented Identities...», 203.

- Alonso, O. S. A. 1962. Carlos, «Stato delle missioni agostiniane nelle Indie orientali secondo una relazione inedita del 1640», *Analecta Augustiniana*, XXV: 291-325.
- Alonso O. S. A. 1964. Carlos, «Documentación inédita para una biografía de Fr. Alejo de Meneses, O. S. A., Arzobispo de Goa (1595-1612)», *Analecta Augustiniana*, XXVII: 263-333.
- Alves, Jorge M. dos Santos, e Pierre-Yves Manguin. 1997. O «Roteiro das Cousas do Achém» de D. João Ribeiro Gaio: Um Olhar Português sobre o Norte de Samatra em Finais do Século XVI. Lisboa.
- Amado, Teresa, ed. 1980. *Crónica de D. João I de Fernão Lopes: Textos Escolhidos*. Lisboa.
- Andrews, Kenneth R. 1967. *Drake's Voyages: A Re-Assessment of Their Place in Elizabethan Maritime Expansion*. Nova Iorque.
- Anónimo. 1630. *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da India*. Lisboa: Jorge Rodrigues.
- Aragão, A. C. Teixeira de. 1898. *Vasco da Gama e a Vidigueira: Estudo Histórico*. Lisboa.
- Arshad, A. D., ed. 1973. *Inshā'i Faizī*. Lahore.
- Arthurson, Ian. 1994. *The Perkin Warbeck conspiracy, 1491-1499*. Stroud.
- Aubin, Jean. 1971. «Albuquerque et les négociations de Cambaye», *Mare Luso-Indicum*, 1: 3-63.
- Aubin, Jean. 1971. *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la cour de Châh Soltân-Hosseyn, 1696-1697*: 99-128. Lisboa.
- Aubin, Jean. 1973. «Le Royaume d'Ormuz au début du XVI^e siècle», *Mare Luso-Indicum*, II.
- Aubin, Jean. 1975. «Duarte Galvão», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 9: 43-85.
- Aubin, Jean. 1980. «Per viam portugalem: Autour d'un projet diplomatique de Maximilien II», *Mare Luso-Indicum*, IV: 45-88.
- Aubin, Jean. 1988. «L'avènement des Safavides reconsideré», *Moyen Orient et Océan Indien*, 5: 1-130.
- Aubin, Jean. 1989. «La crise égyptienne de 1510-1512: Venise, Louis XII et le Sultan», *Moyen Orient et Océan Indien*, 6: 123-150.
- Aubin, Jean. 1994. «La politique orientale de Salim Ier», in *Res Orientales VI: Itinéraires d'Orient, Hommages à Claude Cahen*: 197-216.
- Aubin, Jean. 1995. «Chroniques persanes et italiennes: Notes sur les sources narratives du règne de Shâh Esmâ'il I», *Studia Iranica*, 24, n.º 2: 247-259.
- Aubin, Jean. 2000 [1996]. *Le Latin et l'Astrolabe: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. 2 vols. Paris.
- Aubin, Jean. 2000. «D. João II et Henry VII», in Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. 2. Paris: 83-92.
- Avelar, Ana Paula Menino. 1997. *Fernão Lopes de Castanbada: Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*. Lisboa.
- Azevedo, Luís Marinho de. 1641. *Apologeticos discursos, oferecidos a Majestade del Rey Dom Joam o quarto do nome entre os de Portugal, em defesa da fama e bona memória de Fernão de Albuquerque...* Lisboa: Manoel da Sylva.
- Babayan, Kathryn. 1993. *The Waning of the Qizilbash: The Temporal and the Spiritual in Seventeenth-Century Iran*. Tese de doutoramento. Princeton: Princeton University.

- Badayuni, 'Abd al-Qadir. 1990. *Muntakhab al-Tawârikh*, eds. Kabir-ud-Din Ahmad, Maulavi Ahmad 'Ali e W. N. Lees, Calcutá: 1864-1869 (reimpresso em Osnabrück, e Nova Deli).
- Baião, António, ed. 1923 [1922]. *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, capitão geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito poderoso rey D. Manuel, o primeiro deste nome*. 2 vols., Coimbra.
- Bakht, Mirza 'Ali. 1957. *Wâq'ât-i Azfarî*. eds. T. Chandrasekharan and Syed Hamza Hussain Omari, Madras, 102-103.
- Banerjee, S. N., e John S. Hoyland, trad. 1922. *The Commentary of Father Monserate S. J. on his Journey to the Court of Akbar*. Londres.
- Bacqué-Grammont, Jean-Louis. 1989. «L'apogée de l'Empire Ottoman: Les événements (1512-1606)», in *Histoire de l'Empire Ottoman*, ed. Robert Mantran. Paris.
- Barkan, Ö. L. 1957. «Essai sur les données statistiques des registres de recensement dans l'empire Ottoman aux XV^e et XVI^e siècles», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 1: 9-36.
- Barozzi, Nicolò, e Guglielmo Berchet, eds. 1872 [1871]. *Le Relazioni degli Stati Europei lette al Senato dagli Ambasciatori Veneziani nel secolo decimosettimo: Turchia*. 2 vols. Veneza.
- Barreto, Luís Filipe. 1983. *Descobrimentos e Renascimento: Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, 2.^a ed. Lisboa.
- Basham, A. L. 1954. *The Wonder that was India: A survey of the history and culture of the Indian sub-continent before the coming of the Muslims*. Londres.
- Başvekalet Arşivi*. Istanbul: Diwan-i Humayun, Mühimme Defterleri, vols. 5-6: n.º 161.
- Bayat, Bayazid. 1941. *Tazkira-i-Humâyûn wa Akbar*, ed. M. Hidayat Hosain. Calcutá.
- Bayly, C. A. 1998. *Origins of Nationality in South Asia: Patriotism and Ethical Government in the Making of Modern India*. Deli.
- Beaulieu, Augustin de. 1996. *Mémoires d'un voyage aux Indes Orientales 1619-1622: Un marchand normand à Sumatra*, introd. notas e bibliografia por Denys Lombard. Paris.
- Begam, Gul-Badan. 1974. *Humâyûn-Nâma*, ed. e trad. Annette S. Beveridge. Lahore.
- Begley, W. E., e Z. A. Desai, eds. 1990. *The Shah Jahan Nama of 'Inayat Khan: An abridged history of the Mughal Emperor Shah Jahan, compiled by his royal librarian*, trad. A. R. Fuller. Deli.
- Bernier, François. 1981. *Voyage dans les États du Grand Mogol*, ed. France Bhat-tacharya. Paris.
- Bernier, François. 1989. *Travels in the Mogul Empire, AD. 1656-1668*, trad. Irving Brock e Archibald Constable. Deli.
- Bethencourt, Francisco. 2002. «Le millénarisme: Idéologie de l'impérialisme eurasiatique?», *Annales HSS*, vol. 57, n.º 1: 189-194.
- Beveridge, Annette S. 1989. «Introduction», in *The History of Humayun (Humâyûn-Nâma) by Gul-Badan Begam*. Nova Deli.
- Beyleryan, Arthur. 1974. «Cinq lettres inédites de D. frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa», *Arquivos do Centro Cultural Português*, VIII: 580-586.
- «Biografias». 2000. Número temático de *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIX.
- Birmingham, David. 1991. «Joseph Miller's *Way of Death*: A review article», *Past and Present*, 131.

- Blake, John W. 1940. «English Trade with the Portuguese Empire in West Africa, 1581-1629», *Congresso do Mundo Português*, VI, parte 1: 313-335.
- Blussé, Leonard. 1988. «Brief Encounter at Macao», *Modern Asian Studies*, XXII, n.º 3: 647-664.
- Bocarro, António. 1876. *Década 13 da História da Índia*. ed. de R. J. de Lima Felner, vol. 1. Lisboa.
- Bocarro, António. 1992. *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. 3 vols., ed. Isabel Cid. Lisboa.
- Bouchon, Geneviève. 1987. «L'évolution de la piraterie sur la côte Malabare au cours du XVI^e siècle», in Geneviève Bouchon, *L'Asie du Sud à l'époque des Grandes Découvertes*. Londres.
- Bouchon, Geneviève. 1987. *L'Asie du Sud à l'époque des Grandes Découvertes*. Londres.
- Bourdon, Léon, e Robert Ricard, eds. 1960. *Chronique de Guinée*. Dacar.
- Bouza Alvarez, Fernando. 1987. *Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Tese de doutoramento. Madrid: Universidad Complutense.
- Boxer, Charles R. 1935. «Anglo-Portuguese rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635», in Edgar Prestage, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*. Watford.
- Boxer, Charles R. 1948. «Three historians of Portuguese Asia – Barros, Couto and Bocarro», *Boletim do Instituto Português de Hongkong*, I.
- Boxer, Charles R. 1959. *The Great Ship from Amacon: Annals of Macao and the Old Japan trade. 1555-1640*. Lisboa.
- Boxer, Charles R. 1969. «Spanish and Portuguese Projects for the Conquest of Southeast Asia», *Journal of Asian History*, III, n.º 2: 118-136.
- Boxer, Charles R. 1981. *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*. Nova Deli.
- Boxer, Charles R. 1985. «António Bocarro and the «Livro do Estado da Índia Oriental», in Charles R. Boxer. *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia. 1500-1750*. Londres.
- Boxer, Charles R. 1985. «Diogo do Couto (1543-1616), Controversial Chronicler of Portuguese Asia», in *Iberia -- Literary and Historical Issues: Studies in Honour of Harold V. Livermore*, ed. R. O. W. Goertz. Calgary.
- Boxer, Charles R. 1985. «Some Remarks on the Value of Portuguese Sources for Asian History, Sixteenth to Eighteenth Centuries», *Portuguese Studies*, n.º 1: 193-203.
- Boxer, Charles R., e Frazão de Vasconcelos. 1989, reed. [1.ª ed. 1955]. *André Furtado de Mendonça (1558-1610)*. Macau.
- Buyajian, James C. 1993. *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore.
- Bramanti, Vanni, ed. 1970. *Lettere da Vari Paesi, 1570-1588, di Filippo Sassetti*. Milão.
- Braudel, Fernand. 1972. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, 2 vols., trad. Siân Reynolds. Nova Iorque.
- Braudel, Fernand. 1988-1990. *The identity of France*, trad. Siân Reynolds, 2 vols. Nova Iorque.
- Briggs, John. trad. 1989. *History of the Rise of Mahomedan Power in India*, 4 vols., reed. Nova Deli.
- Briggs, Lawrence. 1949. «Spanish Intervention in Cambodia, 1593-1603», *T'oung-Pao*, vol. 39: 132-160.
- Brummett, Palmira. 1994. *Ottoman Seapower and Levantine Diplomacy in the Age of Discovery*. Albany.
- Bukhari, Tanish ibn Mir Muhammad. 1983. *Sharaf-Nâma-ii Shakhhi: Kruga Shakhskoi Slavy*. ed. e trad. M. A. Salakhedinova, 2 vols. Moscovo.
- Cabaton, Antoine. 1909. «Une intervention européenne au Cambodge à la fin du XVI^e siècle», *Revue Indochinoise*, XI (1909): 1171-1188.
- Cabaton, Antoine. 1914. *Brève et véridique relation des événements du Cambodge par Gabriel Quiroga de San Antonio [...]: Nouvelle édition du texte espagnol avec une traduction et des notes*. Paris.
- Cabaton, Antoine. 1916. «Le Mémorial de Pedro Sevil à Philippe III sur la conquête de l'Indochine (1603)», *Bulletin de la Commission Archéologique de l'Indochine*: 1-102.
- Caland, Willem, ed. 1929. *De Remonstrantie van W. Geleynssen de Jongh*. Haia.
- Camps, Arnulf. 1957. *Jerome Xavier: S. J. and the Muslims of the Mogul Empire: Controversial works and missionary activity*. Schöneck-Beckenried.
- Canter, Raymond. 1970. «Le messianisme dans la pensée portugaise du XVI^e siècle à nos jours», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 2: 433-444.
- Castanheda, Fernão Lopes de. 1979. *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ed. M. Lopes de Almeida, vol. I. Porto: 494-495.
- Castanhoso, Miguel de. 1564. *História das cousas que o muy esforçado capitão D. Christovão da Gama fez nos Reynos de Preste João*. Lisboa: 1855 (reimpressão).
- Castilho, António de. 1573. *Commentário do cerco de Goa e Chaul no anno de 1570, sendo visor-rey D. Luís de Ataíde*.
- Catrou, François. 1715 [1705]. *Histoire générale de l'empire du Mogol, depuis sa fondation, sur les mémoires portugais de M. Manouchi*, 2 vols. Paris.
- Catrou, François. 1709. *The general history of the Mogul Empire, from its foundation by Tamerlane to the late emperor Orangzeb, extracted from the memoirs of M. Manouchi by F. Catrou*. Londres.
- Catrou, Francesco. 1731. *Storia generale dell'Impero del Mogol dopo la sua fondazione [...] scritta secondo le memorie storiche del Signor Niccolò Manuzio Veneziano, tradotta dal Francese*. Veneza.
- Çelebi, Katib. 1818. *Cibânmümâ*, trad. M. Norberg, *Gihan Numa, Geographia orientalis*, 2 vols. Londres.
- Certeau, Michel de. 1988. *The Writing of History*, trad. Tom Conley. Nova Iorque.
- Céspedes y Meneses, Gonzalo de. 1631. *Primeira Parte de la Historia de D. Felipe el IIII, rey de las Españas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.
- Charrière, E., ed. 1853. *Négociations de la France dans le Levant, ou Correspondance, Mémoires et Actes Diplomatiques*, vol. III. Paris.
- Chartier, Roger. 1994. *The Order of Books: Readers, authors, and libraries in Europe between the fourteenth and eighteenth centuries*, trad. Lydia Cochrane. Stanford.
- Chatterjee, Partha. 2002. *A Princely Impostor? The Kumar of Bhawal and the Secret History of Indian Nationalism*. Nova Deli.
- Chaunu, Pierre. 1966. [1960] *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques, 16^e-17^e-18^e siècles*, 2 vols. Paris.
- Chronica dos Reis de Bisnaga*. 1897. Publ. por David Lopes, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cochrane, Eric. 1981. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*. Chicago.

- Cohn, Norman. 1961. *The Pursuit of the Millennium: Revolutionary messianism in medieval and Reformation Europe and its bearing on modern totalitarian movements*. 2.^a ed. Nova Iorque.
- Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del Rey de España Don Felipe III hizo al Rey Xá Abas de Persia. 1903-1905, ed. Manuel Serrano y Sanz, 2 vols. Madrid.
- Correia, Gaspar, 1975. *Lendas da Índia*, 4 vols., ed. M. Lopes de Almeida (reed.), vol. iv. Porto: 299-305, e 324-325.
- Corte-Real. 1991. Jerônimo, Sucesso do Segundo Cerco de Diu, ed. Martim de Albuquerque. Lisboa.
- Costa, Avelino de Jesus da. 1940. «Acção missionária e patriótica de D. Frei Aleixo de Menezes, Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente», *Congresso do Mundo Português*, vol. iv, parte i. Lisboa: 209-247.
- Costa, João Paulo Oliveira, e Victor Luís Gaspar Rodrigues. 1992. *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*. Madrid.
- Coutinho, Lopo de Sousa. 1890. *História do Primeiro Cerco de Diu*. Lisboa.
- Couto, Dejanirah. 2002. «Trois documents sur une demande de secours ormozui à la Porte ottomane», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III: 469-493.
- Couto, Diogo do. 1974. *Da Ásia, Década Sétima*, reed., Lisboa: VII/1, 233.
- Couto, Diogo do. 1974-1975. *Da Ásia, Décadas IV-XII*. Lisboa: Livraria Sam Carlos (reimpresso da edição da Régia Oficina Tipográfica, 1778-1788).
- Couto, Diogo do. 1999. *Década Quarta da Ásia*. ed. M. Augusta Lima Cruz, 2 vols. Lisboa.
- Coutre, Jacques de. 1991. *Andanzas Asiaticas*. ed. Eddy Stols, B. Teensina e J. Verberckmoes. Madrid.
- Crouzet, Denis. 2001. «Circa 1533: Anxieties, Desires and Dreams», *Journal of Early Modern History*, vol. 5, n.º 1: 24-61.
- Cruz, Maria Augusta Lima. 1994 [1993]. *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*. 2 vols. Lisboa.
- Cruz, Maria Augusta Lima. 2001. *Anais de História de Além-Mar*, vol. II: 469-481.
- Cruz, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo. 1992. *As Regências na Menoridade de D. Sebastião: Elementos para uma História Estrutural*. 2 vols. Lisboa.
- Cueto, Ronald. 1992. «1580 and All That...: Philip II and the Politics of the Portuguese Succession», *Portuguese Studies*, vol. VIII: 150-169.
- Cunha, Euclides da. 1944. *Rebellion in the Backlands (Os Sertões)*, trad. Samuel Putnam Chicago.
- Curto, Diogo Ramada, ed., 1998. *O Tempo de Vasco da Gama*. Lisboa.
- Dale, Stephen F. 1980. *Islamic Society on the South Asian Frontier: The Mappillas of Malabar. 1498-1922*. Oxford.
- Dames, M. L., ed. e trad. 1921 [1918]. *The Book of Duarte Barbosa*, 2 vols. Londres.
- Dankoff, Robert, e Robert Elsie, trad. 2000. *Evlia Çelebi in Albania and adjacent regions (Kosovo, Montenegro, Ohrid): The relevant sections of the «Seyahatname»*. Leiden.
- Dantas, Miguel. 1866. *Les faux Don Sébastien. Étude sur l'histoire de Portugal*. Paris.
- Das Gupta, Ashin. 1979. «Recensão de Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient, 1600-1800* Minneapolis, 1976», *The Journal of Asian Studies*, vol. XXXVIII, n.º 2: 316.
- Das Gupta, Ashin Das. 1985. «Indian Merchants and the Western Indian Ocean: The Early Seventeenth Century», *Modern Asian Studies*, vol. XIX (3): 481-499.
- Das Gupta, Ashin. 2001. *The World of the Indian Ocean Merchant, 1500-1800: Collected Essays of Ashin Das Gupta*. Nova Deli: introdução de Sanjay Subrahmanyam, 1-20.
- De Imperio Magni Mogolis (1631)*, trad. e ed. J. S. Hoyland & S. N. Banerjee, *The Empire of the Great Mogol. De Laet's Description of India and Fragment of India History*, reimpr. Nova Deli: 1974.
- De Imperio Magni Mogolis, sive India vera, Commentarius ex variis auctoribus congestus*. 1631. Leiden: Elzevirs.
- Delmerick, J. G. 1884. «On a silver coin of Dawar Bakhsh», *Proceedings of the Asiatic Society of Bengal*, 60.
- Desser, David. 1983. *The Samurai Films of Akira Kurosawa*. Ann Arbor.
- Dhakhīrat-ul-Khawānīn*, trad. Ziyauddin A. Desai. Deli, 1992, vol. I: 126-127.
- Diário do 3.º Conde de Linhares. Vice-rei da Índia*, t. II. 1937. Lisboa: 146-147.
- Digard, Jean-Pierre et al. 2002. *Chevaux et cavaliers arabes dans les arts d'Orient et d'Occident*. Paris.
- Digby, Simon. 2001. «The Indo-Persian historiography of the Lodi Sultans», in François Grimal, ed., *Les Sources et le Temps (Sources and Time)*. Pondicherry: 243-264.
- Digby, Simon. 1991. «An eighteenth century narrative of a journey from Bengal to England: Munshi Ismā'īl's *New History*», in Christopher Shackle, ed., *Urdu and Muslim South Asia: Studies in Honour of Ralph Russell*. Deli: 49-65.
- Digby, Simon. 1999. «Beyond the ocean: Perceptions of overseas in Indo-Persian sources of the Mughal period», *Studies in History* (N. S.), vol. xv, n.º 2: 249.
- Dihlawi, 'Abdul. 1973. *Ibrāhīm-nāmā*, ed. D. V. Chauhan. Bombaim.
- Dirks, Nicholas B. 2001. *Castes of Mind: Colonialism and the Making of Modern India*. Princeton.
- Dirks, Nicholas B. 1987. *The Hollow Crown: Ethnohistory of an Indian Kingdom*. Cambridge.
- Disney, Anthony. 1981. «The Portuguese Empire in India, c. 1550-1650», in John Correia-Afonso, ed., *Indo-Portuguese History: Sources and Problems*. Bombaim: 148-162.
- Disney, Anthony. 1985. «The viceroy Count of Linhares at Goa, 1629- 1635», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, eds., *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*. Lisboa: 301-315.
- Disney, Anthony. 1991. «The Viceroy as Entrepreneur: The Count of Linhares at Goa in the 1630s», in Roderich Ptak e Dietmar Rothermund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*. Estugarda: 427-444.
- Disney, Anthony. 1992. «On attempting to write an early modern biography: My encounter with the life of Dom Miguel de Noronha, Fourth Count of Linhares (1588-1656)», *Indica*, vol. XXX, n.º 2: 89-106.
- Disney, Anthony. 2002. «The Fiscal Reforms of Viceroy Linhares at Goa», *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, 259-275.
- Disney, Anthony, e Emily Booth, eds. 2000. *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia*. Deli.
- Duara, Prasenjit 1995. *Rescuing History from the Nation: Questioning Narratives of Modern China*. Chicago.

- Dumont, Louis 1980. *Homo Hierarchicus: The caste system and its implications*, trad. Mark Sainsbury. Chicago.
- Dutra, Francis A. 1973. «Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos», *Studia*, n.º 37: 280.
- Eaton, Richard M. 1978. *Sufis of Bijapur, 1300-1700: Social roles of Sufis in Medieval India*. Princeton: 67-75.
- Echeverría, Javier Peña, ed. 1998. *La razón de Estado en España, Siglos XVI-XVII*. Madrid.
- Eliav-Feldon, Miriam. 1999. «Invented Identities: Credulity in the Age of Prophecy and Exploration», *Journal of Early Modern History*, vol. 3, n.º 3: 203-232.
- Elison, George. 1973. *Deus destroyed: The image of Christianity in early modern Japan*. Cambridge, Mass.
- Elliot, H. M., e J. Dowson, eds. 1877 [1867]. *The History of India as told by its own historians (The Muhammadan Period)*. 8 vols. (reimpressão Kitab Mahal, Allahabad, n. d.). Londres.
- Errington, Shelly. 1979. «Some comments on Style in the Meanings of the Past», *The Journal of Asian Studies*, vol. xxxviii, n.º 2: 231-244.
- Falchetta, Piero, ed. 1986. *Storia del Mogol di Nicolò Manuzzi veneziano*. 2 vols. Milão.
- Farooqui, Naimur Rahman. 1989. *Mughal-Ottoman Relations: A Study of Political and Diplomatic Relations between Mughal India and the Ottoman Empire, 1556-1748*. Nova Deli.
- Farooqi, Suraiya. 1994. *Pilgrims and Sultans: The Hajj under the Ottomans, 1517-1683*. Londres.
- Farooqi, Suraiya. 1999. *Approaching Ottoman History: An introduction to the sources*. Cambridge.
- Fazl, Abu'l. reed. 1989. *Akbar Nāma*. 3 vols., trad. H. Beveridge. Nova Deli.
- Feros, Antonio. 2000. *Kingship and favoritism in the Spain of Philip III, 1598-1621*. Cambridge.
- Ferreira, J. Augusto. 1940. «O Prior do Crato em o norte do Pais, onde teve uma vitória efêmera, e a sua fuga para França...», in *Congresso do Mundo Português*, vol. vi, parte I: 105-116.
- Finlay, Robert. 1998. «Prophecy and Politics in Istanbul: Charles V, Sultan Süleyman, and the Habsburg Embassy of 1533-1534», *Journal of Early Modern History*, vol. 2, n.º 1: 1-31.
- Fleischer, Cornell H. 1988. *Bureaucrat and Intellectual in the Ottoman Empire: The Historian Mustafa Ali (1541-1600)*. Princeton.
- Fleischer, Cornell H. 1992. «The Lawgiver as Messiah: The Making of the Imperial Image in the Reign of Süleymân», in Gilles Veinstein, ed., *Soliman le Magnifique et son temps*. Paris: 159-177.
- Flemming, Barbara. 1987. «Sahib-kiran und Mahdi: Türkische Endzeiterwartungen im ersten Jahrzehnt der Regierung Süleymans», in Gyorgy Kara, ed., *Between the Danube and the Caucasus*. Budapest: 43-62.
- Fletcher, Joseph F. 1995. *Studies on Chinese and Islamic Inner Asia*, ed. Beatrice Forbes Manz. Aldershot.
- Flores, Jorge M. 2002. «Relic or Springboard? A Note on the 'Rebirth' of Portuguese Hughli, ca. 1632-1820», in *The Indian Economic and Social History Review*, 39/4: 381-395.
- Fok, K. C. 1987. «Early Ming images of the Portuguese», in R. Ptak, ed., *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic Histor*. Estugarda.
- Foster, William. ed. 1911. *The English Factories in India, 1634-1636*. Oxford.
- Foster, William, ed. 1929. *Travels in Persia, 1627-1629*. Nova Iorque.
- Foucault, Michel. 1987. «What is an Author?», in Vassilis Lambropoulos e David Neal Miller, eds., *Twentieth-Century Literary Theory*. Albany, Nova Iorque: 124-142.
- Fraser, Charles. 1969 [1967]. *Annals of the Turkish Empire, from 1591 to 1659*. Londres: 1832 *Na'imā Tāvīhī*. 6 vols., ed. Zuhuri Danishman. Istambul.
- Fuller, C. J. 1992. *The camphor flame: Popular Hinduism and society in India*. Princeton.
- Gaefke, Peter. 1994. «Alexander and the Bengali Sufis», in Alan W. Entwistle e Françoise Mallison, eds., *Studies in South Asian Devotional Literature, Research Papers, 1988-1991*. Nova Deli e Paris: 275-284.
- Galvão, António. 1987. *Tratado dos Descobrimentos (1563)*, eds. visconde de Lagoa e Elaine Sanceau, 4.ª ed. Barcelos.
- Garcia, José Manuel, e Maria João Quintans. 1993. «O segundo cerco de Diu visto por D. João Mascarenhas: Uma carta e o seu contexto historiográfico», *Mare Liberum*, n.º 5: 139.
- García-Arenal, Mercedes. 1990. «Sainteté et pouvoir dynastique au Maroc: La résistance de Fès aux Sa'diens», *Annales ESC*, vol. 45, n.º 4: 1034.
- García-Arenal, Mercedes, ed. 2000. *Mahdisme et millénarisme en Islam*, número especial da *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée*, n.º 91-94.
- Gawan, Mahmud. 1948. *Riyâz al-Inshâ'*, eds. Shaikh Chand e G. Yazdani. Hyderabad.
- Gayo, Felgueiras. 1939. *Nobiliário de Famílias de Portugal*, t. xv. Braga.
- Genot-Bismuth, Jacqueline. 1990. «Le Mythe de l'Orient dans l'eschatologie des juifs de l'Espagne à l'époque des conversions forcées et de l'expulsion», *Annales ESC*, vol. 45, n.º 4: 819-838.
- Gernet, Jacques. 1985. *China and the Christian Impact*. trad. Janet Lloyd. Cambridge.
- Gladwin, Francis. 1788. *The memoirs of Khojeh Abdulkurream, a Cashmerian of distinction who accompanied Nadir Shah [...]: including the history of Hindostan, from A. D. 1739 to 1749*. Calcutá.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1968. «1580 e a Restauração», in Vitorino Magalhaes Godinho, *Ensaio*, vol. II. Lisboa: 255-292.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1982. *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*. Paris.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1990. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII*. Lisboa.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 2000. *Le deviselement du monde: De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité, xv^{ème}-xvii^{ème} siècles*. Lisboa.
- Goertz, R. O. W. 1985. «Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570-1571», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, eds., *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: 264-287.
- Goldstone, Jack A. 1991. *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley.
- Goonewardena, K. W. 1958. *The Foundations of Dutch Power in Ceylon, 1638-1658*. Amsterdão.
- Gow, Andrew. 1998. «Gog and Magog on Mappaemundi and Early Printed World Maps: Orientalizing Ethnography in the Apocalyptic Tradition», *Journal of Early Modern History*, vol. 2, n.º 1: 61-88.

- Grafton, Anthony. 1990. *Forgers and Critics: Creativity and Duplicity in Western Scholarship*. Princeton.
- Groslier, Philippe, e Charles R. Boxer. 1958. *Angkor et le Cambodge au xv^e siècle d'après les sources portugaises et espagnoles*. Paris.
- Gruzinski, Serge. 1988. *La colonisation de l'imaginaire: Sociétés indigènes et occidentales dans le Mexique espagnol, xv^e-xviii^e siècles*. Paris.
- Gruzinski, Serge. 2001. «Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories'», *Annales HSS*, vol. 56, n.º 1: 85-117.
- Guerreiro, Fernão. 1603-1611. *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas Partes da Índia Oriental*. 5 vols. Coimbra e Lisboa.
- Guillot, Claude. 1991 «Les Portugais et Banten, 1511-1682», *Revista de Cultura* (Macau), n.ºs 13/14: 80-95.
- Gurevich, Aaron. 1995. *The origins of European individualism*, trad. Katherine Judelson. Oxford.
- Gurney, John D. 1986 «Pietro Della Valle: The Limits of Perception», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, vol. XLIX, 1: 103-116.
- Habib, Irfan. 1980. «Cartography in Mughal India», *The Indian Archives*, vol. XXVIII: 88-105.
- Haidar, Mansura. 1982. «Relations of Abdullah Khan Uzbek with Akbar», *Cahiers du Monde Russe et Soviétique*, vol. XXIII, (3-4): 313-331.
- Haig, T. Wolseley, trad. 1923. *The History of the Nizam Shahi Kings of Ahmadnagar*. Bombai.
- Hamdani, Abbas. 1979. «Columbus and the Recovery of Jerusalem», *Journal of the American Oriental Society*, vol. 99, n.º 1: 39-48.
- Hammer-Purgstall, Joseph von. 1843 [1835]. *Histoire de l'Empire Ottoman depuis son origine jusqu'à nos jours*. trad. J.-J. Hellert, 18 vols. Paris.
- Harrison, J. B. 1961. «Five Portuguese Historians», in C. H. Philips, ed., *Historians of India, Pakistan and Ceylon*. Londres.
- Hasan, Khurshid Nurul, e Mansura Haidar. 1965. «Letters of Aziz Koka to Ibrahim Adil Shah II», *Proceedings of the Indian History Congress*, 27.^a Sessão, 161-167.
- Henderson, D. trad. 1872. *Travels in Central Asia by Meer Izzut Oollah, 1812-1813*. Calcutá.
- Herbert, Thomas. 1663. *Relation du Voyage de Perse et des Indes Orientales*. Paris.
- Hermann, Jacques. 1998. *No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal, Séculos XVI e XVII*. São Paulo.
- Heródoto. 1996. *The Histories*. trad. Aubrey de Sélincourt, rev. John Marincola. Londres.
- Hespanha, António Manuel. 1989. «O governo dos Áustria e a 'modernização' da constituição política portuguesa», *Penélope*, n.º 2: 49-74.
- Hess, Andrew C. 1978. *The Forgotten Frontier: A History of the Sixteenth Century Ibero-African Frontier*. Chicago.
- Hosten, H., ed. 1914. «Mongoliceae Legationis Commentarius», in *Memoirs of the Asiatic Society of Bengal*, vol. III: 513-704.
- Hoyland, J. S., e S. N. Banerjee. 1927. *The Empire of the Great Mogol: A Translation of De Laet's 'Description of India and Fragment of Indian History*. Bombaim.
- Husain, Afzal. 1999. *The Nobility under Akbar and Jahangir: A study of family groups*. Nova Deli.
- Husaini, Khwaja Kamgar. 1978. *Ma'asir-i Jahangiri: A contemporary account of Jahangir*, ed. Azra Alavi. Bombaim.

- Ptesamuddin, Mirza Sheikh. 2001. *The Wonders of Vilayet: being the Memoir, originally in Persian, of a visit to France and Britain in 1765*, trad. Kaiser Haq. Leeds: 23-25.
- Ibrahim, Muhammad Rabi' ibn Muhammad. 1977. *Safina-yi Sulaimani (Safar Nama-i Safir-i Iran ba Siyam, 1094-1098 H.)*, ed. Abbas Faruqi. Teerão.
- Inalcik, Halil, e Donald Quataert, eds. 1994. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*, 2 vols. Cambridge.
- Inshā'-i Faizi, ed. A. D. Arshad. 1973. Lahore.
- Isaacman, Allen, *Mozambique – The Africanization of a European Institution: The Zambezi Prazos, 1750-1802*. 1972. Madison.
- Isfahani, Mirza Abu Talib Khan. 1812. *Masir-i Talibi fi bilad-i afranjī*, eds. Mirza Husain 'Ali e Mir Qudrat 'Ali, Calcutá.
- Islam, Riazul. 1978-1982. *A Calendar of Documents on Indo-Persian Relations (1500-1750)*. 2 vols. Carachi e Teerão.
- Israel, Jonathan I., ed. 1991. *The Anglo-Dutch Moment: Essays on the Glorious Revolution and its World Impact*. Cambridge.
- The Itinerário* of Jerónimo Lobo. trad. D. M. Lockhart, ed. M. G. da Costa, anotações de C. F. Beckingham. 1984. Londres.
- Itinerário de Sebastião Manrique*. ed. Luís Silveira, 2 vols. 1946. Lisboa.
- The Jahangirnama: Memoirs of Jahangir, Emperor of India*, trad. Wheeler M. Thackston. 1999. Nova Iorque.
- Jarric, Pierre du. 1608-1614. *Histoire des choses plus memorable [sic] advenues tant ez Indes Orientales*, 3 vols. Bordéus.
- Jarric, Pierre du. 1926. *Akbar and the Jesuits: An account of the Jesuit Missions to the Court of Akbar*, trad. C. H. Payne. Londres.
- Jones, William, trad. 1770. *Histoire de Nader Chah, connu sous le nom de Thakmas Kuli Khan, Empereur de Perse*, 2 vols. Londres.
- Joshi, M. 1950. «Asad Beg's mission to Bijapur, 1603-1604», in S. N. Sen, ed. *Mahamahopakhyaaya Prof. D. V. Potdar Sixty-First Birthday Commemoration volume*. Poona: 184-196.
- Joshi, M. 1968. «Asad Beg's return from Bijapur and his second mission to the Deccan, 1604-1606», in V. D. Rao, ed., *Studies in Indian History: Dr. A. G. Pawar Felicitation volume*. Bombaim.
- Joshi, M. 1968. «The Portuguese on the Deccan (Konkan) coast: Sixteenth to seventeenth centuries», *Journal of Indian History*, vol. LXI (1): 65-88.
- Journal d'un bourgeois du Caire, Chronique d'Ibn Iyâs*, trad. Gaston Wiet. 1955. Paris.
- Kadir, Djelal. 1992. *Columbus and the Ends of the Earth: Europe's Prophetic Rhetoric as Conquering Ideology*. Berkeley.
- Kafadar, Cemal. 1989. «Self and Others: The diary of a Derwish in Seventeenth-century Istanbul and first-person narratives in Ottoman literature», *Studia Islamica*, vol. LXXIX: 121-150.
- Kafadar, Cemal. 1991. «Les troubles monétaires de la fin du xv^e siècle et la prise de conscience ottomane du déclin», *Annales ESC*, vol. 46, n.º 2 (Março-Abril): 381-400.
- Kafadar, Cemal. 1994. «The Ottomans and Europe», in Thomas A. Brady Jr., Heiko A. Oberman e James D. Tracy, eds., *Handbook of European History, 1400-1600: Late Middle Ages, Renaissance and Reformation*. vol. I. Leiden: 589-635.
- Kagan, Richard L. 1990. *Lucrecia's Dreams: Politics and Prophecy in Sixteenth-Century Spain*. Berkeley.

- Kamboh, Muhammad Salih. 1972 [1967]. *Amâl-i Sâlih*, eds. Ghulam Yazdani and Wahid Quraishi, 3 vols. Lahore.
- Khan, Iqtidar Alam. 1968. «The Nobility under Akbar and the Development of His Religious Policy, 1560-1580», *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, n.º 1-2: 29-36.
- Khan, Iqtidar Alam. 1980. «The Tazkirat ul-Muluk de Rafi'uddm Ibrabim Shirazi: As a source on the History of Akbar's Reign», *Studies in History*, vol. II, n.º 1: 41-55.
- Khan, Iqtidar Alam. 1992. «Akbar's personality traits and world outlook: A critical reappraisal», *Social Scientist*, vol. XX, n.º 9-10 e 232-233: 16-30.
- Khan, Muhammad Hadi Kamwar. 1980. *Tazkirat-us-Salâtin Chaghtâ*. ed. Muzaffar Alam. Bombaim.
- Khan, Nawwab Samsam al-Daula Shah Nawaz. 1890 [1888]. *Mâ'asir al-Umara*. eds. Maulavi 'Abdur Rahim and Maulavi Mirza Ashraf 'Ali, vols. I e II. Calcutta.
- Khian, Shah Nawaz. 1911. *Mâ'asir-ul-Umara, being biographies of the Muhammadan and Hindu officers of the Timurid sovereigns of India from 1500 to about 1780 A. D.*, trad. H. Beveridge, 3 vols. Calcutá: 52.
- Kitab-i bahriyye; denizcilik kitabi [yazan] Piri Reis*, ed. Yavuz Senemoğlu, 2 vols. 1973. Istanbul.
- Kolff, D. H. A., e H. W. van Santen, eds. 1979. *De Geschriften van Francisco Pelsaert over Mughal Indië: Kroniek en Remonstrantie*. Haia.
- Kruijtzter, Gijs. 2002. «Madanna, Akkanna and the Brahmin Revolution: A study of mentality, group behaviour and personality in seventeenth-century India», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. XLV, n.º 2: 232-267.
- Lach, Donald F. 1977. *Asia in the Making of Europe: Volume II, A Century of Wonder*. Chicago.
- Lach, Donald F., e Edwin J. Van Kley. 1993. *Asia in the Making of Europe, Vol. III: A Century of Advance*. Chicago.
- Lal, Mohan. 1834. *Journal of a Tour through the Panjab, Afghanistan, Turkestan, Khorasan and Part of Persia, in Company with Lieut. Burnes and Dr. Gerard*. Calcutá.
- Lane, Frederic C. 1966. «The Mediterranean spice trade: Its revival in the sixteenth century», in Frederic C. Lane, *Venice and History*. Baltimore.
- Las Casas, Bartolomé de. 1951. *Historia de las Indias*. eds. Agustín Millares Carlo e Lewis Hanke, 3 vols. Cidade do México.
- Léporace, T. Gasparrini. 1963. *Usi e costume dell'India dalla Storia del Mogol di Nicolò Manucci veneziano*. Milão.
- Lieberman, Victor. 1980. «Europeans, trade and the Unification of Burma, c. 1540-1620», *Oriens Extremus*, vol. XXVII, n.º 2.
- Lieberman, Victor. 1986. «How reliable is U Kala's Burmese Chronicle? Some new comparisons», *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. XVII, n.º 2: 236-255.
- Lipiner, Elias. 1993. *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro.
- Lobato, Manuel. 1998. «A Carreira da Índia e a variante de Malaca (1507-1641)», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, eds., *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo.
- Lombard, Denys. 1967. *Le Sultanat d'Atjéh au temps d'Iskandar Muda (1607-1636)*. Paris.
- Lombard, Denys. 1988. *Le carefour javanais: Essai d'histoire globale*, 3 vols. Paris.
- Lombard, Denys. 1994. *De la vertu des aires culturelles et de celle des aires culturelles asiatiques en particulier*. Leiden.
- Lopes, David, ed. 1899. *História dos Portugueses no Malabar por Zinadim*. Lisboa.
- Lopes, Maria de Jesus dos Mártires. 1996. *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*. Lisboa.
- Lowe, Lisa. 1991. *Critical Terrains: British and French Orientalism*. Ithaca. Nova Iorque.
- Luxán Meléndez, Santiago de. 1989. «Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640», *Cuadernos de Investigación Histórica*, n.º 12, 197-228.
- Luz, Francisco Paulo Mendes da. 1952. *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da história da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII*. Lisboa.
- Luz, Francisco Paulo Mendes. 1960. «Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal Tem nas Partes da Índia, e das Capitánias, e mais cargos que Nellas Há, e da Importância Delles», *Studia*, n.º 6.
- Macleán, Derryl N. 2000. «Real Men and False Men at the Court of Akbar: The Majalis of Shaykh Mustafa Gujarati», in David Gilmartin e Bruce B. Lawrence, eds., *Beyond Turk and Hindu: Rethinking Religious Identities in Islamicate South Asia*. Gainesville.
- Macleán, Derryl N. 2003. «The Sociology of Political Engagement: The Mahdawayah and the State», in Richard M. Eaton, ed., *India's Islamic Traditions, 711-1750*, Nova Deli.
- Manguin, Pierre-Yves. 1988. «Of Fortresses and Galleys: The 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird's-Eye View», *Modern Asian Studies*, vol. XXII (3).
- Manguin, Pierre-Yves. 1972. *Les Portugais sur les côtes du Viêt-nam et du Campã*. Paris.
- Manjhu, Shaikh Sikandar ibn Muhammad urf. 1961. *The Mirât-i-Sikandarî*, ed. S. C. Misra e M. L. Rahman Baroda.
- Mantran, Robert. 1967. «Règlements Fiscaux Ottomans: La Province de Bassorah», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 10, n.º 2-3.
- Manucci, Niccolò [Nicolò Manuzzi]. 1908 [1907]. *Mogul India, or Storia do Mogor*. trad. William Irvine, 4 vols. Londres (reimpressão Deli, 1990).
- Maqami, Jahangir Qa'im. 1975. *Asnâd-i fârsî 'arabî wa turkî dar ârshîv-i millî-yi portughâl, darbâr-i hurmûz wa khalij-i fârs*, vol. I. Teerão: Khurshidi, 1354.
- Martels, Zweder von, ed. 1994. *Travel Fact and Travel Fiction: Studies on Fiction, Literary Tradition, Scholarly Discovery and Observation in Travel Writing*. Leiden.
- Martinez, Henrico, reimp. 1981. *Reportorio de los tiempos y historia natural de Nueva España*. Cidade do México.
- Martins, António Coimbra. 1974. «Sobre a génese da obra de Couto (1569-1600): Uma carta inédita», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII: 131-174.
- Martins, António Coimbra. 1979. «Diogo do Couto et la famille Da Gama: Un traité inédit», *Revue des Littératures Comparées*: 279-292.
- Martins, António Coimbra. 1985. «Em busca da Década 11 de Diogo do Couto», in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, ed., *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: 749-772.
- Martins, António Coimbra. 1985. «Pelos Vidigueira e Dom Francisco», in António Coimbra Martins, *Em torno de Diogo do Couto*. Coimbra, 69-95.
- Martins, António Coimbra. 1985. «Sobre as Décadas que Diogo do Couto deixou inéditas», *Arquivos do Centro Cultural Português*, n.º 3.

- Martins, António Coimbra. 1985. *Em torno de Diogo do Couto*. Coimbra.
- Martins, Maria João. 1998. «Vitorino Magalhães Godinho: Ideia de pátria substituída por cotações das bolsas», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, vol. 18, n.º 723, 1-14 (Julho): 14-16.
- Masters, Bruce. 1988. *The Origins of Western Economic Dominance in the Middle East: Mercantilism and the Islamic Economy in Aleppo, 1600-1750*. Nova Iorque.
- Matos, Artur Teodoro de. 1982. *O Estado da Índia nos anos de 1581-88: Estrutura Administrativa e Económica, Alguns Elementos para o Seu Estudo*. Ponta Delgada: 1-191.
- McLane, John E. 1993. *Land and Local Kingship in Eighteenth-Century Bengal*. Cambridge.
- McPherson, Kenneth. 1995. «Enemies or Friends? The Portuguese, the British, and the Survival of Portuguese Commerce in the Bay of Bengal and Southeast Asia from the late Seventeenth to the Late Nineteenth Century», in Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos, eds., *The Portuguese and the Pacific*. Santa Barbara: 211-237.
- McPherson, Kenneth, e Sanjay Subrahmanyam. 1993. «From Biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia, 1500-1800», in *Mare Liberum*, n.º 5.
- Membré, Michele. 1993. *Mission to the Lord Sophy of Persia (1539-1542)*, trad. A. H. Morton. Londres: 25-26.
- Mendonça, Francisco A., S. J. 1981. *Crónica Geral dos Sucessos do Reyno de Gusarate a Qm. Chamão Cambaya: General Chronicle of the events in the Kingdom of Gujarat which is called Cambay*, eds. S. C. Misra e K. S. Mathew. Baroda.
- Milhou, Alain. 1983. *Colón y su mentalidad mesianica en el ambiente franciscanista español*. Valhadolid.
- Minorski, V. 1942. «The Poetry of Shâh Ismâ'il I», *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, vol. 10: 4.
- Minorski, Vladimir, ed. 1943. *Tadhkirat al-Muluk, a manual of Safavid administration*. Londres.
- Minorski, Vladimir, ed. 1980. *Hudûd al-âlam, the regions of the world: a Persian geography*, 327 A. H.-982 A. D. Carachi.
- Mirza, Mohammad Wahid, 1935. *The Life and Works of Amir Khusrau*. 1935. Nova Deli.
- Mirzoyef, Abdul Ghani, ed. 1977. *Khâtirât-i Mutribî Samarqandî*. Carachi: University of Karachi.
- Monshi, Iskandar Beg. 1978. *History History of Shah Abbas the Great (Tarikh-i Alamara-ye Abbasi)*, trad. Roger M. Savory, 3 vols. Boulder: 86.
- Moreland, W. H., e P. Geyl. 1925. *Jahangir's India: The Remonstrantie of Francisco Pelsaert*. Cambridge.
- Morga, António de. 1997. *Sucesos de las Islas Filipinas*. ed. de Patrício Hidalgo Nuchera e W. E. Retana. Madrid.
- Morris, Colin. 1972. *The Discovery of the Individual, 1050-1200*. Toronto.
- Mousinho, Manuel de Abreu. 1936. *Breve Discurso em que se Conta a Conquista do Reino do Pegu*, ed. M. Lopes de Almeida. Barcelos.
- Mousnier, Ronald. 1973. *The Assassination of Henry IV: The Tyrannicide Problem and the Consolidation of the French Absolute Monarchy in the Early Seventeenth Century*, trad. Joan Spencer. Nova Iorque.
- Mughul, Muhammad Yaqub. 1969. «The Expedition of Suleyman Pasha al-Khadim to India (1538)», *Journal of the Regional Cultural Institute*, vol. II. Teerão: 146-151.
- Munshi, Iskandar Beg, e Muhammad Yusuf. 1938. *Zail-i Târikh-i 'Âlamârâ-yi Abbâsî*, ed. Suhaili Khwansari. Teerão.
- Murr, Sylvia. 1990. «Le politique 'au Mogol' selon Bernier: Appareil conceptuel, rhétorique stratégique, philosophie morale», *Purusârtha*, n.º 13: 239-311.
- Mushtaqi, Shaikh Rizqullah. 1993. *Waq'at-e-Mushtaqi of Shaikh Rizq Ullah Mushtaqi: A Source of Information on the Life and Conditions in Pre-Mughal India*. trad. Iqtidar Husain Siddiqui. Nova Deli.
- Mushtaqi, Shaikh Rizqullah. 2002. *Wâq'ât-i Mushtâqî*, eds. Iqtidar Husain Siddiqui e Waqarul Hasan Siddiqi. Rampur.
- Musil, Robert. 1979. *Der Mann ohne Eigenschaften*, traduzido para o inglês como *The Man Without Qualities, Two: The Like of It Now Happens (II)*, trad. Eithne Wilkins e Ernst Kaiser. Londres.
- Nambiar, O. K. 1963. *Portuguese Pirates and Indian Seamen*, Bombaim, 1955 (reeditado como *The Kunjalis, admirals of Calicut*, Londres).
- Naqshabandi, Ahmad Shah 1850. «Route from Kashmir, via Ladakh to Yarkand by Ahmad Shah Nakshabandi», *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, vol. XII.
- Naqshabandi, Ahmad Shah. 1856. «Narrative of the Travels of Khwajah Ahmud Shah Nukshbunde Syud», *Journal of the Asiatic Society of Bengal*, vol. xxv, 4.
- Narain, Brij, e S. R. Sharma. 1957. *A Contemporary Dutch Chronicle of Mughal India*. Calcutá.
- Nathan, Mirza. 1936. *Babaristan-i-Ghaybi: A history of the Mughal wars in Assam, Cooch Behar, Bengal, Bihar and Orissa during the reigns of Jahangir and Shahjahan*, trad. M. I. Borah, 2 vols. Gauhati.
- Nayeem, M. A. 1974. *External Relations of the Bijapur Kingdom (1489-1687)*, Hyderabad.
- Népote, Jacques. 1995. «The Portuguese, Cambodia and the Mekong Valley: The Logic of a Discovery», in Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos, eds., *The Portuguese and the Pacific*. Santa Barbara: 113-128.
- Nizami, Khaliq Ahmad. 1983. *Of History and Historians of Medieval India*. Nova Deli.
- Nunes, Leonardo. 1936. *Crónica de D. João de Castro*, ed. J. D. M. Ford. Cambridge [Mass.].
- O'Kane, John, ed. e trad. 1972. *The Ship of Sulaiman*. Londres.
- Orme, Robert. 1778 [1763]. *A History of the Military Transactions of the British Nation in Indostan, from the Year MDCCXLV*. 2 vols. Londres.
- Orme, Robert. 1782. *Historical Fragments of the Mogul Empire, of the Morattoes, and of the English Concerns in Indostan from 1659*. Londres.
- Orta, Garcia da. 1891. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. 1., ed. conde de Ficalho. Lisboa.
- Özbaran, Salih. 1990. «An Imperial Letter from Süleyman the Magnificent to Dom João III Concerning Proposals for an Ottoman-Portuguese Armistice», *Portuguese Studies*, n.º 6: 24-31.
- Özbaran, Salih. 1972. «The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534-1581», *Journal of Asian History*, vol. 6, n.º 1.
- Özbaran, Salih. 1994. *The Ottoman Response to European Expansion: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century*. Istambul.

- The *Padshahnama. King of the World*, eds. Milo Cleveland Beach e Ebba Koch. 1997. Londres.
- Pagden, Anthony. 1993. *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*. Londres.
- Parker, Geoffrey. 1995. «David or Goliath? Philip II and his world in the 1580s», in Richard L. Kagan e Geoffrey Parker, eds., *Spain, Europe and the Atlantic World: Essays in Honour of John H. Elliott*. Cambridge: 245-266.
- Pato, R. A. de Bulhão, ed. 1884. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. I. Lisboa.
- Pearson, Michael N. 1976. *Merchants and Rulers in Gujarat: The response to the Portuguese in the sixteenth century*. Berkeley.
- Pearson, M. N. 1987. «The Portuguese in India», in *The New Cambridge History of India*, vol. 1.1. Cambridge.
- Pearson, M. N. 1989. «The Estado da Índia and the Hajj», *Indica*, vol. xxvi, n.º 1-2.
- Pearson, M. N. 1998. *Port Cities and Intruders: The Swahili Coast, India and Portugal in the Early Modern Era*. Baltimore.
- Pereira, António Pinto. 1987. *História da Índia no tempo em que a governou o visorey D. Luís de Ataíde*, introd. Manuel Marques Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Phelan, John L. 1970. *The Millennial Kingdom of the Franciscans in the New World*. Berkeley.
- Phillips, Mark. 1977. *Francesco Guicciardini: The Historian's Craft*. Toronto.
- Phoebun, Mark. 1995. *Histoire du Cambodge de la Fin du XVI^e Siècle au Début du XVIII^e*. Paris: 47-89.
- Phukan, Shantanu. 2001. «Through throats where many rivers meet: The ecology of Hindi in the world of Persian», *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 38, n.º 1: 33-58.
- Pina, Rui de. 1950. *Crónica de el-Rei D. João II*. ed. Alberto Martins de Carvalho. Coimbra.
- Pinto, Fernão Mendes. 1983. *Peregrinação*, ed. Adolfo Casais Monteiro. Lisboa.
- Pinto, Fernão Mendes. 1989. *The Travels of Mendes Pinto*, ed. e trad. Rebecca D. Catz. Chicago.
- Pinto, Paulo Jorge de Sousa. 1997. *Portugueses e Malaios: Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*. Lisboa.
- Pires, António Machado, reed. 1982. *D. Sebastião e o Encoberto*. Lisboa.
- Pissurlencar, Panduronga S. S. 1928. «Prince Akbar and the Portuguese», *Bengal Past and Present*, xxxv: 163-169.
- Pissurlencar, Panduronga S. S. 1930. «A Índia em 1629: Relação dos Reis Visinhos do que por ora passa e contão», *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 7: 52-61.
- Pissurlencar, Panduronga S. S. 1952. *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia (Hindus, Muçulmanos, Judeus e Parses)*. Bastorá-Goa: 30.
- Potache, Dejanirah. 1989. «The commercial relations between Basrah and Goa in the sixteenth century», *Studia*, n.º 48: 145-162.
- Pouwels, Randall L. 1987. *Horn and Crescent: Cultural Change and Traditional Islam on the East African Coast. 800-1900*. Cambridge.
- Prakash, Om. 1998. «Archival source material in the Netherlands on the history of Gujarat in the early modern period», in Ernestina Carreira, ed., *Sources européennes sur le Gujarat (Moyen Orient & Océan Indien)*. Paris: 141-151.
- Qamaruddin. 1985. *The Mahdawi Movement in India*. Deli.
- Qandahari, Muhammad 'Arif, *Tārīkh-i Akbari*, ed. Haji Mu'inu'd-Din Nadwi, Azhar Ali Dihlawi e Imtiyaz 'Ali 'Arshi, Rampur: 1962; trad. Tasneem Ahmad Nova Deli, 1993).
- Qazwini, Muhammad Tahir Wahid. 1951. *Abbās Nāma yā Sharh-i Zindagānī-yi 22-sāla-yi Shāh Abbās-i sāni (1052-1073)*, ed. Ibrahim Dihgan. Arak.
- Quamruddin, Mohammad. 1974. *Life and Times of Prince Murad Bakhsb (1624-1661)*. Calcutá.
- Quinn, Sholeh A. 2000. *Historical writing during the reign of Shah Abbas: Ideology, imitation, and legitimacy in Safavid chronicles*. Salt Lake City.
- Rahim, M. A. 1961. *History of the Afghans in India, A. D. 1545-1631*. Carachi.
- Ranke, Leopold von. 1874. *Die Osmanen und die spanische Monarchie im 16. und 17. Jahrhundert*, 2 vols., in *Sämmtliche Werke*, vols. xxxv e xxxvi. Leipzig.
- Rao, Narayana, e David Shulman. 1989. «History, Biography and Poetry at the Tanjavur Nayaka Court», *Social Analysis*, n.º 25, número especial editado por H. L. Seneviratne sobre *Identity, Consciousness and the Past: The South Asia Scene*, 115-130.
- Rao, Velcheru Narayana, ed. e trad. 2003. *Hibiscus on the Lake: Twentieth-Century Telugu Poetry from India*. Madison.
- Rao, Velcheru Narayana, David Shulman e Sanjay Subrahmanyam. 2001. *Textures of Time: Writing History in South India, 1600-1800*. Nova Deli.
- Raychaudhuri, Tapan. 1992. «Europe in India's Xenology: The Nineteenth-Century Record», *Past and Present*, n.º 137: 156-182.
- Rego, A. da Silva 1953. «Duarte Catanho, espião e embaixador (1538-1542)», *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. iv: 119-140.
- Rego, A. da Silva, ed. 1958. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. xii (1572-1582). Lisboa.
- Rego, António da Silva, ed. 1963. *As Gavetas da Torre do Tombo*. vol. III. Lisboa.
- Rego, António da Silva, ed. 1964. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. iv. Lisboa.
- Rego, António da Silva. 1978. «O início do segundo governo do vice-rei da Índia D. Francisco da Gama, 1622-1623», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, t. xix: 323-345.
- Rego, António da Silva, ed. 1996 [1991]. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente*, 12 vols. Lisboa.
- Rehatssek, E. 1877. «A letter from the Emperor Akbar asking for Christian Scriptures», *The Indian Antiquary* (Abril): 135-139.
- Reis, Piri, *Kitab-i bahriye*, ed. 1988. Ertuğrul Zekâi Ökte, com Vahit Çabuk, Tülây Duran e Robert Bragner. Ancara.
- Relation du voyage d'Adam Olearius en Moscovie, Tartarie, et Perse, augmentée en cette nouvelle édition de plus d'un tiers, particulièrement d'une seconde voyage de Mandelslo aux Indes Orientales*, 2.ª ed., 2 vols. 1679. Paris.
- Renick, M. S. 1970. «Akbar's First Embassy to Goa: Its Diplomatic and Religious Aspects», *Indica*, vol. vii: 32-47.
- Resende, Garcia de. 1973. *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa.
- Ribeiro, Luciano. 1964. «Em torno do primeiro cerco de Diu», *Studia*, n.º 13-14: 52-54.
- Richards, John F. 1993. *The Mughal Empire, The New Cambridge History of India*, I.5. Cambridge.

- kizvi, A. 1950. «The Mahdavi movement in India», *Medieval India Quarterly*, vol. 1, n.º 1: 10-25.
- kizvi, S. A. A. 1965. *Muslim Revivalist Movements in Northern India in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. Agra.
- kizvi, Saiyid Athar Abbas. 1975. *Religious and Intellectual History of the Muslims in Akbar's Reign, 1556-1605 (with special reference to Abu'l Fazl)*. Nova Deli.
- Röherborn, Klaus Michael. 1966. *Provinzen und Zentralgewalt Persiens im 16 und 17 Jahrhundert*. Berlin.
- Rossi, Ettore. 1947. «Versi turchi e altri scritti inediti di Pietro della Valle», *Rivista degli Studi Orientali*, vol. xxii: 92-98.
- Rota, Giorgio. 1996. «Un Sofi tra i Nababi: L'ultimo Safavide a Lucknow», in Daniela Bredi e Gianroberto Scarcia, eds., *Ex libris Franco Coslovi*. Veneza.
- Rota, Giorgio. 1999. «The Man who would not be King: Abu'l Fath Sultan Muhammad Miras Safavi in India», *Iranian Studies*, 32/34: 513-35.
- Rowlandson, J. 1833. *Tohfut ul-Mujabideen*. Londres.
- Rubiés, Joan-Pau. 1994. «The Oriental Voices of Mendes Pinto, or the Traveller as Ethnologist in Portuguese India», *Portuguese Studies*, vol. 10: 24-43.
- Rubiés, Joan-Pau. 2000. *Travel and Ethnology in the Renaissance: South India through European Eyes, 1250-1625*. Cambridge.
- Russell-Wood, A. J. R. 1999. «Recensão a Subrahmanyam, Sanjay, *The Career and Legend of Vasco da Gama*», *Journal of World History*, vol. 10, n.º 2: 452-457.
- Saeed, M. M. 1927. *The Sharqi Sultanate of Jaunpur: A political and cultural history*. Carachi.
- Saksena, Banarsi Prasad. 1941. «A few unnoticed facts about the early life of Malik Amber», *Proceedings (Transaction) of the Indian History Congres*: 601-603.
- Saksena, Banarsi Prasad. reimp. 1968. *History of Shahjahan of Dilli*. Allahabad.
- Salmon, C. 1999. «Bengal as Reflected in Two South-East Travelogues from the Early Nineteenth Century», in Denys Lombard e Om Prakash, eds., *Commerce and Culture in the Bay of Bengal, 1500-1800*. Nova Deli: 383-402.
- Salmon, Claudine. 1994. «Wang Dahai et sa vision des 'Contrées insulaires' (1791)», *Études chinoises*, vol. xiii, n.ºs 1-2: 221-257.
- San Antonio Gabriel Quiroga de. 1988. *Breve y Verdadera Relacion de los Sucesos del Reyno de Camboya y el Japón*, ed. de Roberto Ferrando. Madrid.
- Santos Hernandez. 1958. Angel, *Jeronimo Javier S. J. Apostolo del Gran Mogol y Arzobispo electo de Cranganor, en la India, 1549-1617*. Pamplona.
- Saramago, José. 2002. *O Homem Duplicado*. Lisboa.
- Sarawi, Ahmad. 1987. *Nal Daman*, ed. Sayyid Muhammad 'Abdullah. Carachi: Anjuman-e Taraqqi-e Urdu.
- Sastri. 1984. Veturi Prabhakara, ed., *Tarjāvatī āndhra rājula caritra*, reimpresso em Hyderabad.
- Sauvaget, Jean, ed. e trad. 1948. *Abbār as-Sīn wa'l-Hind: Relation de la Chine et de l'Inde*. Paris.
- Savory, Roger M. 1971. «A curious episode in Safavid history», in C. E. Bosworth, ed., *Iran and Islam: In Memory of the Late Viadimir Minorsky*. Edimburgo: 461-473.
- Schaub, Jean-Frédéric. 2001. *Le Portugal au temps du comte-duc Olivares (1621-1640): Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*. Madrid.
- Schurhammer, Georg, reimp. 1962. *Die zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des Hl. Franz Xaver (1538-1552)*. Roma.
- Schurz, William L. 1959. *The Manila Galleon*, 1.ª ed. em 1939. Nova Iorque.
- Schwartz, Stuart, ed. 1994. *Implicit Understandings: Observing, Reporting, and Reflecting on the Encounters between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*. Nova Iorque.
- Sen, Surendranath. 1949. *Indian Travels of Thevenot and Careri*. Nova Deli.
- Serjeant, R. B., ed. e trad. 1963. *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles*. Oxford.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1978. *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, 2.ª ed. Lisboa.
- Sewell, Robert. 2000. *A Forgotten Empire: Vijayanagar*. Londres.
- Shah Tahmasb Safawi. 1989. *Majmu'a-i asnad wa makatabat tarikhi hamra ba yaddashtha-yi tafsili*, ed. 'Abd al-Husain Nawa'i. Teerão.
- The Shah Jahan Nama of 'Inayat Khan*. trad. A. R. Fuller, ed., W. E. Begley e Z. A. Desai. 1990. Nova Deli.
- Sharif, Ahmad, ed. 1977. *Alaul viracita Sikandarnama*. Dacca.
- Sherwani, H. K. 1974. *History of the Qutb Shāhī Dynasty*. Nova Deli.
- Shyam, Radhe. 1966. *The Kingdom of Ahmadnagar*. Nova Deli.
- Shyam, Radhe. 1978. *Life and times of Malik Ambar*. Nova Deli.
- Siddiqi, Muhammad Husain Mahvi. 1937. *Wāqī' āt-i-Azfarī*. Madrastra.
- Silva, José Manuel Azevedo, e João Marinho dos Santos. 1998. *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e Seus Filhos na Índia*. Lisboa.
- Silveira, Francisco Rodrigues. 1996. *Reformação da Milícia do Governo do Estado da Índia Oriental*, ed. B. N. Teensma, introd. e notas de Luís Filipe Barreto, G. D. Wmuis e B. N. Teensma. Lisboa.
- Skilliter, S. A. 1971. «The Hispano-Ottoman Armistice of 1581», in C. E. Bosworth, ed., *Islam and Iran: In Memory of V. Minorsky*. Edimburgo: 491-515.
- Skinner, Quentin. 1978. *The Foundations of Modern Political Thought: volume One, The Renaissance*. Cambridge.
- Sousa, Frei Luís de. 1951. *Anais de D. João III*, ed. M. Rodrigues Lapa, 2 vols. Lisboa: 54.
- Sousa, Manuel de Faria e. 1695. *The Portuguese Asia: Or, the History of the Discovery and Conquest of Asia by the Portuguese*, trad. John Stevens. Londres.
- Sousa, Manuel de Faria e. 1948 [1945]. *Ásia Portuguesa*, 6 vols. Porto.
- Spence, Jonathan D. 1996. *God's Chinese Son: The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan*. Londres.
- Spence, Jonathan D. 2002. *Treason by the Book*. Nova Iorque.
- Stein, Burton. 1989. *Vijayanagara (The New Cambridge History of India)*, vol. 1, 2. Cambridge.
- Stéphan, Nouha. 1998. «Le camphre dans les sources arabes et persanes: Production et usages», in Claude Guillot, ed., *Histoire de Barus (Sumatra), La Site de Lobu Tua, I: Études et Documents*. Paris: 225-241.
- Stewart, Charles, trad. 1810. *The Travels of Mirza Abu Talib Khan in Asia, Africa and Europe during the Years 1799-1803*, 2 vols. Londres.
- Storia del Mogol di Nicolao Manuzzi veneziano*. ed. Piero Falchetta, vol. 1. 1986. Milão.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1986. «The Estado da Índia and the Merchants of Surat, c. 1700», *The Indian Ocean Newsletter*, vol. viii.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1990. *Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal. 1500-1700*. Nova Deli.

- Subrahmanyam, Sanjay. 1990. *The Political Economy of Commerce: Southern India, 1500-1650*. Cambridge.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1991. «Precious metal flows and prices in western and southern Asia, 1500-1750: Some comparative and conjunctural aspects», *Studies in History*, (N. S.), vol. VII (1): 79-105.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1991. «An Augsburg in Asia Portuguesa: Further light on the commercial world of Ferdinand Cron, 1587-1624», in R. Ptak e D. Rothermund, eds., *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*. Estugarda: 401-425.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1993. «Through the looking glass: some comments on Asian views of the Portuguese in Asia, 1500-1700», in A. Teodoro de Matos e L. F. Thomaz, eds., *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Macau-Lisboa: 396-401.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1993. *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. Londres.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1994. «Writing history 'backwards': Southeast Asian history (and the Annales) at the crossroads», *Studies in History* (N. S.), vol. X (1): 131-145.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1995. «An Eastern *El-Dorado*: The Tirumala-Tirupati Temple-Complex in Early European Views and Ambitions, 1540-1660», in David Shulman, ed., *Syllables of Sky: Studies in South Indian Civilization in Honour of Velcheru Narayana Rao*. Nova Deli: 338-390.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1997. «Agreeing to Disagree: Burton Stein on Vijayanagara», *South Asia Research*, vol. XVII, n.º 2: 127-139.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1997. «Connected Histories: Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia», *Modern Asian Studies*, vol. 31, n.º 3: 735-762 (reimpresso in Victor Lieberman, ed., *Beyond Binary Histories: Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: 289-316).
- Subrahmanyam, Sanjay. 1998. «A Crónica dos Reis de Bisnaga e a Crónica do Guzerate: Dois Textos Indo-Portugueses do Século XVI», in Jorge Manuel Flores, coord., *Os Construtores do Oriente Português*. Lisboa: 131-154.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1998. «The trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, eds., *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos: Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: 207-227.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1998. «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du christianisme en Inde», *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n.º 103: 21-42.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1999. «As origens dos Mogores (Mogóis): Confronto da lição de Couto com as fontes em língua persa» in Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, ed. M. A. Lima Cruz, vol. 2. Lisboa: 111-114.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1999. «O sultanato Bahmânida e a formação do sultanato de Bijapur», in Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*. ed. M. A. Lima Cruz, vol. 2. Lisboa: 146-150.
- Subrahmanyam, Sanjay. 2001. «Inde ouverte ou Inde fermée», in Yves Michaud, ed., *Qu'est-ce que la culture: Université de tous les savoirs*, vol. 6, Paris: 69-79.
- Subrahmanyam, Sanjay. 2001. *Penumbral Visions: Making Politics in Early Modern South India*. Nova Deli.
- Subrahmanyam, Sanjay. 2002. «Ceci n'est pas un débat...», *Annales HSS*, vol. 57, n.º 1: 195-201.
- Subrahmanyam, Sanjay. 2002. «And a River Runs Through It: The Mrauk-U Kingdom and Its Bay of Bengal Context», in Jos Gommans e Jacques Leider, eds., *The Maritime Frontier of Burma: Exploring Political, Cultural and Commercial Interaction in the Indian Ocean World, 1200-1800*. Leiden: 107-126.
- Subrahmanyam, Sanjay. 2002. «Somos el mundo: El discurso de la autarcía en la tierra de los descubrimientos», *Istor*, n.º 8: 165-181.
- Sutherland, Heather. 2003. «Southeast Asian History and the Mediterranean Analogy», *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. 34, n.º 1: 1-20.
- Szuppe, Maria. 1996. «En quête de chevaux turkmènes: Le journal de voyage de Mir 'Izzatulláh de Delhi à Boukhara en 1812-1813», in *Inde-Asie Centrale. Routes du commerce et des idées*, Cahiers d'Asie Centrale n.ºs 1-2: 91-111.
- Szvák, Gyula. 2000. *False tsars*. trad. Peter Daniel. Boulder.
- Tabataba'i, Sayyid 'Ali bin 'Azizullah. 1937 [1936]. *Burhân-i Ma'asir*. Hyderabad.
- Tarabout, Gilles. 1991. «Au 'royaume' des Brahmanes, les guerriers sont rois: Souveraineté, pouvoir et statut au Kerala», in J. Pouchepadass e H. Stern, eds. *De la royauté à l'Etat dans le monde indien* (Collection Purusartha n.º 13), Paris: 108-109.
- Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva. 1994. «Os Judeus e a Expansão Portuguesa na Índia durante o século XVI: O exemplo de Isaac do Cairo: Espião, 'língua' e 'judeu' de Cochim de Cima», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 33: 137-260.
- Taylor, William, ed. 1835. *Oriental Historical Manuscripts in the Tamil Language*. Madras.
- Teixeira, Pedro. 1902. *The travels of Pedro Teixeira, with his «Kings of Harnuz» and extracts from his «Kings of Persia»*. trad. e anot. William F. Sinclair e Donald Ferguson. Londres.
- Teltscher, Kate. 1995. *India Inscribed: European and British Writings on India, 1600-1800*. Nova Deli.
- Thackston, Wheeler M. 1988. «The Diwan of Khata'i: Pictures for the Poetry of Shah Isma'il I», *Asian Art* (Outono): 37-63.
- Thapar, Romila. 2002. *Early India, From the Origins to AD 1300*. Londres.
- Thattawi, Sayyid Tahir Muhammad Nasyani. 1964. *Tārīkh-i Balda-i T'hatta al-mâ'râf bi Tārīkh-i Tâbirî*, ed. 1964. Nabi Bakhsh Khan Baluch. Hyderabad (Sind).
- Thattawi. 1965. Mir Muhammad, *Tarkhân Nâma*, ed. Husamuddin Rashidi. Hyderabad (Sind).
- Thomaz, Luís Filipe F. R. 1986. «La prise de Malaca par les Portugais vue par les Malais (d'après le manuscrit Raffles 32 de la Royal Asiatic Society)», in *Studies on Cultural Contact and Textual Interpretation*. Leiden.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. 1987. «Os Frangues na terra de Malaca», in Luís Filipe Barreto e Francisco Contento Domingues, eds. *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimientos Europeus* (Em homenagem a Luís de Albuquerque), 2 vols., vol. II. Lisboa: 209-217.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. 1990. «L'idée impériale manueline», in Jean Aubin, ed., *La Découverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: 35-103.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. 1994. *De Ceuta a Timor*. Lisboa.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. 1995. «A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», *Mare Liberum*, n.º 9: 481-519.
- Thomaz, Luís Filipe. 1964. *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*. Tese de licenciatura. Universidade de Lisboa.

- Toby, Ronald. 1977. «Reopening the question of 'Sakoku': Diplomacy in the legitimation of the Tokugawa Bakufu», *The Journal of Japan Studies*, vol. III, n.º 2: 323-363.
- Toby, Ronald. 1984. *State and diplomacy in early modern Japan: Asia in the development of the Tokugawa Bakufu*. Princeton.
- Toozuk-i Jahangeeree. ed. Syud Ahmud. 1864. Aligarh.
- Torsay, Hermann Taffin Sieur de. 1608. *La vie, mort et tombeau de haut et puissant seigneur Philippe de Strozzi...* Paris: G. Le Noir.
- Travels in India by Jean-Baptiste Tavernier*, cd». V. Ball e William Crooke, reimp., vol. 1. 1995. Nova Deli.
- The Travels of Peter Mundy, in Europa and Asia, 1608 1667*, ed. Richard C. Temple, vol. II (*Travels in Asia, 1628-1634*). 1914. Londres.
- The Tuzuk-i Jahangiri, or Memoirs of Jahmagir*, trad. A. Rogers, ed. H. Beveridge, reedição. 1989. Nova Deli.
- Valensi, Lucette. 1991. «Silence, Dénégation, Affabulation: Le souvenir d'une grande défaite dans la culture portugaise», *Annales ESC*, vol. 46, n.º 1 (Janeiro-Fevereiro): 3-24.
- Valensi, Lucette. 1987. *Venise et la Sublime Porte: La naissance du despote*. Paris.
- Van Leur, J. C. 1955. *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History*. Haia.
- Van Santen, H. W. 2001. *VOC-dienaar in India: Geleynssen de Jongh in het land van de Groot-Mogol*. Franeker.
- Velloso, Queiroz. 1940. «A perda de independência: Factores internos e externos, que para ela contribuíram», *Congresso do Mundo Português*, vol. IV, parte I: 9-40.
- Ventura, Margarida Garcez. 1992. *O Messias de Lisboa: Um Estudo de Mitologia Política, 1383-1415*. Lisboa.
- Vignati, Antonella. 1999 [1998]. «Vida e Acções de Mathias de Albuquerque Capitão, e Viso-Rei do Estado da Índia», *Mare Liberum*, n.º 15: 139-245, e n.º 17: 267-360.
- Vilar, Pierre. 1974. «The age of Don Quixote», in Peter Earle, ed., *Essays in European Economic History 1500-1800*. Oxford.
- Wachtel, Nathan. 1974. «'L'acculturation', in Jacques LeGoff e Pierre Nora», *Faire de l'histoire*, vol. I. Paris: 124-146.
- Wagoner, Phillip B. 1996. «'Sultan among Hindu Kings': Dress, Titles and the Islamicization of Hindu Culture at Vijayanagar», *The Journal of Asian Studies*, vol. 55, n.º 4: 851-880.
- Wake, C. H. H. 1979. «The changing pattern of Europe's pepper and spice imports, ca. 1400-1700», *The Journal of European Economic History*, vol. VIII (2): 361-403.
- Weinstein, Donald. 1970. *Savonarola and Florence: Prophecy and Patriotism in the Renaissance*. Princeton.
- Welch, Stuart Cary 1978. *Imperial Mughal Painting*. Londres.
- Wicki, José. 1961. «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos 1568 e 1569», *Studia*, n.º 8: 133-220.
- Wicki, José. 1989. «Matias de Albuquerque, 16.º vice-rei da Índia 1591-1597», *Studia*, n.º 48: 77-100.
- Williams, Patrick Lincoln. 1973. *The Court and Councils of Philip III of Spain*. Tese de doutoramento, Universidade de Londres.

- Wintroub, Michael. 2001. «L'ordre du rituel et l'ordre des choses: L'entrée royale d'Henri II à Rouen», *Annales HSS*, vol. 56, n.º 2: 479-506.
- Wright, H. Nelson. 1905. «Dawar Bakhsh», *Journal and Proceedings of the Asiatic Society of Bengal*, 2ª serie, vol. I: 127-128.
- Ziebrowski, Mark. 1983. *Deccani Paintings*. Berkeley.
- Zimmermann, T. C. Price. 1995. *Paolo Giovio: The Historian and the Crisis of Sixteenth-Century Italy*. Princeton.
- Županov, Ines G. 1996. «Le repli du religieux: Les missionaires jésuites du 17^e siècle entre la théologie chrétienne et une éthique païenne», *Annales HSS*, Novembro-Dezembro, 1201-1223.

Índice remissivo

- A
Abranches, D. Álvaro de, 95-98.
Abbas I, Shah do Irão (1587-1629), 209, 323.
Abbas II, Shah do Irão (1642-1666), 330-332.
Abdullah Niyazi, xeque, 135-136.
Abissínios, *ver* também Habashis, 24, 155.
Abu Tahir ibn Hasan Musa al-Tarsusi, 131.
Dârâb Nâma, 131.
Abu'l Fazl 'Allami, 39, 193, 214n, 243, 248-250n, 256n, 261-262n, 269n.
Â'in-i-Akbari, 188.
Akbar Nâma, 39, 46, 65, 88, 137, 193, 215, 223, 226, 243, 248, 261.
Acehneses, 158.
Achém, 12, 125, 154, 155, 161, 165, 167-171, 208, 216, 227, 255, 274, 292.
Adem, 164n, 166, 170, 216, 224.
Aduarte, Diego de, 285, 292.
Adegãos, 73, 135, 140, 155, 161-162, 306, 323, 325.
Affaitati, Giovanni Francesco, 97.
África, 24, 30-31, 36, 45, 67, 121, 126, 130, 145, 147-149, 157, 170, 174, 185, 202, 204-205, 217, 236-237, 269, 277, 280.
Africanos, 31.
Agostinhos, 56, 59, 243, 283.
Agra, 56, 61, 77, 102-103, 135-136, 178, 182, 184, 261-262, 265, 304-306, 310-311, 313-315, 320, 324-325.
Ahmad al-A'raj, 122.
Ahmadnagar, 77, 80, 88-91, 93, 99, 140, 164, 191, 243, 246-250, 252, 254, 260-262, 266-267, 306-307, 315, 317, 319.
Akbar, Jalal-al-Din Muhammad, imperador mogol (c. 1556-1605), 40, 44, 54, 77, 88-89, 103, 105, 108-109, 118, 120, 136-141, 160, 177-180, 182, 193, 201, 210-213, 215, 222-228, 242-243n, 247-249, 257n, 260-262, 265-266, 268-270, 301-302, 304, 312-313, 317n, 321, 325, 334-336.
'Alam Khan Lodi, 159.
Alam, Muzaffar, 337.
Alaol, Sayyid, 24-25.
Padmâvatî, 24.
Alberto, D. (cardeal), 86, 237n.
Albuquerque, Afonso de, 72, 78, 84-85, 98, 116, 147, 189, 233, 245.

- Albuquerque, Brás (Afonso) de, 78.
 Albuquerque, Matias de, 84-87, 91, 93-94, 97-98, 218, 228, 238-240, 243, 251.
 Alemanha, 31, 277.
 Ali 'Adil Shah, sultão de Bijapur (c. 1557-1579), 47, 78-79, 83, 88, 210, 216, 252, 256n.
 'Ali Barid Shah II de Bidar (r. 1589-1610), 89.
 'Ali bin Yusuf 'Adil Khan, sultão de Bijapur, 76.
 Almeida, D. Francisco de, 70, 189, 233.
 Almeida, D. Luís de, 161.
 Alqas Mirza, 124, 207.
 Alves, Jorge dos Santos, 292.
 Anatólia, 122.
 Anauk-hpet-lun, governante de Burma (r. 1606-1628), 279.
 Andijani, Qilij Muhammad Khan, 141, 211, 222.
 Andrade, Simão de, 50.
 Antônio, D. (Prior do Crato) *ver* também Prior do Crato, 86, 203.
 Appa Rao, Gurujada, 32.
 Apram Langara, rei do Cambodja, *ver* também Paramaraja IV, 283-287.
 Árabes, 22-24.
 Arábia, 22, 26, 40, 49, 63, 142, 190.
 Arcot, 335.
 Ardistani, Mustafa Khan, 216, 256.
 Arghun, Mir Farrukh, 54.
 Arghun, sultão Muhammad, 56.
 Aristóteles, 131-132.
 Arração, 274, 297.
 Asaf Khan, Mir Abu'l Hasan, 305-307, 309-310, 314, 318n, 323-326.
 Ásia, 7, 12-14, 16-19, 22, 24, 26, 30, 33-37, 39-40, 43-44, 46, 49, 51, 62, 66n-69, 71-72, 77-79, 81, 85, 99-101, 107, 113-114, 130, 138, 140, 147, 156-157, 160, 168, 174, 182, 186-189, 193-194, 196-198, 209, 211, 230, 233, 235, 237n-240, 245, 256, 271-278, 284, 311.
 Ásia Portuguesa, 39, 47, 62, 73, 85, 155-156, 158, 231, 234, 237-239, 276, 278-279, 281, 287-288, 293.
 Assam, 23.
 Astarabadi, Muhammad Qasim Hindushah, 247.
 Ataíde, D. Luís de (1517-1581), 81, 85, 204, 217-218, 233, 256.
 Aubin, Jean, 36, 67, 158, 206, 234.
 Aurangzeb (r. 1658-1707), 59, 106, 108, 195, 309, 312-313, 317, 321, 334.
 Austrália, 62, 272.
 Ayuthia, 277, 286.
 Azevedo, D. Jerónimo de, 279.
- B**
 Babayan, Kathryn, 129.
 Babur, Zahir al-Din Muhammad, 77, 189, 245, 300-301.
 Baçaim, 41, 80, 90-91, 153-154, 200, 219, 225, 250.
 Badakhshan, 77, 133, 243, 307.
 Badayuni, 'Abd al-Qadir, 49, 65-66, 133-140, 160, 212-213, 223, 226, 249, 267, 269.
Muntakhab al-Tawârikh, 65, 193.
 Bagdad, 122, 308.
 Bahadur Shah, sultão do Guzerate (r. 1526-1537), 26, 41, 70, 75, 80, 159, 162-163, 190-191, 252, 299-301, 322.
 Bahlul Lodi, 77, 300-301.
 Bairam Khan, 137, 210.
 Baldaeus, Philippus, 101.
 Ballaha-Ra'i, governante do Hind, 23.
 Baluquistão, 133.
 Bamânidas, 248.
 Bandarra, Gonçalo Anes, 148-149.
Trovas, 149.
 Baqi, Muhammad, 54.
 Barbosa, Duarte, 38, 159, 278.
 Barkan, Ömer Lüfti, 43.
 Barreto, António Moniz, 256.
 Barreto, Francisco, 52, 153, 175.
 Barros, João de, 10, 40, 49, 68, 70-75, 77, 99, 100, 103, 108, 110, 191, 217, 279.
Da Ásia (Décadas IV-XII), 74, 240, 278.
 Barus, 23, 25.
 Bassorá, 125, 150, 167-168, 170-171, 206-208n.
 Bayana, 135-136.
 Bayanwi, 'Ala'ibn Hasan, 135.
 Bayly, Christopher A., 24, 31.
 Beaulieu, Augustin de, 271-272, 274.
 Bedil, Mirza, 29.
 Beg, Asaf Khan Ja'far, 140.
 Bendahara, Datu, 38, 45.
 Bengala, 19, 22, 56-60, 63, 70, 90, 103, 135, 138, 173, 182-183, 192, 215, 247, 274, 278-279, 288n, 296, 315, 317.
 Bengalis, 24, 58-59.
 Benua Keling, 21.
 Berar, 89, 163, 260, 262.
 Bernier, François, 100, 104-105, 107, 109, 188-189, 195, 313.
 Bhakkar, 54, 56.
 Bhakkari, Shaikh Farid, 141-142.
Zakbirat al-Khawânin, 141.
 Bhatkal, 49, 169, 171-172, 245.
 Bijapur, 12, 47, 76-77, 80-83, 88-89, 96, 154, 164, 191, 210, 216, 245-249, 252, 255-258, 260, 268, 307, 316-317, 319, 333.
 Birmânia, 19, 26, 40, 87, 274.
 Bocarro, António, 40, 57, 99, 192, 279.
 O Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental, 57, 279.
 Boxer, Charles, 36, 234.
 Bragança, duque de, 145, 236.
 Brâmanes, 23.
 Brâmanes saraswat, 26.
 Brasil, 11, 16, 26, 31, 67, 203, 229.
 Braudel, Fernand, 21, 120, 158, 203, 205, 209, 230.
 Bravo, Frei Sebastián, 281.
 Britânicos, 19, 187, 196-197.
 Bulaqi, Sultão ou Bulaquim, 8, 10, 14, 103, 295, 301, 305-311, 313-325, 330, 332.
 Burhanpur, 134, 186, 306, 321.
- C**
 Cabo Comorim, 47, 279.
 Cabral, Pedro Álvares, 146, 150.
 Cabul, 26, 210, 212, 215, 224, 301, 307, 320, 328-329.
 Caldeira, Lourenço, 96.
 Calecute, 79, 84, 146, 150, 171, 173, 189, 206, 241, 255.
 Cambaia, 80, 81, 155, 158-159, 161, 171, 175, 200, 223, 242.
 Camboja, 22, 27, 281-287, 292.
 Cambridge, Richard Owen, 108.
 Camila, Dona, 84.
 Cananor, 47, 80.
 Canará, 245-247, 278.
 Cardeal D. Alberto, *ver* Alberto, D. (cardeal).
 Cardeal D. Henrique, *ver* Henrique, D. (cardeal).
 Carlos IX, 121.
 Carlos V, 120, 123-124.
 Carneiro, Pantalhão, 284.
 Carneiro, Pêro de Alcáçova, 175.
 Carré, Abbé, 105.

Cartagineses, 147.
 Casa da Índia, 71, 166, 174.
 Casados», 72, 90-91, 220-221, 273, 287-289.
 Casta, 46, 101.
 Castanheda, Fernão Lopes de, 40, 68-73, 75, 77, 81-83, 99-100, 103, 108, 110, 151-152.
 Castelhanos, 144, 201, 282, 286-287.
 Castelo Branco, D. Martinho de, 145.
 Castillo, Luis Ortiz del, 286.
 Castro, D. Álvaro, 154-155.
 Castro, D. João de, 190, 233.
 Catrou, François (1659-1737), 100, 106-110, 195.
 Ceilão, 87, 98, 273, 278-279, 282, 289.
 Çelebi, Evliya, 44, 46.
 Çelebi, Katib, 114n.
 Cerco de Chaliyam, 84.
 Certeau, Michel de, 35, 37.
 Chaldiran, batalha de, 127, 206.
 Chaliyam, 173, 255.
 Champa, 21, 23, 27, 285, 292.
 Chand Bibi, 91, 252, 254, 256, 260, 266.
 Chand Sultan, *ver* Chand Bibi.
 Chaul, 79-80, 82, 88-98, 165n, 175n, 200, 217-218, 220, 225, 243, 249-251, 253-255, 276, 289, 318-319, 321, 330.
 Clã Quraishi, 122.
 Cochim, 80, 86, 97, 156, 166, 172-174, 189, 206, 211, 218, 245, 276, 279, 282, 289-292.
 Coelho, Nicolau, 151-152.
 Companhia do Levante, 205.
 Companhia Francesa das Índias Orientais, 30, 106.
 Companhia Holandesa das Índias Orientais, 30, 100-101, 104-105, 186, 270.
 Companhia Inglesa das Índias Orientais, 30, 38, 107, 110, 182, 187, 270.
 Concão, 85, 153, 243, 246, 253-254.
 Constantinopla, 143-144, 208.
 Conversão, 63, 82, 148, 181, 243, 285, 292, 313, 320, 331.
 Correia, Gaspar, 40, 49, 68, 70, 72-73, 75-77, 83, 107, 192.
Lendas da Índia, 72.
 Costa da Pescaria, 38, 289.
 Costa do Coromandel, 275, 278-279, 282, 289.
 Costa do Malabar, 49, 84, 239.
 Costa, Cristóvão da, 100.
 Coulão, 47.
 Coutinho, Manuel de Sousa, 72, 86, 89.
 Couto, Diogo do (1542/1543-1616), 40, 52-56, 68-69, 74-78, 80, 83-84, 88, 99-100, 102-103, 108, 111, 123, 155, 161, 164, 167, 192-193, 198, 217-218, 222-223, 225-226, 228, 237n, 240, 243, 245n-246, 250, 252n, 277-279, 298-301, 310.
Década Sétima da Ásia, 49, 70.
Tratado dos Gama, 75.
 Coutre, Jacques de, 258-259, 277, 293.
 Cristãos sírios, 291, 293.
 Cron, Ferdinand, 276-277.
 Cultura indo-persa, 26, 41, 133, 159, 192-193, 197.
 Cultura judaico-cristã, 151.
 Cunha, Nuno da (1529-1538), 41, 69-70, 175n, 190, 233, 322.
 Cunha, Tristão da, 233.
 D
 D. Quixote, 98.
 Dabgar Masjid, 53.

Dabhol, 153-155, 171, 176, 206, 255-256.
 Dalgado, Sebastião Rodolfo, 67.
Glossário Luso-Asiático, 67.
 Damão, 80, 89, 154, 156, 161, 174-175, 200, 212, 215, 220, 222-225, 228, 245n, 250, 270, 278, 334n.
 Dario, 131.
 D'Artagnan, 98.
 Darwish Khusrau, 129-130.
 Das Gupta, Ashin, 16, 30, 176-177, 186.
 Decão, 7, 14, 22, 26, 28, 39-40, 47, 65, 71, 76-77, 88, 97n-99, 120, 130n, 132n-134, 136-137, 140, 153-155, 183, 193, 210, 228, 233, 242-249, 251, 255-256n, 260-261, 263, 265-266, 268n, 277, 304-307, 311, 314-315, 317, 319, 321, 323, 325, 329, 335.
 Delgado, Frei Alonso, 281.
 Deli, 26, 28-29, 76, 133, 137, 161, 163, 198n, 272, 300, 302, 309, 311, 314-315, 317.
 Devendra, 29.
 Dianga, 274.
 Dinastia Ch'ing, 35-36, 198.
 Dinastia Lodi, 133.
 Dinastia Ming, 35-36, 50, 67, 273.
 Dinastia Tokugawa, 25, 35-36, 275.
 Dinastia Toungoo (Birmânia), 274.
 Dinastia usbeque Shaibani, 138, 185, 307.
 Dirks, Nicholas B., 45.
 Disney, Anthony, 234, 280.
 Diu, 41-42, 78, 82, 89, 98, 153-154, 156, 158-161, 163, 165, 183, 189, 191, 200, 207, 211, 218, 220, 224, 226, 249, 251, 270, 278.
 Doge de Veneza, 123.
 Dominicanos, 10, 271-272, 281-282, 285-288, 293.
 Dowson, John, 62.
 Drake, Francis, 86.
 Dumont, Louis, 35, 37.
 E
 Egipto, 36, 49, 122, 145-146, 163, 174, 206, 212, 215.
 Elison, George, 36.
 Elliot, H. M., 62.
 Erasmo, 123.
 Escravos, 24, 31, 59-61, 63, 82, 253, 277.
 Espanha, 66, 100, 202, 205, 213, 236, 282, 292.
 Espanhóis, 24, 67, 118, 193, 203, 208, 273, 281, 284, 287, 292.
 Espina, Alonso de, 144.
 Estado da Índia, 14, 24, 57, 59, 61, 68, 75, 77, 80, 84-87, 89, 97, 116, 125, 156, 164, 166, 169, 173, 176, 186, 189, 192, 200, 204, 206, 210-213, 215, 217-223, 225, 228-230, 241-242, 246-247, 253, 255, 266, 273, 275-279, 287, 295, 311-312, 317-321, 333.
 Estreito de Bintang, 284, 288.
 Eurásia, 65, 66, 114, 120, 272.
 Europa, 18n, 20, 30, 35-36, 59, 66-67, 81, 107-108, 115, 121, 147, 157-158, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 194, 196, 203-205, 208, 213, 228, 240, 242, 277, 282, 292-293, 295.
 F
 Fahim Khan, 90, 92.
 Faizi, Abu'l Faiz, 130, 134, 248-249.
 Fansur, 23.
 Farhad Khan, 92-93, 96, 250.
 Farrukhsiyar, 59, 335.
 Fatehpur Sikri, 77, 138, 213, 216, 226.

- Fatih Mehmed, 124, 207.
 Figueroa, D. Garcia de Silva y, 287.
 Filipe II, D. (rei de Espanha e I de Portugal), 74, 86, 98, 120, 203-204, 209, 216-219, 226-227n, 237-238, 257, 263n, 278-279, 282, 284.
 Filipe III, D. (rei de Espanha e II de Portugal), 97-99, 183n-184n, 209, 229, 243, 254, 265n, 267n, 269n, 282, 312.
 Filipe IV, D. (rei de Espanha e III de Portugal), 229, 319, 322, 336.
 Filipinas, 273, 281-282, 286, 292.
 Fiore, Joaquim de, 119.
 Finlay, Robert, 123.
 Firangis, 54-56, 58, 60-61, 213-215, 224, 227.
 Firishta, Muhammad Qasim, 65, 76, 92-93, 110.
 Flandres, 25, 170, 298.
 Fleischer, Cornell, 49-50, 120, 122-123, 127, 207.
 Flemming, Barbara, 122.
 Fletcher, Joseph, 16, 27.
 Fonseca, Frei Luís da, 283.
 França, 21-22, 106, 121, 195, 202-203.
 Franciscanos, 119, 143, 145, 287, 289.
 Francklin, William, 100.
 Francos, 7, 14, 50, 177, 184, 191, 198.
 Fraser, James, 100.
 Fujian, 21, 273.
 Fuller, Chris, 25.
- G**
 Gaio, D. João Ribeiro, 288.
 Gallinato, Juan Xuárez, 283-285.
 Galvão, Duarte, 116-118, 145, 147-148, 156, 234.
 Gama, D. Francisco da (conde da Vidigueira) (1565-1632), 10, 74, 86, 98-99, 183, 192, 228, 234, 236-238, 240, 253, 276, 287.
 Gama, D. João da, 85, 218, 238.
 Gama, Estêvão da, 165, 235.
 Gama, Vasco da, 74-75, 85, 146, 150-151, 182, 189, 218, 234-236, 245.
 Ganges, 14, 29, 57, 113, 120, 142, 152, 244.
 Ganjawi, Nizami, 131.
Sikandar Nâma, 131.
 Garcia, Valentim, 276.
 Gentios, 28, 57, 106, 178-181.
 Gernet, Jacques, 35.
 Ghazna, 26.
 Gilani, Bahadur Khan, 93, 250.
 Ginzburg, Carlo, 11, 120-121.
 Giovio, Paolo (1483/86-1552), 67.
 Goa, 42, 52-53, 55, 59, 76-77, 79-82, 85-87, 96-97, 99-100, 111, 125, 153, 156, 167, 171n, 173, 175n, 178, 183-186, 189, 204, 208, 210-213, 219, 221, 223, 225-228, 234-235, 238, 241-242, 245-247, 252, 255-258, 263-264, 266-267, 270, 276, 278, 280n, 282, 287-289, 291-292, 311-313, 315, 317-322, 333.
 Godinho, Vitorino Magalhães, 119, 144, 158.
 Gog, 132, 144, 185.
 Góis, Damião de, 40, 66.
Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel, 66.
 Golconda, 155, 216, 228, 252, 257, 260, 307, 317, 319.
 Goldstone, Jack A., 150-151.
 Golfo Pérsico, 28, 44, 125, 154, 157-158n, 164-165, 168, 173, 183, 207, 242, 256, 264n.
 Gómara, Francisco López de, 67.
 Gritti, Alvise, 123-124.
 Gruzinski, Serge, 13, 25, 27.
 Guadalajara, 281.
 Guerreiro, Fernão, 99, 179n, 255n.
 Guicciardini, Francesco (1483-1540), 67, 70n.
 Guzarate ou Guzerate, 7, 12, 14, 19, 26, 4-42, 44, 70, 73, 75, 80-81, 125, 133, 136, 138, 153-164, 169, 175, 183-184, 189-192, 199-201, 206-207, 210-212, 222-226, 241-244, 247, 249, 251, 275, 298, 322.
 Guzmán, Francisco Tello de, 282, 286.
- H**
 Habashis, *ver* também Abissínios, 90, 117.
 Habib, Irfan, 30.
 Habsburgos, 12, 24-25, 85-86, 124n, 149, 166, 200-202, 204, 206, 208-209, 217-218, 236-237, 272, 275-277.
 Hanafi, Escola, 135.
 Haomarxac, *ver* 'Umar Shaikh, 76, 300.
 Hasan, Sayyid Nurul, 30.
 Havart, Daniel, 100.
 Henrique, D. (cardeal), 174n, 201.
 Herati, Sadiq Muhammad Khan, 261.
 Heródoto, 33.
 Herskovits, Melville, 27.
 Hideyoshi Toyotomi, 34, 275.
 Hijaz, 90, 116, 133, 215-216n, 224, 227.
 Hinduísmo, 25, 156.
 Hindus, 60, 138, 142-143, 214, 326.
 Hindustão, 16, 23, 31, 42, 76, 134, 136, 245, 325, 328, 330.
 Hisari, 41-42.
 Homero, 78.
 Houtman, Frederick de, 271-272.
 Hughli, 56-58, 60-61, 63, 200.
 Humayun, 42, 70, 73, 81, 103, 109, 135, 137-138, 185, 206, 210, 215, 301, 302, 330.
 Husain Zargar, Qazi, 134.
 Hushang, 306.
- I**
 Ibn Hanafiyya, Muhammad, 129.
 Ibn Khaldun, 151.
 Ibrahim, Muhammad Rabi'ibn Muhammad, 44.
 Iémen, 22, 116.
 Imam Quli Khan, 61n, 326-327, 329.
 Império Otomano, *ver* também Otomanos, 16, 30, 36, 49, 117, 120-123, 126, 128, 132, 277.
 Inalcik, Halil, 43.
 Índia, 7, 11, 13, 14-22, 24-35, 37, 39-41, 44-45, 53, 65, 69-71, 73, 75-77, 79, 83-85, 87, 93, 97, 100, 102, 104-109, 113, 118-121, 130, 132-136, 138, 143, 147, 151, 154-157, 159, 161, 164, 167-172, 174, 176-177, 180, 182, 184, 186-189, 193-198, 200, 210, 219, 230-231, 234, 236-239, 241, 244-245, 247n, 253, 259, 268, 273, 277-280, 282, 296, 299-301, 308, 310, 313, 326-329, 334-335.
 Indonésia, 275.
 Inquisição, 148, 156, 276n, 289.
 Iranianos, 138, 140.
 Irão, 25-27, 29-31, 36, 80n, 89, 111n, 117, 120-121, 127-129, 131, 134-135n, 140, 151, 164, 177, 197, 201n, 206, 209-210, 230, 238, 265, 277, 287, 298, 308, 323, 326-327, 329-331.
 'Isa Tarkhan, Mirza, 52, 54, 56.
 'Isa, Maulana, 124.
 Isaacman, Allen, 45.

Isfahan, 26, 322, 325, 327, 331-332, 336.
 Islão, 49, 59-60, 70, 118, 121-122, 132-133, 136, 142, 150-151, 160, 174, 182, 213-214, 225, 275.
 Isma'íl, Munshi, 197.
Tārīkh-i jadīd, 197.
 Isma'íl I, Shah, 125, 126, 127, 128, 130, 134, 139.
 Isma'íl II, Shah (1576-1577), 128, 129, 209, 210, 298.
 Italianos, 66, 106, 126, 128, 166-167, 195, 246, 309, 319.

J
 Jaffna (ou Jaffnapatam), 87, 289.
 Jahangir (1605-1628), 27, 44-45n, 103, 105, 178-179n, 181, 185, 200, 262, 268, 302, 304-307, 309-310, 312-314, 317-318, 320, 323, 325.
 Jamal Khan, 88, 140, 248.
 Jarric, Pierre du, 99.
 Jaunpuri, Sayyid Muhammad (1443-1505), 133-136, 141, 211n, 247n.
 Java, 21-22, 275.
 Javaneses, 24, 241.
 Jerusalém, 30, 145.
 Jesuítas, 10, 34, 40, 67, 77, 106-107, 156, 177-183, 187-188, 201, 213, 225-226, 228, 242, 311-313, 320, 334.
 Jiddah, 161, 168-169, 171, 191, 216, 223-224.
Jihād, 45, 47.
 João I, D. (rei de Portugal), 144.
 João II, D. (rei de Portugal), 66, 145.
 João III, D. (rei de Portugal), 41, 97, 148, 153, 165n, 166, 174-175n, 206, 217, 236, 245, 322n.
 Jones, William, 12, 16.

Jongh, Geleynssen de, 104, 192.
 Jorge, Guilherme, 289.
 Judeus, 144, 148.
 Juízo Final, 122, 136.
 Junaid, 127.

K
 Kagan, Richard, 120.
 Kamaran (Gombroon), 116, 220, 238.
 Kamarup (Assam), 23.
 Kashmir, 325.
 Kerala, 38, 47, 75, 157, 171, 173, 182, 241, 291.
 Khafi Khan, 59-60, 63, 198.
Muntakhab al-Lubâb Muham-mad Shâhî, 59.
 Khan Jahan Lodi, 306-307, 314, 317-318, 321.
 Khatris, 26.
 Khizr, Khwaja, 132, 143.
 Khmer, reino, 23, 281.
 Khorasan, 24.
 Khurasan, 214.
 Khurram, *ver* Shahjahan.
 Khusrau, príncipe, 178-179, 181, 269, 302-304, 309, 315, 323-325, 328, 332-333.
 Kunjali Marikkars, 290.

L
 Lacerda, Duarte Pereira de, 225.
 Lacerda, Miguel de, 84, 86.
 Laet, Johannes de, 100-102, 104, 108, 192, 308.
De Imperio Magni Mogolis, 100, 192.
 Lafetão, Cosmo de, 96-97.
 Lahore, 23-24, 178, 182, 265, 269, 302-307, 311, 323-325, 328, 333.
 Lahori Bandar, 54-56, 265.
 Lahori, 'Abd al-Hamid, 40, 58.

Pādshāh Nāma, 40, 58.
 Lal Bujhakar, 29.
 Laos, 274, 283, 285.
 Lemos, conde de, 282, 292.
 Lemos, Frei Bernardo de, 289, 292.
 Lemos, Jorge de, 81, 98.
 Lieberman, Victor, 39n.
 Linhares, conde de, *ver* também D. Miguel de Noronha, 57, 61, 235, 238-239, 313-317, 319, 321-322, 327, 332-334.
 Lisboa, 64, 71, 84, 85-86, 97, 126, 144-146, 157, 169, 172, 186, 197, 201-202, 206, 217, 235, 238, 241, 244, 255, 282, 284, 311-313, 316, 321.
 Literatura indo-persa, 192.
 Lívio, Tito, 78.
Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia (1582), 278-279.
 Lodi, Bahlul, 77, 300-301n.
 Lodis, 65, 133.
 Lombard, Denys, 21, 271-272.
Le Carrefour Javanais, 21.
 Lopes, David, 33, 47-48, 62, 68.
 Luso-asiáticos, 274.
 Lutfullah, Khwaja, 82.

M
 Macau, 273, 278.
 Madagáscar, 21, 35, 282.
 Madurai, 282, 290.
 Maffei, Giovanni Pietro, 99.
 Magalhães, Fernão de, 150, 282.
 Magog, 65, 81, 132, 144, 185.
 Mahmud Bigarha, sultão do Guzerate, 133, 247.
 Mahmud Khan, 54.
 Mahmud, sultão, 52, 56.
 Makhdum-al-Mulk, 136.
 Malabar, 45, 47-49, 84-85, 172, 239, 243, 278.
 Malaca, 7, 14, 38, 78, 81, 84n-85, 97n-98, 218, 220, 255, 267, 271, 273-274, 276-278, 282-283, 287-290, 292-293.
 Malaicos, 24-25, 38-39n, 40, 154.
 Maldivas, 292.
 Mamelucos, 157, 163, 165, 174, 206.
 Manar, 289.
 Manila, 7, 14, 271, 273, 276, 281-282, 284-289, 292.
 Manuel I, D. (rei de Portugal) (c.1495-1521), 36, 66, 89, 116, 145-146, 147-148, 151, 245.
 Manuzzi, Niccolò (1638-1717), 100, 105-111, 192-196, 310.
 Mapilas, 45, 48-49, 82, 84, 220, 245, 267, 293.
 Mar Vermelho, 49, 96, 116, 145, 147, 154-155, 157-159, 165, 168-175n, 206, 211-212, 222, 225-226, 251, 254, 256.
 Mariñas, Luis Pérez de las, 283, 286.
 Marrocos, 122, 150.
 Martabão, 274.
 Martins, António Coimbra, 84.
 Mascarenhas, D. Francisco, 79, 88, 217, 219, 257n.
 Mascate, 63, 86, 125, 207, 220, 228, 237.
 Masulipatão, 62.
 Meca, 43, 90, 92, 94-95, 116-117, 134, 139, 147-148, 154-155, 161, 171n, 174, 216, 332.
 Médicis, Catarina de, 121, 203.
 Medina, 116, 148.
 Mediterrâneo, 21, 117, 120, 123, 130, 148, 151, 158, 203, 229-230.
 Meliapor, 7, 14, 271, 274.
 Melique, rei, 89-90, 93-95, 98-99, 250-252, 254, 259, 263, 266.
 Melo, Martim Afonso de, 225, 288.

- Membré, Michele, 117.
Mendonça, André Furtado de, 87, 234, 241, 267, 290.
Mendoza, Juan de, 286.
Meneses, D. Diogo de, 84-86, 218.
Meneses, D. Frei Aleixo, 235n, 263n, 266, 276, 291.
Meneses, D. Pedro de, 218, 226, 256.
Meneses, Fernão Teles de, 218-220, 223, 227-228, 238.
Meneses, Rui Garcia de, 289.
México, 182, 273, 281, 287, 292.
Milenarismo, 7, 11, 14, 113, 115, 118-121, 130, 132, 143, 148, 150-152, 247.
Miller, Joseph, 45.
Miram Qilij, 141.
Miran Shah, 109.
Mirza Abu Talib Khan Isfahani, 196-197.
Moçambique, 45, 85-86, 98, 276, 278.
Mogóis, 7, 12, 14, 24, 26-27, 57, 59, 61, 65, 67-68, 70-71, 73, 75-77, 80, 88-89, 91, 97, 99-100, 104, 110-111, 137-138, 140-141, 160-162, 177, 179n, 181, 183-186, 188-189, 191-195, 198, 200-201, 211-212, 214, 216n, 222-223, 225-228, 230-231, 233, 241-244, 247-252, 259-261, 264-268, 270, 277, 300, 305, 311, 322-323, 325, 328-329, 332-336.
Molucas, 274.
Mongóis, 117.
Monserrate, António de, 118, 120, 139, 193, 201, 212, 215, 222n, 225-227, 242.
Moraes, Rodrigo de, 82.
Morga, D. António, 281-282, 285.
Morosini, Giovanni (Gioan) Francesco, 126, 204, 218.
Morro de Chaul, 88, 93-96, 98, 250-251, 319.
Moura, Cristóvão de, 204.
Moura, Jorge de, 96.
Moura, Luís de, 96.
Muçulmanos, 17, 28, 47-49, 60, 63, 92, 117-118, 120, 122, 134, 138, 159, 181, 331.
Mueller, Max, 16.
Muhammad Sa'id, Mirza, 142.
Muhammad Salih, Mirza, 55.
Muhammad Shah (c. 1719-1748), 59.
Muhammad Zaman, Mirza, 81, 175.
Multan, 23, 327.
Multanes, 24.
Munshi, Iskandar Beg, 323-324.
Murad III, sultão otomano, 66, 205, 215.
Murad Khan, 78.
Mustafa 'Ali (1541-1600), 50.
Muzawwar, 129, 298.
- N**
Nagauri, Shaikh Mubarak, 136-137.
Narayana Rao, Velcheru, 30, 327n.
Narmada, 22.
Nasir-i Khusrau, 139.
Nayaka de Tanjavur, 220.
Nazarenos, 59, 291.
Negapatão, 278, 289.
Nicote, Filipe de Brito e, 279.
Nizam al-Din Ahmad, 70.
Tabagāt-i Akbari, 70.
Nizam Shah I, Burhan, 89, 136, 243, 252.
Nizam Shah II, Burhan, 88-89, 90-92, 99, 247-252.
Nizam Shah II, Murtaza, 306.
Nizam Shah, Husain, 79, 88.
Nizam Shah, Isma'il, 88.
- Nizam Shah, Murtaza, 88, 90, 247-248.
Nizami, Shaikh Ganjawi, 131.
Nobili, Roberto de, 290.
Nobunaga, Oda, 34.
Noronha, D. Julião de, 94.
Noronha, D. Miguel de, *ver* conde de Linhares, 234, 314, 320, 322, 334.
Nostradamus (1503-1566), 121, 201.
Nunes, Fernão, 33, 71.
Nunes, Leonardo, 78, 81, 155, 191.
- O**
Oceano Índico, 7, 9, 12, 14, 17, 31, 36, 43, 116, 145, 153, 155-157, 159, 164-165, 169, 173, 176, 186, 189, 192, 206, 209, 230.
Orme, Robert, 100, 107-108.
Ormuz, 28, 52, 60-61, 82, 85, 125, 153, 167, 171, 174n, 183, 205-206, 208, 218, 220, 238n-239, 242-243, 264-265, 278.
Orta, Garcia de, 100.
Osório, Jerónimo, 99.
Otomanos, *ver* Império Otomano, 12, 24, 26, 43-44, 66, 119-120, 124-125, 127-128, 133, 139, 143, 150, 156-157, 163-166, 168-169, 174-175, 185, 189, 200, 202, 204, 210, 212-215, 227, 230-231, 245n, 330.
Oviedo, Gonzalo Fernández de, 67.
- P**
Paes, Domingos, 33.
Pagliarini, Nicolau, 74.
Pahang, 277.
Países Baixos, 16, 104, 203.
Paleacate (Pulicat), 274-275.
Panni, Dawúd Khan, 244.
Paramaraja IV (c.1576-1594), 283, 285.
Parsam de Akhtamar, 127.
Pasha, Ibrahim, 124, 168.
Pasha, Lüfti, Tawârikh-i AI-i Os-mân, 122, 127.
Pasikhani, Mahmud, 138.
Patane, 277.
Pathans, 26.
Patna, 26, 303.
Pearson, M. N., 159, 222.
Pelsaert, Francisco, 100-105, 111, 192, 198.
Kroniek en Remonstrantie, 101-102, 104-105, 192.
Peña, Pedro Díaz de la, 289-290.
Península Ibérica, 9, 16, 66, 119.
Península Malaia, 85.
Pepys, Samuel, 108.
Pereira, António Pinto, 65, 78-83, 88.
Pereira, D. Manoel, 91.
Pereira, D. Paulo de Lima, 78.
Pereira, Diogo, 175.
Peru, 25, 31, 273, 287, 292.
Phuc, Ly Van (1785-1849), 31.
Piedade, Frei António da, 287.
Pina, Rui de (c. 1460-1522), 66.
Pinto, Fernão Mendes, 51, 73, 274.
Pires, Tomé, 159, 278.
Piri Reis ou Piri Re'is, 44, 165.
Políbio, 110.
Pollock, Sheldon, 26.
Portugal, 13, 26, 41-42, 48, 63, 66, 68, 78, 81-82, 85-87, 90, 100, 116, 118, 120, 144-145, 147, 149, 151-152, 160, 167, 172, 185, 200-206, 208, 216-219, 229, 236-241, 245, 257, 263, 266, 268, 272, 275, 278, 298.
Portugueses, 7, 10, 12-14, 24, 28, 33-52, 55-59, 61-64, 67-68, 71-73, 75-77, 79-80, 82-84, 87-93,

- 97-101, 106, 117, 144, 147-148, 151, 154-157, 159-163, 165-167, 169-176, 184-186, 189-194, 201-202, 206-207, 211-212-215, 220, 223-225, 227-228, 230-231, 233, 235, 241-246, 249-250, 252-257, 259, 263-265, 267-270, 273-276, 278-281, 284, 287, 308, 311-314, 317-319, 321, 332-334.
- Potosí, 25, 114, 273.
- Prambanan, 21.
- Preste João, 116-117, 146, 148, 209, 228.
- Prior do Crato *ver* também António, D. (Prior do Crato), 204, 216-218.
- Puebla, 25.
- Punjab, 22, 28, 224, 302.
- Q**
- Qandahari, Muhammad 'Arif, 139.
Târikh-i Akbarî, 139.
- Qannauj, 23.
- Qasim Khan, 59-60, 200.
- Qazwini, Asad Beg, 44, 258.
- Qutb al-Din Khan, 215-216, 225-226.
- Qutb Shah, Abdullah (c. 1626-1672), 317.
- Qutb Shah, Ibrahim, 79, 216, 256n.
- Qutb Shah, Jamshid, 155.
- Qutb Shah, Muhammad Quli, 216.
- Qutb Shahi, sultões, 79, 155, 216, 249.
- R**
- Rajmahal, 60.
- Rajputs, 26, 138, 140.
- Ram I, 283, 285n.
- Râmâyana*, 107.
- Rasuli, Mir Sayyid Ni'matullah, 136.
- Rasulpuri, Sayyid 'Izzat 'Ali ibn, 122.
Rauzat al-Â'imma, 122.
- Raychaudhuri, Tapan, 30.
- Reino de Taiping, 116.
- Resende, Garcia de (1470-1536), 66.
- Resende, Pedro Barreto, 241, 279.
Tratado de todos os Visoreis e Governadores, 241.
- Reubeni, David, 148.
- Rewadanda, 88, 92-93, 98, 250, 253, 318.
- Riazul Islam, 41.
- Ribeiro, António Marques, 288.
- Rizavi, Shayyid Yusuf, 141.
- Rodrigues, Miguel, 58.
- Rodriguez, Bernardo, 81.
- Roe, Thomas, 109.
- Rogierus, Abraham, 101.
- Rolim, Pêro Barreto, 52-53, 55.
- Romano, Francesco, 126.
- Romano, Império, 143, 148.
- Ross, E. Denison, 68.
- Ruiz, Blas, 284-286.
- Rumi, Khudawand Khan, 160, 163.
- Rumis, 24, 154, 155, 162-165, 168.
- S**
- Sá, Diogo de, 95.
- Sadiq Muhammad Herati, 261.
- Safávidas, 25, 27, 43, 60, 66, 117, 120, 125, 127-129, 134, 138, 140, 185, 189, 200, 202, 205, 206, 209-210, 213, 215, 245n, 264n, 269, 275, 298, 305, 322-325, 330-332, 336.
- Safshikan Khan, Nawwab, 141.
- Saldanha, Aires de, 266n, 269n, 291.

- Salgado, Rui Lopes, 289.
- Salih, Mirza Muhammad, 55.
- Salim, príncipe, 180, 263, 268-269, 312, 325, 328.
- Samarcanda, 26, 44.
- Samorim, rajá de Calecute, *ver* também Samudri, rajá de Calecute, 47.
- Samudri, rajá de Calecute, 79, 84, 146, 173, 241, 255.
- San Antonio, Frei Gabriel Quiroga de, 272, 281, 288, 293.
- Sanghameshwar (Sanguicer), 85.
- Sanuto, Marino, 128.
- São Tomé, 172, 274, 278, 279, 282, 289, 291.
- Sarawi, Ahmad, 15-16.
- Sastri, K. A. Nilakantha, 27.
- Satgaon, 58-59.
- Savonarola, Girolamo, 120.
- Schepper, Cornelius, 124.
- Schorer, Anthonij, 104, 258.
- Sebastião, D. (rei de Portugal), 78, 84-85, 144, 149, 166, 185, 201, 202, 204, 206, 209, 217, 236, 255-256, 334.
- Selim I, sultão (1512-1520), 122-125, 127-128, 130, 205, 207.
- Selim II, sultão (1566-1574), 205.
- Seyyidi 'Ali Re'is, 164-165, 188, 302.
Mir'at ul-memâlik, 188.
- Shah Rukh, Mirza, 261.
- Shahi Husain, 70.
- Shahjahan (c. 1628-1658), 40, 56, 58-59, 106, 109, 141, 200, 244, 297, 303-310, 312-315, 318-319, 321, 323-326, 328-329, 331-334.
- Shaikh Ahmad Sirhindi, 121, 141.
- Shaikh Chillî, 29.
- Shaikh I'tisam al-Din, 63, 196.
- Sharî'a*, 129, 313.
- Sharif Amuli, 138.
- Sher Shah, 70, 73, 103, 135, 324.
- Shirazi, Khwaja Maulana, 139.
- Shuja', Shah, 296, 334.
- Shulman, David, 30.
- Sião, 283-284, 292.
- Sikandar, Alexandre (Alexandre Magno), 131-132.
- Sikandar Shah Lodi, 163.
- Silveira, D. Simão da, 228.
- Silveira, Francisco Rodrigues da, 277.
- Sind, 22, 44, 52, 54, 56, 140, 165n, 183, 192, 206, 244, 261, 308.
- Siraj al-Din 'Ali Khan Arzu, 28.
- Sirhindi, Shaikh Ahmad, 121, 141.
- Síria, 122, 163, 169.
- Sírios, 24.
- Sitawaka, 87.
- Solimão, sultão (c. 1520-1566), *ver* também Süleyman, 122, 164, 165.
«Solteiro», 276.
- Sousa, Manuel de Faria e, 87, 97, 240.
Ásia Portuguesa, 97, 240.
- Sousa, Martim Afonso de, 245.
- Spence, Jonathan, 115.
- Stein, Burton, 28, 34.
- Strachan, George, 106.
- Sufismo, 30.
- Süleyman, 122-125, 164, 167, 205-207, 212.
- Sultanato de Bengala, *ver* Bengala.
- Sultanato de Delhi, *ver* Deli.
- Sultanato de Sumatra, *ver* Sumatra.
- Sultanato do Guzerate, 133, 156, 161-162, 190, 298.
- Sultanatos do Decão, 28, 76-77, 210, 319.
- Sumatra, 23, 25, 275.
- Sundiva (Sandwip), 274.
- Surrate, 24, 154-155, 158-161, 163, 169-171, 175-176, 186, 194, 200-201, 211-212, 216, 222-226,

- 242, 304, 315, 317, 323n, 325-326, 330, 332-333.
- T**
Tabriz, 127, 194.
Tahir Muhammad, *ver* Thattawi, Sayyid Tahir Muhammad.
Tahmasp, Shah do Irão (c. 1524-1576), 80, 117, 124, 128, 134, 164, 201n, 206-207, 209, 275, 330.
Thattawi, Mir Muhammad ibn Sayyid Jamal, 55.
Tarikhân Nâma, 55.
Tailândia, 19, 22, 26, 44, 209, 274.
Tamilnadu, 38.
Târikh-i Alfî, 140, 212n.
Târikh-i Tâbirî, 54-55, 61.
Tarkhans, 52, 55-56.
Tauhîd-i Ilâhî, 140, 201.
Tavernier, Jean-Baptiste, 100, 105, 109, 187, 309.
Távora, D. Maria de, 97.
Távora, Lourenço Pires de, 217.
Távora, Rui Lourenço de, 97, 236, 256.
Thattawi, Mir Muhammad ibn Sayyid Jamal, 55.
Thattawi, Mulla Ahmad, 140.
Thattawi, Sayyid Tahir Muhammad, 54.
Tibete, 23.
Timur, 75-76, 103, 109, 140, 300, 330.
Tirupati, 245-246n.
Toby, Ronald, 36.
Torres, Garcia de Melo de, 276.
Trancoso, Gonçalo Fernandes, 290.
Transoxânia, 16.
Tucídides, 37, 110.
Tuhfat al-Mujâhidin (provável autor: Zain al-Din ibn 'Ali ibn Ahmad Ma'bari), 47, 62.
Turcos, 24, 124n, 165, 191.
- U**
Uddhav, 29.
Ulâma, 139.
Ullal, 84.
'Umar Shaikh, 76, 109, 300.
União Ibérica, 12, 25, 272.
Usbeques, 24, 183, 200, 210, 215, 227, 269, 329.
- V**
Vaippad, 289.
Vale do Zambeze, 273.
Valentyn, François, 100.
Van der Lee, Dirck, 304, 315.
Van Leur, Jakob, 37.
Van Linschoten, Jan Huyghen, 278.
Van Ravesteyn, Pieter Gilliesz, 104.
Vansina, Jan, 45.
Vega, Cristóbal de, 289.
Veloso, Diogo, 284-286.
Veneza, 49, 110, 126, 153, 168-171, 174, 186, 194, 202.
Vijayanagar, 12, 27-28, 33-34, 71, 79, 88, 245-247, 257, 289, 327n.
Vilhena, D. Filipa de, 86.
Vilhena, D. Maria de, 237.
Villafane, Luis de, 286.
VOC, *ver também* Companhia Holandesa das Índias Orientais, 62, 100, 186.
- W**
Wachtel, Nathan, 27, 35, 194.
Wagoner, Phillip, 28.
Washbrook, David, 31.
Wicki, José, 84.
- X**
Xiismo, 137, 151, 210, 331.

- Y**
Yazid, 126.
Yusuf, Miyan Sayyid, 134.
Yusuf, Muhammad, 324.
Zail-i Târikh-i 'Âlamârâ-yi Abbâsi, 324-325.
Yusufi Tarkishduz, 130.
- Z**
Zain al-'Abidin, Sultan, rei de Achém, 85, 216.
Zain al-Din ibn 'Ali Ahmad Ma'bari, 47-50, 57, 63.
Zamîndârs, 303.
Zuhuri, Nur al-Din Muhammad, 91, 259.
Kitâb-i Nauras, 259.
Zurara, Gomes Eanes de (c. 1410-1474), 66.

Outros títulos de interesse:

A Invenção de Goa
Poder Imperial e Conversões
Culturais nos Séculos XVI e XVII
Ângela Barreto Xavier

Outros Orientalismos
A Índia entre Florença e Bombaim
1860-1900
Filipa Lowndes Vicente

Antropologia e Império
Fonseca Cardoso e a Expedição
à Índia em 1895
Ricardo Roque